

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
CAMPUS DE MARÍLIA**

APARECIDA AMORIM

RELAÇÕES DE GÊNERO E PODER

A vivência de mulheres e homens sob o impacto da migração internacional.

MARÍLIA 2015

APARECIDA AMORIM

RELAÇÕES DE GÊNERO E PODER

A vivência de mulheres e homens sob o impacto da migração internacional

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, como parte das exigências para a obtenção do título de doutora em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Andreas Houfbauer

MARÍLIA 2015

Amorim, Aparecida

A524r Relações de gênero e poder: a vivência de mulheres e homens sob o impacto da migração internacional

Aparecida Amorim. – Marília, 2015

362 f. ; 30 cm.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2015.

Bibliografia: f. 349-362

Orientador: Andreas Houfbauer.

1. Migração. 2. Redes sociais. 3. Relações de gênero. I. Título.

CDD 304.873081

APARECIDA AMORIM
RELAÇÕES DE GÊNERO E PODER

A vivência de mulheres e homens sob o impacto da migração internacional.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Andreas Hofbauer (Orientador)
UNESP – Universidade Estadual Paulista
FFC – Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus de Marília

Profª. Drª. Larissa Maués Pelúcio Silva
UNESP – Universidade Estadual Paulista
FFC – Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus de Marília

Prof. Dr. Antonio Mendes Braga
UNESP – Universidade Estadual Paulista
FFC – Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus de Marília

Profª. Drª. Gláucia de Oliveira Assis
UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina
PPGH – Programa de Pós-Graduação em História– Florianópolis

Profª. Drª. Luciana Ballestrin
UFPEL – Universidade Federal de Pelotas
IFISP – Instituto de Filosofia, Sociologia e Política – Pelotas

Marília, 04 de fevereiro de 2015

Ao meu pai Amador Ribeiro Amorim (*in
memoriam*)

À minha mãe Maria do Socorro Gonçalves

AGRADECIMENTOS:

Ao meu orientador, Andreas Hofbauer, por sua dedicação e generosidade. Este trabalho não teria sido possível sem o seu apoio.

À CAPES, pelo apoio financeiro concedido para a realização da pesquisa.

Às mulheres e homens partícipes da dinâmica migratória de Governador Valadares para os Estados Unidos, as quais abriram as portas de suas casas e me confiaram suas histórias, sonhos, decepções e esperanças. Sem essas colaborações, este trabalho não existiria.

Minha estada em Boston só foi possível graças à intermediação do meu amigo, Marcelo Cavalcante, que me acolheu e me instalou lá e com quem dividi momentos muito prazerosos.

Esta pesquisa teria sido muito mais difícil se não fosse o apoio de Rosângela e Lécio. Agradeço a hospedagem e o apoio quando precisava me deslocar entre as cidades.

Ao Grupo Mulher Brasileira e ao Centro do Trabalhador Imigrante.

À professora e pesquisadora, Sueli Siqueira, pelo estímulo e apoio. Ao professor Eduardo Siqueira, pela atenção e as discussões em Boston.

À professora Ethel Kosminsk, pelas sugestões e pela recepção carinhosa e solícita em sua casa em Nova Iorque.

Às valiosas contribuições da professora Larissa Pelúcio, bem como do professor Antônio Braga, na banca de qualificação.

Às professoras Claude Lepine, Cristina Rubim e ao professor Paulo Teixeira.

À Tatiana e à Larissa, secretárias do departamento de Ciências Sociais da UNESP de Marília, a quem eu recorri inúmeras vezes, pela competência e atenção.

Às amigas de Marília, Samara e, muito especialmente, à Sandra, com quem dividi incertezas e esperanças em concluir este trabalho, além dos ótimos momentos compartilhados. Ao Anderson, Valdeir, Ellen, Luana, Vanda, Paulinho, Talita e Gabriela.

Aos colegas do GEA – Grupo de Estudos em Antropologia.

À querida amiga Daniela.

Ao amigo Thiago Moyano, pelas revisões gramaticais, discussões, força e pelo seu delicioso senso de humor.

À minha mãe, Maria do Socorro, minha irmã Raquel, à Sarah e ao Miguel, pela acolhida, cuidado e alegria. À Claudinha, à Cristina Caetano, a Graça e a Jovença.

Ao Fred e a Clara, por serem sempre mais do que filho e filha, pelo amor, força, amizade e cuidado. Agradeço às longas conversas aos finais de tarde e tantas vezes durante as noites.

Ao meu companheiro Sílvio, com quem compartilho o amor, as alegrias e os sonhos. Obrigada pelo muito!

RESUMO:

A contemporaneidade tem sido amplamente marcada por relações de caráter transnacional. A partir de fenômenos da sociedade moderna, tais como a globalização e avanços na tecnologia, mobilidade e comunicação, fluxos migratórios têm se expandido, reduzindo distâncias e criando uma espécie de borramento de fronteiras nacionais que outrora se mostravam bastante delimitadas. Assim, em nossos dias, pode-se observar não apenas uma rápida propagação de transações comerciais, bens e conhecimento entre os mais diversos países do mundo, mas também um aumento substancial de migração de pessoas que, no intuito de atingirem ascensão social e financeira, se mudam para localidades em que se encontraria uma suposta grande oferta de oportunidades. No entanto, estes indivíduos, ao deixarem suas terras natais – sozinhos ou em família – continuam mantendo fortes vínculos com seu país de origem, o que configura suas subjetividades, em diferentes níveis, como construções em trânsito, as quais os distinguem de maneira singular tanto de seus conterrâneos, quanto dos nativos no país de acolhimento. Em meio a este processo, muitos estudiosos têm detectado a relevância da formação de redes sociais – clandestinas ou não – que objetivam facilitar a ida e vinda destes milhares de sujeitos que, a cada ano, atravessam fronteiras. (MASSEY, 1990 e 2006; TILLY, 1990; SOARES, 2003; ASSIS, 2011, SIQUEIRA, 2009). Neste contexto, o presente trabalho tem por objetivo investigar a maneira como estes sujeitos reconfiguram suas relações conjugais e de parentesco, a partir de categorias tais como classe, gênero e etnia, a partir da focalização de uma rota migratória bastante conhecida no cenário brasileiro desde meados do século XX: a de cidadãos/ãs de Governador Valadares, em Minas Gerais, à região metropolitana de Boston, em Massachussetts, nos Estados Unidos. Para tal, foram entrevistados casais de migrantes retornados, radicados nos EUA, bem como aqueles que, em decorrência do deslocamento, se divorciaram. Ao longo destas narrativas, procurei me ater às alterações na dinâmica do gênero poder que tais experiências trouxeram na vida dessas pessoas, as quais apontam para reversões na hierarquia do discurso e renegociações na divisão de papéis atrelados esteotipicamente ao masculino e ao feminino. Ademais, este estudo visa dar destaque ao papel crucial que as mulheres têm na articulação desses movimentos. Para tal, autores como Appadurai (2000), Eriksen (2006) e Brah (2006), no campo dos Estudos Culturais, bem como Butler (2008), Moore (2000), e outras/os teóricas/os ligados aos Estudos de Gênero e Feminismo responderão teoricamente a esta investigação.

PALAVRAS-CHAVE: Migração Internacional, Gênero, Poder, Redes Sociais, Transnacionalidade.

ABSTRACT:

Contemporary society has been widely marked by transnational relations. As technology has advanced and globalization has become predominant, migration trends have expanded, blurring national borders between countries. Therefore, one can now observe not only a rapid dissemination of commercial and intellectual transactions, but also a substantial increase of people seeking better economic and social opportunities. In order to do this, they travel to countries that project a standard of living above their own. However, these individuals, after leaving their native land – by themselves or with their families – continue to maintain strong bonds with their places of origin, leaving them in an ever fluctuating state of subjectivity, in which they no longer identify as citizens of their home country or as citizens of the new. Within such processes, many scholars have noted the formation of social networks – clandestine or not – that are aimed at facilitating international exchanges of people. (MASSEY, 1990 e 2006; TILLY, 1990; SOARES, 2003; ASSIS, 2011, SIQEIRA, 2009). This work intends to investigate the way in which these subjects renegotiate their marriages and kinship in terms of class, gender, and ethnicity. My focus is the well-known migratory route between Governador Valadares, in Minas Gerais, and the metropolitan area of Boston, Massachusetts, in the United States. I interviewed couples who have already returned, who are still in the US, as well as those who, because of the dislocation, got divorced. Throughout these narratives, I attempted to focus on the changes in the dynamics of gender and power, which these experiences had imposed. Furthermore, this study emphasized the crucial role of women in the articulation of these movements. The theoretical apparatus used in this investigation included works by Appadurai (2000), Eriksen (2006) e Brah (2006), in the Cultural Studies Field, as well as reflections by Butler (2008), Moore (2000), and other feminist and gender theorists.

KEYWORDS: International Migration, Gender, Power, Social Networks, Transnationality.

É compulsório, ou os países escolhem
suas cores?

As mais condizentes com a nação ou as águas
nacionais.

Topografia é imparcial; norte e oeste são iguais.

Mais sutis que as do historiador são do cartógrafo
as cores.

Elisabeth Bishop –“O Mapa”

(Norte e Sul, 1946)

SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO I – FLUXOS MIGRATÓRIOS E REDES TRANSNACIONAIS	08
1.1 - Redes sociais: as marcas seletivas dos fluxos migratórios transnacionais	13
1.2 – O processo da constituição das redes: a “vocação” migratória de Governador Valadares	22
1.3- A importância das mulheres na participação no fluxo migratório para os Estados Unidos na constituição de redes sociais	49
CAPÍTULO II – IDENTIDADES CULTURAIS: DIFERENÇA E DIVERSIDADE EM CONTEXTOS MIGRATÓRIOS	64
2.1- Marcas identitárias: articulação da diferença, da diversidade e da identidade.....	75
2.2- Identidades em movimento: valadarenses imigrantes e retornados/as da Região de Boston/EUA.....	90
2.1.2- Identidade e autonomia de mulheres imigrantes.....	133
CAPÍTULO III - A DIMENSÃO DE GÊNERO E DE IDENTIDADE NO PENSAMENTO FEMINISTA	152
3.1- Um breve olhar sobre o feminismo no Brasil.....	162
3.2 - Discursos de gênero e de poder.....	169
3.2.1- Subjetividade poder e violência.....	181
3.3- Rumores e controle social da sexualidade de mulheres valadarenses cujos parceiros se encontram emigrados.....	190

3.4- Negociações de gênero entre casais inseridos na dinâmica migratória	
GV/Boston.....	265
IV- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	340
V- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	349

INTRODUÇÃO

Este estudo intenciona desvendar o impacto da experiência migratória nas relações de conjugalidade entre casais de Governador Valadares, MG inseridos, direta ou indiretamente, no fluxo migratório internacional para os Estados Unidos. A cidade escolhida para esta reflexão, Governador Valadares, pólo do leste mineiro, tornou-se conhecida no cenário nacional e internacional como exportadora de imigrantes, de lá tendo partido um expressivo número de indivíduos, com uma fé renovada no ideal do sonho americano.

De minha parte, devo dizer que fui criada na cidade e não me lembro da época em que não se ouvia falar em “morar nos Estados Unidos”. A imigração de valadarenses para lá naturalizou-se a tal ponto que, em inúmeras ocasiões, nativos e pessoas de outras regiões me perguntavam porque eu não havia emigrado. Cresci observando amigos/as e parentes, próximos ou distantes, se lançarem na aventura migratória em busca da prometida melhoria de vida. Tive também a oportunidade de conhecer pessoas que sonhavam em migrar, não por necessidade financeira, mas por desejarem conhecer o país que povoava, e ainda povoava, o imaginário de muitas pessoas da cidade¹

O fenômeno, pela sua intensidade, tornou-se hoje característico da mesma, como também seu estigma. Ao longo dos últimos anos, a região tem passado por um esvaziamento populacional, em função destas migrações, tendo se acentuado ao longo do tempo, especificamente a partir da década de 1960.

Em meados dos anos 1980, Valadares e região já se notabilizavam pela saída de migrantes para os Estados Unidos, tendo seu fluxo mais intenso se iniciado em decorrência da crise da economia brasileira de então, bem como das notícias vindas daquele país através de cartas e relatos de experiências de pessoas bem sucedidas. O desejo de sair do país foi também alimentado pelos investimentos feitos na cidade pelos/as migrantes, bem como pela

¹ É necessário levar em conta, entretanto, os resultados da pesquisa desenvolvida por Sueli Siqueira na cidade e região a crise imobiliária que assolou a economia norte-americana em 2007 inviabilizou a permanência de muitos imigrantes naquele país, obrigando-os/as a reverem seus planos e retornarem a origem. Nesta época os ganhos foram reduzidos em 43% enquanto 37% das pessoas entrevistadas sem documentos passaram a temer ainda mais a possibilidade de ser deportadas. Além disso, 39% das pessoas documentadas também retornaram em decorrência da crise no país e as consequentes dificuldades econômicas daí advindas. (SIQUEIRA, 2009).

imagem significativa dos convites de adesão ao *American Way of Living* por parte de quem lá já se encontrava (ASSIS 1995).

Os Estados Unidos passaram assim a figurar, no imaginário local, como um representante da “modernidade”, onde se encontrava facilmente trabalho e boa remuneração comparativamente ao mercado no contexto nacional. Contudo, embora na maioria vezes essas ocupações se caracterizassem pelo baixo *status* e prestígio social, elas se mostravam atrativas para estes sujeitos, cujas vivências poderiam vir a ser revertidas, apesar daquilo que pudessem ter experienciado de negativo. É comum, por exemplo, ouvir boatos de pessoas que pousavam em frente a casas com belas fachadas para enviarem fotos aos familiares, como uma maneira de sugerir seu sucesso no exterior.

Neste contexto, registram-se inúmeros rumores sobre o quanto a migração afetava famílias, uma vez que crianças e adolescentes eram deixadas aos cuidados de outrem, esposas se tornavam a cabeça da família, relações se desgastavam ou se rompiam. Sendo assim, muitos casais se separavam em razão da migração de um dos pares e, outras vezes, a separação ocorria após o retorno. Eventualmente, ao emigrarem, as pessoas se transformavam de alguma forma e, ao voltarem, não mais se reconheciam na relação anterior à migração, ou a pessoa que ficou não se adaptaria mais àquela que migrara e retornara. O que não invalida igualmente a possibilidade de casais que, vivenciando a migração para os EUA, preservaram-se, de algum modo reconfigurando o casamento e a família. Tais questões, de princípio, me motivaram a pesquisar este tema: a maneira pela qual os casais podem reagir face a tal mudança, vendo afetada de forma, ora positiva, ora negativa, sua realidade.

Ao iniciar as entrevistas, porém, outras questões foram se abrindo. Sob outra perspectiva, me pareceu importante desvendar a influência migratória sob a reelaboração da identidade de homens e mulheres emigrantes, ou, de certa forma afetados/as pelo fenômeno. Uma delas, por exemplo, diz respeito a uma percepção no campo do gênero, ou seja, como a sociedade passa a ver as mulheres cujos parceiros se encontram ausentes, e como estas se posicionam frente a tais situações. Assim, para responder a indagação central desta pesquisa, fui levada a abordar diferentes temas com os/as participantes.

O primeiro capítulo deste trabalho, “Fluxos Migratórios e Redes Transnacionais”, se volta para os processos migratórios e a relevância das redes transnacionais de migrantes na

configuração da dinâmica. Nele buscamos enfatizar a importância destas redes sociais de migrantes no direcionamento que o movimento migratório assume. (MASSEY, 1990 e 2006; TILLY, 1990; SOARES, 2003; ASSIS, 2011, SIQUEIRA, 2009 e outros/as). Assim, procurei contemplar a maneira como tais organizações operam, considerando as categorias de classe/gênero/etnia como parâmetros norteadores.

No segundo capítulo, “Identidades Culturais: diferença e diversidade em contextos migratórios”, dediquei-me a refletir sobre questões sobre identidade, diferença e diversidade, relacionadas à vida dos emigrantes valadarenses na região de Boston. Neste sentido, autores/as como Appadurai (2000), Eriksen (2006) Avtar Brah (2006), ligados/as aos Estudos Culturais e Pós-coloniais, nos serviram de arcabouço teórico, pois se voltam para estes conceitos acima mencionados como processos em permanente construção, permitindo compreender e criticar os discursos hegemônicos normativos estrategicamente utilizados na formação dos sujeitos.

Deste modo, pode-se notar que uma vez no destino, as pessoas se deparam com uma série de estereótipos a respeito de sua comunidade étnica e frequentemente produzem um discurso organizador da sua identidade no país de imigração. Este processo de articulação de identidades atua através de uma variedade discursiva que pode auxiliá-los a lidar com a assimetria de poder com a qual se defrontam quando inseridos em solo americano.

Assim, neste capítulo, procurei explorar a fluidez das identidades dos migrantes valadarenses na origem, após o retorno e no destino, identificando a maneira como são articulados e materializados tais jogos identitários por pessoas partícipes desta pesquisa. Atribuindo sentido simbólico às suas práticas sociais e remodelando sua identidade, eles tentam corresponder a um certo horizonte de expectativas desenhado pela comunidade de acolhimento a seu respeito.

O terceiro e último capítulo, “A Dimensão de Gênero e Identidade no Pensamento Feminista”, buscou responder à questão central deste estudo com o objetivo de levantar as influências da experiência migratória na construção das relações de gênero e de poder. Partimos da hipótese de que a inserção na dinâmica migratória potencialmente altera as relações estabelecidas entre os casais. Mas, o que muda nas relações de gênero? O que permanece? Como são negociados os termos do casamento?

Com o objetivo de responder os questionamentos acima, foi elaborada uma pesquisa sobre a vida de pessoas separadas que atribuem o deslocamento como a principal causa do fim dos relacionamentos. Nela, nos detivemos a investigar a vida de casais que migraram juntos e retornaram, aqueles que continuam como imigrantes, como também um casal cujo companheiro migrou e retornou enquanto a mulher permaneceu em Governador Valadares.

Para este estudo, os parâmetros teóricos nos quais me amparei são baseados no entendimento nos conceitos de gênero e agência de Judith Butler (2008) (BUTLER, 2001), para quem o mesmo deve ser visto numa perspectiva relacional e não substantiva. Para ela, conforme veremos, o gênero é construído através de um conjunto de normas reiteradas permanentemente através de atos performativos. Os desafios apresentados por ela, como a banalização das categorias fixas de masculino e feminino, serão retomados ao longo das discussões em torno das entrevistas realizadas.

Na esteira da reversão de categorias, detectou-se o problema de práticas de violência por parte dos maridos sobre as mulheres, particularmente as separadas. Para obter elementos explicativos para compreender tais questões baseei-me nas noções de Henrietta Moore (2000) sobre o que ela denomina de fantasias de identidade e fantasias de poder. As noções da antropóloga serão igualmente trazidas à tona, devido a sua pertinência com a realidade abordada.

Ademais, é notório que ao contrário do que ocorreu no início do fenômeno, hoje somam-se mais mulheres do que homens no quadro dos emigrados. (MOROKVASIC, 1984; ASSIS, 2007). Estudos recentes têm se dedicado a compreender as diferenças entre homens e mulheres na inserção no mercado de trabalho e a “problematizar as mudanças nas relações familiares e de gênero. (...) o fluxo brasileiro é constituído por uma diversidade étnica, de classe e de gênero que o termo ‘migrante brasileiro’ muitas vezes encobriu” (ASSIS, 2007: 746).

Quanto à metodologia adotada para tal fim, procedi à realização da pesquisa de campo na cidade de Governador Valadares, MG e em cidades situadas na região de Boston, MA, como Sommerville, Waltham, Wathertown. Como orientação, me inspirei na noção de campo transnacional de imigrantes desenvolvida por Levitt e Glick Schiller (2006), tendo em vista a inserção dupla na origem e no destino. Deste modo, os campos transnacionais interligam os/as agentes sociais de maneira direta, ou indireta, através das fronteiras.

Levamos em consideração que as relações dos/as migrantes e daquelas que permanecem na origem são potencialmente variadas, porém os diversos meios de comunicação possibilitam que ambos os lados se mantenham em interconexão independentemente das fronteiras físicas.

A técnica utilizada para a identificação dos colaboradores/as da pesquisa foi a “Bola de Neve”, que consiste na identificação de um/a informante que se enquadre nas características que interessam à pesquisa e, a partir desse contato, receber a indicação de outros/as possíveis colaboradores/as. A indicação feita pelos próprios indivíduos que compõem o universo pesquisado é importante para afiançar uma escolha mais impessoal – em relação ao pesquisador/a – e elevar a confiança entre entrevistado/a e investigador/a (BECKER, 1993).

Contei com o auxílio de pessoas conhecidas da cidade de Valadares cujos/as vizinhos/as e amigos/as, migraram e retornaram. Essa ajuda foi muito importante, pois os/as informantes se sentem mais seguros/as em colaborar com a pesquisa quando a pesquisadora é indicada por alguém de sua confiança. Além disso, outra pesquisadora sobre as questões migratórias em Valadares me indicou contatos, os quais me levaram a outros. Um dos requisitos para a escolha dos/as entrevistados/as era que as pessoas tivessem vivido a experiência migratória – seja como migrante, companheiro/a ou ex-companheiro/a de imigrante – por no mínimo dois anos.

Colaboraram com a pesquisa na cidade de Valadares, homens e mulheres que se enquadram nos seguintes critérios: Seis casais cujos companheiros migraram e retornaram e uma mulher que concedeu-me entrevista, mas seu companheiro não (07 entrevistas); um casal formado nos Estados Unidos e que retornou (02 entrevistas); cinco casais que migraram juntos e retornaram (10 entrevistas); uma mulher na mesma situação nos concedeu entrevista, mas seu companheiro preferiu não colaborar com o trabalho (01 entrevista). Também colaborou com a pesquisa uma mulher cujo companheiro se encontra no destino (01 entrevista). Quatro colaboradoras se separaram do companheiro após a migração do mesmo (04 entrevistas). Um dos homens entrevistados na cidade migrou com a companheira e se separou (01 entrevista). Um casal se encontra também nesta situação (02 entrevistas). Portanto, foram elaboradas 28 pesquisas entre julho de 2011 e julho e agosto de 2013. Para garantir o anonimato dos/as informantes seus nomes foram substituídos.

Nos Estados Unidos, os procedimentos para contatar os/as migrantes foram os mesmos utilizados em Valadares. Lá, recebi indicações de membros da igreja Católica *Saint Anthony Parish* de Allston, onde congregam muitas famílias brasileiras. Além disso, duas outras instituições foram importantes no apoio para encontrar informantes: o Centro do Imigrante Brasileiro e o Grupo Mulher Brasileira, ambos em Boston. Nas cidades da região de Boston, colaboraram com a pesquisa três casais de imigrantes (06 pessoas); dois homens separados; um homem imigrado, casado, cuja esposa permaneceu em Valadares e cinco mulheres separadas totalizando 14 entrevistas.

Privilegiei a metodologia de pesquisa qualitativa, pois essa abordagem possibilita a apreensão dos elementos subjetivos, como crenças, valores e atribuição de sentidos que as pessoas conferem às suas vivências. Deste modo,

[E]ssas pesquisas partem do pressuposto de que as pessoas agem em função de suas crenças, percepções, sentimentos e valores e que seu comportamento tem sempre um sentido, um significado que não se dá a conhecer de modo imediato, precisando ser desvelado (ALVES-MAZZOTTI E GEWANDSZNAJDER 1999, p. 131).

O recurso utilizado como base interpretativa da realidade investigada foi a “entrevista em profundidade”, apoiada no pressuposto de que “o conhecimento não é algo acabado, mas uma construção que se faz e refaz constantemente” (LÜDKE e MARLI, 1986, p. 18). Portanto, ao longo da pesquisa, procurei ser sensível aos novos questionamentos que sempre surgiam, uma vez que, ao lidar com ações, comportamentos, interações e subjetividades dos participantes foi preciso considerar a sua história e a sua situação no momento, sempre ciente de que novos elementos poderiam emergir no processo de investigação – como de fato surgiram-, e, assim, revelar a multiplicidade de dimensões presentes na situação investigada.

Com o objetivo de enfocá-las como um todo, evidenciando a inter-relação dos seus componentes, considerei de fundamental importância coletar dados através de entrevistas não estruturadas e semiestruturadas em profundidade. O valor deste tipo de coleta relaciona-se à possibilidade de me guiar de acordo, com a maneira em que as questões forem se

apresentando e se configurando no processo de investigação, para assim, alcançar uma elucidação mais efetiva das mesmas.

No contato inicial, me utilizei da entrevista não estruturada. Primeiramente, introduzi o assunto – apresentei os objetivos da pesquisa – e deixei que as pessoas falassem um pouco de si. Gradativamente, fui abordando alguns tópicos de interesse, na medida em que a conversa avançava (ALVES-MAZZOTTI E GEWANDSZNAJDER, 1999). No segundo momento, eu me guiei por uma entrevista semiestruturada. Nesta etapa, foram focalizadas as questões voltadas à apreensão dos significados atribuídos pelos/as interlocutores/as ao tema em questão. Apresentei, em seguida, perguntas específicas, mas deixando que as/os colaboradores/as respondessem nos seus próprios termos e, muitas vezes eles e elas, falaram livremente sobre as suas experiências, acrescentando fatos e elementos que, inicialmente, eu não havia previsto que seriam contemplados, o que enriqueceu muito os relatos.

Procurei atentar-me para as indicações de Sarti (2004) de que a prática antropológica implica numa postura de diálogo com os grupos sobre os quais se dedica a estudar, de maneira a lidar com “o/a outro/a” valorizando os seus saberes e práticas, buscando compreendê-los e respeitá-los segundo seus próprios termos.

Assim, para articular o feminismo com a prática antropológica é preciso reconhecer que o outro possui um saber e o reconhecimento da validade do seu discurso é fundamental, portanto, eu procurei relativizar a minha maneira de pensar, me esforcei para constituir o diálogo pautado na “exigência de sair de si”, num esforço para não me esquecer de que: “O contexto do pesquisador explica sua interpretação, as referências epistemológicas com as quais constrói a sua análise, mas não necessariamente a do pesquisado” (SARTI, 2004, p.47). Deste modo, ainda que este trabalho não tenha um caráter etnográfico, eu me esforcei em me lembrar de que, para se compreender a perspectiva do/a outro/a, é preciso considerar “a regra cardinal da etnografia: os informantes estão sempre certos”² (ORTNER, 2006, p. 97).

CAPÍTULO I – FLUXOS MIGRATÓRIOS E REDES TRANSNACIONAIS

² “... The cardinal rule of ethnography: the informant is Always right” (ORTNER, 2006, p. 97).

Com o propósito de compreender questões mais abrangentes sobre a dinâmica imigratória, inicio este capítulo lançando o olhar sobre processos de globalização e de transnacionalização, a fim de chegar à formação das redes transnacionais de migrantes e, em seguida, focalizar o caso de Governador Valadares, cidade em que realizei parte deste estudo. Pensar estes sujeitos como transmigrantes é reconhecê-los/as como pessoas conectadas a pelo menos dois lugares ao mesmo tempo.

A reflexão sobre estas redes transnacionais de migrantes assume importância neste trabalho, não só para entender as razões pelas quais as pessoas se inserem em determinados fluxos migratórios e a maneira como o fazem, mas, particularmente, porque através delas, tanto as pessoas que migram, quanto as que ficam na origem, se mantêm conectadas. Tais redes, em suas diferentes manifestações, permitem, por exemplo, que remessas de dinheiro sejam enviadas ao Brasil a partir do país de acolhimento; casais com filhos/as contam com o apoio de parentes e amigos para o cuidado daqueles/as que ficam no Brasil enquanto estão migrados. Em sua ambiguidade e assimetria, elas podem também servir como dispositivo de controle do/a companheiro/a que ficou no país de origem.

A globalização significa o incremento de processos iniciados muito antes do século XX, quando o conceito foi estabelecido, tendo por marco inicial o avanço e a disseminação do “capital” pelo mundo. Este processo remonta a fase do domínio e espoliação colonial empreendido por países da Europa, bem como o surgimento dos mercados capitalistas ao redor do mundo, caracterizando-se por uma clivagem entre os diferentes lados em disputa: por um lado, residia um mercado global bastante heterogêneo e, do outro, os Estados nacionais centralizadores. Ambos marcaram o compasso dos sistemas capitalistas globais no seu início. A busca pela estabilização dos sistemas estatais europeus levou à criação de vários acordos entre os países dominantes e suas colônias. O imperialismo característico desses sistemas alcançou o auge no final do século XIX. Sua trajetória, sucesso e seu fim estiveram diretamente relacionados às duas guerras mundiais pela efetivação do Estado-nação, em especial, após a II Guerra, pelos movimentos de independência nacional e pela descolonização.

Após os anos de 1970, o processo de globalização se manteve caracterizado por assimetrias estruturais de riqueza e de poder, porém, começou a atuar no globo de maneira mais abrangente, ainda que irregular. Neste sentido, se fizeram – e ainda permanecem – presentes os interesses das empresas transnacionais, dos mercados mundiais desregulamentados, do movimento mundial do capital e do avanço dos meios de transporte e das tecnologias de comunicação que – nos anos de 1960 e 1970 – inauguram a era “transnacional” do sistema global, cujo “centro cultural” encontra-se cada vez mais difuso, pois está em todo lugar e em nenhum lugar. Neste contexto, os Estados nacionais assumem funções que, em muitas circunstâncias, são dependentes das produções dos sistemas globais mais amplos; existem sistemas acima das nações – como a União Europeia, por exemplo – que concorrem para a corrosão da autoridade desses Estados.

Para Hall (2009), teórico dos Estudos Culturais, a hegemonia dos Estados Unidos no atual contexto relaciona-se ao papel e ao seu desejo de domínio neoimperial mais do que ao seu *status* em si de Estado-nação. Parece haver um consenso entre diferentes estudiosos/as – mesmo entre aqueles/as cujas orientações teóricas sejam distintas – de que os processos de globalização desafiam a noção convencional de Estado-nação e muitos/as defendem que esse tenha sofrido transformações graças a processos que fizeram emergir os novos padrões econômicos globais; os acordos regionais; plurilaterais, e assim por diante.

O geógrafo britânico David Harvey (1992) criou, assim, a noção de “compressão espaço temporal” para se referir ao fenômeno histórico calcado no avanço tecnológico no qual o “espaço é aniquilado através do tempo”, fazendo emergir um mundo encolhido, onde todas as pessoas e localidades estão, em maior ou menor medida, expostas a tal fenômeno. Por conseguinte, na contemporaneidade quase ninguém deixa de sofrer as consequências dessa condição. A compressão espaço/tempo complexificou o trânsito humano, da informação e dos objetos, em escala planetária, pois as mudanças e os ajustes espaciais se relacionam com o fim do tempo e do espaço como aspectos materialmente tangíveis, enquanto uma medida importante para a ação e o pensamento das pessoas. Sob essa perspectiva, “a realidade [neste contexto] é antes criada do que interpretada...” (HARVEY, 1992, p. 275).

Deste modo, os processos de globalização acabaram por plasmar o espaço de uma forma renovada, simultaneamente integrando-o e o diferenciando. Pessoas passam, em função

deste fenômeno, a vivenciar escalas temporais e espaciais oscilantes, como, por exemplo, aquelas que se encontram em situação migratória. O mundo contemporâneo é o mundo do paradoxo, unificado pelo mercado e individualizado. Ao mesmo tempo em que, através das plataformas midiáticas, como a internet, fazemo-nos virtualmente “presentes” em qualquer lugar do planeta, o fazemos de forma cada vez mais isolada fisicamente, sem sair da frente de nossos computadores, sociabilizando-nos através das redes sociais, nos aproximamos uns dos/as outros/as marcados/as pela distância temporal e espacial. Visto deste modo, somos cidadãos de comunidades virtuais fragmentadas, efêmeras e voláteis, forjadas no hiperespaço imagético e fluido. Em decorrência disso, estas novas escalas espaço temporais tensionam o significado da experiência humana (HARVEY, 1992).

Com a expansão global da economia e da política capitalista, criou-se a base tecnológica e econômica de onde se iniciou aquilo que se convencionou denominar “transnacionalismo”. O termo exprime o fato de que existe um sistema mundial em que, a partir de vários espaços, é possível manter contato e estabelecer relações entre empresas e pessoas de maneira virtual e instantânea e, cada vez mais, independente dos Estados-nação circunscritos na localidade. Nesta conjuntura, fronteiras são relativizadas graças à velocidade e simultaneidade, as quais trazem, para o mesmo plano, lugares distintos. Nas palavras do antropólogo Gustavo Ribeiro, “transformando as representações sobre a pertença aos lugares” (RIBEIRO, 1996, p. 3).

Assim, a transnacionalização é um efeito de nossos dias, com características políticas, ideológicas, ligadas à globalização. Não obstante, o processo de transnacionalização interessa à antropologia, pois nele estão envolvidos elementos que sempre preocuparam este campo de estudos. Ribeiro (1996) elenca cinco razões para este interesse,

Primeiro em termos mais amplos, a relação entre realidades locais e supralocais (...). Segundo, os distintos fluxos, encaixes e relações entre populações diferenciadas, considerando-se a circulação e o intercâmbio de pessoas, objetos e informação. Terceiro, as formas de representar e pertencer a unidades sociopolíticas e culturais, (...). Quarto, a mudança sociocultural, política e econômica, vista hoje necessariamente em um contexto de aumento enorme da complexidade. Quinto, a existência de distintos níveis de

integração e suas relações de inclusão e poder de estruturação³ (RIBEIRO, 1996, p. 02).

Dentre os processos de globalização, a das “culturas”, pelo menos potencialmente, garante o contato e a possibilidade de vivência e “convivência”, ainda que virtual, entre as diferentes “culturas” espalhadas pelo globo, influenciando os modelos culturais ancorados na nação, num contexto em que as fronteiras espaciais entre estes povos não se encontram mais tão bem delineadas.

Os processos de globalização e de transnacionalização também propiciam que pessoas, cujas identidades foram construídas por diferentes esferas de valores e de significados simbólicos, tenham acesso aos diversos locais do mundo. Tal contato faz com que essas identidades, em sua incessante construção, sejam relativizadas a partir da compreensão do espaço e do tempo simbólico. Dentre os aspectos mais importantes da globalização atuantes sobre as identidades nacionais, se encontra a relação espaço/tempo (HALL, 1998). Para Hall (2000), estas categorias “são também coordenadas básicas de todos os sistemas de representação” (HALL, 2000, p. 71). Mudanças nas relações espaço/tempo nos diferentes sistemas de representação – em especial dos meios de comunicação – afetam profundamente a maneira como as identidades são localizadas e constituídas.

É comum para que o Estado pressuponha a existência de fronteiras territoriais rígidas, as quais são compostas por um contingente populacional que compartilha, entre si, determinadas representações de mundo baseadas naquilo que se entende por uma identidade linguística, social, cultural e étnica. Aliado a isso, no interior de seu território as pessoas se organizam, de acordo com o antropólogo Steven Vertovec “... por meio de uma ideologia que

³ Hay varios temas centrales en la producción clásica y contemporánea que son pertinentes para esta discusión. Primero, y en términos más amplios, la relación entre realidades locales y supralocales, es un problema, digamos, eterno en antropología. Segundo, los distintos flujos, encajes y relaciones entre poblaciones diferenciadas, considerándose la circulación y el intercambio de personas, objetos e información. Tercero, las formas de representar pertenencia a unidades sociopolíticas y culturales, otro tema antropológico clásico. Cuarto, el cambio sociocultural, político y económico, visto hoy necesariamente en un contexto de aumento enorme de complejidad. Quinto, la existencia de distintos niveles de integración y sus relaciones de inclusión y poder de estructuración (RIBEIRO, 1996, p. 02).

se representa na Constituição e um Estado composto por instituições legais⁴” (VERTOVEC, 2006, p. 165).

A economia política global é perpassada por processos variados e simultâneos, dentre eles, o transnacionalismo migrante. O tradicional modelo de Estado-nação implica em uma ideia ou um sentido de identidade que marca as pessoas de uma mesma nacionalidade. As pessoas tendem a crer que, ao viver em um território de fronteiras bastante demarcadas, elas tenham também uma mesma identidade. No interior das fronteiras da nação existe um corpo de leis que garantem a manutenção da ordem social e política concebida como distinta de outros ordenamentos de fora de seus limites territoriais, o que, em muitos casos, reforça e baliza o sentimento de identidade coletiva, de modo que identidades, fronteiras e ordenamentos legais, se autenticam e renovam a sua produção, através de um conjunto de discursos, ritos e instituições políticas; educativas; burocracias estatais formais e interações sociais informais; regras institucionalizadas ou reafirmadas na prática, e por um sistema de fundamentos e expectativas sobre o que deve ser o comportamento público e privado dos concidadãos.

As migrações transnacionais afetam a noção tradicional de Estado-nação, pois elas confrontam as ordens locais, diluindo as fronteiras e transformando as identidades, ao passo que resignificam as noções de limite. Esta realidade faz com que os fluxos migratórios internacionais assumam a pauta política do dia em muitos países receptores. Nas palavras de Vertovec,

As dimensões políticas do transnacionalismo migrante estão profundamente integradas nos tipos particulares de mudança estrutural que operam na atualidade expostos em todos os ideais de longa data de identidades-fronteiras-ordens. Estes implicam de maneira especial as práticas dos migrantes em torno da dupla cidadania, nacionalidade e a filiação política na terra natal⁵ (VERTOVEC 2006, p. 168).

⁴ “...por medio de una ideología que se representa en la Constitución y un Estado compuesto por instituciones legales” (VERTOVEC, 2006, p. 165).

⁵ Las dimensiones políticas del transnacionalismo migrante están integradas profundamente en los tipos particulares de cambio estructural que operan en la actualidad y que puede verse ponen a prueba sobre todos los ideales de larga data de las identidades-fronteras-órdenes. Éstos involucran de manera especial las prácticas de los

As práticas transnacionais dos/as imigrantes afetam áreas de interesse do Estado, pois, ainda que conceitualmente, reconfiguram as identidades; as fronteiras e as ordens sociais institucionais, impactando as estruturas legais e os imaginários nacionais. As identidades se relacionam com questões de pertença, lealdades, valores morais e políticos; as fronteiras têm haver com territorialidade, admissão, *status* legal, deportações; as ordens implicam em soberania, como o *status* legal, direitos civis sociais e políticos e se relacionam também com as obrigações e os acessos aos serviços públicos (VERTOVEC, 2006, p. 171).

Ao refletir sobre fronteiras, identidades e ordenamentos, o autor propõe que o desenvolvimento de cada uma destas noções deva ser avaliado à luz das outras duas, já que elas se influenciam mutuamente. *Fronteirizar* implica no cruzar, remover, transformar, multiplicar ou diversificar de fronteiras. Em muitos sentidos, estas não se separam dos processos de formação de identidades que contribuem para demarcar e individualizar. Os ordenamentos constituídos influenciam sobremaneira os processos de individualização e de segmentação.

A possibilidade de atravessar fronteiras, no caso das migrações internacionais, se relaciona de maneira direta à formação das redes sociais migratórias. Assim, inicialmente, abordarei como a construção destas se apresenta como uma maneira de viabilizar, em tempos de transnacionalização, deslocamentos rumo às migrações de longa distância. Em seguida, tratarei do papel delas na seletividade da migração internacional, em especial no que tange a sua importância na dinâmica migratória de valadarenses para os Estados Unidos – meu foco de análise nesta pesquisa.

1.1 - Redes sociais: as marcas seletivas dos fluxos migratórios transnacionais

As reflexões teóricas em torno das redes sociais, como chave explicativa para os deslocamentos internacionais, advém da demanda por levar em conta fenômenos sociais concretos para que se torne possível compreender as marcas seletivas de processos migratórios. Nos anos de 1940 e 1950, a preocupação dos/as antropólogos/as se voltava para

migrantes en torno a la doble ciudadanía-nacionalidad y la filiación política en el terruño (VERTOVEC, 2006, p. 168).

a criação de novas ferramentas analíticas que colaborassem para a superação de noções estáticas e sincrônicas, características das análises estrutural-funcionalistas. Max Gluckman criou a Escola de Manchester, a qual, em seus estudos, enfatizava a distância entre a concretude dos comportamentos sociais e os valores e padrões considerados ideais pelas sociedades estudadas. A tentativa então era focar as tensões, contradições e as mudanças dos fluxos sociais (ASSIS, 2011).

Os/as imigrantes de localidades rurais-tribais que se mudavam para cidades coloniais-industriais criavam redes sociais que se expandiam entre estes dois espaços, os quais constituíam um mesmo campo social criado por elos distintos. Ao considerarem deste modo seu contexto de análise, os estudiosos extrapolaram então a focalização exclusiva no indivíduo. Os pioneiros na utilização da noção de redes sociais foram os antropólogos ingleses que se debruçavam sobre a urbanização na África. Assim, a ênfase que anteriormente repousava sobre o funcionalismo estrutural cedeu espaço para o conceito de processo.

Uma das principais críticas a tais pesquisas desenvolvidas pela Escola de Manchester reside no fato de que, apesar dos representantes dessa vertente terem desenvolvido suas noções com o objetivo de superar a perspectiva analítica funcionalista, eles se mantiveram influenciados por essa visão teórica. Atendo-se a “... identificação das redes, sua densidade e seu tamanho” (ASSIS, 2011, p. 60), seus estudos voltavam-se para a integração, adaptação das pessoas aos contextos de mudança e a quantidade de relações que elas instituíam, deixando de lado as tensões, relações de poder, bem como a mudança social.

As antropólogas Peggy Levitt e Nina Glick Schiller (2006) articulam a perspectiva transnacional à noção de redes desenvolvida, pioneiramente, pela Escola de Antropologia de Manchester e ao conceito de campo em Pierre Bourdieu. Ao longo do trabalho destas autoras, a sociedade é vista como uma esfera de interação social estruturada pelas relações de poder, os limites do campo são móveis e criados pelos agentes sociais em permanente luta em seu interior.

A definição de campo social usada por Levitt e Glick Schiller (2006) implica “... um conjunto de múltiplas redes entrelaçadas de relações sociais, através das quais se intercambiam de maneira desigual, se organizam e se transformam as ideias, as práticas e os

recursos⁶” (BASCH; SCHILLER e SZANTON-BLANC⁷, 1994, apud LEVITT e SCHILLER, 2006, p 198). Os campos sociais possuem, assim, determinadas dimensões e abrangem as interações estruturadas de formas plurais com níveis de profundidade e alcance distintos. Portanto, “[a]s fronteiras nacionais não são necessariamente contíguas com as fronteiras dos campos sociais⁸” (LEVITT e SCHILLER, 2006, p 198).

Conforme relatam os/as sociólogos/as Teresa Sales (1995) e Portes (1999) em seus trabalhos, Basch, Schiller e Szanton-Blanc analisaram a experiência de imigrantes das Filipinas e do Haiti em Nova York. Dessa pesquisa emergiram as teorizações que defendiam a necessidade de novos conceitos, capazes de oferecer ferramentas analíticas necessárias a uma melhor compreensão sobre as migrações. O transnacionalismo como ferramenta teórica pretende, então, “... dar conta da experiência e da consciência dessa nova população imigrante – os transmigrantes” (SALES, 1995, p. 95).

Por transnacionalismo se entende o processo através do qual os/as imigrantes criam esferas sociais capazes de ligar a terra natal ao país de destino. Estes/as transmigrantes utilizam das suas interações sociais – bem como de suas identidades construídas por sua posição conectada a diferentes áreas sociais ao mesmo tempo – tanto no que tange à adaptação, quanto à resistência em torno das árduas condições que se lhes impõem e as ideologias dominantes presentes nos campos sociais transnacionais nos quais estão inseridos.

Blach, Schiller e Szanton-Blanc (1994) analisaram a vivência de imigrantes com inserção dupla na dinâmica migratória, na origem e no destino, relacionando-a com as particularidades dos dois países pesquisados e, também, com as atividades e empreendimentos desenvolvidos por esses sujeitos em Nova York. Dentre os novos imigrantes caribenhos e asiáticos para os Estados Unidos, a ida de Haitianos/as e Filipinos/as se destaca por serem as mais antigas e por resultarem da instabilidade econômica característica destes países, “... cuja vinculação econômica aos Estados Unidos é um elemento estrutural fundamental no seu

⁶ “... un conjunto de múltiples redes entrelazadas de relaciones sociales, a través de las cuales se intercambian de manera desigual, se organizan y se transforman las ideas, las prácticas y los recursos” (BASCH; SCHILLER e SZANTON-BLANC 1994, apud LEVITT e SCHILLER, 2006, p 198).

⁷ BASCH, L.; N. Glick SCHILLER; SZANTON-BLANC(eds), 1994, *Nations Unbound: Transnational Projects, Postcolonial Predicaments, and Deterritorialized Nation-States*, Ginebra.

⁸ “[I]as fronteras nacionales no son necesariamente contiguas con las fronteras dos campos sociales⁸” (LEVITT; SCHILLER, 2006, p 198).

desenvolvimento econômico e até político” (SALES, 1995, p. 95). Tal circunstância motivou as primeiras a estudarem a vida de migrantes⁹ que possuem empreendimentos econômicos nos dois países – de origem e de destino – através de uma rede de relações que superam os limites nacionais.

Campos sociais transnacionais interligam os agentes sociais pelas relações diretas, ou indiretas, através das fronteiras. Na análise de Levitt e Glick Schiller (2006), um campo não é privilegiado em detrimento do outro e somente a análise empírica será capaz de dizer a maior força relativa entre eles. As dinâmicas entre os/as que migram e as pessoas que ficam na origem são potencialmente variadas, as diferentes formas de comunicação permitem que as pessoas de ambos os lados se mantenham conectados/as independentemente das fronteiras geográficas. As redes no interior do campo, por sua vez, também podem variar, estar ligadas entre si de forma mais ou menos forte mas, de qualquer maneira, são capazes de influenciar as pessoas que mantêm relações transnacionais com aquelas que não as mantêm, influenciando-as indiretamente graças ao fluxo de ideias, dinheiro e materiais que chegam a um campo social marcado por tais trânsitos.

Assim, as orientações cotidianas são transformadas de maneira que, aqui e lá, impliquem em trocas que marcam a transnacionalização das instituições – famílias, igrejas, escolas, etc – e das práticas sociais entre aqueles/as que participam do processo de migração internacional. Esses câmbios se manifestam nas paternidades e maternidades exercidas desde o estrangeiro, estão presentes em conjugalidades que se alteram e nos empreendimentos feitos no país de origem com as remessas enviadas do país hospedeiro, o que resulta na formação de consciências que transformam a percepção dos envolvidos em vidas transnacionais. No entanto, tais orientações não são facilmente mensuráveis, nem tampouco se manifestam de maneira homogênea entre as diferentes famílias, grupos e indivíduos envolvidos. Nenhuma delas deve ser desmerecida pelo impacto que têm nas:

⁹ A situação destes imigrantes é apontada como distinta da maior parte dos imigrantes brasileiros que se dirigem aos Estados Unidos ou para Portugal, pois esses imigrantes são na sua maior parte trabalhadores/as que se inserem no mercado de trabalho secundário (SALES 1994).

...Trajetória e estratégias de vida individual e familiar, o sentido dos indivíduos sobre si mesmos e sobre a pertença coletiva, o ordenamento das memórias pessoais ou de grupo, os padrões de consumo, as práticas socioculturais coletivas, as aproximações da criança e dos filhos e outros modos de reprodução cultural¹⁰ (VERTOVEC, 2006, p. 165).

Estas últimas estão relacionadas às influências das reorientações dos pontos de referência da primeira geração de imigrantes sobre a segunda e as subsequentes. Muitos/as imigrantes se adaptam ao seu novo contexto de vida de maneira duplamente orientada, especialmente aqueles/as que cultivam fortes elos afetivos e de trocas materiais com o país de onde partiram. As intensivas práticas de comunicação transnacionais, bem como de afiliações e de trocas, podem afetar, de diferentes maneiras, os/as imigrantes, seja no que diz respeito a sua adaptação ao país de destino ou na manutenção dos vínculos entre as pessoas e ideias de pertença à comunidade de origem.

Neste sentido, a noção de campo, conforme foi desenvolvida por Levitt e Glick Schiller (2006), trás à tona as ligações existentes entre o local, o nacional, o transnacional e o global, de certa forma todas essas conexões se “localizam”, na medida em que os nexos próximos, ou distantes, penetram a vida das pessoas que vivem em dado lugar. No interior da localidade, os indivíduos que jamais imigraram podem participar de redes pessoais, ou ter contato com ideias e informações, que as liguem a outras pessoas residentes em outros países através das fronteiras do Estado-nação ou globalmente. As interações e ações cotidianas das pessoas, dentro dos campos sociais, são influenciadas por diferentes conjuntos de leis e instituições, de maneira que as relações sociais e as práticas condizem não apenas a mais de um Estado, mas também a instituições sociais – grupos religiosos, escolas, famílias e etc – existentes em outros países, além das fronteiras do seu próprio território.

Ainda segundo a perspectiva de Levitt e Glick Schiller (2006), não é possível afirmar que as pessoas que mantenham conexões indiretas com vínculos sociais transnacionais serão menos impactadas do que aquelas que têm ligações mais fortes e diretas com os imigrantes

¹⁰ ... trayectoria y estrategias de vida individual y familiar, el sentido de los individuos sobre sí mismos y sobre la pertenencia colectiva, el ordenamento de las memorias personales o de grupo, los padrones de consumo, las prácticas socioculturales colectivas, las aproximaciones a la crianza de los hijos y otros modos de reproducción cultural ¹⁰(VERTOVEC, 2006, p. 165).

transnacionais. O mesmo acontece com a ação social e a constituição das identidades que podem ser influenciadas de forma indireta pela dinâmica no interior do campo, por exemplo, ao receberem informações de alguém que tenha alcançado sucesso em sua vida no país de acolhimento, indivíduos que não participam diretamente do campo, por não terem contatos imediatos com outros imigrantes, podem ser contaminados com ideias e representações positivas de determinado destino e ter despertado em si o desejo de tentar a vida no exterior.

Refletir sobre a dimensão transnacional das redes migratórias para os Estados Unidos implica considerar que muitas práticas sociais, hoje entendidas como transnacionais, já faziam parte da vida de imigrantes do passado que chegaram àquele país no fim do século XIX e início do XX. Na medida em que foram se aprofundando os estudos sobre o tema, chegou-se ao acordo de que o transnacionalismo não é uma prática recente, mas resulta numa nova perspectiva analítica (PORTES e DEWIND, 2006). Segundo esses sociólogos, retratar os processos migratórios na perspectiva do transnacionalismo implica na problematização das noções de assimilação, aculturação e integração como um processo gradual e irreversível dos migrantes na sociedade de acolhimento. Além disso, é preciso reconhecimento da existência de um movimento contínuo de ida e volta que permite às pessoas manterem-se presentes em ambas as sociedades e culturas, desfrutando das oportunidades econômicas e políticas em que se amalgamam tais vidas duais, o que se aplica especialmente àqueles/as que possuem dupla cidadania.

Na contemporaneidade, entretanto, o desenvolvimento dos meios de comunicação e de transporte são de fundamental importância na transformação qualitativa das características do transnacionalismo, pois passou a permitir uma troca “transfronteiriça” – *transfronterizo* – mais dinamizada e espessa, de maneira jamais vista em momentos históricos antecedentes (PORTES e DEWIND, 2006). Hoje em dia, com as possibilidades abertas pelas plataformas da internet, o desenvolvimento de redes de apoio ao migrante e o barateamento das passagens aéreas, se torna possível um contato muito mais veloz e flexível entre os imigrantes e as suas sociedades originárias e dos potenciais migrantes com a sociedade de acolhimento.

Para Massey et al. (1987), as motivações iniciais da imigração podem ser muito diversas daquelas que surgem ao longo do tempo para justificar a permanência. A princípio, os deslocamentos internacionais se relacionam com as transformações estruturais nos pontos

de origem dos fluxos e nas sociedades receptoras. Ao se consolidarem, as redes sociais garantem a manutenção dos deslocamentos e os transformam em movimentos massivos.

Com a emergência das imigrações laborais de longa distância despontam as redes sociais que ligam os imigrantes à sua terra natal. Com o tempo, tais redes se consolidam fazendo com que o fluxo migratório se autonomize, fortalecendo-as a tal ponto que, mesmo nos casos em que os incentivos econômicos que impulsionaram o processo diminuíam ou cessem, elas são capazes de sustentar o prosseguimento do movimento (MASSEY, 2006). Na contemporaneidade, as informações ultrapassam rapidamente as fronteiras o que, aliado à flexibilidade destas redes, sobrepõe facilmente os esforços dos governos em regular, controlar e até colocarem fim a estes fluxos.

As redes são compostas pelos elos sociais que conectam as pessoas entre si, elas se ancoram nas esperanças que as pessoas têm em comum e em atitudes determinadas que sustentem os deslocamentos de indivíduos; de bens e de informações; que conectam imigrantes com não migrantes, vinculando as sociedades de origem a determinados pontos no destino, formando assim, as redes de apoio à migração. Autores/as preocupados/as com o fenômeno migratório internacional utilizam-se da noção de redes sociais para extrapolar a compreensão das migrações de longa distância como uma decisão racional e individual que leva em conta apenas a relação custo/benefício ao se decidir pelo projeto de deslocamento. Tais teóricos consideram que a resolução pela inserção no processo de migrar relaciona-se a uma série de elos tecidos nas e pelas relações sociais (BOYD, 1989; MASSEY, 1990; TILLY, 1990; SOARES, 2003; ASSIS, 2011; SIQUEIRA, 2009).

De acordo com Boyd (1990), Massey (1990) e Tilly (1990), o estabelecimento das redes sociais ocorre a partir da imigração dos/as pioneiros/as para determinado destino, esses continuam se relacionando de forma próxima com seu local de origem e, assim, criam, constroem e encontram maneiras de viabilizar o processo de migrar. A conexão entre o país hospedeiro e a terra natal é facilitada pelos parentes, amigos e conterrâneos, através de informações a respeito das possibilidades de se encontrar trabalho onde já se encontram os/as primeiros/as migrantes, pelo auxílio financeiro para se efetivar o processo da viagem, hospedagem temporária oferecida aos que vão chegando ao destino, indicações ao primeiro emprego e assim por diante.

As redes sociais de migrantes são configurações constituídas historicamente como responsáveis pelas conexões entre pessoas, grupos sociais e comunidades, que oferecem o apoio necessário para a saída e a entrada de indivíduos e grupos nos países de origem e de destino. Segundo Massey et al. (1987), o conceito de redes sociais lança luz sobre o entendimento das razões da permanência dos movimentos migratórios internacionais e de como as pessoas se inserem nas correntes migratórias.

Portanto, as redes sociais – grupos de amigos e parentes – que facilitam as migrações difundem a ideia da possibilidade de se conseguir empregos bem pagos em outros países, diminuindo os riscos pessoais da imigração, podendo se ampliar até alcançar a forma de comunidades internacionais e se constituir em capital social (PORTES, 1999). Dessa perspectiva, tais redes são construções socioculturais que se efetivam através de estratégias voltadas à institucionalização e organização de relações grupais: elas são processuais e dinâmicas, resultando em capital social de imigrantes.

Possuir capital social implica em ser capaz de acessar o conhecimento e os recursos escassos disponíveis a quem pertence à determinada rede “ou estruturas sociais mais amplas”, o que está conectado à quantidade e a qualidade desses recursos – sejam os econômicos tangíveis: descontos, empréstimos sem juros, ou os intangíveis: informações sobre negócios e empregos e etc – e conhecimentos. Além disto, os recursos que se obtêm por meio do capital social vêm imbuídos de uma esperança de reciprocidade futura (PORTES, 1999, p. 15). Nas palavras de Portes,

Os recursos em si *não* são capital social; o conceito refere-se (...) à *capacidade* do indivíduo para os mobilizar quando necessita. A característica conceptual fundamental desses recursos é que, do ponto de vista do mercado, são gratuitos para os beneficiários. Têm o estatuto de “ofertas” na medida em que não se espera que sejam pagos (...) em dinheiro ou em outros valores, num período de tempo definidos (PORTES, 1999, p. 16).

Tilly (1990) realça também a relevância da ação dos grupos e as redes constituídas, de migração e de mercado laboral. Desta perspectiva, o que possibilita a imigração, não são as

peessoas consideradas individualmente e, nem as famílias, mas o conjunto de pessoas conectadas por conhecimentos, ligações de amizade e experiência de trabalho, as quais veem na imigração uma possibilidade para a resolução de seus problemas numa fase difícil de suas vidas. Ao imigrar, as pessoas levam consigo, além de seus projetos individuais ou sociais, sua identidade étnica, suas relações de parentesco, suas identidades de gênero, ou seja, as marcas de sua experiência cultural prévia, as quais são continuamente construídas. Estas são ajustadas às novas interações junto a outras redes tanto no país de destino quanto no de origem. Deste modo, as redes têm implicações nos locais de imigração, pois os valores sociais dos imigrantes acabam por impactar aqueles países através da recriação de laços sociais e a adaptação destes ao local de destino. Lemos:

Em cada caso os membros das redes cujas identidades e estruturas internas iam elas mesmas se alterando continuamente, negociaram novas relações com outras redes incluindo aquelas no país de origem¹¹ (TILLY, 1990, p. 86).

Ao chegarem ao país de acolhimento, as pessoas não raramente se deparam com uma sociedade cujos valores culturais elas desconhecem. Muitas vezes não se domina o idioma local e nem os códigos culturais, o que faz com que as redes minimizem os riscos da migração. As redes sociais são suportes vitais para o enfrentamento dos obstáculos presentes nas dinâmicas migratórias. Vejamos como elas se articulam no caso de Valadares.

¹¹ In each case members of networks whose identities and internal structures were themselves changing continuously negotiated new relations with other networks including those on the country of origin (TILLY, 1990, p. 86).

1.2 – O processo da constituição das redes: a “vocação” migratória de Governador Valadares

Na compreensão teórico/analítica das dinâmicas migratórias internacionais, é relevante se reconhecer o papel das redes sociais que se formam pautadas na identidade de origem de seus componentes, em função de vários aspectos relativos a estes fluxos. Dentre estes, destacam-se tanto as interações sócio-culturais implícitas ao processo, quanto à noção de transnacionalidade, a qual nos permite acompanhar de perto as relações estabelecidas entre ambos os lados – o dos que deixam, e o dos que ficam na terra natal. Tal noção, encontrada e difundida nos estudos dos coletivos de imigrantes mais reconhecidos nos Estados Unidos e na Europa, demonstra que estes grupos mantêm, ao longo do tempo, conexões econômicas, sociais, políticas, religiosas e culturais entre seu país de origem e o local de destino.

Nesta empreitada, as redes sociais desempenham um papel fundamental por disponibilizarem as estratégias e os recursos para a entrada do indivíduo no seu destino, quer seja de maneira indocumentada ou documentada. Assim sendo, a noção de transnacionalismo se faz, em especial pertinente para refletir sobre as relações familiares e econômicas desenvolvidas pelos/as imigrantes a partir de sua inserção na metrópole.

O fenômeno foi fruto de interesse por parte de pesquisadores/as tais como – Assis (1995), Sales (1999), Soares (2002), Siqueira (2009), os quais se utilizaram, tanto da teoria das redes sociais, quanto da noção de transnacionalismo, para demonstrar como, para muitos/as, o ideal de ir para os Estados Unidos melhorar a vida e poupar não significava necessariamente um romper definitivo de laços, pois que, pretendiam regressar.

Neste trabalho, pretendo questionar alguns parâmetros relativos ao fluxo de imigração oriundo da cidade de Governador Valadares para determinadas cidades dos Estados Unidos, com as quais se constroem elos específicos de pertencimento, ou não.¹² Em especial, pretendo focalizar meu estudo de caso da cidade de Boston.

¹² Esta não é uma característica apenas de Governador Valadares e microrregião, mas também de cidades como Criciúma - SC, Maringá- PR e Goiânia – GO (SIQUEIRA, 2009) (ASSIS, 2011).

O aspecto transnacional da migração brasileira e, que se aplica ao caso valadarense, como veremos, manifesta-se nos permanentes contatos mantidos com o Brasil, seja através de telefonemas, envio de remessas para manutenção da família ou para investimentos, bem como através das diversas possibilidades oferecidas pela plataforma da internet – *e-mails*, *Facebook*, *Skype* e assim por diante (MITCHELL, 2003), garantindo uma “convivência”, ainda que virtual, entre as partes.

Para tanto, tornam-se oportunas algumas considerações. A cidade mineira de Governador Valadares ficou conhecida no Brasil e no exterior pela sua “vocação migratória”, pois foi de l  que se iniciou, com uma maior intensidade, um fluxo sistemático para os Estados Unidos. A cidade situa-se às margens do Rio Doce, no leste do Estado de Minas Gerais, numa região cujo esvaziamento populacional tem se acentuado ao longo do tempo, especificamente a partir da década de 1960. Segundo a socióloga Sueli Siqueira (2009) em 1950 a microrregião de Governador Valadares representava 15,88% da popula o relativa de Minas Gerais, em 1960 essa representatividade alcançou 17,34%. A partir dos anos 1960, porém, essa participa o começou a diminuir, na década de 70 chegou a 14,9%; nos anos 1980 caiu para 11%, chegando a 9,83% em 1991. Entre as décadas de 1960 e 1990 houve uma redu o de 9% da popula o dessa microrregião (SIQUEIRA, 2009).

Quanto   economia da região, o Vale do Rio Doce se caracterizou, historicamente, pelas atividades extrativista e exploratória. Nos anos 1920, a cidade de Governador Valadares por um pequeno período de tempo produziu café. Uma crise assolou então esse setor e a economia se deslocou para o extrativismo mineral – pedras semipreciosas e, particularmente, para a extra o da mica –, além das indústrias de processamento de madeira. Entre as décadas de 1940 e 1950 a cidade viveu um período de desenvolvimento considerável. Durante a Segunda Guerra – com o aumento da demanda da mica, usada como componente para a indústria bélica – iniciou-se a exporta o desse minério para os Estados Unidos.

Naquele mesmo período foram enviados   cidade engenheiros e técnicos norte-americanos para atuarem na extra o e beneficiamento da mica. Naquela época, a cidade e região estavam assoladas pela malária levando o governo dos Estados Unidos a enviar um corpo de especialistas para a cria o de um programa de combate   doença e auxiliar na constru o do SESP – Serviço Especial de Saúde Pública. Aquele foi um período em que a

economia local foi dinamizada, e foi naquele contexto, que ocorreu o primeiro contato da população de Governador Valadares com os norte-americanos. Diante, deste quadro, constitui-se a imagem dos Estados Unidos associada a qualquer idéia de desenvolvimento a ser vivenciado pela cidade (ASSIS, 1995; SIQUEIRA, 2009; MARGOLIS, 2013; SALES 1995; SOARES, 2003).

No contexto das migrações internas, nas décadas de 1940 e 1950, a cidade se caracterizava desta maneira como um pólo relevante de atração. Pessoas de diferentes locais se transferiam para Valadares com a esperança de melhorar a sua situação social e econômica, uma realidade que logo se incorporou à rotina de todos. O fenômeno cria uma valorização local do estilo de vida norte-americano, nos permitindo dizer que em Governador Valadares foi-se criando uma “cultura” emigratória para outros países (ASSIS, 1999). A preferência dos valadarenses pelos Estados Unidos, deste modo, se justificaria de início, por um contato cultural entre a cidade e este país, do qual não eram de todo alheios. Diz Siqueira:

[O] contato com o dólar recebido como pagamento ou gorjeta aos favores ou trabalhos prestados, cujo valor era muito acima da moeda brasileira, passava a ideia de opulência e fartura do local de onde vinham os americanos. Findo o ciclo econômico da mica, fica no imaginário popular a visão dos Estados Unidos como o Eldorado (SIQUEIRA, 2009, p. 67).

A partir, portanto, dessa relação inicial com os norte-americanos, os/as valadarenses equacionariam oportunidades de uma vida melhor com os Estados Unidos. No entanto, na década de 1960, tendo se esgotado o período extrativista, muitas serrarias e empresas que processavam madeira foram fechadas, instaurando uma crise econômica. As atividades agropecuárias de corte e leite - as mais importantes naquele contexto - não tinham como absorver a mão de obra oriunda das atividades extrativistas que marcaram o ciclo anterior, e assim, os anos 1970 foram marcados pela estagnação econômica, que se tornou ainda mais crítica na década subsequente. Não coincidentemente, a emigração tornou-se a alternativa para uma grande parcela da população. Em meados dos anos 1980, os deslocamentos para o exterior, iniciados nos anos 1960, se tornaram ainda mais marcantes.

A compreensão da razão do fluxo migratório Valadares/Estados Unidos deve ser buscada, segundo Sales (1999), nos elos criados entre a cidade e o país de destino. Ele registra desde a saída de valadarenses, de maneira ainda não muito significativa, da década de 1960, que na época, consistia 0,6% da população local. Entre 1985 e 1989, das pessoas que emigraram 52,6% se deslocaram para os Estados Unidos. Para o demógrafo, Weber Soares (1995) o aumento do número de pessoas que saíram de Valadares para o exterior, na década de 1980, representava, com base no Censo de 1991, 15,9% da população da cidade e 14,5% da população do município.

Os/as primeiros/as valadarenses que voaram para os EUA, nos anos 1960, eram jovens, da classe média local, que queriam viver a aventura de conhecer um país estrangeiro, pretendiam trabalhar, guardar algum dinheiro, voltar à origem e adquirir independência econômica, mesmo não tendo a vida marcada pelas necessidades financeiras, os/as migrantes daqueles anos acalentavam o sonho de “fazer a América”. Siqueira afirma que ao perguntar aos colaboradores/as de sua pesquisa a razão pela qual eles/elas tinham esse sonho, nenhum deles/as soube explicar claramente. A maior parte afirmava que era movida pelo “... desejo de conhecer o novo e [por] acreditar nas possibilidades oferecidas na terra do ‘Tio Sam’...” (SIQUEIRA, 2009, P. 68).

Soares (2003) assevera que o impulso inicial de valadarenses para o exterior nos anos 1960 cresceu de maneira expressiva no início dos anos 1980; dos/as que imigraram, 43, 6% o fez na segunda metade da década de 1980. Entre os/as informantes do autor, 82% se dirigiram para os Estados Unidos e 4% foram para o Canadá (SOARES, 2003). O fluxo para o Canadá, no entanto, surgiu como um desdobramento da corrente migratória para os Estados Unidos. A pesquisa feita em Governador Valadares pelo pesquisador Goza (2003), no fim dos anos 1980, apontou para a cidade de Toronto no Canadá como um dos cinco destinos preferidos pelos valadarenses que se dirigiam aos países da América do Norte. Interessantemente, dentre estas se encontra uma cidade média, localizada no nordeste dos Estados Unidos, referida por ele pelo pseudônimo de Cidade Congelada, na qual residia um grande número de brasileiros/as sem documentos.

Neste *boom* migratório, a antropóloga Gláucia Assis (1995) argumenta que as cartas enviadas do exterior aos familiares e/ou os relatos contados ao regressarem dos Estados

Unidos, sobre as vivências bem sucedidas e os investimentos que os/as migrantes faziam na cidade, incitavam a vontade de amigos/as e parentes de viverem a mesma aventura, sendo muitas pessoas convidadas a migrar por quem já estava lá.

Assim, os Estados Unidos foi se configurando no imaginário dos valadarenses como um país “moderno”, desenvolvido, o lugar das oportunidades, onde se encontrava facilmente trabalho bem remunerado, ainda que esse, na sua maioria, se caracterize pelo baixo status e prestígio social. O país era visto, por muitos/as valadarenses, como local onde era possível ganhar as tão sonhadas “verdinhas” que permitiriam alcançar a melhoria de vida para si e suas famílias. Deste modo, paulatinamente, criou-se toda uma rede de informações sobre os diferentes aspectos da emigração, fato este que, associado à crise econômica atravessada pelo Brasil nos anos 80, foi o responsável por esta euforia do êxodo para a terra prometida.

Os/as valadarenses, ao traçarem seu projeto migratório, levam em conta as possibilidades de melhoria das condições econômicas e de consumo individual e para a família. As remessas enviadas e os investimentos que fazem na cidade dinamizam a economia local. Ao emigrarem, eles e elas levam nas suas bagagens o sonho de trabalhar, economizar dinheiro, voltar à cidade e montar um “negócio” que lhes garantam renda para a sobrevivência. “Desse desejo surgem inúmeros micro, pequenos e médios negócios que, de algum modo, configuram o quadro econômico e o mercado de trabalho local” (SIQUEIRA, 2009, P. 23), transformando muitos/as migrantes em empreendedores. No entanto, isso não significa que a história dos/as migrantes se caracterize apenas pelo sucesso. A pesquisa feita por Siqueira mostra também, o quanto o sonho de imigrar e retornar numa situação de vida mais favorável, muitas vezes resulta em fracasso.

Muito embora sejam os aspectos objetivos – fatores econômicos, possibilidades de trabalho – que motivam o desejo de migrar, existem também elementos subjetivos que corroboram a decisão pela emigração internacional. Siqueira (2009) destaca dentre os fatores subjetivos, o desejo pela aventura. O deslocamento de valadarenses para os Estados Unidos relaciona-se também à presença deste país no imaginário simbólico dos/as habitantes da cidade. Mesmo que as pessoas tenham razões distintas e de caráter objetivo para emigrarem, elas também são subjetivamente motivadas pelo desejo de vivenciarem as experiências positivas relatadas pelos/as que as antecederam nesta conquista do sonho do morar no exterior

(MARTES, 1999). De maneira que a interação dos/as valadarenses com a dinâmica migratória “... é permeada por universos simbólicos próprios da população imigrante” (MACHADO, 2009, p. 183).

Assim, muitas pessoas são influenciadas subjetivamente pela perspectiva do contexto cultural onde vivem e sonham com a possibilidade de inserir-se nas correntes migratórias, o que afeta suas visões e práticas de vida; portanto, vão se criando elos simbólicos com o país de destino, manifestos nos desejos de ascensão social. No entanto, para algumas pessoas, esta vontade não é apenas um desejo ou uma necessidade em si mesmos, algo que possa ser realizado em qualquer lugar. Mais do que ganhar dinheiro, o sonho implica ganhá-lo nos Estados Unidos, meta de vida compartilhada com muitos, a da realização do “sonho americano”. Angélica expressa assim o desejo de imigrar do seu ex-companheiro:

Sempre foi o sonho dele, desde que eu o conheci com vinte e dois anos. Ele sempre sonhou ir embora. Ele nunca quis construir nada aqui (...). Tudo que ele ganhava ele gastava porque o sonho Americano ia acontecer na vida dele e, ele ia ficar rico lá. Ele tinha isso como meta de vida (Angélica, 48 anos, uma casal de filhos/as separada).

Já a motivação para José, marceneiro, o qual, em 1998, ano de sua partida, ganhava pouco mais de um salário mínimo, era assim pensada: “ir para a América é uma coisa que quase todo brasileiro pensa... eu já tive oportunidade de ir para Portugal e para a França, onde hoje mora um dos meus filhos, mas nunca tive vontade (...)” (José, 65 anos, casado, 04 filhos). Sua decisão por migrar para os Estados Unidos, ligada à curiosidade em conhecer o país, foi motivada por dois amigos que estavam de partida e o convidaram para acompanhá-los.

Lucas afirmou que escolheu migrar: “... porque para pessoas, que, como no meu caso, querem ter uma vida melhor e dar uma vida melhor para os filhos, (...) os Estados Unidos é a melhor opção, pois é um país onde se ganha dinheiro mais rápido”. Ao contrário da afirmação de José, ele disse nunca antes haver pensado em migrar e, só tomou a decisão, porque ficou desempregado:

Eu sempre fui marceneiro e desde os doze anos eu trabalhava numa fábrica de móveis, lá eu ganhava em torno de um salário, um pouquinho mais. Trabalhei lá vinte e dois anos, aí eu fui dispensado. Na minha cabeça eu não ia conseguir emprego aqui no Brasil, meus meninos estavam pequenos e, eu pensava: eu não vou conseguir cuidar dos meus filhos aqui, eu tenho que ir embora, em uma semana eu decidi que ia embora e fui, eu já tinha um irmão lá. (Lucas, 43 anos, separado, um casal de filhos).

As motivações para migrar podem além da necessidade financeira ou da curiosidade em se conhecer um país estrangeiro, estar ligadas à resolução de problemas pessoais, como no caso de Vitor e Ângela. Vitor sempre levou uma vida de classe média e nunca havia cogitado em tal possibilidade, até que os seus pais, que moravam numa pequena cidade na microrregião de Governador Valadares, foram assassinados por motivos políticos. “Nunca passou pela minha cabeça ir para os Estados Unidos até acontecer o assassinato dos meus pais. Eu nunca havia pensado na possibilidade de migrar, a não ser para visitar o país; para morar não” (Vitor, 37 anos, casado, três filhos, vive seis meses nos EUA e seis no Brasil, onde ficou a família).

Nas palavras de Ângela, sua companheira:

Nós fomos porque, [num período] de dois anos, o pai e a mãe dele foram assassinados por causa de política. Eu tinha minha vida toda aqui, tinha uma loja (...) e ele mexia com fazenda. Quando o pai dele foi assassinado, no final de noventa e sete e, a mãe, no início de dois mil (...) ele ficou meio desesperado, ficou com medo, a gente estava com medo. Nós pensamos em mudar para outro Estado no Brasil, mas ele estava com a cabeça quente, ela [a sogra] morreu em abril e em junho ele já estava no exterior. Ele tinha amigo lá e foi embora (Ângela, 35 anos).

Ao contrário do marido, Ângela afirmou:

... eu sempre fui louca para ir para os Estados Unidos, eu sempre quis morar no exterior (...). Eu sempre dizia vamos embora pra lá e ele falava: "não você está doida?" Aí (...) quando aconteceu [os assassinatos], (...) eu dei a maior força (Ângela).

Essas falas demonstram o quanto a possibilidade da migração para os Estados Unidos é “naturalizada”. É possível pensar no processo de migração de valadarenses como uma criação coletiva que influencia as práticas e os anseios dos/as agentes sociais, pois, as relações estabelecidas por estes/as são frutos de um ambiente histórico e cultural. Ainda que, as razões deste tipo de deslocamento sejam heterogêneas e múltiplas, estas motivações estão ligadas aos valores e aos significados que organizam a forma como os indivíduos estão no mundo, Desta maneira os “fundamentos afetivos” e as estratégias das quais as pessoas lançam mão para alcançar seus objetivos diversos se ancoram em modelos estruturados das relações coletivas, na aceção mais sociológica, e no lugar vivido, no sentido mais antropológico (SAHLINS, 1999).

Um outro capítulo relativo à experiência da imigração de valadarenses para os Estados Unidos é a clandestinidade (SALES, 1995, 1999). A maior parte das pessoas que se decidem pelo projeto de migrar, o fazem de maneira ilegal, ou seja, sem a permissão de permanecer no país e tampouco trabalhar. Aliás o que configura o fluxo imigratório na cidade é o fato de ele ser ancorado em redes sociais tanto legais quanto ilegais. Em decorrência disso, os dados sobre o número de imigrantes não são exatos. Assim, o destino deste indivíduo estaria ligado à estagnação econômica da região de partida¹³, e, por outro lado, às possibilidades abertas pelas redes sociais, que ajudam na documentação, recepção do mesmo e também conseguem trabalho para os recém-chegados (SALES, 1995, SIQUEIRA, 2009).

A presença de trabalhadores/as imigrantes, especialmente de não-documentados/as, no mercado de trabalho dos países capitalistas avançados deriva de “... uma característica estrutural do capitalismo em suas atuais carências de mão-de-obra, na qual os trabalhadores subcontratados, os temporários, ou, *part time* – numa palavra, o setor informal moderno – seriam a expressão mais contundente da flexibilização da força de trabalho” (SALES, 1995, p. 100).

¹³ Para uma análise sobre as razões estruturais das imigrações recentes, a partir dos anos de 1980, do Brasil para os Estados Unidos, ver Sales (1995; 1999).

Como ilustração, temos a experiência do mercado de trabalho em Boston, para onde se destinam muitos/as brasileiros/as que se inserem prioritariamente nos setores de prestação de serviços. Os/as imigrantes brasileiros/as no início do fluxo migratório para Boston eram geralmente jovens, com educação de nível médio, pertencentes às classes medianas brasileiras, que ao chegarem aos Estados Unidos ocupavam espaços de trabalho de baixa qualificação em bares e restaurantes, dos quais, eles e elas em geral não se orgulhavam (SALES, 1999). No caso das mulheres, é muito comum que se dedicassem aos trabalhos domésticos, como faxineiras em casas de família ou em empresas (MARTES, 1999; FLEISCHER, 2002).

Se no início do fluxo migratório para os Estado Unidos, a intenção primordial dos imigrantes era trabalhar; juntar um dinheiro; retornar para o Brasil e fazer investimentos que garantissem a sua sobrevivência, com o decorrer do tempo, os/as imigrantes iniciais foram assumindo a condição dos que imigraram para ficar, sem, no entanto, abandonar o projeto de vir a retornar um dia. Conforme a socióloga Ana Cristina Martes (1999) a consolidação das redes sociais de apoio aos imigrantes, em especial, as religiosas, tentam na medida das suas possibilidades, ajudar os/as imigrantes a regularizarem a sua situação, conseguindo os documentos necessários para que eles/elas possam trabalhar e residir nos EUA, além de oferecerem também, diferentes tipos de assistência para as pessoas que frequentam os templos.

Uma nota curiosa diz respeito ao fato de que o período de maior intensidade do fluxo de mineiros/as para os Estados Unidos – particularmente de valadarenses - coincidiu com imposição de restrição à entrada de imigrantes naquele país. Daí o fluxo ter assumido um caráter irregular e não legal. Portanto, muitos/as migrantes, que intencionam morar e trabalhar nos Estados Unidos entram no país, via aeroporto, com visto de turista – tipo este que não permite à pessoa trabalhar, e limita seu tempo de estadia. Quando tal visto expira, as pessoas devem deixar o país, o que quase nunca acontece. Duas outras maneiras de entrar no país receptor, de forma não regularizada, é através da aquisição de documentação falsa e a migração não documentada via fronteira territorial (MARGOLIS 1994 e 2013; MARTES, 1999; SALES, 1999; ASSIS, 2008).

Para se conseguir tal façanha, vale tudo, como forjar os documentos – adquirir passaportes adulterados, documentos comprobatórios de propriedade de bens materiais de valor; comprovantes bancários que atestem que a pessoa tem condições financeiras de viajar ao exterior e retornar ao Brasil; alteração da certidão de nascimento, substituindo a cidade de origem, no caso Governador Valadares, por outra e, assim por diante.

Para a realização deste sonho, atravessar a fronteira mexicana foi a maneira encontrada, para entrar nos Estados Unidos, por grande parte das pessoas que eu entrevistei. Os relatos da travessia são muitas vezes dramáticos e permeados pelo sofrimento físico e psicológico, vivido pelas pessoas que se aventuram por essa via. As pessoas enfrentam perigos inimagináveis para realizar o sonho de chegar à “América”. Dentre estas está o depoimento de Lucas, a quem faço menção acima, por considerá-lo paradigmático, expressa os mesmos sentimentos de outros entrevistados que cruzaram a fronteira mexicana. Por isso considero que vale a pena transcrevê-lo, como a seguir:

Eu saí de Valadares e fui para São Paulo sozinho, eu nunca tinha saído para canto nenhum, o lugar mais longe que eu tinha ido era em Frei Inocência [cidade localizada há poucos Km de Valadares]. Saí daqui sozinho entre aspas, uma pessoa me levou. Fui para São Paulo e peguei o vôo para o México. Eu fiquei no México uns oito dias, depois fizemos a travessia. Eu fiquei numas três cidades que agora me fogem à memória o nome. Eu fiquei [hospedado] em hotel, fiquei em casa, fiquei no mato. Foi assim: eu saí daqui, achando que íamos descansar de dia numa casa e íamos caminhar só à noite, mas, quando cheguei lá foi diferente, caminhamos de dia e noite. [Eles, os atravessadores] (...) nos deram um vidrinho de soro, uma barra de cereal e um vidro de água e escolheram quem ia atravessar. Só escolheram os magrinhos, os mais cheinhos eles nem pegavam. Eu nem desconfiei de nada, mas, é porque [os mais cheinhos] não iam aguentar a quantidade de tempo que tínhamos que andar (Lucas).

Ao ser perguntado o que foi feito dos “mais cheinhos”, ele retruca: “Eles ficaram para atravessar de outra forma, naquela época [2004] (...) tinha várias opções de travessia, eu fui nessa de atravessar andando” (Lucas).

E, à pergunta de como tudo se passou ele prossegue:

Horrível! (...) Eu sou magro, eu peso sessenta e três quilos, eu cheguei lá com cinquenta e quatro quilos. Foram cinquenta e seis horas de caminhada sem descansar, eu nem sei quantos dias e noites, a gente até perde a noção, sabe? O pouquinho que às vezes eu parava, era porque eu conseguia andar bem próximo ao coioite¹⁴, aí, às vezes o coioite parava para esperar os que estavam mais para trás, então eu conseguia descansar uns cinco, dez minutos (...). Nós éramos trinta e cinco, tinha só uma mulher. Eram quatorze brasileiros, os outros eram argentinos e mexicanos também (Lucas).

Quanto à alimentação, lê-se uma cena com apelo dramático:

Não tinha alimentação era só o soro mesmo, as duas barrinhas de cereais e água. Chegamos [na fronteira] do Arizona e, depois de cinquenta e oito horas de caminhada, tinham umas três camionetes *Ranger* para a gente atravessar, eles deitavam a gente intercalado, um pra cá e outro pra lá, o cara olhava de longe e via que tinha abaixado o fecho de mola, aí tirava os mais cheinhos e botava os mais magrinhos pra não desnivelar a caminhonete. Passamos assim, isso sem contar que , quando nós estávamos andando, após dois dias, apareceu um monte de gente encapuzado e nos assaltou, no meio do mato lá no Arizona. Deitou todo mundo no chão com arma na cabeça. Eu deitei assim, virado [debruço] (...) em cima de uma pedra, ele [o assaltante] olhou (...) nos meus bolsos e, pra me virar, ele [usou] (...) uma faca. [Mas não chegou a me ferir. (...)]. Deste dia em diante, nós andamos mais um dia e meio e sem comer nada, porque eles tomaram tudo (...) as frutas,(...) o soro que a gente estava levando, tomaram os cereais e nós ficamos sem nada. Eles tomaram o dinheiro, a aliança [de casamento que ele havia escondido no cós da calça]. Nós andamos mais um dia e meio sem tomar água. Só tomávamos água quando passávamos de madrugada naquelas fazendas já em solo americano, tinha aqueles tanques de água de boi, a gente tomava aquela água. É difícil demais da conta, é difícil! (Lucas).

Perguntado também sobre a possível identidade dos assaltantes, disse apenas que: “Não, eles estavam encapuzados, mas eles falavam “espano”, eu creio que eram “espanos”¹⁵” (Lucas). Sobre a possível imunidade dos coioites, passa a seguinte conversa:

¹⁴ Coioite é a pessoa responsável por guiar os imigrantes pela travessia, normalmente são de nacionalidade mexicana.

¹⁵ “Espano” é a forma abreviada para hispânico, rótulo usado nos Estados Unidos, que engloba tanto os/as brasileiros/as quanto os/as demais imigrantes de países latino-americanos, cujos processos identitários são submetidos à estrutura do sistema social local segmentado em etnias. Os/as brasileiros geralmente não gostam de serem identificados como hispânicos, pois os consideram como grupos desvalorizados pelos nativos dos EUA e,

E os coiotes foram assaltados também? “Eles falam que sim, mas, eu acho que é armação, pra mim fica armado: tal hora vai passar nesse lugar, toma tudo, eu penso que seja assim” (Lucas)

Você não confiava nos Coiotes?

Não. (...) de jeito nenhum. Ai nós andamos mais um dia e meio ainda, a gente já estava sem água, sem comida, sem nada. Muitos deram câimbra, não aguentaram andar e ficaram para trás (Lucas).

Essas pessoas ficam abandonadas?

Ficam abandonadas, só que brasileiro é unido demais, a gente ajudava carregar as pessoas, cada um carregava um pouco. (Lucas)

Eu indaguei se alguém foi deixado pelo caminho. Ele respondeu:

Ninguém. (...). Só que tinha gente que estava numa situação que, se precisasse abaixar para pegar alguma coisa no chão, não conseguia mais. As unhas do pé arrancam todas, arranca tudo porque tem muito morro, então você sobe depois você desce e as unhas vão fazendo assim [ele fez um gesto mostrando como as unhas vão se soltando]. Eu cheguei lá sem unha nenhuma (...) teve gente que arrancou tudo ficou só aquela carne vermelha no pé e, mesmo assim, tinha que seguir viagem, descalço ou de qualquer jeito, o sol era quente demais, a boca rachava toda e sagrava (Lucas)..

Ingenuamente, perguntei a Lucas se os coiotes não lhes deram nenhuma orientação quanto às dificuldades que enfrentariam na travessia. Nas suas palavras:

Se eles falarem isso [das dificuldades da viagem] ninguém vai não, tem que falar que é mil maravilhas (...). Para os Coiotes é mais fácil, pelo menos os que passaram conosco, iam à base de cocaína, (...) toda hora [os coiotes

consequentemente, tendem também a vê-los, de forma similar aos norte-americanos, como grupos socialmente desvalorizados, conforme Ribeiro (1998) e Martes (2000; 2003).

cheiravam], eles estavam o tempo todo ligado (...) para a menina que atravessou com a gente, eles deram [cocaína], tiveram que dar, porque ela não aguentou andar, aí eles deram para ela sim, mas só pra ela (Lucas).

E essa moça enfrentou algum abuso pelo fato de ser a única mulher?

Não sei, porque como ela não aguentava andar acabava ficando pra trás e, como eram três Coiotes, um ficava pra trás com ela e demorava umas oito horas pra encontrar a gente de novo, então eu não sei dizer o que aconteceu (Lucas).

Quais sentimentos você tinha durante a travessia?

Na verdade quando eu estava atravessando, já tinha uns dois dias, eu até pensei que podiam me pegar [ele se refere à patrulha de fronteira] e me mandar de volta que era o melhor (...) porque é muito sofrimento, a gente chega num ponto que se pegassem era até melhor, mas, só que comigo não aconteceu não, eu cheguei lá [nos EUA]. Quem não passou por isso não consegue imaginar! (...). Por mais que eu tente passar o que aconteceu comigo, a pessoa não vai ter noção. Porque aqueles momentos de sofrimento a gente não consegue passar pro outro, só a gente mesmo que passou é que sabe (Lucas).

O que passava pela sua cabeça enquanto você enfrentava a travessia? Após refletir um pouco, finalmente Lucas falou:

Eu sempre fui muito agarrado nesse negócio de família, com filho, muito, mas muito mesmo! Eu nunca esperava sair de perto da minha família (...). Mas, naquela hora, você não se lembra de nada (...) quando você está atravessando, só passa na sua cabeça que você quer fazer aquilo ali. Só pensa se vai passar e se vai conseguir (Lucas).

Este relato é ilustrativo dos altos custos físicos e emocionais que as pessoas enfrentam quando são obrigadas a imigrar pela fronteira do México, uma vez que são impedidas de conseguir o visto de entrada nos Estados Unidos. Sua fala demonstra o quanto os/as imigrantes são marcados/as nos seus corpos e mentes pela violência ao buscarem circular por um mundo cujas fronteiras teriam sido ruídas pelo processo de globalização/transnacionalização. Ademais, aponta para a importância das redes informais que “facilitam” a travessia em um mundo propagado como “sem fronteiras”, “... estas são reafirmadas no sentido mais estreito nas tentativas de controle do policiamento do território e da população” (ASSIS, 2008, p. 231).

A análise sobre o surgimento e a consolidação das redes sociais de migrantes possibilita compreender a razão pela qual algumas cidades no Brasil se configuraram pioneiras como ponto de partida para os Estados Unidos e de que forma estas redes sociais são elementos relevantes na conformação do fluxo¹⁶. Embora pesquisas elaboradas por Margolis (1994), Sales (1999) e Assis (1995) não tivessem a formação de redes sociais como objeto central de suas análises, elas já sinalizaram a importância destas para a dinâmica migratória. Sales (1999), por exemplo, elaborou seu estudo junto a brasileiros/as imigrados/as em Framingham, na região de Boston. Segundo a pesquisadora, mais de 80% dos seus entrevistados/as obteve auxílio de alguma uma rede social quando imigrou, fossem grupos de amizade e parentesco, ou ligadas à igreja. No que se refere a Governador Valadares, 75% dos/as colaboradores/as contaram com este tipo de apoio para migrarem, com uma proporção de 56% de pessoas que receberam o suporte de parentes e 18% de conhecidos ou amigos (SALES, 1999, p. 37).

A redefinição da expectativa temporal foi apontada por Sales (1999) como um elemento importante na redefinição do projeto migratório da primeira leva de imigrantes. As pessoas começaram a levar em conta o fato de que permaneceriam no país de destino por mais tempo do que inicialmente previram, embora cada imigrante redefina seu projeto sob um marco temporal específico, esse projeto, no entanto, é reforçado em grupo, pois as expectativas são compartilhadas, o que por sua vez implica na “solidificação de novas redes sociais no local de destino” (SALES, 1999, p. 132) e, de modo algum indica um rompimento com as redes já constituídas no Brasil.

Goza (2003) desenvolveu um estudo demonstrando a relevância das redes sociais organizadas entre Governados Valadares, a cidade denominada, por ele, pelo pseudônimo de “Cidade Congelada nos EUA”, e Toronto, no Canadá. Segundo o autor, as redes migratórias nos Estados Unidos aparentam mais consistência se comparadas com a situação no Canadá, onde as redes não são tão evidentes. Em sua argumentação, as análises dessas dinâmicas de deslocamento internacionais se beneficiam do arcabouço teórico das redes na medida em que

¹⁶ Conforme demonstraram Margolis (1994, 2013), Sales (1999), Assis (1999), Fusco (2001) e Siqueira (2009).

este demonstra como os conceitos de laços sociais – reciprocidade e solidariedade – compõem o quadro do processo migratório para longas distâncias.

Tanto os/as seus informantes dos Estados Unidos, quanto os/as do Canadá, afirmaram que imigravam para regiões onde seus parentes e amigos já estavam estabelecidos, tendo “obrigações recíprocas baseadas em parentesco ou amizade [os/as que imigraram posteriormente] (...) tiveram acesso aos privilégios específicos que os pioneiros tinham a oferecer” (GOZA, 2003, p. 270). O autor também demonstrou a velocidade do crescimento das redes, pois os privilégios tendem a se ampliar com o tempo. Da modo similar ao dos imigrantes pioneiros, o grupo subsequente tende a apoiar seus amigos e parentes e assim sucessivamente. A posição de Goza (2003) apoia a perspectiva da “causação cumulativa”, usada por Massey (1999), segundo a qual, quanto mais pessoas se conectam às redes migratórias para determinado destino, mais os riscos diminuem, pois aumentam o nível e a qualidade das informações, facilitando para aqueles que intentam seguir o mesmo destino.

Todos/as os/as colaboradores/as dessa pesquisa, ao serem perguntados/as se receberam algum auxílio – seja econômico ou de outra ordem – para viabilizar o projeto de imigrar, responderam positivamente. O suporte recebido dizia respeito, tanto ao dinheiro necessário para viabilizar o projeto migratório, como também para conseguir o primeiro emprego e a hospedagem no momento em que desembarcaram em solo norte-americano. Este suporte sempre vinha de algum parente próximo ou amigo/a que estava aqui no Brasil, ou que vivia como imigrante nos EUA. Os relatos que se seguem confirmam este dado:

... eu cheguei e [logo] fui trabalhar, por que o meu marido (...) tinha 7 meses que estava lá trabalhando. [Quando] cheguei eu já tinha trabalho arrumado. (Carmem, 52 anos, casada, 03 filhos, viveu dois anos nos Estados Unidos com o marido, ambos retornados).

O meu ex- patrão, aqui do Brasil, me emprestou mil dólares. Eu tinha um primo lá que me deu uma força, (...) não financeira, mas me conseguiu (...) um serviço... Eu fiquei quinze dias [na casa dele] mas, paguei [o aluguel] ele não deixou de graça não... O primeiro serviço que [fiz] (...) foi no final de semana [em que chegou], e ele já me deu a conta pra pagar (José viveu dois anos no destino).

Eu tive ajuda dos meus irmãos, eles me emprestaram dez mil dólares. Lá é o seguinte você tem trinta dias pra morar de graça (...). Aí depois de trinta dias

eu comecei a ajudar [nas despesas da casa]. (André, 49 anos, casado, retornado, 03 enteadas/os, viveu oito anos nos EUA).

Na América é de praxe você chegar lá e a pessoa te dar um mês de graça, assim, aconteceu comigo. Eu morei um mês na casa do meu irmão sem pagar nada e, no próximo mês já dividi o aluguel e as despesas todas. (Lucas viveu nove anos nos EUA).

Algumas pessoas, ao chegarem aos Estados Unidos, ocuparam vagas mantidas especialmente para elas, como foi o caso do companheiro de Carmem, acima mencionada: “quando ele [o marido] chegou já tinha o trabalho porque a minha irmã já tinha arrumado o trabalho para ele. Então o rapaz estava só esperando para sair do emprego e dar o lugar para ao meu marido”. Em outros casos, contudo, a vaga de trabalho foi criada esperando pelo parente que estava a caminho dos Estados Unidos, como por exemplo, aconteceu com Lucas. Ele assim descreve seu primeiro trabalho como imigrante:

Eu cheguei lá já com emprego arrumado, meu irmão era gerente num hotel e (...) precisava pintar o hotel todo, que era muito grande (...) e ia pagar uma companhia para fazer o serviço. (...) aí [como] eu estava indo, meu irmão preferiu pegar [o trabalho de pintura] para fazer. Apesar dessa não ser a área dele, mas, para dar trabalho para mim ele decidiu assumir o serviço. Eu fiquei quatro meses trabalhando lá. Trabalhei só eu, meu irmão me ajudava depois das três horas [da tarde]. Eu não sabia trabalhar com pintura, mas sempre fui curioso né? Ai deu tudo certo, meu irmão sabia e me passou muita coisa (Lucas)

Antônio tinha 30 anos quando colaborou com esta pesquisa, é casado e viveu 11 anos nos Estados Unidos com a esposa e a filha, nascida lá. Na época em que foi para a Filadélfia, recebeu ajuda de amigos imigrados, que lhe emprestaram o dinheiro necessário para custear a viagem via fronteira mexicana, além de lhe conseguirem a hospedagem inicial e o primeiro emprego. Depois de algum tempo imigrado, foi sua vez de apoiar a imigração de dois dos seus irmãos, com quem ele foi morar por oito meses, até que eles estivessem estabilizados. Após este período, Antônio e a esposa alugaram uma casa para morarem com a filha.

O mesmo pode ser visto na fala de Josias – casado, 03 filhos, 46 anos, que viveu imigrado durante cinco anos, sem a companheira – sobre o apoio que recebeu de um amigo. Posteriormente, após conhecer a região para onde imigrou, também ajudou outros amigos recém-chegados. Ele entrou no país de acolhimento pela fronteira mexicana.

Eu cheguei e fiquei na casa de amigos que me deram roupas [ele chegou aos Estados Unidos apenas com a roupa do corpo], me arrumaram trabalho [e] dinheiro para eu tirar o documento que eu não tinha, eu não podia usar o meu nome, né? Tinha que usar outro nome. Eles me ajudaram muito mesmo. Durante trinta dias eu não paguei para ficar na casa. Aí o que eles fizeram para mim eu fiz pra outras pessoas também que chegaram (Josias).

As redes sociais migratórias, no entanto, não são igualitárias. No seu interior, existem tensões e conflitos expressos nas significativas desigualdades de gênero, diferenças etárias e geracionais, no *status* econômico e no local de origem. Estes aspectos marcam tanto as assimetrias quanto a possibilidade de acesso às redes que são diferenciadas quanto ao “poder, recursos e informações dentre aqueles que participam das redes sociais” (GOZA, 2003, p. 265). Da mesma forma que o acesso às redes é disponibilizado de forma desigual, os imigrantes e os potenciais migrantes não estão posicionados de forma homogênea no interior das redes informais de suporte social.

Gostaria de dar ênfase aqui, ao relato de Pedro e de sua companheira e, em seguida, à fala de Vitor. Tais entrevistas demonstram o quanto estas diferenças/desigualdades influenciam ao se inserir nas redes sociais. Não serão narradas as travessias propriamente ditas. No primeiro caso, destaco apenas o quanto a discriminação racial e de local de origem se configura em impedimento para se conseguir negociar a travessia, e a importância das mulheres nas redes sociais, seja no momento de acioná-las ou de gerenciá-las. Já na história de Vitor, chamo atenção para o quanto a condição de classe pode favorecer a possibilidade de imigrar, mesmo quando são acionadas redes informais.

Pedro tem 43 anos, é casado há 20 anos com Andreia, de 45 com quem tem uma filha de 03. Ele imigrou pela primeira vez em 1999 e, até 2005, conseguiu entrar e sair dos Estados Unidos sem problemas, pois ficava no país respeitando o prazo concedido para a sua

permanência, ou seja, seis meses. Contudo, em 2005, ao retornar de uma estada ao Brasil ele foi barrado no aeroporto de Nova York. Segundo ele,

Quando eu estava voltando com o visto de turista [os agentes da migração] “puxaram” e viram que eu tinha trabalhado, aí disseram: “você trabalhou no país?” Eu disse sim, mas, eu paguei meus impostos. Eles falaram que não importava, pois eu tinha quebrado a lei ao trabalhar com o visto de turista (...). Em 2005, cancelaram meu visto. Nessa época, eu tinha feito uma sociedade com meus irmãos (...) nós tínhamos vendido um imóvel lá e, eu tinha uma boa quantia no banco. Então eu não podia deixar de voltar (...) eu tinha de voltar de qualquer forma porque senão eu ia perder o dinheiro [do imóvel vendido] e outros negócios engatilhados que eu já tinha (...), na área de imóveis. Então (...) eu fui pela porta de serviço (...) voltei pelo México (Pedro).

O contato com a rede foi feito por Andreia, a sua companheira, que se sentia culpada pelo marido não ter conseguido retornar aos Estados Unidos, pois ele havia retornado ao Brasil, naquele momento, para lhe dar assistência durante uma crise de depressão. Nas palavras dela,

Quando Pedro veio ao Brasil em 2005, ele deixou 35 mil dólares depositados numa conta bancária nos Estados Unidos. Naquela época ele comprava casas, as reformava e vendia para outros/as imigrantes, que financiavam o dinheiro no banco para adquirir o imóvel. (...) Quando ele retornou e não conseguiu voltar, eu apavorei e pensei: estraguei o negócio dele (...). Aí eu liguei para uma agência [de turismo] aqui em Valadares e conversei com o dono, ele me indicou uma pessoa em Belo Horizonte, que teria contato, com uma senhora no México, que atravessava as pessoas de carro pela fronteira (...). Eu liguei para Belo Horizonte e consegui o contato da mulher no México (...). Ela me disse que (...) tinha um esquema em que a pessoa passava junto com ela dentro do carro (...) assim, a pessoa não enfrenta o deserto. A mulher é brasileira e tem cidadania americana. Ela conversou comigo por muito tempo e, como eu estava muito doente e chorava muito, eu acho que ela ficou sensibilizada e me disse: “(...) eu não levo ninguém de Valadares [porque] Valadares está fora da minha rota, mas, (...) eu vou te ajudar. Você vai me falar só o seguinte: qual a cor do seu marido”? Eu respondi: Branco, branco (...) parece americano (Andreia).

E como vocês negociaram a ida dele? Perguntei.

Nós saímos daqui numa segunda feira (...) para encontrar o irmão dessa mulher (...) em Belo Horizonte (...) quando ele viu o Pedro (...) ligou para a irmã no México e falou: “O cara é do jeito que ela [Andreia] te falou ele é branco, branco”. A mulher mandou perguntar se ele tinha passaporte com visto e dissemos que sim. Então ela nos orientou a voltarmos à Valadares (...) e procurarmos uma pessoa atendia numa rua, no mesmo bairro onde nós moramos (...). Lá a gente devia entregar o passaporte para uma pessoa tal e falar que foi a senhora responsável pela travessia que mandou. Aí, o Pedro procurou a pessoa (...) que limpou o passaporte dele [retiraram o carimbo norte-americano que negava a entrada de Pedro no país]. (...). Então ele voltou a ter um passaporte com visto, tudo direitinho. Ele pagou dez mil dólares: cinco mil antes de viajar e os outros cinco mil foi entregue quando ele chegou à Nova York (Andreia).

Andreia relatou que, na mesma época, uma amiga do casal tentou negociar a sua ida para os Estados Unidos com a mesma pessoa – a brasileira que mora na fronteira com o México – que articulou a travessia de Pedro. No entanto, ela não conseguiu fechar “o negócio” em decorrência do seu fenótipo: ela é negra. Segundo o relato de Andreia, foi dito à moça que ela não teria como fazer a travessia, porque dependendo do movimento na fronteira, “as pessoas precisam fazer um pequeno percurso a pé (...) e se a pessoa for negra ela [muito provavelmente será] (...) barrada” (Andreia).

As palavras de Pedro vão ao encontro deste relato:

Minha esposa Andreia fez o contato com os atravessadores. Eles perguntaram se eu era branco, se eu falava inglês e se eu falava espanhol porque assim, ficava mais fácil para atravessar (...). Eu falava inglês e um pouquinho de espanhol (...). Eles também perguntaram se eu era natural de Valadares, como eu não sou, eles aceitaram me levar. Eles (...) não gostam de mexer com gente de Valadares (...). [Naquela época] já existia discriminação, Valadares era a capital da exportação de migrante né? (Pedro).

Eu lhe perguntei qual a razão de perguntarem sobre a “cor” da sua pele. Em sua assertiva:

A cor da pele ia definir se eu passaria. Por exemplo: na travessia, fui eu, que sou mais claro e, um rapaz moreno claro comigo. Só que esse rapaz (...) não ia [seguir] de avião porque ele não falava inglês. Como ele ia pegar um vô dentro do país sem falar a língua? Eu tinha carteira de motorista de outro Estado dos EUA, então facilitava. Eu falava a língua (...) então facilitava a identificação, eu não precisava mostrar o passaporte dentro dos Estados Unidos. Como o rapaz (...) não falava inglês, nem espanhol e era moreno claro, mas era moreno, então o moreno nos Estados Unidos é discriminado do mesmo jeito que o Mexicano e as pessoas de outros países latinos, né? (...). Os Americanos acham que ou se é negro ou se é branco (...). Aí ele [o companheiro de viagem] atravessou a pé ou pelo rio, eu não sei (Pedro).

Eu perguntei a Pedro se ele havia sido subornado, a exemplo de outras pessoas entrevistadas. Ele respondeu que não: “às vezes as pessoas são roubadas porque (...) a pessoa *não tem boa aparência*, não que eu tenha uma aparência melhor que os outros, mas eles olhavam isso” (Pedro tem a pele branca e os olhos claros) (Grifos da autora).

Vitor, o homem que ilustra o segundo caso aqui abordado, afirmou que jamais imigraria pelo México devido aos riscos da travessia. Deste modo, ele imigrou primeiro para Portugal, onde conseguiu forjar os documentos necessários para seguir para os Estados Unidos. Contudo, isso só foi possível porque ele tinha os contatos certos e recursos para arcar com a viagem e a estadia – ele é produtor rural na região de Governador Valadares. Assim, Vítor ficou mais de um mês em Portugal, sem trabalhar, e depois viajou para os Estados Unidos. Lemos:

Eu fui para Portugal e lá eles me arrumaram uma nacionalidade Portuguesa. Os portugueses não precisam de visto para entrar nos Estados Unidos. Tinha uma pessoa aqui no Brasil que fazia este trabalho de naturalização, [tal pessoa] tinha contato lá em Portugal, mas, você tinha que estar lá. (...) essa é uma forma mais segura. Eu não atravessaria de forma alguma pelo México! (...) eu acho que tudo tem um risco, mas não faria nada que tivesse um risco muito alto (...) um risco, por exemplo, de ser impedido de entrar nos EUA ou de ser preso (...). Eles trocaram o meu nome e eu entrei nos Estados Unidos com nome Português. (Vitor).

A ambiguidade das redes sociais se faz presente, por exemplo, no trabalho de faxina exercido pelas imigrantes brasileiras nos Estados Unidos. A maior parte dos imigrantes consegue este tipo de trabalho através de informações disponíveis pelos seus contatos com redes religiosas, de amizade e parentesco. Martes (1999) critica autores que, como Portes, retratam as comunidades de imigrantes como grupos sociais que se ancoram numa suposta solidariedade e cooperação mútua. Sem negar a importância do conceito de capital social usado pelo autor, ela aponta os limites desta noção ao analisar a comercialização de postos de trabalho pelas/os pessoas envolvidas neste ramo de serviço nos Estados Unidos. Lemos:

Quero apontar a limitação do conceito de capital social para explicar casos como o de brasileiros que trabalham na faxina doméstica, no que se refere ao acesso às posições de emprego, porque se trata de uma relação de outra natureza. Não porque o capital social não seja importante nos rumos da transação – uma vez que a maioria dos casos de comércio se dá entre pessoas ligadas por laços de família, amizade ou entre os membros de uma mesma igreja – mas sim porque, neste caso, o acesso decorre de uma relação de compra e venda. As redes vinculam as informações sobre as casas disponíveis no “mercado”, mas também há casos em que elas ocorrem sem que o vendedor sequer conheça o comprador, ainda que o comércio se dê apenas entre brasileiros (MARTES, 1999, p. 108, 109).

Em sua pesquisa sobre a imigração brasileira em Massachusetts, Martes (1999) analisou as redes religiosas que oferecem apoio aos imigrantes e também o “negócio” da venda de casas que caracterizam as redes sociais de mulheres e casais inseridas/os no trabalho doméstico. A antropóloga Soraya Resende Fleischer (2002) também problematizou este tipo de serviço exercido na faxina doméstica por brasileiras na grande área metropolitana de Boston, destacando os conflitos entre as pessoas no interior desta rede social, demonstrando o quanto esta é uma profissão hierarquizada. Estes trabalhos assinalaram que as relações estabelecidas pelas redes sociais não são apenas de solidariedade.

As tensões, presentes neste campo se expressam no caráter dúbio da venda de postos de trabalho. A faxina nos Estados Unidos é considerada um excelente *business*, como é chamado pelas trabalhadoras da área. Apesar de ser um trabalho de baixo prestígio social, oferece vantagens para as pessoas nele inseridas, pois não exige o domínio do idioma – o que

facilita quem está chegando ao país – não é necessário ter alguma qualificação especial, ou formação para exercê-lo e garante bons rendimentos (Martes, 1999; Fleischer, 2002).

Para Martes (1999), as vantagens vão além das descritas acima: ao compararem o trabalho de faxina no Brasil e nos Estados Unidos, elas valorizam a relação com os patrões e/ou patroas, trabalham uma carga horária menor – por casa, ou em outros espaços – e, com um ganho maior se comparado com outros trabalhos feitos por imigrantes. As pessoas não se concebem como empregadas, mas como trabalhadoras autônomas, além de interpretarem a formalidade dos/as “clientes” americanos/as como profissionalismo, o que, para elas, é entendido como um elemento cultural característico do/as nativos/as estadunidenses. Além disso, este é um tipo de trabalho que confere prestígio para as mulheres no interior da comunidade brasileira, pois “[a] alta remuneração e a independência que o *housecleaning* proporciona valorizam imensamente estas mulheres na comunidade. São mulheres de negócio (...) que coordenam várias funcionárias...” (FLEISCHER, 2002, p. 89).

Entrar para o ramo da faxina nos Estados Unidos implica em um investimento de tempo, de dinheiro e de trabalho “construído basicamente através de redes femininas, [o que] comporta solidariedade e conflito (...) [além] de diferenças de poder entre mulheres imigrantes” (ASSIS 2011, p. 303), ao se decidir pelo retorno ao Brasil, o *schedule*¹⁷ é “vendido”, mas a “dona do negócio” é quem seleciona a quem passará as casas, e o faz, baseada em seus laços sociais, o que gera conflito.

Na realidade, o que se vende é a confiança, conquistada junto aos/às patrões e patroas americanos/as, que aceitam a nova faxineira, indicada pela antiga, conforme apontou Assis (2011). A autora também afirmou ter encontrado pessoas que “doaram” as casas para amigo/as e parentes, como uma maneira de ajudá-las a montarem seu *schedule*, demonstrando, assim, em conformidade com a análise de Martes (1999) e Fleischer (2002), a complexidade das redes sociais. Assis (2011; 2013), através do estudo etnográfico realizado na região de Boston, com imigrantes da cidade de Criciúma, SC, mostrou o quanto estas redes são ambíguas, ou seja, em sua constituição envolvem inevitavelmente reciprocidade e

¹⁷ Refere-se à grade horária de trabalho semanal sobre a qual são organizadas as casas a serem limpas pelas pessoas que se dedicam ao ramo da faxina nos Estados Unidos. Para maiores detalhes ver a etnografia elaborada por Fleischer (2002).

conflito. De acordo com suas palavras: “... sem desconsiderar os conflitos que envolvem o negócio da faxina, (...) as relações ocorrem em rede, assim como as expectativas e também as decepções ao longo do processo” (ASSIS, 2011, 2013).

O relato de Ângela é ilustrativo deste fenômeno e das relações estabelecidas entre as mulheres no trabalho doméstico. Quando migrou, ela já falava inglês, pois havia estudado em uma escola de línguas na adolescência e, antes de migrar, fez um curso intensivo por seis meses. Nesta época, em 2000, ela e o marido tinham boas condições financeiras, e, por isso, ela não precisou entrar para o mercado de trabalho, permanecendo em casa para cuidar do único filho do casal. Em 2003, através de uma prima do seu marido, Ângela conseguiu um trabalho de meio expediente, três vezes por semana, como atendente em uma cafeteria, onde trabalhou por pouco mais de um ano. Certo dia, uma amiga a convidou para montarem um *schedule* de casas e ela aceitou o convite. Lemos,

Ela [a amiga] falou: “vamos montar um *Schedule* de casas, você fica mais dirigindo [a amiga não tinha carteira de motorista] eu te ensino como é que limpa [as casa]”. Eu concordei. Nós compramos uma pequena “empresa” de uma mulher, que [limpava] pequenos apartamentos de estudantes (Ângela).

Neste período, a renda de Ângela era de 400 dólares por cinco dias de trabalho semanal. O capital social de Ângela garantia seu espaço no interior da sociedade, sua fala esclarece bem a afirmativa:

em uma das casas (...) a gente tinha que passear com o cachorro. Eu passeava com o cachorro e ela [a “sócia”] ficava limpando a casa. Ela me ensinava a limpar (...) como eu (...) dirigia e (...) tinha que conversar com as “clientes”, a gente dividia as tarefas. Mas, as outras casas eu limpava com ela, eu achava legal só que esse negócio cansa né? Aí minha amiga conseguiu um emprego melhor e disse que ia largar o *schedule* (...) aí eu parei. Sozinha eu não fui mais (Ângela).

Após deixar a faxina, ela continuou trabalhando na cafeteria pela manhã; fazendo curso de inglês à tarde e, aos sábados, pela manhã, no *Bank Hill Community College*. Em 2005, ela engravidou do segundo filho e, por isso, saiu da cafeteria. Durante um ano e nove meses, Ângela não voltou ao mercado laboral. Nesse período, ela fez um teste para trabalhar no Banco de Boston e passou, mas não foi chamada imediatamente:

eu apliquei para *Personal Bank*, para trabalhar no setor de vendas que é o que eu sempre fiz a vida toda (...) eu nasci dentro de loja [sua mãe era empresária e Ângela também o é] (...) eu passei em todos os testes e na entrevista por telefone (...) eu queria aquela posição de *Personal Bank* (...) eu só ia abrir conta; vender cartão de crédito e vender crédito para casa (...) é muito tranquilo. Uma amiga que trabalhava no banco que me deu essa dica (Ângela).

Enquanto Ângela aguardava ser chamada pelo banco, sua antiga sócia, que havia perdido o emprego, lhe convidou para juntas montarem um novo *schedule* e, novamente, ela concordou, porém, dessa vez, elas conquistaram as clientes diretamente:

Nós fizemos um monte de cartãozinho [oferecendo os serviços de faxina], e dessa vez foi diferente, a gente não comprou nada. Eu fui com a [sócia] nas cidades bacanas, próximas de onde eu morava, a gente parava o carro, perto das americanas passeando com o cachorrinho, (...) eu descia e falava: “a gente faz limpeza (...) se você quiser podemos limpar a sua casa (...) nós temos referência”. A primeira mulher com quem eu conversei nos chamou para entrar. Ela estava na porta de casa (...). Eu era meio leiga, mas minha amiga (...) sempre trabalhou com limpeza (Ângela).

Enquanto elas combinavam o serviço e o preço a ser cobrado, era Ângela quem intermediava o diálogo entre a cliente americana e a sua amiga:

(...) a mulher está perguntando o preço (...) [a amiga disse] “cobra setenta dólares”, eu falei: Só isso? Eu falava em português e a mulher não entendia, Tá doida? Só isso, numa casa desse tamanho? - A casa (...) era de três andares - (...) minha amiga disse: “é melhor [cobrar] mais barato, porque assim nós vamos conseguir mais casas”. Eu acabei concordando e, essa mulher, (...) nos arrumou umas quinze clientes (Ângela).

E como vocês dividiam as tarefas dessa vez? Eu perguntei.

Minha amiga era muito boa, (...) me deixava fazer a parte mais fácil, eu passava aspirador de pó e tirava a poeira, ela limpava os banheiros e passava pano na casa. A cozinha nós arrumávamos juntas. Eu trabalhei assim, por quatro meses e já não aguentava mais! Era muito trabalho, nós limpávamos duas casas grandes por dia. Um dia, me ligaram do banco e me chamaram [para assumir o cargo para o qual ela havia feito o teste]. Eu falei com [a sócia] que eu ia deixar a faxina, ela ficou arrasada porque achou que eu ia vender a minha parte [do “negócio”] para ela e ela não tinha dinheiro. Eu falei: como a gente não “comprou” [as casas] eu não vou te vender a minha parte, a gente conquistou [juntas] eu deixo [a minha parte] para você (...). Aí ela continuou com as casas, ela se virou, começou a dirigir sem carteira, começou a se virar para falar inglês (...) (Ângela).

Até esse ponto da narrativa, a relação entre as sócias parece ser de solidariedade, mas com o passar do tempo Ângela descobriu que a antiga sócia e amiga tinha vendido a parte do *Schedule* ela havia cedido, o que a deixou decepcionada:

A metade das casas era minha, eu dei a minha parte para ela e (...) ela não continuou com todas as casas. Se eu soubesse que ela ia vender as minhas casas, eu mesmo as teria vendido. Se você faz mil dólares por semana, com as casas, geralmente elas são vendidas pelo valor de, pelo menos, três meses de rendimento, (...) eu teria vendido, minha parte por doze mil dólares (Ângela).

Ângela possuía o capital social necessário para conseguir montar um *schedule* sem precisar comprá-lo – como é comum entre as brasileiras do ramo da faxina – pois tinha carteira de motorista e um carro, imprescindíveis para atuar nesta área, já que as casas onde se trabalha costumam ser muito distantes entre si. Além disso, elas transportam todo o material necessário – produtos de limpeza e outros apetrechos, como baldes, panos, rodos, aspirador de pó e etc. No entanto, ela não sabia fazer a limpeza das casas, pois nem no Brasil o fazia, uma vez que trabalhava o dia todo na loja que havia herdado da mãe.

O que chama a atenção, neste ponto, é o quanto a aparente desigualdade de origem de classe, ironicamente, se faz presente entre duas pessoas que, neste momento, compartilham o mesmo *status* social: tanto Ângela quanto a sócia eram faxineiras. Ângela é oriunda da classe média de Governador Valadares e quando emigrou não o fez por motivações econômicas, tanto que o patrimônio que ela e o marido tinham no Brasil permaneceu intocado, e eles sequer tiveram de pedir dinheiro emprestado para fazer a viagem. A posição de classe de Ângela foi o que garantiu que ela chegasse aos EUA e continuasse investindo no aprendizado da língua, o que lhe possibilitou conseguir, futuramente, o emprego no banco, o qual ela exerceu até o retorno ao Brasil.

Segundo Fleischer (2002), a relação entre as sócias é baseada em reciprocidade e concorrência. Aqui, a relação sempre aparentou ser mais de solidariedade do que de conflito. Ângela possuía dois pré-requisitos fundamentais para que a sociedade desse certo: falava inglês e tinha carro. Sua sócia, por sua vez, tinha o *know-how*, deste modo, elas se complementavam. Quando Ângela saiu do negócio, ela não o fez por desentendimentos, mas por ter conseguido um emprego melhor, o que pode levar a crer que a relação entre elas era de completa solidariedade. Contudo, ao sair da sociedade e passar sua parte do negócio para a amiga, Ângela não contava com a possibilidade de sua sócia vender a parte que lhe havia sido doada, o que demonstra as ambiguidades da relação entre as pessoas envolvidas no negócio da faxina, ainda que por razões diferentes das apontadas por Martes (1999) e Fleischer (2002).

Para finalizar eu retomo, brevemente, a discussão sobre as redes sociais, apenas para apontar a divergência existente entre alguns os pesquisadores/as da área. Soares (2003) se dedicou ao estudo da dinâmica migratória de brasileiros/as, através da chave analítica da constituição de redes sociais. Ele, no entanto, discorda da maneira como a maioria das pesquisas utiliza esta ferramenta teórica para compreender a dinâmica da imigração internacional de brasileiros/as. Nas suas palavras, tais estudos apresentam apenas “... uma representação metafórica de redes sociais” (SOARES, 2003, p. 241), na medida em que atribui ao conceito de rede social e de rede pessoal uma similaridade de significado, o que acontece também com as noções de rede pessoal e migratória. Sua crítica se dirige a certa imprecisão na utilização das noções quanto aos limites “... conceituais de rede social, rede pessoal e rede migratória” (SOARES, 2003, p. 241).

A rede social implica num grupo de pessoas, organizações ou instituições sociais ligadas entre si por algum tipo de relação. A rede pessoal consiste em um tipo de rede social, ancorada em amizade, parentesco, vizinhança e assim por diante. Já as redes migratórias possuem especificidades que “dependem da natureza dos contextos sociais que ela articula, é, também, um tipo específico de rede social que agrega redes sociais existentes e enseja a criação de outras, como no caso da migração internacional de valadarenses; consiste, portanto, em redes de redes sociais” (SOARES, 2003, p. 242).

Assis (2011, 2013) discorda desta crítica. Se baseando em seu trabalho de campo – em Criciúma, SC e em cidades ao redor de Boston – ela demonstrou que as vivências das/os imigrantes manifestam:

... [O]s contextos que transformam redes pessoais em redes migratórias no momento em que potenciais imigrantes acionam seus contatos com amigos e ou parentes (...) as redes sociais ao atuar na migração internacional, não *puxam* quaisquer indivíduos. São homens e mulheres que, quando participam das redes migratórias, o fazem perpassadas por gênero, geração e classe social... (ASSIS, 2011, p. 73).

Siqueira (2009) também discorda de Soares, na sua assertiva as redes têm um papel fundamental na decisão pela imigração, mas também na decisão pelo retorno:

... [Pois] a definição do negócio que se vai adquirir quando voltar, o imóvel que irá comprar são informações que circulam em redes, tanto na origem quanto no destino (...). Neste sentido as redes sociais não são metáforas ou conceitos difusos, mas variáveis concretas... (SIQUEIRA, 2009, p. 49).

Segundo os relatos colhidos neste trabalho, parece clara a concretude das redes sociais para a compreensão da dinâmica migratória de brasileiros/as para os Estados Unidos. As pessoas entrevistadas acionaram as suas redes de parentesco, amizade e informação, seja nos Estados Unidos ou no Brasil, para ajudá-las na realização do seu projeto – através de empréstimos em dinheiro, hospedagem no país de acolhimento, primeiro emprego e etc. Elas

também contaram com o apoio de parentes para cuidar dos/as filhos/as quando esses/as não migram com os pais. Quem emigra, em muitos casos, também conta com as companheiras que ficaram no Brasil para administrarem seus investimentos e assim por diante.

Duas histórias narradas por colaboradores deste estudo ilustram a importância das redes sociais no país de destino: a história de Theo, 53 anos, 03 filhos, separado, imigrado desde os anos 80, bem como a de Vitor, já mencionada anteriormente. O primeiro acionou sua rede de amigos para conseguir forjar documentos comprobatórios de sua experiência de trabalho em fazendas na Flórida, o que lhe rendeu mais tarde a cidadania americana. O segundo, através da sua rede de amizade na igreja que frequenta nos Estados Unidos, conseguiu trabalho como cozinheiro em um restaurante em Boston, com o objetivo de regularizar sua situação de imigrantes. Hoje ele e sua família possuem cidadania americana.

Assis (2011; 2013) e Boyd (1989) destacam o importante papel que as mulheres desempenham nas redes sociais de migração internacional, sendo responsáveis pelos elos que ligam as pessoas no interior das próprias redes que auxiliam na migração, conectando também as famílias às estas organizações. Assim, essa dinâmica é diretamente marcada pelo gênero, o que pretendo abordar com mais acuidade na próxima seção.

1.3 - A importância das mulheres na participação no fluxo migratório para os Estados Unidos na constituição das redes sociais

Compreender a importância das mulheres na construção de redes sociais migratórias é relevante para esta pesquisa, uma vez que elas, não raramente, são as responsáveis por articular os contatos, não só quando decidem migrar e dependem de parentes ou amigas/os para cuidarem dos seus filhos e filhas que ficam no Brasil, mas também quando estão imigradas. Muitas vezes elas conseguem indicações de trabalho através da sua rede de amizade, como foi o caso de Ângela, relatado acima. Tanto seu primeiro trabalho na cafeteria, quanto seu emprego no banco foram conseguidos através da indicação de amigas.

As mulheres imigradas que têm filhos/as pequenos/as costumam depender das redes sociais de mulheres para ter com quem deixar as crianças durante o período laboral. Em outros casos, são elas a gerenciar as redes formais de migração indocumentada, como demonstrou o relato de Andreia que viabilizou a migração do companheiro. Os homens que imigram sem as parceiras, não raramente dependem das suas companheiras para administrar as remessas e cuidar dos/as filhos/as que ficam no Brasil. Tais fenômenos demonstram o quanto a migração internacional relaciona-se a estratégias familiares nas quais as mulheres assumem grande relevância.

Os estudos sobre migração internacional para os Estados Unidos apontam para o fato de que as mulheres participavam do processo de imigração de longa distância desde o século XIX, porém, elas eram representadas apenas como as seguidoras passivas de seus cônjuges, ou como aquelas que ficavam na cidade de origem à espera do retorno de seus filhos e companheiros. Tais leituras ofuscavam a agência destas mulheres e desconsideravam o papel e a complexidade das redes sociais para o sucesso das migrações para o exterior (ASSIS, 2003; 2011; 2013). As teorias da modernização predominantes nos estudos iniciais focalizavam o caráter individual da emigração, e não como uma questão de estratégias familiares com as quais as mulheres estão sempre envolvidas (BRETTTELL; DEBERJEOIS, 1992).

As mulheres eram incluídas na categoria genérica de migrante pelo fato de os homens eram a maioria quantitativa nos processos migratórios, acreditava-se que os homens migravam sós e perdiam os vínculos com a terra natal. Contudo, mesmo nos casos em que as mulheres compunham a maioria nas dinâmicas migratórias internacionais, suas vivências e experiências eram negligenciadas pelos estudos voltados para o tema. De acordo com Assis (2011),

Essa invisibilidade das mulheres nos fluxos, portanto, não tem relação com a representatividade numérica, mas com o *olhar*, ou (...) [com] a perspectiva teórica com a qual era analisada a imigração internacional na qual as questões de gênero e étnicas não eram objeto de análise (ASSIS, 2011, p. 47).

A visão comum era a de que os imigrantes eram homens jovens que se destinavam aos Estados Unidos com o objetivo de melhoria econômica, perspectiva esta que corroborou com a desconsideração do predomínio significativo das mulheres na dinâmica migratória internacional, legal para aquele país desde os anos 30. Entre 1857 e 1922, os homens eram a maioria nos movimentos migratórios para os Estados Unidos. Este quadro modificou-se entre 1930 e 1979, quando o percentual de mulheres alcançou 55% dos migrantes que entraram lá, ultrapassando os homens, em termos absolutos, em mais de um milhão (HOUSTOUN; KRAMER; BARRET¹⁸, 1984 apud ASSIS, 2011).

Nos anos de 1940, houve uma significativa redução da imigração masculina, a entrada de mulheres manteve-se em ascensão, pois os jovens soldados americanos que lutaram na II Guerra nos anos 40, na Coreia em 50, bem como no Vietnã na década de 60, voltavam para casa com suas mulheres e crianças, as chamadas, “noivas de guerra”. Tais mulheres não perderam o contato com a sua nação de origem, ao contrário, criaram laços entre a sociedade nativa e a de destino, constituindo redes migratórias que encorajaram outras pessoas a percorrerem os mesmos caminhos. Desde a segunda metade do século XX, as mulheres passaram a representar a maior parte da migração legal para os Estados Unidos. Predominando entre os/as migrantes de 20 a 29 anos e, no grupo de 20 a 24 anos, excedendo em mais de cem mil o número de homens (HOUSTOUN; KRAMER; BARRET, 1984 apud ASSIS, 2011, p. 49).

Simon (1992) também enfatiza que, em nenhum dos países considerados como grandes receptores de imigrantes – Canadá, Austrália, Nova Zelândia ou Israel, a imigração feminina supera a de homens, diferentemente dos EUA. Ela argumenta que muitas mulheres que imigraram para países desenvolvidos estavam inseridas no mercado de trabalho nos seus países de origem, o que aumenta a possibilidade da entrada delas no mercado do país de destino. Sua pesquisa ainda demonstra que, em comparação aos imigrantes homens, nativos do mesmo país, elas tendem a receber salários mais altos.

¹⁸ HOUSTOUN, Marion F; KRAMER, Roger G.; BARRET, Joan M. Female predominance of immigration to the United States since 1930: first look. *International Migration review*. V. XVIII, n. 4, Winter, 1984, p. 908-963.

Desde a chegada e admissão dos primeiros refugiados cubanos do regime de Fidel Castro nos Estados Unidos, o interesse pelas questões imigratórias por parte dos/as pesquisadores/as norte-americanos/as se renovou. Pouco antes destes/as migrantes aportarem no país, milhares de Húngaros/as também buscavam asilo lá. Em seguida, grupos de outras nacionalidades foram aceitos como refugiados nas décadas de 70 e de 80, dentre eles, vietnamitas e judeus soviéticos. Também imigraram para os EUA um crescente número de pessoas dos países da América Central, do México, das Filipinas, Coreia e outros países da Ásia. Em 1981, foi criada a Comissão Presidencial sobre a imigração – *Presidential Commission on Immigration* – cujo objetivo era conhecer o impacto social, econômico e cultural da imigração na sociedade e aconselhar sobre o número e as condições de ingresso dos/as imigrantes no país. O estabelecimento desta comissão também incrementou o número de pesquisas sobre o tema (SIMON, 1992).

Se por um lado aumentou o interesse em se estudar as questões migratórias, por outro surgiram diferentes organizações que, em sua maioria, se caracterizavam por uma postura restritiva, ou contra a imigração. Para estas, “imigrantes são pessoas, e pessoas poluem e prejudicam o ambiente¹⁹” (SIMON, 1992, p. 24). Este discurso racista tinha por objetivo alertar a população para o risco do “escurecimento da América” – *the browning America*. Simon (1992) argumenta que a mídia também tem dado atenção para o fenômeno imigratório, porém, geralmente, o aborda de maneira negativa, enfatizando a entrada ilegal de pessoas e grupos pelas fronteiras americanas, acusando os imigrantes de tomarem os empregos dos nativos, traficarem drogas e serem responsáveis pela disseminação de doenças.

Apesar da constatação de que as mulheres eram a maioria no fluxo migratório para os Estados Unidos desde os anos 30, as análises não se voltaram para questões relativas ao gênero. Grande parte das pesquisas se contentavam em registrar os diferenciais por sexo e, em decorrência, também foram ofuscados aspectos importantes para a compreensão das dinâmicas migratórias. As mulheres eram vistas, nos estudos pioneiros, como acompanhantes dos seus maridos ou filhos, sem se preocupar, por exemplo, com a relevância do seu trabalho na composição da renda familiar. Duas questões foram perdidas de vista: a participação

¹⁹ “Immigrants are people, and people pollute and endanger the environment (SIMON, 1992, p. 24).

efetiva das mulheres e a importância das redes sociais nas dinâmicas migratórias internacionais (ASSIS, 2011; 2013).

Nos anos de 1950 e de 1960, a migração se tornou uma das grandes preocupações antropológicas e muitos/as etnógrafos/as que atuavam na África, América Latina e Ásia, com as populações nativas e camponesas, iniciaram a documentação sobre o processo emigratório de vilarejos da área rural para os centros urbanos, os quais, naquela época, ofereciam crescente oportunidade de emprego. Dessa forma, o interesse sobre este fenômeno estava conectado ao desenvolvimento dos estudos sobre os camponeses e à antropologia urbana (BRETTTELL; DEBERJEOIS, 1992). Na contemporaneidade, este quadro se alterou, uma vez que a maioria das mulheres imigrantes se desloca das cidades.

Cientistas sociais reconhecem a validade do conceito de redes para se pensar os processos de migração e, em especial, para se refletir sobre as imigrações internacionais, pois deslocar-se para um país distante exige o acesso a informações difíceis, particularmente para quem não domina o idioma e nem os códigos culturais do país receptor. Tais grupos são formados por amigos e parentes daqueles que já estão no país de destino, ou mesmo por indivíduos retornados. Por isso, eles servem como elos de comunicação entre as comunidades de origem e a de destino.

Segundo as antropólogas Brettzell e Deberjeois (1992), existem, em geral, dois tipos de redes sociais, a primeira implica na união de esforços individuais para reunir grupos familiares. O segundo tipo é formado com base na comunidade, a qual atua de forma a apoiar os/as recém-chegados/as e acomodá-los/as segundo as exigências do país de imigração. Em muitos casos, as mulheres se posicionam no centro dessas redes, e, na maioria das vezes, as iniciam e as mantêm: “Elas são os “nós” que conectam as pessoas e, geralmente, elas o fazem tão sutil e discretamente que o significado de suas ações muitas vezes é pouco reconhecido até por si mesmas²⁰” (BRETTTELL; DEBERJEOIS, 1992, p. 47).

²⁰ There are the “nodes” that connect people, and generally they do it so subtly and unobtrusively that the significance of their actions is sometimes little recognized even by themselves (BRETTTELL; DEBERJEOIS, 1992, p. 47).

Os esforços promovidos pelas cadeias de migração baseadas no parentesco cresceram como resposta ao Ato de Imigração dos Estados Unidos – *United States Immigration Act* – de 1965, cujo objetivo era criar uma política de reunificação das famílias de imigrantes, abrindo a possibilidade para que estes sujeitos levassem, para lá, pessoas de sua família. Essa possibilidade não era restrita aos membros da família nuclear. Uma mulher ou homem solteira/o podia, por exemplo, convidar outro parente de sua terra natal para morar em solo norte-americano. Contudo, tal política tinha pelo menos dois problemas: em primeiro lugar, muitas vezes o conceito de família prescrito pela lei era distinto da concepção de família de determinados grupos étnicos, não sendo suficientemente amplo para o acolhimento de certas pessoas consideradas membros de uma dada família. Outro problema era o tempo previsto para se trazer essas pessoas, pois só se podia imigrar uma por vez. Em decorrência disso, criavam-se estratégias complexas para se burlar as restrições e os impedimentos legais que constituíam em entraves para a união das famílias.

As estratégias utilizadas iam desde casamentos arranjados até adoção de crianças. Por vezes, o/a imigrante ia primeiro para o Canadá, ou México, e até mesmo para outras cidades dos EUA antes de chegarem ao destino final. As mulheres eram proeminentes nas tomadas de decisão quanto a qual membro da família deveria imigrar e se constituíam como elos importantes na medida em que mantinham os empregos que lhes possibilitava financiar tais movimentos migratórios (BRETTTELL e DEBERJEOIS, 1992).

Um exemplo deste fenômeno pode ser visto no caso de homens imigrantes da região de Nayarit, no México, os quais imigram para os EUA sem as companheiras. As possibilidades de se ausentar da sua comunidades são ancoradas em uma rede de esposas – normalmente parentes do marido – articuladas no local de origem, para auxiliar as mulheres enquanto seus companheiros estiverem fora do país. Através dessas redes, é possível conseguir pequenos empréstimos, auxílio para o pagamento de contas, ajuda para reparos nas residências, amparo com o cuidado e a negociação de animais, aquisição de materiais e assim por diante. Ademais, tais grupos auxiliam as esposas que ficam na comunidade a realizarem atividades normalmente executadas por homens. No retorno, estes imigrantes presenteiam essas mulheres da rede de apoio, consolidando, assim, as obrigações de reciprocidade. Com o passar do tempo, aquelas que ficaram no local de origem se tornam menos dependentes de tais

redes e, enquanto seus companheiros estão ausentes, elas acumulam prestígio e *status* social (BRETTTELL e DEBERJEOIS, 1992).

Muitas mulheres imigrantes dominicanas, mães solteiras, que intentam oferecer uma vida melhor para seus filhos/as, utilizam-se das redes de parentesco no país de origem para deixar as crianças pequenas, geralmente aos cuidados das avós maternas. Quando chegam aos EUA, é comum que elas passem a viver em grupos de famílias extensas, compostas por parentes de sangue ou civil, que se apoiam mutuamente, tanto no aspecto financeiro, quanto emocional. Estas mulheres articulam redes de apoio dentro de seus grupos, contrariando o estereótipo de que as mulheres Latino-americanas são passivas. Elas não ficam no seu país na mera dependência do auxílio dos seus companheiros ou irmãos. Por outro lado, assumem uma posição de liderança quanto a suas próprias vidas e auxiliam outras mulheres que queiram fazer o mesmo (BRETTTELL e DEBERJEOIS, 1992).

Sobre a inserção de mulheres imigrantes na vida pública nos países receptores, Andezian²¹ (apud SIMON, 1992), em seu trabalho sobre argelinas na França, afirma que estas não vivem confinadas em seus lares, já que sua vivência lá as coloca em contato direto e constante com a sociedade. Na imigração, a produção de sentido e a criação de uma nova ordem simbólica ocorrem, em grande parte, devido à participação das mulheres. As muçulmanas, por exemplo, assumem um papel público nos cerimoniais religiosos na França, muito mais do que o faziam na sua terra natal, seus compromissos como esposas se alteram em razão da ausência de suas sogras, bem como de outras pessoas que compõem as redes tradicionais de parentesco da sua família mais ampla. Deste modo, elas acabam assumindo maior grau de liderança na tomada de decisões quanto à educação e à saúde de sua prole, interferindo nas escolhas matrimoniais dos/as filhos/as e nas suas próprias relações sociais tanto no país receptor, quanto no de origem.

Desde o fim dos anos 1960, com o surgimento de um movimento próprio e organizado, as mulheres nos Estados Unidos assumiram visibilidade não só na esfera política, como também aumentou do número de pesquisas que se preocupavam com diferentes

²¹ ANDEZIAN, Sossie, Women's Roles in Organizing Symbolic Life: Algerian Female Immigrants in France, In: SIMON and BRETTELL, *International Migration*, p. 229-241, 231.

aspectos de suas vidas, seja a sua importância no mercado laboral, na política ou na educação. Para Simon (1992), isso explica o interesse de sociólogos/as por imigrantes mulheres, renovando questões imigratórias, o que levou a estes/as estudiosos/as a se voltarem especificamente para os padrões de imigração feminina.

Embora tanto os estudos sobre etnicidade, quanto os estudos sobre mulheres nos Estados Unidos tenham suas origens nas lutas políticas da década de 1960, tanto um quanto o outro, a princípio, divergiam quanto às suas preocupações. Por um lado, os estudos sobre etnicidade, naquela época, ignoravam as diferenças entre mulheres e homens. Por outro, pesquisas sobre mulheres não levavam em conta as diferenças entre as mulheres, além de entenderem o espaço familiar como o *locus* privilegiado de opressão das mesmas, e nunca como um lugar de possível solidariedade de gênero.

A etnicidade, até aquele período, não era reconhecida como uma categoria importante para os estudos das mulheres. Na medida em que os estudos feministas consideraram as distinções entre as mulheres, trouxeram à tona o reconhecimento da dimensão das diferenças de classes. Esta nova categorização compreendia as imigrantes como classe trabalhadora e, finalmente, aos estudos sobre mulheres aliou-se também as questões de raça (CABACCIA, 1992). Segundo Bilac (1995), a partir dos anos 1970, pesquisadores/as e governos têm dirigido o seu olhar para a inserção das mulheres nas migrações internacionais. Atualmente elas perfazem quase 50% das migrações internacionais e, desde 1960 até a década de 1980, elas compunham a maioria dos imigrantes que cruzaram a fronteira dos EUA de forma legal (BILAC, 1995, p. 67).

A nova ordem internacional, ao complexificar o trânsito humano pelo mundo, fez com que os modelos clássicos de explicação destes fenômenos de mobilidade cedessem lugar a novas leituras, seja no nível macro, ou micro, analítico. Em decorrência disso, muitos/as autores/as voltaram seu olhar para a “feminização” das dinâmicas migratórias. Nos Estados Unidos, surgiram muitos estudos importantes sobre a imigração feminina, devido não só a importância que os processos imigratórios assumiram naquele país, mas também, ao fortalecimento dos estudos de gêneros, fazendo crescer o número de estudos sobre mulheres “hispanicas” e “asiáticas”. As mulheres latino-americanas que mais receberam atenção das

pesquisas foram as mexicanas, dominicanas, venezuelanas, cubanas, colombianas, porto-riquenhas (BILAC, 1995) e, mais recentemente, tem aumentado o interesse pelas brasileiras.

As pesquisas sobre migração voltadas para as mulheres permitiram problematizações sobre as teorias econômicas clássicas, como por exemplo, aquelas baseadas na lógica *push-pull*, que defendem que os fenômenos migratórios se baseiam numa tomada de decisão masculina, racional e individual ligada à lógica do custo/ benefício. Ao se criticar estas orientações teóricas sobre os processos de mobilidade, abriu-se espaço para se refletir sobre a importância das categorias de classe, gênero e etnia desde sempre presentes nos fenômenos migratórios, no entanto, sempre negligenciadas pelos estudos prevalentes (BILAC, 1995).

O conjunto de produções acadêmicas sobre mulheres é de importância singular por lançar luz sobre as particularidades da migração feminina, colocando em pauta a discussão sobre as políticas migratórias internacionais para as mulheres migrantes, seja na terra natal, ou nos países de destino. Assim, surgiram questões que antes inexistiam, como a preocupação em pensar se a concepção e a execução de políticas migratórias relacionam-se aos estereótipos em torno dos papéis atribuídos aos homens e às mulheres, seja nos locais de origem, ou nos países de destino, criando um ideário que alimenta a desigualdade de gênero.

Além disso, é preciso pensar sobre como criar medidas protetivas contra a discriminação do conjunto de mulheres consideradas vulneráveis: idosas, refugiadas e trabalhadoras domésticas. As diversas produções intelectuais focalizadas na migração feminina têm sido basilares na apresentação de medidas alternativas a governos comprometidos com a promoção da entrada das imigrantes na força de trabalho, com a segurança social e que intencionem oferecer oportunidades igualitárias quanto aos processos de legalização e residência no país, tanto para as mulheres quanto para homens não documentados/os (BILAC, 1995).

Desde a segunda metade do século XX, quando se intensificaram as migrações internacionais das mulheres, essas migrantes de diferentes países de origem, etnias, classes sociais e níveis de escolaridade imigraram, na sua maior parte, de centros urbanos para os Estados Unidos e para países da Europa. Desde então, mulheres e homens entram nos países de destino sem os documentos necessários que lhes garantam a possibilidade de trabalho e

moradia. Os desenvolvimentos dos meios de transporte e de comunicação possibilitam que esses imigrantes tenham acesso facilitado aos países hospedeiros, seja pelas distâncias encurtadas, ou pelo acesso a passagens mais baratas. Esta dinâmica promove o aumento do contato potencial entre pessoas de todo o mundo, contribuindo “... para que ‘notícias do mundo de lá’ circulem com mais facilidade e também para a constituição de redes de migração” (ASSIS, 2011, p. 51).

As imigrantes na contemporaneidade são propensas a viajarem sozinhas, ou abrindo o fluxo migratório para suas famílias. Em geral, elas são as primeiras a conseguirem emprego nos Estados Unidos, ou seja, nem sempre imigram na esteira dos homens permanecem na comunidade de destino esperando pelo retorno de seus companheiros. Em razão disto, a categoria de gênero cruza de maneira significativa os processos migratórios, assim como as categorias étnicas e de classe. De acordo com Assis (2011), “desde o momento da partida, a escolha de quem vai migrar, os motivos da migração, a permanência ou o retorno ocorrem articulados numa rede de relações que envolvem gênero, parentesco e geração” (ASSIS, 2011, p. 55).

Este é o caso de Bárbara, uma enfermeira de 45 anos que entrevistei em Boston. Ela migrou em 1987, aos 17 anos, seguindo os passos de duas irmãs mais velhas que já moravam nos Estados Unidos e lhes ofereceram todo apoio necessário. Anos mais tarde, após se casar e ter duas filhas, suas irmãs continuaram lhe dando toda assistência. Na época da entrevista, ela alugava a casa de uma delas. Quando Bárbara decidiu cursar enfermagem, ela não pode contar com o suporte do companheiro para cuidar das filhas enquanto estava na faculdade, assim, a ajuda das irmãs foi fundamental para a realização do seu sonho de tornar-se enfermeira.

Mulheres imigrantes também encontram um mercado marcado pelo gênero. Embora tenham mais qualificação e especialização, muitas delas ainda ocupam espaços estereotipados como femininos, como por exemplo, o trabalho doméstico, demarcação esta que também possa por sua nacionalidade. Não é coincidente que todas as mulheres entrevistadas nesta pesquisa tenham trabalhado como faxineiras e apenas duas – Ângela e Bárbara – conseguiram outras ocupações: uma delas tornou-se bancária e a outra, enfermeira. O relato detalhado sobre suas histórias será feito ao longo do Capítulo 3 deste estudo.

Segundo Boyd (1988), a família e as relações de gênero assumem fundamental importância nestas redes sociais de apoio e de solidariedade, uma vez que o projeto de migrar, as razões e as formas de fazê-lo recebem influência de sua situação econômica, de recursos disponíveis, da configuração familiar, sexo, idade bem como de outras características. Deste modo, o papel econômico desempenhado pelo homem ou pela mulher no interior da família são alterados na dinâmica migratória. Outra questão importante quanto ao projeto de migrar está relacionado à existência e a configuração dos grupos étnicos que, em muitos casos, contam com pessoas bem sucedidas no país de destino e essas, por sua vez, atraem seus parentes e amigos/as para trabalharem como mão de obra nas suas empresas.

Ao se reconhecer a importância das mulheres nos processos migratórios, a abordagem de gênero oferece uma visão “... mais dinâmica do grupo familiar, como estrutura de relações de gênero e entre gerações, com conflitos, questionamentos de autoridade, reformulações, jogos de poder” (BILAC, 1995, p. 72). Ao incluir a dimensão de gênero nas pesquisas sobre migrações torna-se possível levantar as motivações, as implicações e os “processos da migração internacional”, além de permitir a emergência de diferentes temas, dentre eles “como mulheres e homens vivenciam a imigração de forma diferenciada e como este fato interfere no seu assentamento” (KOSMINSKY, 2004: 284).

Neste sentido, a história de Josias e Sônia, de 46 e 34 anos, respectivamente, é bastante ilustrativa. Ele viveu durante cinco anos nos Estados Unidos e Sônia ficou no destino cuidando dos/as três filhos/as e administrando as remessas enviadas. Antes de migrar, ela sequer ia ao supermercado sozinha, todas as decisões eram tomadas pelo companheiro e ela não trabalhava fora. Após a migração, ela passou a administrar o dinheiro enviado para o Brasil e a decidir sobre os investimentos, além de gerenciar a construção de três casas. Após o retorno de Josias, a dinâmica de poder entre o casal alterou-se e Sônia assumiu uma posição menos subordinada no interior da relação, conforme veremos melhor adiante.

A mulher que fica no Brasil é uma figura importante para a administração das remessas enviadas e o cuidado com a prole. Guilherme, de 65 anos, está imigrado há 30 anos. Ele se insere na categoria imigrante transnacional, pois passa, anualmente, sete meses em Boston e cinco no Brasil. Sua companheira é a responsável pela administração dos bens em

Governador Valadares adquiridos com o trabalho de imigrante desde 1984. O mesmo acontece com Vítor e Ângela, anteriormente citados, nos seis meses em que Vítor se encontra no destino, Ângela, além de cuidar dos três filhos de casal, é a responsável por tomar conta da loja do companheiro.

Para efetivar o projeto de migrar, Samanta, de 43 anos, cuja história será retomada no terceiro capítulo, contou com a sua mãe e pai para criar o filho mais velho, fruto de um relacionamento anterior ao casamento com Lúcio, de 46 anos, motivo pelo qual migrou. Nas palavras dela,

meus pais que criaram o [filho], eu não interferia na criação dele porque eu via que estava melhor do que se tivesse aqui comigo. Eu ligava para ele quase todos os dias e mandava dinheiro todo mês. Eu ligava para o João todos os dias, eu o acompanhava na escola (Samanta).

Não obstante, os estudos migratórios baseados no gênero levam em conta, tanto a situação das mulheres, quanto a dos homens envolvidos neste processo, ressignificando e problematizando suas experiências. Estas pesquisas permitem ainda desvendar o quanto as relações e os sistemas de gênero intervêm nas dinâmicas migratórias, revelando transformações e mudanças nos padrões destas relações nos países receptores e de destino. Além disso, o tripé gênero, classe, raça/etnia, ao ser valorizado nos estudos migratórios, ofereceram um avanço importante nesta área de estudos, iluminando questões que antes eram ofuscadas. Em relação às mulheres, estes trabalhos ainda demonstram o desempenho ativo que elas sempre tiveram nos fluxos migratórios, anteriormente obliterados por grande parte da literatura da área.

Sylvia Debiaggi (2003), em seu estudo com famílias imigrantes brasileiras residentes na região de Boston, aponta para as mudanças nos papéis de gênero entre os casais, em especial no que se refere à divisão das tarefas domésticas e, para a maior independência das mulheres em razão de ocuparem um espaço no mercado de trabalho que lhes remunere bem. Este fenômeno, por sua vez, altera a subjetividade do casal – crenças, ideias e sentimentos – e as suas “... concepções do que é feminino e masculino, ou seja, [modifica a sua forma de]

entender e agir, pensar e sentir enquanto mulher ou homem e o que esperar do outro sexo e do relacionamento entre ambos” (DEBIAGGI, 2003, p. 176).

Portanto, papéis de gênero tradicionais são, muitas vezes, colocados em questão. A independência econômica segue aliada à ampliação do poder na relação, aumentando a autonomia e a autoconfiança dessas mulheres. Na interação do casal, o homem tende a sentir-se rebaixado em seu *status* de provedor, pois “... seu sentimento de autoestima e orgulho próprio são, em grande parte, prescritos culturalmente como aquele que exerce o papel dominante na família” (DEBIAGGI, 2003, p. 177). Além disso, muitos deles, em função da inserção de suas companheiras no mundo laboral, temem que estas negligenciem o cuidado da casa e da família e se sentem inseguros com a possibilidade das suas parceiras conhecerem outras pessoas e novos ambientes.

No entanto, quando as mulheres imigrantes entram no mercado de trabalho é comum que seus companheiros se responsabilizem em maior medida com o cuidado da prole e da casa, o que leva a uma relação mais igualitária (LEVITT e SCHILLER, 2006). Debiaggi (2003) assevera que quanto mais se domina a língua local, mais as pessoas tendem a aceitar os padrões culturais do país hospedeiro: “Quanto mais influenciados pelo que representa a cultura americana menos tradicionais [os homens] se mostram em relação aos papéis sociais de gênero” (DEBIAGGI, 2003, p. 187).

Desta maneira, o contato com os padrões culturais do país de acolhimento são considerados importantes para a mudança na configuração das dinâmicas de gênero. Conforme Debiaggi (2003), ao trabalhar como faxineiras em casas americanas, as mulheres têm acesso à divisão de tarefas domésticas entre os casais nativos, requerendo, assim, o mesmo tipo de comportamento dos seus parceiros. Ao imigrarem, homens e mulheres se deparam com representações diversas sobre o “ser homem e ser mulher”, o que pode levar à ressignificação das noções e normas de gênero entre os casais, levando à reconstrução e à contestação dos padrões de ação e pensamento em curso nas suas relações.

A partir da imigração internacional, mulheres e homens tendem a se ajustar às demandas de mudança em seu padrão de ação dentro e fora de casa, reequilibrando a relação. Nos casos em que apenas uma das partes do casal imigra, não é raro que um dos pais fique

por um longo tempo afastado dos seus filhos e filhas. Quando toda a família imigra, é comum que a sobrecarga de trabalho fora de casa os impeçam de dedicar a atenção que gostariam de dar aos filhos/as. Neste caso, muitos/as podem contar com novas redes sociais, criadas pelas comunidades de imigrantes ou com as já existentes. As redes formadas pelas mulheres imigrantes são fundamentais na difusão de informações, tanto relativas às oportunidades de trabalho quanto sobre outras instituições, como as que informam sobre organizações, de cuidado com a saúde, disponíveis no país hospedeiro.

Estes grupos de apoio se organizam de maneira variada em Valadares: Vera, 52 anos, migrou em 1999, sete meses após o companheiro. Ambos ficaram dois anos no destino. Nas suas palavras:

Quando nós [ela e o marido] fomos para os Estados Unidos meus filhos tinham 15, 12 e 09 anos. Eles ficaram com a minha irmã. A minha irmã sempre resolvia o que ela podia e o resto de lá eu decidia (...) Era assim: minha mãe morava em cima, minha irmã morava em baixo e tinha um barracão do lado para eles, mas tudo num quintal só. Eles moravam na casa deles e tinham tudo. Eu pagava uma empregada para arrumar a casa e fazer a comida, mas a responsabilidade era da minha irmã de olhar (Vera).

No caso de Anderson, de 50 anos, contar com o apoio de Mércia, de 46, foi relevante enquanto ele esteve emigrado. Ele foi para os EUA em 1994, pela segunda vez, e retornou em 2009. Durante esse período, Anderson passava parte do ano no Brasil com a família e parte nos Estados Unidos. Ele retornou em decorrência da gravidez da esposa. A filha, na época da entrevista, tinha 03 anos e o casal tem outros dois filhos de 21 e 17 anos de idade. Segundo Anderson, a presença da esposa no Brasil foi fundamental para a administração das remessas enviadas por ele. Em seus termos:

Os meninos ficaram sob a responsabilidade da mãe, mas os recursos eram enviados por mim para criá-los. Tentei ser o mais presente possível, sempre telefonando e ficando curtos espaços de tempo sem vê-los. O maior tempo que fiquei sem vir ao Brasil foram 11 meses. Depois disso, ficava apenas três meses longe e ficava aqui cinco ou seis meses. Nos comunicávamos todos os dias por telefone e depois via internet. Eu tinha Confiança total [na

companheira]. A administração do dinheiro ficou toda por conta da esposa. Todos os nossos bens, inclusive, estão no nome dela. Sítio, casa, carros. E as decisões quanto à criação dos filhos/as sempre eram dela, raramente precisei entrar em algum caso (Anderson).

O protagonismo das mulheres nas redes sociais migratórias tem sido alvo de destaque nos últimos anos. Assim, no capítulo 3, serão narradas as histórias dos/as participantes deste trabalho, dando ênfase, mais uma vez, à inserção e à dinâmica das redes sociais nos países de origem e acolhimento.

A seguir, contudo, serão problematizadas questões relativas à identidade, diferença e diversidade, na tentativa de perceber como a primeira é mobilizada pelos/as imigrantes valadarenses nos Estados Unidos, bem como pelas pessoas retornadas. A fim de responder teoricamente esta discussão, recorrei aos trabalhos de autores/as como Appadurai, Hall, Eriksen e Brah.

CAPÍTULO II- IDENTIDADES CULTURAIS: DIFERENÇA E DIVERSIDADE EM CONTEXTOS MIGRATÓRIOS

O antropólogo indiano Arjun Appadurai, representante dos Estudos Culturais, contribuiu de forma relevante para reflexões no campo da globalização. A compressão cultural do autor, que hoje leciona na Universidade de Chicago nos Estados Unidos, se inspira na virada linguística na antropologia, priorizando, assim, a análise no plano discursivo e não na dimensão estrutural ou sistêmica.

Para Appadurai (2000), a questão central do mundo cultural na contemporaneidade reside no fato de que a “aparente substituíbilidade crescente de períodos e posturas inteiros, uns pelos outros, em estilos culturais do capitalismo avançado, está ligada a forças globais mais amplas...”²² (APPADURAI, 2000, p. 31). O pesquisador se refere aqui ao avanço dos meios de comunicação de massas e à formação de uma “sociedade imaginada” como parte das “dimensões culturais dos processos de globalização”, bem como das mudanças impostas na vida das pessoas e grupos culturais nos dias de hoje.

Aproximadamente a partir dos anos de 1960, o avanço da mídia impressa e a ampla criação e difusão dos meios de transporte e informação possibilitaram uma aproximação das pessoas ao mundo como um todo, fazendo-se emergir, portanto, uma “nova condição de vizinhança” - *new condition of neighborliness* — criada por tal ordem midiática. Desde então, o fluxo de pessoas e informações cresceu através de um mundo irregularmente transnacionalizado. Para se compreender este novo cenário, se fez necessária a revisão de uma série de conceitos como, por exemplo, os de cultura, identidade e diferença.

Appadurai (2000) se propôs a repensar a noção clássica e essencialista de cultura, considerada como “algo que se possui” – seja do ponto de vista tangível fisicamente ou do metafísico – em favor da ideia de cultura adjetivada. Deste modo, o seu olhar se direcionou para aquilo que tem valor no conceito “substantivo de cultura”: a dimensão da diferença. Não obstante, para ele, a globalização não implicou em um processo de homogeneização. De forma similar, o antropólogo norueguês Thomas Hylland Eriksen (2001) entende que o

²² ...the apparent increasing substitutability of whole periods and postures for one another, in cultural styles of advanced capitalism, is tied to larger global forces... (APPADURAI, 2000, p.31)

acirramento dos processos de globalização não fez com que grupos e indivíduos se tornassem idênticos, ao contrário, na interação entre o local e o global, surgiram novos tipos de diferenças culturais.

Para Eriksen (2001) esta constatação traz importantes implicações para o pensamento antropológico. Na contemporaneidade, a dicotomia tradição/modernidade não se sustenta do ponto de vista da análise empírica, uma vez que estas são inseparáveis quando o olhar se volta para a realidade concreta. Ademais, diante das mudanças tecnológicas trazidas pelos meios de comunicação e de transporte, a própria noção de cultura se torna problemática. Em muitos sentidos, “nem estados e nem comunidades locais são claramente delineáveis em todos os aspectos”²³ (ERIKSEN, 2001, p. 306), e, portanto, “culturas” não devem pensadas como entidades fechadas e uniformes.

Pode-se dizer que tanto a partir de Appadurai, quanto de Eriksen, as visões de cultura compreendiam as diferenças culturais tradicionalmente como um “valor em si mesmas”. Para o primeiro, esta noção clássica de “cultura” é, ela mesma, um artefato cultural, um produto de uma perspectiva particular. Em outras palavras, é fruto de conjunturas sociais, econômicas e políticas, associadas a mecanismos hegemônicos de dominação que hierarquizam os grupos sociais baseados em supostos argumentos que fundamentam a dominação e a exclusão. À vista disso, o antropólogo Andreas Hofbauer (2009), diante das transformações ocorridas nos contextos da globalização, afirma que cada vez mais antropólogos/as, “teriam se convencido de que o foco de análise já não deveria ser ‘as diferenças culturais em si’, mas a maneira como os agentes sociais fazem uso dos símbolos culturais em situações específicas” (2009, p. 108).

Para romper com a noção substantiva de cultura, Appadurai propõe uma ideia de cultura *adjetivada* que capacite analiticamente o/a pesquisador/a a olhar para os pontos de semelhanças e tensões presentes nas diferentes categorias, como classe, gênero, etnia. Assim, a partir deste modelo, ao se focalizar as distinções presentes nas práticas ou ideologias em seus aspectos “culturais”, estas passam a ser situadas, ou seja, a ênfase recairá sobre marcas

²³ “...neither states nor local communities are really clearly delineable in every regard” (ERIKSEN, 2001, p. 306).

culturais diacríticas construídas, de diferentes maneiras, as quais só poderão ser vistas em relação a algo. Em suma:

[...] cultura não é utilmente tomada como uma substância, mas é melhor compreendida como uma dimensão do fenômeno, uma dimensão que trate de diferenças situadas e corporificadas. Enfatizar a dimensionalidade da cultura mais do que sua substancialidade permite que nosso pensamento de cultura seja menos uma propriedade de indivíduos e grupos e mais um dispositivo heurístico que pode ser usado para falar sobre diferença.²⁴ (APPADURAI, 2000, p. 12-13).

Tal proposição faz com que o crítico apropriadamente sugira que “... consideremos como culturais apenas aquelas diferenças que expressem, ou definam as bases para, a mobilização de identidades de grupos”²⁵ (APPADURAI, 2000, p. 13). Por conseguinte, uma vez que a identidade é constituída através de marcadores de diferença tanto fora, quanto no interior dos próprios grupos, “cultura” assume então o sentido de processo, de construção sempre aberta que mantém ou ordena estas diferenças que são por ela partilhadas. Para Appadurai, trata-se de “...um subconjunto de diferenças que tem sido mobilizadas para articularem a identidade de grupo”²⁶ (APPADURAI, 2000, p. 14).

Um dos pontos que unem os/as intelectuais de diferentes orientações epistemológicas, envolvidos/as no campo dos estudos culturais é tomar a “cultura” como um dos aspectos nucleares da sociedade, não como algo que possa ser apreendido de maneira separada. De acordo com Stuart Hall (2009), referência nos estudos culturais ingleses e nos estudos pós-

²⁴ ...culture is not usefully regarded as a substance but is better regarded as a dimension of phenomena, a dimension that attends to situated and embodied difference. Stressing the dimensionality of culture rather than its substantiality permits our thinking of culture less a property of individuals and groups and more as a heuristic device that can use to talk about difference (APPADURAI, 2000, p. 12-13).

²⁵ I suggest that we regard as cultural only those differences that either express, or set the groundwork for, the mobilization of group identities (APPADURAI, 2000, p. 13).

²⁶ ... a subset of differences that have been mobilized to articulate group identity (APPADURAI, 2000, p. 14).

coloniais, a cultura resulta da interação entre as diferentes práticas sociais, portanto está presente em todas elas.

Neste sentido, Hall (2009) chama a atenção para uma mudança de registro em que “cultura” se expandiu a tal ponto que passou a ocupar espaço em todas as dimensões, seja ela política, econômica ou social. Ela é produtiva e dinâmica, reconfigurando-se cotidianamente. Em sua argumentação,

A cultura é produção. Tem sua matéria-prima, seus recursos, seu trabalho “produtivo”. Depende de um conhecimento da tradição enquanto “o mesmo em mutação” e de um conjunto efetivo de genealogias. Mas o que esse “desvio através de seus passados” faz é nos capacitar, através da cultura, a nos produzir a nós mesmos de novo, como novos tipos de sujeitos (HALL, 2009, p.43).

Como podemos observar, ele propõe uma reversão em que não se trata do que a tradição faz de nós, mas o que fazemos dela. Desse modo, a cultura passa do “ser” para o “tornar-se”, deixa, então, de ser vista numa perspectiva ontológica. A dinâmica do mundo globalizado, ao impor novos debates e questionamentos sobre as “culturas”, faz com que essas se relacionem com as tradições através de um processo dialético que não se efetiva numa síntese definitiva (HALL, 2009).

Segundo Appadurai (2000), no atual contexto de globalização a imaginação se tornou um fato social nuclear para a agência humana: compreendê-la se faz importante para entender a lógica da nova ordem global. Portanto, o antropólogo relacionou o que chama de “as cinco facetas do fluxo cultural global”. As três primeiras formam um tipo de estrutura global, ainda que imprevisível, pois cada uma delas está subordinada tanto a restrições quanto a estímulos. Temos, então, i- *ethnoscape*, a paisagem de pessoas que impõem mudanças no mundo em que vivemos – turismo, migração, exílio, viagens de negócios, mas também comunidades locais; ii- *technoscape*, a qual diz respeito à disposição mundial da tecnologia, que é uma forma relevante de atribuição de significado ao fluxo global, onde se insere também, a distribuição desigual da tecnologia; iii- *finanscape*, ligada ao fluxo de capital cada vez mais desarraigado do território. Finalmente, iv- *ideoscape*, as mensagens ideológicas e, v- *mediascape*, ou seja,

as construções da mídia de massa. O sufixo *scape* quer acentuar a dimensão deslizando, fluída e irregular destas paisagens.

No quadro interpretativo traçado pelo teórico, as *ideascapes* “são compostas de elementos da visão de mundo do iluminismo, que consiste em uma cadeia de ideias, termos, e imagens, incluindo *liberdade, bem-estar, direitos, soberania, representação* e o termo principal *democracia*”²⁷ (APPADURAI, 2000, p. 36). A partir desta noção, levanto a hipótese de que a difusão dessas imagens/ideias pode influenciar os/as migrantes na tomada de decisão de imigrar para os Estados Unidos.

Muitas pessoas no Brasil imaginam que tais valores e imagens, ligados à ideais iluministas, tenham se concretizado nos Estados Unidos, conforme apresentarei. Ao mesmo tempo, ao chegar ao país de destino, estas pessoas se defrontam com certos valores locais – como, por exemplo, a autonomia do indivíduo – que lá se manifestam de formas distintas se comparados ao Brasil, provocando uma atitude de estranhamento por parte dos/as imigrantes, inclusive no plano das relações de gênero, foco de minha análise na segunda seção deste capítulo.

Na visão de Appadurai, as pessoas nos diferentes lugares do planeta constroem “mundos imaginados”, uma expressão que amplia o sentido de *comunidades imaginadas* de Benedict Anderson [1991] (2008), a qual se refere à construção das identidades nacionais que fundamentaram os nacionalismos modernos. A noção de Anderson foi incorporada por autores ligados aos Estudos Culturais, como Appadurai, que utilizam este vocábulo para compreensão das realidades impostas pelas condições históricas do capitalismo avançado, envolvendo não mais o Estado-nação, mas extrapolando suas fronteiras territoriais através das possibilidades oferecidas pelos meios de comunicação de massa, televisão, filmes e as redes mundiais de computadores.

Appadurai afirma que “... gostaria de chamar *mundos imaginados*, (...) os múltiplos mundos que são constituídos pelas imaginações historicamente situadas por pessoas e grupos

²⁷ “...composed of elements of the Enlightenment worldview, which consists of a chain of ideas, terms, and images, including *freedom, welfare, rights, sovereignty, representation*, and the term master *democracy* (APPADURAI, 2000, p. 36).

espalhados em torno do globo”²⁸ (APPADURAI, 2000, p.33). Para ele, estes *mundos imaginados*, ou *vidas imaginadas*, são capazes de se colocarem em oposição ao “mundo oficial” relativo à ordem “natural” da sociedade, ou o que esta última considera como o mundo oficial das significações elaboradas pela mente – *the imagined worlds of the official mind* –, de modo que, agora, as pessoas são movidas por novas forças que atuam na sua psique.

O *ethnoscape*, ou a etnopaisagem está ligada à difícil situação em que, muitas vezes, os/as etnógrafos/as se veem envolvidos/as quanto à visão e representação de mundo. Se por um lado se aceitam “as tradições de percepção e de perspectiva (como as paisagens nas artes visuais)”, se reconhece também que a diferenciação na postura do observado é capaz de influenciar tanto o processo quanto o produto da representação. Além disso, esse conceito refere-se à “... reprodução social, territorial e cultural da identidade de grupos em mudança” (APPADURAI, 2004, p. 71).

Através dos processos de migração, os grupos reconstruem a sua trajetória, sua história e as atribuem novas formas ao reajustarem e redefinirem seus projetos étnicos. Ainda de acordo com o antropólogo, “o ‘*etno*’ de etnografia assume um caráter esquivo, não localizado, a que as práticas descritivas da antropologia terão que responder” (APPADURAI, 2004, p. 71). Isto posto, uma vez que os grupos não se encontram circunscritos em determinado território, marcados pelo espaço, por uma historicidade específica (e culturalmente hegemônica), o mundo já não é mais o que se acreditava ser no surgimento da antropologia: hoje as etnopaisagens interagem mutuamente entre si.

Há que se levar em consideração que novos cosmopolitismos se desenvolvem através de fluxos culturais transnacionais a partir de onde concorrem entre si; se conservam em reciprocidade, fazendo emergir o processo denominado de ‘desterritorialização’. Este não somente diz respeito a situações que envolvam empresas como multinacionais ou mercados

²⁸ “I would like to call *imagined worlds*, (...) the multiple worlds that are constituted by the historically situated imaginations of persons and groups spread around the globe” (APPADURAI, 2000, p. 33)

financeiros, mas também aos grupos étnicos, os movimentos separatistas e as organizações políticas, os quais atuam de maneira marcadamente transcendente quando se considera as suas demarcações e “identidades territoriais específicas”. Assim sendo, a desterritorialização:

[A]feta as lealdades de grupo (especialmente no contexto de lealdades complexas), a sua manipulação transnacional da moeda e outras formas de riqueza e investimento, e as estratégias dos estados. O desatar dos laços entre povo, riqueza e território altera fundamentalmente a base da reprodução cultural (APPADURAI, 2004, p. 72).

Esse conceito abarca tanto a criação de mercados para as indústrias da cultura, como cinema e turismo, quanto se refere a investimentos financeiros, os quais cada vez mais transpõem as fronteiras nacionais. Parece-me que a desterritorialização, portanto, abarca as diferentes relações de reprodução social, política, financeira e cultural que são agora, não só globalizadas, mas globalizantes. Se as experiências humanas estiveram desde sempre permeadas pela imaginação – “contos, mitos, música” e assim por diante – nas sociedades contemporâneas a dimensão imaginativa aparece de maneira renovada e única. Os meios de comunicação de massa contribuem para isso ao oferecem inúmeras possibilidades de vida que são introjetadas por algumas pessoas como “imaginação vivida” (APPADURAI, 2004, p. 78). As imagens e discursos midiáticos garantem a aproximação com locais distantes através das informações e boatos sobre outros espaços longínquos.

Não obstante, estes meios de comunicação se fazem relevantes como marcas simbólicas consistentes que modificam o contexto social local através do contato. Em um mundo metropolitano, eles influenciam sobremaneira o papel da imaginação na vida social, ou seja, tornam a fantasia uma prática social de tal forma que ela se constitui, em infinitas possibilidades, da inserção e experiência desses sujeitos em diferentes sociedades.

O percurso transnacional de ideias em um mundo desterritorializado complexifica as vivências através deste novo *status* atribuído ao poder da imaginação, o qual se liga “a imagens ideias e oportunidades” advindas de outras localizações. Para Appadurai (2004), certas forças transnacionais impactam as culturas de modo a tornarem-nas uma forma de diferença mais volátil e não substancialmente fixadas, razão pela qual o teórico acredita que

vários pensadores contemporâneos escrevam contra o conceito de cultura em si. Ele afirma que “(...) as vidas são hoje tanto atos de projeção e imaginação como encenações de enredos conhecidos de resultados previsíveis” (APPADURAI, 2004, p. 87). Nessas articulações, o passado possui tanta relevância quanto o futuro: ao nos aproximarmos dele na análise do cotidiano das pessoas, somos capazes de perceber e encontrar mundos cada vez menos cosmopolitas e cada vez mais locais. Não obstante, “vida imaginada” implica a reprodução cultural e auto construção tensionada pelas relações entre o local e o global. É assim, portanto, que esta se desdobra em elos de cosmopolitismo e age na imaginação do mundo desterritorializado.

Mesmo reconhecendo a influência da dimensão midiática na conformação do desejo, ao mesmo tempo, pelo “novo” e pelo “já conhecido”, é pertinente lembrar que há perigos em se considerar que processos de transnacionalização produzam sujeitos cujas identidades flutuem ao sabor das contingências virtuais, completamente desenraizados, ou desterritorializados²⁹.

Neste sentido, Stuart Hall (2001) argumenta que diante dos processos de globalização, bem como sua influência na vida coletiva, podemos ter a impressão de que vontades individuais, desprendidas do tempo, espaço, tradições e especificidades históricas governem a constituição de identidades, pois, aparentemente, teríamos uma vasta gama de possibilidades. No entanto, a questão se volta para ‘quem’ agencia a inclusão ou exclusão das pessoas no interior dos grupos, ou seja, tanto identidade quanto diferença são efeitos do poder.

De acordo com Eriksen (2001), as identidades são construídas no encontro entre indivíduo e a situação social. Ao refletir sobre a inter-relação destas com a “cultura” em contexto de globalização, o autor lembra que “mesmo que as pessoas possam escolher suas

²⁹ O antropólogo Marshall Sahlins (1997) considera que os processos de transnacionalização não desvinculam as pessoas completamente da sua sociedade de origem, uma vez que elas lançam mão das suas tradições culturais de maneira reflexiva. Para Sahlins, Appadurai desvaloriza a manutenção e a permanência da identificação com a terra originária. Em suas palavras, “ênfatiso que as sociedades transculturais têm seu foco na terra natal, e que a forma de vida possui um caráter espacialmente centrado, para me contrapor a uma tendência a se falar de desterritorialização uma ligação “meramente simbólica” ou “imaginária” dos povos da diáspora com seus lugares de origem. A condição originária da terra natal também é pertinente: a estrutura tem dimensões temporais bem como espaciais” (SAHLINS, 1997, p. 36).

estratégias [identitárias] elas não vão fazê-lo sob circunstâncias de sua própria escolha – e essas circunstâncias diferem muito, não apenas no que diz respeito à diferenciação de acesso [as novas tecnologias de comunicação], mas também em relação à autonomia pessoal e ao direito de definir quem elas são”³⁰ (ERIKSEN, 2001, p. 310).

É importante, no entanto, levar em conta que no fim do século XX as mudanças e transformações tecnológicas e de comunicação impuseram a ressignificação da dimensão espacial, pois graças a elas, o fluxo de pessoas; dinheiro; bens; ideias e de tecnologia se espalhavam rapidamente pelo mundo. Um dos resultados deste processo é o aumento das migrações internacionais, do turismo nas suas diferentes formas, enfim dos deslocamentos humanos pelo globo.

Ademais, ele também chama atenção para o fato de que, para muitas pessoas, a autoconsciência da construção do espaço não poderá ser mais garantida, ou melhor, a esta não mais será atribuído um *status* predefinido de significado cultural, haja vista a possibilidade de mudança radical do local de moradia, bem como a própria constante mobilidade. Esta situação demanda a revitalização dos conceitos para a compreensão de sociedades e culturas. Eriksen (2001) realça que:

Tudo isto não significa que as pessoas se tornam desterritorializadas, mas que a construção do espaço torna-se um projeto em seus próprios termos – como a da identidade cultural – considerando que anteriormente poderia ser dado como concedido. Isto também significa que o “lugar” torna-se um termo fluído, de modo que ‘Nevis’ torna-se uma rede com pontos nodais em Londres, Nevis e qualquer lugar. O fato de que a migração em uma era de rápida comunicação, portanto, também abre caminho para o *nacionalismo de longa distância* (...) pelo que a cena política em dado território pode ser parcialmente moldada pela agência de migrantes³¹ (ERIKSEN, 2001 p. 306).

³⁰ for even if people may choose their strategies, they do not do so under circumstances of their own choosing - and these circumstances differ greatly not only with respect to differential access to say CNN on TV but also regarding personal autonomy and the right to define do they are (ERIKSEN, 2001, p. 310).

³¹ All this does not mean that people are becoming de-territorialized, but that the construction of place becomes a project in its own right – like that cultural identity – whereas it could formerly be taken for granted. It also means that ‘place’ becomes a fluid term, so that ‘Nevis’ becomes a network with nodal points in London. Nevis and elsewhere. The fact of migration in an era of fast communications thus also paves the way for *long- distance nationalism*, (...) whereby the political scene in a given territory may be partly shaped by agency of migrants (ERIKSEN, 2001 p. 306).

Sob o mesmo veio crítico dos estudos de Eriksen (2001), reconheço que são inegáveis as modificações impostas pelos avanços tecnológicos dos meios de comunicação e de transporte na configuração da relação espaço/tempo. Como vimos, o espaço não mais será percebido do mesmo modo, pois sua própria construção como um *locus* de significado cultural se complexificou diante dos desdobramentos destes desenvolvimentos.

A opção por migrar, como discutida no capítulo anterior, é perpassada por objetivos diversos, sejam de ordem objetiva ou subjetiva. Assim sendo, ao decidirem migrar para os Estados Unidos muitos são motivados, dentre outras coisas, pelo sonho de viver em um “país imaginário” – o que salienta a relevância da noção de “vidas imaginadas” – possibilitada pela aproximação das diferentes dimensões culturais em torno do planeta – nos estudos sobre a motivação destes deslocamentos. Longe de reificar o conceito de “vidas imaginadas” para “retratar” a realidade, me utilizo desta ideia para ressaltar o universo simbólico das pessoas com quem trabalho.

A antropóloga Maxime Margólis (2013) apontou que um dos fatores que pode ter influenciado o *boom* imigratório do Brasil para os Estados Unidos nos anos 80 é a difusão do modelo de vida estadunidense através da indústria cultural. Ao entrar em contato com esse material midiático, estas pessoas se projetam num espectro de possibilidade de viver não apenas materialmente melhor, mas talvez um processo mais importante seja o da criação de sonhos de imigração. Ao longo de minhas entrevistas, observei a materialização de tal fenômeno em algumas falas. Este é o caso de Laura, por exemplo:

Eu junto dinheiro na poupança há muito tempo para pagar a minha passagem para ir e voltar, e mais mil dólares para eu fazer compras em Nova York (...) porque (...) o meu sonho é descer no aeroporto JFK igual eu vejo na televisão, este é o meu sonho (Laura, 60 anos, seu companheiro, José, viveu nos Estados Unidos na década de 80).

Paralelamente, Sônia, companheira de outro imigrante retornado, afirma nunca ter tido o desejo de migrar. Apesar dos sofrimentos e obstáculos enfrentados, sua opinião passa por uma mudança após a experiência de seu parceiro, contudo algumas condições são elencadas por ela: fazê-lo junto a toda família e fora da clandestinidade. Para ela, os Estados Unidos são considerados como símbolo da “modernidade” e do “desenvolvimento”. Essa associação

simbólica pode ser relacionada tanto à difusão dos *mediascapes* produzidos sobre os Estados Unidos quanto à interpretação que as pessoas fazem dos *ideascapes* difundidas a seu respeito. Nos termos de Sônia:

Eu imagino que a medicina lá é de primeiro mundo, bem mais avançada do que aqui; que as leis lá funcionam; que tem educação para todo mundo e os idosos são mais respeitados do que no Brasil. Lá parece que é tudo melhor. (Sônia, 34 anos, seu companheiro viveu por cinco anos e meio nos Estados Unidos nos anos 2000).

A dimensão imaginária não é expressa por si só e nem explica todas as razões para migrar, mas ela demonstra que, ao fazê-lo, constrói-se um sonho ligado à valorização simbólica do país de destino. Vinícius, outro participante desta pesquisa, elaborou da seguinte maneira suas motivações:

Eu vim porque eu tinha amigos aqui e eu tinha o sonho dentro de mim de conhecer os Estados Unidos, porque eu sempre gostei das coisas dos Estados Unidos, dos documentários, dos filmes (...). Eu achava as casas bonitas, tudo muito bonito, então eu sempre quis conhecer aqui. (Vinícius, 36 anos, imigrado junto com a sua família).

As imagens midiáticas alimentam o desejo de se conhecer e viver em terras longínquas. Entretanto, não são aleatórias as escolhas de ponto de chegada. São eleitos locais representados e percebidos como quase oásis – como é o caso dos Estados Unidos – reconhecidos primariamente por proverem a possibilidade da realização de sonhos de consumo, de melhoria das condições materiais de existência, ou seja, por sua aproximação com o que se entende como próspero e “superior”. Essas “vidas imaginadas”, alimentadas por certos *ideoscapes*, são experienciadas antes mesmo de se concretizar o sonho de migrar. Elas são construídas e vivenciadas, no plano simbólico, alimentam um desejo por um “novo” que, paradoxalmente, já é “conhecido”, mesmo que de forma abstrata.

É importante, ao se estudar as experiências de casais influenciadas pela sua inserção direta, ou indireta, nos movimentos migratórios, levar em conta que a avaliação que eles e elas fazem de suas histórias de vida é marcada pela sua subjetividade construída e reconstruída social e culturalmente. O padrão de relacionamento entre eles/as, as assimetrias

de poder e as desigualdades de gênero são construídas e podem ser entendidas como culturais, já que são articuladas por discursos normativos institucionalizados pela família, religião, bem como pelas comunidades onde viveram e vivem. Deste modo, a visão de mundo e o significado atribuído por essas pessoas a suas existências não é perene, pode ser contestado, sendo sempre passíveis de transformação.

2.1. Marcas Identitárias: articulação da diferença, da diversidade e da identidade

Em seu artigo, “Diversity versus difference: Neo-liberalism in the minority debate”, Eriksen (2006) traça uma discussão sobre o impacto do debate sobre a “diferença” na vida pública europeia. Para tal, ele usa como exemplos a repercussão midiática de alguns fatos³² ocorridos na sociedade norueguesa. Sua preocupação reside nas avaliações que “maiorias” de sociedades interétnicas fazem acerca de determinados tipos de diferença e como os discursos sobre as ditas “diferenças culturais” vinculam-se a relações de poder e, particularmente, de classe.

Nesse texto, Eriksen (2006) propõe uma distinção entre “diversidade” e “diferença”, a qual me parece profícua para se pensar a situação dos casais valadarenses que participam dos deslocamentos de longa distância para os Estados Unidos. O contraste feito pelo autor pretende destacar duas formas de lidar e identificar as variações culturais, conforme procuro mostrar a seguir.

³² O autor discute a repercussão do assassinato de um jovem de quinze anos de origem norueguesa/africana praticado - em 2001 - por jovens membros de um grupo de direita, possivelmente neo-nazista. Ele analisa as controvérsias sobre o uso do *hijabs*, ou do véu usado pelas meninas e mulheres muçumanas, que em alguns países do ocidente europeu, como na Escandinávia, é visto como expressão da opressão dos homens sobre as mulheres, na França o uso de véu é considerado inconciliável com os valores secularizados e na Holanda é percebido como uma prática que está em desacordo com os “valores comuns”. Eriksen ainda reflete sobre o impacto de um documentário televisivo controverso, no maior jornal da Noruega - o VG -. O tema do documentário era a prática da circuncisão feminina que estaria em vigor entre certas imigrantes Somalis que vivem na Noruega. Para detalhes ver Eriksen (2006) na bibliografia deste trabalho.

A esfera pública norueguesa apoia a “diversidade” e considera a “diferença” como a causa principal dos problemas associados aos/as imigrantes. Neste sentido, “diferença” é vinculada às práticas e noções de grupos “minoritários”, consideradas “censuráveis”, ou pelo menos “questionáveis”, pela sociedade abrangente. A “diversidade”, por sua vez, é defendida, aparecendo, em grande parte, como expressões “neutras da diferença cultural”, ou seja, ela é celebrada na medida em que não se contrasta com valores locais. Nos termos de Eriksen “[e]m suma, a diversidade é economicamente rentável e moralmente inofensiva, enquanto a diferença ameaça o individualismo subjacente e justifica o neoliberalismo³³” (ERIKSEN, 2006, p. 32).

A aparente contradição social entre valorização da “diversidade” *versus* desvalorização da “diferença” se manifesta, por exemplo, quando as figuras públicas, políticos/as e outras, elogiam os imigrantes por enriquecerem a cultura nacional. Ao mesmo tempo estas autoridades se mostram preocupadas com a “diferença” manifesta, por exemplo, nos casamentos arranjados, em determinados papéis de gênero ou na rigidez religiosa de alguns grupos sociais, fatores vistos como impedimentos para a “harmonia” social.

Ao analisar um relatório da UNESCO³⁴ de 1995 intitulado “Nossa Diversidade Criativa” – *Our Creative Diversity* – sobre direitos e variedades culturais, Eriksen aponta as contradições presentes no documento cujo texto alia a defesa das “culturas” locais a compromissos com valores universais. Assim, o autor se pergunta: “Como é possível defender a variação cultural e ao mesmo tempo insistir em um conjunto compartilhado de valores? Como se os valores fossem, de alguma forma, independentes da cultura?”³⁵ (ERIKSEN, 2006, p. 15). Ali, a “diversidade criativa” é vinculada aos “ritos, à culinária, ao artesanato, aos contos populares” e etc., ou seja, se relaciona com aquilo que não ameaça ou questiona valores da modernidade. Por outro lado, questões relativas a determinados direitos sociais e

³³ In Sum, diversity is economically profitable and morally harmless (...), while difference threatens the individualism underpinning and justifying neo-liberalism (ERIKSEN, 2006, p. 32).

³⁴ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

³⁵ How is it possible to defend cultural variation and simultaneously insist on a shared set of values? As if values were somehow independent of culture? (ERIKSEN, 2006, p. 15).

políticos que levantam discussões polêmicas como, por exemplo, voto, educação, papéis de gênero, direitos humanos, regras de herança e parentesco, inserção no mercado de trabalho, acesso ao sistema educacional e serviços de saúde, não são incluídos na noção de “diversidade criativa”.

Em sua análise, Eriksen (2001) destaca também que a “diversidade” parece ser vista como um aspecto positivo ao passo que a “diferença” não. Interessantemente, enquanto a última parece refletir distinções culturais mais profundas e a primeira, mais superficiais, as mesmas pessoas que veem a “diferença” como problemática, apoiam a “diversidade”. Uma implica em perigo, já a outra, não vinculada a qualquer embate de ideias hegêmonicas, é vista como produtiva, enriquecedora.

Em vista disso, de acordo com a sociedade em questão, determinadas marcas são vistas pelo viés da diferença e são consideradas “indesejáveis”. A questão que aqui se coloca é a de refletir sobre quais tipos de diferença extrapolam a visão da mera diversidade. A identidade atribuída aos imigrantes, nos países de destino, passa por significações culturais baseadas em uma série de atributos relacionados à “diversidade” ou a “diferença”, conforme a perspectiva local, tais como a cor da pele, indumentária e papéis de gênero.

Tomo esta distinção em particular na tentativa de adaptá-la para fins analíticos desta pesquisa. Neste sentido, acredito que as pessoas imigradas, ao utilizarem estrategicamente a “diferença” – entendida como uma atribuição de significado negativo dado pela sociedade nativa – podem assumirem-na como “diversidade”, revertendo a hierarquia destes conceitos. Neste caso, esta deixaria de ser uma categoria estática, cujo status de significado se dá de “fora” para tornar-se um modo de afirmação identitária.

As maneiras de marcar a diferença – códigos de vestimenta, práticas corporais e religiosas, relações de gênero, apego a determinados elementos das tradições – podem assumir significados diversos, segundo a visão de pessoas e grupos distintos. Assim, os discursos e as experiências, tanto individuais quanto grupais, desses/as imigrantes devem ser entendidos no contexto dos significados culturais estipulados por eles e elas, bem como das relações de poder entre os/as mesmo/as e a sociedade de acolhimento.

Conforme Eriksen (2001; 2006), o modo como se concebe os/as imigrantes, nas sociedades multiculturais, é algo que pode assumir uma forma relevante de etnização dos grupos pela sociedade receptora. Ainda que estes/as possam não se configurar como uma minoria étnica preexistente, são construídos pela sociedade anfitriã, de maneira que a vivência na condição de imigrante leva as pessoas oriundas de um determinado Estado nacional a serem etnicizados em outros Estados nacionais.

Na argumentação do Antropólogo Gustavo L. Ribeiro (1998a), a identidade nacional é formada e se orienta:

(...) para uma homogeneização instrumental de uma determinada população, se transforma, também instrumentalmente, em uma identidade étnica, isto é, em uma identidade contrastiva internamente ao âmbito de um outro estado nacional onde as diferenças são marcadas por distinções linguísticas e culturais, acima de qualquer coisa (RIBEIRO, 1998a, p. 02)

Inspirada pelos temas postulados por Eriksen (2006), valorização da diversidade *versus* desqualificação da diferença, problematizo essas questões num sentido diferente. Gostaria de propor uma reflexão sobre a vivência de casais e homens e mulheres Valadarenses nas cidades da região de Boston, não necessariamente do ponto de vista de comunidades étnicas que lutam pelo direito aos valores culturais como se manifestam nos casos analisados por Eriksen.

Tenho por objetivo perscrutar a forma como os/as brasileiros/as são etnicizados/as por nativos/as dos Estados Unidos e como aqueles/as constroem seu discurso e se posicionam tendo em vista a imagem que acreditam que a sociedade de acolhimento faz delas/es.

No contexto interétnico dos EUA, a ênfase na diferenciação dos/as brasileiros/as recai sobre a pretensa identidade baseada em uma “brasilidade” que, ora aparece como positiva, ora como negativa. Parece-me que em algumas circunstâncias, conforme aponta Ribeiro (1998), por exemplo, na valorização dos restaurantes étnicos, nas festas populares de brasileiros/as nos Estados Unidos como o *Brazilian Day*, em jogos de capoeira, nas escolas de samba, a “brasilidade” é vista na dimensão da diversidade, portanto, positivamente marcada.

Contudo, esta mesma “brasilidade” em determinados contextos pode ser considerada marcador da diferença, estereotipada. Aquilo que se pode qualificar como “diversidade”, tal qual Eriksen (2001; 2006) propõe, parece – no campo social ao qual eu me dedico – assumir um sentido contingente, balizado pelas condições culturais impostas pelo contexto e pelos elos de significação criados pelas pessoas que participam destas inter-relações sociais.

Stuart Hall (2007; 2009; 2011) constrói uma reflexão relevante, a qual auxilia a compreender como se efetivam os processos de construção da identidade cultural, diferença e diversidade de valadarenses partícipes do movimento migratório para os Estados Unidos. Segundo o autor, é exatamente porque a identidade cultural é resultante de formações histórico culturais muito específicas que ela pode constituir-se em um “posicionamento” que ele chama “provisoriamente de identidade”. Lê-se:

Portanto, cada uma [das] histórias está inscrita nas posições que assumimos e com as quais nos identificamos. Temos de viver esse conjunto de posições de identidade com todas as suas especificidades (HALL, 2009, p. 409).

Para ele nós vivemos em uma sociedade cuja variedade de sentidos, diferentes sistemas de signos, discursos, distintas formas de interpretação do mundo e da vida acabam por criar novas formas de consciência do *self* e conseqüentemente, de reflexividade. Em Hall, as migrações, sejam as “livres” ou forçadas, ao levarem as pessoas para todo o globo, dinamizam o mundo tornando as culturas mais diversas e pluralizam estas identidades dos antigos Estados-nação dominantes de tal modo que:

Os fluxos não regulados de povos e culturas são tão amplos e tão irrefreáveis quanto dos fluxos patrocinados do capital e da tecnologia. Aquele inaugura um novo processo de ‘minorização’ dentro das antigas sociedades metropolitanas cuja homogeneidade cultural tem sido silenciosamente presumida. Mas essas ‘minorias’ não são efetivamente ‘restritas aos guetos’; elas não permanecem por muito tempo como enclaves. Elas engajam uma cultura dominante em uma frente bem ampla. Pertencem de fato, a um movimento transnacional, e suas conexões são múltiplas e laterais (HALL, 2011, p. 43-44).

O teórico questiona as concepções racionalistas do sujeito e destaca os processos inconscientes na formação da subjetividade. Segundo o autor quando pensamos no processo de subjetivação e não em práticas discursivas, “e na política de exclusão que essa subjetivação parece implicar” (HALL, 2007, p. 105), o que atende melhor ao processo analítico é o conceito de identificação. Eriksen (2001) também argumenta que as pessoas possuem várias identidades em potencial, no entanto, somente algumas delas assumem relevância social. Deste modo, em seu entendimento, os processos de negociação da identidade ou e identificação se darão de acordo com o contexto em que se constroem as relações coletivas e individuais.

Tal postura significa que, para Hall (2007), a identidade do sujeito não é permanente e essencial, completa e única, como a identidade fundamentada historicamente no racionalismo cartesiano iluminista. Na contemporaneidade, os sistemas de representação se multiplicam e nos colocam diante de uma multiplicidade de possibilidades de identificação. Portanto, o sujeito é, em Hall, produzido pelo discurso disciplinador, assim como em Foucault (1979, 2005 v. I).

Michel Foucault (2005, v. I), em *A História da sexualidade*, apresenta uma posição epistemológica crítica às concepções dominantes de poder na modernidade e propõe que o poder seja problematizado em todas as suas dimensões sociais, de maneira horizontal e não apenas nas relações entre o Estado e a sociedade. Para o autor, o poder não é apenas uma potência repressiva, mas produtiva.

Deste modo, discursos de poder se tornam instrumentos de controle social, porém, ao descortinar o regime produtor de verdades sobre o sexo no ocidente, o filósofo deslocou o “regime de verdades” e mostrou como esses constroem a ordem social e alimentam os regimes hegemônicos. O filósofo argumenta que o sujeito é constituído a partir de vínculos com formações discursivas historicamente particulares.

Os discursos disciplinares constituem os diferentes sujeitos e simultaneamente, geram o lugar do sujeito, pois criam o lugar de onde é possível se posicionar. No entanto, na argumentação do sociólogo Sérgio Costa os diferentes sujeitos só assumem sentido na medida em que se posicionam no âmbito do regime de verdade em que dada formação discursiva se

estabelece, e, é esse movimento que nos autoconstitui enquanto sujeitos (COSTA, 2006, p. 103). Para reconhecer os mecanismos de identificação, ou não, do sujeito, bem como as posições assumidas por ele, é necessário analisar a relação entre este e sua formação ou articulação discursiva.

Stuart Hall (2007) parte da ideia de formação discursiva, sob a égide de Foucault, mas reitera a importância de se refletir sobre as relações dos sujeitos com as práticas discursivas em termos de uma *articulação*. Esta é uma noção central em seu trabalho, especialmente para se referir às formas como os sujeitos se posicionam e reposicionam no interior dos discursos simultaneamente. A articulação é, portanto, uma figura de linguagem indicativa de conexão,

(...) que não é necessariamente dada em todos os casos, como uma lei ou os fatos da vida, mas algo que requer condições particulares para sua emergência, algo que deve ser positivamente sustentado por processos específicos, (...) mas que se renova constantemente, que pode, sob certas circunstâncias, desaparecer ou ser derrubado, levando a dissolução de antigos vínculos e a novas articulações. (...) uma articulação entre práticas distintas não que essas se tornam idênticas ou que uma se dissolve na outra. (...) uma vez feita a articulação, duas práticas podem funcionar em conjunto, não como “uma identidade imediata” (...) mas como distinções dentro da própria unidade (HALL, 2009, p. 185).

Ao comentar a relevância deste conceito, a antropóloga Adriana Piscitelli (2008) nos chama atenção para a tarefa de “... desvendar qual o mecanismo que conecta as coisas e a natureza das relações entre as partes” (PISCITELLI, 2008, p. 268). Deste modo, o lugar normativo ocorrerá sempre no discurso e nunca é preexistente ao jogo político. Somente dentro do discurso, e/ou do jogo político, é possível qualificar a posição do sujeito, avaliando se ela reproduz relações sociais de dominação ou se as ressignifica.

É preciso lembrar que, no trabalho de Hall, não “... há constantes normativas que funcionem como medidas de aferição daquilo que possa ser ‘desejável’” (COSTA, 2006, p. 104). Estamos lidando aqui com a diferença entre o sujeito pós-moderno, completamente fragmentado e deslizante, e o sujeito do iluminismo, ou “sujeito ocidental”, essencializado e homogêneo. As contribuições de Hall, por sua vez, se mostram produtivas ao nos permitirem analisar estas relações numa chave histórica, contingente, que valorize sua dimensão criativa.

A dimensão criativa pode ser relacionada àquilo que podemos, enquanto sujeitos, nos tornar, mais do que a questão relativa àquilo que somos ou de onde nos originamos. A preocupação reside em torno de como somos representados pelos “outros” e como esta representação exerce influência sobre a maneira como nos representarmos. Estão relacionadas tanto com a tradição quanto com a “invenção da tradição”, no sentido atribuído por Hobsbawm e Ranger (2012), não se busca um retorno às raízes, mas a preocupação recai sobre os processos de negociação que fazemos quando trafegamos pelo mundo traçando os nossos caminhos. Ainda que possua a dimensão da invenção, este processo não minimiza a:

sua eficácia discursiva, material ou política, mesmo que a sensação de pertencimento, ou seja, a ‘suturação à história’ por meio da qual as identidades surgem, esteja, em parte, no imaginário (assim como no simbólico) e, portanto, sempre, em parte, construída na fantasia ou, ao menos, no interior de um campo fantasmagórico (HALL, 2007, p. 109).

O construto analítico de Stuart Hall, sobre a maneira como os indivíduos constroem seu processo de identificação, não se baseia em unidades e continuidades simbólicas espaciais, sua posição é distinta das formas de articulação analíticas tradicionais, como as que se utilizam de um conceito substantivo de cultura para pensar as identidades que se prendem a territorialidades específicas.

Baseada nos autores acima é possível dizer que os processos de globalização e, o seu corolário, os fenômenos de transnacionalização fazem com que os agentes se confrontem e defrontem de maneiras cada vez mais intensas com diferentes signos culturais, o que além de aprofundar o processo de complexificação das relações coletivas e, o sentido mesmo, das complexidades culturais contemporâneas, conduz os indivíduos a, muitas vezes, vivenciarem incertezas quanto ao:

(...) significado das coisas. Estas incertezas levam os sujeitos a serem, por meio de processos de identificação, mais e mais criadores de significados [numa era] (...) marcada por uma profunda crise de representação e, ao mesmo tempo, por processos e jogos identitários cada vez mais complexos (HOFBAUER, 2009, p. 100).

O conceito de identificação, em Hall, leva em conta um processo de *articulação* que nunca se completa, está em permanente construção, não é determinado totalmente como algo que se possa deixar de lado num dado momento ou mesmo que possa ser sustentado. A identificação se “ancora” nas condições materiais e simbólicas de existência e, para ser mantida, ela é, ao mesmo tempo, contingente e condicional, ou uma “posição circunstancial nas redes de significação” (COSTA, 2006, p. 100). A identificação é, assim, o ato de posicionamento, ao se articular o sujeito se posiciona. Desta forma, sujeito e discursos são simultâneos.

Deste ponto de vista, é possível sugerir que diante de algumas circunstâncias, as pessoas nativas valorizem e se “identifiquem com” o/a imigrante, gerando, assim, o lugar do sujeito dentro de “um regime de verdade” transitório. Para Hall, não está em questão se os discursos são “verdadeiros” ou não, o que importa considerar são as formações sociais específicas em que são produzidos, levar em conta “o regime de verdade” ou, como prefere o crítico, o “regime de representação”, pois é no interior destes que o discurso adquire significado, “... se constitui como plausível e assume eficácia prática” (COSTA, 2006, p. 86).

A identificação “com” o imigrante, deste modo, pode ser vista como elaborada através de uma articulação discursiva ligada à ideia que a sociedade nativa faz de dimensões culturais da sociedade brasileiras e, por conseguinte, dos grupos de brasileiros ou de indivíduos brasileiros com as quais se relacionam. Desta maneira os/as brasileiros/as são representados/as pelo/a “outro/a” de determinada forma e se auto-representam influenciados/as pela imagem que acreditam este/a “outro/a” faz deles/as. É importante aqui dizer que eu não pesquisei os/as norte-americanos/s, portanto, me baseio na percepção dos/as imigrantes sobre o que eles/as “pensam que as pessoas nativas pensam sobre eles/as”.

A socióloga Avtar Brah³⁶ (2006) articula os estudos feministas e pós-estruturalistas e se propõe a problematizar estas noções aqui discutidas em povos que vivenciam a experiência

³⁶ Avtar Brah viveu em diferentes contextos: nascida na Índia, morou em Uganda, estudou nos Estados Unidos e, nos anos 70, migrou para a Inglaterra, onde passou a se dedicar às ciências sociais, participou dos movimentos políticos socialista; feminista e antirracista o que influenciou a sua trajetória acadêmica. A autora se aposentou como professora de Sociologia de Birkbeck em Londres.

diaspórica. Como os demais autores vistos até aqui, ela defende que processos culturais são sempre dinâmicos e que uma postura essencialista sobre a diferença e a identidade pode assumir distintos significados políticos e culturais dependendo do contexto em que são apropriados.

Quando os/as imigrantes brasileiros se dirigem para os Estados Unidos, se defrontam com rótulos presentes na sociedade receptora em relação a si e não raramente criam um discurso cultural organizador da sua identidade neste país. Frequentemente, o discurso usado pelas pessoas imigradas retira os seus elementos de estereótipos já presentes no país para onde se destinaram. Assim, em consonância com Eriksen (2001), Brah (2006) afirma que as/os imigrantes são etnicizados/os nos países para onde se dirigem. Ela argumenta que o “[e]tnicismo (...) define a experiência de grupos racializados principalmente em termos “culturais” (BRAH, 2006, p. 337). Isto é, a diferença étnica é compreendida como modalidade principal em torno da qual a vida social é constituída e experimentada.

Grupos étnicos são comumente vistos pelos nativos fora da sua complexidade. Em muitos casos, diferenças internas como “classe, gênero, raça e sexualidade” são desconsideradas, reputando aos grupos imigrantes uma homogeneidade estereotipada que não se verifica na realidade, assim, há uma “... ‘necessidade’ cultural comum sobre grupos heterogêneos com aspirações e interesses sociais diversos. Frequentemente deixam de tratar da relação entre ‘diferença’ e as relações sociais de poder em que ela pode estar inserida” (BRAH, 2006, p. 337).

Para a autora a noção de diferença, deve ser vista em mútua relação com as narrativas e as práticas que registram as relações sociais; as posições dos sujeitos e às subjetividades. O objetivo de Brah é compreender as dinâmicas de poder presentes nos processos que marcam a diferença social. De acordo com Brah, as diferenças apresentam-se articuladas de quatro maneiras. i- diferença como experiência; ii- diferença como relação social, iii- diferença como subjetividade e iv- diferença como identidade.

i- A noção de diferença como experiência enfatiza a construção do sujeito na e pela experiência que se efetiva na luta pelas condições de vida concreta e de atribuição de

significado. A noção de experiência é importante para o projeto do feminismo, já que no geral, os feminismos têm o objetivo de valorizar as experiências pessoais das mulheres como forças morais/ sociais e intelectuais que transformam a “fêmea” em “mulher”. Assim, para a compreensão da diferença como experiência deve-se analisar as relações entre o discurso; a consciência; a sociedade e a subjetividade.

A experiência implica em um processo e em uma prática de atribuição de sentido simbólico e discursivo como condição para a construção da realidade enquanto “... uma luta pelas condições materiais de significado” (BRAH, 2006, p. 360), portanto, a noção de experiência não implica em uma “diretriz” imediata para a “verdade”. Ou seja, quando grupos oprimidos – classe, étnicos, etc.- demandam por transformações, devem mobilizar-se questionando as normas e os valores sociais tidos como “verdadeiros” e que legitimam e naturalizam as desigualdades e a dominação.

Brah, deste modo, critica o “sujeito da experiência” enquanto aquele plenamente constituído antes da própria experiência. Ela postula que a experiência é o lugar mesmo da constituição do sujeito. Assim, sua intenção é discutir esta perspectiva “... nas diferenças entre pessoas onde a diferença e a experiência são usadas” (BRAH, 2006, p. 360). As identidades e subjetividades podem ser contraditórias, existem, por exemplo, feministas racistas, pessoas que sofrem preconceitos raciais e, que também, os têm em relação a outros grupos racializados.

As pessoas ao agirem deste modo, o fazem como se a sua própria experiência fosse transparente e reverberasse uma determinada “verdade” sobre si e sobre “as/os outras/os”. Reconhecer que a constituição do sujeito migrante ocorre durante e a partir das suas experiências migratórias, implica em contestar as normas e os valores naturalizados, que autenticam a dominação e as desigualdades e afirmam as diferenças específicas como dadas, sejam aquelas entre homens e mulheres, entre as diferentes mulheres, as geracionais, a de pessoas nativas em relação às imigrantes e, assim por diante.

Assumir a postura de valorização da experiência migratória para a constituição do sujeito migrante requer considerar que os diferentes sujeitos são formados por e em esferas de significados – ou matrizes ideológicas- e de representação onde suas experiências são

traçadas historicamente de maneiras diversas e marcadas pelos processos econômicos, políticos e culturais mais amplos. Deste modo a experiência é uma interpretação que demanda por interpretação (BRAH, 2006, p. 361).

As pessoas atribuem significados diferentes aos mesmos acontecimentos, portanto, a maneira como ela ou ele percebe e compreende a sua experiência está relacionada às práticas discursivas características de determinadas construções culturais, através de uma pluralidade de narrativas que representam tais construções na dinâmica de sua psique, o que se relaciona também à ordenação política dos discursos culturais aos quais as pessoas abraçam.

ii- A diferença como relação social significa que as pessoas estão posicionadas em estruturas de interações sociais. Por um lado se enfatiza a situação subordinada que ocupam em cada estrutura de poder – classe, gênero, raça, etc. – mas, por outro, também, acentua estruturas de significado e representação que constituem as posições culturais de classe, gênero e a raça, dentre outras.

Assim, “a diferença como relação social pode ser entendida como as trajetórias históricas e contemporâneas das circunstâncias materiais e práticas culturais que *produzem as condições* para a construção da identidade de grupos” (BRAH, 2006, p. 363). A noção diz respeito ao entrelaçamento dos discursos sociais através dos quais se desenvolve um sentimento de pertença que caracterizam as comunidades, sejam naquelas em que as interações compartilham a mesma referencia de espaço/ tempo, como também nas “vidas imaginadas” como propõe Appadurai (2000; 2004). Quando pensamos em processos históricos de dominação como o imperialismo, a escravidão ou mesmo a subordinação da mulher ao homem estamos falando da “diferença como relação social”.

A diferença vista como relação social não quer afirmar a primazia do *estrutural* como núcleo a partir de onde se estabelece uma constituição social, seja ela qual for – classe, gênero etc. - mas a ênfase recai, assim como na análise de Stuart Hall (2009) na “articulação dos diferentes elementos” (BRAH, 2006, p. 364) que permeiam dada formação social e, que para se efetivarem nas práticas cotidianas individuais, se relacionam com a maneira como as pessoas constroem e interpretam a sua experiência.

Deste modo, dependendo de como se compreende as diferenças, pode-se afirmá-las como diversidade ou como meios de opressão, exclusão e discriminação de determinadas categorias sociais, perspectiva que se aproxima da visão de Eriksen (2006), conforme descrita acima, sobre a maneira como as sociedades receptoras articulam diferença e diversidade, valorizando a segunda em detrimento da primeira.

iii- O entendimento da diferença como subjetividade demandou a criação de elementos conceituais capazes de explicar a subjetividade como algo processualmente formada tanto por elementos sociais quanto subjetivos. Conforme o antropólogo Richard Miskolci (2009) “[a] diferença como subjetividade se insere na percepção de que o des-centramento do sujeito no pós-guerra deixou de lado o racismo e a experiência do colonialismo, assim propõe revistar a psicanálise para estudar processos como o da racialização e sexualização da psique”. (MISKOLCI, 2009, p. 178).

Brah enfatiza a necessidade de se levar em conta que a formação da subjetividade em ambientes culturais não ocidentais difere da constituição da subjetividade no ocidente. Além disso, como sujeitos em permanente produção, somos frágeis, ambíguos/as e contraditórios/as, de modo que a identidade possui os traços dos sujeitos situados de forma múltipla que recebem influencia do movimento transnacional de ideias, não sendo, deste modo estável, mas relacional.

Assim as discussões sobre a subjetividade se ancoraram em diversas visões teóricas que emergiram após a II Guerra – o pós-estruturalismo; o feminismo; o anti-colonialismo; o anti-imperialismo e o anti-racismo -. A reflexão desenvolvida nestas áreas nem sempre estão mutuamente referidas, elas têm em comum o confronto com as visões humanistas sobre o sujeito racional moderno, contínuo e unitário, naturalizado pela ciência e história que universalizou uma narrativa em cujo centro se encontra o “homem” branco e europeu ocidental.

Tais abordagens teóricas comungam a visão de que o sujeito é produção do discurso e não um dado ontológico. Brah, no entanto, afirma que por mais que a noção de sujeito criado pelo discurso fosse habilitadora, ela sozinha não daria “... conta (...) das operações não-logocêntricas da subjetividade”. A questão é como impedir certa visão que postula que os

indivíduos se posicionam de forma “mecânica nos discursos” (BRAH, 2006, p. 366). Tal perspectiva impossibilita a compreensão dos câmbios e das resistências de pessoas particulares, pois desconsidera as motivações como impulsionadoras das mudanças e das opções feitas pelos sujeitos.

As circunstâncias específicas – pessoais, históricas, culturais, etc.- que se impõem às trajetórias de vida, levam as identidades a assumirem padrões específicos. A relação entre as histórias de vidas particulares e as contingências históricas e culturais experimentadas pelas pessoas se efetivam de maneiras contraditórias e complexas. Se por um lado as identidades são formadas pela sua articulação com as experiências sociais nas quais as pessoas estão inseridas, por outro lado, as particularidades das experiências pessoais cotidianas não refletem sem mais as experiências dos grupos³⁷ dos quais as pessoas participam.

iv- A noção de diferença como identidade social vincula as questões de experiência, subjetividade e relações sociais que se manifestam nos discursos de diferença e naqueles que clamam pelo reconhecimento de que a diferença, em comum, no interior dos grupos são muito variadas.

Tais formações discursivas são sempre locais de poder construídos pelas e através das normas, sejam nas práticas econômicas, políticas ou culturais, portanto, estão sempre fundadas em princípios de dominação, subordinação, ou, de solidariedade e igualdade. Porém, não há garantias de que estes princípios serão construídos e garantidos de forma perene, no entanto, os discursos são sempre apresentados de algum ponto de vista da:

(...) re-memória, re-lembrança, re-trabalho, re-construção- da história coletiva e, como tais, esses discursos de identidade (invoquem eles noções de “cultura”, ou ideias de “circunstâncias econômicas e políticas compartilhadas”) são articulações da subjetividade... (BRAH, 2006, p. 373).

Os discursos interconectam e articulam processos e práticas de opressão ou, ao contrário, criam possibilidades de resistência. Brah afirma que as subjetividades de

³⁷ “O grupos sociais, que não “são a soma das identidades individuais”, antes implicam no “... processo de significação pelo qual as experiências comuns em torno de eixos específicos de diferenciação – classe, casta ou religião- são investidas em significados particulares” (BRAH, 2006, p. 371-372).

dominantes e dominados são criadas no cruzamento e confronto dos múltiplos lugares de poder, daí advém a dificuldade, em se prever, como tais poderes interagirão nas instituições e nas relações entre as pessoas, se resultarão em resistências ou em permanências das situações de opressão³⁸.

Os discursos produtores de poder se encontram em toda parte, seja nas imagens midiáticas ou nas diferentes produções e expressões artísticas. Na realidade, “... o corpo inteiro, em sua *fisicalidade, mentalidade e espiritualidade* é produtivo de poder, e é dentro desse espaço relacional que desaparece a dualidade mente/corpo” (BRAH, 2006, p. 373). As identidades específicas se constroem na prática a partir da relação instável da subjetividade:

[O] sujeito pode ser o efeito de discursos, instituições e práticas, mas a qualquer momento o sujeito-em-processo experimenta a si mesmo como ‘eu’, e tanto consciente como inconscientemente desempenha novamente posições em que está situado e investido, e novamente lhes dá significado (BRAH, 2006, p.374).

A noção de diferença, vista deste modo, diz respeito às múltiplas formas como são construídos os discursos particulares de diferença, como eles são confirmados ou contrapostos, como são rearticulados com outros, reproduzidos e ressignificados. Alguns discursos fixam as diferenças em limites “imutáveis”, é o caso dos discursos racistas, mas os discursos podem construir a diferença de maneira relacional.

Dependendo de como se articulam as potencialidades culturais, sociais e históricas, a diferença pode não significar posições hierarquizantes, de exploração e de opressão, o que inclui a possibilidade de que as lutas sociais tenham como consequência relações mais igualitárias, que a diversidade seja respeitada e que se criem formas de agências políticas mais democráticas.

Assim, a forma pela qual se marca a diferença pode ter intrinsecamente um potencial de resistir aos poderes dos discursos essencialistas, os quais naturalizam as subordinações dos sujeitos através das normalizações institucionais. Isto não significa dizer que seja tarefa fácil

³⁸ Como Foucault (2005 v.I), Brah entende que discursos são práticas de poder, mas também há possibilidade de enfrentamento do poder que oprime.

se reconhecer claramente e desvencilhar das diferentes dinâmicas de poder, uma vez que estas estratégias são polimorfos e, muitas vezes, não se deixam ver enquanto tais.

As perspectivas teóricas discutidas nesta seção sobre a noção de diferença como marcador cultural, me levaram a indagar como a identidade é mobilizada por imigrantes valadarenses nos Estados Unidos, bem como por aqueles/as retornados/as à Governador Valadares. A seguir, refletirei sobre a maneira como a articulação dos jogos identitários, de diferenciação e dos usos estratégicos da identidade e da diversidade se materializam no discurso das pessoas que participaram deste estudo.

2.2- Identidades em Movimento: valadarenses imigrantes e retornados/as da região de Boston, EUA.

Procurei, ao longo das últimas páginas, apresentar as bases teóricas e metodológicas desta investigação em torno de como a identidade das pessoas imigradas e retornadas tem sido articulada de acordo com as relações sociais e culturais que criaram no país de acolhimento. Desta maneira, voltarei meu olhar para os discursos, tanto das pessoas que estavam imigradas no momento em que foram entrevistadas, quanto para aquelas que já haviam retornado a Governador Valadares depois de um tempo residindo em cidades da região de Boston, nos Estados Unidos.

Como aparato teórico, me utilizei da perspectiva de Eriksen (2006), tal qual vimos anteriormente, para levantar a hipótese de que, em contexto interétnico, e em determinadas circunstâncias, a “diferença”, negativamente marcada, será reelaborada como “diversidade” pelos/as migrantes. Ao contrário do pesquisador brasileiro Tomaz Tadeu da Silva (2007), para quem a “diversidade” é estática, ou seja, “um estado, é estéril (...) limita-se ao existente (...). É um dado – da natureza ou da cultura – (...), reafirma o existente” (SILVA, 2007, p.100, 101), entendo esta noção como um exercício ativo das pessoas, as quais, em contextos específicos, a reelaboram, atribuindo-a dinamismo, problematizando-a também como produção dos agentes sociais. Neste caso, esta valorização se dará através de uma autorepresentação social e/ou individual positiva: a “diversidade” seria, então, uma rearticulação estratégica da “diferença” usada a favor daquele/a que a manipula.

Vale lembrar que os/as participantes desta pesquisa são, sem exceção, membros da comunidade brasileira, logo, quando falo em atribuição de diferença por parte da sociedade acolhedora, me refiro à percepção que estes/as entrevistados/as têm sobre a avaliação da comunidade de destino acerca deles/as.

Uma das perguntas deste estudo relaciona-se a como estes/as imigrantes percebem que as mulheres brasileiras são vistas pela sociedade nativa. As respostas invariavelmente recaíram sobre a tão difundida noção de “brasildade”, materializada na sensualidade, beleza, alegria e simpatia ou sobre os rótulos positivos articulados pela comunidade brasileira sobre si. Ao se compararem com pessoas de outras comunidades étnicas, em especial, a hispânica e a norte-americana, há uma grande ênfase em aspectos como a honestidade, o capricho e a dedicação laboral e o asseio corporal

Em seu trabalho sobre a representação das imagens de mulheres imigrantes em países europeus, a socióloga Floya Anthias (*apud* ASSIS, 2011, p. 323) revelou que estas são, em alguns casos, vitimizadas, como, por exemplo, as mulheres do Sri Lanka. Outras, contudo, são cobiçadas por sua pretensa submissão - como as mulheres das Filipinas - e aquelas que se inserem dentro do padrão de beleza ocidental – caso das mulheres dos países do leste europeu. Não obstante, estas mulheres são incluídas em diferentes categorias de acordo com a “raça” e a imagem que se faz da constituição da sua identidade nacional.

Observei que o olhar essencializado e sexualizado sobre as mulheres brasileiras se concretiza nas narrativas dos/as entrevistados/as. O que cabe compreender agora é se tanto as mulheres quanto os homens aceitam este tipo de perspectiva, ou se esta visão é reelaborada, dependendo das circunstâncias nas quais se encontram posicionadas/os.

Nos EUA, a identidade brasileira, manifestada nas formas culturais, assume uma característica estereotipada; marcada por um apelo erótico e tropical, ambos diretamente ligados à imagem e à representação que a mídia veicula na comunidade internacional, em especial nos países do norte. No Brasil, existe um imaginário ancorado na sexualização da “raça”, em que a construção da “feminilidade nacional” é altamente sensualizada pela associação à “cor” da pele. Segundo a antropóloga Marisa Corrêa (1996), tal ideia está ligada ao fenótipo das mulheres de pele escura e originou-se nas imagens constituídas historicamente

no Brasil sobre as “mulatas” e as negras. Esta visão se propagou para países estrangeiros. Neste mesmo veio crítico, Adriana Piscitelli (2013) afirma que estudiosos brasileiros, bem como de outros países, defendem que a visão sexualizada da brasilidade é alimentada e recriada pelas/os próprias/os brasileiras/os. Tal ênfase baseia-se na elaboração presente em trabalhos científicos e na visita de europeus ao Brasil desde o século XVIII (PISCITELLI, 2013).

Esta perspectiva acabou por ser incorporada pelo imaginário nativo e está presente, segundo a historiadora Margareth Rago (2001), nas análises de estudiosos que se dedicaram ao assunto desde a década de 1930. A visão disseminada da “mulata” é nuclear nas representações de diferença/identidade: ela é subalterna por ser objeto de desejo; por ser “não branca” e por pertencer, em geral, às classes populares, sendo, portanto, fruto de uma produção estética que ofusca “o processo político da sua construção” (CORRÊA, 1996). Também de acordo com Louise Alfonso (2006), esta imagem do Brasil, disseminada no exterior, baseava-se em uma construção da identidade exotizada da mulata, a qual enfatizava o hibridismo. Desse modo, “raça” e gênero se associam na instituição de rótulos ligados à identidade nacional brasileira.

Este imaginário se disseminou para o exterior, através, por exemplo, de propagandas veiculadas pela EMBRATUR³⁹, a qual, entre as décadas de 1970 e 1990, difundiu o marketing turístico público do Brasil no mercado internacional, cujo atrativo era ancorado, na visão de Mariana Gomes (2009), em imagens do carnaval, do samba e de mulheres seminuas nas praias. Esta mulher brasileira, assim, era representada como foco do desejo, uma morena alegre, que aprecia sambar, sabendo fazê-lo, além de ser vista sempre como muito sensual.

Bernadete Beserra (2007) ainda acrescenta o papel importante que a indústria cinematográfica de Hollywood teve na reprodução e propagação deste estereótipo.

Piscitelli (2013) chama a atenção para o fato de que “tais imagens apontam para a racialização/sexualização da nacionalidade marcada por gênero, e não a sexualização da ‘raça’” (PISCITELLI, 2013, p. 159). Seu argumento se baseia em uma etnografia feita com mulheres brasileiras que atuam em mercados transnacionais do sexo heterossexual – Itália e

³⁹ Empresa Brasileira de Turismo criada em 1966 e hoje denominada de Instituto Brasileiro de Turismo.

Espanha – na qual ela analisa as reconfigurações identitárias destas mulheres, focalizando seus pontos de tensão e articulação. Para ela, nos espaços investigados, as noções de “brasilidade” eram distintas em decorrência das várias relações históricas estabelecidas entre os diferentes países e o Brasil, resultando, conseqüentemente, em múltiplas visões sobre a identidade brasileira. Desta maneira, as pessoas são exotizadas segundo seu país de destino.

Em várias circunstâncias os/as imigrantes brasileiros/as usam a imagem que é feita deles/as em benefício próprio, a partir de um exercício de incorporação instrumental destas construções alicerçadas pelo senso comum. Por exemplo, os atributos ligados à “tropicalidade”, comumente associados às mulheres brasileiras, possibilitam inserção no mercado matrimonial com nativos dos Estados Unidos. De acordo com a antropóloga Gláucia Assis (2011), essa representação se associa à figura de uma mulher carinhosa, mãe e esposa zelosa, o que, se comparada a dos homens, lhes favorece, já que estes são frequentemente vistos como machistas, dominadores e pouco propensos à divisão das tarefas domésticas. Contudo, estes predicados podem também se transformar em ameaça, pois esta mesma “tropicalidade” marca as mulheres como sexualizadas. Assim, parece haver uma mistura entre diversidade e diferença o que muitas vezes confunde o entendimento destas categorias.

Leituras sexualizadas sobre gestos, atitudes e comportamentos encontram espaços cotidianos para se expressarem, seja nas relações profissionais, ou em encontros de sociabilidade, e denotam modos de constituição de identidade pública. Algumas das mulheres que colaboraram com esta pesquisa, por exemplo, usam estas atribuições de sentido relacionadas a elas de maneira estratégica, reelaborando os rótulos em uma chave de significado simbólico positivo.

Destaco aqui o uso das palavras “discriminação” e “preconceito” por parte de alguns/as dos/as participantes. Preconceito é uma categoria de difícil definição, não obstante, o termo alude ao julgamento prévio elaborado de maneira inadequada sobre qualquer tema ou sobre algo, o que presume que o sujeito portador do preconceito é capaz de produzir algum dano a ou as suas vítimas, baseado em uma pré-noção do/a outro/a (BANDEIRA e BATISTA, 2002). Lourdes Bandeira e Anália Soria (2002) argumentam que este tem um “caráter difuso e capilaridade de intromissão nas relações sociais, a eficácia e a ubiquidade do preconceito

são máximas, tanto em relação às práticas de controle, como às de dominação e subordinação em todas as categorias sociais” (2002, p. 127).

Os/as entrevistados/as me pareceram, em muitos momentos, reagir ao preconceito por reafirmarem suas qualidades ligadas à capacidade de trabalho, ao compromisso, à honestidade. Ao lançarem mão de qualificativos que afirmam uma posição identitária positiva e valorizada pela própria comunidade brasileira, bem como, atribuída por ela à percepção que a sociedade nativa teria a seu respeito.

O preconceito se expressa como uma categoria de atribuição de sentido negativo assim, manifesta-se como um fenômeno ligado à discriminação e à exclusão. Bandeira e Batista (2002) argumentam que o preconceito, como uma dimensão da realidade, costuma aparecer de forma relativamente velada, no entanto, cada vez mais pessoas têm se conscientizado de que são vítimas, o que as tornam capazes de identificá-lo, o que, acredito explicar as menções, diretas ou indiretas, presentes nos discursos das/os entrevistadas/os.

A noção de preconceito reside no tecido sócio-cultural e na imaginação simbólica e se estabelece nas relações sociais como um “ato de pensamento” que pauta as maneiras de lidar com a/o “diferente, a partir da negação ou desvalorização da identidade do[a] outro[a] e da supervalorização ou afirmação da própria identificação” (BANDEIRA e BATISTA, 2002, p. 131).

As “inclusões/ exclusões” das pessoas em determinados grupos estão sempre relacionadas às hierarquizações das relações sociais, como poderes, construídos historicamente, que definem o que se considera bem e mal, o que tem ou não valor e, assim por diante. Se não se concede algum tipo de poder – por exemplo, marcar simbolicamente a/o outra/o como exótica/o e sensual – ao diferente, não há preconceito, pois esse “... passa pela relação social, pela atribuição identitária e auto-identificação, que nega duplamente a alteridade, seja como negação do outro, seja como autonegação” (BANDEIRA e BATISTA, 2002, p. 131).

O conteúdo do preconceito implica numa ação interior que infringe os predicativos em relação à alteridade e organiza a função do conhecimento, das relações e percepções do/a outro/a de maneira enganosa e arbitrária. A violência do preconceito reside na sua força para

minar a aptidão e os recursos simbólicos da pessoa contra quem se volta. Quando essa atitude exprime e/ou constrói uma “distinção” das outras pessoas, ou grupos, se estabelece a discriminação porque um tratamento desigual é estabelecido. Os processos de diferenciação, geradores da identidade e da diferença, figuram como um efeito do poder, na medida em que se constitui no interior de relações estratégicas, portanto de exclusão. As comunidades étnicas se inserem numa relação dinâmica com os demais valores com os quais convivem; se defrontam e se confrontam, fazendo com que as identidades/identificações constituídas nas sociedades multiculturais sejam vinculadas de maneira complexa.

Assim, os homens aparecem representados nos discursos, principalmente como trabalhadores e honestos, mas há momentos em que se faz referência a eles como machistas ou mulhereiros. Há ainda depoimentos que apresentam uma elaboração hierárquica de masculinidades ao se comparar os homens brasileiros com os norte-americanos.

As mulheres, por sua vez, apresentam a marca simbólica conectada à sua capacidade de trabalho, ao capricho laboral e asseio corporal e à honestidade. A fisicalidade do seu corpo, como signo identitário, aparece como um *locus* que associa e favorece as manifestações da diferença, expressa na maneira de se vestir e de se comportar. Vamos às narrativas:

Lúcio

Lúcio tem 46 anos, ele imigrou pela primeira vez para Portugal quando tinha 20 anos de idade e lá viveu por doze anos. Posteriormente, foi para os Estados Unidos onde reside há quatorze anos com a companheira, Samanta, de 43 anos. Maiores detalhes sobre seu perfil serão oferecidos no terceiro capítulo.

Ao ser questionado sobre como as brasileiras e os brasileiros são percebidos pela sociedade americana, ele expressou a não integração cultural de muitas/os à sociedade receptora. Em sua avaliação, isso decorre do não entendimento do que seja o comportamento adequado por parte de seus conterrâneos/as. Seu discurso é ancorado na percepção que ele atribui à sociedade nativa sobre os/as imigrantes brasileiros/as e na sua própria visão relacionada aos imigrantes com os quais ele convive no país. Ademais, ele afirma que os/as americanos/as também não “entendem a cultura brasileira”. À primeira vista, em sua avaliação, não se percebe uma postura de julgamento moral sobre o comportamento das

mulheres brasileiras, mas sim uma ênfase no “desentendimento cultural”, o qual chama de “choque de cultura”, ou “de falta de respeito com a cultura local”.

No entanto, no final de seu relato, ele diferencia o comportamento de sua companheira de “outras mulheres brasileiras”, as quais usam roupas de banho consideradas ousadas pela sociedade norte-americana, por exemplo. Neste sentido, a diferença, como marca identitária, se inspira nos moldes da visão atribuída à sociedade inclusiva sobre os/as brasileiros/as.

A ideia de cultura é articulada por Lúcio de maneira específica e, neste momento, ele cria ligações morais com grifos identitários baseados numa consciência imaginativa que ordena as diferenças em relação aos grupos exógenos e ao endógeno, perspectiva que influencia a organização cultural das imagens que tanto ele, quanto muitos/as entrevistados/as fazem de si em referência aos demais grupos com os quais convivem. Lemos:

Você chega a qualquer país na Europa [quando morou em Portugal, Lúcio conheceu vários países europeus] que tenha uma comunidade de imigrantes brasileiros, ou, aqui nos Estados Unidos (...) você vai ver falar do nosso povo, é o povo que mais trabalha. (...) é a comunidade mais limpa em termos de higiene [corporal] e a mais honesta. O que a sociedade americana vê de negativo no homem brasileiro é que ele é mais machista. O homem americano é mais doce, é aquele cara que cuida do filho, não falando que nós também não cuidamos, mas eu noto uma dedicação a mais deles com os filhos. Eu concordo com eles que os brasileiros seriam mais machistas. Eles veem as mulheres brasileiras como trabalhadoras, mas uma mulher extravagante a nível vestimenta, a nível comportamento. A mulher brasileira é assim: você está dentro de um país, você tem de se integrar a sociedade do país e não a sociedade se integrar a você (...). Têm brasileiras que sentam, lá fora [ele se refere aos lagos e às praias] de biquíni fio dental e os americanos não estão acostumados com isso. Eu acho que isso depõe contra elas (...) não é que elas sejam prostitutas ou estejam se oferecendo. (...) porque a mulher brasileira e o homem brasileiro, neste ponto, não respeitam a cultura do país. O homem brasileiro, aqui na América, mexe com as mulheres na rua (...). Aqui eles [os brasileiros] (...) entram em restaurante sem camisa, aqui não é essa cultura. Isso depõe contra, é choque de cultura, não tem como falar que eles estão fazendo por mal ou por bem. [Os/as nativos/as] também não entendem a nossa cultura. Agora surgiu uma entrevista do time americano de futebol que foi para a copa do mundo. A primeira coisa que o jogador, que mais sobressaiu na seleção americana, chegou lá no Brasil e falou foi: “Graças a Deus tem dois dias que eu estou aqui e não fui roubado.” Porque ele veio de uma cultura [a americana] que muita coisa que ele viu lá [no Brasil] que aqui não tem. E muita coisa que passaram para eles aqui [nos EUA] lá [no Brasil] não tem. Tem muito americano que acredita que no Brasil tem cidade que anda todo mundo pelado. Por que? Teve um lago aqui, perto de Framingham, que foi fechado por causa das brasileiras, pois elas estavam subindo em cima dos carros e dançando só de calcinha e sutiã, pô! (...) na falta do biquíni de praia foi calcinha e sutiã mesmo. Então isso depõe contra. Têm as duas visões [sobre os/as brasileiros/as]: são bons trabalhadores, são pessoas limpas, honestas, mas infelizmente, por outro lado, são pessoas muito fáceis de ser manipuladas. Porque você vê uma mulher só de calcinha e sutiã dançando para mais de cem pessoas o que você pensa? Se amanhã você vir isto você vai assustar! Na nossa cultura pode até ser normal, foi numa festa, mas para eles aqui não é normal. (...) a minha esposa toma sol de biquíni, mas ela não usa roupas de banho como muitas brasileiras (Lúcio).

Lúcio ao dizer que há “duas visões [da sociedade americana sobre os/as brasileiros/as]: são bons trabalhadores, são pessoas limpas, honestas, mas infelizmente, por outro lado, são pessoas muito fáceis de ser manipuladas”, parece expressar que a comunidade brasileira, na sua diferença, é uma comunidade subordinada ao poder hegemônico da sociedade nativa. Eu me refiro aqui ao episódio, descrito por Lúcio, do fechamento do lago frequentado por brasileiros/as em retaliação as supostas atitudes das mulheres de dançarem sobre os carros usando apenas roupas íntimas. O fato de se comportarem desta maneira legitimaria, segundo Lúcio, a visão difundida na sociedade de acolhimento, de que as brasileiras, em geral, seriam “extravagantes”.

Lúcio, deste modo, sugere que, como dominada, a comunidade brasileira deveria se submeter aos valores locais. Não obstante, ao infringir tais códigos, aos quais devia se vincular, ela – a comunidade brasileira – acaba por pagar o preço perdendo determinadas prerrogativas, como ser impedida de fazer a festa no lago. Por outro lado, a expressão de que a comunidade brasileira é facilmente “manipulada” pode ser interpretada do ponto de vista da objetificação da mulher, as quais, ao dançarem seminuas sobre os carros, se posicionariam como sexualmente “fáceis” ou disponíveis à “manipulação”, segundo a leitura da sociedade de destino baseada na “imposição” de uma identidade sexualizada às brasileiras.

Ele reconhece como válido o fechamento do lago, porque as “atitudes das mulheres depõem contra elas”. Sua visão parece corroborar a atribuição valorativa da sociedade inclusiva sobre a comunidade brasileira: “Tem muito americano que acredita que no Brasil tem cidade que anda todo mundo pelado”. A atitude das mulheres que ele se refere legitimaria esta perspectiva, já que a sociedade americana “também não entende a nossa cultura”.

A valorização da diversidade aparece na designação de significado a determinadas especificidades que Lúcio atribui aos brasileiros/as – “trabalhadoras/os, honestas/os e limpas/os” – qualidades que, segundo ele, são reconhecidas pela sociedade receptora. Ao classificar o grupo brasileiro deste modo, Lúcio ordena o mundo social no qual convive de maneira assimétrica, polariza sua comunidade em relação às demais, privilegiando-a. Ele elabora, assim, jogos de “desidentificação” com outros grupos com os quais tem contato e normaliza a identidade do “nós”, naturalizando-a.

Lúcio concorda, em alguns momentos, com a suposta leitura dos/as americanos/as sobre os homens e mulheres brasileiros/as, particularmente quando aciona os estereótipos positivos citados anteriormente: disposição e asseio em relação ao trabalho, honestidade e higiene corporal. Entretanto, no que se refere aos estereótipos negativos, ou aos comportamentos inadequados, ele afirma que a sociedade nativa reage de determinada maneira por desconhecer os aspectos culturais da sociedade brasileira mais ampla.

A percepção “cultural” de Lúcio sobre o comportamento das mulheres brasileiras nos Estados Unidos é a de que “não [é] que elas sejam prostitutas ou estejam se oferecendo (...) [no entanto, o comportamento adotado] (...) depõe contra elas”. O homem brasileiro, por sua vez, manifesta o “desentendimento cultural” ao “mexer” com as mulheres na rua, e ao “entrar sem camisa” em restaurantes. Ao se comportarem assim, ambos, mulheres e homens, demonstram que “não sabem respeitar a cultura do outro”. Além disso, ele destaca a hierarquização das masculinidades, na qual o homem americano é valorizado em detrimento dos brasileiros, vistos como mais machistas, aspecto destacado por Assis (2013), em sua etnografia.

Ao enfatizar a maneira como as diferenças culturais são mobilizadas no contexto imigratório pelas/os imigrantes brasileiras/os, Lúcio realça não somente a diferença/hierarquia entre brasileiras/os e as pessoas nativas, mas também, aponta para a necessidade de se criar a distinção dentro da própria comunidade brasileira. Quando afirma que sua companheira não usa roupas de banho consideradas ousadas pela sociedade receptora, Lúcio chama atenção para o esforço dela de integrar-se no país, distinguindo-se das outras mulheres brasileiras, cujos comportamentos seriam considerados inapropriados em um contexto estadunidense. Seu discurso é corroborado pelo depoimento de sua companheira, Samanta, a qual fala sobre “as brasileiras”, na terceira pessoa, demarcando estrategicamente sua distância deste grupo:

Às vezes, você vai num lago (...) no verão e vê o americano comentar porque as americanas usam “biquínião”, já as brasileiras usam biquíni pequeno, bem menor do que os usados pelas americanas (...). As brasileiras são vistas como mais afoitas, como regateiras mesmo! Como assanhadas que vivem de barriga de fora. Mas eles não veem a podridão que eles têm. Eles julgam as meninas pelo tamanho do biquíni, mas não veem o que têm entre eles que é muito pior (Samanta).

Ao afirmar que cuida da maneira como se veste, quando se expõe publicamente nas praias, ou nos lagos, usando roupas de banho consideradas mais “descentes”, tanto ela quanto Lúcio estabelecem jogos diferenciadores em relação à comunidade brasileira mais abrangente, os quais recaem sobre a valorização das maneiras de se vestir e de se comportar segundo as normas, neste caso, de Boston. Sua postura pode ser interpretada como um efeito das estratégias discursivas do poder hegemônico, o qual, ao marcar as mulheres brasileiras, muitas vezes, de maneira negativa, faz com que Samanta, para não se sentir discriminada, procure construir uma postura identitária em consonância com o que acredita que não destoará das normalizações locais.

Entretanto, Samanta não constrói uma identificação acrítica de maneira a construir um laço identitário não contrastivo com esta sociedade. O que ela chama de “a podridão que eles têm” ou, ao dizer que “o que tem entre eles é muito pior”, ela se refere à liberdade sexual que as adolescentes norte-americanas desfrutam em comparação com o padrão normativo de comportamento sexual imputado às meninas brasileiras ou, que ela considera que as mesmas deveriam ter. Samanta, aqui, se afasta do padrão moral da sociedade inclusiva no que tange ao comportamento sexual. Sua assertiva é baseada numa circunstância vivenciada na casa em que ela trabalha como “governanta”:

Eu trabalho há dez anos numa casa e quando a menina da minha patroa estava com quatorze anos, a mãe foi viajar e me pediu para dormir na casa dela. Eu e minha família [ela, o marido e a filha] fomos dormir lá. Ela [a patroa] falou assim: Vão aparecer umas amiguinhas da minha filha, só amiguinhas, então mantenha os olhos abertos e olha o que é anormal para você e depois me fala. Aí, deu a tarde e chegaram os rapazes, os boys e, um deles desceu para o porão, e eu falei: esse trem tá errado. Um casal ficou lá embaixo, o outro foi para a casa da piscina (...). O medo deles [dos pais] é [o consumo de] droga e álcool, não é [a prática do] sexo. Quando eu vi o que estava acontecendo eu fiquei de cabelo em pé, uma menina de quatorze anos transando! Eles riram do que estava acontecendo, porque eu ficava rodando no quintal. Menina de treze, quatorze anos transando, isso pra eles é normal. Com doze anos você vai ao médico com a sua filha e ele diz: você quer que a sua mãe entre ou não? Aí já dão uma pílula anticoncepcional. Isso aí para eles é normal. Na segunda-feira, quando a minha patroa chegou ela perguntou: e aí Samanta, o que aconteceu? Aí eu pensei: conto ou não conto? Aí contei tudo. Ela falou: Oh, então aconteceu? Foi igual aconteceu comigo. E eu de cabelo em pé, né? Eu não sei se no Brasil hoje está essa realidade também. Isso para mim é anormal. Aqui as meninas de treze anos tomam anticoncepcionais e deixam [as cartelas de pílulas espalhadas] pela a casa a fora. Que cabeça tem uma menina de treze anos tomando pílula?(Samanta).

Este distanciamento, ou crítica, de Samanta ao estilo de vida sexual das adolescentes com as quais convive nos Estados Unidos – as filhas de sua patroa, por exemplo – talvez esteja ligado ao pressuposto da moralidade religiosa evangélica em que se inseriu e, também, aos valores transportados com ela para o contexto de imigração. Apesar dos avanços em relação à liberdade sexual alcançados pelo feminismo, a sociedade ainda cerceia mulheres se comparadas ao que é permitido aos homens. Este quadro se intensifica quando projetamos a visão de uma mulher evangélica que viveu, a maior parte do tempo, em uma cidade do interior de Minas Gerais, como Governador Valadares.

Adentrando outro tópico de interesse desta investigação, apresentarei, a seguir, a perspectiva de Lúcio no que diz respeito à condição de imigrante:

Você tem que se considerar imigrante no primeiro [e] no segundo ano que você chega. Daí para lá, você só tem o nome de imigrante, você já não é imigrante mais. Quando você chega, no primeiro ano, você não conhece nada, não fala a língua, não tem, entre aspas, acesso às coisas boas que a América te oferece. Esses acessos são limitados, você (...) não tem o carro, vem devendo, então você (...) você faz dinheiro esse primeiro, segundo e terceiro ano. A partir do terceiro ano, você não é imigrante mais. Você é imigrante de nome. Aí você já não vai mais morar misturado com todo mundo, você compra um carro e começa a descobrir a América, aí você já fala inglês. Você deixa de ser um imigrante e passa a viver na América e passa sem querer a integrar-se ao ritmo da sociedade daqui. O Capitalismo, o dinheiro entra e sai e você começa a ter uma vida aqui. Você deixa de morar com [várias pessoas] (...) e começa a querer ter o seu espaço, aluga um apartamento e vai morar sozinho, aí [percebe] que aquilo que você supostamente falava que estava juntando, é que você vivia miseravelmente. Porque depois que passou a transição (...) de três anos de imigração, aí eu passei para uma boa companhia, conheci novas gentes e já deixei de ser o imigrante que foi buscar e passei a ser o imigrante que vive aqui (Lúcio).

Este relato denuncia a resistência do imigrante em se autodeclarar como tal. Segundo a lógica estabelecida por Lucio, passados três anos não se levaria mais uma vida de imigrante, pois já se domina minimamente o idioma local e se tem condição de adquirir certos signos que conferem a estas pessoas um aparente status de “não migrante”. Ele elenca morar sozinho/a (ou só com familiares), ter carro, não levar uma vida “miserável” (de privações decorrentes das economias feitas nos primeiros anos), trabalhar “numa boa companhia” e, talvez o mais importante, deixar de ser o imigrante que “veio buscar” – ou seja, cuja vida ainda tem o Brasil como centro – para tornar-se um imigrante que “vive” nos Estados Unidos. Neste caso, está implícita a imersão em uma determinada realidade imaginária, criada como uma maneira de afirmação, ainda que simbólica e paradoxal, da própria condição de imigrante

destes sujeitos: não ser mais imigrante, portanto, equivale a ser um imigrante “permanente” ou consolidado.

É relevante que, apesar da referência feita por Lúcio ao domínio da língua, mesmo vivendo nos Estados Unidos há quatorze anos ele afirmou que não fala inglês com fluência, mas apenas o suficiente para trabalhar e cumprir com seus afazeres cotidianos. Em suas palavras,

Eu falo o inglês do dia a dia para dentro do meu trabalho, mas para certos tipos de coisas, há certo medo no falar, porque dentro do inglês um *s* que você falar errado pode tomar uma proporção muito grande. Então (...) quando eu vou ao médico ou à corte eu peço um *translator*, porque uma coisa que você falar errado, pode por tudo a perder ou te colocar em grandes problemas (Lúcio).

Lúcio faz uma análise interessante sobre a discriminação sofrida na ocasião em que tentava uma promoção no trabalho. Assim que soube que o local em que trabalha ia abrir uma filial, enviou seu currículo e se candidatou a uma função superior a que ele ocupava até então. Porém, sua candidatura não foi analisada pela norte-americana responsável pela seleção, fato que o levou a procurá-la para averiguar os motivos pelos quais sua documentação havia sido ignorada. Ela afirmou que não se sentia segura em lhe dar a promoção – que no fim das contas acabou recebendo – em decorrência do seu pouco domínio da língua inglesa. Nos termos de Lúcio:

Me deu vontade de falar com ela, mas não falei: olha dentro dessa firma (...) e veja quantos cidadãos americanos existem. Nem você é americana. Americanos natos são os índios que são da nossa cor [dos/as brasileiros/as]. Você nasceu aqui, mas tem sangue italiano, tem sangue grego, tem sangue russo. Há uma diversidade de raças aqui dentro que não tem como um americano falar: eu sou americano (Lúcio).

Sua assertiva, que tem por parâmetro a cor da pele, sinaliza uma crença na proximidade com “americanos natos”, ou seja, indígenas, os quais seriam mais legítimos, ou autênticos, que os demais cidadãos/as estadunidenses. Lúcio se vê como mameluco, termo

que corresponde, na América do Sul, a pessoas cuja ascendência é europeia e de indígenas. Seu discurso manifesta a complexidade na disputa concreta para se posicionar frente ao poder dominante. Sinaliza o esforço na articulação de distintos elementos para construir e interpretar a sua experiência e ilustra, ainda, o uso contextualizado das denominações ao se referir a “cores” e “raças”.

A análise feita por Lúcio expressa a complexidade que envolve o processo de valorização identitária. Num contexto em que a desigualdade de oportunidades no mercado de trabalho é real, Ana Cristina Martes (1999) argumenta que nas empresas americanas, as posições de trabalho mais elevadas são, geralmente, reservadas às pessoas nativas. Em decorrência desta discriminação e de outras, Lúcio rejeita a identificação de imigrante, na medida em que percebe que tal identificação está ligada a relações sociais de opressão e exclusão.

Ao se referir aos principais problemas que ele enfrenta nos Estados Unidos, Lúcio afirmou que a falta dos documentos de cidadania era seu maior obstáculo – ele tem licença de trabalho. Ele faz uma interpretação singular da identidade da população nativa e cria um discurso como forma de negar o *status* de imigrante. Ele diz agir sem burlar a lei, ou “fazer falcattruas”, se aproveitando das “falhas no próprio sistema deles”. Assim, elabora uma leitura própria do que seria convencionalmente um/a cidadão/a americano/a, reinterpretando, nos seus próprios termos, o significado atribuído ao termo cidadão/a, para assim evitar ser reconhecido como imigrante.

Aqui tem várias brechas para você se sobressair sem precisar falar que você é imigrante. Não é falcattrua, nem nada, são falhas no próprio sistema deles. Eu sou diretor de manutenção num hotel para idosos, de gente muito rica, e para todo mundo lá eu sou cidadão americano, eles não sabem que eu não o sou. [Quando Lúcio precisa preencher alguma documentação que solicita seu *status* de cidadania], quando a pergunta é: Você é cidadão americano? Em todas eu coloco que eu sou. Prove-me o contrário, que eu não sou cidadão americano. Eu sou *South American*, eu não sou *North American*, mas eu sou cidadão americano. Para qualquer juiz eu posso bater o pé: prova que eu estou mentindo, na aplicação não pergunta se você é norte americano ou não é.

A fala acima, assim como a narrativa sobre o fechamento do lago para festas de brasileiros/as, mostra o quanto a identidade e a diferença são definidas e construídas na luta

entre grupos sociais situados assimetricamente em relação ao poder. Nos termos de Silva (2000), “[a] identidade e a diferença não são nunca inocentes” (2000, p. 81). A luta pela construção da identidade se expressa na disputa por recursos simbólicos e materiais disponíveis na sociedade e, também, na vontade e no interesse de pessoas e grupos de asseverar a inclusão aos bens sociais.

O esforço de Lúcio para rearticular o sentido de cidadania e, sua conseqüente inclusão na sociedade de destino aponta para a construção da sua experiência enquanto sujeito imigrante e parece claramente demonstrar os processos de disputa marcados pela sua condição de vida material, bem como pelas práticas de (re)elaboração de significados simbólicos. Neste sentido, ao aludir a possibilidade de ser confrontado por um juiz a provar que ele é um cidadão norte-americano, Lúcio se ancora em valores morais típicos do individualismo da sociedade norte-americana, e de princípios do senso comum para justificar sua condição de cidadão americano, sem, nesse caso, utilizar-se de uma lógica característica do país de origem. Num espaço social onde ele lida com acessos escassos aos direitos de cidadania ele opera numa lógica possível de ser articulada no país de acolhimento.

Tomando agora o relato de outro participante, temos André, de 49 anos, viveu nos Estados Unidos em torno de sete anos e meio, entre o início dos anos 2000 e 2009, quando retornou a Valadares. Sua condição de classe, antes de migrar, não permitia que ele e sua companheira tivessem uma vida, nos seus termos, “controlada”. Na época em que se mudou, era funcionário de uma empresa de laticínios em Governador Valadares, mas seu um salário mínimo e meio não era suficiente para que realizasse seu sonho de aquisição da casa própria e de um carro. Motivado por esse desejo, ele construiu e efetivou o seu projeto de migrar.

O caso que apresento agora expressa uma visão bipolarizada e ambígua sobre como os americanos percebem a mulher brasileira. Por um lado ele afirma: “eu acredito que as mulheres não são bem vistas, porque a mulher brasileira é bonita, gosta de se mostrar, usa roupa muito curta, ela não se valoriza”. Implícito em seu discurso está o fato de que o processo de auto-valorização da mulher está no cerceamento do uso de seu corpo, expresso na forma como se veste. Por outro lado, esta seria uma preocupação dispensável ao homem, cujo valor lhe é atribuído por outros critérios que regem a afirmação da identidade masculina: prioritariamente o sucesso no mercado de trabalho, ainda que, cada vez mais nos países do

ocidente, tenham ganhado destaque determinados padrões estéticos para os corpos masculinos. Contudo, André também diz:

O americano gosta muito do modo da mulher brasileira trabalhar, elas são muito trabalhadeiras (...) a mulher tem a vida mais fácil [se comparada à do homem], então a mulher vai traçar o plano para ela, se ela quer ser trabalhadeira, honesta, vai trabalhar e vai ganhar dinheiro, ou ela vai cair para o outro lado se tornar *Gogo girl* [dançarina de boate] (André).

A ideia difundida e, intrinsecamente, presente na fala de André é de que as mulheres tem a possibilidade de optarem pelo mercado do sexo e do entretenimento noturno, o que, por sua vez, não é visto como trabalho, mas como uma alternativa “fácil” de vida. Vista assim, a honestidade é reconhecida como um atributo moralizante e moralizador ligado à sexualidade: ser prostituta equivale a ser desonesta. Além disso, toda dançarina de boate seria necessariamente uma prostituta, o que não é uma verdade. Raul, outro entrevistado de tem 51 anos, separado da companheira com quem conviveu por 20 anos. Durante 12 anos, ele morou nos Estados Unidos com a companheira e os dois filhos. Ele voltou a Valadares em 2009, três anos depois do retorno da sua ex-companheira.

Raul relata que a maneira como as mulheres brasileiras são vistas pela sociedade americana depende do tipo de trabalho que ela executa. Como André, ele realça que as mulheres que atuam como *Gogo girls* são consideradas prostitutas. Ele enfatiza também os rótulos positivos vinculados às brasileiras: beleza, simpatia, alegria, além, é claro, do fato de serem muito trabalhadoras, características que as levam a “ser muito bem vistas”. Lemos:

A maneira como os americanos veem as brasileiras depende muito, por que tem muita mulher lá que dança Gogo. Eu conheço um americano que tem o maior carinho por elas, não fala nada de mal, mas eu também conheço americano que acha que elas são prostitutas (...). A mulher brasileira é vista também pela beleza, pela simpatia, pela alegria são muito bem vistas em termos disto. Elas são muito trabalhadeiras, nesse sentindo elas são muito bem vistas. A mulher brasileira lá muda muito de tanto trabalho. Aqui [no Brasil] a mulher brasileira tem um limite de trabalho. Lá ela se mata de trabalhar, elas são trabalhadeiras quando elas pegam, pegam pra valer. Aqui elas trabalham oito horas, lá trabalham doze, quatorze, quinze horas. Nos Estados Unidos a mulher se acaba de trabalhar. Às vezes quando ela chega aqui ninguém a reconhece. Trabalha tanto que até se esquece de si própria. A mulher [brasileira nos Estados Unidos] é totalmente diferenciada da mulher [brasileira] que trabalha aqui. Os americanos só de olhar sabem que somos brasileiros, pela nossa alegria eles já sabem. A gente chega ao trabalho cantando, ou batendo em cima de madeira ou fazendo qualquer brincadeira, eles sabem

que somos brasileiros pelas nossas roupas do Brasil. Sempre quando a gente encontra com americano (...) eles falam: “Bom dia, como você está?” Eles perguntam de onde a gente é e quando falamos eles dizem: “eu gosto do Brasil; das mulheres brasileiras; eu gosto de futebol; eu gosto do Pelé (...) os que nos viam com bons olhos tinham o maior prazer de vir e tentar conversar...”. Alguns veem os brasileiros, [de maneira] negativa. Os que viam pelo lado negativo, não tinham simpatia nenhuma (...) eram indiferentes (Raul).

A narrativa de Raul aponta para o fato de que a/o imigrante brasileira/o nos Estados Unidos – segundo a visão que acreditam que as pessoas nativas têm deles/as – é considerada/o como “vacionada/o” à alegria. A beleza e a simpatia, atribuídas às mulheres as levam a ser “muito bem vistas em termos disso”. Quanto aos homens, “os americanos só de olhar sabem que somos brasileiros pela nossa alegria”, pela maneira de se vestir e pela forma como se comportam no ambiente de trabalho. Neste momento, tais características atribuídas aos homens não representam ameaça, pelo contrário, abrem espaço de aceitação para aquelas/es que se submetem aos estereótipos⁴⁰.

Raul afirma o fato de que a mulher brasileira trabalha mais nos Estados Unidos em comparação com o que presumivelmente trabalhava no Brasil. Esta é uma situação que, a meu ver, pode ser explicada por um dos objetivos iniciais, geralmente presente ao se decidir por migrar: trabalhar, ganhar dinheiro, poupá-lo, e, assim, retornar ao país de origem. A maior parte das mulheres entrevistadas nos Estados Unidos, as quais se consideravam imigrantes permanentes, no entanto, também afirmaram que, hoje em dia, trabalham menos do que trabalhavam logo que chegaram ao destino, por uma maior sensação de segurança. Faxineiras

⁴⁰ Sobre este aspecto, Machado (2004) afirma que os imigrantes brasileiros na cidade do Porto, em Portugal, concorrem para se acercar de uma identidade estereotipada, de acordo com padrões determinados pelos nativos, o que marca o seu espaço no mercado de trabalho. Nesse sentido, lutam para dizer quem é mais brasileiro, quem se aproxima mais do “‘jogo da centralidade’ [ou seja] a luta, entre brasileiros para estabelecer diferenciações entre si” (MACHADO, 2004, p. 259) e garantir a sua entrada, para o que o autor chama, de “mercado da alegria”, entendido como o espaço no mercado de trabalho português ocupado pela rede de imigrantes brasileiros pobres, que se caracteriza pelos empregos que envolvem o lazer – “músicos, dançarinos, garçons e atendentes no comércio em geral”-. Esses tipos de empregos, na perspectiva dos empregadores portugueses, são os espaços nos quais os brasileiros melhor se adequam, já que eles são tidos como essencialmente agradáveis, gentis e alegres. No caso das mulheres, na época da pesquisa feita por Machado, o “mercado da alegria” se situava nos empregos de trabalhadoras do sexo e/ou em casas onde não se imagina de antemão que sejam de prostituição, pois são locais onde a obrigação laboral das mulheres é fazer com que os clientes se divirtam e consumam. Ainda que possam ocorrer encontros sexuais advindos dos contatos entre as trabalhadoras e os clientes, este não é o objetivo principal das chamadas “casas de alterne”.

e empregadas domésticas, de forma geral, possuem um número fixo de casas e clientes, o que as proporciona um ganho estável, não exigindo cargas horárias extenuantes.

Muitas pessoas que entrevistei no Brasil disseram que quando estavam imigradas tinham longas jornadas em mais de um emprego. Algumas relataram que, ao chegarem nos EUA, trabalhavam até cem horas por semana. Muito embora esta realidade tenha sido justificada pelo desejo de juntar dinheiro o mais rápido possível para retornar ao Brasil, Aqueles/as que imigraram sozinhos/as, sem os/as companheiros/as, diziam que esta sobrecarga era também um modo de driblar a solidão.

Portanto, os depoimentos colhidos nos Estados Unidos mostram que, com o passar dos anos, quando a imigração é consolidada, as pessoas tendem a trabalhar menos. Rose, uma das colaboradoras da pesquisa, afirmou que atualmente a sua carga de trabalho é reduzida – varia de seis a oito horas por dia, de segunda à sexta-feira – porque ela se sente mais cansada. Ela imigrou ainda jovem, aos vinte e cinco anos, porém, hoje, aos cinquenta, não tem a mesma energia nem a mesma necessidade de trabalhar tanto quanto no início de sua vida de imigrante.

Retomando meu interesse central nesta análise, ou seja, a maneira como muitos imigrantes pensam que a comunidade estadunidense os/as percebe, a expressão “não se vê com bons olhos” foi recorrente. Por exemplo, Lucas, de 43 anos, imigrou pouco antes de sua companheira e o casal de filhos para os Estados Unidos. Ao chegarem lá, no entanto, eles se separaram, fazendo com ele retornasse à Valadares com os/as filhos/as. Antes de migrar, ele foi demitido da fábrica de móveis onde trabalhou desde a adolescência, acontecimento que havia levado à migração.

Ao comentar sobre a representação midiática do Brasil que é difundida no exterior, Lucas parece encontrar a origem das percepções negativas que a sociedade norte-americana tem acerca da mulher brasileira. Ele afirma:

Para os americanos, todas que vão pra lá são vagabundas (...) eles assistem muitas fitas de carnaval, então, para os americanos, o Brasil é o Rio de Janeiro e São Paulo. Eles acham que todas as brasileiras são iguais, até as

casadas! E eles não as veem com bons olhos (...). Mas no geral, os americanos não são de meter a cara com as brasileiras (Lucas).

A discriminação, assim como o preconceito, é uma prática social que pode se expressar de formas diferentes segundo o contexto social. Para que determinada ação seja considerada discriminatória, ela deve ser interpretada enquanto tal. Lucas demonstra que, no que diz respeito às mulheres brasileiras, este processo é percebido em sua sutileza, pois, “[e]les acham que todas as brasileiras são iguais, até as casadas. (...) eles não as veem com bons olhos”.

O fato de que “no geral eles não são de meter a cara com as brasileiras” aparece em outras narrativas, mas articulada às posturas que confrontam as leis locais, as quais protegem o direito das mulheres, e não como uma atitude de respeito *per se*. A psicóloga e pesquisadora Sylvia Dantas Debiaggi (2003), em seu trabalho sobre imigração internacional feita com casais de brasileiros na região de Boston, enfatiza o quanto é comum os/as imigrantes fazerem referência à garantia dos direitos das mulheres nos Estados Unidos em comparação com o Brasil.

Em consonância com este dado, um dos entrevistados, Túlio, diz que “a constituição não permite a discriminação e isso ajuda a mulher não ser discriminada”. Esta passagem sugere que a discriminação ocorra através de outros códigos mais velados e, não necessariamente, verbalizados, uma vez que existem medidas punitivas para estes casos conforme apontou Martes (1999). A frase elaborada por Túlio: “aqui eles podem até pensar, mas não manifestam” que as mulheres brasileiras seriam “prostitutas”, demonstra a percepção da discriminação, ainda que esta não seja dita claramente.

Túlio tem 47 anos e foi entrevistado na sua casa na região metropolitana de Boston. Diferentemente dos entrevistados até então apresentados, ele avalia que a sua vida financeira antes de migrar era estável, tinha casa própria e carro, mas decidiu pedir demissão da empresa de metalúrgica – em Ipatinga, cidade próxima à Valadares- onde trabalhava para migrar. Seu objetivo inicial era morar dois anos nos Estados Unidos e retornar para cursar o ensino superior, o que não aconteceu: ele mora no país há 16 anos. Na época em que foi para lá, Túlio estava separado da primeira companheira e, após algum tempo, conheceu Rose, 50 anos com quem tem um relacionamento até hoje.

A fala de Túlio se assemelha à narrativa de Lucas, porém ele realça a diferença da forma como a mulher é vista no Brasil e como imigrante nos EUA. Em suas palavras:

Os americanos quando vão ao Brasil veem as mulheres brasileiras como símbolo sexual, mas quando olham para as brasileiras aqui consideram elas guerreiras, trabalhadeiras. Aqui a constituição não permite a discriminação e isso ajuda a mulher não ser discriminada. A visão que eles têm das brasileiras lá [no Brasil] é que elas são prostitutas. Mulheres da bunda grande e tal. Aqui eles podem até pensar, mas não manifestam. Aqui eles têm de respeitar, porque sabem que a penalidade aplicada é bem rígida. Eu conheço armênicos, russos, germânicos, eles admiram a beleza, a garra, o poder e a força de trabalhar das brasileiras, pelo fato de viverem aqui, eles seguem a mesma consciência dos americanos. (Túlio).

A diferença como a mulher brasileira é vista pelos/as nativos/as americanos/as no Brasil e como a mesma é vista enquanto imigrante no destino pode ser interpretada como ancorada nas condições simbólicas e materiais de existência. Tendo em vista a difusão do imaginário fantasioso sobre as brasileiras nos países do norte, quando os/as nativos/as vêm ao Brasil tendem a perceber as mulheres como especificamente marcadas pela sexualidade. Uma vez imigradas, a condição de classe das brasileiras – em especial daquelas que se inserem no mercado de trabalho secundário, de baixa qualificação, caso da maior parte das mulheres que colaboraram com esta pesquisa – as levam a serem encaradas principalmente como mão-de-obra barata “valorizada”, uma vez que seriam muito dedicadas a seus deveres. Na realidade, o que Túlio faz é uma reelaboração da visão – no Brasil e nos EUA – que ele atribui aos/as nativos/as sobre as mulheres brasileiras, mas o faz sem ingenuidade, pois menciona as leis locais como um elemento concreto que inibe a discriminação contra as mulheres em geral, bem como contra as brasileiras em particular.

Pedro, de 43 anos, e sua esposa, Andreia, de 44, eram funcionário/a da prefeitura de Governador Valadares antes dele imigrar no início dos anos de 1990. Na época de sua partida, a prefeitura da cidade havia ficado por sete meses sem pagar os salários aos funcionários. Como não era concursado, nem obteve sucesso na tentativa de conseguir outros empregos, ele resolveu viver nos Estados Unidos, onde morou até 2009, quando retornou a Valadares. Andreia, por sua vez, continuou vivendo em Governador Valadares, onde acumulava dois

empregos públicos como professora das redes municipal e do estadual. Hoje, o casal tem uma filha de 03 anos, a gravidez foi que motivou o retorno de Pedro.

Assim como Lúcio, Pedro enfatiza o desconhecimento por parte da sociedade norte-americana sobre os aspectos culturais do Brasil. Para Pedro, a sociedade nativa desconhece a história do país, o que a leva a elaborar uma percepção equivocada da mulher brasileira contribuindo, portanto, para a construção do preconceito em relação aos imigrantes. Como em outras falas, o discurso articulado por Pedro enfatiza os estereótipos atribuídos às brasileiras: seriam mulheres “quentes”, de corpos belos e disponíveis sexualmente. Lemos:

Na verdade o americano (...) vê o Brasil como se fosse uma mata como se fosse tudo mata e, as brasileiras são índias. A mulher é vista como mesclada, mista, (...) uma cabocla e, o Rio de Janeiro no meio. O Rio de Janeiro é considerado o coração do Brasil, então eles não imaginam uma [cidade de] São Paulo, por exemplo, (...). O americano, na verdade, não conhece história, (...) ele não sabe que São Paulo é uma das maiores malhas viárias (...). Na história dos Estados Unidos, a Floresta Amazônica é de todo mundo (...) no livro deles está escrito mata Atlântica, [para a sociedade americana] a floresta Amazônica é o coração do mundo e não pertence ao Brasil, ela é de todo mundo. Então eles veem as mulheres como quentes, eles pensam logo em sexo, eles pensam logo que a mulher brasileira é prostituta. São trabalhadoras, mas no geral, elas são vistas dessa forma preconceituosa. Para as pessoas de outras nacionalidades a mulher brasileira também é considerada a mulher que tem o corpo mais bonito, mais escultural. Quando a mulher fala que é brasileira, eles já falam logo: “Hum, brasileiras!” Os americanos e [as pessoas] de outras nacionalidades também quando sabem que uma mulher é brasileira, eles falam: “brasileiras ô, ô” e já mostram logo o dedão positivo né? Querem dizer que são boas [no sentido sexual]. (...) a [mulher] americana já tem ciúmes só de saber que tem uma brasileira próxima. O americano, quando nota que você é imigrante [se refere aos homens] ele já te olha um pouquinho (...) torcido. Eu penso o seguinte: (...) tem muitos brasileiros que vão para lá e realmente sujam o prato que comem, fazem coisa errada. A pessoa tinha esse costume aqui, então ela vai e faz o mesmo que fazia aqui. Eu soube casos de muitos que roubavam, outros foram pegos com droga no trabalho então, era comum a desconfiança com o imigrante de maneira geral [se refere à comunidade hispânica] e, o brasileiro, então entrou no meio né? O brasileiro não tinha a fama de usar muita droga não, mas às vezes de furtar e de beber. Já os Latinos são mais discriminados pelo uso de drogas e de bebidas (...). Os brasileiros mais é furto e briga às vezes. É que, na verdade, o meio que eu convivia era mais na área da construção, nesta área às vezes, o brasileiro era visto como quem furta, mas era pouco. Não era em todo lugar que a gente era considerado só como homem trabalhador. Mas de modo geral os homens brasileiros são vistos lá como trabalhadores, (...) que trabalham duro. (Pedro).

Em primeira instância, me interessa realçar a visão altamente sexualizada que é difundida aqui, fazendo com que brasileiras sejam vistas como um perigo pelas mulheres “americanas que teriam ciúmes só de saber que uma mulher é brasileira”. Neste momento, a

hiper-sexualização da mulher a coloca em uma posição de desvalorização identitária, submetendo as brasileiras, coletivamente, ao preconceito e a discriminação.

Há, na fala de Pedro, uma dupla inserção valorativa: ora as mulheres são vistas como ameaça, ora elas são consideradas na dimensão da sua capacidade de trabalho. As mulheres são vistas, então, como signo da suspeição, seu corpo é descrito como o lugar do excesso, o *locus* privilegiado em que se manifesta a diferença desde distintos espaços discursivos: no social e no do significado simbólico. O corpo aparece como invólucro da subjetividade. A mulher sensualizada é perigosa, tem o poder de minar relacionamentos.

Não só o uso de determinadas roupas e adereços, mas os códigos de comportamento – posturas, condutas, gestos – seriam indicativos do perigo que a mulher brasileira representa. Além destes, os códigos emocionais – comportamentos sexuais “suspeitos”, sedução, assédio – repercutem as identidades sociais difundidas sobre as brasileiras. Andreia, casada com Pedro, resumiu, na frase que se segue, a sua percepção sobre como elas são vistas pela sociedade estadunidense: “Os americanos veem a brasileira só pro lado do sexo, eles veem mulher brasileira só pra sexo. Mesmo sabendo que eu era casada com ele [Pedro], eu percebia que as americanas tinham ciúmes” (Andreia).

Andreia, mesmo não tendo migrado definitivamente com Pedro, passava vários meses com o companheiro nos Estados Unidos. Ela tirava férias, ou licenças prêmio para cuidar da saúde, e ia se encontrar com Pedro no destino. Vale salientar que o tipo físico de Andreia se encaixa no estereótipo típico das brasileiras, ela é morena e tem o corpo de “cheio de curvas”. É relevante destacar também que nos outros relatos não apareceu, de maneira tão direta, a referência aos “ciúmes” das americanas em relação às brasileiras.

Em sua fala, Pedro relativiza a visão difundida entre os/as demais entrevistados/as de que o homem brasileiro seria visto, pela comunidade nativa, prioritariamente como trabalhador, fazendo parecer com que a atribuição elaborada em torno deste, pela sociedade de acolhimento, fosse sempre positiva. Ele afirma, numa perspectiva mais crítica, que nem sempre o imigrante é bem visto, pois quando “o americano nota que você é imigrante, ele já te olha um pouquinho torcido” e realça a desconfiança com o imigrante de maneira geral, e, com

os brasileiros em especial, no que se refere ao olhar dos/as “outros/as” sobre o abuso de álcool e à prática de furto e de brigas.

É preciso destacar que ele não generaliza, pois, são poucos os seus conterrâneos que praticam tais ações. Destoante de outros discursos, Pedro afirma, então, que nem sempre os brasileiros são vistos apenas como trabalhadores, ou seja, ele dá visibilidade à discriminação sofrida por brasileiros, a qual muitas vezes é ofuscada em outros depoimentos.

Ao viver a experiência de migrantes, as pessoas atribuem sentido simbólico às suas práticas sociais, muitas vezes, a experiência vivida aponta para as “verdades” sobre si e sobre como se pensa que as pessoas nativas as veem. Assim, o “sujeito/a” imigrante se constrói e se remodela durante a sua experiência migratória. A perspectiva de Brah (2006), de que a experiência e a subjetividade podem ser contraditórias, se expressa nos depoimentos acima, seja quando se estabelece a diferenciação da visão sobre as mulheres brasileiras no Brasil e nos Estados Unidos, ou quando se manifesta o estereótipo dos migrantes brasileiros em relação aos hispânicos.

Pedro criou estratégias de diferenciação para se distinguir de outros imigrantes latinos e inclusive dos brasileiros com quem trabalhava. Em sua percepção, o fato de ele ter um fenótipo próximo ao dos/as norte-americanos/as – ele tem a pele branca e os olhos claros –, e de ter o domínio “razoável” do idioma, contribuía para ele não ser discriminado. Nos seus termos:

Eu tentava não parecer muito com imigrante (...) então eu tentava estar no meio deles [dos/as nativos/as] sem ser notado que eu era imigrante. Lá a gente ouvia o preconceito dos americanos contra os mexicanos, os equatorianos, porque na verdade, eles têm muita dificuldade em aprender a língua e falar as palavras sem sotaque, aí eles (...) são discriminados. Pessoas de países subdesenvolvidos, como o Brasil e o Equador, têm a pele queimada de tanto trabalhar no sol, eles são morenos, o cabelo é preto, eles são vistos como imigrantes antes de abrirem a boca (...). Eu sempre usava roupas mais discretas como eles [os/as americanos/as], eu excluía o estampado [roupas estampadas e de cores muito vivas] (...) usava sempre uma roupa formal, nunca [usava] nada pra ficar muito diferente dos americanos (Pedro).

A maneira como as pessoas interpretam a sua experiência de migrante demonstra a natureza contrastiva da identidade, o processo de inclusão/exclusão opera simbolicamente: o povo brasileiro é o mais limpo, o mais trabalhador e o mais “esperto”. Deste modo, o significado das atribuições feitas ao “eu” e/ou ao “nós”, bem como ao/a “outro/a” imigrante varia segundo a localidade da fala. Neste sentido, o discurso de Vinícius, a seguir, é ilustrativo.

Vinícius é casado há 10 anos, imigrado, mora com a companheira e o filho de 09 anos, tem um enteado de 21 anos que vive nos Estados Unidos e uma filha de 13 anos que reside no Brasil. A passagem a seguir demonstra como ele se refere às pessoas de outras nacionalidades que trabalham na sua “companhia⁴¹” de pintura em Boston:

No trabalho eu convivo com pessoas da Guatemala, do México, de El Salvador. A convivência é um pouco complicada por que eu não falo bem a língua deles e a cultura deles é muito diferente da nossa, eles veem os brasileiros como muito pra frente. O (...) brasileiro quer chegar aqui e logo ter o seu negócio e eles acham que brasileiro é tudo esperto, eles acham que isso é mau, mas não é. É uma coisa boa que nós temos, nós temos esse espírito de querer algo mais e eles veem isso de forma negativa. Já ouvi isso de muito “espano”. Eu já peguei um “espano” falando mal de mim para outras pessoas dizendo que brasileiro é isso e aquilo e não é nada disso, eles é que às vezes não gostam de trabalhar duro. Brasileiro é sangue bom, brasileiro não veio para cá para ficar cortando grama a vida inteira. Claro que ele vai cortar grama se precisar, mas ele está pensando no futuro ter a companhia dele, em ter o próprio business e os “espanos” pensam diferente. Eles até têm ambição, mas se põem muito para baixo não sei por que, aí já é uma cultura do país deles que eu estou conhecendo agora. O homem brasileiro aqui é bem visto aos olhos do americano, você fala para eles: eu sou brasileiro e eles dizem: “que bom! brasileiro é trabalhador”, isso satisfaz você, né? Saber que a maioria dos brasileiros levanta cedo para trabalhar e está ajudando esse país ir para frente, isso é bom. A mulher brasileira é bem vista pelo americano, é trabalhadeira, limpa casa, trabalha nas cafeterias fazendo café para eles. Eles adoram a mulher brasileira. A mulher brasileira já reconhecida no mundo inteiro pela beleza, aí eles veem que não é só a beleza (...) ela é muito trabalhadeira também. Nunca vi falar [por parte da sociedade nativa] nada de negativo da mulher ou do homem brasileiro. A única coisa que tenho a reclamar é a questão de eu estar sem documentos, tanto para mim quanto para ela [a sua companheira]. O que eu mais queria aqui era ter um documento para eu poder ir e vir totalmente sem ficar me preocupando em ser pego pela fiscalização do sistema, eu, por exemplo, tenho de dirigir sem carteira. (Vinícius)

⁴¹ Cabe aqui explicar o que significa ter uma companhia: mesmo sem os documentos, muitos brasileiros montam as suas empresas na área de construção civil e de pintura, contratam mão de obra de outros imigrantes indocumentados para prestação de serviços seja para particulares ou, mesmo, para outras firmas americanas que os subcontratam. Esta situação, devido vulnerabilidade social a que estão expostos os imigrantes sem documentos, muitas vezes implicam em conflitos.

Eu conheci Vinícius numa reunião no Centro do Imigrante Brasileiro – Brazilian Immigrant Center (BIC). Esta é uma organização que apoia o/a trabalhador/a imigrante contra a marginalização política, econômica e social, e que atua na grande área de Boston. Dentre outras coisas o centro oferece apoio jurídico aos/as imigrantes que os procuram. O contato de Vinícius com este grupo se deu em razão de um prejuízo que ele tomou de um norte-americano, o qual aproveitando-se da sua situação de imigrante sem documentos, se negava a lhe pagar os serviços prestados. O centro o orientou juridicamente e ele conseguiu ser ressarcido dos prejuízos.

No relato supracitado, ele demonstra que, como imigrante e indocumentado, ele se encontra numa posição subordinada e vulnerável, porém, como patrão, ele está posicionado de uma forma que lhe dá certo poder sobre os outros.

Segundo Vinícius, a sociedade norte-americana, a qual ele está subordinado, não faz qualquer crítica negativa aos/as imigrantes brasileiros/as. Os homens brasileiros são considerados trabalhadores e as pessoas da sociedade de acolhimento “adoram” as brasileiras, não só pela “beleza”, mas também pela dedicação a seus afazeres. Por outro lado, como patrão, Vinícius considera os hispânicos pouco dedicados e critica uma suposta assunção de que “todo brasileiro é esperto”.

Em sua pesquisa feita com a comunidade brasileira imigrada na região da grande Boston, a socióloga Teresa Sales (1999) afirma que o estereótipo do “brasileiro esperto”, ou do “malandro brasileiro”, foi um tema recorrente em parte da literatura ficcional publicada a partir do início dos anos 90. A autora destaca que, inicialmente, os livros de ficção – escritos por brasileiros – que repercutiam esta ideia foram cedendo lugar à produção de outra construção: a do brasileiro trabalhador como marca da sua identidade étnica. Para a autora, a imprensa americana contribuiu para a difusão desta imagem do brasileiro ao veicular, especialmente na região da Grande Boston, a ideia positiva de que esta era uma comunidade composta por *hardworkers*. Além disso, o avanço organizativo dos/as brasileiros/as naquela região foi um aspecto que ajudou a se instituir esta autoimagem entre os próprios imigrantes.

Quando os/as brasileiros/as chegam aos Estados Unidos, se deparam com crenças pré estabelecidas acerca da comunidade hispânica. Para afirmar o grifo identitário de povo

trabalhador, muitos/as imigrantes brasileiros/as lançam mão dos rótulos difundidos naquela sociedade sobre outros/as latino-americanos/as e criam uma marca identitária que estrategicamente contrasta a visão do senso comum sobre aqueles povos. Os rótulos “... mais comumente falados por imigrantes brasileiros são os de que eles [os hispânicos] não trabalham, vivem do *welfare* americano e vendem drogas” (SALES, 1999, p. 184).

Em sua fala, Vinícius enfatiza a auto-imagem dos/as brasileiros/as como pessoas trabalhadoras, no entanto, sem negar que estes sejam também espertos. Vale lembrar que o termo “esperto” tem significado ambíguo, em determinadas circunstâncias sinaliza capacidades socialmente valorizadas, por exemplo inteligência e perspicácia; em outros, contudo, pode ter uma conotação pejorativa associada a pessoas pouco confiáveis, maliciosas, passíveis de práticas enganosas, ou trapaceiras.

Vinícius associa a expressão “ser esperto” a conotações positivas, equivalentes às qualidades atribuídas intrinsecamente aos brasileiros: ter espírito empreendedor; ambição e capacidade de luta para montar “próprio *business*”, recusando-se a “cortar grama” a vida inteira. Em contraste, ele usa a marca identitária negativa atribuída aos grupos hispânicos, os quais se não foram acusados de serem preguiçosos, foram representados pela pretensa passividade em relação ao trabalho, o que ele considera como uma falta de espírito empreendedor generalizada naquele grupo. Portanto, Vinícius, estrategicamente, usa o qualitativo negativo “esperto”, designado pelos hispânicos aos brasileiros, a seu favor.

Apesar da valoração pejorativa sobre o grupo hispânico, Vinícius afirma que não domina o idioma espanhol, que a “cultura deles é diferente da nossa” para em seguida, ao se referir a pouca ambição dos hispânicos, dizer que esta se relaciona à “cultura deles que [está] conhecendo agora”. Tal posicionamento que vai ao encontro da análise de Sales (1999) sobre a incorporação, por parte da comunidade brasileira, dos estereótipos da sociedade norte-americana sobre os/as hispânicos/as⁴².

⁴² Em junho de 2013 foi publicada, no site www.pragmatismopolitico.com.br/2013/06, uma reportagem, que corrobora a perspectiva do preconceito recorrente, em parte da sociedade norte-americana, contra a comunidade hispânica e afro-descendente. A manchete dizia: “Negros e hispânicos têm mais propensão para o crime”. Esta frase foi atribuída à juíza norte-americana Edith Jones, que a teria pronunciado durante uma conferência para estudantes da Faculdade de Direito da Universidade da Pensilvânia. Segundo a magistrada, “qualquer mexicano preferiria estar no corredor da morte, aguardando a execução nos EUA, do que numa prisão mexicana”.

No que tange esta consciência em torno de grupos étnicos entre imigrantes, bem como à questão do gênero, a qual delinea esta análise, cabe apresentar aqui o discurso de José. Hoje com 65 anos idade, ele migrou sozinho para os Estados Unidos no início dos anos 80 e após dois anos voltou ao Brasil. Ele é casado com Laura, de 60 anos, a quem me referi na seção anterior. O casal teve quatro filhos, todos adultos, um deles é falecido; a filha é imigrante nos Estados Unidos; um dos filhos reside na França e outro mora numa cidade próxima à Valadares. O discurso de José revela dimensão da racialização da sexualidade contrastar sua visão sobre as mulheres americanas em comparação com as brasileiras. Sua avaliação sobre as americanas é pejorativa, sua liberdade é vista como ameaça, pois uma mulher que sai à noite para se divertir sem compromisso, só pode ser “malandra”, uma perspectiva que generaliza os estereótipos culturalmente construídos sobre as nativas, em que a diferença é vista pelas lentes do estranhamento. Lê-se:

Eu acho a mulher americana muito sacana (...), elas te levam num bar fechado e só querem saber de “*drink, drink*” (...) elas só querem tomar o seu dinheiro, não querem nada com você. Então a mulher americana é muito malandra. Aí os americanos veem a mulher brasileira, mais trabalhadeira, uma mulher mais caprichosa, o cara encosta. Você vê muito americano casado com mulher brasileira (José).

Piscitelli (2008) argumenta que a generalização do discurso sobre um coletivo diverso de mulheres tem lugar em narrativas racializadas que podem dizer respeito a sentimentos conflitantes, os quais misturam desejo, admiração e inveja. No caso de José, é possível inferir que a mulher “malandra” é aquela que ele deseja, mas não pode ter. Pois a “malandra”, neste caso, é assim qualificada por não retribuir o que José considera implícito no ato de se oferecer um “drink” a uma mulher: sua atenção sexual.

Deste modo, se para José a feminilidade das americanas é representada de maneira negativa, a das brasileiras, por sua vez, alinharia-se ao rótulo da mulher dócil, dada a relações estáveis e duradouras, o que explicaria a recorrente união delas com nativos norte-americanos. Em sua percepção maniqueísta, as mulheres americanas seriam o oposto das brasileiras, as quais são moralmente melhores, porque “mais trabalhadeiras e caprichosas”.

Dentre os/as participantes dessa pesquisa, nem todos/as se enquadravam no esteriótipo do migrante ao qual se desloca para os EUA a fim de obter ascensão social, ou até mesmo a possibilidade de um emprego. Por exemplo, Vítor, 37 anos, é casado há dezoito anos com Ângela, o casal tem 03 filhos. Antes de imigrarem Vítor já era pecuarista e Ângela empresária no ramo de roupas em Governador Valadares. Portanto, o casal não imigrou em decorrência de problemas financeiros ou com o objetivo de aquisição de bens. A família viveu nos Estados Unidos entre 2001 e 2009, porém, hoje em dia, Ângela vive em Valadares com os filhos e Vitor passa seis meses nos EUA e os outros seis com a família no Brasil. A vida do casal expressa concretamente à situação de famílias transnacionais.

Na perspectiva de Vitor, mais uma vez, a percepção da sociedade estadunidense sobre as mulheres brasileiras varia de acordo com as suas atitudes ou comportamento:

Se ela faz qualquer coisa que dê margem, eu ouvi tanto a opinião de homens brasileiros quanto de homens americanos, ela é, vamos usar as expressões que eles usam: vagabunda. Eles não comentam com ela. Por exemplo, quando ela passa [pelas ruas] se ela é uma mulher que no trabalho dá bola pra todo mundo, mas é casada, eles nunca vão comentar, nunca! Muito pelo contrario eles respeitam. Mas quando ela passa, [os homens dizem]: “a vagabunda tá indo lá, olha lá.” A turma fica rindo por trás; “olha a vagabunda tá indo lá”, se ela é casada, “tá vendo lá?”. Ninguém comenta, nem com o marido, nem com ela (...), mas ela vira comentário (...). Agora, quando é uma mulher honesta também é comentário: “poxa vida mulher de fulano é bacana”, o próprio americano comenta. Eu já ouvi americano comentando: “eu queria ter a mulher que fulano tem, a minha mulher não vale nada. (...) o negócio da minha mulher é só ficar dentro de casa e gastando, mulher de fulano o ajuda. (...) ela trabalha junto com ele, os dois trabalham, lutam, o cara merece o que ele tem!” O brasileiro tem a mentalidade que a americana em si é vagabunda. Os americanos veem o homem brasileiro como “hardworker”, como homens que trabalham muito, pessoas que trabalham muito. (Vitor).

Antes de analisar a narrativa de Vitor, cabe apresentar também o relato de Antônio. O imigrante de 30 anos é casado com Brenda, de 33, e têm uma filha de 06. Antônio decidiu ir para os Estados Unidos quando ainda era solteiro, para tentar melhorar a sua condição material de vida. Diferentemente de Vitor, antes de imigrar, em 2004, Antônio ganhava um salário mínimo numa fábrica de móveis em Governador Valadares, havia terminado o ensino médio e planejou viajar para poupar algum dinheiro, realizar o sonho de comprar a casa própria, um carro e, além disso, queria voltar ao Brasil para fazer o ensino superior. Em 2009 a família retornou ao Brasil. Em uma passagem da entrevista, lemos:

O brasileiro nos Estados Unidos não é muito mal visto não (...) ele é sempre visto como trabalhador, tanto que se (...) tivesse outro homem de outra nacionalidade eles davam preferência para o brasileiro trabalhar, sempre foi assim com os brasileiros. A mão de obra dos brasileiros sempre foi muito valorizada não só economicamente falando, mas as pessoas te deixam muito feliz por você executar

um trabalho bem feito, os americanos sabem te agradecer, te elogiar. (...). Por exemplo, (...) eu faço móvel, quando eu chegava à casa do cliente [americano] e entregava a mercadoria, ele falava: “nossa como você conseguiu fazer isso? Tá lindo, perfeito! Exatamente o que eu precisava”. Aqui você faz um móvel e quando o entrega, a pessoa mal, mal fala que tá bom, que tá legal, entendeu? (...). Depois que eu morei nos Estados Unidos eu vi que no Brasil as pessoas desvalorizam muito o que você faz. (...). Eu acredito que a mulher brasileira é vista mais como, não sei se a mídia divulgou isso através do carnaval essas coisas, mas, sempre quando falam do Brasil falam que as mulheres são muito bonitas, mas sempre relacionado ao lado sexual. Eles acham as mulheres oferecidas, as mulheres que usam roupas mais curtas (...) eles veem a mulher como eles veem o carnaval por que eles não tinham, até então, muito conhecimento do Brasil então, viam no geral, como se fosse o Rio de Janeiro ali como eles veem o Rio de Janeiro na televisão entendeu? (Antônio).

Os discursos de Vitor e Antônio reproduzem muito da percepção dos/as demais entrevistados/as: a dimensão da construção da identidade étnica brasileira como povo trabalhador, em especial se comparada aos imigrantes de outras nacionalidades, inclusive as mais trabalhadoras que as pessoas nativas. Para Vitor, tanto brasileiros, quanto americanos, veem as brasileiras cujas atitudes não se enquadram no padrão de normatividade reservado às mulheres, particularmente, às casadas, de forma pejorativa: ou seja, são “vagabundas”. Por outro lado, a mulher brasileira que “é honesta”, é igualmente valorizada por todos, pois ela traz consigo o atributo de ser trabalhadora. Diferentemente da visão que alguns brasileiros têm, por exemplo, da mulher americana, tal qual mencionamos, acima, na leitura de José.

No discurso de Vitor, o adjetivo “vagabunda” assume significado diferente enquanto predicativo relacionado às mulheres americanas ou às brasileiras. Enquanto a primeira é caracterizada por não “ajudar” financeiramente o companheiro, “[ficando] em casa e gastando”, a segunda só é vista assim, de forma negativa, quando é a mulher casada que “dá bola pra todo mundo”. Chamou a minha atenção a atribuição de significado distinto ao “ser vagabunda”: uma é a mulher aquela que não trabalha e consome muito, a outra está sempre sexualmente disponível.

Para Lia Zanotta Machado (2004), antropóloga atuante na luta pelos direitos das mulheres, “o feminino no mundo relacional da honra [na sociedade brasileira], é o oposto no lugar de transição entre a *mulher honrada e a mulher vagabunda*. Não se trata, (...) de as mulheres escolherem ou serem postas nestas posições. É o feminino que se encontra inscrito nesta dupla posição” (MACAHADO, 2004, p. 71). Assim, a figura da mulher vagabunda é a daquela que não se submete “à lei” da ordem social masculina, na qual o homem situa-se num “ponto superior à própria ordem”. Esta imagem é então posicionada num ponto inferior da

normalização do “ser mulher”, construído hierarquicamente como uma “outra” complementar, sempre “a outra” do masculino.

A análise de Lia Zanota Machado aponta o quanto a construção histórica dos valores culturais, definidores do que se entende por masculino e feminino, constroem subjetividades que articulam e exteriorizam o masculino pelo controle e poder que exerce sobre os corpos e os comportamentos femininos. Isto tem sido desestabilizado por epistemologias feministas, as quais buscam criticar e desconstruir o masculino, tal qual este vem sendo constituído, aspecto que abordarei no Capítulo III deste trabalho.

A estudiosa feminista Tânia Navarro Swain (2004) argumenta que “o corpo investido pelo social enquanto feminino, em práticas concretas de violência e dominação, cria a experiência das mulheres, definidas em sexo e corpo...” (SWAIN, 2004, p. 184). Neste sentido, as mulheres são construídas pelo contexto social e pelo olhar masculino, o qual elabora táticas e estratégias que investem os corpos femininos como *locus* de controle social prático ou útil, conforme postula Susan Bordo (1997).

A partir destas reflexões, é possível afirmar que a construção do sentido do feminino implica a “necessidade” de mulheres, especialmente as casadas, cuidarem da maneira como se comportam no ambiente de trabalho, ou nas ruas, como enfatizou Vitor acerca de mulheres que “dão bola para os homens”. A honorabilidade da mulher recai, então, sobre o controle do seu corpo como instrumento simbólico estratégico do discurso político masculino. Por isso, a prática/identidade heterossexual feminina, em comparação com a masculina, é muito mais controlada, e a ela é imputada um número muito maior de prescrições e interditos.

Não obstante, a mulher dançarina de boate ou aquelas que usam roupas consideradas curtas e sensuais, as que exibem o corpo fora do padrão normativo do discurso masculino – e introjetado por muitas mulheres – são vistas na perspectiva do perigo, fortemente sexualizadas, pois estas visões são elaboradas em articulação com a noção da masculinidade que deve exercer o poder e o controle do feminino.

Assim, certas mulheres parecem oferecer risco pela possibilidade de traírem seus companheiros, ou de “tomar” os maridos de outras, facilmente cruzando a fronteira que demarcaria o que se entende por “honesta” e “desonesta”. Não é por acaso que em nenhum

dos depoimentos se menciona o “perigo” masculino. O homem, diferentemente da mulher, não aparece como ameaça, o uso de sua masculinidade não foi colocado sob suspeição nas narrativas coletadas. Ainda que, quando comparado ao homem norte-americano o brasileiro seja considerado mais machista.

Paralelamente, Antônio enfatiza, assim como outros entrevistados, a contribuição da mídia na difusão da imagem fantasiosa e sexualizada da mulher brasileira ligada ao carnaval. Contudo, o que me interessa destacar no discurso de Antônio é a comparação que ele traça sobre a valorização do trabalho nos Estados Unidos *versus* a desvalorização do mesmo no Brasil: para ele, um trabalho “bem feito” é reconhecido pelos/as clientes no primeiro país enquanto no segundo as pessoas “desvalorizam o que você faz”.

Ana Cristina Martes (1999) argumenta que “[é] olhando para o Brasil que [os imigrantes nos Estados Unidos] avaliam a sociedade americana. (...) vários aspectos considerados positivos nos Estados Unidos são justamente aqueles considerados negativos no Brasil e vice-versa” (MARTES, 1999, p. 153). O contraste aqui elaborado é ilustrativo do fato de que a vivência em contexto migratório provoca uma reavaliação dos valores e comportamentos no Brasil. A percepção de Antônio revela, assim, uma compreensão cultural dialógica, de quem viveu como imigrante, renovando os significados atribuídos aos valores/atitudes culturais país de origem.

Segundo Martes (1999), os/as imigrantes brasileiros/as nos Estados Unidos atualizam a sua memória do Brasil através de programas de TV, do acesso aos jornais brasileiros e também pelos telejornais e rádios brasileiras nos EUA. Além disso, em plano século 21, as interações através de redes sociais pela internet são importantes para manter as pessoas informadas sobre o que acontece por aqui. Parece-me que com o retorno ao Brasil, a memória cultural adquirida nos Estados Unidos é transposta para cá sob a forma de um conjunto de recordações que inspiram as avaliações feitas da terra natal. Afinal, conforme Antônio relata, foi apenas depois de seu retorno que este se deu conta da desvalorização de seu trabalho.

A narrativa de Ângela, companheira de Vitor, sobre a maneira como ela percebe que os americanos veem as brasileiras, confirma os dados de diferentes pesquisas preocupadas com a questão da identidade e da diferença em sociedades multiculturais e, mais uma vez,

aponta para a “exuberância” da sexualidade dessas mulheres. Esta postura da sociedade nativa, a qual homogeneiza e fixa a identidade dessas mulheres numa condição “racial/nacional” torna-se problemática, e até dramática, especialmente, para aquelas que, como Ângela, se veem caracterizadas pelos/as outros/as num sentido que contradiz a sua própria identidade. Ângela demonstra que a exaltação da pretensa “brasilidade” pode ser vista como um constrangimento por parte das mulheres “elogiadas”.

Os americanos acham que as mulheres brasileiras vivem peladas. Quando eles sabiam que eu era brasileira a primeira coisa que perguntavam é se eu ia dançar no carnaval. Quando eu fui pegar a cidadania americana o oficial me perguntou: você é do Rio de Janeiro? As mulheres de lá são lindas né? A gente fica constrangida demais, porque essa não era a minha realidade aqui no Brasil (Ângela).

O discurso articulado por Ângela revela que ela não incorpora simplesmente a perspectiva norte-americana sobre a identidade das mulheres brasileiras, antes, percebe-a, como uma marca negativa a qual não quer se vincular. A identidade das mulheres brasileiras atribuída pela sociedade americana – segundo Ângela – é marcada pelo signo da objetificação. Ela, por sua vez, recusa os rótulos que atrelam o coletivo heterogêneo das mulheres brasileiras à imagem homogeneizada do carnaval, o que vê aponta como motivo de constrangimento.

Este discurso sobre a mulher brasileira é criado num “regime de verdade”, de modo a construir corpos sexualizados para demarcá-los em estruturas de poder, onde o destaque é a domesticação do corpo feminino, não só como corpo sexuado, mas também a partir da representação de uma sexualidade particular desta mesma mulher. Os predicativos pretensamente elogiosos, usados para qualificar a interlocutora são, de fato, representações cristalizadas justificadoras das violências – concertas ou simbólicas – e da subordinação da mulher. Foucault argumenta que “[é] pelo sexo, como efeito, ponto imaginário fixado pelo dispositivo da sexualidade, que cada um deve passar a ter acesso à sua própria intelegibilidade (...) à totalidade do seu corpo (...) à sua identidade” (2005 v. I, p. 205).

Se por um lado a construção de estereótipos sobre as mulheres brasileiras sob o grifo da forte sexualidade pode ser visto como uma maneira de negar-lhes a inteligibilidade sobre

seu corpo ao infringir sobre elas uma feminilidade prévia, por outro, mulheres como Ângela demonstram reagir à representação que lhes é imposta. A indignação dela demonstra uma auto-representação que confronta subjetivamente a construção discursiva que engloba o coletivo diverso das mulheres brasileiras na dimensão da sexualização de seus corpos.

No entanto, o depoimento de outra entrevistada enfatiza a dimensão positiva dos adjetivos que compõem a identidade atribuída às brasileiras. Bárbara, 43 anos, toma posse dessa visão e, na disputa entre identidade e diferença, a rearticula numa outra chave: a identidade, neste caso, é vinculada à dimensão da diversidade, muito mais do que como marca da diferença com traços de negatividade. Ela foi casada durante 16 anos e há um ano se separou, tem duas filhas, de 13 e 11 anos de idade, e ambas vivem sob sua guarda. Ela imigrou muito jovem, aos 17, logo que terminou o ensino médio, em 1987, por decisão de sua família. Sua mãe a levou pessoalmente até o destino e ela ficou morando com as duas irmãs mais velhas que haviam migrado antes dela.

O bom de ser do Brasil, é que quando você fala que é brasileira todo mundo acha que é festa, pensam em coisas boas. O Brasil é relacionado à felicidade, a alegria. Nós temos boa fama de trabalhadoras, honestas e lutadoras. Pela nossa alegria e a nossa cor, eles pensam que somos mais namoradeiras que as americanas, somos vistas como sensuais. Carregamos um pouco dessa sensualidade do Brasil. Eu acho que toda regra tem exceção e ninguém devia julgar um por todos, eu sinto que isso não está certo. Mas, ao mesmo tempo, nós gostamos de andar bem arrumadas, não gostamos de vestir um jeans e sair. Ok, a nossa cultura é assim, se você não aceitar tem quem aceita. Antigamente eu achava que estava errado, mas agora eu não acho. Cor e beleza fazem parte da nossa cultura. Hoje em dia eu não fico mais desconfortável, eu me sinto feliz por saber que a mulher brasileira é considerada mais alegre, mais bonita, mais sensual. Eu quero andar bem arrumada, eu quero mostrar tanto a minha beleza quanto a do meu país. Ser brasileira me faz bem, me cuidar e ver a minha raça se cuidando me faz bem. Isso facilita porque (...) você tem que fazer o melhor que pode em todas as áreas, seja no serviço, seja nos cuidados com você. Se trate bem, coma bem, se vista bem. Não é que eu queira estar sensual, mostrando o corpo, mas eu acho importante investir em mim mesma, pela minha família, pelas minhas filhas, eu acho que vale a pena (Bárbara).

Bárbara utiliza, de forma estratégica, os atributos ligados à “raça” e à nacionalidade numa chave positiva e os transforma em marcas identitárias que atuam a seu favor: “Ser brasileira” está relacionado a se “cuidar, ser alegre, bonita, sensual e a fazer o melhor que se pode” com tais predicados, o que passa pelos cuidados com o corpo, pois “facilita”. Ainda assim, aparece em seu relato a necessidade imposta de se controlar o corpo da mulher quando diz, “não é que eu queira estar sensual, mostrando o corpo”.

A articulação simbólica do processo de identificação elaborado por Bárbara se manifesta circunscrito em redes de significação: “ser melhor em todas as áreas” equivale a cuidar do corpo, da alimentação, do trabalho que se executa, tudo isso implica em investimento em “si mesma”. Afinal, “cor e beleza” fazem parte da cultura brasileira, funde-se na sua fala, a representação da mulher brasileira com a beleza do seu país, ambos/as belos/as, alegres e coloridos/as. Contudo, aqui, a vinculação desta beleza com o exotismo de sua terra natal, ao contrário das falas anteriores, é articulada de maneira positiva.

Em sua assertiva, Bárbara reconhece que este discurso a posiciona de algum modo. Ao mesmo tempo, ela subverte o “regime de verdade” ao qual os/as demais depoentes se apegam ao reproduzirem a visão das pessoas nativas americanas sobre as imigrantes, resignificando esta visão. Dessa forma, ela articula outra leitura do que porventura venha a definir a mulher brasileira.

A afirmação identitária de Bárbara, ao declarar seu orgulho em ser brasileira, parece-me denunciar o reconhecimento da existência de preconceito, discriminação e exclusão, nas diferentes dimensões sociais presentes no país de acolhimento, aos quais as mulheres brasileiras estão submetidas. Acredito que não exista a necessidade de se arrogar este orgulho nos termos em que ela o faz quando nos sentimos plenamente incluídos/as social e culturalmente. Ela afirma: “... a nossa cultura é assim, se você [se refere à sociedade de destino] não aceitar tem quem aceita. Antigamente eu achava que estava errado, mas agora eu não acho”.

Esta fala revela a luta simbólica contra a atribuição social de valorização negativa à diferença e a articula na chave da diversidade. Neste caso, diferença/diversidade não se dão no sentido da sociedade nativa em relação à imigrante, conforme Eriksen (1996) aponta ao estudar a sociedade norueguesa, mas é Bárbara que inscreve esta reversão.

A identidade, a que Bárbara se descreve, enfatiza instâncias da brasilidade transportadas consigo ao país de recepção, sua identidade se constrói, em interação com a sociedade inclusiva, ela “negocia” o atravessamento de fronteiras e elabora sua auto-representação de forma contingente e específica, de acordo com o contexto, mas principalmente, tendo em vista a maneira como ela interpreta o mundo ao seu redor. Ao perguntar a Bárbara se, em alguma

circunstância, ela presenciou alguém da comunidade brasileira queixar-se de discriminação ou se ela mesma já havia se sido discriminada, sua resposta foi a seguinte:

Sim, bastante. A primeira vez que me senti discriminada foi quando eu estava chegando num prédio muito chic em que eu trabalhava e fui apertar o interfone para o porteiro abrir a porta. Neste dia vinha alguém na minha frente que abriu o portão e eu ia entrando com ele. Ele segurou o portão e não me deixou entrar. Foi a primeira vez que eu me senti discriminada, ele achou que eu tinha cara de espana. Na faculdade, por eu não saber me expressar como um americano, pois meu inglês tem acento [sotaque] brasileiro as pessoas achavam que eu não era inteligente o suficiente, eles não paravam para esperar eu parar de falar. Às vezes tinha um americano falando abobrinha e todo mundo deixava ele falar. Eu sentia discriminação nessa parte. Era muito difícil porque os americanos tem um sentido de humor, como todo mundo, muito relacionado com a cultura deles, eles são muito ligados como que acontece com os atores de TV, como eu não assisto novelas, não tenho tempo para ver TV, nem brasileira e nem americana, eu estou entre as duas culturas, eu não tenho como seguir exatamente [uma ou outra]. Muitas piadas que eles fazem eu não entendo, às vezes está todo mundo rindo e eu estou lá boiando (Bárbara).

Bárbara tem a pele “morena”, baixa estatura e cabelos lisos, daí ela ter afirmado que a discriminação sofrida, não reside no fato de ela ser brasileira, mas em razão da sua aparência, que a teria levado a ser confundida com as hispânicas. Contraditoriamente, ela também relatou que em decorrência do seu sotaque brasileiro ela se via discriminada na faculdade onde cursou enfermagem. Sua assertiva sinaliza que no processo de inserção/integração à sociedade americana se vivencia diferentes formas de discriminação. Eu perguntei como era estar “entre duas culturas”.

Quando eu vou às festas dos brasileiros eles dizem para mim: “Ah, a americana chegou na hora” [em referência a sua pontualidade]. Quando vou à festa do americano eles dizem: “Ah, não chegou na hora é brasileira”. Eu estou sempre adiantada para os brasileiros e sempre atrasada para os americanos (Bárbara).

E como você se sente? Perguntei:

(Risos) Meu sarcasmo ninguém entende, nem o americano nem o brasileiro. Mas eu estou sempre morrendo de rir deles. Fico fora, não entro. Eu ainda não consegui achar um brasileiro que está no mesmo nível [que eu]. Eu adoro *Health Care*, gosto muito da área de saúde e, é muito difícil encontrar alguém com esse tipo de interesse. Mas eu sinto que quando eu encontro brasileiros com esse interesse, a competição está muito grande é mais competição do que colaboração (Bárbara).

Bárbara sente-se na fronteira entre brasileiros/as e americanos/as. Com os/as primeiros/as ela não se identifica completamente, por se encontrarem abaixo seu nível de instrução e, conseqüentemente, não comungam dos seus interesses. Ela é enfermeira e a maior parte das pessoas brasileiras com quem ela convive, trabalham na área da faxina ou em outros empregos do mercado secundário. As pessoas que têm os mesmo interesses na área da saúde - onde ela atualmente trabalha, depois de duas décadas atuando como faxineira- seriam muito competitivas, situação que ela atribui aos indivíduos mais do que à sociedade inclusiva. O seu nível de escolaridade é o elemento que a posiciona “acima” dos/as seus conterrâneos/as, ao mesmo tempo em que é o motivo pelo qual ela sofre discriminação por parte de sua própria comunidade.

Tampouco ela se sente incluída na sociedade americana com a qual convive, seja em razão de seu sotaque, do não domínio de determinados códigos locais – como, por exemplo, as sutilezas dos significados do humor – e também, porque seus/suas colegas de faculdade a veem como brasileira, portanto, “menos inteligente” que os/as nativos/as. A expressão: “estou sempre adiantada para os brasileiros e atrasada para os americanos” é ilustrativa deste entrelugar que ela acredita ocupar naquele contexto. Ela se sente estigmatizada em ambos os grupos, neste caso, a diferença parece ser o principal elemento nas suas interações sociais, seja com o seu grupo de origem ou com a sociedade abrangente.

No entanto, é preciso enfatizar que ela não se deprecia quando faz referência à comunidade brasileira, em relação a qual ela sente alguma superioridade. No que tange ao convívio com os/as americanos/as da faculdade, a discriminação se expressa na impaciência das/os colegas/as em deixarem-na falar, enquanto outros/as colegas americanos/as contavam com a complacência da audiência mesmo quando falavam algo que ela julgava irrelevante. A narrativa de Bárbara torna perceptível o quanto a sociedade de destino impõe barreiras difíceis de serem ultrapassadas. Mesmo dizendo que valoriza a sua “raça”, não parece haver reciprocidade na sua relação com os/as colegas de faculdade norte-americanos/as.

As ambigüidades características destes processos criam identificações movediças. No caso de Bárbara, ela se sente no meio: nem completamente identificada com os/as brasileiros/as e, menos ainda com os/as americanos/as. Não há uma adaptação precisa a uma totalidade, mas um processo de articulação. Conforme Hall, a identificação “envolve um

trabalho discursivo, o fechamento e a marcação de fronteiras simbólicas, a produção de ‘efeitos de fronteiras’. Para consolidar o processo, ela requer aquilo que é deixado de fora (...). O exterior que a constitui” (HALL, 2007, p. 106).

Ao relatar uma das situações em que se sentiu discriminada Rose 50 anos, a quem eu me referi acima como a companheira de Túlio, aponta para o significado que a discriminação, na sua perspectiva assume nos Estados Unidos. Ela afirma que para os/as americanos/as ela é considerada negra - categoria com a qual ela não se identifica-, pois “eles olham muito a cor da pele e o cabelo”. Segundo Rose, a discriminação que ela sofreu, apontada no relato que se segue, não é racial, mas de classe.

Antes de passar à fala de Rose, é preciso esclarecer que ela tem uma filha de dezessete anos, nascida nos Estados Unidos. Quando a conheci, no início de 2014, a adolescente já havia concluído o ensino médio. Quando, em qualquer situação, sua filha é precisa indicar sua “raça”, ela recomenda que a adolescente se classifique, estrategicamente, como “black”. Assim, Rose manipula a identidade da filha de maneira positiva, pois a menina passa, então, a poder usufruir de quaisquer vantagens ligadas a esta identificação, como é o caso, por exemplo, da educação mediante à inserção nas quotas de ações afirmativas. Ao mesmo tempo, Rose enfatiza que a filha “não é black”:

As pessoas pensam que não, elas acham que os americanos são pessoas de outro mundo, mas eles nos discriminam. Por exemplo, eu para eles sou preta, para o americano você tem que ter o olho claro e ser rosa, não é nem branco, é rosa. Eles olham muito a cor da pele e o cabelo, mas a discriminação não é por questão racial. Eu trabalhava numa casa, há uns 18 anos atrás, e a patroa era uma senhora idosa e aí chegou o filho dela com a esposa e os filhos, na hora de pegar as malas no carro, ela [a patroa] achou que eu deveria buscar as malas, eu falei: não uai! Eu estou aqui para limpar a sua casa. Se ela tivesse me pedido o favor de ajudar a carregar as malas teria sido diferente. Mas quando a nora foi pegar as malas, ela [a patroa] falou: “deixa que ela [Rose] pega. Eu falei: não. Eu senti que aquilo foi discriminação: se ela é a serviçal ela deve pegar as malas. Eu até pegaria se não fosse a forma como ela falou. Mas nem por isso eu deixo de gostar desse país. (...). Eu falo com a [filha] para colocar sempre que ela é preta em tudo. Mas não é que eu considere ela preta, mas a condição que o mundo está oferecendo hoje, se você é preta você tem as cotas, tem as vantagens na faculdade, tem as vantagens em tudo. Ela não é black, mas eu coloco que ela é. Na minhas documentações eu não preciso fazer isso, eu coloco brazilian, mas ela eu coloco black. (Rose).

Este depoimento traz implicitamente os valores classificatórios difundidos no Brasil e, no destino, ela os usa para o confronto com as classificações locais. No entanto, de acordo com as contingências, Rose utiliza-se, de modo instrumental, da lógica de classificação norte-americana, baseada na “gota de sangue” (MARGOLIS, 2013) ou na ancestralidade para

usufruir das oportunidades oferecidas nos Estados Unidos. De maneira que Rose, ora nega, ora afirma o valor da identificação de sua filha como negra.

A construção do sujeito em contexto migratório baseia-se em experiências pessoais e se expressa na disputa pelas condições de vida material e de (re)elaboração prática dos significados simbólicos, evidenciadas na contestação das normas e valores naturalizados no país de destino, os quais legitimam as desigualdades e a dominação. Entretanto, ao imigrar, as pessoas levam consigo os valores do país de destino que serão articuladas nas suas interações sociais. Quando solicitei a Rose que se classificasse quanto à “raça” e etnia, ela afirmou: “sou mista, minha avó é índia”. No Brasil, ela se identifica como “índia”, mesmo que possua um fenótipo que o senso comum julgaria como característico de pessoas negras, ela não se sente impelida a se compreender como tal.

Ao longo do processo de imigração, não apenas problemas de ordem econômica são enfrentados, mas também quanto à questão de quem essas pessoas são, pois são defrontadas com novos valores, novos agentes sociais e novas necessidades, o que as levam, muitas vezes, a rearranjarem a sua identidade social. Imigrantes brasileiras/os no EUA têm de lidar com uma questão que raramente os preocupam no Brasil, a saber, o problema da etnicidade que atravessa o sistema institucional norte-americano.

No Brasil, a identidade brasileira é pressuposta, algo que quase nunca é expressa, pois as pessoas com quem se convive são brasileiras e, a referência identitária é normalmente marcada pela cidade; região de origem ou classe econômica (MARGOLIS, 2008). Nos Estados Unidos, os/as brasileiros/as são geralmente vistos como pessoas oriundas de uma terra distante e exótica, são estrangeiros/as marcados/as por diferentes estereótipos.

A construção da identidade de brasileiros/as nos Estados Unidos passa pela distinção entre as pessoas do mesmo grupo étnico. O antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira argumenta que a identidade étnica é “uma afirmação de nós contra os outros (...) é afirmada ao negar o outro...” (CARDOSO de OLIVEIRA, 1976, p. 8), assim, ela é relativa. Segundo Margolis (2003), a identidade de imigrantes brasileiros/as nos Estados Unidos “... é construída em parte, por algo que [a autora chama] de uma perspectiva não somos como eles”

(MARGOLIS, 2003, p. 288). Neste sentido, “não somos como eles” é uma maneira de marcar tanto as diferenças sócio econômicas, quanto a etnicidade.

Uma vez nos Estados Unidos, muitos/as os/as imigrantes, em determinados contextos, se esforçam para se diferenciarem dos/as “outros/as” que eles/as consideram ocupar espaços mais baixos na hierarquia social. Deste modo, lançam mão da sua língua, de elementos da sua cultura e de formas de comportamento como marcadores de diferenciação étnica. Os/as “outros/as” podem dizer respeito aos conterrâneos/as, porém, o mais habitual é eleger como “outro/a” um grupo de imigrante, mais comumente o *hispanico/a*.

É importante realçar que a categoria *hispanico/a* não é uma classificação familiar aos brasileiros/as. Outra categoria social em que normalmente os/as brasileiros/as são incluídos/as nos Estados Unidos é a latina⁴³, ambas, carregadas de um forte estigma social. Segundo Bernadete Beserra (2007), a construção histórica da identidade latina naquele país está conectada a imigração; a estratificação social, pois os latinos são identificados com as classes sociais mais pobres e a um *status* social inferior. Quando os brasileiros imigram se deparam com um discurso de desvalorização de sua origem independente da classe social a que pertençam, de modo sempre lidam com a discriminação, assim os/as brasileiros/as temem se identificar com os latinos porque o significado anexado a eles nos Estados Unidos é de inferioridade econômica e social.

Quando questionados/as sobre como eles/as se classificam quanto à “raça” e a etnia, sem solicitar que usassem qualquer esquema classificatório, seja os usados no Brasil ou nos Estados Unidos, algumas pessoas, assim como Rose, espontaneamente se classificaram de

⁴³ Segundo o historiador inglês Leslie Bethell (2009) a expressão América Latina/ “Amérique Latine” foi criada por intelectuais franceses no século XIX, para ratificar o colonialismo da França no México na época da dominação de Napoleão III. Os franceses arrogavam uma afinidade linguística e cultural e uma pretensa unidade entre os “povos latinos” que habitavam os países da América espanhola, e a França, a quem caberia a liderança e a defesa daqueles contra a dominação anglo-saxã, particularmente, dos Estados Unidos. O termo passou a ser usado por políticos e intelectuais dos países da América Latina de língua espanhola, assim como era usado por seus pares na França e na Espanha, no entanto, nenhum deles incluía o Brasil como um país latino americano. O Brasil passou a se reconhecer como um país da América latina entre as décadas de 1920 e 1930 e, mais especificamente, durante a II Guerra e a Guerra Fria, quando os Estados Unidos, a Europa e o restante do mundo passaram a incluir o Brasil na categoria *Latin America*. Nesta época, os intelectuais dos países hispano-americanos passaram a se referir também ao Brasil em sua noção de América Latina, e alguns poucos brasileiros passaram a se reconhecer como latino-americanos.

maneira dupla, ou seja, estabeleceram uma diferenciação entre sua postura quando estão no Brasil ou nos Estados Unidos.

As respostas obtidas na região de Boston, onde colhi quatorze depoimentos, variam: dois homens se definem brancos; um moreno; uma das mulheres se reconhece mestiça; outra como parda; uma das colaboradoras não se classificou. Duas mulheres se mostraram indecisas quanto ao que dizer: “sou latina, mas acho que nem é” (Beatriz). “Raça aqui é um problema, a gente coloca [quando ela é chamada a se classificar] “espano”, mas eu acho que eu sou brasileira, sou mestiça” (Samanta).

Nos Estados Unidos, os diferentes grupos de imigrantes são convocados a se identificar etnicamente e, nem sempre os/as brasileiros/as se sentem à vontade com a forma como são etnicizados/as lá, como demonstram os depoimentos de Rose, Beatriz e Samanta. É o que acontece, por exemplo, quando são incluídos/as na categoria *hispânicos* ou latinos.

Segundo Ana Cristina Martes (2003), os/as imigrantes brasileiros/as de primeira geração residentes na região de Boston, geralmente, sentem desagrado ao serem incluídos na categoria *hispanics*, entretanto, muitos/as se identificam como latinos. É o que acontece com Túlio que se afirma como “latino e moreno”. Lúcio se classifica como “Mameluco, mais pra preto do que pra branco”, neste caso ele se utiliza das categorias múltiplas de classificação comuns no Brasil.

Rafaela se percebe como “brasileira e parda”. Bárbara, como “brasileira e branca, aqui sou brasileira, no Brasil sou branca”. Ambas usam as categorias brasileiras aliadas à identidade nacional. Estas maneiras de se autodefinir, demonstram o quanto as práticas transnacionais dos/as imigrantes são marcadas pelas conexões entre a terra natal e o país de destino. As pessoas muitas vezes repelem as taxonomias dicotômicas: branco X negro, em favor de gradações sutis de classificação: como “mameluco mais pra branco que para preto”, pardo/a, moreno/a e etc.

Quanto à classificação racial, os brasileiros/as são considerados/as, nos Estados Unidos, como negros ou não brancos – *Non Whites* –, no entanto, preferem se identificar como Brancos ou *outros*. Os brasileiros e as brasileiras tendem a afirmar a sua identidade nacional em detrimento da identidade étnica, essa sobreposição da identidade nacional à

étnica torna-se mais clara em situações que envolvem “variável geracional, quando imigrantes buscam proteção contra o preconceito que, não raras vezes, as classificações étnicas impõem e, (...) em situações restritas a auto-identificação [ligadas] à expressão de uma identidade individual e não coletiva” (MARTES, 2003, P. 76).

No quesito “raça”, Martes (2003) afirma que os/as brasileiras/os a aliam a identidade nacional, na medida em que o Brasil é considerado pelos/as entrevistados/as como um país miscigenado, em decorrência da constituição “racial” no Brasil, cujas origens são diversas – nativos/as indígenas; europeus; negros/os e asiáticos/as – além disso, com os casamentos interétnicos, bastante comuns, fica difícil identificar o/a brasileiro/a tanto pela cor da pele, quanto pela compleição física.

Como os/as imigrantes nos EUA vêm de diferentes regiões do país, a heterogeneidade racial e étnica, presente por aqui, tende a se reproduzir no país de destino. Deste modo, as afiliações escolhidas pela maior parte dos/as entrevistados/as brasileiros/as tende a ser: *Whites* ou *Others*, pois, os/as brasileiros/as assimilam estas alternativas como inclusivas, por fazerem referência à nação. “Raça”, neste caso, não confronta a identidade nacional, como acontece com a categoria *latino/a* que é vista como exclusiva (MARTES, 2003, p. 76-79). No contexto desta pesquisa, Túlio se classificou como latino e brasileiro, ou seja, ela associou a identidade nacional com a taxonomia “exclusiva” latina.

Eu também requisitei às pessoas entrevistadas em Governador Valadares que se identificassem quanto à “raça” e à etnia: das vinte e oito pessoas que colaboraram com a pesquisa, onze delas se classificam brancas/os; três como pardas; quatro, mestiços/as ou mistos/as; duas “indígenas” – uma delas indagou, “sou mameluco, raça de indígena, né?” (André). Me chamou a atenção o fato de que quase a metade dos/as entrevistados em Governador Valadares se disseram brancas, enquanto apenas duas pessoas, dentre as 14 entrevistadas nos EUA se identificaram deste modo.

Uma hipótese possível de se levantar é que o contato com a sociedade de destino parece criar uma autopercepção marginalizada dessas pessoas, fazendo com se projetem como “o/a outro/a”, em um sentido pós-colonial do termo, o que precisaria ser verificado através de uma pesquisa específica. É preciso considerar também que esta categorização pode não

coincidir com o que veem as outras pessoas. Neste caso, outro dado se coloca: talvez isso se dê no processo de etnização desses/as imigrantes logo que chegam em seu destino. Como Rose falou acima, “... para eles sou preta, para o americano você tem que ter o olho claro e ser rosa, não é nem branco, é rosa. Eles olham muito a cor da pele e o cabelo...”. Esta noção, de que nos Estados Unidos, ou se é branco/a ou se é negro/a, foi apresentada no conjunto das entrevistas, inclusive naquelas feitas em Governador Valadares. Várias vezes me deparei com a observação de que, muito embora não se reconhecessem como tal, muitas dessas pessoas eram consideradas negras no país de acolhimento.

Tânia e José, residentes em Governador Valadares que se classificaram moreno/a, comentaram a opção. Apesar de serem irmã e irmão com um fenótipo bem próximo, a “tonalidade da cor de suas peles” é interpretada de maneira diversa. Ao passo que a primeira afirma ser “morena mais pra negra do que pra branca” (Tânia), ele deixou explícito o seu preconceito em relação aos/as negros/as. Em suas palavras,

Não me sinto preto, tenho alergia de preto (...). Meu pai era mais escuro que eu, mas tinha do cabelo corrido [liso] (...) ele não gostava de preto de jeito nenhum e, eu também não gosto. Acho que sou moreno, não me considero preto não (...) (José)

Por outro lado, quatro pessoas se consideram negras e uma delas, em especial, comentou a opção, utilizando-se de um argumento diametralmente oposto ao de José. Segundo Raul, “sou da raça negra. Minha raça é excelente e linda, esse negócio de moreno, passou das seis da tarde [alusão a “cor da noite”], não é moreno nada”. Esta postura alinha-se a de movimentos sociais e ao ativismo atual, os quais preconizam a valorização instrumental da identidade “negra” como estratégia identitária.

Sem pretender aprofundar a reflexão sobre as complexidades relativas aos estudos do racismo no Brasil, gostaria apenas de mencionar que as classificações designadas pelas colaboradoras da pesquisa podem ser pensadas segundo os valores constituintes do ideário do “branqueamento” criado e difundido no Brasil, os quais são, também, transportados pelos/as migrantes ao país de destino.

Hofbauer (2011), ao refletir sobre a construção histórica do funcionamento do racismo à brasileira⁴⁴, aponta para a construção simbólica desta “ideologia do branqueamento”, que oferece a possibilidade de resistência contra a pretensão de se fixar as fronteiras entre “raça” e “cor”, na medida em que “propõe negociações contextuais das fronteiras e das identidades (...) e faz com que as pessoas procurem se apresentar no cotidiano como mais brancas” (HOFBAUER, 2011, p. 14-15).

Neste sentido, a presença do ideário do “branqueamento” – apesar dos posicionamentos em contrário, como o discurso do Movimento Negro atual e as proposições de intelectuais dedicados/as ao assunto, que defendem o “essencialismo estratégico” das diferenças como a forma de lutar contra o racismo – se expressa como “uma espécie de pano de fundo ideológico, sobre o qual outros discursos, outras concepções de ‘negro’ e ‘branco’ vão se sedimentando” (HOFBAUER, 2011, p. 16). O autor argumenta que não existe um *ethos* brasileiro desarticulado das “relações raciais”, e ainda que nem “raças” nem “cores” têm existências por si mesmas, seu significado é dependente das ideias e dos valores culturais.

Portanto, esta ideologia é acionada quando não se quer marcar a “raça”, especialmente, a negra, como elemento identitário. Das vinte e oito pessoas entrevistadas em Governador Valadares, treze delas se autorepresentam numa variação de pardas, mestiças, indígenas/mameluca e morenas: taxonomias complexas, características do Brasil, onde “raça” não tem uma expressão bipolarizada.

Aqui se define “raça” pela “... aparência e não pela genealogia” (Nogueira apud FRY, 2005, p. 222). Uma vez que da perspectiva da noção de branqueamento, o status social é

⁴⁴ Hofbauer afirma que o racismo brasileiro é uma construção sócio-histórica e cultural específica e se distingue dos racismos europeus (sejam os históricos – nazismo- ou, os mais recentes, ligados a não integração ou à resistência aos valores preconizados pela União Europeia); dos Estados Unidos e da África do Sul. Ele argumenta que no início da colonização do Brasil, as categorias de negro e branco não eram “racializadas”, antes se vinculavam a noções morais e religiosas e não a fenótipos ligados a cor da pele. Segundo o autor o termo “negro” designava também os povos indígenas que habitavam o Brasil na época da chegada dos portugueses. Ao analisar o registro de viajantes que visitaram o Brasil no séc. XIX ele aponta a construção simbólica de uma “ideologia” que passou a ser denominada de “branqueamento”. Apesar das mudanças históricas pelas quais o Brasil passou, esse ideário persiste e “... funde *status* social elevado com a ‘cor branca ou ‘raça branca’ e projeta a possibilidade de transformação da cor da pele [ou] da raça” (HOFBAUER, A. In: andreashofbauer.files.wordpress.com/2011/08/rac3a7a-cultura-e-identidade-texto-publicac3a7c3a3o2-congr-ufscar).

associado/fundido com a “cor”/ “raça” branca - conforme mostrou Hofbauer - é possível sugerir que as pessoas acionam classificações mais “desbotadas” como uma intenção, consciente ou não, de se associarem a raça branca.

Nesta seção, discuti os processos de constituição e mobilização da identidade de valadarenses nos Estados Unidos de acordo com as interpretações de pessoas imigradas e retornadas. Os depoimentos coletados apontam para construção/articulação da identidade no país de destino de forma complexa, pois os posicionamentos dos/as entrevistados/as implicam em identificações e (des)identificações, de acordo com as representações prévias existentes no país de imigração. Estas, por sua vez, atuam simbolicamente na classificação sócio-cultural e, conseqüentemente, impactam as subjetividades dos/as envolvidos/as. Deste modo, as pessoas articulam suas identidades de maneira circunstancial e elaboram “jogos identitários” nem sempre fáceis de desvelar.

Ao chegar ao país de destino, as pessoas encontram um conjunto de rótulos sobre seu grupo étnico, com os quais devem lidar. Porém, a relação que se estabelece nem sempre é de aceitação passiva. Algumas mulheres brasileiras, ao se depararem com a perspectiva fortemente sexualizada a seu respeito, reagem e se posicionam de maneira distintiva das demais na forma de se vestirem e de se comportarem, em decorrência da representação negativa, por parte da sociedade estadunidense, a seu respeito. Neste caso, se aceita a avaliação da sociedade nativa, ainda que não estabeleçam uma relação acrítica a ela. Em outros casos, a negação da identidade atribuída se manifesta na forma de indignação e, ainda, há quem use a identidade atribuída de maneira instrumental, de forma a manipulá-la a seu favor.

A avaliação que os/as brasileiros/as fazem de si em comparação com os/as outros/as – hispânicos/as e estadunidenses – comporta estereótipos positivos sobre si mesmos: eles/as seriam mais trabalhadores/as, mais caprichosos/as, mais limpos/as e, assim por diante, do que as pessoas desses dois grupos. Esta é uma maneira de articular positivamente a identidade ao se confrontar a diferença. Ao mesmo tempo, atribuições negativas são ressignificadas em um sentido positivo, o que favorece o fortalecimento da auto-imagem do grupo de brasileiros/as nos Estados Unidos, que articulam estes rótulos como ferramentas de poder para afastar

“os/as outros/as” do núcleo das suas representações, através de fronteiras simbólicas e/ou objetivas, onde se inclui uns no interior do grupo e se exclui outros.

Os discursos das pessoas entrevistadas apontam para a dimensão da construção da identidade de maneira estratégica que, ora aparecem marcadas pelo signo da diferença, ora pelo signo da diversidade. Não obstante, determinados sujeitos da comunidade brasileira nas cidades da região de Boston, articulam e ressignificam a atribuição da diferença no viés da diversidade quando resignificam a representação vigente na sociedade de acolhimento a seu respeito. Assim, atributos, cujos sentidos são negativos, são apropriados e reinterpretados numa chave positiva, contrastando identidade/diversidade com diferença.

2.2.1- Identidade e autonomia de mulheres imigrantes

Um dos questionamentos feitos às pessoas entrevistadas diz respeito a como as mulheres e homens percebem as relações de casais com quem convivem ou conviveram nos Estados Unidos. Quando iniciei o trabalho de campo em Governador Valadares, no decorrer das conversas sempre surgia algo que remetia à mudança de postura das mulheres imigrantes casadas, de maneira geral, sem necessariamente relacionarem tais câmbios às mudanças ou permanências das relações entre os próprios casais entrevistados.

Acredito que esta seja uma questão relevante para se ter parâmetros que permitam uma reflexão comparativa entre aquilo que os/as colaboradores/as da pesquisa atribuem a seus próprios relacionamentos – o que será analisado no próximo capítulo – e a forma como eles e elas percebem os relacionamentos dos casais brasileiros/as nos Estados Unidos. A leitura que as pessoas fazem de outros relacionamentos reflete a atribuição de significado às suas próprias vivências. Em síntese, intenciono perscrutar como estas pessoas pensam as particularidades de suas vivências em relação à sua visão sobre os casais da comunidade mais ampla de imigrantes brasileiros/as.

Segundo a socióloga Pierrete Hondageneu-Sotelo (1994), em sua pesquisa com imigrantes mexicanos/as indocumentados/as nos Estados Unidos, a inserção neste fluxo migratório leva as mulheres a reavaliarem os códigos tradicionais de gênero e frequentemente emergem relações mais igualitárias, uma vez que elas entram para o mercado de trabalho, tendem a alcançar maior independência e autonomia pessoal em relação a seus parceiros.

Além disso, o processo migratório afeta homens e mulheres diferentemente, o que gera novas formas de negociação do gênero.

A socióloga Sara Poggio (2007), em seu estudo feito com mulheres e homens Salvadorenhos na área chamada de *El corredor Washington-Baltimor*, identificou que, do ponto de vista das relações familiares, cada membro tende a fazer uma avaliação individual do processo de imigração. A autora, em consonância com a pesquisa de Hondageneu- Sotelo (1994), relata que a entrada destas mulheres no fluxo migratório teve como consequência a mudança nas relações de poder no interior das famílias. As mulheres se tornaram mais autônomas quanto à tomada de decisões individuais e elevaram a sua influência tanto nas decisões domésticas, quanto naquelas que envolvem dinheiro, pois nos Estados Unidos, sua atividade laboral permite maior independência financeira e, conseqüentemente, maior segurança econômica. Os homens salvadorenhos, por seu turno, têm maior dificuldades em conseguir trabalho se comparados às mulheres, o que os leva à perda de privilégios no interior de suas famílias e na relação com suas companheiras.

Para a antropóloga Jennifer Hirsch (1999), as mulheres do oeste mexicano, assim como as suas compatriotas imigradas em Atlanta, expressam a auto-percepção sobre suas vidas resumida na seguinte frase: “A mulher manda no norte”. Esta visão remete as transformações na vivência das mulheres, do oeste mexicano, ao compararem as suas vidas com a experiência vivida por suas mães ou avós. Ela, no entanto, não atribui as transformações a um processo de americanização da cultura mexicana. Antes as ligam ao fato de que as mulheres mexicanas não se permitem mais serem dominadas pelos seus parceiros como aconteciam com as suas ancestrais. Hirsh se pergunta se o maior poder alcançado pelas mulheres não estaria relacionado mais às mudanças históricas no país de origem do que à inserção no processo migratório.

Os/as entrevistados/as afirmaram, espontaneamente, que ao migrarem para os Estados Unidos, muitas das separações acontecem em decorrência da maior liberdade alcançada pelas mulheres. Esta está ligada à maior autonomia financeira das mesmas, mas também, se relaciona ao fato de que os homens não conseguem lidar com esta independência conquistada. Nem sempre as mulheres que colaboraram com a pesquisa veem esta autonomia financeira de maneira positiva, ou libertadora. Os homens, da mesma maneira ambígua, ora se referem à

autonomia das mulheres por um viés positivo, ora a interpretam como fato que atrapalha o relacionamento do casal.

Beatriz, por exemplo, é casada há 11 anos com Vinícius, participante anteriormente mencionado. Ela tem 43 anos e um filho de 19 anos de um relacionamento anterior, quando ainda morava no Brasil. O casal tem um menino de 11 anos, nascido nos Estados Unidos. Ela migrou em 2001, após perder o emprego de secretária em um escritório de advocacia, que lhe pagava um salário mínimo por mês. Eu perguntei a Beatriz como ela percebe a vivência dos casais com os quais convive em Boston. Inicialmente ela disse que não via qualquer diferença entre a vida dos casais no Brasil e nos Estados Unidos, porém, no decorrer da conversa, ela deu o seguinte depoimento sobre um casal amigo:

Aqui a mulher trabalha, ganha seu dinheiro e se mantém sozinha. Eu conheço muitos casais que praticamente é a mulher que sustenta a casa, ganha mais que os homens, muitas mulheres sozinhas se mantendo com carro. Isso altera a vivência do casal, a mulher ganha mais que o homem, o homem vai folgando muito para cima da mulher [a mulher acaba assumindo a maior parte das despesas da casa] e a ela acaba separando. Eu tenho uma amiga que trabalha e ganha bem, ela está com um rapaz que não gosta muito de trabalhar, ele acaba enganando ela falando que não tem dinheiro, então ela arca com tudo. Vai chegar um dia que ela vai acabar largando ele. Mesmo as mulheres trabalhando mais e ganhando mais, as tarefas domésticas ficam sempre para nós, pelo menos é assim com os casais que eu conheço (Beatriz).

É importante frisar, conforme Debiaggi (2003), que existem situações em que as relações entre os casais se transformam, em decorrência da mudança de comportamentos, particularmente dos homens, que se comprometem mais com o cuidado com os/as filhos/as e participam mais ativamente das tarefas domésticas. Fato que, para a autora, resulta da influência da esfera cultural nos padrões dos arranjos familiares dos/as brasileiros/as nos Estados Unidos e incide nas transformações de suas crenças quanto aos papéis de gênero e de suas representações do masculino e feminino. Assis (2003; 2011) demonstrou que a imigração provoca transformações na vida das famílias, propiciando novas organizações de gênero e de padrões familiares, onde as mulheres vivenciam maior autonomia.

Entretanto, o depoimento de Beatriz contradiz as afirmativas de que nos Estados Unidos os companheiros tendem a dividir as tarefas domésticas com suas parceiras. Ela

ênfatiza, por um lado, a maior autonomia financeira das mulheres mas, por outro, realça que a emancipação econômica nem sempre incide na perda de privilégios masculinos, pois mesmo quando mulheres exercem longas horas de trabalho fora de suas casas, quando ganham mais que seus companheiros, os trabalhos domésticos continuam sob a sua responsabilidade.

Este relato sinaliza uma situação de dupla exploração do homem sobre as mulheres: elas arcam com todas as despesas domésticas ou, pelo menos com a maior parte delas, e, além disso, lhes é imputado o papel de dona de casa. Paralelamente, ela ênfatiza que o fato de se ganhar mais que o companheiro, ou de se ganhar o bastante para a automanutenção, acaba por colaborar para que tenha a possibilidade de sair de qualquer relacionamento insatisfatório.

A posição de Rafaela é similar a de Beatriz. Esta imigrante, de 50 anos, vivia na zona rural de Governador Valadares antes de migrar pela primeira vez, em 1994. Neste ano ela se casou e foi para os Estados Unidos. Depois de seis anos morando naquele país o casal retornou à Valadares onde viveu por seis anos, durante esse tempo eles tiveram uma filha que hoje tem 16 anos. O casal voltou para os Estados Unidos em 2000, lá, eles tiveram um filho, hoje com 11 anos. Ela foi casada por 18 anos e está separada há 8 anos. Na opinião de Rafaela:

Esse negócio da mulher aqui ser mais independente é muito relativo, (...) tem muita mulher aqui que vive debaixo do mando dos homens, trabalham e entregam o dinheiro todo para eles, tem muita mulher aqui submissa. Elas ganham dinheiro, às vezes mais do que o marido, mas elas não conseguem ser independentes (Rafaela).

As narrativas de Beatriz e de Rafaela demonstram que existem situações em que o domínio e a autoridade masculina abarcam toda a vida da mulher se prolongando até os rendimentos da companheira, que não pode dispor do dinheiro que ganha com o seu trabalho, mesmo quando supostamente elas possuem uma superioridade econômica em relação ao parceiro.

Vinícius, companheiro de Beatriz, tem a seguinte percepção dos casais de brasileiros que vivem nos Estados Unidos:

Aqui os casais têm mais independência em tudo, financeiramente e de ir e vir. Não dependem tanto um do outro, aqui parece que as pessoas têm mais liberdade. Pela facilidade de ter carro aqui, você pega o seu carro e diz: “olha eu estou indo lá (...) pro shopping em cidades próximas aí o marido fala: vai sim”. Não sei como que tá isso no Brasil. Mas ao mesmo tempo eu acho que a mulher no Brasil ganhou a sua independência, elas saíram daquela coisa da mulher ter de ficar só dentro de casa lavando, cozinhando e tudo e, o homem ter de trabalhar, a mulher também ganhou a liberdade dela. Aqui a mulher trabalha, ganha o dinheiro dela compra o próprio carro, sai para fazer as compras dela e vai e volta sem problema. A mulher que tem a disponibilidade de correr atrás das coisas, aqui ela conquista. Aqui é um país fenomenal para isso, basta ela querer. Eu vejo muitos casos de brasileiros que separam é porque a mulher ganha independência de poder conseguir as coisas, aí sobre para a cabeça, acha que já não depende mais do marido, aí se separam. Essa independência financeira da mulher atrapalha os relacionamentos, se não for um casal unido pode ter certeza que vão enfrentar problemas, porque o marido não vai gostar da mulher indo aqui e indo ali, aí começa um jogar na cara do outro: “não preciso de você, você só reclama, eu não uso o seu dinheiro, não preciso do seu dinheiro, cuida do seu que eu cuido do meu”. O homem brasileiro não aceita isto. Há exceções, tem homem de cabeça mais aberta, mas a maioria não. Até mesmo pela classe das pessoas que vêm para cá, eu acho que as pessoas que vem para cá vem de uma cultura diferente, com pouca instrução, pessoas lá do Chonim da vida, é muito machismo, querem ser donos das mulheres, aí acham uma mulher com a cabeça mais levada para esse lado, aí separa (Vinícius).

Vinícius deixa vislumbrar a dificuldade de muitos homens brasileiros em construir uma relação mais igualitária com suas parceiras. Na medida em que as mulheres adquirem condições de se sustentarem e, conseqüentemente, de não dependerem economicamente dos seus companheiros, estes perdem o poder de controle sobre a mulher, bem como o de não serem rejeitados por elas, que o dinheiro proporciona. Esta situação incomoda o homem, pois desloca o domínio no interior de sua relação, desestabilizando a dinâmica patriarcal hegemônica.

Implícito, no argumento de Vinícius está o fato de que a mulher brasileira, em sua terra natal, continua sendo a principal responsável pelos cuidados com a casa e a família, uma vez que elas não ficam “só dentro de casa”, assim, a mulher continua sendo a principal, se não a única, responsável pelo trabalho doméstico, neste sentido, a relação dos casais reproduzem as normatizações convencionais de gênero. Ao comparar a situação de vida dos/as imigrantes nos Estados Unidos com a vida que se leva no Brasil, ele realça a maior liberdade que o contexto de destino possibilita para as pessoas, sejam elas mulheres ou homens.

Porém, a “liberdade” das mulheres, garantida pela sua autonomia financeira nos Estados Unidos, parece ser incompatível com o padrão de gênero defendido por Vinícius, tão comum no Brasil e em outros países, onde a mulher muitas vezes se submete aos ditames do parceiro, por isso, “o marido não vai gostar da mulher indo aqui e indo ali”. Ao mesmo tempo

em que usa um tom irônico para se referir aos “machistas brasileiros”, Vinícius afirma que, em muitos casos, os casais nos Estados Unidos se separam “porque a mulher ganha independência (...), [ela] acha que já não depende mais do marido (...). Essa independência financeira da mulher atrapalha os relacionamentos”.

A construção dos valores da masculinidade no Brasil passa por diferentes formas de controle da mulher, em muitos casos o poder do homem é nuclear e se expressa, dentre outras coisas, nos “privilégios que os homens obtêm de suas funções nas relações com as mulheres...” (WELZER-LANG, 2004, p. 121). Uma destas funções é a de ser, senão o único, pelo menos o principal provedor da casa.

Segundo Vinícius, apesar de existirem homens “de cabeça mais aberta” existem aqueles que resistem a mudar seus valores, o que para ele se relaciona à classe social das pessoas que imigram e ao padrão valorativo que as movem. Para ilustrar seu posicionamento, ele realça a baixa escolaridade dos imigrantes, em especial das pessoas “lá do Chonim da vida”. Estas pessoas são os homens, que no seu discurso, representam os machistas brasileiros, estes pertencem a uma classe social subalterna, a “uma cultura diferente”.

Como explorado na seção anterior, é bastante comum ocorrer a discriminação dos/as brasileiros/as em relação aos seus conterrâneos/as de diferentes partes do país. Esse fenômeno foi especialmente observado em relação aos mineiros, tanto pela pesquisa de Margolis (1994) feita com brasileiros/as em Nova York, quanto por Sales (1999) e por Martes (1999) em seus trabalhos com imigrantes de Boston. Postura semelhante foi descrita pela socióloga Adriana Capuano de Oliveira (2003) em relação aos brasileiros/as residentes no Sul da Flórida, nos condados de Broward (especialmente Pompano Beach) e Dade (Miami). A discriminação dos/as brasileiros/as residentes em Miami em relação aos moradores de Pompano Beach ocorre porque os/as segundos/as são pobres, com baixos níveis de escolaridade e, em boa parte, mineiros. O principal motivo do estereótipo atribuído aos/as mineiros/as, na região estudada, não reside no regionalismo levado do Brasil, os marcadores de distinção estão baseados nas diferenças de classe entre as pessoas residentes em Miami, que compõem estratos da classe média e os demais que atuam como trabalhadores/as do mercado secundário de baixa qualificação.

O relato de Vinícius, entretanto, mostra a discriminação em relação aos brasileiros de uma mesma região, pois Chonim é um pequeno distrito de Governador Valadares, situado bem próximo à cidade sede. Em Governador Valadares é bastante comum, nas conversas travadas em situações informais, surgirem brincadeiras que aludem às pessoas originárias dos distritos de Valadares ou, de pequenas cidades da região, como mais “atrasadas”.

Além disso, nos Estados Unidos, os imigrantes que trabalham no setor secundário informal possuem o mesmo *status* de classe, no entanto, frequentemente, elas se esforçam para se distinguir de outras do seu grupo e, para isso, constroem associações de oposição, utilizando-se de diferentes significantes de identidade: os homens de Chonim, por exemplo, seriam menos cultos, de classe social subalterna, portanto mais machistas, em contraposição a Vinícius, que ironicamente, é da mesma região do Brasil, não tem curso superior e disfruta do mesmo *status* de classe no país de acolhimento.

Rose e Túlio, casal já mencionado anteriormente, vivem na região de Boston e têm uma visão diferente, entre si, da vida que os casais brasileiros levam no exterior. Para Túlio, “os casais aqui nos Estados Unidos têm menos paciência, principalmente a mulher. Se o relacionamento está ficando conturbado não há muita paciência em lutar pelo casamento como no Brasil”.

A menor tolerância da mulher na luta pela manutenção do casamento está ligada à autonomia financeira conquistada, que, como mostrou Fleischer (2002), o trabalho de *housecleaning* possibilita. Oliveira (2003) associa a separação de casais brasileiros às mudanças de práticas sociais da mulher ancoradas pelo contexto cultural, após a imigração as mulheres não se subordinam à forma como eram tratadas pelos companheiros no Brasil. Rose realça que a distância da família mais ampla é um fator que contribui para a manutenção dos relacionamentos.

Aqui parece que a convivência é até melhor do que no Brasil. Talvez por estarem longe da família, um se apegam mais ao outro. Agora tem um detalhe, tem mulher que comenta: “Ah, lá em casa é tudo dividido, cada um paga a sua parte no aluguel, no restaurante”, mas ainda assim, parece que são mais apegados (Rose).

Durante o tempo em que eu estive na região de Boston, eu tive a oportunidade de conversar com Rose, mais de uma vez, fora do contexto da entrevista, pois eu frequentei reuniões e missas na igreja Católica *St. Anthony Parish* no Bairro de Allston, a qual ela frequenta. Várias vezes ela me deu carona de volta para a casa. Nestes momentos, Rose sempre enfatizava o quanto ela acha estranho a rígida divisão das despesas domésticas ou a partilha da conta nos restaurantes por parte de alguns casais.

Ela levou do Brasil a percepção - que me parece muito difundida entre os vários casais de brasileiros com quem eu convivi nas cidades da região de Boston - de que cabe ao homem arcar com todas as despesas da família ou, pelo menos, com a maior parte delas, ou seja, cabe ao homem ser o provedor do lar. Na casa de Rose, por exemplo, a maior parte dos gastos, ou as despesas mais altas, como o aluguel, ficam sob a responsabilidade do seu companheiro. Obviamente que existem muitos casais no Brasil que dividem de maneira equânime os gastos, porém existem também outros casos em que a mulher é a responsável pela maior parte das despesas.

A postura defendida por Rose revela o assentamento de valores sociais, ainda hoje, vinculados com o modo dominante de atribuição de sentido ao masculino e ao feminino na sociedade brasileira. Nesta afirmativa não se encontra a intenção de comparar as assimetrias de poder nas relações de casais brasileiros *versus* as relações estabelecidas entre os casais norte-americanos. A antropóloga Cláudia Fonseca (2004) lembra a impossibilidade de se pensar em termos dicotômicos os casos de relações diferenciais dos casais brasileiros em oposição ao modelo igualitário valorizado nos países do norte. Pois as pretensas relações simétricas, entre os casais das camadas médias valorizadas no ocidente europeu e nos Estados Unidos, na realidade, são construções histórico-ideológicas.

Samanta – sobre quem dediquei parte de minha análise neste capítulo, bem como sobre Beatriz e Rafaela – afirma que a independência financeira da mulher não altera muito a autonomia dela em relação ao companheiro. Ela diz:

A gente sai, trabalha (...), eu sempre falo com ele: você sabe que aqui eu não dependo de você. Pelo que eu ganho eu não dependo de você aqui. O que eu dependo de você aqui hoje é a carteira de motorista que ele tem, então o meu

carro é no nome dele. (...) a minha carteira é a do Brasil, eu dependo dele somente nisso. A mulher é independente porque ela tem o seu trabalho e não depende do marido, neste sentido. Mas depende dele na criação dos filhos, para fazer o seguro do carro. A independência financeira não altera muito a relação (Samanta).

Samanta explicita o quanto a interdependência entre os casais pode ser complexa e estar ligada a questões específicas do contexto social de destino, como não ser uma imigrante documentada. Particularmente no seu caso, apenas o seu companheiro tem licença para trabalhar nos Estados Unidos, deste modo, ela se encontra num estado de vulnerabilidade social que a leva a um tipo de dependência específica em relação ao seu parceiro. Apesar de possuir autonomia econômica, ela necessita do companheiro por razões práticas: seu carro está em nome dele, conseqüentemente o seguro do automóvel também. Além disso, ela enfatiza a importância do parceiro na criação dos filhos. A separação do casal não, necessariamente, implica ou deveria implicar na ausência do pai na criação dos/as filhos/as. No entanto, nós sabemos o quanto é comum que os homens, após o divórcio, se afastem de sua família nuclear.

Para Lúcio, companheiro de Samanta, que a vivência dos casais no Brasil é distinta da vivência dos casais de imigrantes:

Hoje está havendo muita separação por causa do individualismo de cada um, o cansaço de ambos, isso vai minando muito o relacionamento. É bem diferente, porque no Brasil você tem mais tempo para viver com o seu cônjuge, aqui você tem bem menos tempo, por causa do sistema que não deixa fazer isso. A mulher brasileira aqui pode se tornar independente (Lúcio).

Assis (2011) elenca um conjunto de fatores de diferentes ordens que extrapolam as razões meramente econômicas ao se construir o projeto de migrar, dentre eles ela destaca, principalmente em relação às mulheres, um desejo de se libertar dos limites impostos pela sociedade de origem em relação ao exercício da sua sexualidade; sair de casamentos falidos; iniciar nova vida após o divórcio e dentre outras coisas, residir numa sociedade mais moderna, conforme é representada a sociedade norte-americana.

Neste sentido, pode-se aludir que as pessoas vão para os Estados Unidos em busca de uma autonomia individual como um valor que não se materializa de maneira similar no

Brasil, esta imagem pode ser vista como uma espécie de *ideascapes* (APPADURAI, 2004), tal qual comentado na seção anterior deste trabalho. Aqui, detectamos uma espécie de motivação do sonho de independência, principalmente a feminina. Assim, mesmo quando a mulher migra com o seu companheiro, as ideias e os valores individuais presentes na sociedade de destino podem influenciar na sua postura no interior de seu relacionamento, fazendo com que, conforme Lúcio a mulher se torne independente.

Lúcio prossegue:

Não, eu não acho que a mulher aqui [nos EUA] é mais independente porque ela pode se sustentar. Não acho que por isso ela não dependa do homem para nada. Ela pode falar que não depende, mas de alguma forma ela vai depender de um parceiro ou de um namorado. Porque o que a mulher ganha hoje aqui, se ela for sozinha, tudo bem, mas ela vai viver bem limitada. Unha, salão, carro, seguro, celular, se tiver filho você tem de manter ou o marido vai ajudar pagando a pensão do filho. Ela vai viver, mas vai precisar, seja amanhã ou depois, de um companheiro e vice versa, o homem também (Lúcio).

Você se refere especificamente ao aspecto financeiro? Eu perguntei.

Sim, mas no outro aspecto também. O sistema, o país, a economia faz tanto mal entre aspas para nós latinos que a gente entra tão profundamente no sistema deles que abala até a vida sexual. Os dois trabalham muito, cansam muito, têm pouca conversa e pouco contato. O americano é assim, o sexo do americano é programado, é dia tal. Uma ou duas vezes por mês. E nós latinos sofremos com isso. Por isso que hoje em dia acontecem muitas separações (Lúcio).

Indaguei se essa não seria uma situação que afetava a sociedade em geral. Contudo, em suas palavras,

É todo mundo, mas o imigrante mais. Quando você está sendo bombardeado com isso tudo, mas está ali perto do seu cônjuge toda hora você tem como resistir a isso. Mas quando você está sendo bombardeado com isso e, não tem aproximação com o cônjuge a probabilidade de afastamento definitivo acontecer é muito grande. Você tem a oportunidade de conhecer outras pessoas. (...). Eu acho que a tecnologia tem o lado bom, mas para a sociedade do imigrante, por causa da independência da mulher e do homem isso contribui para muitos casamentos acabarem e isso me deixa muito triste (Lúcio).

Para Lúcio, a sobrecarga de trabalho dos/as imigrantes acaba afastando os casais, diminui os diálogos entre os pares e atua negativamente sobre a sexualidade. Machado (2009) argumenta que os homens de Governador Valadares que imigram sozinhos, utilizam-se dos avanços tecnológicos dos meios de comunicação para manter o “convívio” e o controle, ainda que virtual, sobre as mulheres que ficaram na origem. No entanto, Lúcio enfatiza o outro lado dos contatos oportunistas pelas redes sociais, nas plataformas da internet, esses, aliados à influência cultural do contexto de imigração, concorrem não tanto para o controle entre os parceiros, mas para a possibilidade de dissolução das uniões conjugais dos/as imigrantes.

As pessoas retornadas têm um posicionamento próximo ao defendido pelas colaboradoras que vivem nos Estados Unidos. Para Vitor, falta a muitos casais de brasileiros que vivem na região de Boston uma vida pautada no respeito mútuo:

Os casais lá [nos Estados Unidos] viviam com muita falta de respeito, o respeito mais maduro, o respeito mesmo (...). É oito ou oitenta é dessa forma que eu via. A esposa não respeitava o marido, o marido não respeitava mesmo, não havia meio termo para balancear. Você vê [os casais] mais próximos pelo fato de serem mais carentes aí eles se tornam mais próximas. (...) quando a pessoa cai no mundão ou ela ou ele se aproximava mais da família. Lá a brasileira aprende que não precisa do homem pra nada. Aqui, de certa forma, a mulher casada não pode separar por que tem filho, tem isso e aquilo, tem muita coisa que a sociedade vai achar. Lá não, a mulher chega num dia e daí a pouco ela tem uma série de influências que vão conduzi-las (...) de certa forma (...) a fazer o que é errado. Então se ela já tinha aquilo [a intenção de trair o companheiro quando estava no Brasil] talvez ela não fez por que devia satisfação a fulano, à irmã, ao irmão, ao pai e a mãe, aí ela pensa: “eu vou decepcionar a minha família”. Lá não. Lá se você quiser você some, cê vai viver a vida sem precisar de ninguém, você tem trabalho toda hora, tem carro, cê quer um carro cê tem um carro, cê quer médico cê tem, entendeu? [A vida nos EUA] abre essa possibilidade. Eu já vi muito casal se separar por causa disso. A mulher não tem estrutura ou homem não tem estrutura de saber o seguinte: eu não tenho dinheiro, mas tenho minha família. Ela inverte os valores, mas, não é que, veja bem, eu esteja generalizando. Não, tem gente que é influenciável, que foi influenciado e depois viu a burrada que fez (Vitor).

Assim como no depoimento de Rose apresentado acima, Vitor considera que a distância da família mais ampla que ficou no Brasil, leva alguns casais a se aproximarem. O que me interessa em realçar na fala de Vitor é a sua perspectiva de que a “liberdade” não se relaciona apenas a estar em contexto migratório, mas em viver longe da família mais ampla e da sociedade de origem, ambas agiriam como uma espécie de “olho panóptico”⁴⁵ sobre a mulher, que cerceia a sua liberdade de escolha, exerce a vigilância sobre a sua vida, pois exige satisfação moral de sua parte, o que levaria a mulher ao “temor” de decepcionar seus

⁴⁵ Foucault, 2003.

familiares. Assim, a família mais ampla figura como o sustentáculo moral, especialmente para as mulheres “influenciáveis”.

No discurso de Vitor a mulher é posicionada como um ser heterônomo, dependente de terceiros para o controle da sua sexualidade, apesar de ele mencionar o homem, sua ênfase recai sobre as mulheres. Nos Estados Unidos, o alcance da liberdade individual garantida pela possibilidade da sobrevivência material sem depender do companheiro/a, alia-se a distância da sociedade de origem e da família e se configuram como fatores relevantes para as separações dos casais.

Para a companheira de Vitor, Ângela a relação dos casais com quem conviveu nos Estados Unidos era caracterizada pelo conflito, segundo ela:

Eu via muita confusão sob muitos pontos de vista diferentes, eu notava que as pessoas próximas à gente (...) brigavam muito (...). A gente [ela e Vitor] sempre comentou [à respeito da vida de um casal amigo]: (...) o marido dela sempre trabalhou muito lá e, ela, nunca trabalhou. Ela sempre ficava irritada por que sempre que ele chegava em casa, ela naquela concepção dela, (...) queria que ele [o companheiro] tivesse que ter as obrigações na casa, só ela que fazia tudo. (...) eu falava com ela: você fica em casa o dia inteiro o cara trabalha pra morrer. Ela me dizia que não, que ele tinha que fazer também as obrigações dele. (...) mas, ele não aceitava, então eles brigavam muito por causa disso (Ângela).

Perguntei se Ângela achava que o fato do casal viver em contexto migratório influenciava a postura da mulher, e, ela disse:

Não sei, acho que não. Eu acho que talvez o estilo de vida dela aqui [no Brasil] era igual [ao que levava nos EUA]. (...). Essa amiga minha mesmo era formada (...). Ela gostava de estudar [nos Estados Unidos a amiga estudava inglês] (...) mas ela não tem coragem [de se inserir no mercado de trabalho]. Aí eu vejo muita insatisfação de não conseguir e de não ter um trabalho. Ela não trabalha até hoje, já trabalhou em cafeteria [mas abandonou o trabalho] (...) eu vejo isso, ela é legal e pode ter tudo lá, mas, não vai (Ângela).

Para Ângela, sua amiga estar fora do mercado de trabalho a deslegitima de requerer que o companheiro assuma responsabilidade com os afazeres domésticos. Sua visão reflete a ideia difundida pelo senso comum de que, na medida em que o trabalho doméstico não é remunerado, ele não é visto como um trabalho. Assim como em outros depoimentos, Ângela

é da opinião de que a imigração em si não altera a vida dos casais e nem a postura da sua amiga, que teria o mesmo “estilo de vida” quando estava no Brasil. Ela desloca a insatisfação da amiga com a resistência do seu companheiro em se responsabilizar pelas tarefas domésticas e a direciona para a não inserção da mesma no mercado de trabalho. Ou seja, como a mulher, a qual ela se refere, não tem um trabalho que a remunere, ela é vista como quem não trabalha e o fato de não estar no mercado de trabalho seria o motivo maior da “insatisfação” de sua amiga.

Olívia tem 59 anos, imigrou nos anos 90 para acompanhar seu companheiro André com quem ela está casada há 25 anos. Olívia tem duas filhas e um filho, todos já adultos e fruto do seu primeiro casamento. Ela viveu cinco anos e meio com o companheiro nos Estados Unidos. Na sua percepção os casais de imigrantes brasileiros tendem a romper a relação mais facilmente quando estão nos Estados Unidos do que quando vivem no Brasil. Para ilustrar a sua visão, Olívia conta a história de uma brasileira que foi sua vizinha:

A relação de muitos casais não era boa. O que eu mais eu via eram notícias (...) de (...) brasileiros (...) que separaram. Eu ouvia de fulana que o marido tinha outra. Uma vez aconteceu um episódio no nosso prédio e, eu assustei muito com aquilo. Morava uma Goiana (...) brasileira com a filhinha dela (...) ela tinha separado do marido e, *o marido brasileiro era todo apaixonado com ela. (...) ela tinha um amante Americano.* Ele era casado e tinha filhos, [para realçar o “absurdo” da história Olívia enfatizou]: *um filho com problema de cabeça sabe? Pois ela fez ele largar a mulher dele,* quando ele largou a mulher dele, ela já tinha arrumado um mais rico. Aí ele entrou na casa dela [da vizinha] e arrombou a janela, ele passou quebrando os vidros (...). Perto de onde a gente morava dificilmente um casal ficava junto por muito tempo (Olívia) (grifos da autora).

Ela ainda esboça uma possível explicação para justificar o acontecimento de processos como este:

Eu acho que isso ocorre por que os que vão pra longe dos parentes e dos pais, lá eles se assumem, eles se revelam outras pessoas (...) pra mim lá é a terra da revelação. Já tinham essa vontade porque se eles não tivessem eles viveriam melhor. É a oportunidade longe de tudo, lá é outro mundo, é outro mundo mesmo e um mundo menos visto. Por que lá tem muita gente que não te conhece (...), tem pessoas não importam nem com os que [os] conhecem quanto mais que os não conhecem (Olívia).

Sua narrativa expressa a concessão ao adultério masculino e parece colocar sobre a mulher a precariedade dos laços conjugais. Se existe uma injunção discursiva contra o adultério, a culpabilidade sobre a ocorrência da traição recai muito mais sobre a mulher do que sobre o homem. Assim, somos informados/as, a partir deste relato, que a vizinha de Olívia “fez o americano separar-se da companheira para ficar com ela”.

De maneira semelhante a Vitor, Olívia defende que a distância espacial da terra natal configura-se em um elemento libertador aos constrangimentos impostos pela sociedade de origem. Deste modo, os Estados Unidos seriam a “terra da revelação”, o “outro mundo”, a antítese de Governador Valadares, onde as pessoas convivem de maneira próxima com os pais e demais parentes, circunstância que as impediriam de levar a vida conforme a sua vontade, pois as inibem de “ser” o que de fato são. No final de sua assertiva, Olívia menciona a “liberdade” que os Estados Unidos oferecem numa chave negativa, pois a mesma seria incompatível com a manutenção de boa parte dos casamentos.

Antônio, como no caso de outros depoentes, defende a percepção de que a independência financeira da mulher interfere negativamente no casamento dos imigrantes:

Ah, eu vejo que o que acontece na maioria dos casais que eram casados no Brasil e que iam pra lá havia o problemas por que chegavam lá as mulheres conseguiam independência financeira eu sempre via esse probleminha que eles não conseguiam unir pra fazer as coisas juntos não. Sempre tavam (...) dividindo o dinheiro. Esse dinheiro é meu, esse dinheiro é seu. E (...) sempre acabava surgindo uma concorrência entre o casal quem ganhava mais quem ganhava menos (Antônio).

O depoimento do Antônio sinaliza a dificuldade dos casais em serem independentes entre si, de compartilharem uma vida onde cada uma das partes seja dona de si mesma e de seus proventos. No seu discurso o dinheiro pauta a relação e a independência financeira da mulher, mais uma vez é apontada como incompatível com a manutenção dos relacionamentos. Parece que o homem não tem só dificuldades em aceitar a perda do seu papel como provedor único da casa, mas para Antônio parece ser particularmente difícil a convivência do casal quando a mulher, além de emancipada financeiramente, ganha mais que o companheiro.

Para Pedro, a mudança na situação econômica das mulheres quando imigradas afetam o casamento de forma peremptória:

Olha uma das coisas que eu via acontecer é: como a nossa cultura é da mulher ser submissa aqui, até então, mesmo ela tendo formação e tal ela era submissa ao homem aqui no Brasil só que com essa submissão o homem passava dos limites e a mulher já ficava imaginando ir pra lá [para os Estados Unidos] que ela ia descontar. Então a gente via muita separação, por que chegando lá, dependendo do trabalho que o homem faz, a mulher ganhava muito mais fazendo limpeza de casa, (...) com isso o homem já se sente menos prezado, sente menor que a mulher em termos financeiros. (...), aí começava a discórdia, começava as discussões (Pedro).

Os estudos feitos com outros grupos latinos, como os de Queralt (1984) com os/as cubanos/as e os feitos com brasileiros/as em Boston como os de Debiaggi (2003), registram que a inserção nos fluxos migratórios e a entrada da mulher para o mercado de trabalho alteram as relações de poder entre os casais, em decorrência da sensação, por parte das mulheres, de maior autonomia e, conseqüentemente, elas alcançam maior autoconfiança, o que leva a rearranjos nos padrões anteriores das suas relações.

No caso dos homens, essa situação é percebida como a diminuição do seu *status*, pois sua autoestima é construída culturalmente, em grande medida, ancorada na posição dominante no interior da família, a redução e/ou subversão do seu controle sobre a mulher fere sua autoconfiança, implica no temor de que a entrada da parceira para o mercado de trabalho a leve a descuidar-se da família, pois desperta o seu interesse pelas coisas do novo universo – novas pessoas e novos ambientes – (DEBIAGGI, 2003).

A visão de Raul sobre os casais de brasileiros nos Estados Unidos incide sobre a divisão das despesas, ou melhor, a separação dos rendimentos de cada um. Segundo ele: “É ridículo você ser minha esposa e a gente alugar um apartamento e quando chega o final de semana, você cobra: me dá seus cinquenta dólares e eu vou pagar meus cinquenta. Ridículo, eu acho ridículo isso!” Ao ser questionado quanto à frequência em que percebia este modo de negociar dos casais, ele diz:

[Isso acontece] demais! Ah, vão fazer compra, ou, o gás veio duzentos [dólares]: cem meu cem seu, ah, para! Não existe, isto não entrava na minha cabeça. Tudo que tinha que pagar era tanto seu e tanto meu. A compra [de supermercado] é dividida tanto seu é tanto meu (...), eu acho ridículo! Isto não existe num casamento. Você é minha esposa pagou a conta ou tem dinheiro pra pagar aluguel esse mês? Não, não tem. Pronto, acabou. Eu te cobrar pra você pagar metade do aluguel!? (...) as mulheres chegam lá e começam a ganhar dinheiro e começam também a achar que são as poderosas, aí já começa ter um clima em relação ao casal, ao homem e a própria mulher. Eu acho que a mulher tem

direitos iguais aos do marido, eu não mando em você e você não manda em mim é comum acordo. Não existe: “ah, você não vai fazer isso não”. Essa sempre foi minha cabeça. (...), às vezes tem mulher que ganha mais do que o marido, aí já vem a parte das mulheres também: “ah, eu ganho mais que ele, ele que se dane, eu não quero nem saber”. E dali quando cê assusta, ela já nem te dá mais satisfação. Eu acho que a maioria das pessoas lá desfaz o casamento mesmo (Raul).

Você acha que os casamentos se desfazem por quê? “Por conta desta independência (...). O casal inteligente que não valoriza isso [a partilha das despesas de maneira rígida] não tem problemas, mas aquele casal que (...) até se gostavam no início e tal, mas depois que essa independência financeira da mulher foi crescendo, ali abriu uma lacuna mesmo”.

Eu o perguntei: Você acha que as mulheres mudam em decorrência da maior independência financeira? “Muda muito”. E os homens, não mudam quando estão imigrados e passam a ganhar mais? Eu indaguei. “Os homens inteligentes não, mas tem uns burros que mudam”. Estes homens aos quais Raul se refere, deixam “o dinheiro lhes subir à cabeça” e se entregam “à farra” – festas, drogas, álcool e mulheres. Devido à maior independência das mulheres nos Estados Unidos, elas tenderiam a requer a separação com mais facilidade do que quando residem no Brasil.

A narrativa de Raul evidencia a inadequação da postura das mulheres que ao adquirirem autonomia financeira modificam seu comportamento anterior, elas passam a não dar satisfações ao companheiro, o que o incomoda bastante. Se a imigração altera as relações de gênero, os homens não aceitam as mudanças sem contestá-las, estes conflitos revelam a presença de valores profundamente arraigados e a resistência em aceitar a mudança das atitudes das mulheres em decorrência da emancipação econômica, que passa a ser vista como mais do que uma ameaça ao fim dos relacionamentos, ela seria a causa das separações, segundo Raul.

Theo mora nos Estados Unidos desde os anos 90, ele tem 53 anos, quando imigrou era casado, inicialmente ele foi sozinho para os Estados Unidos, após dois anos sua parceira foi encontra-lo no destino. Seu casamento durou 23 anos, ele se separou há 04 anos, o casal tem três filhos, os gêmeos de 24 anos e o mais novo de 22anos. O que no depoimento de Theo é chamado de “união em relação ao dinheiro” diz respeito à valorização, entre o casal, da separação na administração dos rendimentos, ao contrário do que Raul defende.

No entanto, ele também enfatiza, como Raul, que as mulheres tendem a se sentirem “poderosas” quando ganham mais do que o parceiro, especialmente “a mulher que era pobre no Brasil”. Neste caso, ele desconsidera que a mulher pobre, muitas vezes, pode não dispor das condições materiais necessárias para sair de uma relação falida, daí ela se submeter ao casamento. Obviamente que a separação não se relaciona apenas à dependência material, mas a outros elementos, como a subordinação subjetiva, o medo de eventuais ameaças e também a outras tantas questões que impactam a vida das mulheres.

O casal que vive bem aqui é aquele que os dois trabalham e cada um toma conta do seu dinheiro. Ninguém quer saber o que o outro faz com seu dinheiro, o que o outro comprou ou gastou. Se eu quero mandar um carro para a minha mãe eu mando, se ela quiser dar uma agulha para a mãe dela ela dá, avisa que vai dar e dá. Aquele casal que divide o dinheiro aqui é um inferno. A relação só é boa quando eles são unidos em relação ao dinheiro. Não quando um quer mandar no outro porque ganha mais, principalmente, a mulher. Acontece isso muito principalmente com a mulher que era pobre no Brasil e chega aqui ela quer se mostrar grande perto dos outros, aí é problema (Theo, 53 anos, separado e imigrado).

Patrícia tem 45 anos, quando imigrou estava casada com Raul com quem viveu por 20 anos, eles tiveram dois filhos que têm 24 e 22 anos respectivamente, um deles permaneceu nos Estados Unidos, o mais novo retornou com a mãe em 2009, com quem ele mora em Governador Valadares. Ela retornou dos Estados Unidos separada de Raul. Ela não trabalhava antes de ir para o destino, lá ela trabalhou na faxina doméstica e de empresas. Quando eu a entrevistei, ela tinha uma pequena lanchonete no centro de Governador Valadares. Segundo sua assertiva: “Os casais viviam normal, mas, eu reparei (...) que a maioria dos casais que eu conheci e que foram juntos [se] separou”. E por quê? Eu perguntei. “Não sei, mas eu não acho que seja porque foram embora para os Estados Unidos, acho que não”.

Contraditoriamente, ela continua:

Eu acho que lá a mulher se torna muito independente, totalmente, igualzinho a ele [ao companheiro], umas duas colegas minhas que aqui [no Brasil] não trabalhavam, chegaram lá e começaram a trabalhar e sentiram mais independentes, mais livres tipo: “eu posso me manter sozinha não dependo de marido (...) eu mantenho eu e meu filho, se ele não quiser dar nada pro meu filho não dá, mas meu filho não vai passar fome, eu vou manter meu filho, eu posso” (Patrícia).

O que me chamou a atenção nos depoimentos, foi à ênfase dada em quase todos eles sobre a separação de casais, este grifo foi dado espontaneamente, pois não perguntei a nenhuma das pessoas se os casamentos se mantinham ou se se dissolviam em decorrência da imigração, mas apenas como elas percebiam a relação entre os casais com quem conviviam ou conviveram em contexto migratório.

A centralidade dos discursos sobre a separação dos casais recaiu sempre sobre a “liberdade” da mulher alicerçada na independência econômica em relação aos seus parceiros e no distanciamento da sociedade de origem. Neste sentido, parece-me que não é apenas o fato de imigrar e de entrar para o mercado de trabalho ou, no caso das mulheres que já trabalhavam antes, de começarem a ganhar mais do que os parceiros, que leva à separação. Mas tem particular influência nas decisões pela separação, o distanciamento espacial da sociedade de origem que exerce vigilância social e parental sobre as mulheres. Outra questão relevante é que as causas das separações são atribuídas sempre à autonomia que as mulheres passam a usufruir no contexto de destino, quando se faz referência aos homens é para dizer que eles não aceitam o reposicionamento de suas parceiras na relação.

Não obstante, parece-me que o *status* econômico das mulheres, aliado ao distanciamento da terra natal é o que desestabiliza as relações, pois faz com que no contexto de destino os homens percam a legitimidade social do controle sobre as mulheres exercido anteriormente. Se o padrão de feminilidade muda ao migrar, aparentemente, é a manutenção do padrão de masculinidade que se configura como vetor do rompimento das relações, expresso, por exemplo, na síntese: “o homem brasileiro não aceita isso” ou, “a mulher ganhava mais que ele, com isso o homem já se sente menor”.

Uma hipótese a ser levantada que caso seja investigada e confirmada, poderia, talvez, confirmar a deslegitimação que eu detectei, se relaciona ao contato das mulheres brasileiras com determinados valores da sociedade de acolhimento, que regem a relação entre os casais, se assim o for, elas passam a perceber outro padrão de relação homem /mulher entre os/as nativos/as, o que pode lhes parecer um modelo mais atraente. Pois o machismo americano pode ter facetas diferentes do machismo brasileiro considerando que aquela sociedade se

caracteriza por um maior individualismo e conseqüentemente as mulheres seriam mais autônomas, em muitos sentidos, em relação aos homens.

O estranhamento de algumas pessoas em relação à divisão igualitária das despesas domésticas encontra ressonância na bagagem cultural levada do Brasil. Neste caso, o dinheiro figura como dimensão simbólica do poder masculino, não necessariamente pela possibilidade de consumo que ele oferece, mas como expressão da superioridade do homem e a conseqüente subordinação da mulher.

As narrativas apontam que, ao não terem posse da maior parte do dinheiro, os códigos de masculinidade são abalados, pois o homem deixa de ser o principal provedor do lar, o que outrora lhe configurava uma expressão concreta do domínio sobre a mulher. Assim, ao passo que suas companheiras conquistam maior autonomia a partir de sua independência financeira, optando, inclusive, pela separação, fortalecendo a sua autoestima, o homem que passa a ganhar menos que a mulher, se sente destituído daquilo que lhe configurava status no núcleo familiar, ocasionando uma clara reversão de valores na dinâmica do casal.

As alusões à sociedade de origem e a forma como as pessoas julgam as atitudes dos casais que se separam demonstram o quanto a transnacionalidade da migração se faz presente. O campo social e cultural de origem se expande à esfera de destino, de maneira que, muitas vezes, se julga o que acontece lá, ancorado nos valores de cá, ou se dialoga com os acontecimentos de lá a partir de elementos valorativos característicos da cultura brasileira.

No próximo capítulo, me debruçarei sobre outras questões centrais deste trabalho: os impactos da inserção no processo migratório sobre a vivência de casais Valadarenses que, direta ou indiretamente, participam desta dinâmica. O debate sobre a identidade e diferença, como visto acima, também tem sido de extrema relevância na discussão elaborada pelas epistemologias feministas contemporâneas. Por conseguinte, me dedicarei a refletir sobre essas noções a partir de estratégias feministas, bem como de noções dos Estudos de Gênero.

CAPÍTULO III- A DIMENSÃO DE GÊNERO E DE IDENTIDADE NO PENSAMENTO FEMINISTA

Neste capítulo, pretendo refletir sobre as relações de gênero e de poder estabelecidas pelas colaboradoras e colaboradores desta pesquisa, sejam tais pessoas casadas ou separadas. Acredito que a inserção desses sujeitos na dinâmica migratória altere estas relações, bem como as diferentes manifestações de poder entre estes casais. Cabe, portanto, descobrir em que direção e como estas relações são modificadas. A fim de dar início a esta discussão, farei uma breve apresentação da emergência da segunda onda – a partir dos anos 60 – do feminismo no ocidente, especialmente nos Estados Unidos e no Brasil. Posteriormente introduzir reflexões relativas a questões teóricas ligadas ao poder identidade e agência baseando-me nas aproximações e distanciamentos entre Judith Butler (2001) e Michel Foucault (datas) e finalizarei as discussões teóricas passando por Henrietta Moore (2000). As seções seguintes darão voz às/os colaboradoras/as deste estudo.

No início do século XX, entre os anos de 1930 e 1970, os movimentos organizados de mulheres, os quais se tornariam movimentos feministas, trouxeram grandes mudanças no modo de pensar e perceber o conhecimento. Assim, cresceram também estudos acadêmicos que criticavam os modelos epistemológicos vigentes, incitando, entre mulheres destes grupos, reflexões nas mais variadas disciplinas.

O feminismo iniciou, então, a problematização em torno do gênero, tomando como ponto de partida, questões das mulheres e da sexualidade. A politização destas questões, nos Estados Unidos, se originou no final dos anos de 1960. Essas discussões foram impulsionadas

pelos movimentos da Nova Esquerda e da Contracultura, ainda que tenham sido autônomas em relação a estes. Este foi um período histórico cuja efervescência propiciou o surgimento de novas subjetividades e novos atores sociais que movimentaram pessoas e grupos por todo o mundo, possibilitando novas interações e diálogos culturais. Neste contexto, grupos antes ofuscados, ou que se situavam à margem da sociedade e dos discursos oficiais (até mesmo dos discursos revolucionários) se organizaram de maneiras inéditas, questionando o *status quo*, fazendo ecoar seus interesses. Nos termos da socióloga Miriam Adelman (2009), “surgiram novos conceitos do político que resgatam a criatividade e a imaginação” (ADELMAN, 2009, p. 27).

Estes atores sociais e suas novas representações de mundo, conflitos e tensões – expressas através de uma nova agenda, bem como de sujeitos e linguagens revitalizados – enfrentaram a necessidade de se forjar paradigmas e métodos de pesquisas capazes de contemplar suas demandas. Para tal, se inseriram na chamada “virada para a cultura”. A partir daí, percebeu-se a relevância das questões relacionadas à cultura e a produção de significados, da subjetividade e identidade como elementos explicativos da realidade, além da crescente importância dada ao gênero, sexualidade, raça e etnicidade.

As epistemologias feministas partem da ideia basilar de que é preciso desnaturalizar o “ser mulher”. Este fundamento é baseado na corriqueira imputação de uma inscrição biológica, de uma suposta anatomia partilhada pelas mulheres que lhes designam uma identidade sexual. “Ser mulher” é, na verdade, fruto de um processo que se forma a partir da pluralidade social, cultural e histórica em que as mulheres se inserem, o que significa dizer que “tornar-se mulher” resulta de diferentes atribuições de sentidos. Portanto, para a antropóloga Cynthia Sarti (2004), é importante:

[R]essaltar a particularidade do feminismo como uma experiência histórica que enuncia genérica e abstratamente a emancipação feminina e, ao mesmo tempo, se concretiza dentro de limites e possibilidades, dados pela referência a mulheres em contextos políticos, sociais, culturais e históricos específicos (SARTI, 2004, p. 36).

A noção de “gênero”, em sua constituição histórica e analítica, só surgiu em meados de 1970, denotando não só a sua dimensão de construção social, como também política. O objetivo era separar e diferenciar a categoria analítica de sexo marcado e essencializado pela natureza biológica. Buscava-se, nesta época, criticar as visões androcentradas presentes nos campos de estudos das ciências sociais. A socióloga Marlise Matos (2008) assevera que:

... voltando-se para a crítica consistente ao ‘fetichismo da objetividade’, as mulheres feministas no campo acadêmico visaram ampliar (...) o escopo das reflexões para adotar uma nova proposta conceitual: os estudos de gênero (MATOS, 2008, p. 336).

Ainda nos anos 1970, parte das teóricas feministas, de orientação marxista, enfatizavam os pontos de opressão, sofridos pelas mulheres, ofuscados até então. Nesse caso, a noção de classe foi repensada na sua complexidade, incluindo também as categorias raça e gênero. Aquelas que adotaram uma abordagem da opressão sexual e de classes como sistema dual desenvolveram teorias das relações patriarcais em um modelo derivado da análise de classe. Esses modelos, porém, foram revistos por algumas feministas e deram lugar a questionamentos mais profundos que não destacavam “classe” *per se*, ou melhor, realçavam que não era apenas o domínio de classe que devia ser protagonizado. Tais feministas compreendiam que a análise materialista, ao dar destaque para dimensão das relações econômicas, negligenciava o “simplesmente cultural”, colocando em xeque o que se concebia como preocupações mais urgentes, mas “também a hierarquia de causalidade subjacente, que havia distinguido uma base econômica de uma superestrutura política e cultural, ou definindo os ‘verdadeiros’ interesses através da localização das relações econômicas” (PHILLIPS, 2009, p. 226).

Apenas quando se problematizou a dominância teórica das relações materiais que enfatizavam a preponderância do desenvolvimento das forças produtivas, sobre as relações sociais e, conseqüentemente, de exploração, opressão e dominação de gênero, raça, etnia, etc., o olhar se deslocou para o impacto da subordinação cultural ou o papel crucial da luta política e cultural na contestação das relações de exclusão. Assim, após os anos 1970 e, a partir dos

anos de 1980, com o fim do socialismo nos países europeus, as questões da desigualdade se deslocaram em direção a valorização da diferença.

Assim, a Guerra Fria e a “paz” por ela garantida trouxeram ao centro da vida novas contradições como a desigualdade e a injustiça social convivendo num mundo de prosperidade, diante da competição, entre o mundo capitalista e o socialista, as pessoas se viam cada vez mais frustradas em suas aspirações individuais e coletivas, tal circunstância levou a um tipo de “ruptura, que tanto exprimia quanto propiciava novas formas de subjetividade, de pensar sobre a vida e também de fazer política” (ADELMAN, 2009 p.25).

Para muitas/os teóricas/os, este desvio na ênfase das questões prioritárias se transformou num deslocamento do imaginário político que acabou por desconsiderar aspectos econômicos. A mudança ocorrida no pensamento da esquerda nos anos 1980 redundou numa certa noção de desacoplamento (PHILLIPS, 2009). A cultura deslocou o material; a política de identidade deslocou a política de classe; a reforma constitucional deslocou a economia da igualdade. A teoria política e social, a qual tinha suas preocupações centralizadas na desigualdade redirecionou sua atenção para a política da diferença, o objetivo era então, de se concentrar em como alcançar a igualdade na diferença ao invés de simplesmente eliminar a desigualdade.

Essa mudança decorreu do fato de que – dentre outros motivos – a categoria classe ou, a desigualdade de classes, deixou de ser, para algumas feministas, a única maneira de compreender a diferença, tal qual se percebe em abordagens marxistas, nas quais a igualdade política só se efetiva quando interconectada com a igualdade econômica e social. Com esta crítica à perspectiva marxista, a ênfase recaiu sobre “alternativas que veem a classe em um *continuum* com a desigualdade de gênero, étnica ou de raça” (PHILLIPS, 2009, p. 223).

Se anteriormente considerava-se as condições econômicas como necessárias para a igualdade democrática, agora a preocupação se complexificou, e a atenção se voltou para a interação discursiva entre grupos com diferentes valores culturais ou morais e, obviamente, nas suas interseções com a classe e outras categorias. A diferença deixou de ser vista como um problema, já que a atenção foi direcionada para suas diversas manifestações em grupos nos quais não eram tão fáceis ou sequer possíveis, de serem suprimidas.

No que tange às relações de gênero, familiares e sexuais, essas se encontravam fora da esfera de poder, como campos sociais nos quais a “política” não significava nada. Assim, as epistemologias feministas (re)significaram o que se entendia como o “político”, projetando questões relativas ao gênero, sexualidade, mulher, família, geração e assim por diante, reconhecendo a existência de uma “política da família”, mas também de uma “política de gênero” e uma “política sexual”, as quais posicionam significativamente os sujeitos, mostrando, deste modo, que a política, em grande medida, é cultural.

Não obstante, ao valorizar as relações cotidianas das mulheres e de gênero, contestando-as e enfrentando-as, as diferentes abordagens dos estudos feministas mostraram que a concretude do pessoal é um centro de poder político e cultural complexo, o qual apresenta muitas ambiguidades e contradições, envolvendo sentimentos pessoais e a maneira como as mulheres compreendem as suas próprias vidas cotidianas.

A exemplo desse fenômeno, nos anos 1960, Margareth Mead (1969), antropóloga cultural norte-americana, desenvolveu uma pesquisa numa ilha de Nova Guiné junto a três tribos: os Arapesh, os Mudungumor e os Tchambuli. Ela constatou que em cada uma delas as maneiras de agir de homens e mulheres eram muito distintas. Em suas palavras,

Numa [das tribos], homens e mulheres agiam como esperávamos que as mulheres ajam: de um suave modo parental e sensível; na segunda, ambos agiam como esperávamos que os homens ajam: com bravaria iniciativa; e na terceira, os homens agem segundo o nosso estereótipo para as mulheres, são fingidos, usam cachos e vão às compras, enquanto as mulheres são enérgicas, administradoras, parceiros desadornados (MEAD, 1969, P. 10).

Até a publicação da pesquisa de Mead, acreditava-se que a identidade de gênero era uma consequência das categorias biológicas e que a identidade oferecida pela sociedade ao indivíduo vinha ao encontro do que cada anatomia determinasse, sem qualquer ambivalência. A identidade era vista como natural e universal. A partir desse trabalho, contudo, inúmeras pesquisas foram elaboradas, demonstrando que nem sempre os “papéis sociais” atribuídos aos homens e mulheres correspondem ao modelo ocidental.

Nas últimas décadas, começou-se a questionar o princípio de que as diferenças sociais entre homens e mulheres – comportamentos, papéis e práticas sociais, etc. – tivessem origem na biologia. Preocupados com a questão de gênero, vários estudos mostraram o equívoco deste fundamento, ao passo que ele leva a crer que a relação entre biologia e comportamento social pode ser compreendida como uma relação de causa/efeito. A antropóloga britânica Henrietta Moore (1997) afiança que: “[a] pesquisa contemporânea em biologia rejeita explicitamente este ponto de vista, argumentando, (...) que a biologia é um componente dinâmico de nossa existência e não um determinante de mão única” (MOORE, 1997, p. 813). Essa perspectiva inaugura uma nova visão sobre a relação entre a biologia e o comportamento, rompendo qualquer possibilidade de um determinismo biológico.

A segunda geração de feministas dos anos de 1970 defendia a pertinência em se distinguir sexo do gênero. Tais pesquisadoras entendiam que a sociedade garantia a desigualdade de gênero, construindo sistematicamente as diferenças entre mulheres e homens. Todavia, elas preconizavam que, apesar dos corpos de homens e mulheres terem diferentes funções reprodutivas, as situações concretas de vida seriam capazes de mudar a maioria destas diferenças, propiciando uma maior igualdade entre “os sexos”.

Considerava-se que as normas de gênero eram as responsáveis pelos limites impostos às meninas em desempenhar funções naturalizadas como masculinas. De acordo com a bióloga e feminista Anne Fausto-Sterling, a visão das teóricas daquela época pode ser resumida na seguinte expressão: “Ter um pênis ou uma vagina é uma diferença de sexo. O desempenho superior dos meninos em provas de matemática é uma diferença de gênero” (FAUSTO-STERLING, 2001, p. 16). Desta perspectiva, sexo reside no terreno da anatomia enquanto gênero representa as normas sociais impostas às pessoas dos dois sexos. Ancoradas nessa visão, não se problematizava a noção de “sexo natural”, ainda que questionassem o gênero, ou seja, os significados psicológicos e culturais das diferenças entre o feminino e o masculino.

... a despeito das muitas [expectativas sobre as] mudanças sociais positivas, o otimismo dos anos 70 de que as mulheres alcançariam a igualdade social e econômica completa tão logo a desigualdade de gênero fosse enfrentada na

esfera social [essas tenderam] a desaparecer diante da desigualdade aparentemente recalcitrante (FAUSTO-STERLING, 2001, p. 18).

A constatação acima levou estudiosas feministas a indagar a noção de sexo, bem como problematizar “gênero, cultura e experiência”. As pesquisas antropológicas dos anos 1980, preocupadas com as diferentes distinções sociais simbólicas sobre sexo e gênero, relataram aquilo que Mead (1969) já acenava: as categorias “de mulher” e “de homem” são constituídas, nas diversas culturas estudadas, de maneira diferente do modelo presente nas concepções ocidentais da reprodução humana, para o qual a diferença de sexo entre as mulheres e os homens é pré-social, portanto, um dado biológico, e que as construções sociais de gênero seriam feitas a partir dessa diferença, deixando de questionar que tal diferença é em si mesma, também, uma construção social.

Moore (1997) corrobora com essa visão ao dizer que, “tanto o sexo quanto o gênero (e não somente o gênero) são socialmente construídos um em relação ao outro. Corpos, processos psicológicos e partes do corpo não têm sentido fora das suas compreensões socialmente construídas” (MOORE, 1997, p. 816). As pesquisas antropológicas, preocupadas com tal questão, enfatizam que as sociedades possuem mais de um modelo de gênero.

Além disso, a antropologia feminista, em geral, concorda com as teóricas que se dedicam a refletir sobre o fato de que as circunstâncias de diferenciação de gênero podem estar ligadas a formas sociais e culturais. Portanto, as diferenças são construídas, significando a possibilidade de existirem sociedades em que não faça sentido para uma pessoa “sentir-se como um homem ou ‘sentir-se como uma mulher’” (STRATHERN, 2006, p. 108). Em outras palavras, aqui está implícita a existência de outros sistemas culturais que não discriminam nos mesmos termos, e na mesma direção que os sistemas de sentido ocidentais.

Nas sociedades ocidentais a questão da identidade sexual, a preocupação com o “ser hetero” e/ou “ser homo” leva à valorização do comportamento sexual, ou erótico, como um *locus* significativo de auto-identificação, compreender a identidade como um atributo pessoal e individual é característica dessas sociedades. A antropóloga inglesa Marilyn Strathern argumenta que “[s]omos nós (...) que fazemos do sexo um papel. (...) O modelo de papéis sexuais deriva, por sua vez, de certas suposições culturais a respeito da natureza da

sociedade” (STRATHERN, 2006, p. 104). Este modelo não se aplica necessariamente a outras sociedades e culturas que podem ter e, não raramente atribuem, outros modelos de socialização que não se preocupam com estas questões da mesma maneira que nós, pois a identidade individual pode não ser nuclear da imagem que fazem do gênero.

A noção de gênero, no entanto, foi incorporada, ora de forma mais superficial, ora de maneira mais substantiva pelo pensamento feminista que, em sua polifonia, se apropriou do conceito de maneiras diversas. De um modo ou de outro, o que aproxima as diferentes epistemologias feministas é a crítica à subordinação da mulher ao homem, com o intuito de explicar como dominação e opressão operam numa dinâmica relacional, constituída socialmente. Além disso, se debruçam também na luta pelo alcance da igualdade de direitos e oportunidades entre os sexos. A historiadora feminista Jane Flax (1992) argumenta:

A não ser que vejamos gênero como relação social, e não como oposição de seres inerentemente diferentes, não seremos capazes de identificar as variedades e limitações de diferentes poderes e opressão das mulheres (ou de homens) dentro de sociedades específicas (FLAX, 1992, p. 246).

Assim, os estudos feministas desvelaram o sistema hierárquico no interior do qual as relações de gênero são construídas intrinsecamente permeadas pelas relações de poder. A hierarquia de gênero é ordenada e naturalizada pela hegemonia e supremacia masculina que institui modos diferenciados de “ser homem” e de “ser mulher”, responsável por criar o que se concebe por feminilidade e masculinidade. Portanto, as convenções de gênero envolvem recursos e marcas da cultura, sociedade e história, garantindo uma aparência de substância sobre o que se convencionou por feminilidades e o seu equivalente hierárquico: as masculinidades.

Sobre este aspecto, a filósofa norte-americana Judith Butler defende que gênero deve ser visto na perspectiva relacional e contextual e não substantiva, pois “como um fenômeno inconstante e contextual, o gênero não denota um ser substantivo, mas um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações, cultural e historicamente convergentes” (BUTLER, 2008, p. 29). O sexo, visto como substância, como idêntico a si mesmo, no

discurso hegemônico, é apenas uma aparência que se efetiva mediante a capacidade performativa da linguagem que ofusca o fato da impossibilidade de “ser” um sexo ou um gênero.

Os/a antropólogos/a Miskolci e Larissa Pelúcio (2007) esclarecem que o sentido atribuído por Butler ao conceito de performatividade não se relaciona à noção de performance e nem a filósofa defende a capacidade dos sujeitos de subverterem os padrões sociais; não denota a capacidade de escolha que alguém teria quanto a sua identidade e nem significa a capacidade de representar papéis sociais. Performatividade se compreende,

Na reiteração de normas que são anteriores ao agente e que, sendo performativamente reiteradas, materializam aquilo que nomeiam (...) as normas reguladoras do sexo são performativas no sentido de reiterarem práticas já reguladas, materializando-as nos corpos [são literalmente incorporadas], marcando o sexo, exigindo práticas mediante as quais se produz uma ‘generificação’. Não se trata (...) de uma escolha, mas de uma coibição, ainda que esta não se faça sentir como tal. Daí o seu efeito a-histórico, que faz desse conjunto ou imposições algo aparentemente ‘natural’ (MISKOLCI e PELÚCIO, 2007, p. 258).

Para Butler (2008), gênero é uma categoria através da qual são construídas e naturalizadas, ou seja, normalizadas, as ideias de feminino e masculino e também um mecanismo capaz de desconstruir e desnaturalizar o que se compreende por masculino e feminino. Disso decorre a sua noção de que gênero é uma categoria relacional, mas “não no sentido de tratar de relações entre homens e mulheres, ou entre masculino e feminino, mas porque pensa gênero como um fazer, como uma atividade que é performada para alguém, mesmo que esse alguém seja inteiramente imaginário” (PISCITELLI, 2008, p. 265). Ou seja, a relação masculino/feminino não engloba todo o campo de significado do gênero, pois existem, por exemplo, subjetividades limítrofes – interssex e trans – demandando o deslocamento da binarização da categoria.

A historiadora feminista Tereza de Lauretis (1994), de maneira diferente, critica correntes feministas que consideram o gênero como construção social e defende que esta perspectiva ofusca a diversidade de poderes, cuja ênfase do discurso se dá no sentido de afirmar a heterossexualidade hegemônica, sem questioná-la. Neste caso, o sujeito do

feminismo seria um “vir a constituir-se, (...) no gênero, mas não apenas pela diferença sexual. (...) um sujeito engendrado não só na experiência nas relações de sexo, mas também nas de raça e classe; um sujeito múltiplo, em vez único, e contraditório, em vez de simplesmente dividido” (LAURETIS, apud CASTRO, 2000, p. 161).

A categoria gênero, nos estudos feministas, conforme a historiadora Margareth Rago, respondeu “ao impasse teórico existente quando se questionava a lógica da identidade e se decretava o eclipse do sujeito” (RAGO, 1998, p. 15), num momento de mudanças das referências teóricas nas quais se pautavam as ciências sociais se propondo refletir sobre a construção das diferenças sexuais do ponto de vista cultural, questionando a naturalização e biologização da sociedade e da cultura, mostrando assim, que o “natural” é algo dependente da atividade e intervenção humana, priorizando questões ligadas às subjetividades, a dimensão simbólica, a construção múltipla de sentidos.

Todavia, a categoria analítica de gênero inclui a possibilidade de se pensar sobre identidades de homens e não só a de mulheres com um olhar renovado e original enfatizando novas dimensões, o que significa dizer que as identidades de gênero são vistas como construtos ou projetos de modo que “o campo de gênero nunca adere definitivamente às caracterizações socialmente construídas, mas também não escapa definitivamente delas; relaciona-se com elas” (MATOS, 2008, p. 344). Neste sentido, nas diferentes práticas cotidianas, especialmente em situação de globalização das culturas e das economias, observamos relações entre cultura e poder, em que raça, gênero, etnia, religião, geração, etc., podem assumir, nas políticas de identidade, diversos significados capazes de promover, não somente a emancipação e a resistência, mas também a reprodução de assimetrias e dominação.

Ao se considerar a identidade em constante construção, abre-se uma possibilidade renovada ao sujeito, que não só não está morto “como sequer nasceu para a radicalidade da sua emancipação” (MATOS, 2008, p. 345). A crítica do sujeito não implica numa negação ou, mesmo, de um repúdio a ele, mas em uma maneira de problematizar as normas que o constituem enquanto tal. Ainda que não se desconsidere inteiramente os binarismos, os coloca num plano muito mais complexo, pois enfatiza de modo drástico a questão da mulher mostrando o quanto ela se constitui na dimensão do conflito, transgredindo a ordem vigente

que convencionava e, ainda convencionava, aquilo que é próprio das mulheres, mostrando as contradições das relações entre mulheres e homens e trazendo à luz as relações de poder que as permeiam possibilitada por uma nova experiência subjetiva.

A grande contribuição das diversas epistemologias feministas reside na crítica empreendida ao modo dominante de produzir conhecimento científico, oferecendo uma opção a este. Através da busca pela construção de um novo discurso, criou-se um projeto de ciência alternativo com grande potencial libertador. Ao empreenderem uma ampla crítica cultural lançaram luz sobre a especificidade das categorias modernas burguesas dominantes - que não se percebem como criação masculina - denunciando um tipo de racionalidade que opera na lógica reflexiva da identidade e que só consegue pensar a diferença e o diverso, excluindo todos/as aqueles/as que não se encaixam no imaginário de homem universal, de classe média, branco, heterossexual e anglo europeu.

Deste modo, esta nova maneira de encarar o mundo e de produzir conhecimento desestabilizou e rompeu, em muitos aspectos, com a tradição científica dominante. Conforme nos mostra o antropólogo Marshall Sahlins a “... proposição de que os homens estão para as mulheres assim como a mente está para os sentidos tem sido um dogma venerável do folclore ocidental nativo” (SAHLINS, 2007, p. 605). É sobre este folclore ocidental que as feministas se debruçaram e desmistificaram ao enfatizarem a complexidade da pluralidade do mundo, valorizando suas alternativas e flutuações, sem a supervalorização da dimensão pretensamente “objetiva”, “neutra” e generalizante conforme as explicações oferecidas pelas chamadas ciências ocidentais tradicionais.

3.1- Um breve olhar sobre o feminismo no Brasil

Os movimentos contestatórios da década de 60 nos Estados Unidos e Europa se fizeram ecoar em nosso contexto nacional. Brasileiras foram influenciadas pelo movimento da contracultura, da revolução sexual e do feminismo norte-americano. Rago (2004) esclarece que muitas mulheres assumiram posturas críticas à condição imposta a elas pela sociedade, no entanto, ainda não se falava em “feminismo” naqueles anos no Brasil.

O movimento feminista no Brasil dos anos de 1970 se manifestou num contexto histórico e político marcado pelos anos de chumbo impostos pelo golpe de 1964 ascendendo

os militares ao poder. Embora influenciado pelas experiências feministas europeias e norte-americanas, o movimento das mulheres no Brasil se caracterizou pela luta contra a ordem política de exceção.

Nos anos 1960, a situação das mulheres no Brasil passava por mudanças em decorrência da modernização iniciada na década anterior, a qual, de maneira desigual e pouco inclusiva, abriu novas possibilidades para as mulheres no mercado de trabalho e no sistema educacional. Conforme Sarti (2004), o processo de modernização e as influências dos movimentos culturais de 1968 que reivindicavam novas formas de comportamentos afetivos e sexuais e acesso a métodos contraceptivos, aliados aos recursos das terapias psicológicas e da psicanálise, tiveram impactos importantes expressos no questionamento dos valores, normas e costumes das relações familiares de bases autoritárias e patriarcais, os quais foram tensionados pelas novas experiências das mulheres.

O feminismo brasileiro nasceu, portanto, nas camadas médias, urbanas e letradas da sociedade, marcadamente nas regiões nordeste, sudeste e sul. Com a intenção de transformar a sociedade como um todo, ele se autodeclarava “Movimento das Mulheres”. Sua expansão, entretanto, ocorreu articulada aos interesses das camadas populares das periferias urbanas, em torno de pessoas de diferentes origens de classe, o que imprimiu especificidades ao movimento no Brasil, pois as reivindicações das mulheres dos grupos de bairros tornaram-se demandas gerais das mulheres no Brasil (SARTI, 2004).

Por conseguinte, o movimento feminista brasileiro foi estimulado pelo dinamismo de mulheres militantes de esquerda, muitas foram presas políticas, outras tantas, exiladas, mas todas incorporaram a luta contra o regime militar a favor da redemocratização do Brasil e da transformação social. Essas feministas “lutaram pela definição de uma identidade pública e ética da mulher prioritária à vida privada” (RAGO, 2004, p. 39).

O Movimento das Mulheres aliou-se à igreja católica na contestação ao regime militar. A pastoral da Teologia da Libertação inspirou os grupos das mulheres de bairros e contribuiu para o seu fortalecimento. Assim, os grupos feministas, nos anos 70, se defrontaram intensamente com a igreja na disputa pela proeminência no interior desses grupos. Não obstante, apesar das diferenças entre si, prevaleceu uma política de aproximação entre o

feminismo - no seu objetivo de esclarecer sobre as questões das assimetrias de gênero; a igreja católica e os grupos de esquerda, todos unidos em oposição ao regime ditatorial.

Conforme as autoras Ana Alice A. Costa e Cecília Maria B. Sardenberg (1990, p. 43) conscientes de que a questão da opressão da mulher não era um problema secundário que figurasse como simples consequência da economia capitalista, e assim, não seria resolvido “naturalmente” após o processo de transformação social, como requeriam as feministas socialistas, os movimentos feministas se recusavam relegar a luta das mulheres ao plano secundário e a vê-la dissolvida nas chamadas “lutas gerais”. Naquele contexto ocorreram embates inflamados entre as diversas “correntes feministas autônomas” e os diferentes movimentos dos partidários, o que implicou em divergências e divisões de onde emergiram novos grupos.

Porém, questões difíceis de equacionar como o direito ao aborto, a sexualidade e o planejamento familiar e outras questões delicadas, se mantiveram na esfera dos “pequenos grupos de reflexão” sem, alcançar visibilidade pública. Outra particularidade do movimento feminista no Brasil se comparado ao europeu, diz respeito à sua relação com o Estado, expressa na trajetória dos demais movimentos sociais urbanos. Eles se organizavam em bases locais arraigados à vivência do dia a dia dos/as moradores/as das periferias urbanas, de modo que suas reivindicações se dirigiam ao Estado como promotor do Bem Estar Social (SARTI, 2004).

A cientista política Céli Pinto (1994) alega que dentro do quadro da ditadura militar e da iminente pobreza e miséria que assolava um enorme contingente populacional no Brasil da época, as identidades criadas em contexto de dominação se viram, em maior ou menor grau, impulsionadas pela luta contra o governo. Os grupos de reflexão e as questões de sexualidade – comuns nos movimentos feministas de países dos europeus e dos EUA nos anos 70 – aportaram no Brasil como devedores de outras lutas e não surgiram propriamente das lutas feministas no país.

A participação das mulheres nos movimentos de bairro teve o grande mérito de afastá-las do isolamento doméstico e possibilitou o surgimento e um novo sujeito político ao problematizar, de maneiras diversas, a condição a mulher e a identidade de gênero. Deste

modo, “[a]s mulheres começam a falar a partir de sua condição de mulher (...) constituída a partir do reconhecimento da opressão, (...) da [sua] história pessoal e coletiva, de construção de interesses e de lutas próprias” (PINTO, 1994, p. 195). Tal circunstância acarretou uma renovada esfera de forças, na qual o homem, considerado como sujeito universal de direitos, tornou-se constituído de forma relacional em oposição ao sujeito mulher, concebido então sob uma perspectiva positiva e diversa do feminino biológico e essencializado.

Em 1975, ano que a ONU decretou o Ano Internacional da Mulher, um seminário aglutinando mulheres preocupadas com a condição feminina no Brasil foi organizado no Rio de Janeiro. Essas mulheres se inspiravam nas propostas do então novo movimento feminista em expansão nos Estados Unidos e Europa. Segundo Costa e Sadenberg (1990, p. 42) a perspectiva do “novo” feminismo era a de que “o pessoal é político”, deste modo, questionava a divisão sexual do trabalho e o papel tradicional atribuído à mulher na esfera da família e do trabalho. Nesta época, segundo Maria Helena Pessoa (1990), surgiu:

[O] segundo princípio *estratégico* do Movimento das Mulheres, a aceitação prática da dupla militância (...) a militância paralela nos partidos políticos e nos ‘grupos organizados de mulheres’ bem como a ‘militância unicamente feminista’ (PESSOA, 1990, p. 292).

A partir desse seminário, surgiram muitos grupos de mulheres em todo o Brasil. Ora configurando-se apenas como “grupos de reflexão e estudos”, ora “grupos de reflexão e de ação”, eles buscavam assegurar o princípio da autonomia, um dos pontos considerado de fundamental importância na luta com diferentes grupos políticos de esquerda, que intencionavam tutelar os Movimentos das Mulheres através dos partidos de esquerda. O movimento feminista autônomo se alinhava ideologicamente à esquerda no que dizia respeito ao comprometimento com as mudanças sociais, mas eram divergentes no que se referia ao avanço das batalhas das mulheres (COSTA e SADENBERG, 1990).

Dentre as características da constituição do feminismo no Brasil dos anos 70, enfatizamos o seu relacionamento íntimo com: i- a luta das mulheres militantes dos movimentos clandestinos que foram barbaramente torturadas, inclusive sexualmente, nos

porões da ditadura; ii- a luta pela anistia materializada na contestação das violências praticadas pelo Estado contra as mulheres manifesto na violência contra seus corpos, particularmente pela esterilização das mulheres pobres em todo o país, iii- pela reivindicação de direitos legais igualitários, iv- na luta pela democratização do Brasil, v-na luta contra a pobreza, vi- na reivindicação dos direitos da mulher sem terra.

A antropóloga Miriam Grossi (2004) afirma que os feminismos no Brasil possuem a especificidade de se fazerem presentes tanto no ambiente acadêmico, quanto nos movimentos sociais. As primeiras publicações feministas brasileiras, nos anos 1970, eram marcadas pela preocupação com a luta de classes e contra o regime militar ditatorial. Havia de um lado grande comprometimento político por parte das feministas daquela época e de outro havia uma grande preocupação com a pesquisa sobre aquilo que se entendia “ser a mulher brasileira”. Essa era uma preocupação característica daquelas que compunham a maior parte do movimento no Brasil, as mulheres de classe média e intelectualizadas (SARTI, 2004).

O desenvolvimento do campo de estudos feministas no Brasil foi impulsionado pelo investimento de agências internacionais para alavancar os estudos nesta área acadêmica. A Fundação Ford, em parceria com a Fundação Carlos Chagas, foi relevante para o crescimento dos estudos de gênero no Brasil. Ao longo de vinte anos – 1978-1998 – foram desenvolvidas duas centenas de pesquisa sobre mulher e gênero no Brasil apoiadas pelo “concurso de dotações para pesquisa sobre mulher e gênero” (GROSSI, 2004, p. 213). No início dos anos 1990 havia, no país, uma tradição de pesquisa consolidada sobre mulher e gênero.

Nos anos 1980, as mulheres redescobriram a política após anos de repressão, o movimento feminista foi de importância fundamental neste processo. Nos anos 1970, este movimento reuniu diferentes mulheres em diversos grupos: de conscientização, militância, estudos e pesquisa. Tais grupos acabaram se voltando para a reflexão sobre questões políticas propriamente femininas, como a compreensão e o direito sobre o próprio corpo e o prazer. Estas reflexões se transformaram nas questões de sexualidade e da saúde da mulher.

De acordo com a antropóloga Lourdes Bandeira e a economista Hildete Pereira de Melo (2010, p. 24), nos anos 1980, mulheres de diferentes organizações da sociedade civil, como as negras e lésbicas, trouxeram para a arena pública suas questões específicas. Em 1984 aconteceu, em São Paulo, o I Encontro Estadual de Mulheres Negras, propondo criar

estratégias para viabilizar as demandas dessas mulheres, em especial, dar visibilidade aos impactos do racismo sobre aquelas mulheres. Em 1988 organizou-se o I Encontro Nacional de Mulheres Negras, articulando grupos de outras regiões do país. Na década de 1980, criaram-se coletivos políticos de mulheres negras nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Maranhão, Espírito Santo e Minas Gerais, e outros.

Assim, na década de 1980 o movimento feminista iniciou o debate junto a diferentes setores sociais sobre as maneiras possíveis de participação política das mulheres. Conforme a socióloga Eva Blay (2008), através da aproximação com os partidos políticos amadureceram-se os projetos de constituição dos Conselhos de Condição Feminina. Estes foram pensados como uma ponte de ligação entre a sociedade civil e o Estado através dos movimentos sociais. Sua estrutura era composta por 60% de mulheres da sociedade civil e 40% de mulheres representantes de órgãos de administração do Estado. Naquele momento acreditava-se que esse tipo de composição facilitaria o sucesso das reivindicações sociais (BLAY, 2008).

Os conselhos trouxeram para o debate público no Brasil, pela primeira vez, temas centrais, de forma organizada, que atentassem para a condição da mulher: “... a violência contra a mulher; os direitos da trabalhadora; a desobediência da Legislação trabalhista, a sexualidade e o aborto, começaram a ser tratados sistematicamente” (BLAY, 2008, p. 383).

Ademais, os conselhos tiveram o mérito de impulsionar a criação de organizações e programas de governo voltados para a mulher, a exemplo das Delegacias de Defesa da Mulher, as quais são especializadas em combater diretamente o crime e a violência contra a mulher. Os Conselhos da Mulher viabilizaram, antes das eleições de 1986, a reunião – suprapartidária, e até certo ponto, supraclassista – de mulheres em todo o país para a criação de uma carta de reivindicações para a constituição de 1988 e também discutir os direitos e deveres das mulheres para a nova constituição.

Dentre as conquistas alcançadas, expressa na Carta Constitucional de 1988, destaco a abolição da figura do “chefe” de família, ou seja, homens e mulheres passaram a ter os mesmos direitos e deveres no casamento; o divórcio pôde ser pedido após um ano de separação judicial e por quantas vezes as pessoas quisessem – antes só se podia divorciar-se uma vez. Os/as filhos/as nascidos/as dentro ou fora da sociedade conjugal têm os mesmos

direitos. A noção do absoluto pátrio-poder foi revista e o Estado pode intervir na família, se se fizer necessário, nos casos de violência. Cabe ao casal decidir sobre o planejamento familiar e ao Estado cabe o fornecimento dos “recursos educacionais e científicos” que viabilizem o planejamento (BLAY, 2008).

Rago (2004) enfatiza, sob outra perspectiva, que no Brasil, desde os anos 1980, ocorreram mudanças nas atitudes de muitas feministas que encontravam na negação, e/ou no descuido com o corpo, uma estratégia necessária de contrapor as normalizações burguesas. Surgem então, novos modos de feminilidade e espaços para o feminino, as compreensões de beleza, sexualização e sedução se renovaram ancoradas nas práticas de liberdade. Assim, deu-se visibilidade às diversas possibilidades de respostas às questões das mulheres e propuseram-se novos questionamentos desde a perspectiva da crítica feminista, “a partir de um pensamento que singulariza, subverte e diz de onde fala” (RAGO, 2004, p. 35).

A historiadora denomina de “pós-feminismo” o contexto atual das lutas e esforços feministas na construção de novos questionamentos e novos contornos manifestos nas relações no interior desse movimento. Este termo, “pós-feminismo”, no entanto, não significa que as lutas sociais e políticas das mulheres tenham sido plenamente alcançadas, ao contrário “... é possível perceber no contexto atual das batalhas feministas, uma nova relação que o feminismo contemporâneo estabelece consigo e nas imagens de si que projeta para o mundo” (RAGO, 2004, p. 31). Segundo a autora, agora a sociedade reconhece a importância do movimento feminista brasileiro, tido como mais avançado comparativamente a outros países não só em relação aos da América Latina.

A figura das feministas, desde o século XIX, era associada a imagens negativas, como à “feiura”, à “velhice” ou unicamente às mulheres lésbicas e “mal-amadas”. Essa representação cedeu espaço para a visão do feminismo como movimento de luta e de resistência contra as relações de subordinação pelos homens das diferentes mulheres – brancas, negras, pobres, de classe média, heterossexuais, homossexuais, transsexuais, de diferentes faixas etárias, indígenas, e etc. Além disso, desde os anos 1980, o discurso feminista tem alcançado mulheres muito jovens que, em decorrência das próprias conquistas do movimento, entram com mais autonomia para a esfera pública e do trabalho se comparadas às mulheres dos anos 1960. Na contemporaneidade, as mulheres mais jovens desfrutam as

conquistas e avanços do movimento feminista e conseguem criar relações cotidianas de gênero menos opressoras e hierarquizadas, se relacionam com o seu corpo, com o sexo e com a vida de maneira mais autônoma.

Entretanto, é preciso reconhecer que, infelizmente, a violência sexual, material, moral ou simbólica contra as mulheres ainda persistem. As mulheres são submetidas a diferentes formas de humilhação. Tais situações apontam para a necessidade da manutenção da luta, pois ainda há muito a ser conquistado. Portanto, as lutas feministas não terminaram, particularmente, se considerarmos o modelo de masculinidade ainda predominante no Brasil.

O feminismo, assim, não diz respeito apenas às mulheres, pois, ao expor a limitação da identidade masculina, a qual tende desvalorizar e excluir características da subjetividade vistas como culturalmente femininas, acabou por desestabilizar estas identidades. Estes sujeitos, em muitos casos, passaram a reconhecer a legitimidade das “emoções, sentimentos, fragilidade e a possibilidade de vivências mais reais porque mais integradas psiquicamente, forçou a busca de novas formas de redescrição de si também para os homens” (RAGO, 2004, p. 43).

Na próxima seção, delinearei um pouco a relação entre a contribuição do feminismo e as teorias em torno do poder e subjetividade, tomando principalmente os trabalhos de Michael Foucault e Judith Butler.

3.2 - Discursos de poder e Subjetividade

As identidades formadas em situações de subalternidade sempre implicam em tensão. No entanto, a noção de que a identidade está sempre em movimento aponta para a possibilidade do “tornar-se”, para o fato de que ela não é fixa, o que nos permite considerar a possibilidade de agência não só do opressor, mas do oprimido. Ao longo das próximas páginas, articulo a noção de identidade de gênero e a produção de subjetividade entendida como o processo através do qual as pessoas criam novas formas relacionais e distinguem-se umas das outras, produzindo novas maneiras afetivas na produção da diferença e da

diversidade, entendida como diferença positivamente articulada pelos/as agentes sociais em questão, conforme apresentado no segundo capítulo deste trabalho.

Neste sentido, de acordo com a discussão anterior, refletir sobre a identidade em contexto de migração leva a considerar a primeira como um processo “... complexo e contingente suscetível a transformações” (SCOTT, 2005, p.29). A identidade, portanto, é fruto de relações de forças plurais e diversas, sempre aberta e em permanente construção, em que o “masculino” e o “feminino” se constroem em reciprocidade. A historiadora Joan Scott (2005) assevera que as identidades de mulheres e homens se relacionam à “significação subjetiva e coletiva que uma sociedade dá ao masculino e ao feminino e como, ao fazê-lo, ela confere as mulheres e aos homens suas respectivas identidades⁴⁶” (SCOTT, 1999, p. 06). Para a autora, o gênero é constituinte das relações coletivas ancoradas nas distinções dos sexos. Deste modo,

As relações que se instauram entre os sexos provêm das representações da diferença sexual que elaboramos em nosso cérebro, sendo aquelas uma questão de poder que opera entre homens e mulheres inclusive sob sua forma mais elementar [deste modo] as mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações de poder⁴⁷ (SCOTT, 1999, p. 11).

Judith Butler (2001), no livro *The Psychic Life of Power: theories in subjection*, problematiza a relação entre poder e sujeito. A autora discute a dimensão dupla do poder no registro da noção de “sujeição,” entendida como processo de constituição e subordinação do sujeito. A filósofa elabora “uma teoria da psique para acompanhar a teoria do poder”⁴⁸ (BUTLER, 2001, p. 13) utilizando-se de Hegel, Nietzsche, Freud, Foucault e Althusser. Segundo ela, os sujeitos, conforme entendem esses estudiosos, são constituídos “... no ato de voltar contra si mesmos, numa incorporação culpada da lei que os condena e desta forma os

⁴⁶ “... la significación subjetiva y colectiva que una sociedade da a lo masculino y lo femenino y cómo, al hacerlo, ella confere a las mujeres y a los hombres sus respectiva identidades” (SCOTT, 1999, p. 06).

⁴⁷ “... Las relaciones que se instauran entre los sexos provienen de las frepresentaciones de la diferencia sexual que elaboramos en nuestro cerebro, siendo aquéllas una cuestión de poder, el que opera entre hombres y mujeres bajo su forma más elemental. (...) los câmbios em la organizaci3n de las relaciones sociales corresponden siempre a câmbios em las representaciones del poder” (SCOTT, 1999, p. 11).

⁴⁸ “uma teoria de la psique para acompañar a la teoía del poder” (BUTLER, 2001, p. 13).

constitui” (SALIH, 2012, p. 165). O sujeito é formado, simultaneamente, no “processo de anulação, superação e preservação”. Para efeito deste trabalho, abordarei a aproximação e a crítica de Butler à Foucault.

Em Butler (2001), a identidade social se forja pela sujeição. Deste modo, o sujeito está amarrado à lei de maneira passional, bem como à autoridade que o subjuga. A identidade se constrói pela culpa e pela perda, portanto, não se foge ou se ultrapassam as relações de poder. Disso decorre a impossibilidade de se vivenciar uma liberdade radical, uma vez que o sujeito não pode ignorar as normas que o formam e o protegem.

Butler (2001) concorda com Foucault (2005 v.1 e v.3) quando este afirma que o discurso produz, constitui e normaliza as subjetividades e as práticas sociais. Para a filósofa, o sujeito atua como categoria linguística sempre em processo de construção nas relações de poder. Assim, a fim de tornar-se sujeito, o indivíduo passa por um processo de subjetivação ou de sujeição. Na perspectiva de ambos, as possibilidades de subjetivação ocorrem através de construções de estratégias de resistência aos poderes que se lhes impõem e ao mesmo tempo criam as limitações. Segundo a socióloga Neiva Furlin (2013, p. 396), “[e]ssa possibilidade, que se dá por atos de liberdade em Foucault [*História da Sexualidade: o cuidado de Si*] (...) é denominada *subjetividade ética*, e em Butler, é definida como *agência*, em cuja noção o desejo aparece como aspecto fundamental”.

Butler também está em consonância com a visão foucaultiana de que o poder não somente se impõe ao sujeito, mas também o constitui. A autora argumenta que o poder age,

Fornecendo-lhe [ao sujeito] a própria condição de sua existência e a trajetória do seu desejo, então o poder não é somente algo ao qual nos opomos, mas também de forma muito acentuada, algo que dependemos para a nossa existência e que abrigamos e preservamos nos seres que somos⁴⁹ (BUTLER, 2001, p. 12).

⁴⁹ que le proporciona la misma condición de su existencia y la trayectoria de su deseo, entonces el poder no es solamente algo a lo que nos oponemos, sino también, de manera muy marcada, algo de lo que dependemos para nuestra existencia y que abrigamos y preservamos em los seres que somos (BUTLER, 2001, p. 12).

No entanto, para ela, em *Vigiar e Punir* (1987), Foucault não explora os mecanismos da psique através dos quais os sujeitos se formam na submissão, como também não aborda a dupla valência do poder: subordinação e submissão⁵⁰. Deste modo, a filósofa se volta para a visão de poder em Foucault a fim de refletir sobre a constituição do sujeito e suas possibilidades de agência.

Como para a autora o poder não nos é apenas externo, mas somos por ele também constituídos/as psiquicamente, ali também a identidade do sujeito é formada. Desde o nascimento, dependemos dos/as nossos/as cuidadores/as, criamos vínculos ligados à sobrevivência, logo, primariamente, nos subordinamos a uma manifestação do poder e internalizamos certas normas e valores ao longo da infância, através de processos de socialização. Destarte, os indivíduos ocupam o lugar do sujeito – sujeito e “lugar” são simultâneos – e assumem inteligibilidade, “previamente estabelecidos na linguagem”⁵¹ (BUTLER, 2001, p. 20). A autora também afirma que o sujeito é efeito da subordinação, desse modo privado da potência. Entretanto, paradoxalmente, a subordinação é a condição da possibilidade da potência.

Butler (2001) assevera que Foucault (1987) não se dedicou a pensar o poder no âmbito da vida psíquica, logo, para o filósofo, o poder torna-se produtivo graças aos regimes disciplinares e de controle. Em Butler, porém, a submissão para se efetivar e se manifestar envolve os movimentos da psique. Pois a incorporação ou a reiteração constante das normas passa necessariamente, pela psique “na qual também se fabrica a distinção entre a vida interior e exterior, oferecendo uma distinção entre o psíquico e o social” (FURLIN, 2013, p. 397). Disso advém nossa capacidade reflexiva e oferece as possibilidades de resistência.

O poder está presente nas normas que formam o sujeito, e é anterior a ele; o poder o constrói enquanto sujeito, mas também constitui o sujeito, pois age por meio dele. O poder, portanto, é ao mesmo tempo, externo ao sujeito, e é, a jurisdição ou força que o rege. Essa ambivalência é aparente, e assume sentido “... quando entendemos que sem a intervenção do

⁵⁰ Butler (2001) usa o termo sujeição com o significado de – estar sujeito a/ ser sujeitado por – e de subjetivação – o processo de devir do sujeito.

⁵¹ previamente estabelecidos em el language (BUTLER, 2001, p. 20)

poder não é possível que emerja o sujeito, porém que sua emergência acarreta a dissimulação daquele⁵²” (BUTLER, 2001, p.26).

A subordinação não somente forma o sujeito, mas lhe possibilita a condição de “vir a ser”. Butler esclarece:

O poder que é a condição do sujeito é por força distinto do poder que se diz que exerce o sujeito. O poder que dá origem ao sujeito não mantém uma relação de continuidade com o poder que constitui a sua potência. Quando o poder modifica seu estatuto passando de ser condição da potência e se converte “na própria” potência do sujeito (constituindo uma aparência de poder na qual o sujeito aparece como condição de seu “próprio” poder), se produz uma inversão significativa e potencialmente habilitante⁵³ (BUTLER, 2001, p. 23).

A capacidade de reflexividade e de resistência permite ao sujeito se opor ao poder que o forma, entretanto este sujeito – reflexivo e resistente – por si mesmo, “não dá conta do seu próprio tornar-se, mas encontra as possibilidades para resignificar normas, discursos, experiências e práticas sociais” (FULIN, 2013, p. 397).

A condição de agência, para Butler, se encontra presente na incompletude do sujeito o que torna possível o processo de fratura e a criação de novos significados e práticas sociais. O sujeito se produz, e é produzido, através de atos performativos de reiteração das normas de forma ritualizada, porém, essas não o determinam completamente. Pois, assim como em Foucault (2003, 2005), para Butler o poder não apenas controla, mas também forma.

⁵² “... quando entendemos que sin la intervención del poder no es posible que emerja el sujeto, pero que su emergencia conlleva el disimulo de aquél” (BUTLER, 2001, P. 26).

⁵³ El poder que es condición del sujeto es por fuerza distinto o poder que se disse que ejerce el sujeto. El poder que dá origen ao sujeto no mantiene una relación de continuidade com el poder que constituye su potencia. Cuando el poder modifica su estatuto passando de ser condición de la potencia a convertirse en “la própria” potencia del sujeto (constituyendo una apariencia del poder em la que el sujeto aparece como condición de su “próprio” poder), se produce una inversión significativa y potencialmente habilitante (Butler, 2001, p. 23).

Nas palavras de Foucault, a resistência é volátil e produtiva como o poder “a partir do momento em que há uma relação de poder, há possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa” (FOUCAULT, 2003, p. 241).

O filósofo compreende o poder como relacional, portanto, ele envolve relações mútuas de poder, as quais:

...não podem existir senão em função de uma multiplicidade de pontos de resistência que representam nas relações de poder o papel de adversário, de alvo, de apoio, de saliência que permite a apreensão. Esses pontos de poder estão presentes em toda a rede de poder (FOUCAULT, 2005 v. I, p. 91).

O filósofo enfatiza a existência de resistências, no plural, que podem ocorrer de diversas formas e, nem sempre ocorrem em oposição à dominação, posto que as resistências não se configuram como “subproduto” das relações de poder. As resistências, na argumentação de Foucault:

... são o outro termo nas relações de poder; inscrevem-se nessas relações como o interlocutor irreduzível. Também são, portanto, distribuídas de modo irregular: os pontos, os nós, os focos de resistência disseminam-se com mais ou menos densidade no tempo e no espaço, às vezes provocando o levante de grupos ou de indivíduos de maneira definitiva, inflamando certos pontos do corpo, certos momentos da vida, certos tipos de comportamentos. (...) [porém] é mais comum serem pontos de resistência móveis e transitórios, que introduzem na sociedade clivagens que se deslocam, rompem unidades e suscitam reagrupamentos, percorrem os próprios indivíduos, recortando-os e os remodelando... (FOUCAULT, 2005 v.I, p. 91-92).

Foucault, entretanto, não deixa claro em sua teoria, ao refletir sobre a possibilidade da resistência a questão do desejo, esse, em Butler cria a possibilidade de resistência (FURLIN, 2013). Na esteira do pensamento foucaultiano, em *A História da Sexualidade*, mas informada pela teoria performativa da linguagem, a agência em Butler, se manifesta como a capacidade de articulação e ressignificação inerente ao poder de ação e de produção de novos efeitos. “[A] agência não é assim um ‘atributo’ dos sujeitos, mas sim uma característica performativa

de significado político. Quando o sujeito se torna resistência ele se constitui agência” (CASALE e FEMENÍAS, apud FURLIN, 2013, p. 397).

Desta forma, para Butler e Foucault, os sujeitos são ativos na formação de sua identidade e as normas não são introjetadas de forma mecânica. Porém, para se obter uma identidade inteligível o sujeito é subordinado a regras sociais rígidas. “Mas esse processo de encarceramento só é bem sucedido quando o próprio sujeito participa dele ativamente. Assim sendo, a construção da identidade em Butler depende em grande parte de uma ‘auto-opressão’” (CHAMBOULEYRON, 2009, p. 06).

As linhas pós-estruturalistas de análise, influenciadas por Foucault, realçam as maneiras pelas quais os discursos não só constroem os sujeitos, como também os posicionam. Conforme a antropóloga Sherry Ortner (2007, p. 386), esse tipo de leitura se dedica a compreender as relações presentes nas posições de sujeito, sejam elas políticas ou vinculadas à identidade políticas – em geral subalternas – a mulher, o/a outro/a racializado e etc.

Ao se referir à sexualidade, Foucault (2004) afirma ser ela parte da conduta humana e que demanda a liberdade para a criação e construção dos indivíduos, disto decorre que a identidade não é um *a priori*, mas é fruto da sua ação criativa, é um processo de afirmação inventiva cuja força é capaz de plasmar novas escolhas políticas, éticas e culturais. Deste modo, a identidade não é tida como uma essência do sujeito, mas considerada na perspectiva da inovação, visão que ultrapassa a perspectiva identitária binária e determinista.

Em sua visão, os sujeitos são capazes de criações reais e inovadoras, como novas maneiras de estar no mundo. Ao se refletir sobre a questão da identidade o autor nos lembra de que “somos seres únicos”, mas as relações que estabelecemos conosco devem ser “relações de diferenciação, de criação, de inovação” (FOUCAULT, 2004, p. 266) e não de identidade no sentido de “uma regra universal”, pois, a visão universalista tolhe a liberdade do sujeito, na medida em que garante o seu controle.

Voltando à perspectiva de agência em Butler, conforme anteriormente abordada, a autora defende que o elemento ativo da ação do sujeito ocorre na sujeição e subordinação, desse modo, a resistência opera no interior da “dinâmica do poder, que pode reiterar formas de ressignificação” (FURLIN, 2013, p. 398). O desejo é considerado o elemento

impulsionador da mudança e da transformação, pois é desestabilizador; ele não se mantém sempre o mesmo, não é controlado pela consciência, antes a consciência é o resultado das operações do desejo. (CASALE e FEMÍNIAS, apud FURLIN, 2013). Esse se liga a uma prática de mudança, por meio do discurso abrindo as possibilidades de uma ação política transformadora.

O desejo também possibilita resistência, a capacidade de decisão surge em contestação às normas, pois qualquer contestação política funda-se em normas que visem construir uma nova situação. Para Furlin, “isto não se trata de uma libertação, e sim de uma ‘subversão crítica’, uma ressignificação radical” (FURLIN, 2013, p. 398).

Mais uma vez aliada às ideias de Foucault (1987), Butler (2001) afirma que toda a resistência ocorre nos termos da lei, sendo, portanto, um efeito da lei ou do poder. O sujeito, em Foucault, é uma construção permanente, disso decorre a possibilidade de reiteração e de subversão, porém, Sara Salih, nos lembra: “... Butler chama a atenção para o risco de renormalização nesse modelo de identidade, perguntando-se como é possível extrair resistência do próprio discurso” (SALIH, 2012, p. 177).

Para Foucault, o sujeito moderno foi criado pelas normas impostas pelo poder e, deste modo, produzido pelo poder que age sobre os corpos, tornando-os submissos, adestrando seus gestos, regulando suas atitudes, normalizando o prazer. Das técnicas disciplinares que separam, comparam, distribuem, avaliam e hierarquizam surgiram homens e mulheres como objeto do saber. De tais técnicas, emergiram também as ciências humanas como domínios de saber e, conseqüentemente, produziram e difundiram o poder “... a partir de práticas políticas disciplinares” (FOUCAULT, 2003, p. 19).

Foucault se dedicou a elaboração genealógica da mútua dependência “da alma moderna e um novo poder de julgar” (FOUCAULT, 1987, p. 23), ele elaborou a história do conjunto científico e judiciário onde se ancorava um tipo de poder particular, cujas normas e regras foram ampliadas de maneira a criarem “processos de individualização que são antes efeitos das novas táticas de poder”. Ele destacou, dentre essas, “os mecanismos penais” de dominação, inaugurados na era moderna. Logo, a “alma moderna” foi conformada por “...certa tecnologia de poder sobre o corpo” (FOUCAULT, 1987, p. 28).

Portanto, a subjetividade humana foi e é produzida constantemente, mas não de maneira substantiva, ela “é o elemento onde se articulam os efeitos de um certo tipo de poder e a referência de um saber, a engrenagem pela qual as relações de poder dão lugar a um saber possível, e o saber reconduz e reforça os efeitos de poder” (FOUCAULT, 1987, p. 28) operado pelos discursos da ciência; técnicas da disciplina; educação e vigilância daqueles/as sobre os/as quais age o poder: os/as presos/as, as crianças, os/as loucos/as, os/as colonizados/as, e assim por diante. Tal “alma” não foi considerada pelo filósofo uma construção histórica como a defendida pela teologia cristã. Sua historicidade, não está representada na punição como merecimento, como se já nascesse pecadora, por isto, merecedora do castigo, para Foucault, tal subjetividade é produzida pela atuação “... de punição, da vigilância, de castigo e de coação” (FOUCAULT, 1987, p. 28).

Sobre a subjetividade humana foram criados os discursos e as técnicas da ciência. O humanismo, ou o racionalismo, daí advindo, não suplantou a ilusão cristã da alma e a substituiu por um “homem real, objeto de saber, de reflexão filosófica ou de intervenção técnica” (FOUCAULT, 1987, p. 29). Os homens e as mulheres são consequência de um domínio, ou de:

...uma sujeição bem mais profunda do que ele. Uma alma o habita e o leva a existência, que é ela mesma uma peça do domínio exercido pelo poder sobre o corpo. A alma [é], efeito e instrumento de uma anatomia política; a alma prisão do corpo (FOUCAULT, 1987, p. 29).

Butler (2001) em sua teorização crítica Foucault (1987), pois de sua perspectiva, o filósofo ao conceber a alma/psique como um efeito aprisionador, ele limita a possibilidade de explicar a resistência psíquica. Quanto a este respeito, Salih afirma:

Inversamente, apontando uma lente foucaultiana para a teoria psicanalítica, Butler se pergunta se a resistência psíquica, mais do que um meio de abalar o poder, não seria um efeito do poder, uma produção discursiva. A resistência se dá no interior do discurso ou da lei, mas aquilo que Butler chama ‘remanescente psíquico’ – o elemento da psique que ‘resta’ (...) quando as operações discursivas fizeram seu trabalho – significa os limites da normalização, ainda que esteja evidente também que o inconsciente não

escapa das relações de poder pelas quais ele é estruturado (SALIH, 2012, p. 175).

Se em Foucault a alma aprisiona o corpo, presume-se que existiria um corpo anterior alvo da ação dos discursos disciplinares. Salih (2012), sob a égide de Judith Butler, afirma: em “Foucault e o paradoxo das inscrições corporais”, apresenta o que a filósofa considera um paradoxo na teoria de Foucault sobre corpos e discursos: para ele, os corpos são construções discursivas, entretanto suas explicações “dos mecanismos de inscrição legal parecem pressupor que eles *preexistem* a lei” (SALIH, 2012, P. 176). O argumento de Butler é o de que corpo e alma são formações discursivas que surgem, ao mesmo tempo, através da “sublimação do corpo e da alma (...) ou o ‘desvio do instinto sexual para atividades ‘culturais’ ou ‘morais’⁵⁴”.

Em *Vigiar e Punir*, a alma se configura como instrumento de poder por meio da qual se constrói e se cria o corpo: “[e]m certo sentido, funciona como um esquema carregado de poder, que produz e atualiza o corpo”⁵⁵ (BUTLER, 2001, p. 103). A alma, entendida como ideal normativo em Foucault, adentra, modela e cultiva o corpo, visão que, para Butler (2001), figura como um ideal imaginário historicamente específico de acordo com o qual se materializa o corpo. Para Butler, a maior parte das vezes, em *Vigiar e Punir*, a possibilidade de resistência figura:

a) no curso de uma subjetivação que desdobra os fins normalizadores que a cultivam, por exemplo, no “contra discurso inverso”, b) pela convergência com outros regimes discursivos, quando uma complexidade discursiva involuntária mina os fins teleológicos da normalização. A resistência é apresentada, por tanto, como efeito do poder, como uma parte do poder como sua autosubversão⁵⁶ (BUTLER, 2001, p. 105-106).

⁵⁴ Idem

⁵⁵ “En certo sentido, funciona como um esquema cargado de poder que produce y actualiza al cuerpo” (BUTLER, 2001, p. 103).

⁵⁶ a) en el curso de una subjetivación que desborda los fines normalizadores que la activan, por ejemplo, em el “contra-discurso inverso”, b) por la convergencia com otros regimes discursivos, quando una complejidad

Foucault, ao não incluir em sua teoria do poder, a psique, deixa de afirmar a existência de “um potencial para o excesso subversivo numa psique que nunca está completamente determinada pelas leis que a sujeitam” (SALIH, 2012, p. 187).

Em Butler, a lei que limita o desejo, o mobiliza. O desejo emerge das relações de poder. Quem deseja, quer o poder de se impor, deste modo, o desejo incita a transgressão da ordem e cria a possibilidade da agência, pois toda sublevação política se baseia nos padrões normativos para a produção de uma nova situação. Não se trata de uma “libertação”, mas de “uma subversão crítica, uma ressignificação radical” (FURLIN, 2013, p. 398). O sujeito é efeito do poder, mas simultaneamente conserva a possibilidade da resistência.

Aliado a isso, as interpelações pautadas na lei podem não ser reconhecidas como autoridade irrestrita, logo podem não ser asseguradas. Butler (1997) parte da ideia de “interpelação” de Althusser (1971) para pensar a resistência. Um dos exemplos usados pelo autor é o do policial que, ao abordar uma pessoa com grito: “Ei, você!” pratica uma ação discursiva que constitui a identidade da pessoa a quem se dirige. O policial encarna a autoridade – a lei – e sua abordagem é uma forma de regular a ação daquele/a para quem ele se volta. Caso a pessoa seja obediente ao chamado, ela começará um processo reiterativo que constitui a identidade de subordinado à autoridade. Se a pessoa não der atenção ao policial sua posição de subordinado não se efetiva, pois Butler considera que a subordinação demanda que a pessoa reconheça a autoridade da norma.

Embora Butler (2001) defenda que os sujeitos são constituídos por “chamados” interpelativos que ele/ela não escolheu, a autora afirma que os discursos que intimam os sujeitos, atuam pelo fracasso, pois a interpelação não constitui inteiramente os sujeitos, esses/as podem resistir, podem não reconhecer os termos pelos quais são interpelados/as. “De qualquer maneira, a relação do sujeito com a interpelação e o poder continua ambivalente, uma vez que a interpelação da lei traz o sujeito à existência ao subjetiva-lo” (SALIH, 2012, p. 186).

“O Eu ambivalente e marcado pela perda é, na melhor das hipóteses, frágil, mas a agência consiste em renunciar a qualquer pretensão à coerência ou à autoidentidade, submetendo-nos à interpelação e subversivamente não reconhecendo os termos pelos quais somos intimados” (SALIH, 2012, p. 186). Tal recusa ocorre no interior do poder que nos constitui e limita, mas paradoxalmente nos impulsiona ativamente a resistir e a buscar uma subversão bem sucedida.

Conforme dissemos anteriormente, Butler nega a possibilidade de que as normas sejam internalizadas de forma mecânica ou previsível, o sujeito, no entanto, deseja as normas, pois é através do seu cumprimento que ele/ela assumem existência social. Embora esteja preso à subordinação das normas, não impede que o sujeito seja capaz de “... afirmar sua agência na subordinação” (SALIH, 2012, p. 170). Butler (2001) diz:

O desejo de desejar é uma disposição de desejar precisamente aquilo que repudiaria o desejo, ainda que seja só pela possibilidade de seguir desejando. O desejo do desejo é explorado como o processo de regulação social, porque se as condições que nos permitem alcançar o reconhecimento social são as mesmas que nos regulam e ademais nos permitem alcançar o reconhecimento social, então a afirmação da própria existência implica render-se a própria subordinação...⁵⁷ (BUTLER, 2001, p. 90).

Conforme o que foi exposto, a visão butleriana sobre o desejo ser o motor da agência permite pensar sobre a vivência das mulheres e homens que se inserem nos processos migratórios de longa distância. Aqueles/as que se dirigem aos Estados Unidos são confrontados/as por padrões normalizadores, muitas vezes diversos daqueles valorizados em seu local de origem, levando, em alguns casos, à luta pela subversão das formas anteriores de relacionamento de gênero. Seja no que diz respeito às divisões das tarefas domésticas – uma demanda comum às mulheres – quanto a um espaço maior de liberdade no interior dos

⁵⁷ El deseo de desear es una disposición a desear precisamente aquello que repudiaria al deseo, aunque sólo sea por la posibilidad de seguir deseando. El deseo del deseo es explotado en el proceso de regulación social, porque si las condiciones que nos permiten alcanzar el reconocimiento social son las mismas que nos regulan y además nos permiten alcanzar el reconocimiento social, entonces la afirmación de la propia existencia implica rendirse a la propia subordinación ... (BUTLER, 2001, p. 90).

relacionamentos, no que diz respeito a administração dos rendimentos do casal e assim por diante. Existem casos em que o que se deseja é um rearranjo das relações de gênero, sem, no entanto, romper com o casamento. Por vezes, se obtém sucesso, outras vezes, essas relações se rompem, conforme veremos na próxima seção.

A perspectiva de agência em Butler auxilia a compreensão das formas de resistência articuladas pelos sujeitos, pois implica a consideração subjetiva de que o desejo e a repressão estão mutuamente vinculados. Para a autora, os sujeitos querem desejar, entretanto, o alvo de seu desejo é justamente aquilo que os impossibilita de querer. Deste modo, repressão e vontade não podem se desvincular, pois a “...repressão é uma atividade libidinal, e o corpo longe de tentar escapar das interdições morais que se voltam contra ele mantém essa interdição que se volta contra ele a fim de continuar desejando” (SALIH, 2012, p. 173). O desejo é inerente aos sujeitos que preferem desejar a lei que os limita a não desejar nada.

Em consonância com a afirmativa acima, consideramos que a visão de Butler sobre a agência, motivada pelo desejo, contribui com a argumentação aqui pretendida, uma vez que pensamos o sujeito como um agente, capaz de subverter as relações assimétricas nas quais se insere, construindo novas relações e vivências cotidianas, o que nos permite compreender os/as colaboradores/as desta pesquisa em uma dimensão reflexiva e de resistência.

Neste sentido, acredito que algumas mulheres, as quais, de maneiras diversas, se posicionaram perante às normalizações em curso nas suas interações com seus companheiros. Desta forma, elas resistiram às relações assimétricas de poder, dentro das quais foram constituídas, lançando mão de práticas discursivas de resistência, em alguns casos, alterando seu posicionamento, seja forma mais proativa no casamento ou se separando de seus maridos.

3.2.1- Subjetividade, Poder e Violência

Algumas mulheres entrevistadas nesta pesquisa relataram ser vítimas de práticas de violência por parte dos seus parceiros. Assim, com o propósito de construir uma base para analisar tal realidade, o aparato teórico de Henrieta Moore me serviu como base que permitisse a compreensão destas vivências perpassadas por relações de poder e múltiplas subjetividades.

No texto “Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência”, Moore (2000) se propõe a refletir sobre a conexão entre a diferença de gênero e os tipos de agência juntamente com a violência interpessoal. A antropóloga recorre à crítica ao seu campo de estudos, a antropologia, objetivando, assim, abrir um espaço para compreensão do sujeito como lugar de subjetividades múltiplas.

Em seu trabalho, Moore denuncia a perspectiva antropológica tradicional, a qual trabalha com “culturas”, ou coletividades, compostas por entidades discretas, ou indivíduos. Para este campo do saber, os indivíduos então nascem em determinada cultura e dela se tornam membros através de processos de socialização. Pressupõe-se, portanto, que estas culturas existam antes dos indivíduos ao passo que esses, enquanto unidades, existem antes do seu contato com as sociedades onde se inserem. Deste modo, os indivíduos seriam singularidades que demandam uma marca cultural.

Essa visão não considera a reciprocidade de construção entre a sociedade e os indivíduos, na medida em que os considera opostos. Desse ponto de vista “...o indivíduo e o social ficam estranhos um ao outro, numa série cambiante de determinações hierárquicas” (MOORE, 2000, p.17). Essa perspectiva dificulta a compreensão da maneira como as pessoas assumem, produzem e reproduzem a identidade de gênero ao longo de suas vidas. Logo, a identidade de gênero, não é problematizada, mas considerada um dado natural, sem ambiguidades, ancorada nas categorias culturais e em acordos normativos. Uma vez amparada na categoria “padrão/ indivíduo” esse último é visto como uno e indivisível, ainda que variável, segundo as diversas culturas. Sob essa visão torna-se quase impossível se pensar o indivíduo como subjetivamente diferenciado. Assim, Moore sugere a necessidade da antropologia utilizar-se de uma teoria do sujeito, para responder as complexidades envolvidas nas identidades de gênero.

Moore (2000) utiliza a noção de sujeito pós-estruturalista segundo a qual “...discursos e praticas discursivas fornecem posições de sujeito, e (...) os indivíduos assumem uma variedade de posições dentro dos diferentes discursos” (MOORE, 2000, p. 18). Essa premissa de sujeito é válida, pois não se concebe o sujeito singular equivalendo ao indivíduo singular. Pois se os indivíduos são construídos de múltiplas formas eles têm o potencial de tomar para si múltiplas posições de sujeito no interior de diversos discursos e práticas sociais. Disso

decorre que podemos assumir posições contraditórias e conflitivas, já que somos construídos/as através de uma série de posições e de múltiplas subjetividades potenciais.

Moore (2000) defende que nem sempre os discursos de gênero se efetivam conforme preconizado pelas normalizações. Na sua perspectiva o reconhecimento de tal realidade permite admitir que nem sempre os diferentes discursos de gênero correspondem as reais auto-imagens de mulheres e homens. Moore não menciona Judith Butler no texto ao qual estou me baseando, mas eu acredito que a visão dessa autora sobre a construção das normalizações de gênero e a possibilidade de subvertê-la pode nos ser útil.

Conforme vimos em Butler (2001), o sujeito gendrado só pode existir na medida em que ocorra a sua sujeição às normas. Nas palavras de Márcia Arán e Carlos Peixoto (2007, p. 133) para ela o “sujeito gendrado, seria antes, o resultado de repetições constitutivas que impõe efeitos substancializantes. (...) a autora chega a afirmar que gênero é uma norma”.

Os atributos de gênero são performativos e não existem antes da identidade de gênero. A sociedade, ao nomear o sexo, como feminino e masculino, realiza um ato performativo de coerção e de dominação. Repete a norma e estabelece limites. A reiteração da norma, entretanto, não garante que os corpos obedeçam completamente às regulações através das quais se busca construí-lo. “Neste sentido é justamente pelo fato de a instabilidade das normas de gênero estarem abertas à necessidade de repetição do mesmo que a lei reguladora pode ser reaproveitada numa repetição diferencial” (ARÁN e PEIXOTO, 2007, p. 134). Se a noção de gênero constrói e naturaliza o que se concebe como masculino e feminino, pode ser também um dispositivo para desconstruir essas noções desnaturalizando-as.

Moore (2000) também defende a parcialidade dos efeitos do discurso e, assim como Brah (2006), entende a necessidade de levar em conta os motivos que conduzem as transformações e as opções feitas pelos sujeitos. Pessoas criam suas auto-representações de gênero de maneira geralmente conflitante em decorrência da multiplicidade de discursos de gênero oferecidas pelo seu contexto social e cultural. A constatação desta tensão fez com que os/as antropólogos/as “voltassem para os processos de fracasso, resistência e mudança na aquisição da identidade de gênero, e também para casos de obediência, aceitação e investimento” (MOORE, 2000, p. 24).

As posições disponíveis aos sujeitos se pautam em hierarquias de valores, nos quais discursos produzem identidades pessoais, bem como a “noção de investimento”, que leva os sujeitos a posições particulares. Para Moore (2000), essa noção se relaciona a algo situado entre “um compromisso emocional e um interesse”. Estes, por sua vez, se encontram relativamente ligados à concepção de “satisfação, retribuição e vantagem” que uma posição específica de sujeito oferece, mas nem por isso garante a sua efetivação. A noção de investimento possibilita refletir sobre a conexão entre poder e identidade.

Ao nos debruçarmos sobre a questão do investimento, é preciso compreender que esta se relaciona não só ao prazer emocional, mas às retribuições materiais, sociais e econômicas que certos sujeitos “bem posicionados” recebem quando são considerados, em termos culturais, por exemplo, como “bons maridos”, “boas esposas”, “bons filhos(as)”, “bons pais e mães”, etc, e nas diferentes situações sociais com as quais se deparam. Em decorrência disso, os “... modos de subjetividade e questões de identidade estão ligadas a questões de poder, e aos benefícios materiais que podem ser uma consequência dos exercícios de poder” (MOORE, 2000, p. 30). Moore, ao defender a natureza múltipla e conflitante da subjetividade, argumenta que a posição do sujeito muitas vezes não se dá por simples escolha, haja vista que, em muitos casos, assumimos inconscientemente posições oscilantes.

Ainda segundo ela, o que manteria a unidade destas múltiplas subjetividades de maneira a permitir a construção de agentes sociais “... são coisas como a experiência subjetiva da identidade, o fato físico de ser um sujeito num corpo e a continuidade histórica do sujeito, onde posições passadas de sujeito tendem a sobredeterminar posições presentes de sujeito” (MOORE, 2000, p. 18).

Nós podemos abraçar as posições de sujeito que nos são oferecidas pelos discursos sociais, bem como podemos rejeitá-las, e ainda, podemos resistir a elas, mesmo obedecendo à risca aquilo que se espera de nós. Quando resistimos a uma posição específica de sujeito e ao modo de subjetividade a ela atrelado, “... o fazemos da posição de uma definição social alternativa da feminilidade” (MOORE, 2000, p. 25) ou da masculinidade.

A ideia de resistir na obediência auxilia a compreender porque algumas das mulheres que colaboraram com esta pesquisa se relacionam por anos com homens violentos e, mesmo

insatisfeitas, sentem dificuldades em romper o relacionamento. Algumas delas alegam que se submetem as determinações dos companheiros por medo das ameaças, baixa auto-estima, temor de desaprovações sociais e etc. Contudo, o fato de elas se sentirem infelizes, e almejando mudar suas vidas, pode ser visto como o primeiro passo para a subversão de suas vivências, demonstrando, tal qual vimos em Butler (2001), que o desejo é o motor da agência. É mister destacar que este fenômeno não implica necessariamente em um exercício auto-consciente no qual o sujeito lidera de maneira integral as mais diversas posições que assume. Este processo está muito mais ligado às retribuições que determinadas escolhas podem oferecer. (MOORE, 2000, p. 36)

Para compreender os efeitos da experiência pessoal e das relações de gênero em conexão com o poder e os diferentes níveis de relações políticas, Moore (2000) elaborou as noções de “fantasias de poder” e “fantasias de identidade”. Assim como Foucault (2005, V. 1), ela entende a sexualidade na sua íntima ligação com o poder. Em Moore, esta ideia de investimento nos permite absorver a relação entre poder e identidade.

Ao investirmos nas diferentes posições de sujeito, muitas vezes o fazemos sem refletir, sobre “as motivações emocionais e subconscientes de assumir várias posições de sujeitos”, essas se conectam às fantasias entendidas como “ideias sobre o tipo de pessoas que se gostaria de ser e o tipo de pessoa que se gostaria que os outros acreditassem que se é” (MOORE, 2000, p. 38). Tais “fantasias de identidade” são ligadas a “fantasias de poder” e agência. Para manter uma boa reputação, por exemplo, o sujeito pode se posicionar segundo as normas concebidas para o que se entende como “mulher honesta”. A noção de fantasia realça a dimensão muitas vezes afetiva e subconsciente do investimento nas posições de sujeito. Assim, ao nos posicionarmos levando em conta a boa reputação, o fazemos não só em referência a auto-imagem e auto julgamentos, mas também consideramos – mesmo que de maneira não reflexiva – o potencial de agência e de poder que esta posição nos propicia.

O investimento em múltiplas posições de sujeito, entretanto, pode incorrer em frustração, pois podemos não ser capazes de manter uma posição de sujeito marcada por gênero, o que resultaria numa crise real ou imaginária da auto-imagem e do julgamento social. As crises variam no nível de seriedade e de intensidade, e podem também, ser ocasionadas pelas contradições entre assumir posições de sujeito e “a pressão de expectativas múltiplas

sobre a auto-identidade ou a apresentação social” (MOORE, 2000, p. 39). Pode também resultar da recusa de outras pessoas em adotar ou manter suas posições de sujeito em relação a nós mesmas, confrontando, assim nossa auto-identidade, desse modo, a reflexão de Moore (2000) enfatiza a natureza intersubjetiva das questões de gênero e identidade de gênero.

Um homem que potencialmente, intenciona e não consegue – ou imaginariamente pensa ser incapaz – de controlar o comportamento sexual da mulher com quem se relaciona pode vivenciar a frustração, gerando possibilidade da ocorrência de atos práticos e simbólicos violentos. Claro que a violência pode ser praticada não só entre homens e mulheres, mas também entre homens e mulheres isoladamente, e assim por diante. Portanto, na medida em que o comportamento de outros/as ameaça a auto-imagem e avaliação social do sujeito, ele/ela pode vir a praticar violência. Deste modo, Moore (2000) defende que a pessoa que se sente ameaçada pratica a violência e vivencia a frustração. É importante lembrar que as práticas de violência são plurais e englobam diferentes tipos de violência, como a violência emocional visando provocar medo através de ameaças, violência social expressa no controle da vida social do/a companheiro/a, a violência física, a violência sexual e assim por diante.

Enfatizo que tal perspectiva não significa atribuir responsabilidade por parte da pessoa que sofre a violência – seja na forma de ameaça ou a violência física – pela fúria de outrem. Moore (2000) salienta que as fantasias de identidade se relacionam às fantasias de poder, e estas noções podem auxiliar na compreensão de que, muitas vezes, a violência é praticada tanto por uma ameaça percebida como real, como por uma imaginária. Essa ideia tem o potencial de explicar, em parte, é necessário enfatizar, os atos de violência perpetrados pelos sujeitos como resultante de modos específicos de subjetividades marcadas por gênero.

A autora não sugere que toda violência tenha origem similar. Ela reconhece também a existência de diferentes formas e níveis de violência. A antropóloga considera que em termos de violência interpessoal, e no que diz respeito à relação entre violência e modos específicos de violência – étnica, de gênero e de classe – sua visão pode ajudar a compreender o fenômeno. Para Moore (2000), quando alteramos o olhar e passamos a ver a violência não como algo responsável pela ruptura social, mas como um sinal da batalha pela permanência de fantasias de identidade e de poder, podemos percebê-la como parte de um discurso ambíguo sobre a diferença de gênero. Identificar tais fantasias – de identidade e de poder –

nas posições de gênero e de identidade de gênero não é o mesmo que justificar o injustificável: a violência de gênero.

O controle sobre as companheiras é uma forma de confirmar a masculinidade dos homens, a qual, em muitos casos na nossa sociedade, se constrói como oposta à feminilidade. O discurso dominante de masculinidade tende a construir as categorias de mulher e homem como exclusivas e hierarquizadas. Para a socióloga Helieth Safiotti (2001) a dominação-exploração das mulheres são duas dimensões complementares do fenômeno da violência contra elas. A violência de gênero, presente nestas relações de dominação-exploração do homem contra a mulher, não conta com a conivência da última para se efetivar. O poder masculino perpassa todas as relações sociais e manifesta-se de maneira objetiva.

No entanto, as mulheres são capazes de resistir às violências sobre elas perpetradas e, ao se defenderem, podem mudar o curso de suas vidas. Obviamente, pode ser muito difícil romper uma relação afetiva com um homem violento, especialmente se ele não pretende que isso aconteça. A inserção no movimento migratório pode se apresentar como uma saída, ainda que não planejada, para situações como essas. Foi o que aconteceu com Angélica, sobre quem falarei na próxima seção deste trabalho.

As mulheres sobre as quais a violência é perpetrada reagem das maneiras mais diversas: “[s]uas reações podem não ser adequadas para por fim à violência de seus parceiros, mas, é importante frisar, existem, se não em todos os casos, pelo menos na maioria esmagadora deles” (SAFFIOTTI 2001, p. 121). Ao lançarmos o olhar para as relações entre casais em que o homem se posiciona de forma agressiva em relação às mulheres, é necessário levar em conta que as mulheres não são vítimas passivas da violência. Tal perspectiva essencializaria a posição e a identidade de gênero das mulheres, pois considera estas posições como imutáveis, deixando muito pouco espaço para a agência e a consequente ressignificação das relações de poder. Neste sentido, vale lembrar a orientação de Butler,

A noção *per se* de construto só se mostra útil ao projeto político de ampliar o espectro das possíveis configurações de gênero quando o mecanismo de construção do gênero implica a *contingência* dessa construção (grifos da autora). (BUTLER, 2008, p. 67).

Tendo em vista as reflexões acima, é possível pensarmos o quanto a inserção no processo migratório internacional, e as novas interações daí advindas, produzirão novas

identificações e, conseqüentemente, novos processos subjetivos que impactarão as relações que os/as migrantes estabelecem entre si, com o mundo por onde trafegam, com a sua família e entre casais. Assim, levanto a seguinte hipótese: a inserção de casais valadarenses no movimento migratório para os Estados Unidos é potencialmente capaz de rearranjar os posicionamentos de homens e mulheres, em termos de relações de gênero e poder, na hierarquia do discurso se comparados à vivência anterior em seu local de origem. Ambos podem assumir discursos de resistência no interior das suas relações, ou mesmo manter os termos da relação segundo a socialização configurada no lugar de origem. Ademais, mulheres cujos parceiros emigraram sem a sua companhia podem alterar o posicionamento de gênero e a sua postura diante da vida. É necessário, porém verificar se de fato os posicionamentos serão subvertidos, e em qual direção.

O dispositivo hegemônico da sexualidade em nossa sociedade cria e nomeia identidades, dita comportamentos, representações, auto-imagens e práticas sociais consideradas adequadas, reiteradas em normalizações ancoradas em modelos que convencionam determinados padrões de conduta e de valores. Neste sentido, a historiadora Tânia Navarro Swain (2004) argumenta que o amor, em nossa sociedade, se mostra muitas vezes equivalente para as mulheres ao que o sexo é para os homens. Ele se concretizaria na vida de algumas mulheres como “necessidade, razão de viver, razão de ser, fundamento identitário” (SWAIN, 2004, p. 9). O amor é uma categoria complexa, ambígua e historicamente construída. As formas de amar podem ser muito diversas, aquilo que é considerado amor por alguns, pode não sê-lo para outros. No entanto, a perspectiva apresentada pela autora pode ser útil à compreensão de determinados posicionamentos de algumas das mulheres entrevistadas neste trabalho.

Obviamente a construção social das diferenças de gênero e de identidade de gênero propiciam o posicionamento em uma variedade de discursos sobre o que se entende por masculino e feminino. Portanto, nem sempre o posicionamento no interior das relações amorosas se dará num mesmo sentido, nem tampouco permanecerá sempre o mesmo. Entretanto, tendo em vista o discurso articulado por algumas pessoas entrevistadas, a argumentação de Swain (2004) de que as mulheres são muitas vezes construídas através do “dispositivo amoroso,” o qual se edifica e se arremete sobre os corpos, transformando-os em

corpos de mulher construídos para se sacrificar, capazes de anular-se por amor em favor de outro/as, ajuda a entender as situações de algumas mulheres colaboradoras desta pesquisa, que parecem dispostas a abrir mão de aspectos importantes de suas vidas em benefício dos/as filhos e filhas e do marido.

É necessário considerarmos que ainda hoje, na produção de homens e mulheres, a relação igualitária não se concretiza, pois os modelos são atravessados pelo poder, ancorados no binarismo hierárquico fundante do posicionamento social dos gêneros, mais propriamente, pautam a construção do “ser mulher” e do “ser homem” como categorias opostas. Por outro lado, não podemos deixar de nos lembrar que as experiências concretas de homens e mulheres podem ser transformadas por contingências de vida. As influências de se viver em situação migratória, ou de viver na origem enquanto o companheiro está no destino, podem imputar mudanças significativas na vida das pessoas engajadas nestas dinâmicas de deslocamento.

A inserção e a permanência das mulheres em determinados grupos sociais se manifesta na cobrança social, pois elas, frequentemente, são inscritas “[n]o sexo [como] o destino biológico naturalizado das mulheres enquanto mulheres, como mães (...)” (SWAIN, 2012, p. 06). Porém, quando se é migrante junto ao companheiro, ou quando se tem o companheiro migrado, tais discursos de conduta podem ser abalados pela própria vivência dessas pessoas. Não é raro as mulheres e os casais migrarem e deixarem para traz seus filhos e filhas e, deste modo, é comum que surjam sentimentos de culpa, uma vez que se rompem códigos instituídos para aquilo que se constitui “ser mãe” em nossa sociedade.

Em outros casos, mulheres que ficam em Governador Valadares enquanto os companheiros estão imigrados se confrontam com olhares da sociedade de origem sobre si, baseados em atribuições distintas de comportamentos tidos como ideais para os homens e mulheres. Deste modo, muitas mulheres se defrontam com um discurso social de desconfiança quanto à sua conduta: uma mulher cujo parceiro mora em outro país, muitas vezes é “colocada” em suspeição.

Tais assertivas fixam poderes, posições de posse e de dominação, onde o homem parece figurar como guardião da conduta da parceira, na sua ausência, o lugar de fala e o comportamento da mulher é muitas vezes questionado. Como não suspeitar de uma mulher

que está sozinha na origem enquanto o companheiro está tão distante? Nesse caso a desigualdade se manifesta na diferença, pois as cobranças feitas às mulheres, dificilmente se aplicaria aos homens, no caso de se encontrarem na mesma situação, haja vista que a autonomia, em nossa sociedade é um atributo geralmente associado à identidade masculina.

Ao considerarmos a subjetividade e a identidade como processos percebemos o quanto as pessoas, na sua singularidade, criam maneiras renovadas de atuarem no mundo. A inserção nas redes migratórias para os Estados Unidos parece complexificar as identidades de gênero, pois confronta as relações estabelecidas nas e pelas trajetórias individuais e sociais. Não raramente as pessoas se deparam com discursos particulares de diferença de gênero que potencialmente deslocam as práticas discursivas nas quais elas estão posicionadas, levando assim, a novas atribuições de significado sobre as suas vivências, seja em contraposição aos valores e práticas com os quais se defrontam, seja confirmando tais valores e práticas ou ainda rearticulando os valores que levam consigo ao país de destino.

Na próxima seção, apresentarei algumas narrativas das pessoas entrevistadas para esta pesquisa. Inicialmente, abordarei a história de seis mulheres cujos companheiros migraram enquanto elas permaneceram na cidade. Posteriormente, o enfoque se volta para pessoas que se separaram, sejam elas imigrantes nos Estados Unidos – um homem e duas mulheres – ou mulheres cujos companheiros migraram sós – duas mulheres – bem como a história de um homem retornado e separado.

3.3- Rumores e controle social da sexualidade de mulheres valadarenses cujos parceiros se encontram emigrados

Uma das questões abordadas no decorrer da pesquisa se relaciona à percepção das mulheres entrevistadas em torno da visão que a sociedade de origem tem sobre mulheres cujos parceiros migraram. Desse modo, selecionei seis mulheres, cujos parceiros migraram enquanto elas permaneceram em Governador Valadares.

No caso de Angélica, Catarina, Adriana e Helena a separação se deu em decorrência da inserção dos parceiros na dinâmica migratória para os Estados Unidos. Já as outras duas,

Sônia e Andreia, permanecem casadas após o retorno do companheiro. Suas vivências realçam os olhares da comunidade nativa sobre si e enfatizam o quanto elas são vistas não apenas sob o signo da suspeição, além de enfrentarem o assédio de alguns homens, que se arvoram a tal direito pelo fato de seus companheiros viverem em uma localidade distante.

Refletir sobre a questão da identidade de gênero de pessoas envolvidas no processo de migração internacional demanda considerar que a identidade é rearticulada, não só quando se está migrado/a, mas também quando o/a parceiro/a vive em outro país enquanto se fica no Brasil, à espera do seu retorno. As pessoas muitas vezes vivenciam situações de discriminação que demonstram o quanto as mulheres são colocadas em posição constrangedora por terem seus companheiros migrados.

As falas de algumas pessoas entrevistadas sobre como as mulheres de migrantes são vistas pela sociedade nativa são indicativas do preconceito vivenciado por elas. Alguns relatos expressam claramente a visão da sociedade quanto à dependência da figura masculina, ou do companheiro, como uma maneira de legitimar a reputação dessas mulheres.

Conforme assegura Machado (2009), em sua pesquisa realizada com famílias de migrantes valadarenses em Portugal, a dimensão de gênero se expressa no processo de emigração internacional na cidade também no envio, ou não, de remessas por parte do companheiro migrado. O envio de dinheiro para a família assume a dimensão simbólica de indicador da fidelidade feminina, de continuidade, ou não, do casamento e das relações familiares e, ainda,

as perspectivas de gênero [se manifestam] como uma teia de relações que perpassa o controle social da sexualidade da mulher (...) construída em torno da ideia de fidelidade ao marido e de respeito pelo seu trabalho, materializado a partir das remessas (MACHADO, 2009, p. 158).

Se nos Estados Unidos as brasileiras são, muitas vezes, vistas como fortemente sexualizadas, portanto, com desconfiança, a mulher que fica em Governador Valadares, esperando o retorno do parceiro, se depara com a dúvida por parte da sociedade e o julgamento a priori de seu comportamento. Vejamos o que essas mulheres têm a nos dizer.

Angélica se autodefine como branca, tem 48 anos, é evangélica e cursou o ensino médio. Quando o seu companheiro migrou, ela ficou com o casal de filhos pequenos no Brasil. Hoje, ela se separou do companheiro, mas enquanto permaneceu casada, sofreu com o preconceito social em relação às mulheres de emigrantes. No seu caso, em particular, esse preconceito era ainda maior porque seu marido não lhe enviava dinheiro suficiente para a manutenção da família. Segundo ela:

Tudo que é mulher que o marido está nos Estados Unidos é vista como pilantra. Elas [são vistas] como mulheres que estão gastando o dinheiro e traindo os maridinhos sofredores enquanto eles trabalham lá, coitados! (...). A gente é vista com desconfiança. Eu tinha uma vizinha que achava que o meu ex-marido não me mandava dinheiro porque ele desconfiava que eu tivesse outro aqui. Sempre tinha a questão do sexo envolvido, porque acham que mulher que está sozinha não tem moral, está sempre querendo e procurando [outro homem], se o marido está lá e não ajuda a família aqui, é porque tem uma coisa errada. (Angélica)

De acordo com as reflexões feitas ao longo do capítulo 2, a sociedade que acolhe os migrantes, segundo as pessoas entrevistadas, tende a ver as brasileiras como trabalhadoras, porém a partir de uma perspectiva fortemente sexualizada. Por outro lado, alguns depoimentos nos informou que a liberdade alcançada pelas mulheres migrantes, em decorrência de uma maior autonomia financeira, é avaliada numa chave negativa, uma vez que abalaria as relações podendo levar ao rompimento do casamento. A distância espacial da terra originária seria responsável por libertá-las dos julgamentos sociais impostos sobre si. As falas a seguir permitem perceber é que a mulher que permanece na origem, enquanto seus companheiros vão para os Estados Unidos, têm suas vidas vigiadas e são julgadas pela comunidade mais ampla.

Conforme discuti anteriormente, a questão da moralidade perpassa fortemente as relações de gênero e de poder. De acordo com Angélica, o homem é considerado, na visão hegemônica da sociedade de origem, como o guardião da moral da mulher. Deste modo, supõe-se que na sua ausência a companheira não lhe é fiel, especialmente no caso dela, que

não tinha autonomia financeira. Uma vez que na época ela não tinha nenhuma fonte fixa de renda, seu companheiro, então serralheiro era o principal provedor da família.

Este quadro se torna ainda mais agravante quando o marido, depois de imigrado, não se responsabiliza pela manutenção econômica da família que ficara no Brasil. A irresponsabilidade do companheiro de Angélica, neste caso, recai sobre a ela: se ele não mais provê, se deduz que deve haver algum problema com o comportamento sexual dela. Neste sentido, é interessante observar o quanto o exercício da sexualidade feminina passa pela vigilância social, não se tratando simplesmente da desconfiança quanto à fidelidade, mas também das atribuições simbólicas ao comportamento atribuído de antemão à mulher: parte-se do pressuposto que as mulheres cujos maridos estão imigrados são “pilantras” e “traidoras” de maridos “sofredores”. É relevante destacar a ironia presente na narrativa de Angélica como uma forma de materializar a sua resistência em concordar com as acusações a ela dirigidas. Se o discurso social nativo – expresso na fala da sua vizinha – aponta para o fato de que uma mulher somente se realiza se tiver um homem ao seu lado, a realidade concreta de Angélica caminha em outra direção. Sua experiência como companheira de um homem migrado fez com que ela transformasse sua identidade de modo a reconfigurar as diferentes áreas de sua existência, tema que abordarei mais adiante neste trabalho.

Catarina, de 40 anos, se define como negra, não completou o ensino fundamental foi casada durante 22 anos e tem uma filha de 22 anos, e é católica. Antes de migrar em 2003, seu companheiro era padeiro. Quando eu lhe perguntei como a sociedade vê a mulher cujo marido está migrado ela me disse: “dá pior maneira possível”. Pedi então que ela elaborasse um pouco mais sobre o assunto:

Assim sozinha né? Já me acusaram de ter outro [e] ele ficou sabendo (...), mas eu não estava com ninguém. Mais recentemente foram dizer que eu estava namorando fulano de tal, porque a gente fica muito exposta. Até aconteceu de um amigo dele me telefonar e me cantar sabe? De querer ficar comigo. Aí eu liguei [para o marido nos EUA] assim que eu terminei de falar com ele [com o amigo] e disse: aconteceu isso e isso”. Com certeza do mesmo jeito que eu fico sabendo [de rumores sobre traição] ele fica (Catarina).

Indaguei em seguida, se ela achava então que, do ponto de vista social, ser esposa de um emigrado era difícil. Para a minha surpresa, mesmo diante do discurso acima, ela diz: “não acho não, depende muito do seu comportamento” (Catarina). Contudo, o que gostaria de chamar a atenção na fala de Catarina é o quanto ela demonstra que a diferença de gênero “expõe” as mulheres cujos companheiros estão emigrados. Muitos homens consideram que, em decorrência da migração dos seus parceiros, elas, as mulheres que ficam na origem, tornam-se sexualmente disponíveis. Assim, a subjetividade dos homens, enquanto pessoas marcadas por gênero parece lhes conferir o direito de assediar as mulheres, mesmo as companheiras de seus amigos, como parte da definição de suas masculinidades ativas e hierarquicamente superiores em relação à feminilidade.

Como vimos, a vigilância social impõe à Catarina a autovigilância de tal maneira que ela ligou para o companheiro contando sobre o assédio do amigo, antes mesmo que alguém pudesse se adiantar e fazê-lo, demonstrando, assim, o caráter assimétrico da diferença de gênero. Embora ela tenha afirmado ter ouvido rumores sobre a possível infidelidade do seu ex-marido, ele nunca se deu ao trabalho de se antecipar e previni-la sobre qualquer tipo de comentário neste sentido. Esta narrativa nos permite perceber também os efeitos de processos transnacionais num campo social que se expande de Valadares aos Estados Unidos e vice-versa, através dos boatos que trafegam fácil e rapidamente de um lugar ao outro.

Adriana tem 48 anos, se define como negra, foi casada por 25 anos é evangélica, completou o ensino médio, tem duas filhas de 25 e 17 anos respectivamente, a mais velha se casou em 2013. Seu ex-companheiro migrou em 1989 retornou em 1991 e re-emigrou em 2006, até o momento da entrevista ele continuava no destino. Como nos dois casos acima apresentados o casal se separou após a migração. Quando perguntei a Adriana como ela se sentia socialmente no tempo em que era companheira de imigrante, ela disse:

Já senti alguma coisa assim, algumas pessoas já fizeram perguntas indiscretas e eu sempre tive a postura de responder normalmente. A pessoa me perguntou: “quanto tempo tem que você está sem sexo?” Sempre falavam assim comigo: “Nossa como que você consegue aguentar esse tempo todo sem sexo?”. A gente não vive só de sexo. Eu sempre tive postura pra responder a altura nunca me deixei intimidar por isso não. Não sei se meu sofrimento foi tanto e a minha preocupação era só com minhas filhas então eu não ligava pra essas coisas pequenas não. Eu só tenho que agradecer a Deus por que as pessoas me veem como guerreira, eu só tenho que agradecer, eu não sei as outras né? [...] Eu acho que isso vai muito do que a gente passa pra sociedade. Eu creio que seja isso né? Por exemplo, se demonstro ser uma mulher sem marido mundana e aprontando, lógico que eu vou passar

uma personalidade para as pessoas, agora eu não, só vivo dentro de casa, no trabalho e na igreja. Hoje eu só recebo elogios, todo mundo fala: “nossa você é guerreira, você tá casando uma moça de vinte cinco anos, cê criou essas meninas sozinhas” então assim, pra onde eu vou tem um, graças a Deus, pra me elogiar (Adriana).

Além do controle social a narrativa de Adriana demonstra o seu posicionamento no interior de certo discurso que considera que a feminilidade culturalmente desejável é a da mulher dócil que não apresenta qualquer atitude de resistência, cujos espaços de sociabilidade, na ausência do marido, estão restritos ao lar, a igreja e ao trabalho. Por outro lado, o investimento nesta posição de sujeito lhe confere reconhecimento social: uma das recompensas colhidas através da conduta assumida e percebida por ela como “ideal” são os elogios cabíveis a suas atitudes “não mundanas”, expressas na doação de sua vida às filhas, o que é corroborado sua respeitabilidade. Deste modo, as perguntas indiscretas sobre a sua sexualidade não parecem incomodá-la, da mesma forma como demonstram os relatos de Angélica e Catarina.

No caso de Adriana, o questionamento não aparenta um teor acusatório, ao contrário, contribui para a imagem social idealizada, e por ela introjetada, da mulher fiel ao marido, mesmo quando ele se encontra ausente. Talvez seja esta ausência que, paradoxalmente, lhe permita colher mais retribuições sociais ao investir em tal posicionamento.

Manter a “boa reputação”, entretanto, tem um preço. Três anos após sua separação, muito embora Adriana sinta-se muito só, ela não se relacionou mais com nenhuma outra pessoa, tanto por valorizar intersubjetivamente a visão que ela acredita que a sociedade mais ampla tenha sobre sua conduta, quanto por temer que um novo relacionamento não dê certo. Nos seus termos:

Eu sinto muita solidão, mas falta [do ex-marido] não. Eu sofro por aquela pessoa que eu conheci que eu tanto amei que eu dediquei a minha vida então, eu acho que é isso que me faz chorar, que me deixa deprimida. Eu tenho medo de morrer sozinha de não encontrar alguém que eu me adapte da forma que eu adaptava com ele né? Em todos os sentidos, também sexualmente, porque ficou aquele bloqueio né? Porque ele foi meu primeiro e único namorado, eu não conheci outras pessoas. Eu conheci pessoas que interessaram por mim, mas, eu nunca me aventurei a sair com eles. Dar beijinho, ir pra cama com outra pessoa eu não tive essa *coragem*, então minha vida ficou limitada nisso (Adriana) (Meu grifo).

O discurso de Adriana demonstra ainda o quanto sua subjetividade foi marcada pelo que Swain (2012) denominou de “dispositivo amoroso”, ou seja, ela sofre por ter dedicado a vida a amar um homem que não correspondeu a sua expectativa. O seu relato aponta a esperança em encontrar outra pessoa com quem ela possa compartilhar o amor idealizado:

Quando eu entrei na menopausa, aos 45 anos, eu conheci uma pessoa e descobri que eu sou capaz de amar de novo [razão pela qual ela se separou do companheiro], mas foi só platônico, eu não tive coragem de me relacionar. Mas se Deus quiser vai aparecer alguém legal! (Adriana).

Outra mulher cujo relato é significativo para a discussão aqui empreendida é Helena. Evangélica, de 45 anos, se classifica como negra, tem um filho de 17 anos, ensino médio incompleto, se separou após o retorno do companheiro e trabalha como depiladora. Seu ex-companheiro migrou em 2005 e, cinco anos depois, retornou a Valadares. Ao questioná-la sobre sua percepção em torno de como a sociedade vê a mulher cujo parceiro está imigrado, a resposta foi:

Todo mundo já me conhecia e sabia do meu comportamento, o fato dele tá lá eu nunca dei motivo pra ninguém ficar falando entendeu? Isso vai muito da pessoa se a pessoa tem um bom comportamento (...) no caso, ele foi e sabia que podia ficar tranquilo que a minha conduta [era “correta”] (...) eu acho assim que a pessoa tem que ter a cabeça no lugar. E ele não soube administrar isso direito entendeu? [o casal se separou porque o companheiro começou um novo relacionamento] (Helena).

Diferentemente de Catarina, para quem os boatos de infidelidade circulam independente das atitudes da mulher, explicitamente, no discurso de Helena, está a relação entre fofocas sobre traição e as atitudes da mulher. Deste modo, “bom comportamento”, reflete um posicionamento próximo ao defendido por Adriana. Assim como esta, Helena também circula, na maioria das vezes, apenas entre a sua casa, a igreja e a casa de suas clientes.

Seu relato permite perceber o quanto a identidade de gênero feminina, ancorada em determinado conjunto de valores que expressam o “bom comportamento,” torna-se um elemento tranquilizador por não desafiar a masculinidade do companheiro, já que tal conduta incidiria em não se entregar a relações extraconjugais. Se as experiências de identidade estão atreladas às experiências de poder, uma das leituras possíveis de se fazer sobre o

posicionamento Helena é o quanto ele reflete a desigualdade de poder em relação ao gênero masculino. Seu companheiro não precisa efetivamente controlar a mulher que ficou no Brasil, pois ela incorporou uma subjetividade ou uma interpretação individual de gênero que se manifesta numa prática social tranquilizadora para o marido e também para si mesma.

O relato que apresentarei a seguir é o de Sônia, cujo companheiro viveu por cinco anos nos Estados Unidos enquanto ela e os/as filhos/as ficaram em Valadares – uma identificação mais precisa sobre ela e o companheiro será feita na próxima seção. Sônia relata que seu companheiro foi detido enquanto tentava chegar aos Estados Unidos pela fronteira mexicana. Sua sogra a acusava de ser a culpada pela emigração do parceiro e, conseqüentemente, por sua prisão, o que a levou a “ficar quieta dentro da minha casa, sozinha e Deus e os meninos”. Além disso, “as pessoas de fora [da família] falavam: “ela tá gastando o dinheiro, deve tá metendo o pau no dinheiro”, inventavam para meu marido que eu tava saindo sozinha pra me divertir e deixando os filhos sozinhos em casa. Só que era mentira pura” (Sônia).

É interessante notar a dinâmica de disseminação de rumores e boatos envolvendo a vida dessas mulheres. No caso de Angélica, o não envio de remessas por parte do companheiro era lido pela sua vizinha como um indicativo de infidelidade de sua parte e não do parceiro. Já para Sônia, o envio de dinheiro pelo companheiro permitia supor que ela o investisse em atividades de lazer no mínimo suspeitas, haja vista que ela estaria saindo “sozinha,” transgredindo sua posição tanto de “boa esposa,” quanto de “boa mãe”.

Andreia tem 45 anos, se classifica como mestiça, possui pós-graduação, é evangélica está casada há vinte anos e tem uma menina de 03 anos de idade. Seu companheiro migrou em 1999, onde ficou até 2009. Durante este tempo, ele vinha periodicamente ao Brasil, Andreia também ia aos Estados Unidos se encontrar com o marido, geralmente no período de férias do trabalho, ou quando precisava tirar licença médica para cuidar de sua saúde. Sua narrativa vem ao encontro das falas acima, no que diz respeito à vigilância social e, sobretudo, reforça a perspectiva masculina de se arvorar ao direito de assediar. Enfatiza as atitudes inconvenientes dos homens materializadas em investidas vindas de parceiros de suas amigas, de vizinhos e de médicos com quem ela se consultava.

Se por um lado Andreia indica um comportamento em consonância com o que se presume ser socialmente esperado por parte das mulheres de emigrantes, por outro, ela atualiza a moral vigente, não deixando de receber amigos em casa – mesmo enfatizando que o amigo era gay; frequenta bares “familiares”, entendidos não como necessariamente opostos a espaços propícios para encontros sexuais, por exemplo, mas como diferentes de locais destinados ao divertimento noturno, como as boates. Ela circulava socialmente sem aparentemente se preocupar tanto quanto as outras entrevistadas, com as eventuais fofocas. Não obstante, ela também se sentia bastante incomodada com os diferentes tipos de assédio. A ela também dirigi a indagação sobre a maneira como a sociedade local percebe a mulher cujo companheiro se encontra emigrado:

Todos os homens acham que você está precisando de um homem (...) eles pensam: “cê precisa de um homem e sou eu que vou te satisfazer”. (...) naquela época eu tava bem magrinha, eu era bem novinha, toda empinadinha, morando sozinha sem marido,(...) dirigia [o carro] pra cima e pra baixo, eu tinha uma vida própria, ele [o companheiro] não era de ficar pegando no meu pé. (...) eu já fui cantada por vários colegas do meu irmão, cantadas (...) absurdas! Homens casados com colegas minhas me paravam na rua, essas coisas que me deixavam chateada. (...). Eles acham que pelo simples fato de você estar sem seu marido qualquer um que chegar cê vai aceitar. (...), é tipo assim: “vou dar uma cantada e ver se ela cai”, eles [acham] que você vai cair mesmo. Vários médicos me cantaram. Na consulta fazem a ficha e ficam sabendo que você tem marido fora (...). Não sei se hoje seria a mesma coisa, mas mulher nova e ainda sem filho (...). Então é uma liberdade vigiada. (...) certo dia um amigo gay, (...) que não é afeminado (...) foi ao meu prédio, apertou o interfone e falou é o fulano, eu abri a porta e ele me abraçou, entramos no apartamento, aí eu ouvi um barulho do lado de fora quando eu abri a porta da sala a vizinha quase caiu dentro de casa. (...). Ela tava escutando atrás da porta por que sabia que era um homem que tava comigo em casa. Quando ela viu quem era ele, o reconheceu e sabia que ele era gay, então ela ficou com a cara grande. Teve um vizinho que desceu até a minha casa e falou: “vamos pro cinema?” Eu falei: “cê já viu meu esposo aqui, eu sou casada!”. Então eles cantavam como se fosse a coisa mais natural do mundo e olha que eu quase não saia. Eu não queira ser certinha não, mas eu levava uma vida comum. Quando eu saia pro boteco era aqui (...) perto de casa, um bar familiar. Eu levava uma vida tranquila, não escondia nada do meu marido (...) já fui pra casa de uma colega e sai de lá cinco horas da manhã jogando buraco e ele [o companheiro] ligava e falava: “ não vou te ligar mais tarde pode ficar por aí”. Então eu levava uma vida muito tranquila, mas, vigiada o tempo inteirinho. As pessoas te discriminam por que acham que todas as mulheres que o marido está nos Estados Unidos tem mesmo amante, que tomam o dinheiro do marido. A família do meu marido (...) pensava que eu gastava todo o dinheiro que ele mandava (Andreia).

Num primeiro olhar nos parece plausível afirmar que, possivelmente, em decorrência do discurso religioso hegemônico sobre a moralidade, ou do discurso das famílias que compartilham o mesmo teor moral, as mulheres tendem a cercear seu comportamento, pois

colheriam possíveis benefícios e certo reconhecimento social. Contudo, a postura de Andreia, também evangélica, parece apontar para outros fatores que podem intervir para que uma mulher de sua religião assuma um entendimento e prática social diferente dentro dos discursos de gênero coexistentes.

Como argumentei anteriormente, Moore (2000) destaca que os sujeitos não escolhem simplesmente os posicionamentos que assumem. Uma das razões para tal afirmativa se ancora na noção de que os modos de subjetividades são múltiplos e contraditórios, como também defende Brah (2006). Acredito que o discurso de Andreia articule visões conectadas, por exemplo, ao seu nível de escolaridade. Dentre as colaboradoras desta pesquisa, somente ela, e uma outra entrevistada estenderam os estudos ao nível de pós-graduação, o que pode explicar também sua relação mais igualitária com seu companheiro se comparada ao relacionamento de gênero descrito pelas entrevistadas acima.

Ademais, aquilo que se salienta por “bom comportamento,” conforme os relatos articulados pelas outras mulheres, e inclusive aparece implícito na fala de Angélica quando ela assevera, “não é que eu queira ser certinha”, pode ser entendido como posturas simbólicas ancoradas em ideias, representações e valores manifestados em práticas concretas – fazer ou deixar de fazer isto e/ou aquilo – que sinalizam interesses ou propósitos em jogo que redundam em recompensas, como conquista da respeitabilidade por parte das pessoas com as quais essas mulheres convivem.

É importante salientar, que eu não fiz qualquer menção sobre o exercício ou o controle da sexualidade por parte da sociedade, tão somente perguntei como as colaboradoras eram percebidas pela sociedade abrangente enquanto mulheres cujos parceiros estavam emigrados. As respostas oferecidas recaíram espontaneamente sobre o controle social de sua sexualidade e sobre os assédios por parte dos homens.

A seguir eu analiso a trajetória de pessoas que se separaram em decorrência da inserção nos processos de migração para os Estados Unidos.

3.5. Separação e auto encontro: (re)significação da posição de gênero e de poder desde a inserção na dinâmica migratória de Governador Valadares para os Estados Unidos.

Nesta seção, refletirei sobre as implicações da migração internacional na vida de pessoas que se separaram. Tratarei aqui dos posicionamentos e reposicionamentos de mulheres e homens que estão no país de destino e também daqueles e daquelas que, ou ficaram em Governador Valadares, ou retornaram e decidiram pela separação. Objetiva-se, portanto, revelar os modos pelos quais tais relações de gênero e de poder se configuram, reconfiguram, transformam-se, articulam-se e assumem sentido em meio ao processo migratório.

Para tal, serão abordadas as histórias de Angélica e Helena, as quais foram mencionadas acima, bem como a de Lucas: migrado, retornado e separado. Focalizarei também os relatos de Rafaela, Bárbara e Theo, imigrantes na região metropolitana Boston e separados/as.

A migração, entendida como um projeto familiar, não parece ser uma característica unânime em todas as narrativas. Algumas mulheres, por exemplo, disseram que o companheiro migrou a revelia de sua vontade; em outros casos, elas sequer foram consultadas. Muitas vezes, o entendimento de que expressar uma opinião não surtiria qualquer efeito impulsionou o apoio dessas mulheres. Já em outras circunstâncias, as mulheres se convenceram de que a migração era a solução dos problemas econômicos enfrentados pelo núcleo familiar, o que a caracteriza como um projeto familiar. Iniciarei com a história de Angélica.

1- Angélica

Eu espero que a minha história sirva de exemplo para que nenhuma mulher se submeta e fique prisioneira do sonho de outra pessoa, mas que vá buscar o próprio sonho e a própria história. Angélica

Conheci Angélica numa lanchonete do centro de Governador Valadares, no momento em que eu estava agendando horário para entrevistar a proprietária. Ela entrou para comprar um suco, e, como o espaço era muito pequeno, inevitavelmente ouviu parte da conversa. Em

seguida, ela pediu licença e perguntou do que se tratava aquela entrevista. Expliquei e ela me pediu para ser uma das participantes.

Angélica, cujas características já foram apresentadas anteriormente, migrou junto com seu companheiro em 2001. Esta decisão se deu à revelia da sua vontade. Ele era serralheiro e, mesmo ganhando bem, o dinheiro não sobrava. Segundo ela, “... gastava tudo (...) o que ganhava (...) porque o sonho americano ia acontecer na vida dele e ele ia ficar rico lá” (Angélica).

Ele recebia, por exemplo, três mil reais no final de semana, por um trabalho feito durante a semana e gastava esse dinheiro todo com farra; com mulherada, isso [o gasto com mulheres] eu só descobri depois que ele foi embora (...); ele torrava a grana com amigos e com bebida. Mas, as despesas da casa ele sempre fazia (Angélica).

A primeira vez que o seu companheiro decidiu migrar, Angélica estava grávida da primeira filha. Após o nascimento da criança, ele tentou o visto, o qual teria sido negado. Posteriormente, tentou migrar via fronteira mexicana e fracassou. Angélica engravidou do segundo filho e, em seguida, toda a família se mudou de Governador Valadares para Vitória – ES: “ficamos lá um ano e voltamos para cá e ele sempre com essa meta, (...) de ir embora”.

Desde o início do casamento, eles moraram com a sogra de Angélica, porém quando a família retornou de Vitória, seu pai havia falecido, deixando-lhe um dinheiro de herança, com o qual ela comprou uma casa para sua família. Naquela época, mesmo sem estar inserida no mercado de trabalho formal, fazia sanduíches naturais e os vendia na feira de artesanato da cidade, além de trabalhar como cabelereira na própria casa.

Seu marido ficou oito anos no Brasil acalentando o sonho de migrar até que “um belo dia ele chegou e falou (...) que tinha conseguido com um cara chamado Mário [uma maneira de migrar via México]. Ele me avisou de manhã (...) e foi embora às cinco horas da tarde” (Angélica). A casa, comprada com o dinheiro da herança, foi vendida para o companheiro montar um negócio que não deu certo. Antes de migrar, “ele [prometeu]: “(...) eu vou embora e vou comprar outra casa”. Eu achava que ele ia me devolver a casa (...) eu até achei bom ele

ir, para trabalhar e comprar a casa” (Angélica). Seu companheiro, no entanto, não cumpriu a promessa.

A narrativa de Angélica aponta para o quanto em sua relação com o parceiro, ela estava desigualmente situada na relação ao poder. Até aqui, aparentemente seu companheiro toma as decisões e ela as acata agindo em obediência aos ditames do parceiro. O desejo de viver nos Estados Unidos foi alimentado por pessoas da família do marido que, em sua maioria, já residia lá. Contudo, Angélica defendia a que:

(...) não tinha necessidade [de o companheiro migrar] ele tinha competência e capacidade de vencer aqui mesmo. Ele não precisava ir para conquistar o que ele foi buscar. Para mim, o sonho americano para os homens, é o pesadelo das mulheres que ficam com a família para cuidar. Vira um pesadelo a vida da gente.

Ao perguntar a Angélica se o marido a convidou para migrar, a resposta foi positiva, no entanto, ele queria que ela e o casal de filhos migrassem via México, mas ela considerava a travessia muito arriscada e uma irresponsabilidade da parte do companheiro expor “(...) seus dois filhos e sua mulher, os colocando na mão de coioote mexicano. Achei aquilo uma loucura e falei: ‘eu vou ficar por aqui mesmo e, enfrentei a barra de criar os dois [filhos] sozinha”. Deste modo, Angélica resiste e se recusa a seguir ao encontro do companheiro.

Acredito que a inserção do seu companheiro na dinâmica migratória mudou o posicionamento de Angélica diante da vida e, conseqüentemente, seu posicionamento de gênero. Espontaneamente ela afirmou que se considerava submissa, segundo sua assertiva, aceitava passivamente as imposições do marido, vivia sob o medo ele lhe impunha, pois não tinha como resistir a um homem violento, tendo dois filhos/as e sem autonomia financeira.

Durante os três primeiros anos nos Estados Unidos, o companheiro de Angélica, enviava algum dinheiro para a manutenção da família. Neste período, ele a orientou a alugar uma casa num bairro de classe média da cidade, porém, as remessas enviadas mal cobriam as despesas da família com o aluguel e as demais contas mensais.

Ele nunca me mandou muito dinheiro (...) se eu pagava trezentos de aluguel, mais duzentos de água e luz, ele me mandava 550 reais (...) sobrava cinquenta reais. Ele nunca me mandou dinheiro para sobrar ou para juntar

(...), eu sempre propus que ele mandasse um dinheiro separado para eu colocar na poupança para ele, mas ele nunca quis (...) (Angélica).

O relacionamento do casal sempre foi conturbado: “ele era muito agressivo. Quando ele foi embora para os Estados Unidos, além de achar que ele ia devolver a minha casa, eu senti muito alívio porque ele era um homem muito teimoso e se você [o contrariasse] ele logo engrossava, ele era (...) extremamente machista (...), não era uma pessoa fácil”. Eu a perguntei se ele havia praticado algum ato de violência física contra ela e/ou contra as crianças: “contra os filhos não (...) contra mim sim. Ele tinha muito ciúme e descontava esse ciúme com xingamentos, por duas ou três vezes ele tentou me agredir, uma vez ele me agrediu fisicamente” (Angélica). Sempre que sua masculinidade era ameaçada por uma potencial traição imaginária, o parceiro entrava em crise e a agredia verbal e fisicamente.

A posição de Angélica assinala dupla dimensão: a primeira refere-se ao significado que a migração do companheiro foi assumindo em sua história de vida. Mesmo inicialmente não apoiando a partida dele, por razões objetivas, como, por exemplo, a compra da casa, ela acaba reconhecendo que ele deve emigrar, corroborando para o ideal da imigração como um projeto familiar. Por outro lado, ainda que não quisesse que o marido fosse, sua viagem tornou-se um alívio, pois a libertou das dinâmicas conflitivas na interação com um parceiro violento e abusivo.

Para Saffioti (1994) a violência do homem contra a mulher é “... constitutiva da organização social do gênero no Brasil” (SAFFIOTI, 1994, p. 151). Existe no país uma legitimidade social que naturaliza a agressividade masculina facilitando, assim, a prática de agressão de gênero, obliterando, muitas vezes, a construção de uma relação simétrica entre homens e mulheres⁵⁸.

Pode-se presumir que a existência de um discurso dominante normalizado nas práticas institucionais – família, igrejas, educação formal e em diversos espaços de socialização – legitimam a violência ao situar a mulher assimetricamente em relação ao homem, colocando-a

⁵⁸ Mesmo hoje, após a homologação da lei Maria da Penha, de n. 11.340/06, sancionada em 2006, visando radicar, impedir e prevenir a discriminação e as diversas práticas de violência contra as diferentes mulheres, sabemos que parte dos homens continua praticando abusos contra suas companheiras, filhas, namoradas e etc.

numa posição hierárquica inferior (WELZER-LANG, 2004, p. 111). As regulações de gênero, no entanto, se constituem em mecanismos ou arranjos de poder através dos quais se constrói e normatiza o masculino e o feminino, criando impedimentos, sem, no entanto, acarretar em fixidez permanente. As antropólogas Maria Filomena Gregori e Guita Grin Debert (2008), inspiradas nas noções butlerianas de gênero, nos lembram que “o aparato que institui constrangimentos (...) “[d]eve ser visto como um conjunto de dispositivos que cria desigualdades de poder e, simultaneamente, está aberto a transformações” (GREGORI; DEBERT, 2008, p. 177).

Muitas vezes, mulheres que são submetidas a abusos se deparam com inúmeras dificuldades em denunciar as práticas de violência. Paira sobre elas, como no caso de Angélica, o medo, e em outros tantos, a vergonha de delatar o parceiro. Fatos como esses demonstram não apenas a desigualdade de poder entre o homem e a mulher, mas também como esse poder é construído: os meninos aprendem, desde cedo, a valorizar a autonomia, liberdade, agressividade, competitividade e busca pelo exercício do poder, ao passo que as meninas são, muitas vezes, educadas para o cuidado doméstico e com as crianças, valorizando a amabilidade, a passividade, a docilidade, como se houvesse uma “essência” feminina e masculina imutável a ser cultivada, reiterando, deste modo, as normas e os traços que sinalizam para o apego incondicional à família e aos filhos e filhas, expressos na figura da “boa mãe” e “esposa,” capaz de silenciar sua dor e revolta em favor da família.

As categorias de “homem” e “mulher,” bem como os discursos marcados por gênero que as pessoas constroem e reproduzem, levam-nas a uma determinada autorepresentação e, ao mesmo tempo, em muitos casos, legitimá-la. No entanto, a masculinidade não é uma “força opressiva monolítica e homogênea” (PISCITELLI, 2004, p. 186), os discursos sobre o masculino são muitos e diversos, da mesma maneira que os discursos sobre a feminilidade o são. As múltiplas vozes masculinas e femininas se manifestam em contextos similares entrecruzadas por diferenças étnicas, religiosas, de classe, geracional, e etc. É possível, deste modo, imaginar o quanto seria difícil para Angélica confrontar a violência praticada pelo companheiro, sem contar com recursos financeiros para a sua sobrevivência e de suas crianças e sem o apoio de familiares, conforme ela narrou.

Eu a indaguei se ela pensava em se separar antes do companheiro migrar:

Sim, eu tentei me separar, mas, eu tinha duas crianças pequenas na época, *eu era uma negação como pessoa*, (...) eu era muito nova [ela se casou aos 22 anos] e ele me blindava demais, então eu não sabia o que fazer (...). Para você ter uma ideia, eu fui tirar minha carteira de identidade com trinta anos (Angélica) (grifos meus).

Angélica temia que o companheiro a matasse e as crianças fossem criadas pelo pai, “então eu procurava evitar confronto com ele, não por submissão, mas por precaução, entende?” O lugar de fala de Angélica é de uma mulher oprimida a tal ponto que sua autoestima parece estar profundamente abalada. A estratégia usada por ela era se calar diante do agressor, o que não permite dizer que ela se colocasse como cúmplice do mesmo. O silêncio pode ser visto como uma maneira de resistir aos atos de violência, posto que perpassa por significados, como o desejo de romper a relação com o parceiro. No entanto, Angélica sequer conseguia vislumbrar alternativas.

Na época em que o marido estava no Brasil era ele quem decidia o consumo doméstico: “eu nunca tive o prazer de ir a um supermercado. Ele ia sozinho e, conforme os meninos cresceram, ele os levava, mas eu nunca fui com eles” (Angélica). O lazer de Angélica era praticado junto às crianças, elas frequentavam festas de família, brincavam na praça do bairro, jogavam vídeo game. A mãe e as crianças saíam pouco com o marido e pai, pois ele gostava de frequentar bares o que Angélica não considerava adequado para o/a filho/a: “(...) eu nunca quis que meus filhos tivessem uma criação dentro de ambiente de bar, então, eu evitava sair com ele” (Angélica).

A dominação do companheiro de Angélica é aparentemente muito forte, porém, mesmo numa situação em que se encontra subordinada, ela utiliza-se de estratégias específicas para evitar a convivência das crianças em ambientes que ela julga nocivos. Obviamente é possível supor que seu marido não fizesse muita questão da companhia da família, de qualquer modo, o discurso e prática dela, a meu ver, podem ser entendidos como uma forma de resistência.

A relação do casal permaneceu conturbada após a migração do companheiro, porém, ironicamente, Angélica afirmou que, à distância, o companheiro tentou melhorar o relacionamento:

Ele tentou ser mais carinhoso pelo telefone, carinho que me soava estranho, porque não era uma coisa física e nem era real (...). Eu não estava receptiva para aquilo, talvez ele estivesse carente, eu via muita carência (...), porque ele não era acostumado àquela solidão que ele estava vivendo (Angélica).

Segundo Angélica, o companheiro, após a migração, passou a tratá-la com mais “respeito”, nas suas palavras: “como se eu fizesse falta”. Inicialmente, ele telefonava para a família quase todos os dias, depois “foi diminuindo e passou a ligar uma vez por semana e a cada dia que passava ele ligava menos para a casa, depois eu passei a ligar porque eu me vi em apuros de grana e ele sumia, ficava um mês, dois meses sem atender meus telefonemas” (Angélica). Ela passou por sérios problemas de saúde e, durante dois anos, ficou em tratamento, indo e voltando à Belo Horizonte – MG. O companheiro não lhe prestou qualquer assistência, mesmo ciente dos problemas que a sua companheira enfrentava, haja vista que Angélica se comunicou com a mãe e os irmãos dele nos Estados Unidos. Nesta época, em 2005, ele parou de ligar para a família e interrompeu o envio de remessas.

Após se recuperar do problema de saúde, Angélica começou a investir na transformação da sua vida: ela montou um pequeno salão de beleza em sua casa e, com a ajuda da filha, então com quatorze anos, a vida foi se ajustando. “Depois nós fomos as duas trabalhar em outro salão, ela [a filha] trabalhava como secretária e eu como cabeleireira. Ele sumiu e só voltou agora [em 2012]. Ele voltou a comunicar com a gente porque o meu menino passou no vestibular”.

Quem educou os meus filhos fui eu, ele nunca falou nada, (...) não participou de absolutamente nada nesses anos que ele está lá. Quando eu conseguia falar com ele, ele dizia que estava em dificuldade e falava: “eu estou passando por problemas, estou sem trabalho”. Eu dizia: “mas, como eu estou sustentando duas crianças sozinha e você sozinho não tá dando conta de si?” Ele desligava o telefone na minha cara (Angélica).

Durante o tempo em que viveu essa situação, Angélica acalentava sentimentos ambíguos. Segundo ela “eu não me sentia casada e nem me sentia solteira”. Ela continua: “eu fiquei sozinha e nunca mais me relacionei com ninguém (...)”. Quando eu lhe perguntei sobre os sentimentos que lhe vem à cabeça quando ela pensa sobre a sua vida após a partida do companheiro, a resposta veio rápida: “muita coisa melhorou para mim. Nossa! Eu me descobri *uma pessoa capaz*” (grifo da autora). Sua fala expressa uma reavaliação identitária e um processo de “desidentificação” com a vida que levava até a partida do parceiro.

Se eu olhar para trás, eu vou pensar: “ meu Deus, eu tinha que ter me separado dele quando a [filha] tinha dois aninhos e o [filho] era recém nascido. Eu tinha feito muito mais por mim e pelos meus filhos. Então, eu evito pensar. Prefiro pensar aqui *a ida dele para mim foi uma benção!* Foi (...) muito difícil (...). Eu sei, que se ele tivesse aqui teria sido mais difícil, por que eu estaria em guerra com ele para que meus filhos não seguissem o caminho dele. Para que o meu filho não ficasse truculento e para que minha filha não ficasse diferente do que ela é (Angélica) (grifos meus).

Ao pedir a Angélica que falasse um pouco mais sobre o fato de descobrir-se *capaz*, ela afirmou:

Eu descobri que era capaz de sobreviver sem ele. (...). Eu descobri que a minha felicidade depende de mim, eu descobri que a dependência emocional é terrível, avassaladora, principalmente, quando ela é negativa como foi no meu caso. A dependência financeira também, porque o outro usa isso para te massacrar, para te humilhar, para te colocar sempre para baixo. Ele dizia para mim: “você nunca vai se separar de mim, porque você não tem para onde ir, você não tem como se sustentar, você vai passar fome”. Então, quando eu ganhava meu dinheiro e ia ao supermercado e comprava a comida da casa eu me sentia vitoriosa. Eu descobri que tenho um talento grande para o que eu faço (...) eu sei que eu sou uma boa cabelereira!(Angélica).

Angélica agora assume outro posicionamento de gênero, reavalia a sua história biográfica e percebe o quanto o discurso usado pelo companheiro era opressor e a colocava sob a dependência emocional e, por consequência, material em relação a ele. Após auto-encontrar-se, ela assume uma posição autônoma diante da vida, a migração do companheiro acabou significando a saída de uma relação falida.

Passados mais de dez anos que o companheiro partiu, Angélica se sente realizada consigo e com o casal de filhos. Sua identidade, que em muitos momentos se exprimia em passividade, se transformou. A migração do companheiro levou-a a repensar e rearticular a forma como ela se posicionava diante da vida. Ao falar sobre as mudanças pelas quais passou, ela se emociona: “Eu vivi muita coisa ruim com ele, mas meu choro não é de mágoa, é choro de alegria, (...) por ter conquistado o meu trabalho” (Angélica).

Dentre as discriminações que Angélica enfrentou duas foram destacadas: muitas vezes ela se viu obrigada a esconder que o companheiro estava nos Estados Unidos, porque a sociedade, segundo ela, tende a imaginar que, em decorrência da emigração do marido, as mulheres estão bem financeiramente, o que não era o caso. Para ela, as pessoas costumam

cobrar mais caro por serviços que têm um preço de mercado menor: o aluguel subia acima dos valores de mercado, serviços de reparo em casa também eram supervalorizados porque “todo mundo acha que você está nadando na grana” (Angélica).

A vivência dela a levou a perceber o quanto a igreja que frequentava constrói o discurso de gênero marcado pela diferença hierarquizada, posicionando homens e mulheres de maneira diversa no interior do mesmo discurso. Assim, Angélica passou a rejeitar enfaticamente a maneira como as mulheres são posicionadas no grupo de oração anteriormente frequentado por ela. Após se livrar do controle do companheiro, ela reage aos discursos impostos pela igreja. Lemos:

A igreja tem (...) um contexto diferente do mundo cá fora. Na igreja a mulher sozinha é colocada um pouco de lado. A igreja se divide em grupos: (...) de casais; de crianças; de jovens solteiros; de adolescentes; da terceira idade. Eu me sentia excluída. Lá tem um grupo de apoio a mulheres separadas [elas se ajudam mutuamente], mas, no início eu não era separada e, depois que eu me separei, eu (...) não quis participar do grupo, porque eu tinha muito mais a oferecer do que participar daquele grupo de mulheres excluídas, sozinhas, sofredoras e coitadinhas precisando de um marido. Eu tinha me libertado do meu marido e a última coisa que eu queria naquele momento era um marido, eu não queria participar daquilo (Angélica)

Perguntei à Angélica qual era o teor das reuniões das mulheres “sem marido,” além das orações. Sua resposta foi enfática e um tanto irônica:

Todas estavam esperando por um marido, porque para elas é o companheiro que vai completar o que está faltando para felicidade, para a tal felicidade ser completa e perfeita. Na época eu me sentia com muita vontade de que desse certo para eu criar meus filhos, eu estava tão focada em não faltar comida e nem um teto que eu não estava preocupada com isso [em começar uma nova relação afetiva] eu estava preocupada com a nossa sobrevivência (Angélica).

Ao assumir a posição de trabalhadora e provedora do lar, Angélica reelabora sua estratégia identitária, negando-se a manter uma experiência de gênero que valorizasse a domesticidade e a submissão da mulher à autoridade do homem através do casamento como a única via para ser feliz. Sem abandonar sua fé, ela questiona os discursos de gênero da igreja e deixa de frequentá-la. A historiadora Eliane Moura da Silva (2006) argumenta que o pluralismo religioso característico da pós-modernidade propicia múltiplas opções religiosas, e

até opções não religiosas, tornando plausíveis atitudes como a de Angélica de manter a sua crença, sem frequentar uma igreja.

No que diz respeito à separação do casal, Angélica afirmou que apesar de hoje se sentir uma mulher livre e separada, ela preferiu não pedir a separação judicial ao companheiro, pois ele é indocumentado nos Estados Unidos e caso ela o acionasse através da justiça, ele seria procurado naquele país e possivelmente seria deportado. Isso é tudo que ela não deseja, “se eu entrasse com alguma coisa contra ele aqui no Brasil, eu tinha que dar o endereço do irmão dele lá (...) esse irmão ia encontrá-lo para resolver a questão e eles iam deportá-lo. Eu não queria isso, a última coisa do mundo que eu quero é a deportação dele” (Angélica).

Eu quero que ele fique lá, porque a cada vez que a gente se falava e se fala, no telefone, eu via e vejo que ele não mudou absolutamente nada daquele jeito arrogante de mandar sem ter direito. Se ele viesse, ele ia estragar meus filhos, eu sempre quis preservar meus filhos daquela cabeça meio perturbada dele (Angélica).

O relato de Angélica permite vislumbrar o quanto à migração do companheiro complexificou a sua identidade de gênero, com a partida dele ela se viu obrigada a assumir as responsabilidades que anteriormente eram do parceiro e, aliá-las às suas próprias, o que redundou num posicionamento de gênero proativo. Antes de o seu parceiro emigrar, Angélica trabalhava, mas, não era independente financeiramente e as relações de poder entre o casal se ancoravam em assimetrias favoráveis ao companheiro.

Logo que o companheiro migrou, Angélica se sentiu sozinha; perdida e desamparada, tendo que encarar a criação do/a filha/a e a sobrevivência da família. A sensação de insegurança e incapacidade, embora a tenham deixado subjetivamente ansiosa, não a impediram de agir/reagir, investindo num posicionamento diferente, voltado para os seus novos interesses, ligados às responsabilidades que teria que assumir. Assim, ela assumiu a posição de gênero antes ocupada pelo companheiro, tornando-se, desse modo, a provedora de sua própria vida e da família. Sua narrativa claramente mostra as vantagens e satisfações alcançadas, expressas inclusive, em posições assumidas em outras esferas da vida, resistindo criticamente a determinadas naturalizações de posições de gênero, como, por exemplo, no contexto da igreja.

Angélica ressignificou sua posição ocupada anteriormente na família, as imposições que a vida lhe trouxe, foram importantes para o processo de construção de sua identidade de gênero. A partida do companheiro acabou contribuindo para a transformação da sua identidade, no decorrer da sua fala, ela diz que se tornou uma mulher capaz, assim ela se decidiu pela separação, porque se descobriu livre e não quer abrir mão das suas conquistas.

No entanto, me chamou a atenção o fato do ex-marido ter ligado para Angélica – dias antes de ela ter colaborado com a pesquisa – para lhe pedir perdão e dizer que pretendia trabalhar; juntar dinheiro, retornar e comprar uma pequena propriedade rural para ele e Angélica morarem juntos outra vez. A terra que hipoteticamente ele comprará fica numa região bem próxima à Governador Valadares. A estratégia encontrada por Angélica para tentar impedir que o ex-parceiro retorne à cidade foi sugerir a ele comprar a tal propriedade no interior do Estado do Pará, onde ele e ela têm um amigo em comum. Na realidade Angélica ainda tem medo de que o ex-companheiro volte e se ache no direito de se impor a ela forçando a volta do relacionamento “(...) ele me pediu perdão eu disse que perdoei, mas eu não sei quais são as intenções dele (...) ele acha que tem o direito de me [manter] atrelada à história dele” (Angélica).

A fala de Angélica demonstra a ambiguidade subjetiva que ela vivencia, mesmo tendo conquistado outra vida, e embora se diga “livre”, ela não consegue dizer ao ex-marido de maneira direta e definitiva que não vai mais voltar a viver com ele, apesar de ela se considerar uma mulher separada e de ter dito a ele que, ela, assim se considera. De qualquer forma, a história de Angélica, salienta o quanto a migração do parceiro, ainda que seja perpassada por dor e sofrimento, pode redundar em novas maneiras de se relacionar com a vida e, conseqüentemente, na construção de outra identidade de gênero e de subjetividade, mais autônoma, ainda que a ambiguidade seja um fator persistente.

A seguir apresento a trajetória de vida de Rafaela.

2- Rafaela

O problema não era que ele estava perdendo a esposa, ele estava perdendo um objeto (...). Ele achava ruim perder a burra de cangalha [risos] essa era a expressão que eu usava [risos]. Infelizmente era isso, porque eu carregava o peso todo nas costas. Ele não importava comigo (...). Rafaela

A história de Rafaela se distingue em vários aspectos da vida de Angélica, mas se aproxima em tantos outros, a primeira atualmente mora nos Estados Unidos, onde vive de forma ininterrupta desde o ano 2000, data da sua segunda imigração para aquele destino. Sua trajetória, assim como a de Angélica, foi marcada por um casamento com um homem, ciumento, violento e agressivo, ela, no entanto, criou condições subjetivas e objetivas necessárias para enfrentá-lo e pedir a separação enquanto vivia com ele. Eu a entrevistei em seu pequeno apartamento em Boston, um lugar aconchegante, mas bastante simples, onde ela vive com o casal de filhos. Vamos à narrativa de Rafaela.

Rafaela cresceu na zona rural de Valadares, numa família de agricultores/as sem recursos para financiar a continuidade de seus estudos. Assim, ela não pôde completar o ensino fundamental. Em decorrência da baixa escolaridade, Rafaela não via perspectivas de mudar sua condição de vida. Quando solteira ela trabalhava na propriedade dos pais como agricultora e ajudava a mãe nos trabalhos domésticos, mas não tinha nenhum rendimento próprio.

Em 1985, seu então namorado imigrou e Rafaela ficou de encontrá-lo no destino seis meses depois. Contudo, ela só conseguiu efetivar a viagem após três anos, em 1988, quando tinha 23 anos. O discurso de Rafaela, assim como o de Adriana, sobre a sua decisão pelo casamento é ilustrativo daquilo que Swain (2004) denomina de “dispositivo amoroso” e se constitui como o pilar identitário da vida de muitas mulheres, as quais acreditam que o amor e o sacrifício feito em nome deste sentimento seja capaz de mudar o posicionamento identitário de um homem. A crença e identificação com essa visão levou Rafaela a fazer de tudo para transformar seu companheiro truculento e possessivo.

Na verdade todo mundo sabia que a gente não ia dar certo por que nós éramos muito diferentes. Mas eu o amava e quando a gente ama a gente pensa que pode mudar a pessoa e que vai dar certo. (...) eu fiz o possível e o impossível, mas ele era muito ciumento e possessivo. Desde quando a gente casou já começou ruim. Eu aguentei 18 anos, mas não foi fácil, não (Rafaela).

Rafaela encontrou-se enfim com seu companheiro. O casal intencionava ficar por três anos nos Estados Unidos, juntar algum dinheiro e retornar. No entanto, eles acabaram residindo lá por seis anos: o tempo necessário para juntarem algum dinheiro e investirem no

Brasil. Quando chegou aos Estados Unidos, pela primeira vez, Rafaela trabalhava em três empregos, ao passo que o marido trabalhava apenas em um:

Eu limpava casa durante a semana e fazia um *part time* limpando *office* de segunda a sexta. Sábado e domingo eu trabalhava no restaurante ou no hotel. Eu trabalhava desesperadamente. Eu ganhava (...) uns 700 dólares por semana. Naquela época (...) era muito dinheiro, para você ter uma ideia, meu marido ganhava uns 240 dólares [por semana].

Eu a perguntei como era administrado o dinheiro. Rafaela ganhava mais e, naturalmente, a maior parte das despesas era de sua responsabilidade. Cada um deles tinha a própria conta corrente, mas decidiam juntos sobre os investimentos que fariam. Ela e o companheiro administravam o próprio dinheiro como queriam, ambos ajudavam seus/as respectivos/as familiares no Brasil.

Naquela época o casal praticamente não tinha vida social, o companheiro nunca estava disposto a sair, assim, “para evitar bater boca todo dia e me aborrecer eu acabava cedendo. (...) chegou um ponto em que eu perdi a minha personalidade”. Os únicos lugares que o casal frequentava eram as festas nas casas dos irmãos dela: “a festa não fica boa (...) no final? Pois é, eu nunca pegava o final da festa. A hora que ele falava: “vamos embora” eu tinha que ir, se eu o contrariasse, ele brigava. O único lugar que a gente ia era na casa dos irmãos mesmo, *ele não me levava em outras festas*” (Rafaela) (grifo da autora).

Em 1994 o casal retornou, comprou uma casa em Governador Valadares, uma fazenda próxima à cidade e um caminhão, além de trazerem, nos termos de Rafaela, “um dinheirinho bom”. Uma vez no Brasil o casal investiu no plantio de abacaxi, mas uma praga assolou a plantação, o companheiro de Rafaela vendeu o caminhão e o comprador não pagou a quantia devida.

O retorno levou Rafaela à perda da autonomia sobre os seus rendimentos, os investimentos foram feitos em conjunto e o parceiro era quem administrava o dinheiro: “Lá [no Brasil] eu trabalhava com ele na roça, mas ele mandava no dinheiro eu não tinha um dinheiro separado” (Rafaela). Neste momento, o controle por parte do companheiro se estendeu, além de explorar o trabalho da parceira na agricultura, ela tornou-se também

financeiramente subordinada. Rafaela combinava o trabalho na lavoura com o trabalho doméstico.

É importante lembrar que Rafaela vem de uma família onde impera o padrão masculino hegemônico conservador. Seu contexto de vida reproduz muito de sua vivência quando solteira, época em que, além de ajudar o pai no plantio, auxiliava a mãe nos trabalhos domésticos, sem auferir qualquer rendimento próprio. Seu pai era a autoridade na família, de modo que tal arranjo de gênero reverbera de maneira naturalizada, e aparentemente dificulta, até aqui, a resistência de Rafaela ao domínio do companheiro.

Nesse período, o casal teve a primeira filha e devido ao insucesso nos negócios se viu com poucos recursos financeiros. Assim, Rafaela decidiu reemigrar. Seu companheiro não gostou muito da ideia. Ele sugeriu que ela voltasse ao destino e mandasse dinheiro para ele, nos termos de Rafaela, “... tocar as coisas por lá”. No entanto, como o poder é sempre difuso e fluido, ela resistiu e não aceitou: “(...) eu falei que não. Ou vamos nós dois ou se eu for sozinha eu não vou mandar dinheiro para você”. Diante da recusa, o parceiro acabou cedendo e ambos reemigraram.

Na segunda vez que o casal reemigrou, em 2000, eles deixaram a filha de três anos com a avó paterna. Um ano depois, a menina foi ao encontro dos pais. Naquele tempo, o casal foi morar com o irmão de Rafaela. Inicialmente, ela trabalhava na faxina doméstica ajudando uma conhecida. Após dois meses nesse trabalho, a amiga decidiu vender o *Schedule* de casas. Rafaela relata que trabalhou exaustivamente no primeiro ano em que chegou aos EUA: “eu ganhava mais do que eu ganho hoje [ela preferiu não dizer o quanto ganha atualmente] (...) mais de mil dólares por semana, trabalhando de domingo a domingo. Minha filha estava no Brasil, se eu ficava em casa era chorando (...) ela tinha 03 anos, imagina o que é ficar longe de um filho!”.

A convivência do casal piorou após voltarem aos Estados Unidos:

Ele se tornou mais ciumento. Eu estava na casa do meu irmão, às vezes eu saía com a minha cunhada, ela tinha muitas amigas, sempre tinha festinhas e eu ia com ela nas reuniões nas casas das amigas, aí (...) minha vida se tornou um inferno! Ele não queria que eu fosse para canto nenhum, mas eu não ia ficar em casa chorando, aí nessa época eu comecei a sair. Quando eu retornei

para os Estados Unidos, eu já não estava agarrada mais com ele. Eu estava decidida a não viver aquela vida mais (Rafaela).

O que mudou para você decidir não viver mais “aquela vida”? Eu perguntei.

Eu sempre trabalhei muito mais que ele, pagava as minhas contas, não vivia a custa dele, não fazia sentido ele ficar me proibindo de tudo e eu não ter direito nem de usar o meu dinheiro e o meu tempo para fazer o que eu quisesse. Se eu ficasse em casa, naquela época, eu ia ficar chorando (...) de saudades da minha filha, quando eu saía eu distraía um pouquinho. Depois que alugamos a nossa casa, eu voltei a não sair mais. Quando eu consegui trazer a minha filha [após um ano nos EUA] eu estava disposta a largar o meu ex-marido, só que eu fiquei grávida do menino sem planejar. Na verdade eu acho que ele furou a camisinha de propósito, ele achava que se eu engravidasse, ele ia me segurar com mais um filho. Na verdade ele me segurou por mais um tempo, mas antes do menino fazer quatro anos eu não aguentei mais e separei (Rafaela).

O discurso acima é ilustrativo do quanto “... a vontade de verdade, a vontade de poder, a ancoragem do gênero no sexo biológico são fundamentos dos mecanismos de divisão e controle de um sexo sobre o outro. (...) o trabalho de Foucault (...), aponta para táticas sociais que fazem do corpo da mulher como uma superfície do exercício do poder” (SWAIN 2004, p. 189-190). A domesticação dos corpos das mulheres passa, sem dúvidas, pelo controle de sua sexualidade expresso, neste caso, na manipulação sobre capacidade reprodutiva. O seu corpo, deste modo, torna-se um dos *locus* onde opera o poder, o espaço de imposição do homem através das táticas abusivas de controle e de domínio, conforme a narrativa de Rafaela permite perceber. Neste contexto, Rafaela vivencia na prática uma série de tensões permeadas por conflitos subjetivos, o desejo pelo rompimento do relacionamento e a gravidez inesperada, que a faz suportar por mais quatro anos o companheiro ciumento, agressivo e opressor.

Eu quis saber como era posição do pai em relação à criação das crianças. Lemos:

Ele é muito enjoado é aquela pessoa que fica repetindo a mesma coisa toda hora. Minha filha ficava irritada com ele, a menina era pequena. O menino era muito agarrado com ele, ele fazia todas as vontades [do filho] e com a menina ele tinha certa implicância. Ele levava a menina para a escola, na época o menino ficava com a babá e depois foi para o Day Care. Ele trabalhava de oito às quatro e a babá era pertinho de casa, eu trabalhava até as seis e meia e ele não buscava o menino, ele o deixava na casa da babá até esse horário. A menina ele pegava, ela já estava grande e não dava mais trabalho

(...). Quem cuidava das crianças era eu. O lazer praticamente continuou a mesma coisa. Quando minha filha chegou eu parei de trabalhar sábado e domingo, mas eu saía pouco com ela, às vezes saía de dia, levava ela em parquinho, ele não nos acompanhava, porque trabalhava nos fins de semana e não tinha tempo. (...) no verão tem umas tardes bonitas, mas ele não tinha disposição para sair e brincar com os meninos e nem de sair só comigo. Eu ficava muito cansada, trabalhava o dia inteiro, tinha que chegar em casa, cuidar das crianças, arrumar a casa, fazer comida, então acabava que eu ficava sem disposição.

Na prática, o companheiro pouco se responsabilizava pela criação das crianças, aparentemente a família era fonte de significado diverso para Rafaela e seu companheiro. O posicionamento de Rafaela no interior de sua família se concretiza segundo a normalização das relações de gênero convencionais baseada na divisão do trabalho sexual, a ela cabia a execução de todo o trabalho doméstico, a completa responsabilidade pela criação das crianças, aliados ao trabalho no mercado secundário. Mesmo ganhando mais que o companheiro, o domínio dele sobre ela era muito grande.

Segundo Raewyn Connel (2013) – baseado em sua pesquisa sobre masculinidades corporativas e na história de vida de um administrador da indústria da construção – o homem delega à companheira toda a administração da casa, o cuidado com a prole, numa relação em que a divisão do trabalho sexual é nitidamente marcada. No caso de Rafaela, não creio que se possa dizer que o companheiro a coloca neste lugar, mas o discurso de gênero incorporado por ela o faz. Diferentemente das relações de gênero que muitas vezes se constrói entre casais de classe média, sem negar que tais relações sejam quase sempre ancoradas em assimetrias de poder, as condições materiais de vida, de Rafaela e do companheiro, impõem a ela a necessidade de ganhar a vida através do trabalho remunerado. Deste modo, ela acumula múltiplas atribuições dentro e fora de casa.

Pareceu-me que para ela, como também para outras mulheres e homens entrevistados/as, a obrigação com a casa e com os/as filhos é reconhecidamente da mulher, mesmo ela trabalhando fora. Neste sentido, entendo que o companheiro não precisou delegar-lhe esse papel. Ela o tem introjetado através do processo de socialização, conforme também o tenha, talvez, a ampla maioria das mulheres. Digo isso sem desconsiderar as tensões e insatisfações que essa condição implica. Se ela era dominada, não o era inteiramente, haja

vista a tomada de decisão pela separação e também na maneira como enfrenta as tensões trazidas quando se decide pelo divórcio.

Embora vivesse em permanente conflito, após reemigrar o casal continuou compartilhando os investimentos no Brasil. Rafaela, no entanto, relata que o retorno aos Estados Unidos a levou a rever sua vida, pois “o fato de eu ser independente aqui, é mais fácil de me se virar sozinha. Eu sabia que eu dava conta de criar meus filhos sozinha, então isso me deu coragem [para pedir a separação]” (Rafaela). O fato de ser financeiramente autônoma se constitui em um fator de fundamental importância para se livrar da relação opressora. Vale aqui salientar, como veremos a seguir, que a autonomia econômica nem sempre garante uma autonomia subjetiva ao ponto de as mulheres decidirem sair de um relacionamento que não as satisfaz. Conforme Assis (2009; 2011), nem sempre a autonomia financeira implica uma relação de gênero igualitária.

O processo de separação do casal não foi mais fácil do que a vida que compartilhava. O companheiro não aceitava o rompimento da relação:

*O problema não era que ele estava perdendo a esposa, ele estava perdendo um objeto (...). Ele achava ruim perder a burra de cangalha [risos] essa era a expressão que eu usava [risos] infelizmente era isso, porque eu carregava o peso todo nas costas. Ele não importava comigo, já estava chegando em casa depois que eu dormia. Ele trazia a menina e depois que eu chegava com o menino ele saía e voltava tarde da noite. Então o problema era perder a mulher que tinha muita força ainda para trabalhar [risos] e não a esposa. No começo ele aceitou a separação, mas depois ele mudou de ideia e não queria mais e começou a fazer de tudo para tornar a minha vida mais difícil (...). Eu pedi para ele sair que eu ficaria no apartamento, que era bom, num lugar bom, era só passar o contrato para o meu nome, só que ele não quis sair de jeito nenhum, aí eu saí. Quando a gente foi assinar o divórcio ele queria provar para o juiz que eu ganhava o dobro que ele para (...) não pagar a pensão (...). Eu limpo casa e recebo em *cash* e ele tem de declarar imposto de renda, ele me colocava como dependente. Aí eu falei com ele para provar que eu ganhava mais que eu ia fazer a minha declaração de renda aí o governo ia atrás dele (...) como ele viu que não tinha jeito, desistiu. Eu acabei aceitando a pensão que ele quis pagar. Era pouco, mas era melhor que nada (...) a separação aqui foi amigável, porque ele não tinha opção. Eu aceitei tudo que ele quis porque o que eu queria era sair daquela casa, eu só sai de casa depois que assinamos os papeis. [Durante o processo de separação] eu não podia nem atender ao telefone que ele dava piti de ciúmes ele achava que eram pretendentes. Eu não podia falar com ninguém, nem com meu irmão (...). Eu trancava a porta do meu quarto, eu tinha tanto medo dele, que escondia as facas da casa. Ele era assim: começava a falar, falar, falar, eu ficava calada, porque se eu respondesse, ele era violento. Ele não me batia porque eu não reagia (...) ele já tentou me bater. Quando ele está com raiva perde o controle e transtorna, eu acho que ele é capaz de matar sem saber o que está fazendo (...). Por isso eu não respondia, se eu respondesse ele falava coisa ruim (...) que eu não queria ouvir. Então para não me*

magoar, eu simplesmente me calava. Nós vivemos separados na mesma casa entre quatro e cinco meses. Com o menino ele era legal, mas com a menina ele implicava, às vezes ele pegava ela pela orelha por qualquer motivo (...) (Rafaela) (grifos da autora).

A interpretação de Rafaela sobre a resistência do companheiro quanto à separação é bastante interessante: ela se percebe claramente explorada, seu casamento se configurava segundo o modelo que associa exploração, dominação e opressão. O “peso nas costas” sobre o qual ela se refere diz respeito à sobrecarga de trabalho dentro, e fora de casa, à criação do/a filho/a, ao controle excessivo da sua vida e ao pagamento das despesas domésticas. Naturalmente, é justo que a parte que ganha mais também assuma a maior parte das despesas. No entanto, no caso de Rafaela, as despesas com as crianças eram exclusivamente de sua responsabilidade. Além disso, o companheiro a entregava o dinheiro correspondente à sua parte das despesas e cabia a Rafaela efetuar os pagamentos. O sentimento de total desvalorização no interior do seu casamento é expresso na primeira frase que ela articula: “não é que ele estava perdendo a esposa, ele estava perdendo um objeto”.

A estratégia usada pelo marido para manter a relação de poder desigual, mesmo depois da separação, foi exigir o pagamento de pensão por parte de Rafaela. Ela, entretanto, conseguiu dissuadi-lo, ameaçando denunciá-lo ao fisco. O companheiro manteve, enquanto viveu sob o mesmo teto que a família, uma postura agressiva e abusiva, obrigando Rafaela a se trancar no quarto para dormir e esconder as facas da casa por temer pela sua vida.

Contraditoriamente, mesmo tendo sido muito proativa ao decidir romper o casamento, Rafaela, assim como Angélica, preferiu não denunciar as práticas de violência contra ela. Ela afirmou que sequer considerou essa possibilidade. Seu discurso, em muitos momentos, deixa parecer que ela incorporou determinadas normalizações sociais inibidoras, as quais parecem impedi-la de reconhecer nitidamente a naturalização de determinadas concepções sobre alguns atributos referidos ao masculino e nem tanto ao feminino, ou seja, a agressividade e a consequente naturalização de práticas de violência. Este seria um argumento possível de se aventar ao refletir sobre a razão pela qual Rafaela não pensou em denunciar seu ex-companheiro, apesar de ela externalizar o medo que ele a impunha pelas ameaças feitas, as humilhações verbais, expressas nas “coisas ruins” que ele proferia contra ela e que redundavam em mágoas. Neste sentido, a frase “[q]uando ele está com raiva perde o controle

e transtorna, eu acho que ele é capaz de *matar sem saber o que está fazendo*” é bastante significativa.

Após a separação judicial, o pai preferiu ver os filhos apenas uma vez por mês, fato que, a meu ver, deixa claro a afirmação feita acima de que a família tinha um significado diferente para Rafaela e o companheiro. Após três anos de separados, o ex-marido retornou ao Brasil. Na época da entrevista, em 2014, fazia cinco anos que ele vivia por aqui. Durante esse período, ele ligou duas vezes para o casal de filhos, que têm hoje 16 e 11 anos respectivamente. Inicialmente, Rafaela mandava as crianças ligarem para o pai nas datas comemorativas – aniversário dele, Natal e etc. Hoje em dia, ela não as obriga mais, por entender a legitimidade do/a filho/a não desejarem falar com o pai. O ex-companheiro deposita mensalmente, numa conta no Brasil, quatrocentos reais de pensão para o/a adolescente. A mãe é quem de fato os mantém.

A partilha dos bens do casal também foi bastante problemática. A princípio, o ex-marido não concordava com a divisão igualitária, pois queria ficar com a maior parte das propriedades adquiridas no Brasil. Rafaela, por ter investido mais dinheiro na aquisição dos bens, não aceitou. Posteriormente, a proposta foi dividir os bens ao meio: “ele queria dividir o lote no meio, a fazenda no meio, ao invés dele ficar com um e eu com outro” (Rafaela). Embora tenha ameaçado entrar com um pedido de homologação do divórcio litigioso para requerer a venda dos imóveis e a divisão do dinheiro entre os dois, Rafaela acabou desistindo da ideia porque o ex-marido, após longos embates, aceitou assinar um acordo, que no fim das contas o favoreceu, pois a ele coube – na avaliação de Rafaela – os imóveis melhor localizados, sejam os da zona rural ou os da zona urbana de Governador Valadares.

A separação redundou numa grande transformação na vida de Rafaela. Logo que se separou judicialmente, a filha e o filho ainda eram crianças. Assim, ela passou a frequentar os “bailes” e festas promovidas pela igreja católica, o que era impossível enquanto esteve casada. Hoje em dia, Rafaela, aos 50 anos, conquistou uma nova vida, os adolescentes já ficam sozinhos em casa e, sempre que pode, frequenta festas na casa de amigos/as ou parentes e vai a shows de música brasileira. Aos domingos a família vai à missa, que é um local onde, nos termos de Rafaela, “busco benção, refúgio e consolação”, mas que também se configura como

um espaço de sociabilidade importante, pois, “além do mais tem as amizades que eu encontro lá” (Rafaela).

Rafaela planeja retornar ao Brasil, inclusive, me mostrou as caixas onde estão embalados muitos de seus pertences. Ela salienta que não quer envelhecer nos Estados Unidos, pois considera as vidas dos/as idosos/as americanos/as bastante solitária. Muito embora deseje voltar, ela não o fez porque a filha mais velha nasceu no Brasil, assim, ambas – ela e a filha – são indocumentadas: “aqui eu acho que ela tem muitas possibilidades (...). Se ela tivesse nascido aqui eu já teria ido, porque ela poderia voltar quando quisesse e eu acho maldade levar ela pra lá, aqui ela tem muito mais chance de estudar e de ter uma carreira” (Rafaela).

Mesmo com a pretensão de retorno, Rafaela afirmou que quando pensa no Brasil, a primeira coisa que lhe vem à cabeça é a violência urbana, a carestia e “as dificuldades. Eu nem vejo nada positivo”, além disso: “no Brasil eu penso na dificuldade que eu teria, porque eu não tenho profissão lá, o que é que eu vou fazer? Tenho imóveis de aluguel, mas às vezes o inquilino não paga, então, não posso contar com aquele dinheiro, sem profissão vou fazer o que?” (Rafaela).

No caso de Rafaela, a vivência da imigração internacional foi importante para a assunção a uma posição de gênero distinta em decorrência da independência financeira adquirida com o trabalho de imigrante. Conforme mostrou Sueli Siqueira (2011) “a mulher (...) reelabora seu projeto de vida e sua posição na família passando a reivindicar um papel diferente daquele aceito antes da migração” (SIQUEIRA, 2011, p. 448). Ao dizer, que em 2000, retornou aos Estados Unidos com a intenção de se separar do companheiro pode deixar parecer que ela o teria feito se continuasse morando no Brasil, e foi isso mesmo que ela afirmou, ainda que tenha dito que separar-se morando em Governador Valadares talvez fosse mais difícil, pois mesmo tendo bens, conforme ela descreve acima, ela não tem “profissão”.

Na realidade, a sua profissão nos Estados Unidos – faxina doméstica – tem uma atribuição de significado simbólico e material muito diferente se comparada à leitura que as brasileiras elaboram sobre esse tipo de trabalho. Por isso ela considera que, no Brasil, por não ter escolaridade, ela não se profissionalizou.

Me volto agora para a vivência de Helena.

3- Helena

A pessoa vai ficando certo tempo lá e a cabeça muda, ela se transforma totalmente (...). Ele ficou frio em relação a tudo, ficou seco, (...) não é aquela pessoa amorosa (...) nada sensibiliza ele. Helena

Anteriormente eu mencionei sobre Helena, uma mulher que atribui a dissolução de seu casamento à inserção do companheiro no processo migratório para os Estados Unidos. Ela reside com o único filho num apartamento alugado e antigo, mas confortável, numa rua central de Governador Valadares. Helena me concedeu entrevista em sua casa, numa manhã antes de iniciar seu dia de trabalho.

Assim como a vida de Angélica, a existência de Helena se transformou a partir da imigração do companheiro. Desde 2004 seu parceiro, motorista de taxi, estava desempregado. Em 2005, surgiu à oportunidade de emigrar para os Estados Unidos. Um amigo do casal que residia naquele país o convidou, emprestou o dinheiro para financiar a viagem e conseguiu para ele o primeiro emprego. Partiu de Helena a ideia da migração, o companheiro inicialmente ficou em dúvidas, pois temia a aventura de migrar, mas quando ela lhe falou que se ele não emigrasse, ela o faria, ele acabou aceitando a proposta. O casal nunca teve o sonho de sair do Brasil, a decisão foi motivada pelas dificuldades financeiras e pela oportunidade oferecida pelo amigo em comum. Helena, que sempre trabalhou como esteticista, nesta época cobria todas as despesas da casa. Anteriormente ao marido ficar desempregado, o casal dividia as despesas domésticas. O único bem do casal era, e ainda é, uma casa que o companheiro recebeu de herança e que eles alugam.

O trabalho de esteticista confere a Helena um rendimento variável, ela ganha uma média de quatrocentos reais por semana. Antes da migração o casal vivia bem, o companheiro “ajudava” com as tarefas domésticas, e na educação do filho, que na época da entrevista tinha 17 anos. A vida social da família, antes da emigração, incluía a ida ao cinema de vez em quando e a frequência regular a uma igreja evangélica. Eventualmente Helena ia a alguma festa “mas ele nunca ia comigo quando eu o convidava, era como se eu fosse uma pessoa solteira, eu falava com ele assim: “eu casei, mas, eu não tenho um marido do meu lado, as

peças devem achar que eu nem tenho marido”. Eu sentia muito porque não tinha companheirismo da parte dele (...)” (Helena).

Notamos no discurso de Helena que a presença do marido em momentos de lazer fazia diferença para ela e parecia estar especialmente relacionada ao que as outras pessoas podiam dizer sobre a sua constante ausência. Numa cidade mediana e conservadora como Governador Valadares, onde os valores tradicionais ligados à família estão muito presentes, não é incomum as pessoas comentarem esse tipo de ausência. Tais valores presumivelmente são também muito estimulados nas igrejas, com destaque para as evangélicas, como a frequentada pela família.

Ao chegar aos Estados Unidos, durante os primeiros seis meses, o companheiro de Helena morou com o amigo que o apoiou. Em seguida, ele se transferiu para uma república masculina. Seu trabalho como jardineiro lhe rendia uma média de dez dólares por hora. Logo que chegou ao destino, ele ligava todos os dias para a família no Brasil. Contudo, com o passar do tempo, foi se distanciando, passou a ligar a cada dois dias, a cada semana, até chegar ao ponto de ligar apenas duas vezes ao mês. “Ele foi ficando indiferente, aí (...) ligava, (...) mas só perguntava o necessário (...)” (Helena).

O companheiro de Helena saiu do Brasil sem previsão de retorno. No começo ele conseguia trabalhar, pagar as dívidas da viagem – 28 mil reais que pegou emprestado para financiar a passagem pelo México – e mandar algum dinheiro para casa, porém com a crise de 2007, ele perdeu o emprego e, mais uma vez, precisou contar com a ajuda do amigo que anteriormente financiara a sua viagem. Assim, três anos após ter migrado, em 2008, o parceiro interrompeu o envio de remessas para a família, dizendo que estava sem trabalho. Helena, no entanto, soube, através de terceiros/as, que seu marido estava trabalhando, portanto, tinha condições de continuar se responsabilizando por parte das despesas da família.

Mesmo diante do paulatino afastamento do companheiro, em 2009, Helena propôs a ele que retornasse, usando o argumento do desemprego, pois não fazia sentido ele continuar imigrado sem estar trabalhando. O companheiro, no entanto, argumentava que continuava sem previsão de retorno e que intencionava surpreender a companheira, portanto não ia lhe dizer quando voltaria ao Brasil. Mais tarde, Helena descobriu que na época em que propôs o

parceiro retornasse, ele já havia comprado a passagem de volta. A razão para tanto suspense foi assim expressa:

Ele conheceu uma mulher de Valadares pela internet e estava se comunicando com ela desde 2008, eu acho que ele parou de mandar dinheiro para a mim e começou a mandar para essa pessoa, não tinha lógica entendeu? Como ele via que eu não ficava esperando, que eu estava dando os meus pulos [conseguindo manter a casa e o filho] ai (...) não preocupou. Quantas vezes eu falava assim: “quando é que você vai mandar pelo menos um pouco de dinheiro? (...) você sabe que tem um filho aqui pra sustentar”, [ele dizia]: “não tem previsão, não tenho dinheiro” (...)e assim foi ficando. (...) depois eu descobri tudo (...) que ele estava com ela (...) que ele mandava as coisas pra ela. Ele chegou sem me falar, veio de surpresa, me ligou daqui do Brasil, uns dez dias depois que retornou, dizendo que queria um comprovante de residência pra mexer [regularizar] com os documentos. Ele ficou sumido uns dez dias sem ligar, sem entrar na internet, eu pensei: “(...) ele tá sem dinheiro pra comprar cartão”. Ai (...) um amigo meu me falou que ele já estava no Brasil e eu nem tava sabendo. Ele chegou e foi pra Guarapari [litoral do Espírito Santo] com essa pessoa, (...) depois que ele chegou de lá (...) que ligou pra mim pra pegar o comprovante, ai minha ficha foi caindo, eu falei: “ai tem coisa”. Ele falou que estava na casa de amigos [durante os primeiros dez dias no Brasil], mas eu não acreditei, (...) quando ele estava aqui nunca teve esse tipo de amizade, ele era muito caseiro (...), não era de sair, mal ia na igreja comigo. (...) eu fui investigando e descobri que ele tava com essa pessoa (...) e ele negando, negando. Um dia eu peguei o computador e descobri tudo [Helena encontrou fotos do ex-companheiro com a mulher a qual ela se refere no relato] (Helena).

Mencionei anteriormente a pesquisa realizada por Machado (2009) junto às famílias de camadas pobres da população de Valadares que vivenciam o projeto migratório para Portugal. O antropólogo argumenta que “... estando longe, o que produz a relação (o próprio parentesco) não é mais a convivência e o sangue, mas o envio de sinais diacríticos da presença e interesse no núcleo familiar (remessas, bens, telefonemas, e-mails, vídeos)” (MACHADO, 2009, p. 158). A situação vivenciada por Helena ilustra bem essa perspectiva. Ela deduz que as remessas foram interrompidas justamente quando o companheiro iniciou um relacionamento extraconjugal transnacional – a mulher com quem ele se relacionava morava no Brasil e o casal teria se conhecido através das redes sociais virtuais. O envio de dinheiro e os telefonemas se constituem, no caso aqui analisado, como práticas que salientam a permanência ou a dissolução dos casamentos.

É interessante a postura de Helena em pouco questionar a chegada do companheiro em casa somente dez dias após ter aportado no Brasil. Pareceu-me um posicionamento de extrema submissão que foi corroborado por sua postura ao longo do primeiro ano de retorno do companheiro. Depois das férias de dez dias no litoral, com outra mulher, o companheiro de

Helena chegou em casa sem as malas. Essas teriam sido deixadas, segundo ele, na casa de um amigo que residia em um bairro distante da moradia da família. Mesmo depois de trazer a bagagem para casa, “ele [o companheiro] estava indiferente, era como se ele não tivesse aqui, a cabeça dele estava em outro lugar”. O casal continuou dividindo a mesma casa durante um ano. Nesta época, o parceiro pouco ficava em casa, passava vários dias da semana fora, nas palavras de Helena:

[Ele] não atendia o celular, ficou um ano assim e eu passando raiva. Depois que eu descobri mesmo [que ele tinha outra pessoa] eu (...) conversei com ele e disse: “se for pra você viver como se aqui fosse um hotel, ao invés de procurar trabalho, sai e não dá satisfação enquanto eu fico preocupada com as coisas para pagar (...) é melhor você sair de casa, do jeito que tá não dá, eu estou casada e não estou casada (Helena).

Neste momento, o marido concordou em sair, mas não o fez. Ele continuou morando com Helena e o filho, sem se responsabilizar pelas despesas domésticas: “depois que ele chegou não ajudava em nada, até hoje ele não ajuda em nada. Ele falava que ia sair, mas nada! Até que um dia ele pegou as coisas dele e foi embora, desde esse tempo pra cá, ele vem aqui de vez em quando (...) conversa com o [filho], mas não dá um tostão pra ele”. O casal viveu junto por 17 anos.

Esta situação impactou a vida de Helena de diferentes maneiras. Desde 2008, quando o ex-marido estava imigrado, interrompeu o envio de remessas e parou de ligar com regularidade para a família, a insegurança tornou-se a sua companhia constante. Ela entrou num processo depressivo que até no momento da entrevista, em 2013 – dois anos após o retorno de parceiro - persistia. Em 2008, Helena decidiu alugar um dos quartos de seu apartamento para ajudar nas despesas. O pai não manteve um contato estreito com o filho que na época tinha 08 anos, não enviava presentes e nem participava da sua vida à distância. O envio de presentes, além dos contatos por e-mails, telefonemas etc., manifesta-se como sinal diacrítico materializado como forma de atenção ao filho. O pai, portanto, demonstrava o seu afastamento não só da sua companheira como também do menino.

Deste modo, todas as decisões sobre a vida da criança eram tomadas por Helena, para quem o principal problema enfrentado com a migração do companheiro “foi não poder contar com a pessoa (...) encontrar na pessoa um apoio e se sentir segura, poder contar com ele para qualquer coisa entendeu? Não é tanto o dinheiro (...) o problema é a pessoa não (...) tá participando da sua vida”. Seu discurso revela que, apesar da importância das remessas para a manutenção do casamento, ela não substituiu qualitativamente a presença do companheiro, “... do ponto de vista dos sujeitos, os bens e o dinheiro são um pálido substituto de quem emigrou. Porém se são incomparáveis, são também (...) índices indispensáveis da continuidade da relação” (MACHADO, 2009, p. 159).

Segundo Helena, a migração tornou seu companheiro mais “frio” do que era anteriormente, “a pessoa vai ficando certo tempo lá e a cabeça muda, ela se transforma totalmente (...), por que lá é um mundo diferente, entendeu? As coisas que as pessoas às vezes fazem de errado passam a ser vistas (...) como normal. Ele ficou frio em relação a tudo, ficou seco, (...) não é aquela pessoa amorosa (...) nada sensibiliza ele” (Helena). É interessante essa avaliação se a compararmos com o discurso elaborado por Helena em relação ao marido antes da migração, quando ela diz que ele não frequentava eventos sociais, fato que ela atribuía à falta de companheirismo. Sua fala expressa uma visão compartilhada por muitos/as brasileiros/as imigrados/as. Conforme Sales (1999), os/as brasileiros/as consideram que as pessoas nativas dos Estados Unidos seriam mais “frias” se comparadas às brasileiras. Assim, Helena parece atribuir a frieza do marido à incorporação de valores e modelos de conduta características da sociedade acolhedora.

Perguntei a ela o que lhe vinha à mente quando pensava sobre o tempo em que o ex-companheiro estava imigrado. Ela relatou:

Eu senti muito a falta da presença dele eu me senti muito sozinha senti muito medo”. Medo do quê? Eu indaguei. “Aquela sensação de que um dia pudesse acontecer isso que aconteceu” (Helena). Você temia que vocês viessem a se separar? “É eu já pensava. Eu tinha clientes que perguntavam: “você acha que ele é capaz de (...) te trair?”. Eu querendo ser forte, não queria demonstrar que (...) estava pensando nisso. Eu falava que não, que ele é tranquilo, que ele vai na igreja (...) (Helena).

O projeto migratório modifica as interrelações familiares e de gênero, pois a “ausência” do parceiro que migrou leva a reajustes na relação conjugal, provocando inúmeras tensões que passam pelos ciúmes, formas alternativas de controle do parceiro/a e de se criar os filhos e as filhas, e ainda se convive com a permanente insegurança de que a relação se dissolva e com ela os sonhos de migração. Esse temor também foi relatado por outras pessoas, cujas histórias apresentarei adiante.

Chama a atenção Helena justificar que a suposta “segurança” em relação à fidelidade do marido passe pela frequência dele à igreja. Fato possivelmente explicável pelas retribuições alcançadas, do ponto de vista das mulheres, quando se investe na pertença a uma comunidade evangélica⁵⁹. Tal filiação pode trazer algumas “vantagens” para as mulheres, especialmente no que diz respeito ao posicionamento de tais instituições quanto às relações extraconjugais. Essas igrejas tendem a reafirmar normalizações de gênero conservadoras, pois valorizam a domesticidade feminina. Contudo, ao mesmo tempo, o discurso religioso possui uma dimensão pragmática. Se por um lado a autoridade masculina é reafirmada, seja na igreja, ou na vida doméstica, por outro, “o casamento é valorizado, a fidelidade sexual é exigida, o alcoolismo e o comportamento agressivo são criticados” (SILVA, 2006, p. 22). Aspectos como amor, fidelidade e cuidado com os/as filhos/as são idealizações que permeiam o compromisso conjugal valorizado pelas igrejas. Helena, no entanto, não se agarra de maneira completamente acrítica a essas ideias, haja vista as suas dúvidas quanto à possível dissolução do casamento, postura que, a meu ver, está indubitavelmente ligada ao afastamento gradual do companheiro.

⁵⁹ Eliane M da Silva (2006, p. 14) autora na qual me baseio para tecer tais comentários, se refere às igrejas evangélicas fundamentalistas, sem, no entanto, se referir a qualquer denominação em particular. Ela analisa o “crescimento evangélico e pentecostal das últimas décadas [no Brasil onde] (...) é possível detectar a expansão dos ideários fundamentalistas na expansão evangélica brasileira”. O expansionismo fundamentalista das religiões evangélicas e pentecostais se expressa no tratamento dado a questões importantes como o direito ao casamento homossexual e a liberação feminina, tão contestados em programas midiáticos dirigidos por líderes religiosos e por pastores que ascenderam à esfera política, por exemplo, as posições defendidas pelo pastor Marcos Feliciano, deputado federal reeleito em 2014. Tendo exercido, em 2013, a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, contexto em que foi muito criticado pelas suas posições preconceituosas no que tange aos direitos da população LGBT, e por discursos discriminatórios em relação à população negra. Ver também Maria das Dores Campos Machado (1995) na bibliografia deste trabalho, a autora busca compreender as consequências da filiação religiosas no exercício da sexualidade e da reprodução, ela pesquisou homens e mulheres, casados/as ou não, filiadas/as a diferentes igrejas evangélicas pentecostais e também pessoas pertencentes ao Movimento Carismático Católico.

Ademais, a indaguei sobre o que mais sentiu falta com a partida do marido:

Às vezes a pessoa acha que é por causa de sexo, não é. É por causa da presença mesmo (...) eu tinha que ser mãe e pai, resolver tudo, pensar que eu tinha que dar conta de tudo, pagar as contas, comprar as coisas pra dentro de casa, então foi uma responsabilidade muito grande pra mim e ainda é. É difícil saber que (...) você que é mulher não tem uma pessoa do lado pra te apoiar, pra tá junto, pra te ajudar fazer as coisas, alguém que você pode contar. Aquele foi um dos piores momentos da minha vida, às vezes eu ficava noites e noites sem dormir preocupada (...) chegou ao ponto de eu ter que ir ao médico tomar remédio pra dormir, pra ansiedade e pra depressão. Até hoje eu tomo (Helena).

É relevante a maneira como Helena se situa no interior do discurso convencional de gênero que valoriza o conformismo às normas sexuais distintas para homens e mulheres, de modo que a sexualidade da mulher possa, em muitos casos, ser de alguma maneira contida com a distância imposta pela migração, inclusive quando o casamento se dissolve, posição também assumida por Angélica e Adriana.

Outra dimensão importante que cabe ser destacada no relato de Helena é diz respeito à posição de classe. Mulheres de classes populares, ainda que inseridas no mercado de trabalho, seja o formal ou informal, como é o caso de Helena e da grande maioria das mulheres entrevistadas, vivenciam grande ansiedade quando os parceiros migram e deixam de enviar-lhes as remessas para manter ou auxiliar nas despesas domésticas. Elas suportam um peso a mais, se compararmos sua situação a de mulheres de classe média que auferem rendimentos que lhes deem autonomia financeira: a preocupação com a manutenção da casa.

A dependência subjetiva de gênero também é expressa na narrativa de Helena com realce para a expressão: “é difícil saber que você que é mulher não tem uma pessoa [leia homem] do lado para te apoiar (...)”. Dificuldade que, aliada ao distanciamento afetivo marido, ocasionaram os problemas de saúde. Obviamente, a vivência migratória, ainda que indireta, e talvez mais do que a inserção do casal nas redes migratórias, causa sofrimentos e inseguranças de diferentes tipos. Todavia, é relevante levar em consideração, especialmente

no caso de Helena, que apesar do medo, da insegurança e das consequências de tudo isso para sua saúde psicológica, ela conseguiu seguir a vida sem o apoio do parceiro. No entanto, levando-se em consideração seu relato, até hoje ela sofre com os rumos que sua vida tomou após a emigração do parceiro, diferentemente de Angélica, que se sentiu “liberta e capaz”.

Helena afirma, ao contrário de Angélica, que a igreja se constituiu em um importante espaço de apoio para o enfrentamento de seus problemas, ela se sentia acolhida e confortada pelas pessoas e no plano espiritual sentia-se abençoada, o que considera fundamental.

A complexidade da postura de vida de Helena desafia a reflexão sobre as questões sobre as quais me debruço. Por um lado, é possível dizer que ela assumiu a dianteira de sua vida, mas claramente ela não o fez em decorrência de uma luta pela transformação na relação de poder entre o casal, propositadamente buscada por ela. Se partiu dela dizer para o companheiro sair de casa – depois de um ano que eles viviam sob o mesmo teto sem contribuição financeira da parte dele e sem manterem uma relação conjugal/sexual – ela parece só ter tomado tal atitude porque ele mostrou que não pretendia viver com a família.

Acredito que, nesse aspecto, a vida de Helena manifesta uma maneira fortemente marcada pela vigência do poder do gênero masculino, como um espectro materializado na presença/ausência do marido em casa. Essa presença/ausência era a única coisa que ele oferecia para ela e o filho, todavia, simbolizava a permanência da sua conjugalidade para a sociedade e para si mesma, como aparece implícito na sua fala apresentada no início da análise: “as pessoas devem achar que eu nem tenho marido,” fator constrangedor que, para Helena, é difícil de aceitar.

A seguir, me deterei na vivência de Bárbara, uma das imigrantes em Boston que colaborou com esta pesquisa.

4- Bárbara

Toda vez que ele fala conversa comigo (...) me culpa por tudo de errado na vida ele. Ele diz que eu sempre tomava as decisões, que eu coloquei as calças, eu era o homem da família.
Bárbara

Em meados dos anos 80, a irmã mais velha de Bárbara interrompeu os estudos numa faculdade de Governador Valadares para inserir-se na dinâmica emigratória para os Estados Unidos, ela foi atraída pelas notícias de amigos/as que realizaram projetos emigratórios bem sucedidos, como vimos anteriormente, aqueles foram anos de intensa emigração de valadarenses para os Estados Unidos. Após a emigração da irmã mais velha, a irmã do meio seguiu o mesmo caminho. As decisões tomadas pelas irmãs de Bárbara acabaram influenciando seu destino. Assim, em 1987, aos 17 anos, após concluir o ensino médio, Bárbara também emigrou. Seu desejo era continuar em Governador Valadares e entrar para a faculdade, mas sua mãe achou melhor que ela emigrasse e assim aconteceu.

A perspectiva da família de Bárbara ia ao encontro do ideário cultural da sociedade nativa sobre a valorização da imigração para os Estados Unidos. Suas familiares consideravam que, trabalhando como imigrante, Bárbara teria um futuro mais promissor do que se continuasse os estudos no Brasil. Para efetivar a viagem, a mãe de Bárbara emprestou-lhe o dinheiro. Durante o tempo em viveu no Brasil, ela tinha uma vida estável, dedicada aos estudos, e, mesmo sendo de origens populares, ela não precisava trabalhar fora de casa.

A sua intenção inicial assemelhava-se ao desejo de boa parte dos/as imigrantes: trabalhar por dois anos nos Estados Unidos, estabelecer-se financeiramente e retornar, o que não aconteceu. No destino, ela foi recebida por uma das irmãs que havia acabado de adquirir a casa própria. Na época em que eu a entrevistei, Bárbara morava com as duas filhas – de 13 e 11 anos – no andar de cima da casa desta irmã, transformado em um apartamento. O local possui dois pequenos quartos – um de Bárbara e o outro das meninas – uma cozinha e um banheiro, o espaço é muito simples e não me pareceu muito confortável. Ela me recebeu em uma manhã de quinta-feira quando estava de folga do trabalho.

Assim que chegou aos Estados Unidos, Bárbara se inseriu no mercado secundário da faxina doméstica e permaneceu exercendo a mesma função até conseguir a cidadania americana, em 2002, quando se casou – com um imigrante brasileiro que ela conheceu em Boston – e se mudou com ele para Newark – Nova Jersey. Nessa cidade, ela trabalhou como garçomete em uma lanchonete. Tanto ela quanto o marido, sobre o qual não me foi revelada a profissão, ganhavam em torno de 15 dólares por hora, trabalhando seis dias por semana, durante 8 horas diárias.

Bárbara, além do trabalho na lanchonete, era responsável por todo trabalho doméstico, “antes de ter as filhas eu sempre fazia tudo em casa, porque eu limpava muito rápido, eu fazia a lavanderia, nós [ela e o parceiro] às vezes íamos juntos ao supermercado” (Bárbara). Ao companheiro cabia o pagamento do aluguel e ela arcava com as demais despesas. Até essa época, ela considerava o casamento muito bom, ela valorizava muito a autonomia financeira de cada uma das partes. No início do casamento, Bárbara e o companheiro tinham práticas de lazer diversificadas: festas, bares, pescarias e viagens para o litoral. No entanto, quando as filhas nasceram a vida do casal passou por intensas transformações. Lemos:

Financeiramente o nascimento delas foi um baque. Nós estávamos em New Jersey, ele comprou um caminhão e falou que ia ganhar dinheiro, que era para eu ficar em casa, eu fiquei sem trabalhar por cinco meses. Quando eu vi a gente não tinha mais de onde tirar [dinheiro], a dívida estava muito grande, eu voltei a trabalhar, a cuidar da casa e da criança, ele ficava muito pouco com a criança. Ele não tinha responsabilidade de cuidá-la. Era tudo eu, se ele tivesse em casa ele olhava, mas eu não podia contar com ele. Quando eu voltei a trabalhar, voltei a ser garçonete, mas com criança não dava para pegar um schedule que desse um bom dinheiro. Antes de ir para New Jersey eu trabalhava com uma família aqui [em Boston], limpando a casa deles, aí ela [a ex-patroa] me ligou perguntando se eu sabia de alguém para trabalhar com a família, aí eu voltei pra cá e fiquei só na casa deles, cinco dias na semana, de segunda à sexta-feira (Bárbara).

A partir do nascimento das filhas, Bárbara se viu sobrecarregada ao aliar as tarefas domésticas e o cuidado das meninas ao trabalho como faxineira. Ao retornarem para Boston, Bárbara iniciou a faculdade de enfermagem, associando os estudos com o trabalho na casa da família acima mencionada. Neste ínterim, nasceu sua segunda filha, aumentando ainda mais as despesas, o que ela e o companheiro ganhavam era insuficiente para cobrir todas as necessidades da família.

A partir do nascimento das filhas as atividades de lazer foram deixadas de lado:

Depois que as meninas nasceram nossa diversão foi só diminuindo, às vezes eu tinha de trabalhar no fim de semana, quando eu fui estudar às vezes ele

cuidava delas nos finais de semana, quem me ajudava mais com as meninas eram minha mãe e irmãs. Eu comecei fazendo só uma classe por semestre, durante uma noite por semana era bem leve. No resto dos dias eu trabalhava, cuidava das crianças e estudava pelas madrugadas (...). Antes de me separar, sempre que eu estava em casa era limpando ou fazendo alguma coisa (Bárbara).

Segundo Bárbara, quando as meninas nasceram: “(...) eu precisei de *ajuda* porque era muito serviço, eu *pedi ajuda* para ele e ele disse: ‘Ok. Eu te *ajudo*. Eu vou lavar a minha roupa’, mas a dele só. Ele não estava falando da família” (Bárbara) (grifo da autora). Deste modo, todas as decisões em relação à vida das filhas eram tomadas por Bárbara. Conforme ela afirma, “tudo caía em cima de mim”.

Bárbara tentou fazer com que o companheiro se interessasse pelo cotidiano das crianças, no entanto ele não se sensibilizava. Durante a semana, o marido trabalhava como caminhoneiro, nos fins de semana ele: “ficava em casa bebendo cerveja e comendo. Ele nunca saía com as meninas, nem comigo” (Bárbara).

Desde o tempo em que morou em New Jersey o casal vivenciava inúmeros conflitos, os quais foram agravados pelo processo depressivo que acometeu o companheiro de Bárbara logo que a família retornou à Boston, conseqüentemente ele se tornou apático em relação às filhas. O parceiro de Bárbara iniciou várias vezes o tratamento para a depressão, mas sempre interrompia a terapia, ele iniciava os medicamentos e logo interrompia o tratamento, sendo assim, nunca superou o problema.

Eu (...) tentava ajudar ele a se sentir melhor, para ele sair do problema emocional e ele não conseguia sair. Ele não queria fazer o tratamento, ele não aceitava, hoje estava bom amanhã voltava tudo de novo. Tínhamos conversas (...) sobre o que a gente ia fazer, passava uma semana tudo voltava ao que era antes. Era muito cansativo, eu tinha duas crianças para criar e eu não conseguia suportar aquela carga. Chegou num ponto que eu não conseguia mais conversar com ele. Foram 10 anos de lutas (Bárbara).

Bárbara relata o não comprometimento do marido com a divisão das tarefas domésticas e no cuidado com as filhas: “um dia eu fui falar o que era para ser feito com as crianças, eu fiz o *schedule* [agenda] delas e passei para ele. Daí duas ou três semanas, ele falou: “Não me dá não. Porque eu já estou perdido. Eu não quero saber”. Desde modo, a contra gosto, ela assumiu todas as tarefas e as decisões no interior de sua família.

A frase dita por Bárbara “não é que eu me emancipei, mas não tinha outra opção” me pareceu ilustrativa do seu desconforto com sua situação de vida e da complexidade subjetiva na qual ela estava enredada. Tomar todas as decisões sozinhas a incomodava bastante, por que parecia confrontar a identidade de gênero por ela incorporada. Talvez os problemas psicológicos do companheiro justificassem, conforme apontou Bárbara, o não comprometimento dele na criação das filhas e na partilha dos trabalhos domésticos. Porém antes de tais problemas se manifestarem, Bárbara era a única responsável pelos cuidados com a casa e esse fator não pareceu ser um problema para ela.

O posicionamento do companheiro de Bárbara ao revelar as marcas de gênero convencionais permite perceber como a diferenciação de gênero opera, neste caso, de maneira central na organização da vivência do casal, posicionando a mulher, mesmo as imigradas, em diversas hierarquias de poder nas relações com o companheiro. O fato de ela solicitar “ajuda” ao companheiro para o cuidado com as filhas e com a casa é ilustrativo dessa dinâmica de gênero.

É interessante notar que os posicionamentos de mulheres como Bárbara e Rafaela diferem das posições assumidas por muitas mulheres imigrantes casadas. Conforme Sueli Siqueira (2011) uma vez em contexto migratório os homens tendem a dividir de forma mais equânime as tarefas domésticas com suas parceiras, ainda que tais tarefas sejam sempre um ponto de tensão entre os casais.

Antes de eu ir a campo, baseada em resultados de pesquisa como os de Siqueira (2011) e de outras, parti do pressuposto de que a influencia do contexto cultural de destino, a maior autonomia econômica das mulheres imigrantes, aliada a possível ausência de reciprocidade em relação à divisão das tarefas domésticas, seriam fatores relevantes com peso significativo nas dissoluções dos relacionamentos. Pode até ser assim, em boa parte dos casos. Tal

constatação, entretanto, não se verificou na experiência de vida da maior parte das pessoas que colaboraram com este estudo, como é o caso de Bárbara.

Questionei Bárbara sobre o que levara o casal a decidir-se pela separação. Bárbara explicou-me:

Depois que eu me formei ele se sentiu muito inferiorizado, ele sentiu que eu me tornei o homem da casa e ele não tomava mais nenhuma decisão. Só que nem que eu querendo ele fazia alguma coisa. Depois que eu me formei eu passei a ganhar mais que ele, depois de um tempo ele perdeu o emprego porque ele fez burrada, ele perdeu a licença de dirigir aí ele não pode trabalhar (Bárbara).

A aparente alternância na dinâmica de poder entre o casal, favorável à Bárbara, não a levou a requerer a separação. Seu discurso aponta para uma luta concreta para que o companheiro ocupasse um posicionamento mais convencional no interior da relação se manifesta na frase: “nem que eu querendo ele fazia alguma coisa” (Bárbara). O companheiro de Bárbara, não suportando a humilhação, para ele, de ganhar menos que ela, decidiu sair de casa, conforme ela relata a seguir.

Após perder a carteira de motorista, o companheiro de Bárbara foi trabalhar na construção civil. Como o trabalho era muito pesado, ele contava mais de 60 anos e sua saúde estava abalada, ele acabou perdendo também este emprego. Nesta época, por iniciativa do companheiro, o casal se separou. Passado certo tempo, Bárbara pediu a ele que voltasse para casa, ele aceitou sob a condição de que a família retornasse ao Brasil definitivamente: “Eu falei que sim, que eu ia embora com ele” (Bárbara).

Nesta época, a família precisou se mudar – do prédio onde Bárbara voltou a morar atualmente – para uma casa numa cidade bem próxima à Boston. A mudança se deveu a uma denúncia anônima de que a família morava no *basement* da casa, o que é ilegal. Era o ano de 2010, Bárbara havia concluído a graduação, mas ainda não tinha conseguido emprego na sua área de formação, assim, seus rendimentos eram limitados. Os problemas recomeçaram no momento da assinatura do contrato de aluguel. Lemos,

Quando eu trouxe o contrato para ele assinar, o preço era o dobro daqui. Aí ele falou que não ia mais morar comigo porque ele não tinha condições de pagar o aluguel, que ele ia para o Brasil, ficar lá um

tempo. O pai dele faleceu e ele tinha uma terra, ele queria mexer com a parte da herança dele e não conseguia porque ele não estava no país. (...) financeiramente ele não tinha como me levar para o Brasil com as duas filhas, eu mal (...) pagava as contas. Se não fosse a escola pública as meninas não estava estudando. (...). Eu aluguei a casa em Waltham por seis meses e ele falou para eu me virar. Ele jogou um balde de água fria sobre mim. Eu aluguei essa casa (...) até conseguir um apartamento na área de Boston porque eu queria que as crianças estudassem em Boston (...). Duas semanas depois de mudarmos ele veio me dizer que foi despedido do emprego na construção e depois disso, durante(...) três meses ele não conseguiu mais emprego que valesse a pena. “Ok, eu disse, mas vamos morar aqui”. Ele falava que não, que ele estava indo embora. O carro dele só quebrava, as despesas eram grandes. Ele ia embora, eu ia ficar aqui e depois a gente ia decidir se ficava ou não casados. Toda vez que eu o procurava para conversar ele não queria, ele ia só me anulando. Quando eu mudei para Waltham acabei conseguindo emprego em dois trabalhos como enfermeira e continuei limpando a casa, por medo de deixar o certo pelo duvidoso, era o emprego na casa que me permitia pagar as contas. Foi aí que eu consegui juntar um dinheiro para alugar este apartamento em Boston (Bárbara).

O companheiro queria voltar ao Brasil, mas não tinha dinheiro, o apartamento onde Bárbara reside hoje com as filhas – de propriedade da sua irmã – foi desocupado. Assim, após seis meses morando em Waltham, Bárbara retornou ao antigo prédio com as crianças e o companheiro.

Ele morou aqui uns três meses sem pagar nada, ele perdeu o primeiro emprego, depois perdeu o segundo, nós ainda casados e ele querendo ir embora para o Brasil. Antes de vir para essa casa eu falei com ele que eu não tinha como ir para o Brasil levando duas filhas sem ter como sustentá-las lá. Elas falam português, mas não são fluentes, elas vão chegar lá e vão ser analfabetas. Aqui elas estão bem na escola pública, têm a possibilidade de ir para uma faculdade, não vou tirar elas de um futuro provável para um futuro incerto. Ele falou: “eu vou assim mesmo”. E foi. A gente ainda estava casado (Bárbara).

Bárbara preferiu não terminar o relacionamento enquanto o companheiro estava nos Estados Unidos, pois ele, nos seus termos, fazia “muito drama com as filhas”. Ela relatou que a primeira vez em que o parceiro saiu de casa, foi muito traumatizante para as meninas, portanto, ela preferiu deixá-lo partir: “A minha ideia era conversar com ele antes de ele ir, mas eu não consegui. Eu tinha medo de ele falar alguma coisa para as meninas a qualquer hora” (Bárbara). Assim, depois que o companheiro chegou ao Brasil, Bárbara ligou e lhe disse: “Olha, eu não quero mais”. Seu marido respondeu: “você tem certeza? Ok”. Ele nunca me pediu para voltar. Ele me chamou para conversar um dia e eu disse não. No outro dia, eu chamei ele para conversar e ele não quis. Isso foi em maio de 2012, ele passou sete meses no

Brasil e voltou para cá em novembro [do mesmo ano] ” (Bárbara). Em uma conversa informal que tivemos, Bárbara deixou parecer que caso o parceiro queira, ela retomará o relacionamento.

Eu perguntei sobre como está o relacionamento entre eles após a separação, Bárbara respondeu: “ele não vem aqui, ele não fala comigo desde que chegou [aos EUA]. Toda vez que ele conversa comigo (...) me culpa por tudo de errado na vida dele. Ele diz que eu sempre tomava as decisões, que eu coloquei as calças, eu que era o homem da família”. E o que você pensa dessas acusações? Eu indaguei.

Acho que ele está certo, porque (...) ele nunca tomava as decisões, então eu tinha que tomar sempre. Ele nunca tinha dinheiro, estava sempre deprimido, nunca tinha ação. (...). Mas eu não tomava a frente porque eu queria, (...) ele achava que não estava certo (...) No começo nossa vida foi maravilhosa, nos divertíamos muito e aprendemos muito um com o outro. O final foi triste por ele ter deixado tudo em cima de mim. Ele falava: “com 65 anos eu não quero mais trabalhar”, como se fosse minha culpa ele ter de trabalhar (...). E, da minha parte, eu não sabia lidar com outra pessoa e deixei ele colocar a culpa em mim pelas coisas que estavam dando errado e eu fui carregando esta culpa. Eu achava que a culpa era minha, mas na verdade não era. Eu estava só tentando sobreviver, essa parte foi triste e continua triste (...). As minhas filhas acham que eu sou culpada [por influência do discurso do pai] (...) eu só estava tentando ganhar o pão de cada dia (Bárbara).

O discurso de Bárbara revela o drama subjetivo de ser obrigada a assumir um posicionamento que vai de encontro a sua perspectiva de gênero, o que decorre na contradição de sentimentos: ao introjetar a acusação do parceiro ela sente-se culpada por ter assumido a liderança da família mesmo que racionalmente saiba e afirme não ter culpa. Obviamente ela não tinha saída, sua família precisava sobreviver e coube a ela, viabilizar não só os recursos materiais, como também, direcionar a criação das meninas e administrar a sua própria vida.

Logo que retornou aos Estados Unidos, o agora ex-companheiro de Bárbara morou com um irmão, nesta época as meninas estavam felizes porque passavam os finais de semana com o pai, mas ele e o irmão se desentenderam, o que resultou na saída desta casa. Na época da entrevista, o ex-parceiro morava em um quarto alugado e não tinha como hospedar as

filhas, ele estava tentando se estabelecer. Entretanto, o fato de não conseguir manter um emprego fixo se constitui em um grande problema: ele nunca pagou a pensão devida às filhas.

Bárbara não tem um projeto de retorno ao Brasil. Pode se dizer que ela se insere no grupo de “imigrantes consolidados”. Ela considera improvável um dia poder voltar. Em relação ao seu trabalho atual, lemos:

Hoje eu trabalho para um *Day Care* que fala *Spanish*, eu entrei lá porque sei falar espanhol. Eu me graduei de idade e é difícil arrumar emprego, especialmente para quem fez limpeza de casa à vida inteira, foi muito difícil entrar numa área nova. Eu entrei porque encontrar trabalhadoras que falam duas ou três línguas é muito difícil (...) eu trabalho lá há dois anos. É (...) um programa para pessoas da terceira idade, elas (...) passam o dia lá. (...) a gente lida com os médicos, com apontamento, com terapia física, damos remédio, ajudamos na recreação. Eu trabalho 40 horas por semana neste serviço. Eu consegui também um serviço num lugar onde moram idosos, eles chamam aqui de *living assistant*, lá eu faço um *part-time*, fim de semana sim e fim de semana não. Lá eu auxilio, se alguém tem algum problema eu ajudo, a gente mantém todas as informações das pessoas, a casa também mantém um restaurante que serve café da manhã, lanche e jantar e eles são independentes, (...) a gente mantém a lista de remédios atualizada. Eu recebo trinta dólares por hora em cada trabalho (...) (Bárbara).

Bárbara continua estudando e trabalha muito, assim, não tem muito tempo livre para se divertir, Em seus termos:

As crianças vão para escola e no verão eu as coloco no acampamento. O ano passado nós três tiramos as nossas primeiras férias, fomos para uma casa de praia (...) e ficamos menos de uma semana. Este ano nós vamos para a praia outra vez. Nos fins de semana, quando podemos, vamos à praia ou ao cinema, são programas curtos de lazer (Bárbara).

Foi na igreja católica, logo que retornou de New Jersey para Boston, que Bárbara encontrou apoio efetivo para enfrentar os problemas que vivenciou logo que a primeira filha nasceu. “A igreja me apoiou, estar ali toda semana me fortaleceu para saber que as dificuldades um dia iam passar” (Bárbara).

Eu não tenho muita amizade com as pessoas da igreja. Algumas pessoas eu conheço mais. As minhas meninas fizeram a catequese, mas como eu estou sempre trabalhando e estudando muito, eu não tenho muito tempo para

amizades. Mas quando eu vou lá eu converso com todo mundo, faço as minhas orações. A igreja me lembra do Brasil, porque lá todo mundo fala português. Outro hábito de lazer é a comida brasileira, uma vez por semana ou quando eu posso eu vou num restaurante de comida brasileira (Bárbara).

Conforme a análise apresentada no capítulo anterior, Bárbara não se sente inteiramente à vontade com a comunidade brasileira e nem com a americana, ela se “situa” entre ambas. Seu convívio com pessoas brasileiras/as é esporádico, com exceção das colegas de trabalho e as conversas com pessoas que frequentam a igreja brasileira em Allstom, um bairro de Boston.

Podemos dizer, segundo a narrativa de Bárbara, que a vivência imigratória marcou a vida dela e de seu companheiro, de maneira diversa. A dinâmica da relação de poder entre o casal foi se alterando a partir do nascimento das filhas, quando Bárbara se viu obrigada a assumir as determinadas prerrogativas no interior da família que confrontavam sua visão sobre como deveria ser o equilíbrio do relacionamento. Ela requeria do companheiro a participação efetiva na criação das crianças enquanto ele se abstinha das suas responsabilidades. Bárbara demandava a divisão das tarefas domésticas enquanto o parceiro se negava a assumi-las.

O fato de ela ter se tornado a principal provedora da casa pareceu incomodar mais ao companheiro do que a Bárbara, assim foi o parceiro quem decidiu sair de casa em decorrência da autoestima abalada pelo progresso profissional da parceira. É indubitável que o fato de Bárbara ter uma profissão a tornou materialmente autônoma frente ao parceiro, porém, subjetivamente ela aparentou sentir-se atrelada ao ex-marido, não ficou claro o tipo de afeto que ela nutre por ele, mas apesar de todas as dificuldades enfrentadas, ela, aparentemente, gostaria de tê-lo de volta.

A trajetória de Bárbara se distingue dos demais depoimentos apresentados nesta seção, pois, até aqui, ela foi a única a conseguir sair do nicho do mercado de trabalho informal ocupado por grande parte de mulheres do grupo étnico brasileiro: a faxina doméstica. Bárbara chegou muito jovem ao destino e conseguiu, através de muita luta, se profissionalizar. Além disso, ela fala espanhol com fluência, dado que facilitou sua entrada no mercado de trabalho

de acordo com a sua qualificação. Neste sentido, ela afirmou que se sente contente, pois trabalhar como enfermeira lhe confere maior satisfação financeira e pessoal. Apesar do capital social conquistado, Bárbara ainda não se estabeleceu financeiramente, pois a manutenção das duas filhas, sem a ajuda do ex-marido, torna a vida cara.

A próxima narrativa se refere à vivência de um homem separado que migrou com a família e retornou a Valadares, sua separação se deu no momento do embarque ao Brasil. Vamos então ao relato de Lucas.

5- Lucas

Eu daria tudo para não ter ido pra América, para mim só foi perda. Lucas

Na ocasião em que me concedeu entrevista, em 2013, Lucas tinha 43 anos. Eu o entrevistei em Governador Valadares, no final do expediente, na fábrica de móveis onde ele atualmente trabalha. O proprietário da fábrica, José, a quem eu também entrevistei, me indicou Lucas.

Antes de emigrar, Lucas trabalhou durante vinte e dois anos numa marcenaria em Governador Valadares. Em 2003, após perder o emprego e, sem perspectivas, resolveu se deslocar para os Estados Unidos. Na época, ele estava casado há aproximadamente quatorze anos.

Enquanto esteve empregado na marcenaria, Lucas ganhava em torno de um salário mínimo e meio, ele trabalhava durante todo o dia. A sua companheira trabalhava em casa e cuidava do/a filho/a. Sempre que estava em casa, Lucas afirma que “ajudava” a esposa com os trabalhos domésticos. As decisões quanto à administração dos rendimentos eram tomadas em conjunto. O casal tem um filho de 19 anos e uma filha de 15, desde que os/as filhos/as nasceram Lucas esteve atento à sua educação, de modo que ele e a companheira participavam conjuntamente de todas as decisões sobre a vida da prole.

No Brasil, a família não desfrutava de muitas alternativas de vida social. Nos fins de semana, costumavam frequentar a casa de parentes, o menino fazia aulas de futebol e a menina aulas de balé, Lucas costumava jogar futebol com os amigos aos fins de semana. A

família frequentava a igreja católica aos domingos. Antes de Lucas emigrar o casal havia comprado um lote num bairro novo e popular da cidade. Logo, o próprio Lucas iniciou a construção da casa durante o período de folga do trabalho. Para viabilizar parte do acabamento interno da casa, ele vendeu a moto da família. Em seguida a família se mudou para o imóvel ainda inacabado.

Lucas avalia que antes da sua emigração, o casal não “vivia muito bem”, pois sua parceira tinha um temperamento forte e explosivo, eles se desentendiam frequentemente em decorrência do excesso de ciúmes da mulher. Lucas se autodefine como um homem tranquilo e caseiro. Enquanto sua companheira gostava de frequentar festas e bares, ele preferia ficar em casa. Nas noites de finais de semana ela, geralmente, queria sair e tais diferenças resultavam em constante desentendimento.

A decisão pela imigração foi tomada rapidamente. Assim que perdeu o emprego, Lucas negociou com a companheira a sua viagem para os Estados Unidos, e em quinze dias ele partiu via fronteira mexicana, conforme narrado no primeiro capítulo. A parceira de Lucas concordou com os argumentos dele de que era melhor ela ficar em Governador Valadares cuidando do casal de filhos e administrando as remessas que ele enviaria para cá. Inicialmente, Lucas planejava morar durante três anos no destino, “fazer um pé de meia” e retornar.

Ao chegar aos Estados Unidos, durante os quatro primeiros meses, Lucas morou com a família de um dos seus irmãos em Framingham. Posteriormente, mudou-se para um apartamento, na mesma cidade. Ele dividia o apartamento com o tio e outros quatro homens, na sua assertiva “a convivência na república era tranquila”. Logo que se mudou para a república, Lucas conseguiu um trabalho na sua área – marcenaria – em uma empresa da construção civil, de propriedade de um norte-americano. Durante os dois primeiros meses, ele trabalhou como ajudante de marceneiro; recebia oito dólares por hora e trabalhava sessenta e cinco horas semanais. Passado esse período, ele foi promovido, tornou-se administrador de pessoal na construção de casas, seu salário aumentou, mas ele não relatou o quanto. Enquanto permaneceu nos Estados Unidos – nove anos – Lucas trabalhou sete dias por semana para essa empresa.

Quando chegou ao destino, Lucas não dominava a língua inglesa, porém, em decorrência do tipo de trabalho que realizava, se matriculou em um curso de inglês para estrangeiros onde cursou quatro períodos: “Eu precisava saber um pouco da língua porque pra fazer casa eu tinha de saber ler planta, hoje eu não falo fluentemente, mas dá pro gasto” (Lucas).

Durante o primeiro ano que Lucas permaneceu sem a família nos Estados Unidos sua vida era inteiramente dedicada ao trabalho. Ele se absteve até mesmo de jogar futebol nas raras horas de folga, por temer se machucar e não poder trabalhar. A solidão e as saudades foram narradas como os grandes problemas enfrentados antes da sua família encontrá-lo no destino. Lucas sentia muita falta das crianças. Várias vezes ele se viu chorando, estava permanentemente preocupado com a família que ficara na terra natal. Os telefonemas diários eram a forma de contato com a mulher no Brasil. No que tange à relação com a companheira Lucas afirmou:

A gente fica distante demais, por mais que você queira só pelo telefone você não consegue manter a proximidade. Não tem mais contato [físico] com a pessoa, você não tá vendo ela na sua frente. Aí o relacionamento vai ficando monótono, aquela mesma coisa todo dia (...). Ainda por cima o ciúme dela ficou (...) pior (Lucas).

Na avaliação de Lucas, os ciúmes da parceira pioraram por que ela queria ir ao seu encontro no destino, enquanto ele preferia que ela continuasse em Governador Valadares, administrando as remessas enviadas. Deste modo, ela interpretava a resistência de Lucas como sinal de infidelidade conjugal, nos seus termos a companheira lhe dizia: “Você não quer que eu vá porque já deve tá com outra aí. Tá numa boa com outra (...)”. Ele negava a acusação e justificava sua postura, conforme acima. Além disso, ele considerava os Estados Unidos “um lugar muito difícil para se viver...”.

As justificativas de Lucas não foram convincentes, ele acabou cedendo à pressão da companheira cujo argumento era, se Lucas não levasse a família, ele deveria retornar ao

Brasil. “Aí então eu pirei, eu vou trazê-los e vou ficar aqui mais uns cinco seis anos e volto” (Lucas).

Para cobrir os custos da própria viagem, Lucas utilizou das redes sociais transnacionais tomando dez mil dólares emprestados com seu irmão imigrante. Durante o primeiro ano nos Estados Unidos, ele conseguiu pagar a dívida, manter a família no Brasil e guardar algum dinheiro. A decisão em levar a família fez com que Lucas reavaliasse seu projeto temporal de permanência nos Estados Unidos.

Se eu voltasse naquela época, minha ida lá [no destino] tinha sido em vão, eu ia voltar do mesmo jeito. Meu sonho era ir (...) pra eu montar (...) uma oficina de marcenaria, e eu não tinha nada ainda. Eu falei: “(...) eu não posso ir embora agora”. Mas como eu tinha um dinheirinho (...) guardado (...). Ela também já tinha decidido [encontra-lo nos Estados Unidos]. Toda vida ela foi de decidir as coisas até sem falar comigo, ela já tinha arrumado uma pessoa pra levar [fazer a travessia pelo México] já tinha arrumado tudo (Lucas).

Deste modo, a companheira de Lucas engajou-se no projeto migratório com as duas crianças, na época com 11 e 07 anos respectivamente. A decisão em migrar via México, sem sequer tentar o visto de turista, estava ligada à ansiedade da mulher em encontrá-lo no destino. Para se conseguir um visto legal, leva-se mais tempo se comparado ao espaço de tempo necessário para se organizar e efetivar a viagem por vias não oficiais. Além disso, o visto podia não ser concedido. Em decorrência dos riscos envolvidos neste tipo de aventura, Lucas considera que foi “uma loucura deixar ela vir com as crianças pelo México”.

A viagem da família ficou por vinte e três mil dólares. Lucas dispunha da maior parte do montante, a quantia que faltava – três mil dólares – ele tomou emprestado com um amigo. A companheira e os/as filhos/as migraram no esquema denominado “cai-cai,” comum naquele tempo. A dinâmica do esquema era a seguinte: as pessoas entravam nos Estados Unidos via fronteira mexicana, eram presas pela polícia de fronteira e soltas dentro do território americano. Uma vez lá, elas recebiam uma ordem para comparecer a uma audiência perante um juiz daí a seis meses, a qual, a maioria as pessoas não comparecia. Lucas explica:

Ela [a companheira] atravessou e ficou sentada numa estrada e eles [os policiais de fronteira] passaram e pegaram ela e os meninos. (...). Eles davam um documento de seis meses para a pessoa comparecer na Corte, se ela não comparecia (...) virava um foragido da justiça. Não tinha acordo com coioite, era a polícia americana que estava fazendo isso (Lucas).

Quando a família chegou ao destino, em 2005, morou durante quinze dias na casa do irmão de Lucas. Passado esse tempo, se mudaram para um apartamento alugado. A cunhada conseguiu um trabalho na área da faxina doméstica para a parceira de Lucas. Segundo ele, com a chegada da família sua vida ficou mais complicada, ele gerenciava vinte pessoas na companhia para a qual trabalhava, e o trabalho dependia da sua presença constante:

Se eu não fosse trabalhar parava tudo, eu tinha que (...) fazer marcação (...) eles só trabalhavam na mão de obra mesmo, mão de obra desqualificada (...). Então, eu tinha que tá lá todos os dias. E carpintaria nos Estados Unidos você sai de casa quatro e meia da manhã e no verão chega em casa às nove, nove e meia da noite e chega arrebitado (...). Os meninos iam pra escola às oito da manhã e eu já tinha saído, quando eu chegava às nove da noite eles já estavam dormindo. Ela trabalhava durante o dia e à noite ela não ficava em casa, ela gostava muito de sair. (...). Eu classifico os Estados Unidos assim: os Estados Unidos revela o que a pessoa é. (...) às vezes você é uma coisa aqui no Brasil por conveniência, você depende de outra pessoa, aí quando você chega a América (...) você vai revelar o que você é. Foi o que aconteceu com ela (Lucas).

A que tipo de dependência você se refere? Eu perguntei. “Dependência financeira e em todos os sentidos. Não é a América que a mudou, ela já era aquilo (...) só se revelou lá” (Lucas). A afirmativa de que os Estados Unidos é a terra da “revelação” – conforme relatou Olívia e outras pessoas no capítulo anterior – é recorrente no discurso das diversas pessoas colaboradoras deste trabalho. Essa percepção pareceu-me ligada ao controle exercido por familiares; amigos/as e pela sociedade mais ampla de origem. O casal passou a se desentender

em decorrência das saídas noturnas da mulher. Frequentemente ela saía e chegava de madrugada em casa, assim, Lucas afirmou: “a decepção com ela foi (...) imediata”.

Conforme dito acima, logo que chegou ao destino, a companheira de Lucas inseriu-se na faxina doméstica, criando uma rede de amizades com as pessoas com as quais trabalhava. Ela não dirigia automóvel. Suas companheiras a pegavam em um determinado ponto e elas seguiam para o trabalho. Às noites, com bastante frequência, suas amigas lhe davam carona, conforme Lucas, “para festas e para o forró. Eu pedia pra não ir, mas ela ia assim mesmo, passava por cima de mim e ia” (Lucas).

Uma vez nos Estados Unidos, a companheira de Lucas desloca as normas de gênero às quais se vinculava no Brasil, cuja centralidade da vida era o âmbito doméstico e a criação do/a filho/a. Ao extrapolar os limites comportamentais convencionais, ela aparentemente nega o ideário difundido de que cabe a mulher casada, o comedimento público; a dedicação exclusiva ao marido e aos filhos/as. No destino, ela parece não reatualizar os atributos tradicionais de gênero, desnaturalizando, portanto, o lugar social geralmente designado às mulheres, ou seja, a esfera da domesticidade.

Lucas ficava ainda mais incomodado por que geralmente sua companheira saía e deixava as crianças sozinhas em casa. Quando ele chegava à noite e perguntava pela mãe, as crianças diziam que ela havia saído. Ele considera que cometeu o que chama de “alguns erros graves”, dentre esses, o fato de ter assumido sozinho todas as despesas domésticas, segundo ele: a única responsabilidade financeira da esposa era com o vestuário das crianças e às suas despesas pessoais.

Eu indaguei em que medida esse fator poderia ter tido influência no comportamento da sua companheira. Lucas articulou a seguinte justificativa: “lá na América é quase tudo dividido, (...), se a mulher trabalha, ela vai, por exemplo, bancar a despesa em casa, você [o homem] vai pagar aluguel. Eu nunca cobre isso, eu fazia tudo e deixei ela livre pra gastar com os luxos dela”. Deduz-se, portanto, uma vez que a companheira não tinha compromissos financeiros com a casa, ela teria mais dinheiro para investir na vida social noturna.

Claramente esse argumento é usado como uma forma de tentar explicar a insubordinação da mulher. Lucas levou consigo para o destino um padrão de masculinidade

ancorado na perspectiva de que o homem possui o poder efetivo e socialmente legitimado no interior do núcleo familiar, onde encarna o ideal moral expresso, dentre outros, na sua qualidade de único provedor. Enquanto sua companheira subverte a sua posição de gênero, Lucas não reatualiza seu posicionamento de gênero convencional. Ele era o único provedor da família enquanto morou no Brasil e, ao tornar-se imigrante, manteve a mesma postura. No entanto, contraditoriamente, ao se ater a tal normalização de gênero, ele acabou “deixando ela muito livre”. A “liberdade” da mulher figura, no discurso de Lucas, como uma concessão sua.

Outro “erro grave” atribuído por Lucas se relaciona ao fato de ter se dedicado ao trabalho em detrimento da família: “... eu me voltei demais para o trabalho, e dei pouca atenção à família, mas em termos, porque todas as noites eu voltava para casa” (Lucas). Além disso, ele relata que o fato em si, de ele e a companheira terem se inserido na dinâmica migratória, fez com que ambos mudassem e, conseqüentemente, o relacionamento do casal sofreu com essa transformação.

Na realidade, de acordo com o que as narrativas dos/as colaboradores/as deste estudo têm demonstrado, ninguém entra num processo de mudança de vida tão radical e se mantém incólume. O engajamento nesses processos de deslocamento para os Estados Unidos parece levar às pessoas a repensarem e rearticularem suas visões de mundo. O discurso de Lucas revela – conforme também o relato de Helena sobre a mudança do marido – essa dimensão resumida na seguinte frase: “Eu tenho tanta certeza que a migração muda as pessoas, tanto que eu tenho essa frase: ninguém é o mesmo nunca mais. Não adianta que a pessoa não é mais a mesma, ela não consegue mais ser” (Lucas).

Lucas se ressentia da posição assumida pela companheira em não querer fazer quaisquer investimentos no Brasil. Ele os fez, sem contar com o dinheiro dela. Neste sentido, Lucas considera que a companheira tornou-se muito “egoísta”, segundo a sua perspectiva, ela, a parceira, só pensava em si mesma. Quando solicitada a dar alguma opinião e ou a compartilhar o dinheiro para os investimentos ela não se interessava e nas palavras de Lucas, ela assim se expressava: “eu não quero saber de nada, eu quero é viver a minha vida”.

Eu perguntei a Lucas qual foi o impacto da imigração na vida do casal. Ele afirmou que só houve perdas: o relacionamento entre eles se transformou e o desencontro era

constante. Lucas asseverou que, mesmo morando na mesma casa, eles ficavam até um mês sem se encontrarem. Quando ele voltava do trabalho, ela já tinha saído. Pela manhã, ele saía enquanto ela estava chegando, nestes momentos ele perguntava a companheira onde ela estava e as respostas eram evasivas: “eu estava ali”, ou “pra que você quer saber onde eu estava?”. “Eu fui deixando pra lá para evitar mais desavenças” (Lucas). Ele queria evitar brigar perto do/a filho/a, conseqüentemente, esperava o melhor momento para conversar. Segundo Lucas, esse momento nunca chegava.

O dia provável para que o casal pudesse ter qualquer conversa sobre seu relacionamento era aos domingos. No entanto, a família tinha o hábito de frequentar a igreja católica local. Portanto, a ida a igreja se constituía também como desculpa para se adiar o diálogo. Para Lucas, a igreja era um local para harmonizar-se espiritual e psicologicamente: “Te dá tranquilidade, de dá paz, por que lá [no destino] cê fica uma pessoa totalmente desajustada (...), não consegue mais ter aquela paz, parece que você tá tonto o tempo todo. Na verdade eu estou assim até hoje” (Lucas).

Embora enfrentasse muitos problemas com a companheira, Lucas relata o cuidado que ele sempre dedicou às crianças. As tarefas domésticas ficavam sob o encargo da companheira, as refeições eram preparadas por quem chegasse primeiro em casa. No entanto, determinadas influências do modelo cultural do destino foram duramente sentidas por Lucas, que não conseguia se adaptar àquele estilo de vida. Ele salientou que a companheira não cozinhava aos domingos, diferentemente da época em que eles moravam em Governador Valadares: “Aqui ela cozinhava, igual a minha mãe cozinha até hoje. *Todas as mulheres que estão aqui no Brasil, dia de domingo é o dia de fazer um almoço melhor*, de reunir a família, mas lá não” (Lucas) (grifo da autora). O padrão de masculinidade através do qual Lucas opera torna difícil para ele flexibilizar determinados hábitos e costumes.

Enquanto a sua companheira gostava muito da vida que levava nos Estados Unidos, Lucas só pensava no Brasil e, ao contrário dela, desejava retornar. Ele queixou-se muito do rigor do clima, do quanto ele ficava melancólico durante o inverno, quando seu ritmo de trabalho diminuía. Sua percepção da vida no destino se resume na seguinte frase elaborada por ele: “Lá nos Estados Unidos, a gente não vive, vegeta”. Lucas, ao relatar a sua experiência

como imigrante, entrelaçada à decepção vivenciada na sua vida afetiva, percebe/constrói o país de acolhimento como um lugar simbólico e efetivamente negativo.

Ele ressaltou as possibilidades de consumo que a vida nos Estados Unidos oferece, mas isso, segundo a sua opinião, não se sobrepõe à vida simples que ele levava antes de migrar. A sua vivência imigratória transnacional era facilitada pelo uso das plataformas da internet: “quando eu tava lá, eu queria lembrar cada vez mais daqui, como eu gosto muito de roça, eu entrava na internet e pesquisava (...) sobre a criação de galinha, de boi, de cavalo, sobre a comida aqui do Brasil” (Lucas).

Enquanto morou nos Estados Unidos com a companheira e o casal de filhos, Lucas convivia bastante com pessoas da comunidade brasileira, no verão a família se reunia com amigos/as para fazer churrasco ao som de músicas brasileiras, Lucas também gostava, nos seus termos, de “bater uma bolinha” com os amigos. Ele relata o prazer sentido nas conversas com seus conterrâneos que compartilhavam os mesmos interesses pelo mundo rural: criação de animais, plantio e etc. Estes são interesses que permeiam a imaginação simbólica de muitos homens valadarenses, possivelmente em decorrência da própria constituição histórica da cidade em torno da exploração de terras.

Nós conversávamos muito sobre o Brasil, fazíamos planos juntos (...). A gente falava sobre os nossos objetivos: “cara, eu vim aqui comprar uma casa pra minha mãe; comprar uma terrinha e ter umas vacas de leite”. Nós gostávamos de falar desses negócios, então eu conseguia viajar nisso, parecia que eu estava vendo tudo aqui [na cabeça] (Lucas).

Da mesma maneira que a maior parte das pessoas entrevistadas, a interação social de Lucas com pessoas nativas e/ou de outras nacionalidades se restringia à esfera do trabalho.

A história do casal se arrastou por aproximadamente seis anos, até que no fim de 2011, a companheira conclamou Lucas para uma conversa e lhe contou que estava em um relacionamento extraconjugal. Apesar das constantes saídas noturnas, ele jamais desconfiou que a esposa o traísse. Inicialmente a companheira lhe falou que não teve relações sexuais

com o outro homem, por sinal, também de Valadares, mas no decorrer da conversa, diante das pressões de Lucas ela acabou confessando o contrário.

Diante da revelação, Lucas decidiu sair de casa, mas antes, exigiu que a companheira contasse ao filho/a sobre a infidelidade, assim, ele chamou ambos até a sala, e aos prantos a mãe revelou o que estava acontecendo. A reação de Lucas pode ser interpretada com uma maneira de punir a mulher, ele que sempre evitou brigar perto da prole, exigiu que a companheira se humilhasse diante do/a filho/a e de si mesmo. Antes que a mãe esboçasse qualquer palavra, segundo Lucas, o filho lhe disse: “você traiu meu pai, né mãe?”. Lucas interferiu dramaticamente, dizendo: “traiu. Sua mãe me traiu, sua mãe já tem outro cara, sua mãe já transou com outro cara, sua mãe já tem outra vida com outro cara, por isso que eu tô saindo de casa (...) e fui embora (...)”.

Obviamente, toda a família estava abalada, o filho mais velho, na época com 17 anos, foi dormir na casa de um amigo e a mãe ficou no apartamento com a menina mais nova. Dois dias depois Lucas voltou e sua companheira propôs que eles se mudassem para outro Estado. Ele não concordou. Mais uma vez, a expectativa temporal de Lucas foi alterada, agora em decorrência da descoberta da infidelidade da esposa. Ele lhe disse que ia voltar ao Brasil com o/a filho/a, e se ela quisesse, poderia retornar com eles. A parceira aceitou a proposta, Lucas providenciou as passagens; alugou um *container*, organizou a mudança e imediatamente toda família retornaria à Valadares, não fosse por um empecilho.

A família tinha uma cadelinha de estimação que também retornaria ao Brasil. Porém, no aeroporto, no momento do embarque, foi exigido além da carteira de vacinação, um atestado de saúde para embarcarem com o animal, como estava em cima da hora do voo, só se poderia conseguir o tal atestado no outro dia. Deste modo a companheira de Lucas sugeriu que ela própria ficaria para providenciar os documentos do animal e no dia seguinte ela encontraria a família em Belo Horizonte/ MG e assim aconteceu. Lemos:

Só que no outro dia ela não veio, eu (...) liguei: “uai, aonde você tá? Ela falou: “Tô aqui. (...) em Framingham”. Ela voltou para Framingham! Eu tornei a perguntar onde ela estava, porque eu não acreditei (...). E ela respondeu: “tô aqui no apartamento”. Ela planejou tudo. Foi tudo planejado. Ela deixou pra me falar [sobre o caso extraconjugal] no dia quatro[de dezembro] por que dia três [de dezembro] eu pagava aluguel. Então ela me falou dia quatro porque ela ia ter um mês para morar sem precisar pagar aluguel. Se ela me fala no dia três eu não tinha pagado o mês de aluguel, eu ia vir embora (...) eu ia ficar no apartamento com o dinheiro do depósito [antecipado como garantia do

aluguel], mas, ela não falou, e ficou além do depósito, com mais um mês de aluguel pago. (...) ela falou que estava lá sozinha, (...) mas, não estava. Ai eu falei assim: “vamos fazer o seguinte: por mim cê não precisa vir mais não, agora pelos seus filhos se você quiser vir venha”. Mas dentro de mim eu sabia que se ela tivesse vindo eu teria dado uma chance pra ela. (...) ela decidiu ficar sem combinar nada com os meninos, aí é que foi o sofrimento, por que os meninos ficaram esperando ela aqui (Lucas).

Na avaliação de Lucas, a companheira “jogou sujo” ao dizer que retornaria ao Brasil e não cumpriu a promessa. Não cabe entrar no mérito da postura assumida pela mulher, assim, eu gostaria de salientar a maneira como Lucas se posiciona e se auto-representa, designando “um estilo de masculinidade” destoante de outras vivências masculinas vistas até aqui, como por exemplo, a do ex-marido de Rafaela e de Angélica, representados como violentos e ciumentos. A autoimagem de Lucas não deixa transparecer esses aspectos masculinos desvalorizados pelas mulheres em geral, e pelas brasileiras nos Estados Unidos em especial. Mesmo após a confissão da traição, Lucas reconsiderou a atitude da sua mulher, e como falou, ele a perdoou.

Com o retorno à Valadares, a filha e o filho ainda sofrem muito com a ausência da mãe. Eu perguntei a Lucas sobre a adaptação da família à nova vida. Ele respondeu que

Ninguém adaptou ainda, estamos totalmente desorientados, todo mundo tá perdido. Eu tô aqui agora e eu tenho que chegar lá em casa lavar vasilha, fazer comida, por roupa pra lavar, ir em reunião de escola, tenho que ir em tudo e minha menina não gosta daqui de jeito nenhum (Lucas).

Além dessas dificuldades, Lucas tem enfrentado outras, dentre elas, destacou a dificuldade em assumir prerrogativas de gênero naturalizadas como femininas. Mesmo se dizendo “cabeça aberta” ele se incomoda, por exemplo, em acompanhar a filha de 15 anos ao ginecologista e em conversar com ela sobre questões relativas à sexualidade. Para Lucas, tem sido especialmente difícil lidar com a resistência do filho, e particularmente da filha, em auxiliar nas tarefas domésticas que antes eram executadas pela mãe e companheira. Ele afirmou se sentir exaurido ao assumir sozinho às tarefas acima mencionadas.

As dificuldades narradas por Lucas o fazem desejar que a ex-parceira retorne ao Brasil para ajudá-lo nos cuidados com o/a filho/a. No entanto, ela não quer voltar. A mãe deseja que a filha retorne aos Estados Unidos para morar consigo, o que Lucas não permite. Ele não se sente tranquilo em deixar a filha residir com a mãe e com quem acredita ser seu atual companheiro. Na sua assertiva: “um homem que mexe com mulher, sabendo que ela é casada, é bem capaz de desrespeitar a filha dela também. Eu vi muitos casos assim nos Estados Unidos e não confio nesse tipo de homem”. Quando eu o entrevistei em 2013, Lucas intencionava se casar com uma mulher que ele conheceu na igreja católica que ambos frequentam em Governador Valadares.

Outro problema vivenciado, no momento da entrevista, se relacionava à partilha dos bens – uma casa, um carro, uma chácara e o maquinário que ele adquiriu para trabalhar como marceneiro. Depois de muito negociar com a ex-parceira – pois a mulher sempre colocava empecilhos à forma de divisão dos bens proposta por Lucas – ficou acordado que tudo será vendido e o dinheiro será dividido igualmente entre as partes, mas até aquele momento nada disso tinha se efetivado.

A história de Lucas acena para as transformações nas vivências de gênero de casais que se engajam em projetos migratórios de longas distâncias. Mesmo antes de emigrar, a esposa de Lucas subverteu a lógica corrente do jogo social onde ao feminino cabe à submissão da sua vontade em detrimento das prerrogativas masculinas: ela decidiu que emigraria e efetivou seu desejo confrontando a vontade de Lucas, que acabou cedendo às pressões a companheira. Ao chegar ao destino, ela deslocou as fronteiras de gênero que marcam as atitudes consideradas ilícitas para as mulheres – ter uma vida social ativa e independente do marido -.

Lucas por seu turno, mesmo insatisfeito com o posicionamento da esposa, não se apegou à prática corrente masculina em que a violência costuma reverberar ao lidar com questões delicadas e conflitantes. Mesmo operando, em muitos momentos, com categorias de masculinidade convencional, sua narrativa figura em *locus* de contradição em relação a essa. Com destaque para a postura aparentemente pouco agressiva ao se defrontar com a agência propositiva da companheira, exceto quando ele a “obriga” a se humilhar frente o/a filho/a confessando a infidelidade. A comparação entre a narrativa de Lucas e os relatos a respeito

dos ex-maridos elaborados por Angélica e Rafaela demonstra o quanto as masculinidades e as subjetividades são construídas de maneiras diversas e variáveis.

O relato de Lucas sobre a infidelidade da companheira me foi surpreendente. Não imaginava que ele, como homem, abordaria o assunto de maneira tão direta e detalhada. No nosso contexto, cultural os discursos normalizadores sobre a sexualidade, tendem à tolerância com as práticas sexuais extraconjugais masculinas. Geralmente, essas figuram como prova de masculinidade e de poder quando praticadas, ao passo que às traições sexuais/conjugais femininas, ainda hoje, costumam receber sanções sociais mais rígidas e a serem encaradas como uma desonra para os companheiros, como se a honorabilidade do homem estivesse atrelada ao controle do comportamento da mulher.

Conforme Jeffrey Weeks (2000), “os padrões de sexualidade feminina são inescapavelmente, um produto o poder dos homens para definir o que é necessário e desejável” (WEEKS, 2000, p. 53), portanto, o controle da sexualidade da mulher assume importância simbólica nos processos de dominação e subordinação da mulher ao homem. Neste sentido assumir ter sido traído diante da pesquisadora, para mim foi surpresa. Mais uma vez, como nos outros depoimentos em momento algum, eu fiz qualquer referência à possível infidelidade de qualquer uma das partes – homem ou mulher – os relatos recaíram sobre o tema espontaneamente.

Finalmente, vamos ao discurso de Theo, um imigrante separado da companheira que vive em Boston.

6- Theo

A gente brigava muito porque eu tinha uma vida aqui e ela outra lá. Ela não sabia o que eu tava passando aqui e nem eu o que ela tava passando lá. Era muita discussão, (...), principalmente em relação a dinheiro... (Theo).

Theo tem 53 anos, se considera branco, foi casado por 23 anos, separou-se da companheira em 2010. Ele tem três filhos, os gêmeos de 25 anos e o caçula de 23 anos. Ele é católico e não completou o ensino fundamental. Eu o entrevistei numa tarde fria e chuvosa, em junho de 2014, no porão onde ele mora em um bairro de Boston. O local é muito apertado – um pequeno banheiro e um espaço que funciona como quarto e cozinha – com pouca ventilação, mas muito organizado. Theo mora neste espaço desde a separação. Quando o entrevistei, ele planejava mudar-se, em breve, para um local mais confortável.

Antes de emigrar, Theo tinha uma lanchonete, que lhe rendia o necessário para cobrir suas despesas de jovem solteiro que ainda morava com o pai. Quando migrou pela primeira vez, em 1985, Theo namorava a sua ex-companheira, com quem negociou a intensão de migrar e partiu para o lugar que, nos seus termos, ele pensava ser o “paraíso”. Theo acalentava “o sonho, a ilusão” de que, nos Estados Unidos, se trabalhava pouco e se ganhava muito dinheiro. Assim, ele tirou o visto de turista e migrou.

Além das motivações objetivas ao decidir pela migração, o discurso de Theo realça sua percepção subjetiva sobre o país de destino. Ou seja, aquela já mencionada no capítulo 2, com base nas reflexões de Appadurai (2000;2004), na qual os Estados Unidos é elaborado simbolicamente como o país em que é possível se viver uma “vida imaginária”, perspectiva presente no imaginário simbólico de muitos/as valadarenses. Especialmente em 1985 – quando Theo migrou – houve uma intensificação do fluxo migratório de Governador Valadares para os Estados Unidos. Mesmo levando em conta o fato de que Theo não pretendia se fixar no país por muito tempo, ele considerava os Estados Unidos como um “paraíso”.

Sua intenção era de ficar um ano nos Estados Unidos, poupar um “bom” dinheiro e retornar. Lá, ele trabalhou lavando pratos em um restaurante e ganhava quatro dólares por hora. Decepcionado com a situação vivenciada no destino, ele decidiu retornar após um ano e sete meses. Em fevereiro de 1987 ele aportou no Brasil com os mil e quinhentos dólares que conseguiu economizar como o trabalho de imigrante.

Em 1988, a namorada engravidou e eles se casaram. Nesta época, Theo se responsabilizava pela limpeza da casa, pois uma vez grávida de gêmeos a companheira não conseguia realizar o trabalho. Naquele mesmo ano, as crianças nasceram. Theo tinha um bar, que lhe foi dado pelo seu pai, onde ele trabalhava de sete da manhã às seis da tarde. Os gêmeos ficavam sob os cuidados da esposa. O casal tinha um acordo de que a companheira cuidaria dos bebês até às onze da noite e daí pra lá a responsabilidade era dele. As decisões quanto ao consumo eram tomadas em conjunto. Após o nascimento dos bebês, sua companheira passou a ser a única responsável pelas tarefas domésticas.

Até aqui a divisão sexual do trabalho entre o casal aparentemente é a corrente entre vários casais: o homem inserido no mercado de trabalho e a mulher na esfera privada. Vale o destaque dado por Theo sobre o cuidado com os filhos durante à noite, porém, ele salientou que cabia à companheira deixar as mamadeiras prontas e as roupas dos bebês separadas, caso fosse preciso trocá-las.

Após o nascimento dos filhos, a família não tinha atividades de lazer. Contudo, antes dos meninos nascerem, nas suas palavras: “nós vivemos um bom tempo. Nós saíamos toda noite pra um boteco ou outro, tomava uma cerveja ou duas e ia embora pra casa” (Theo).

Ele afirma que gostava do Brasil, mas não via perspectivas de melhoria de vida: “eu não via futuro pra mim, porque eu não tinha estudo, parei na sétima série, nunca gostei de escola” (Theo). Deste modo, quando os filhos completaram três meses, o casal enfrentava dificuldades financeiras, o bar não rendia o bastante, e, assim, ele e a esposa concordaram com a reemigração de Theo.

Uma vez em Boston, ele foi recebido por um dos irmãos com quem morou. Esse lhe arrumou um emprego no mesmo restaurante no qual trabalhava, Theo dividia apartamento com ele e mais cinco pessoas. Nesta época, apesar de ter vivido anteriormente, quase dois anos no destino, Theo praticamente não falava inglês.

Logo que retornou ao destino, em 1988, surgiu uma oportunidade de regularizar a sua situação de imigrante. Conforme narrei, no capítulo 1, Theo, apesar de morar em Boston, conseguiu a permissão de trabalho como se ele trabalhasse na agricultura em fazendas da Flórida.

Três meses após chegar aos Estados Unidos, sua companheira o encontrou, ela migrou pelo México. O casal pretendia dividir apartamento com outro irmão de Theo e a sua namorada. Em suas palavras,

Ela disse que não aguentava mais ficar sozinha e simplesmente deixou os meninos com a mãe e veio. Mas [migrou] com segundas intenções, não era só porque ela queria ficar comigo (...) era porque ela queria melhorar de vida financeiramente. (...) ela queria ter dinheiro pra sair daquela miséria em que a família dela vivia, eles moravam numa rua muito ruim do lado de uma rede de esgoto (Theo).

O discurso acima mostra o ressentimento de Theo especialmente quando ele salienta que a parceira teria migrado “com segundas intenções”, mais do que estar ao seu lado, ela pretendia melhorar as condições de vida da sua família, o que ele parece encarar como uma espécie de deslealdade. Vale destacar a frase: “simplesmente deixou os meninos com a mãe e veio”. É importante lembrar aqui que a companheira de Theo não migrou com os próprios recursos econômicos, ele enviou o dinheiro necessário para que ela o fizesse. Em outras palavras, o casal concordou que os gêmeos ficariam no Brasil aos cuidados da sogra de Theo.

Os planos de dividir o apartamento com o irmão e a cunhada não deram certo. Assim, Theo e a companheira se mudaram para outro apartamento que dividiam com outros dois casais. O casal morou durante quatro meses neste apartamento e se mudou em decorrência de desentendimentos com os demais moradores/as. Eles se sentiram lesados quanto ao valor do aluguel e, segundo Theo, uma das mulheres com quem o casal dividia o apartamento lhe roubou uma calculadora. Deste modo, ele e a companheira se mudaram para um estúdio.

O relacionamento do casal nesta época era, segundo Theo, “razoável”, pois sua companheira não acatava as suas determinações, afirmando: “ela nunca aceitava que eu desse uma ideia cem por cento. A ideia tinha que partir dela, se eu desse a ideia, por exemplo, de pintar isso aqui [apontou para a parede], eu podia pintar, mas tinha que ser da cor dela” (Theo). O casal sempre discutia por questões mínimas e ficavam alguns dias sem se falar. Neste período eles não tinham vida social, nunca saiam para se divertir e nunca viajavam. O

relato de Theo demonstra a sua insatisfação ao se sentir desafiado em sua masculinidade por não conseguir que a companheira assentisse “cem por cento” com o seus posicionamentos.

Naquela época, Theo enviava cento e cinquenta dólares para manter os gêmeos no Brasil, valor equivalente, segundo ele, a quatro salários mínimos. O salário mínimo que o sogro ganhava como caminhoneiro não bastava para manter a própria família e os dois netos.

Durante dois anos, o casal morou sozinho, sem os filhos. A companheira de Theo trabalhava durante quatro noites por semana, três horas por noite, como auxiliar de garçomete, e recebia oitenta dólares semanais. Theo recebia cento e cinquenta dólares por semana. Passado certo tempo, ele conseguiu um segundo trabalho, assim passou a receber quinhentos dólares semanais nos dois empregos. Ele trabalhava no restaurante de sete da manhã às três da tarde e, no segundo emprego, de três e meia da tarde à meia noite. Foi neste momento que Theo comprou seu primeiro carro.

Ele afirmou, um tanto sarcástico, e me pareceu ambíguo ao dizer que cada um “administrava” os próprios rendimentos mas, ao mesmo tempo, mencionou com ironia que a companheira mandava dinheiro “escondido” para o Brasil. Me pareceu que ele considerava que a companheira lhe devesse satisfações sobre o destino dado aos seus rendimentos. Vejamos seu relato:

Cada um administrava seu dinheiro de forma independente, mas o dinheiro que eu fazia era certo. No meu dia de folga, a gente tinha que ir pra rua fazer compra de supermercado ou ir numa loja comprar alguma porcaria que precisava ou alguma coisa assim. Aí ela aprendeu a ir pra lojas, (...), via alguma coisa interessante (...) e comprava. Ela ganhava pouco e não ajudava muito nas despesas da casa, mas conseguia mandar dinheiro escondido para o Brasil. (Theo).

Segundo o imigrante, trabalhando em dois empregos ele não tinha como se responsabilizar pelas tarefas domésticas, essas ficavam sob o encargo da companheira. Ele afirmou que, nesta época, sua vida era muito sofrida, pois ele trabalhava demais e não “tinha tempo para nada”. A companheira de Theo morou durante dois anos nos Estados Unidos até decidir retornar ao Brasil, porém antes de retornar ela engravidou pela segunda vez.

Eu perguntei ao Theo se o casal planejou a gravidez. Segundo ele: “não, eu não sabia disso, foi surpresa, somente ela que sabia, porque aconselharam pra ela se ela tivesse um filho ela ficaria legal no país, só que isso não funciona assim, o filho é que pode ficar aqui, mas ela

não, ela tem que ser deportada, no caso da imigração pegar” (Theo). É interessante comparar esse episódio com o da gravidez de Rafaela – analisado acima – que teria acontecido em decorrência do companheiro ter supostamente manipulado o ocorrido por romper os preservativos, acreditando que esta seria uma maneira de obrigá-la a permanecer casada. Chama a atenção no discurso de Theo a afirmativa de que a gravidez da companheira “foi surpresa” que ele “não sabia”, como se coubesse apenas à mulher usar métodos contraceptivos. O primeiro – o ex-companheiro de Rafaela – atua sobre o corpo da mulher como forma de controlá-la, já o segundo usa um discurso normativo do gênero, obviamente demonstrando as relações assimétricas de poder, que mascara a responsabilidade do homem sobre a gravidez, afinal, ele não gesta a criança, assim, não teria controle sobre a concepção.

Cabe mencionar aqui, que na época em que a companheira de Theo engravidou, segundo ele, sob a justificativa de permanecer nos Estados Unidos de forma documentada, Theo já tinha a permissão de trabalho. Mais tarde, ele conseguiu o *Green Card* e, em seguida, a cidadania americana. O casal permaneceu junto até 2010, Theo, porém, relatou que ele não quis regularizar a situação da companheira nos Estados Unidos, talvez, como uma estratégia de mantê-la ao seu lado, pois, indocumentada, ela vivia de maneira insegura. Conforme veremos abaixo, há muitos anos ela sinalizava a intensão de pedir a separação e ele resistia em aceitar.

Após três meses do nascimento do filho, a companheira de Theo decidiu retornar ao Brasil. A esposa teria descoberto, através de uma amiga em Governador Valadares, que a sua mãe não cuidava bem dos gêmeos. Ela justificou que sentia saudades dos filhos e essa seria a razão para o retorno. Theo concordou com a decisão da companheira e decidiu ficar mais um tempo no destino, juntar algum dinheiro e retornar ao Brasil para reencontrar a família.

A princípio, a companheira de Theo morou com os familiares do marido em Valadares, mas não deu certo. Dois meses depois, ele decidiu dar entrada em uma casa na cidade de Ouro Branco, MG, onde morava um de seus irmãos, pois lá os imóveis eram mais baratos. Ele financiou uma pequena casa e a companheira e os três filhos se transferiram para aquela cidade. Naquela época, Theo já possuía o *Green Card*, assim ele consolidou sua situação de transmigrante, a cada seis meses ou uma vez ao ano, vinha ao Brasil visitar a família e permanecia em torno de dois meses por aqui. Mensalmente ele enviava as remessas

para o custeio da família e para fazer melhorias no imóvel. A família não tinha telefone em casa, Theo e a companheira se comunicavam a cada dois dias pelo telefone de uma vizinha.

Quando ele retornou ao Brasil pela primeira vez para ver a família, seus filhos mais velhos estavam com três anos e não o reconheceram o que lhe causou, nas suas palavras, “muitos problemas.” Segundo ele, “eu via que ali não era o meu lugar, que eles já tinham aquela vidinha. Os quatro ali dentro e eu sempre fora, eu ia lá uma vez por ano, ou no aniversário dela ou de um deles, mas não era a mesma coisa” (Theo). Ele sentia-se como se não estivesse na própria casa, vivenciava um sentimento ambíguo, pois queria estar com a família e ao mesmo tempo não se sentia acolhido de maneira que atendessem suas expectativas.

Em 1993, Theo decidiu retornar definitivamente ao Brasil. Chegou a Ouro Branco com mil dólares, comprou uma máquina de solda e montou, em casa, uma pequena fábrica de suportes para plantas, os quais ele mesmo vendia nas ruas da cidade usando o carro emprestado do irmão. Porém, o negócio fracassou e oito meses depois, ele retornava pela terceira vez aos Estados Unidos. Enquanto esteve no Brasil, ele e a sua companheira brigavam muito, pois ela não aceitava que ele interviesse na criação dos filhos e também por motivos financeiros.

A gente brigava muito porque eu tinha uma vida aqui e ela outra lá. Ela não sabia o que eu tava passando aqui e nem eu o que ela tava passando lá. Era muita discussão, (...), principalmente em relação a dinheiro, porque eles (...) acham que a gente ganha um mundo de dinheiro e não gasta nada. Só que as coisas aqui são caras, o aluguel não é barato, o mercado não é barato (Theo).

Passados quatro anos que Theo estava morando nos Estados Unidos, em decorrência das constantes brigas entre o casal, o pai de Theo o aconselhou a “levar” a família para morar consigo nos Estados Unidos, pois temia que eles acabassem se separando. Ele propôs à esposa que ela reemigrasse e ela aceitou a proposta.

Naquele tempo, ele trabalhava em uma empresa de construção civil e seu patrão lhe emprestou cinco mil dólares para financiar a viagem da família. Com parte do montante, Theo comprou alguns produtos – tênis, bolsas, perfumes e etc – para revender no Brasil, seu objetivo era “aumentar o dinheiro”. Ele chegou a Ouro Branco e sua companheira ficou responsável por vender os produtos, os móveis e outros utensílios da casa, e assim ela fez. Em seguida, os documentos – forjados – da companheira e dos gêmeos foram providenciados.

Theo voltou com o filho mais novo, nascido nos Estados Unidos, e duas semanas depois sua companheira e os gêmeos desembarcaram no destino.

Para cuidar do menino, até a sua companheira chegar ao destino, Theo contratou os serviços de uma amiga. Nesta época, ele trabalhava em tempo integral na companhia de construção civil e entregava pizzas à noite. Alugou um apartamento de dois quartos para a família. Theo asseverou: “nós vivemos um tempo bom”. Ele ganhava melhor e a família tinha uma vida mais confortável, eles saíam à noite com as crianças para restaurantes e *fast foods*. Theo conseguiu com uma amiga um emprego de auxiliar de faxina para a companheira e logo depois ela conseguiu montar seu próprio *schedule* de casas.

Ao entrar para o negócio da faxina, a companheira de Theo passou a ganhar bem. Assim, ela sugeriu a divisão das despesas domésticas e Theo aceitou. Eles abriram uma conta conjunta – até esse momento ambos tinham a própria conta corrente – mas, cada um/a tinha o próprio cartão. A esposa de Theo lhe entregava o dinheiro, ele o depositava, e ambos manipulavam a conta corrente conforme necessitavam. Passado certo tempo, a companheira preferiu ter a própria conta corrente e Theo concordou. Ele ficou responsável por pagar o aluguel, a luz e o telefone e as demais despesas eram da companheira. Os desentendimentos recomeçaram:

Chegou um tempo que eu não concordava mais, porque certo dia eu cheguei em casa a comida tava pronta (...) eu fui direto pro fogão, arrumei o prato e fui pra sala ver televisão e comer ao mesmo tempo. Ela tava no telefone com uma amiga e disse uma frase (...) que eu nunca vou esquecer: “Fulana, você acha que é fácil chegar em casa cansada de trabalhar (...) e ter que fazer comida pro sujeito?”. (...). Eu pensei: “ter que fazer comida pro sujeito?”. Primeiro, ela não tinha que fazer; outra coisa, eu não sou sujeito, eu sou o marido dela. Na mesma hora eu levantei ali e fui no lixo e joguei comida, prato, garfo, tudo fora. E pensei: “nunca mais eu como comida dessa casa”, comida que ela fizer eu nunca mais como. A partir de 1995, nunca mais comi dentro de casa, eu comia na rua (Theo).

Theo atribui os conflitos com a companheira ao fato de ela ter alcançado autonomia financeira. Segundo ele, ela ganhava dois mil dólares por semana, deste modo, nos seus termos “ela fazia o que queria”. Nesta época, eles não dividiam as responsabilidades com as tarefas domésticas, a companheira cuidava da casa e da educação dos três filhos pré-adolescentes. Eu perguntei a ele porque ele não se responsabilizava com as tarefas domésticas

e ele afirmou: “porque ela separava o dinheiro, ela ganhava muito bem, então ela que fizesse tudo” (Theo). Mais uma vez sua fala me pareceu ressentida. Como vimos em outros relatos, os rendimentos da mulher ao mesmo tempo em que lhe ofereciam mais segurança e autonomia, em alguns casos, pareciam ameaçar a masculinidade do companheiro, o qual deixara de ser o principal provedor da família. Tal ameaça pode ou não ser imaginária, mas, como vimos em Moore (2000), é capaz de desencadear uma crise e levar a agressões advindas de fantasias do poder, fato materializado no relato acima – jogar a comida, o prato e os talheres no lixo – e também no relato que se segue.

Segundo Theo, sua única incumbência doméstica era levar as roupas para a lavanderia, porém os conflitos eram incessantes. Ele relatou:

Ela juntava aquele monte de roupa, eu punha nas costas e levava pra lavanderia e ela fazia o resto [cuidava da casa, dos filhos e da alimentação], quando tava pronto eu ia lá, pegava e trazia [a roupa para a casa]. Eu subia com aquelas duas trouxas e ela sempre reclamava: “ aqui em casa ninguém me ajuda a fazer merda nenhuma, esse monte de vagabundo fica aí na frente da televisão”. Aí eu disse: “pera aí, isso é pra todo mundo?”. Ela disse: “sim”. “Então espera aí, me devolve o carrinho” [Theo falou]. Eu peguei as roupas e joguei tudo no chão, peguei só as minhas: “essa roupa aqui eu lavo, essas daí fica pra você e pros vagabundos, porque eu não sou vagabundo”. Aí comecei a lavar a minha roupa (Theo).

Sua narrativa nos permite perceber que ele era um tanto intempestivo, suas reações às reclamações da companheira eram sempre muito agressivas. Em seu discurso, sua companheira é representada como uma pessoa cujas palavras são sempre acusatórias, fato que supostamente o levam a assumir as condutas descritas.

As despesas continuaram sendo divididas conforme o relatado acima, até o dia em que o casal decidiu mudar-se para um apartamento melhor, maior e bem mais caro. O aluguel era mil e oitocentos dólares. Foi Theo quem propôs a mudança e a parceira aceitou. Segundo ele, “o apartamento era muito chique, tinha quatro quartos, uma sala enorme, com um banheiro e um quartinho pequeno, era muito bonito” (Theo). O casal passou a dividir o aluguel.

Eu não comia em casa e ela resolveu que queria juntar o dinheiro. Um dia (...) ela chegou em casa chorando (...) não sei porque, e falou: Theo, vamos parar com esse negócio, vamos se unir e ser um casal normal. Não quero andar na sua frente nem atrás, eu quero andar ao seu lado (...) aquela

choradeira... Aí eu pensei: “eu já ouvi essa história antes, tem alguma coisa errada”. Eu falei: “o que você quer”? Ela falou: “vamos nos unir, ser uma família unida”? Aí eu vi que tinha alguma coisa errada. Ela pegou um envelope no quarto com 150 dólares que ela tinha escondido. Ela falou pra mim que tirava por semana seiscentos dólares. Um bom dinheiro mensal, não? Só que tinha um problema, ela me entregava setecentos e cinquenta dólares [mensalmente], mas todo dia, antes de chegar em casa ela já passava no supermercado, gastava lá uns 40 ou 50 dólares. No final de semana a gente ia ao supermercado e fazia aquela compra grande, ou quando tinha chance, ela ia pra loja comprar uma roupa um sapato, pra um e pra outro, nunca pra mim, é lógico. Eu sei que no final ela me passava tanto, e no fim eu era responsável por pagar todas as contas. Eu tinha que pagar todas as despesas com o dinheiro que ela me dava. Um dia até ela chegou à conclusão que não dava, era melhor ela ficar com o dinheiro sozinha, pra evitar esse monte de discussão sempre por causa de dinheiro (Theo).

O dinheiro figura, ao longo da narrativa de Theo, como um forte elemento causador de conflitos, me parece que, na relação, representa mais do que um recurso material, mas também possui uma dimensão simbólica muito marcada. A independência econômica da mulher parece desestabilizar a capacidade de Theo de subjugar a companheira, conforme ele gostaria. Por outro lado, o dinheiro parece ser o elemento que permitia a ela ter uma margem maior de autonomia frente ao companheiro. Além disso, Theo, ao longo dos seus discursos, me parece se posicionar como vítima com destaque para a frase “ela ia pra loja comprar uma roupa um sapato, pra um e pra outro, nunca pra mim, é lógico”.

Parece-me que o padrão de masculinidade através do qual Theo opera atua fortemente na sua subjetividade, criando empecilhos para o aceite da independência financeira da mulher – haja vista a menção ao envelope com 150 dólares que ela “escondia” no quarto – e contraditoriamente o fazendo sentir-se injustiçado por ter de arcar com a maior parte das despesas. O fato da parceira de Theo auferir rendimentos maiores que ele me pareceu um problema tão grande, que ele afirmou não compartilhar as tarefas domésticas com a companheira porque ela ganhava bem e “fazia o que ela queria com o dinheiro” (Theo).

O casal também brigava muito por discordarem sobre a forma de se criar os filhos. Theo achava que a companheira os deixava muito “soltos”. Os meninos se relacionavam muito bem com a mãe, mas não tão bem com o pai. Theo não concordava com o estilo de vida dos adolescentes, mas não conseguia se impor a eles. Ele discordava do estilo de roupa usado pelos meninos, classificadas por ele como: “calças caindo, aparecendo a cueca, aquelas roupas de vagabundo, eu mandava eles [os gêmeos] vestirem roupas de homem, mas eles não me ouviam e a mãe os apoiava (Theo)”.

Os filhos mais velhos não o respeitavam, eles se envolveram com uso de drogas e o pai atribui a culpa inteiramente à mãe. Segundo ele, a mãe não os educou adequadamente e não permitia qualquer interferência. O filho mais novo se relacionava bem com o pai até aos 16 anos quando eles se desentenderam e romperam definitivamente.

Mais uma vez, a narrativa de Theo aponta para a vivência de um modelo de masculinidade em nossa sociedade, o qual leva muitos homens, ainda hoje, atribuírem a responsabilidade da criação dos/as filhos/as apenas à mãe. Postura esta que permite a Theo culpar a companheira pelos excessos cometidos pelos filhos.

Por várias vezes a esposa de Theo quis se separar, mas na sua assertiva: “eu nunca aceitei”. Eu perguntei a ele a razão e Theo afirmou: “porque eu gostava dela. Ela sabia que eu estava segurando ela por esse motivo”. O que você fazia para convencê-la a desistir da decisão? Eu indaguei. “Eu só conversava. Dava ideia de como melhorar as coisas [os conflitos]” (Theo). No entanto, certo dia sua companheira o deixou.

Theo afirmou que, em julho de 2010, saiu de casa para trabalhar pela manhã e retornou na hora do almoço para descansar. Ao chegar, ele encontrou duas malas e algumas caixas de papelão na porta do apartamento, nos seus termos: “quando entrei no quarto ela [a parceira] estava toda enfeitada, parecia que ia a uma festa, cheia de batom e tal” (Theo). Ele perguntou o que estava acontecendo e a companheira afirmou que estava voltando ao Brasil. Theo se disse chocado com a afirmativa, pois além de ficar surpreso com a decisão, ele gostava muito da companheira.

O casal iniciou uma discussão e ele perguntou se a companheira havia preparado a viagem escondido dele, ela lhe disse: “mais ou menos”. Theo a lembrou de que o aluguel estava vencido, entretanto a parceira ainda não havia lhe passado a sua parte do dinheiro, ao que ela respondeu que não faria. Muito nervoso, ele disse a ela que entregaria a chave do apartamento ao proprietário na segunda-feira, e que ela pegasse os móveis e utensílios lhe interessassem, porque aquilo que tivesse dentro do imóvel, na segunda-feira, seria jogado no lixo por Theo. Emocionalmente alterado com o conflito, ele saiu de carro e durante duas horas ficou fora de casa. Nesse ínterim, ele ligou para os/as amigos/as, mas ninguém soube ou quis lhe dizer o que estava acontecendo com a sua esposa. Ao retornar a casa, Theo relatou:

Quando eu abri a porta já tinha sumido quase tudo. Ela pegou quase tudo que prestava e era bom. Eu fui lá no quarto e falei: “filha da puta”! Aí eu peguei no nosso quadro [uma foto do casal], na parede,

quebrei e saí. Os meninos estavam com ela. Tava tudo armado (...) ela já tinha caminhão alugado, tudo certinho. Ela simplesmente levou o caminhão [encheu com parte da mobília] e voltou pra buscar mais. Aí eu saí novamente. Fiquei de cabeça quente, caiu uma tempestade brava naquela hora e eu de bobeira andando pela rua, todo molhado. Aí, tornei a chegar em casa, já tinha saído mais uma quantidade [da mobília e outros pertences]. Eu pensei: “não pode ser, eles tão pegando só o que presta e deixando esse monte de porcaria pra eu carregar depois”. Daí, eu fui no porão, peguei um cilindro e troquei a fechadura, tomei um banho e saí. Nisso que eu saí, ela voltou, já eram dezessete e trinta da tarde por aí, pra pegar mais coisa, só que a chave já tinha sido trocada (...) (Theo).

Eu indaguei a Theo a razão da esposa ter saído de casa daquela maneira. Sua resposta: “Tipo assim, ela sempre quis ser superior ao outro, nunca inferior”. A pergunta seguinte foi se ele a percebia assim antes de ela imigrar, segundo Theo:

Sim. Ela nunca concordou com a ideia de ser pobre, morar numa casinha pequena ou de ter um carro velho, sempre quis ter as coisas melhores que o outro. Bom, aí eu tranquei a porta e saí. Cheguei em casa mais ou menos meia noite, eu estava arrasado com a situação aí tranquei a porta[joguei] o lençol pela janela e acabei de quebrar o resto que tinha dentro (Theo).

Segundo Theo, ele quebrou tudo o que restou no apartamento e jogou na sala, inclusive as coisas dos filhos que estavam no quarto deles. Ele fez questão de frisar que no quarto dos gêmeos havia um pé de maconha, do qual Theo não tinha conhecimento até aquele momento, insinuando, assim, que a mãe o teria, pois a ela cabia os cuidados com a limpeza da casa. Porém, ao lhe perguntar se a mãe sabia que os filhos cultivavam a erva, ele afirmou não ter certeza.

Ele rompeu com o filho mais novo em decorrência de um forte conflito entre eles ocorrido quando a sua companheira descobriu uma carta onde o filho escreveu sobre a sua homossexualidade. Pai e filho, segundo Theo, não brigaram pela descoberta sobre a sexualidade do filho, mas porque, o então adolescente, teria escrito na tal carta que o pai era ausente e nunca havia lhe dado nada. Theo se irritou bateu no rosto do rapaz e, após esse episódio, eles romperam. Theo se arrepende do que fez. Eu narrei parte dessa história, pois Theo afirmou mais de uma vez durante a entrevista – mesmo eu não tendo perguntado a respeito – não ser um homem violento e agressivo. No entanto, é significativo o fato de a sua companheira, não ter tido coragem de encará-lo e pedir-lhe a separação, antes afirmou que estava retornando ao Brasil.

Quanto aos gêmeos, Theo asseverou:

Ela [a mãe] comprou eles. Ela conseguiu botar eles contra mim, mas isso é muito normal. Sempre acontece assim: o casal (...) tem um menino os dois discute, aí o cara desaparece e nunca mais volta, abandona o filho e a mulher (...). Comigo aconteceu simplesmente o contrário, foi ela que me largou. Eu não esquento a cabeça com isso, se algum dia eles tive que ser meus, eles voltam (Theo).

Ele afirma contraditoriamente à sua narrativa sobre as constantes brigas, que nunca soube os motivos pelos quais a companheira o deixou. O casal se encontrou, pela última vez, na audiência de separação. Ele defende que a mulher “armou para cima” dele, pois ela foi embora num sábado e na terça-feira seguinte ele recebeu uma carta o intimando a separar-se judicialmente. Segundo ele:

Eu assustei e disse: “que diabo é isto? Eu nunca vi um papel desses antes”! Era ela me levando na corte. Ai eu corri e mostrei [o documento] pro meu chefe, ele falou: “Isso é ela querendo te derrubar”. Me derrubar como? [Theo perguntou]. “Ela quer o divórcio” (Theo).

O processo de divórcio não foi mais tranquilo que o casamento. Theo viajou ao Brasil em dezembro de 2010 e ficou por aqui durante um mês para “esfriar a cabeça”, quando retornou ao destino, ele foi demitido da empresa de construção civil, em decorrência das excessivas ligações da advogada da sua ex-companheira para a empresa. Ele ficou muito ressentido, pois era inverno, ou seja, uma época difícil para se conseguir emprego. Posteriormente, porém, considera que acabou ganhando com a demissão, pois ao requer pensão para o filho mais novo a um desempregado, sua esposa não tinha como lhe cobrar nada. Sua lógica de raciocínio é a seguinte:

Ela queria me derrubar (...) eu ganhava até bem, setecentos dólares por semana, livre de aluguel, se eu tivesse naquele trabalho, naquele dia [da audiência] ela ia conseguir tirar de mim pelo menos 300 dólares por semana. (...). Eu perdi meu trabalho na hora certa. Fiquei livre de um cara [o patrão] que me torrava a paciência durante vinte anos e fiquei livre dela ao mesmo tempo.
(Theo).

Deste modo, Theo não contribuiu monetariamente com a criação do filho mais novo. Hoje, ele relata que aceita a separação, já que sua vida anterior era um inferno e se transformou para melhor.

Ao lhe perguntar a sua percepção sobre os Estados Unidos, Theo não faz qualquer crítica ao país do qual ele afirma gostar. Ele deixou de frequentar a igreja católica quando ainda estava casado, na sua visão esse é um ambiente de fofocas e falsidades. Apesar de gostar de comida brasileira, ele consome mais comida da culinária nativa, pois não sabe cozinhar e os restaurantes perto do seu trabalho e de sua casa não são brasileiros. Seu lazer é uma vez ao ano passear no Brasil. Ele convive pouco com a comunidade brasileira e tem poucos/as amigos/as nativos/as. Theo também não investiu no Brasil, nem nos Estados Unidos, então seu único bem é um carro. A casa de Ouro Branco foi vendida para cobrir os custos da migração da ex-companheira e dos filhos.

Ele não pensa em retornar ao Brasil, pois como muitas outras pessoas que colaboraram com a pesquisa, considera o país inseguro, seja do ponto de vista de serviços básicos de saúde, como também no que tange à segurança pública.

A narrativa de Theo apresenta o que se pode chamar de agressão moral praticada contra a sua companheira e, em alguns trechos da sua fala, contra os filhos também. Podemos pensar que existe uma multiplicidade de práticas de violência e que essa não se esgota em práticas de violência física (SAFFIOTI, 2001; MOORE, 2000; SWAIN, 2004; ZANOTTA, 2010).

Isto posto, é preciso lembrar que eu não entrevistei a companheira de Theo. Porém, é possível perceber, em seu discurso, certo rancor em relação à parceira, seus conflitos subjetivos se manifestam geralmente de duas maneiras: ao assumir uma postura de vítima, bem como um posicionamento acusatório.

O discurso de vítima apareceu, por exemplo, quando ele afirmou que a companheira lhe escondia dinheiro, postura meio contraditória, já que ela não dependia financeiramente dele, o que permite deduzir que ela não tinha porque lhe dar satisfações quanto ao uso que fazia de seu próprio rendimento. Ele mencionou, de maneira que me pareceu meio magoada, que a parceira comprava roupas e sapatos para a família, mas nunca pra ele: ela teria “comprado” os filhos colocando-os contra o pai.

Ele também parece se isentar de qualquer responsabilidade pelo fracasso do seu relacionamento. Suas reações às reclamações/resistência da parceira quanto ao fato de se sentir explorada, por ser a única que realizava as tarefas domésticas, provocou em Theo reações de raiva e consequentes práticas agressivas: jogar a comida, prato e talheres no lixo e jogar as roupas que seriam levadas para a lavanderia no chão. Ao saber do teor da carta do filho caçula em que este dizia que Theo era um pai ausente que nunca havia lhe dado nada, sua reação foi agredir fisicamente o rapaz. E, por fim, aparece mais uma vez a ambiguidade subjetiva, ao dizer para a companheira, no momento em que ela decidiu partir, que ela retirasse do apartamento o que lhe conviesse, no entanto, quando ela o faz, mais uma vez, ele se sente frustrado e promove a troca da fechadura da casa, além de quebrar o restante dos pertences que a companheira ainda não tinha pegado.

Pareceu-me que o fato de ser imigrante permitiu uma independência financeira à companheira de Theo, com a qual ele não soube lidar. O relacionamento era conturbado, segundo ele, e ela queria se separar muito antes de ter efetivado suas intenções. Ele, contudo, tentava dissuadi-la através do diálogo, porém, em quase todo o relato, deixa transparecer que a oprimia com ações ameaçadoras, a cada atitude/discurso de resistência da companheira ele demonstrava a sua força.

Subsequentemente, refletirei sobre os discursos elaborados por homens e mulheres casados/as – imigrados ou retornados – bem como o de um casal que migrou, retornou e se separou, a fim de perceber a influência da inserção na dinâmica migratória nas suas vivências.

Nesta seção, vimos também que a migração do/a companheiro/a pode significar o fim de um relacionamento, acarretando um posicionamento de gênero diverso e mais autônomo, como aconteceu com Angélica, cujo marido migrou e ela não.

Já Helena acionou sua rede de amizades e convenceu o parceiro a migrar. Na sua avaliação, a vivência do companheiro, bem como o contato com outros padrões culturais no destino, teriam o tornado mais frio e o afastado da família. Assim como Angélica e outras mulheres de classes populares, ela é obrigada a buscar alternativas de trabalho e renda para sobreviver quando o companheiro deixa de enviar as remessas do exterior. Este fenômeno acaba por interferir como um fator positivo na autoestima dessas mulheres. Gostaria de salientar na história de Helena que, se por um lado ela assumiu a dianteira de sua vida, ela não

parece tê-lo feito em decorrência de uma luta intencionalmente empreendida. Como afirmamos anteriormente, a vida dela parece muito marcada pela vigência de uma normatização do gênero feminino que valoriza a manutenção do relacionamento, mesmo que apenas superficial, haja vista o valor atribuído à “presença/ausência” do companheiro em casa. De qualquer maneira, ela apresenta agência ao solicitar que ele saísse.

Rafaela migrou junto ao companheiro e desde o início do relacionamento sentia-se oprimida pelas atitudes controladoras de seu parceiro. Mesmo obtendo um rendimento mais alto que o dele, ela não conseguia subverter as dinâmicas normativas do gênero em seu casamento, demonstrando que nem sempre a autonomia financeira significa uma relação de gênero simétrica. No entanto, ganhar o próprio dinheiro e ser capaz de sustentar a família, foi um elemento de fundamental importância para a sua tomada de decisão em separar-se.

Bárbara, assim como Rafaela, vivencia um relacionamento conturbado com o companheiro. O fato de ganharem mais que seus parceiros não garante um relacionamento de gênero igualitário, seja no que diz respeito às responsabilidades com as tarefas domésticas, ou no que tange aos cuidados com os/as filhos/as. Contudo, tanto uma quanto a outra agem ativamente no interior da relação, lutando de maneira efetiva para alterar as assimetrias de poder. No caso da primeira, realçamos sua entrada para a faculdade como forma de ascensão social e financeira, redundando num aparente sentimento de inferioridade por parte do marido diante de sua mudança de status profissional. Ela também parece se sentir incomodada ao se ver obrigada a incorporar características geralmente atreladas à masculinidade, expresso no termo “eu tive de vestir as calças”, e, se sentia culpada por assumir a liderança da família.

Lucas, por sua vez, descreveu um relacionamento mais igualitário com a companheira enquanto viveu no Brasil. Ele participava ativamente da criação dos/as filhos/as e a decisão por migrar com os/as filhos/as foi da companheira. Quando sua companheira chega ao destino, reatualizando sua posição de gênero, apesar de Lucas continuar operando com um padrão de masculinidade mais tradicional, ele não lançou mão de certas atitudes comuns entre os companheiros de Bárbara, Angélica e Rafaela: o uso da prática de violência. Ele avalia que a companheira mudou/revelou-se com a migração, passando a pensar somente em si mesma. Sua percepção sobre o país de destino se entrelaça simbolicamente com a sua decepção afetiva com a companheira.

Theo atribui seus problemas com a ex-companheira, de maneira semelhante ao que foi enfatizado no capítulo 2 em relação à vivência dos casais brasileiros nos EUA. Ele destacou a autonomia financeira alcançada pela mulher ao se estabelecer no ramo da faxina. Ao longo de sua narrativa, podemos perceber práticas agressivas, não só em relação à companheira, mas também com os filhos. O dinheiro figura como a razão da maior parte dos conflitos narrados por ele. O fato de a mulher ganhar mais que ele pareceu-me um grande problema para si: dentre as acusações feitas à mulher, ele lista o pretense desejo de ela ser superior a ele. Por fim, seu discurso se destaca de maneira dupla: ora ele assume um discurso de vítima, dizendo que a parceira escondia lhe escondia dinheiro, ora se posiciona num discurso acusatório.

3.4- Negociações de gênero entre casais inseridos na dinâmica migratória GV/Boston

Os relatos a seguir foram selecionados de maneira que pudessem representar as categorias nas quais se enquadram os casais entrevistados. Apresento aqui quatro histórias de casais entrevistados em Valadares: o primeiro deles, Carla e Mauro, migrou e retornou. Já no caso de Sônia e Josias, apenas o homem migrou e retornou. Ângela e Vitor, migraram e retornaram, no entanto, ele permanece parte do ano no Brasil e parte nos Estados Unidos. Raul e Patrícia migraram, ela retornou, eles se separaram e, posteriormente, Raul também voltou para Governador Valadares. No final deste capítulo, apresentarei os discursos de dois casais entrevistados nos Estados Unidos: Rose e Túlio e Samanta e Lúcio.

Conforme mencionei anteriormente, minha hipótese é a de que a inserção nos movimentos migratórios para os Estados Unidos, seja do casal ou de uma das partes, altera e ressignifica a relação de gênero, contudo resta-nos saber em que sentido: o que permanece? O que se modifica? Quais são os fatores intervenientes na dinâmica de vida do casal?

Início assim o relato de Carla e Mauro.

1- Carla e Mauro

Eu não sei porque fui e nem porque voltei! (...) agora eu sofro aqui (...). Eu tenho muitas saudades de lá. Eu gostaria de voltar e não sei se voltarei. (Carla)

Quando ela reclama que falta algo, quando ela diz: “lá [nos EUA] eu era alguém, se eu estivesse lá eu teria o meu trabalho, um apartamento bom, o meu carro”. Eu digo que ela tem de se conscientizar de que ela é alguém aqui. (Mauro)

Carla e Mauro colaboraram com a pesquisa um ano após retornarem dos Estados Unidos, em 2011. Ambos se classificam como brancos; têm, respectivamente, 37 e 45 anos de

idade, ele não terminou o ensino médio e ela completou o fundamental. O casal vive junto há 19 anos e têm dois casais de filhos: duas adolescentes de 16 e 14 anos e dois de 18 e 12 anos.

Eles foram entrevistados em dias separados, o primeiro a colaborar com este estudo foi Mauro e, na semana seguinte, Carla me concedeu entrevista. Nossas conversas aconteceram na casa deles, localizada embaixo da residência dos pais de Mauro: uma casa bem pequena – dois quartos, uma cozinha e um banheiro – onde moravam as seis pessoas da família.

Eles haviam migrado para os Estados Unidos em 2006, deixando os/as filhos/as aos cuidados dos avós paternos. Antes, porém, em 2000, Mauro já havia vivido nos EUA por quatro anos sozinho. Quando retornou ao Brasil, no fim de 2004, ele ficou em Valadares por um ano e, após esse período, decidiu voltar para lá. Na época, ele convidou a companheira para ir junto, no entanto, não acreditava que ela fosse aceitar, uma vez que seu casamento estava em crise, especialmente porque ele era usuário de drogas. Para a sua surpresa, Carla aceitou o convite e, em 2006, eles seguiram para os Estados Unidos. Ambos eram indocumentados e entraram no país via fronteira mexicana. Carla afirmou que a sua travessia foi tranquila, sem qualquer incidente.

Mauro viajou antes de Carla, segundo ele: “a travessia pelo México foi um passeio”. Ao perguntar-lhe qual foi a motivação para a sua primeira migração, ele afirmou: “Eu fui por influência, por ter nascido em Valadares e por ter muitas pessoas da família nos Estados Unidos”. Aliado a isso, ele realçou a vontade de se aventurar a conhecer um lugar diferente e, em seus termos: “um povo diferente” também. Ele enfatizou que seus tios e tias que moravam lá lhe contavam o quanto o país era interessante e o quanto era fácil conseguir trabalho e “ganhar dólares”. Em seu discurso, aparece claramente o desejo de conhecer outra cultura aliado à vontade de se inserir na comunidade de consumo norte-americana, elemento identificado pela etnografia de Assis (2011) relacionado aos homens que, em contraste com Mauro, são solteiros.

A decisão de Mauro pela migração foi paulatinamente construída e ancorada nas narrativas e experiências dos seus parentes que já viviam nos Estados Unidos e, como seu casamento não ia bem, ele decidiu – sem negociar com a esposa – seguir para aquele destino, acreditando, tal qual apregoava o imaginário corrente na cidade, que sua vida se tornaria muito melhor a partir desta migração.

Após seu retorno para o Brasil, Mauro ficou um ano em Valadares com a família. Ao ser questionado sobre a motivação de seu segundo retorno, ele disse: “Quando eu voltei [ao Brasil] eu trabalhei no depósito de construção do meu pai. Minha irmã mais velha trabalhava lá também e ela começou a achar que o meu pai estava me beneficiando, então nós brigávamos muito, por isso eu resolvi voltar para a América”. Carla, no entanto, aponta outro motivo para a volta do companheiro: “ele já tinha migrado e quando voltou, não conseguiu ficar aqui porque ganhava pouco, pois ele acostumou com o dinheiro que ganhava lá”. A fala de Carla nos remete à abordagem de Siqueira (2009) sobre migrantes Valadarenses que, ao retornarem, fracassam nos negócios e reemigram.

Já Carla, ao ser questionada sobre suas razões para emigrar, foi um tanto ambígua: inicialmente, ela afirmou que aceitou o convite do companheiro sem pensar muito nos motivos de sua concordância. Aliado a isso, ao contrário de Mauro, ela disse que não conseguia mais ficar sozinha no Brasil, sem a presença do companheiro, mesmo considerando os problemas de relacionamento que ambos enfrentavam. Por outro lado, ela foi enfática ao dizer que o maior peso na sua decisão foi a possibilidade de trabalhar fora de casa, pois aqui no Brasil, ela considerava impossível entrar no mercado de trabalho, devido ao seu baixo nível de escolaridade. Esta fala aponta para o desejo de inserir-se no mercado de trabalho como motor da decisão pela migração. Lemos:

Eu me casei muito cedo, eu tinha 17 anos e estava grávida do nosso primeiro filho, logo em seguida, eu tive os outros três. Então eu parei de estudar e, por isso, eu nunca trabalhei fora antes de emigrar. Eu nunca achei que *eu fosse capaz de trabalhar fora de casa porque eu não sei fazer nada*, a não ser cuidar da casa e dos filhos. Eu queria ver como era a vida de trabalhar fora, todo mundo falava que chegava lá e trabalhava, eu pensei: será que eu consigo? (Carla) (grifos da autora).

Ao chegar aos Estados Unidos, Mauro esperava por Carla em Connecticut, onde o casal trabalhou por pouco tempo em um hotel, ela como auxiliar de camareira, e ele como garçom, fazendo serviços gerais: “eu era tipo um coringa, fazia de tudo. Meu plano foi chegar ao hotel, juntar dinheiro e descer para a Flórida. Eu fiz bico por 30 dias [no hotel] até achar emprego. Com a passagem do furacão Vilma, (...) apareceu muito trabalho” (Mauro). Assim, o casal seguiu para Boca Raton, no sul da Flórida. Nesta época, Mauro trabalhou consertando

telhados de casas atingidas pelo furacão e Carla conseguiu seu primeiro trabalho, como auxiliar de faxina, com a ajuda da rede de amigos de Mauro naquela região.

Após seis meses, quando a sua “empregadora” retornou ao Brasil, Carla com a ajuda de Mauro, “comprou” as nove casas que “pertenciam” a ela, passando, a partir daí, a trabalhar sozinha. Mauro, além de consertar telhados, trabalhava como pintor de paredes. Durante esses seis primeiros meses, o casal dividiu um *trailer* com três amigos até que enfim alugaram um apartamento e foram morar sozinhos.

O trabalho se tornou de fundamental importância para Carla, não apenas do ponto de vista objetivo, pelos ganhos auferidos e pela possibilidade de consumo para si e sua família, mas especialmente porque nos EUA, em seus termos: “eu fazia o que sabia fazer (...) que é cuidar de casa. Quando eu cheguei lá, comecei a ser uma mulher independente, eu tinha carro e dinheiro para pagar as minhas contas”.

O que me chamou a atenção, no caso específico de Carla, foi a sua descoberta de que o trabalho que ela desenvolvia no Brasil como dona de casa, o qual não a realizava e atuava negativamente na sua autoestima, passou a ser um elemento positivo de afirmação de identidade. Nos Estados Unidos, ela descobriu que aquilo que ela sabia fazer possuía valor de mercado, mas também um valor simbólico, pois sonhava trabalhar fora de casa. Em suas palavras, “... sem estudo eu não me sentia capaz de fazer nada e lá eu descobri que o que eu sabia fazer tinha valor!”. Desta maneira, Carla passou a atribuir novo sentido ao trabalho que se sentia capacitada a executar.

Entretanto, é importante destacar que o trabalho de Carla não lhe garantiu completa autonomia na relação com seu companheiro. A assimetria de poder entre eles pode ser vista na maneira como o casal lidava com a administração do dinheiro que ganhavam e também, na divisão dos trabalhos domésticos. O dinheiro de Carla era depositado numa conta bancária própria, a qual, contudo, Mauro tinha um cartão. Ela narra:

Só ele tinha acesso ao meu dinheiro eu não tinha ao dele, mas eu nunca me importei. Era ele quem decidia como o dinheiro seria usado, ele comunicava comigo [as decisões sobre a administração dos rendimentos] e eu deixava o dinheiro com ele. Ele é quem mandava. Quando íamos enviar dinheiro para

as crianças, se eu tinha feito mais dinheiro, eu mandava. Eu pagava as minhas coisas [pessoais] e ele as dele (Carla).

Mesmo sem total autonomia quanto à administração dos rendimentos, Carla estava feliz por não depender integralmente do companheiro para manter suas despesas pessoais. A relação de gênero do casal parece se configurar conforme os modelos hegemônicos característicos de nossa sociedade: mesmo trabalhando fora, a mulher mantém certa dependência do companheiro no que tange às finanças da família.

Nas palavras de Mauro: “o dinheiro era nosso, independente do trabalho, nós fazíamos a despesa lá, que era muito alta, e mandávamos dinheiro para as despesas dos quatro meninos: clube, colégio caro, roupas de marca filé, por isso não conseguimos juntar muito dinheiro enquanto estávamos nos Estados Unidos”. Vale destacar o quanto ambos valorizavam as possibilidades de acesso ao consumo que a vivência nos Estados Unidos lhes propiciava. Em vários momentos, eles destacaram as compras feitas nos *shoppings*, bem como as marcas dos produtos adquiridos.

A divisão de tarefas domésticas entre o casal também manifesta o padrão hegemônico de feminilidade e masculinidade com o qual Carla e Mauro operam. Mesmo após uma jornada de trabalho que variava de oito a doze horas diárias, ao voltar para casa, Carla era a responsável por fazer a refeição e cuidar dos demais serviços domésticos. Só eventualmente, quando ela se atrasava no trabalho, Mauro fazia a comida ou lavava a própria roupa, no entanto, ela não diz se incomodar com a sobrecarga de trabalho:

Eu arrumava a casa, às vezes ele cozinhava quando eu chegava tarde, e às vezes ele lavava a roupa dele. A responsabilidade [com as tarefas domésticas] era minha ele fazia quando ele queria fazer. Eu limpava tudo, o banheiro, a cozinha, a casa toda. Mas como eu nunca trabalhei fora, para mim estava ótimo (...). Eu podia passar o dia todo faxinando e chegar em casa e ainda ter que limpar tudo, era cansativo, mas valia a pena (Carla).

Para Mauro não só era natural que sua companheira assumisse toda a responsabilidade com o trabalho da casa, como ele não parecia reconhecer que ela pudesse estar sobrecarregada: “A Carla fazia tudo sozinha, mas lá é tudo muito fácil”. Dessa maneira, a vivência do casal nos Estados Unidos indica, em grande medida, a manutenção e a reprodução das relações gênero mais tradicionais. Ela, no entanto, não me pareceu incomodada em subordinar-se às demandas do parceiro, como expressa na sua fala: “[O Mauro] acha que ele tem de falar mais e eu tenho de concordar, mas eu não ligo”. Carla justifica seu posicionamento de gênero aparentemente conformado, ao enfatizar a mudança de Mauro depois da imigração e após a conversão dele à igreja Universal do Reino de Deus, em que, depois de participarem das “correntes de libertação”, ele se livrou das drogas e passou a respeitá-la como nunca havia feito desde que haviam se casado.

Ao narrar o episódio da conversão de Mauro, o discurso de Carla demonstra o quanto somos capazes de vivenciar subjetividades múltiplas e inserir-nos simultaneamente em discursos e identidades de gênero diversos. Carla decidiu frequentar tais “correntes de oração” por acreditar que esta seria uma forma de livrar seu companheiro de seus vícios. Inicialmente, ele se posicionara contra a sua ida às correntes, especialmente porque as vigílias iam até a madrugada. Mas diante da insistência de Carla, Mauro acabou cedendo e passou a frequentar a igreja com ela. Algum tempo depois, ele abandonou os vícios, eles se batizaram e oficializaram a união na mesma igreja. Na assertiva de Carla: “antes dele se converter eu não tinha paz (...) ele explodia à toa (...) hoje ele tem mais controle, é mais carinhoso”. Mauro corroborou a fala de Carla nos seguintes termos: “Jesus me tirou de um buraco que só ele, eu fumava, cheirava, bebia, hoje sou viciado em Jesus e vivo só para a minha família”.

Os relatos de ambos vão ao encontro das afirmações feitas em relação ao trabalho de Silva (2006), com realce para o fato de que os discursos de igrejas evangélicas difundem o ideal de “restauração da família, do papel tradicional do marido e do alívio que tudo isto traz à condição da mulher” (SILVA, 2006, p. 23). Os discursos religiosos valorizam a domesticidade das mulheres, as estimulam na batalha pelo sucesso do seu casamento, e tendem a destacar que a elas cabem boa parcela de responsabilidade para que isso aconteça. Mesmo que a mulher tenha sido traída, sofrido com a indiferença e o egoísmo do parceiro, ela

precisa acreditar que seus infortúnios terão fim e que seu casamento pode ser restaurado através da confiança em Deus.

Silva acrescenta que “na linguagem dos discursos religiosos com mensagens fundamentalistas e voltados para as mulheres, o jogo de palavras varia entre doçura, mansidão, submissão, poder, força, realização” (SILVA, 2006, p. 23). Neste sentido, tais formulações contrastam com determinadas formas de submissão feminina – “vítimas, mártires, sofredoras” – ao prezar posturas femininas mais proativas, portanto, tais jogos de palavras presentes nestes discursos religiosos atuam de maneira poderosa, modificando o posicionamento da mulher na relação de gênero, “promovendo os interesses femininos e a condição de seu papel a uma esfera de poder que somente elas detêm (SILVA, 2006, p.23).

Carla assumiu um posicionamento de resistência ao se impor ao marido quando passou a frequentar as correntes de oração. Se um olhar menos detido poderia nos levar a considerar que sua vida com o companheiro se manteve ancorada na assimetria de poder favorável a Mauro, um olhar mais atento permite perceber as ressonâncias positivas de tal ação no seu relacionamento. Ao insistir e conseguir que Mauro frequentasse a igreja, ele mudou radicalmente suas práticas sociais, abandonando os vícios, deixando de sair sem a companheira e tornando-se mais atencioso, ainda que tenha mantido determinados padrões de masculinidade, a exemplo do pouco envolvimento com as tarefas domésticas e do monopólio na administração dos rendimentos do casal.

Quando moravam nos Estados Unidos, eles não cultivaram muitos amigos. Para ele,

porque a Carla era muito ciumenta e, para evitar os ciúmes, eu preferia não conviver com os brasileiros (...) nós não tínhamos amigos, mas muitos conhecidos porque a raça brasileira, naquele país, é muito desunida, todo mundo é fura olho, não é bom ficar nem perto e eu queria ficar com a Carla e não os amigos. (Mauro)

Já para Carla,

Eu não tinha amigo nenhum, minhas amigas eram as minhas patroas, mas eu nunca saí com elas, eu não tinha tempo para ninguém. Eu me sentia muito acolhida pelas minhas patroas, eu chegava às suas casas e me sentia como se fosse da família, tomávamos café junto, elas me pediam opinião... Nunca me senti discriminada e eu nem falava inglês direito. Mas eu sei que a discriminação é punida lá nos Estados Unidos (Carla).

É interessante notar o quanto o simples convívio amistoso no cotidiano de trabalho com as patroas fazia com que Carla se sentisse valorizada a ponto de dizer que “me sentia como se fosse da família”. No entanto, apesar desta suposta “amizade” entre elas, a “igualdade” não parecia se expressar no convívio para além das paredes da casa. Sua fala também aponta para as diferenças nas relações de trabalho doméstico no Brasil e nos Estados Unidos: aqui a hierarquia entre patroa e trabalhadora tende a ser mais marcada, a submissão da trabalhadora doméstica é maior – ou mais aparente – do que lá, onde as trabalhadoras se consideram “donas do negócio da faxina”, diferentemente das faxineiras que são submetidas a condições de trabalho muito distintas. Carla relativiza a sua condição de classe e a assimetria nas relações estabelecidas com suas “clientes”, sem perceber qualquer tipo de discriminação, ainda que ela enfatize a “punição à discriminação” (MARTES, 1999, SALES 1999, FLEISCHER, 2002).

A leitura de Mauro sobre as relações de trabalho, nos Estados Unidos, se aproxima da visão de sua companheira: mesmo ocupando um espaço subalterno no mercado laboral e exercendo um trabalho de baixo prestígio social – como pintor de paredes e reparador de telhados – ele afirma:

lá eu fui tratado como rei, aquilo é que é um lugar justo, você trabalha, tem como pagar seu aluguel, comprar roupas, ter carro. Se você é honesto e trabalhador, você não vai ter problemas com os americanos, eles adoram gente trabalhadora (Mauro).

O casal retornou ao Brasil em decorrência das demandas dos/as filhos/as adolescentes, como problemas na escola e os conflitos entre os/as netos/as que viviam com o/a avô/avó: “eles queriam sair à noite e, muitas vezes, os avós não deixavam, eles [os/as filhos/as] sempre ligavam pedindo para a gente deixá-los sair, era a maior confusão, como passar por cima da autoridade dos avós que cuidavam deles?” (Carla). Mauro afirmou que o casal voltou em decorrência das saudades que Carla sentia dos/as filhos/as. Embora tenham tentado, por duas vezes, tirar o visto dos/as adolescentes, não o conseguiram.

Antes de emigrar, Carla não tinha críticas ao Brasil, pois, segundo ela, “eu não conhecia outros lugares”. Com o retorno, no entanto, houve um estranhamento:

Eu achei tudo esquisito, as estradas estreitas; as ruas sujas; os carros de marchas [que ela ainda não consegue dirigir] e as vagas pequenas para estacionar. Meu Deus será que um dia vou conseguir dirigir aqui? Lá tudo é mais fácil, os americanos são muito educados, pedem desculpas e licença o tempo todo, o país é organizado e bonito, as estradas são amplas e bem cuidadas (Carla).

Ao avaliar os Estados Unidos, comparando o período em que migrou pela primeira vez ao período da segunda migração, Mauro afirmou:

a primeira vez que eu migrei, lá não tinha tanto *espano* aquilo, hoje é uma babilônia, (...) tanto que começou a corromper os costumes, o trânsito piorou, hoje está quase igual aqui, passam no sinal vermelho, fazem gestos [obscenos], mas a cultura de lá é muito melhor que a do Brasil. (...) O inglês é bonito de ser falado, pelo próprio jeito de falar. As pessoas, mesmo sem te conhecer, te cumprimentam. Aqui se você der um bom dia para quem você não conhece ele vai te perguntar: eu te conheço? A nossa cultura é muito atrasada, a culpa é dos governantes todo dia se vê corrupção no jornal e o brasileiro aceita tudo (Mauro).

As comparações entre o Brasil e os EUA elaboradas pelo casal demonstram, assim como mostrou Ana Cristina Martes (1999), que em Boston os/as brasileiros/as vivenciam uma amplitude de cidadania que desconheciam, ou não desfrutavam em seu país. Mesmo indocumentados/as e, conseqüentemente, sem contar com a cidadania política – por exemplo, o direito de votar – estes imigrantes tendem a valorizar de forma positiva o fato de serem respeitados, pois “as pessoas te cumprimentam, mesmo sem te conhecer” (Mauro), “os americanos são muito educados pedem desculpas e licença o tempo todo” (Carla).

Outra dimensão de “cidadania” destacada pelo casal se expressa no acesso ao consumo de bens – roupas, carros bons, morar bem, etc., denominado por Assis (2009; 2011) de “cidadania do consumo”, manifesta nos discursos de imigrantes quando estes/as salientam sentir-se mais reconhecidos por seu trabalho no destino do que no Brasil. Ambos exercem

trabalhos que não fariam no Brasil, atribuindo a suas funções, novo significado: Mauro, na construção civil e Carla, na faxina doméstica.

Neste sentido, os Estados Unidos são vistos como o país das possibilidades e oportunidades se comparado ao Brasil. Martes (1999) realça ser essa uma característica de imigrantes de primeira geração, para quem “o passado vivido no Brasil ainda é recente e permeado pelo ressentimento em relação ao Brasil” (MARTES, 1999, p. 158), pois muitos/as reclamam das desigualdades sociais e econômicas vivenciadas por aqui, do baixo valor dos salários, o qual dificulta o acesso a uma vida digna. Deste modo, as pessoas interpretam suas vivências no destino sempre em comparação com a vivência na terra natal. No caso de Mauro e Carla, creio que deva ser acrescido o fato de manterem relações transnacionais com o Brasil – laços afetivos e familiares – além do aspecto econômico, pois o casal tinha duas despesas, a deles lá e a dos/as filhos/as aqui, atualizando assim, constantemente as percepções e clivagens entre o destino e a origem.

Dentre os desafios enfrentados no retorno, Carla destacou a difícil convivência com os/as filhos/as e a casa provisória onde, após um ano de retorno do casal, a família ainda mora. Sua atual residência se localiza no mesmo lote em que está sediado o espaço de trabalho de Mauro. Assim, durante a semana, o barulho de maquinários e do caminhão começa cedo, o que a incomoda bastante, além de ser uma casa pequena, conforme afirmei acima – quatro cômodos – para acomodar os seis membros da família.

Ao retornar a Governador Valadares, o casal também tem enfrentado algumas dificuldades de relacionamento, especialmente em decorrência da insatisfação de Carla, a qual não está inserida no mercado de trabalho, o que, mais uma vez, abala bastante sua autoestima. O dinheiro que trouxeram foi investido em bens que garantiriam o trabalho de Mauro, como um caminhão; uma pá carregadeira e algumas caçambas de “tele-entulho⁶⁰”; além de outras ferramentas de menor valor. O relato de Carla manifesta a insatisfação, a ansiedade e a baixa autoestima vivenciada:

⁶⁰ Aluguel de caçamba para coleta de entulhos e resíduos sólidos da construção civil.

Eu faço tudo sozinha, sirvo o almoço às 11 horas (...) eu tenho que acordar e pegar nas panelas (...). Eu achei tudo muito difícil quando eu voltei. Era como se eu nunca tivesse vivido no Brasil. Agora eu sofro aqui, eu gostaria de trabalhar fora, mas eu não sei fazer nada! Eu queria ser vendedora (Carla).

Além disso, ela também se mostra ansiosa e dividida entre ser aquilo que convencionalmente se entende como a “mãe ideal”, como estar fisicamente perto dos/as filhos/as e reconquistá-los/as, e o desejo de voltar para os EUA:

As meninas demoraram a querer ficar comigo [elas ansiavam continuar morando com a avó] elas não me respeitam como mãe. Elas não gostam de ir à igreja comigo, só vão quando elas querem, eu sempre penso: não sei por que eu fui [para os Estados Unidos] e, nem, porque eu voltei [para o Brasil]! (Carla).

Mauro também tem enfrentado dificuldades de relacionamento com os/as filhos/as nos seus termos:

Estamos (...) num momento de reaproximação, eu não tenho moral com os meninos. A minha filha de 16 anos saiu ontem à meia noite, eu peguei a caminhonete e fui buscá-la na lanchonete, foi a maior confusão! Eu não posso cobrar muito, o meu passado me condena. Se eu pego no pé aqui em casa, eles correm para a casa da avó, assim fica ruim para educar. Sobre os dois mais velhos [o rapaz de 18 anos e a menina de 16] eu já perdi o controle, vamos ver os dois pequenos. Meus filhos me tratam mais como um conhecido do que como pai (Mauro).

Quando o casal migrou, deixou no Brasil os filhos/as ainda pequenos, o mais velho tinha em torno de 12 anos, e os/as demais 10, 08 e 06 anos. Eles/as foram criados/as pelo/a avô/ó paternos e, em muitos momentos, os/as hoje adolescentes, segundo Mauro, não reconhecem a autoridade dos pais. Mauro e Carla demonstraram muita preocupação com esse aspecto de suas vidas, fator que contribuiu para Carla sentir-se dividida entre voltar para os Estados Unidos e permanecer no Brasil.

No Brasil, ela voltou a ser a dona de casa que era antes de migrar, porém, a isso se acresce o sentimento de menos valia, devido à dependência econômica a qual agora se encontra. Ao passo que ela enfatiza não ter nenhum rendimento, Mauro afirma que,

Hoje ela cuida da casa e eu pago a ela mil reais por mês (...) quando ela reclama que falta algo, quando ela diz: “lá [nos EUA] eu era alguém, se eu estivesse lá eu teria o meu trabalho, um apartamento bom, o meu carro”, eu digo que ela tem de se conscientizar de que ela é alguém aqui (Mauro).

A fala de Mauro demonstra o quanto o modelo hegemônico de gênero – do homem como provedor – tem impacto na sua autorepresentação. Para ele, é importante demonstrar que se está bem financeiramente: fez questão de me mostrar todas as ferramentas que adquiriu, bem como o caminhão e uma das caçambas de “tele-entulho”, além de dizer que, com o trabalho realizado aqui, ele ganha quinhentos reais por dia. O que é contraditório em relação à fala de Carla: “... a despesa aqui é muito alta, eu sinto falta do dinheiro que eu ganhava lá”.

A vivência em contexto migratório permitiu a Carla assumir uma posição de agência mais ativa expressa na sua decisão em frequentar a igreja e ao convencer o marido a fazer o mesmo. Segundo ambos, essa decisão foi fundamental para que ele abandonasse seus vícios e se tornasse um “marido de verdade”. A agência de Carla se expressa também na decisão de retornar ao Brasil. Como vimos, Mauro afirma que retornou ao Brasil por decisão dela, já que ela sentia falta dos/as filhos/as. Ele, por agora valorizar a convivência com a família, diferentemente do que pensava antes de a sua companheira migrar, optou então por voltar junto com sua companheira. Especialmente nestes dois momentos, Carla demonstrou um posicionamento ativo: ela foi capaz de avaliar a sua situação, tomar as decisões mais adequadas e influenciar a ação do companheiro, ao convencê-lo a entrar para a igreja e retornar ao Brasil.

Por fim, considero que a insatisfação na qual Carla se encontra, após o retorno, é um indicativo da permanente construção de identidade. Ela se sente angustiada com a vida de dona de casa e ansiosa com o fato de não estar no mercado de trabalho. O trabalho

remunerado assume centralidade após a vivência da experiência de migrante. Carla afirmou que, antes de migrar, não trabalhava fora de casa por não se sentir capaz e por achar que Mauro “ia dando conta das coisas”. Contudo, hoje ela se sente muito mal com a situação que está vivendo e pretende fazer algum curso que lhe permita se tornar “uma vendedora”.

É importante realçar outra dimensão valorizada por Carla e Mauro, bem como por outros casais entrevistados, como veremos adiante: para eles, o processo migratório foi importante para solidificar o relacionamento, diferentemente dos casos apresentados na seção anterior, em que a inserção nas dinâmicas migratória redundou no fim dos casamentos.

A seguir, refletirei sobre a vivência migratória de Rose e Túlio, já mencionados anteriormente.

2- Rose e Túlio

Nossa relação é muito boa, ele faz a comida, faz o supermercado, geralmente é ele que compra e paga, não me dá notinha para dividir. (Rose)

Há certa diferença dos casamentos aqui e no Brasil. (...) A diferença é que setenta por cento das mulheres casadas no Brasil são esposas e donas de casa. Aqui todo mundo trabalha, o que deixa um pouco a desejar. (Túlio)

Entrevistei Rose na sua casa em Watham, na grande Boston, em uma noite após sua jornada de trabalho na faxina doméstica. A casa é bastante ampla, são três andares onde moram ela, Túlio, o filho dele do primeiro casamento, uma sobrinha e a filha de Rose. Na semana seguinte à entrevista de Rose, retornei para conversar com o seu companheiro.

Rose tem 50 anos, se autodefine mista e trancou a matrícula no curso de graduação em administração de empresas numa faculdade de Governador Valadares, para migrar. Ela rumou para os Estados Unidos com visto de turista em 1989, onde já tinha um casal de irmãos imigrados. Seu projeto inicial era morar durante um ano nos Estados Unidos, porém seus planos foram revistos em decorrência da remuneração recebida pelo trabalho executado lá:

Eu fiquei porque eu gostei. Mesmo não tendo horário para dormir só para acordar e a vida sendo só trabalho (...). Lá no Brasil eu ganhava cinco

salários mínimos, eu cheguei aqui com uma semana de trabalho e ganhei praticamente aquilo, aí decidi ficar. Eu vim de férias, eu tinha três férias vencidas no Brasil. Eu pretendia ficar um mês sem trabalhar, eu estava muito cansada de estudar e trabalhar com números. Quando eu cheguei com três dias comecei a trabalhar (Rose).

Para efetivar a viagem, Rose contou com uma irmã que lhe deu a passagem. No Brasil, ela trabalhava no setor administrativo de um escritório de advocacia, sua mãe era dona de casa e o pai ganhava pouco mais de um salário mínimo para sustentar os/as seis filhos/as. Rose chegou aos Estados Unidos sem dominar o idioma local e nunca fez um curso de inglês, mas considera que sabe o bastante da língua para se virar no cotidiano.

Ao chegar ao destino, Rose morou com o irmão casado, a companheira dele e uma das irmãs de Rose. Após um mês, Rose e a irmã alugaram um quarto e se mudaram do apartamento do irmão. A primeira impressão que ela teve dos Estados Unidos foi assim relatada:

quando eu vi o banheiro do apartamento que a gente morava aqui e comparei com o banheiro da minha casa no Brasil eu falei: “nossa, isso é que é país de primeiro mundo!”. Mas não foi só isso, a possibilidade para você ganhar dinheiro também [influenciou a decisão de permanecer nos EUA] (Rose).

Sua fala figura, assim como em outras já vistas aqui, a valorização objetiva da possibilidade de vida nos Estados Unidos se comparada às oportunidades e a vida que ela levava no Brasil.

Seu primeiro emprego foi obtido através de uma rede de amizades de sua irmã. Inicialmente, ela trabalhou num asilo para idosos/as aos fins de semana e ganhava cinco dólares e trinta e cinco centavos por hora, em jornadas de quatorze horas. Rose se sentia cansada com o trabalho realizado no Brasil e, ao comparar os ganhos auferidos lá executando o trabalho de faxineira e o retorno financeiro do trabalho de secretária exercido em Valadares, ela não teve dúvidas quanto à opção a ser feita: “... quando eu cheguei aqui e fui fazer aquele subemprego, um trabalho com o corpo e não com a cabeça, foi bom porque eu não sentia aquele cansaço mental [refere-se ao trabalho no Brasil]” (Rose). Ela tem consciência do

rebaixamento de seu status profissional e perda de prestígio social ao tornar-se imigrante, mas o valor de seus rendimentos com o trabalho de faxineira nos Estados Unidos compensa tais perdas, o que vai ao encontro das pesquisas de Sales (1999) e Martes (1999):

Na mesma semana [em que ela chegou] um amigo da minha irmã conseguiu um emprego com uma americana que tinha uma empresa de limpeza para mim, eu ganhava 240 dólares por semana. Eu fiquei com o trabalho no asilo nos fins de semana, com a limpeza das casas durante a semana e outra amiga arrumou um *part time* à noite de limpeza de escritório onde eu ganhava 118 dólares por 20 horas de trabalho (Rose).

Em 1994, Rose se casou pela primeira vez com um homem de uma cidade próxima à Governador Valadares. Em 2002, eles retornaram ao Brasil e viveram juntos até 2005. O casal teve uma filha nascida nos Estados Unidos. Em 2014, quando entrevistei Rose, a adolescente estava com 17 anos. Na época em que o casal se separou, ambos tinham cidadania americana. Com o fim do casamento, ela voltou com a filha para os Estados Unidos. Ao reemigrar, ela reassumiu as faxinas nas casas de família para as quais trabalhava antes de voltar ao Brasil.

A princípio, ela e a menina moraram na casa da irmã de Rose, posteriormente ela alugou um apartamento. Em 2006, logo após Rose se mudar para o seu novo apartamento, uma de suas patroas lhe deu um sofá. A fim de buscá-lo, ela se dirigiu a um local onde se reuniam muitos brasileiros/as para comemorar os jogos do Brasil na Copa do mundo daquele ano, na tentativa de encontrar alguém para pegar o móvel na casa da sua patroa:

Eu resolvi ir nesse café na intenção de encontrar alguém para pegar o sofá. Foi num sábado à tardezinha, eu não conhecia o Túlio. Eu fui lá e ele estava na *pick up*, no carro de trabalho, ao telefone, eu cheguei, pedi licença e perguntei se ele podia pegar o sofá para mim. Aí alguma coisa bateu [risos] – ele buscou o sofá e foi assim que eu o conheci. Em maio de 2007, nós nos casamos (Rose).

Túlio, o companheiro de Rose, tem 47 anos, se considera “latino e moreno”, quando imigrou estava separado da primeira companheira com quem vivia no Brasil junto aos dois

filhos. Na época da entrevista seus filhos tinham 20 e 26 anos respectivamente. Conforme relatei anteriormente, ele trabalhava em uma empresa numa cidade próxima à Governador Valadares quando decidiu pedir demissão e migrar. Seu objetivo primordial era, nos seus termos, “conhecer a América” e, em segundo lugar, morar por dois anos lá, fazer um “pé de meia”, retornar ao Brasil e cursar a faculdade, o que não aconteceu.

Ele mora nos Estados Unidos desde 1998. Túlio chegou ao país com visto de turista e sem dívidas, pois dispunha do montante necessário para viabilizar a viagem, assim não precisou dispor da casa ou do carro que possuía. No Brasil, ele ganhava em torno de dois salários mínimos trabalhando como metalúrgico. Túlio é evangélico, mas não é muito assíduo aos cultos, ao contrário de Rose, que é católica e frequenta as missas regularmente aos domingos.

Ele chegou aos Estados Unidos sem falar inglês e afirma que uma das razões pelas quais migrou estava ligada à decepção com os rumos da política brasileira, expressos no pouco investimento na saúde; educação e na segurança pública. Ele relata assim a sua chegada:

Eu cheguei a Connecticut, fui recebido pelo irmão da minha cunhada. Fiquei lá sessenta dias. A pessoa me recebeu em casa (...) eu sempre tive facilidade de me virar porque eu nunca tive nada fácil, pelo instinto de sobrevivência, eu me adequei muito rapidamente. Tive ajuda como qualquer um teve. Eu cheguei na casa do irmão da minha cunhada e ele me levou no mesmo dia para morar com um sobrinho dele. Morávamos em 17 pessoas. O meu primeiro emprego na construção em Connecticut foi esse cara que me arrumou. Eu ganhava 06 dólares por hora, trabalhava entre dez e doze horas por dia. Eu vim para Boston porque eu não me senti bem lá. Eu morava em Danbury e o transporte lá não é muito eficaz. Como todo imigrante recém-chegado, eu dependia de ônibus, lá é uma espécie de cidade dormitório, tem trabalho nos arredores até New Jersey, mas o transporte coletivo não era abrangente. Um colega que trabalhava junto comigo no Brasil, veio um ano antes de mim, e morava em Boston. Eu liguei para ele e ele me chamou para ir para lá (Túlio).

Eu perguntei a Túlio como era a convivência do casal, considerando a condição de imigrantes:

Há certa diferença dos casamentos aqui e no Brasil. Como você está vivendo num país que não é o seu e se você se casa com uma pessoa da mesma origem, se torna mais conciliável. Falamos a mesma língua, noventa por cento dos brasileiros têm o mesmo princípio e ambos são imigrantes, aí se ajustam às circunstâncias. A diferença é que setenta por cento das mulheres casadas no Brasil são esposas e donas de casa. Aqui todo mundo trabalha, o que deixa um pouco a desejar. Lá no Brasil a mulher vai para o tanque, lava roupa, faz comida e aqui não. Pelo fato de eu ter vindo de outra cultura eu estranho um pouco. Aqui tudo tem um preço, tudo é mais fácil, mas você paga. No Brasil, a mulher fica

exclusivamente dedicada a casa, filho e marido e aqui a mulher não tem condições de fazer isso. A não ser que eu fosse um homem de posses, monetariamente estabilizado, aí *eu colocaria a minha esposa* em casa, para cuidar da casa. Eu não deixo de ser brasileiro e não sei se é defeito ou qualidade, mas eu penso que o marido é o provedor, pode ser antiquado, mas é assim que eu penso. E a mulher tem de ser mais cuidada, mais olhada. Mas a situação aqui não permite isso e a própria mulher procura o espaço dela no mercado [de trabalho] (Túlio) (Grifos da autora).

Túlio se posiciona no interior do discurso de gênero que valoriza a domesticidade, a fragilidade e a dependência, atributos atrelados a uma “essência” feminina, na qual ele acredita. Em sua perspectiva, as mulheres devem cuidar dos maridos, dos/as filhos/as, das tarefas do lar, pois “a mulher precisa ser mais cuidada, mais olhada”. Entretanto, uma vez vivendo como imigrante, sua perspectiva é renegociada na vida cotidiana. Conforme destaca, a vivência migratória, aliada a sua condição de classe, não possibilitam que ele concretize o ideal de ser o provedor único de sua família e “colocar” sua esposa para cuidar da casa. Ao afirmar que a vida nos Estados Unidos leva “a mulher a procurar o espaço dela no mercado de trabalho”, ele parece relativizar sua concepção sobre algumas práticas atribuídas a certos tipos de feminilidade, ou seja, a entrada da mulher para o mercado de trabalho passa a ser reconhecida por Túlio como “necessária”, ainda que não seja desejável.

Eu indaguei a Túlio o que ele pensa sobre a mulher “procurar seu espaço no mercado de trabalho”. Ele argumentou de maneira ambígua. Na primeira frase articulada por ele, homens e mulheres são posicionados/as de maneira igualitária, contudo, logo em seguida, ele desenvolve um argumento no qual mulheres e homens são considerados categorias naturalizadas como opostas. Para justificar seu argumento, ele lança mão de modelos considerados “normais” por ele em contraposição a práticas comportamentais tidas como pouco convencionais. Assim, ele elenca novamente certos atributos de feminilidade, como a fragilidade e a dependência da figura masculina em contraposição a atributos naturalizados como masculinos: força, segurança e decisão. Vejamos o relato de Túlio:

É bom, não é ruim não, para mim não há essa diferença entre homem e mulher. Na verdade há sim. A mulher é mais frágil que o homem, mas eu também penso que nenhuma mulher (...) de atitude quer um cara onde ela toma a decisão, não é que ele tenha que ter a palavra final. Mas toda mulher quer ter certa segurança no homem. Por exemplo, pensa bem numa mulher trabalhando de servente de pedreiro batendo laje. Hoje acontece isso, mas não é comum, pensa bem num homem no salão fazendo unha. Não é machismos não, não vá confundir as coisas! Mas tem certas coisas que é para a mulher e certas

coisas que é para o homem. Se você vir um homem passando batom é estranho, se você vir uma mulher de cabelo curtinho feito o pé direitinho, é estranho. Porque não é uma coisa do parâmetro normal (Túlio).

Ao perguntar a Rose como era seu relacionamento com Túlio, considerando o fato de o casal viver nos Estados Unidos, ela diz:

Nossa relação é muito boa, ele faz a comida, faz o supermercado, geralmente é ele que compra e paga, não me dá notinha para dividir. O aluguel é dividido entre ele, o filho dele e a minha sobrinha, a despesa toda da casa ele paga. Eu não deixo tudo nas costas dele, eu pago o gás e a luz, compro as coisas aqui para casa. Eu tenho conta conjunta com ele, mas eu não deposito meu dinheiro nela, se eu quiser eu posso usar o dinheiro dela [da conta conjunta], mas eu não acho justo fazer isso. Eu tenho outra conta, só minha, onde eu deposito o dinheiro do meu trabalho. Eu tenho um cartão de crédito meu e o cartão que ele me deu, mas eu não acho justo deixar toda a despesa para ele. Do primeiro marido eu era dependente, apesar de eu trabalhar eu me sentia dependente. Mas ao Túlio não. Se eu quiser sair eu comunico a ele, eu o convido, mas se ele não quiser eu vou assim mesmo. Se a [filha] nos convida para ir ao cinema e ele não quer ir eu não desisto de ir por causa dele. Já peguei a [filha] no serviço às dez horas, fomos pegar a sessão de meia noite no cinema e chegamos em casa às duas horas da manhã (Rose).

O discurso de Rose corrobora a afirmação acima sobre o reordenamento das práticas de masculinidade de acordo com as circunstâncias locais cotidianas de casais imigrados. Ela é responsável pelos cuidados com a casa, mas cabe a ele fazer as refeições da família. O relato de Rose também demonstra que Túlio seria o principal responsável pelas despesas domésticas, atuando assim, de acordo com o ideal de masculinidade do homem, como o provedor principal da família. É interessante o fato de eles manterem uma conta conjunta – aliás, prática comum entre alguns casais entrevistados – a qual ambos têm acesso e Rose, diferentemente de Carla, possui uma conta somente sua, a qual Túlio sequer possui uma forma de acessar. Rose, de acordo com seu relato, se sente livre na relação, uma vez que circula socialmente sem o controle do companheiro.

Sobre as divisões das tarefas domésticas e a administração dos rendimentos do casal, Túlio falou:

Aqui em casa não se estabelece nada. Se eu chego e vejo algo para fazer eu faço, mas de acordo com a minha disposição na hora, se ela chega e vê algo para fazer ela faz. Mas quem cuida da casa é a esposa. Eu geralmente faço a comida, porque eu chego mais cedo do trabalho, eu saio mais cedo para

o trabalho e volto mais cedo, ela sai mais tarde e volta mais tarde. Então eu sempre chego e faço a comida, mas não impede que ela chegue, no dia em que ela está mais inspirada e faça a comida. Mas não tem aquele compromisso de cobrar quem faz isso ou aquilo. Em hipótese alguma eu tenho a responsabilidade de cozinhar. Cada um tem seu dinheiro. Não dividimos despesas, vivemos para o bem comum, temos certo conforto e regalia. Eu pago o aluguel, faço alguma compra, mas não sei o que é uma conta de gás ou luz, não sei o que é comprar um calçado para mim mesmo ou uma roupa porque ela compra com o dinheiro dela. Mas isso não me impede de ver algo e comprar (Túlio).

Gostaria de salientar aqui certa diferença no discurso de ambos sobre as divisões das tarefas domésticas. Quando entrevistei Túlio, Rose estava presente, circulando pela casa. No momento em que Túlio respondia a questão acima, Rose interferiu dizendo que a ele cabia a responsabilidade em fazer as refeições, ao que ele retrucou enfaticamente: “em hipótese alguma eu tenho responsabilidade de cozinhar”. Tal frase me pareceu uma tentativa de marcar sua posição no interior do casamento, e reflete sua perspectiva sobre sua concepção de gênero.

Quanto à criação da filha de Rose, ambos – ela e Túlio – afirmaram que as decisões são tomadas por Rose, mas a adolescente o respeita como se fosse seu pai: “tudo sou eu. Mas ela tem o maior respeito por ele, pede opinião, quando sai não deixa de falar com ele que está saindo, não se esquece de pedir a benção quando vai dormir, ele se sente um pai” (Rose). Túlio corroborou a assertiva de Rose nos seguintes termos:

Eu me sinto como pai, porque há um vínculo e você desenvolve aquele amor. Nós [Túlio e Rose] com certeza discutimos muito sobre a vida dela. Ela me toma opinião também, me toma benção mais do que para a mãe dela. Tenho a preocupação de saber aonde ela vai, o que ela fez, o que está fazendo, se está bem. A carência que sinto do outro filho [mais velho que mora no Brasil] vai toda para ela. (Túlio).

O casal não fez qualquer investimento no Brasil, ou nos Estados Unidos: eles têm cada um o seu carro e o que ganham utilizam nas despesas da família. Ambos consideram que pelo fato de terem a cidadania americana, não enfrentam problemas em ser imigrantes. A falta de documentos foi considerada um dos maiores problemas que as pessoas colaboradoras da pesquisa, que não os tinha, afirmou enfrentar.

A vida social do casal não é muito intensa, mas quando podem, viajam para as praias nas redondezas de Boston, ou para outras cidades, como Nova York. Eventualmente, Rose e Túlio reúnem amigos/as da comunidade brasileira para um churrasco em sua casa ou se reúnem na casa de alguém. Segundo Túlio, os encontros são eventuais em decorrência da falta de tempo. Ele é músico e, em sua opinião, ouvir e tocar músicas brasileiras são hábitos cultivados como forma de lembrar da terra natal:

música eu ouço muito, às vezes eu participo de algum encontro onde eu toco com alguém. Eu toco violão, viola, cavaquinho, eu gosto muito de MPB e música caipira de raiz, mas quando tem algum encontro eu toco de tudo, eu sou eclético até certo ponto, eu entro no clima da festa (Túlio).

A vida social de Rose se distingue da vida de Túlio em decorrência da sua frequência à igreja católica aos domingos e de passeios que ela faz com amigos/as e nem sempre seu companheiro se faz presente:

Eu vou na igreja, no verão vou para a praia. O Túlio trabalha muito nos finais de semana, quando ele não vai eu vou com a [filha] e com amigos. Eu e ele saímos juntos para comemorarmos algum aniversário. Às vezes nós vamos a Nova York no fim de semana, no feriado de 04 de julho a gente tira folga e vai para alguma cidade, fica num hotel tranquilo aí vamos eu, ele, a [filha] e a minha sobrinha (Rose).

Nenhum dos dois convive assiduamente com a comunidade americana, ou com quaisquer comunidades de outros países. Rose não se sente à vontade em se relacionar de maneira mais estrita com pessoas de outros lugares:

As pessoas das comunidades americanas ou hispânicas não são uma amizade de conviver; de participar, porque eu particularmente penso que esse mundo não é nosso. Por exemplo, quando as pessoas para quem eu trabalho fazem um churrasco de “bem vinda à primavera ou o verão” eu nunca participo, porque eu acho que aquilo não é o meu mundo. Eles me convidam, mas eu não vou. Eu acho que é porque eu não falo o inglês fluentemente. Mas eu nunca fui convidada para a festa, só para trabalhar nas festas e eu já trabalhei. Aqui a convivência que eu tenho é com as pessoas com quem eu trabalho, e elas nos consideram como se fôssemos da família, elas dizem que eu nunca vou largá-las, nunca vou me separar delas. Tem pessoas para quem eu trabalho que vão para a Flórida em setembro ou outubro e só voltam agora na primavera [junho], eu fico tomando conta de tudo. Eu tenho a chave da casa e qualquer coisa que eles querem ou precisam eles ligam para mim. Mas elas só valorizam mesmo o nosso trabalho (Rose).

Esta fala de Rose é interessante, pois mesmo que não pretenda retornar ao Brasil para viver lá, para ela, os Estados Unidos não figuram como uma sociedade em que se sente plenamente incluída. Rose – ao contrário de Carla, por exemplo – conforme afirmou no início do seu relato, tem clareza de que o trabalho que executa é subalterno e que as pessoas para quem trabalha não a consideram como uma “amiga”. O sentido de ser considerada “como se fosse da família” pelas patroas está relacionado à confiança que elas depositam em Rose. Sua última frase é significativa “mas elas valorizam mesmo só o nosso trabalho”.

Túlio, por sua vez, pouco convive com pessoas nativas ou de outras nacionalidades. Segundo ele, as diferenças culturais pesam na escolha das amizades:

Eu só convivo com não brasileiros no trabalho (...) porque não temos uma amizade mais aprofundada e pelo fato de sermos de culturas diferentes, temos bom relacionamento, mas a minha preferência é estar com brasileiros (Túlio).

Nenhum dos dois participa de qualquer associação de brasileiros/as, ambos consideram a vida nos Estados Unidos muito boa. Ele avalia assim a vivência na condição de imigrante:

Aqui temos saúde, segurança e educação, a economia em si é boa. O lado negativo é que os americanos não têm calor humano. O difícil é a falta de tempo para se dedicar à família. Hoje nem tanto, porque eu e ela [Rose] temos certa regalia, porque consolidamos uma boa posição dentro da circunstância possível. Eu nunca foquei em enriquecer, ter patrimônios exorbitantes, casas fenomenais, eu sempre quis ter uma vida tranquila com certo conforto, uma alimentação boa. Temos uma vida normal de imigrantes, penso que até o momento estamos satisfeitos com o que temos. Procuramos de todas as formas mantermos este convívio e o nosso laço. A gente procura dar o melhor um para o outro. (Túlio).

A perspectiva de que os/as americanos/as seriam frios em contraste com os/as brasileiras foi analisada por Sales (1999), cujo trabalho identificou “o calor humano e a

informalidade do brasileiro” como uma marca auto-atribuída por seus/suas entrevistados/as ao povo brasileiro. Nas palavras de Túlio, aparece também, a exemplo de Mauro, a valorização das oportunidades que a vida no país de acolhimento oferece, como o acesso à “saúde, segurança e educação”, além do que Túlio chama de “economia boa”, ou seja, avaliada como mais estável em contraste com a economia brasileira. Aliado a isso, figura em sua fala a valorização da “cidadania de consumo” (Assis, 2011). Em outras palavras, nos Estados Unidos a família vive com “certo conforto e [tem] uma boa alimentação”.

Ao perguntar a Rose sobre como ela avalia a sua condição de imigrante, seu relato recaiu, inicialmente, sobre a vida dos casais de imigrantes brasileiros que, na sua aceção, se respeitam mais do que os casais no Brasil, um elemento que ela avalia positivamente nos Estados Unidos. O casal não pensa em retornar ao Brasil e pode-se dizer que ele e ela são “imigrantes consolidados/as”. Rose, que após migrar em 1989 retornou à origem algumas vezes, se referiu ao Brasil em comparação com os Estados Unidos do seguinte modo:

Eu cheguei aqui em 89 e em 97 eu fui ao Brasil, quando eu desci no aeroporto em Belo Horizonte eu queria voltar. Eu fiquei lá três semanas e detestei, não gostei de nada. Eu fui a casas de pessoas de mais condições, mas achava tudo pior do que aqui, eu não gostei de nada. Na segunda vez que eu fui eu gostei mais, quando eu me separei do pai da [filha], eu não queria voltar para cá, só voltei por causa dela. Hoje eu não voltaria mais para o Brasil (Rose).

Túlio relata de maneira ambígua que gostaria de voltar ao Brasil, mas não se sente seguro em fazê-lo. Seus temores também são recorrentes nos relatos das outras pessoas que colaboraram com a pesquisa:

Tenho vontade de retornar ao Brasil, e ao mesmo tempo, tenho medo. Vontade de voltar por que é a minha origem, mas tenho medo, tenho quase 48 anos, para concorrer ao mercado de trabalho é mais difícil. Mas o maior medo é a falta de segurança e [de acesso] à saúde, devido ao que se vê nos jornais de todo mundo, é violência atrás de violência, corrupção atrás de corrupção, falta de assistência de saúde, então eu acho que não volto mais (Túlio).

Os relatos de Rose e Túlio, no que tange ao seu relacionamento, nos permitem perceber certos ajustes nas relações de gênero em decorrência da vivência em contexto migratório. Destaco especialmente no discurso de Túlio, a relativização de certos ideais de práticas de masculinidade e feminilidade, materializadas, por exemplo, na “aceitação” de que a sua companheira trabalhe fora de casa, ainda que enfatize que esta é uma necessidade imposta pela condição de imigrante no país de acolhimento. Contudo, o padrão de relacionamento entre o casal pareceu-me mais igualitário, se comparado, por exemplo, à vida que Carla e Mauro levavam enquanto estiveram migrados. Rose trafega socialmente com “mais liberdade” que Carla. Tanto Rose, quanto Túlio, cultivam amizades com quem compartilham momentos de lazer ao passo que Carla e Mauro aparentaram viver mais isolados da comunidade mais abrangente.

A seguir abordarei a história de outro casal, Ângela e Vítor.

3- Ângela e Vítor

Foi muito bom [a migração] para o nosso relacionamento, foi ótimo! Às vezes eu penso: “será que se a gente não tivesse ido embora, a gente estaria casado?”. Eu só vejo mudanças positivas. (Ângela)

Pelo fato de estar num país diferente passamos a nos preocupar mais com o outro, antes de migrar ela tinha a mãe por perto e às vezes eu relaxava um pouco. (...) Lá [nos EUA] (...) a gente se falava três quatro vezes ao dia, nós nos tornamos muito amigos, muito mais uma família. (Vítor)

Ângela e Vítor se casaram muito jovens e não tinham projeto de migrar, pensavam em visitar os Estados Unidos, mas sem planos de permanecer no destino. No entanto, a família viveu o drama da morte dos pais de Vítor – no fim de 1997 o pai foi assassinado e, no início de 2000, a mãe teve o mesmo destino. Ambos – o pai e a mãe – eram prefeito/a numa cidade próxima à Governador Valadares e foram assassinados por opositores político-partidários. Assim, essas perdas motivaram a migração do casal.

Ângela me concedeu entrevista em sua casa, bastante confortável, localizada num bairro de classe média de Governador Valadares. Era uma tarde de julho de 2013, após sua

jornada de trabalho em sua loja de roupas. Duas semanas depois, retornei e entrevistei Vítor, que havia acabado de vir dos Estados Unidos. Desde 2009, a família se tornou transnacional: ele passa seis meses no destino e outros seis no Brasil. Desta vez ele voltou em três meses, pois o casal teve um bebê que na época da entrevista estava com 06 meses. Eles têm mais dois filhos de 17 e 07 anos, respectivamente. O filho do meio nasceu nos Estados Unidos. Ângela e Vítor são casados há 19 anos, ela tem 35 anos, se define como branca e não concluiu a graduação, ele se classifica como mestiço, tem 37 anos e terminou o ensino médio. Ambos são evangélicos.

Ao contrário de Vítor, mais apegado à família mais ampla, Ângela sempre quis se aventurar como imigrante. Contudo, a partir da perda de seus pais, Vítor passou a considerar a possibilidade de mudar-se de Governador Valadares. Inicialmente eles pensaram em migrar para Vitória/ES, mas em seguida reconsideraram a ideia. Uma vez que Vitória é uma cidade relativamente próxima à Valadares, ele temia a possibilidade de se encontrar com as pessoas acusadas do assassinato de seus pais.

Vítor relata abaixo como foi tomada a decisão de emigrar, demonstrando que as motivações podem ser muito diversas, não estando ligadas apenas às necessidades de melhorias das condições materiais de existência, tampouco unicamente à visão de que os Estados Unidos seriam a terra da prosperidade e das oportunidades. Contudo, a escolha em se dirigir para aquele país não foi feita aleatoriamente. Vítor escolheu os Estados Unidos porque tinha um primo morando no país. Desta maneira que a existência de redes sociais que conectam a cidade de origem ao país de destino influencia a tomada de decisão pela migração. Leiamos o relato de Vítor:

Eu comentei com a Ângela sobre a (...) a minha vontade de mudar daqui, mas não necessariamente para os Estados Unidos. Eu queria sair de Valadares, aí eu decidi pelos Estados Unidos. Eu não fui para lá por motivos financeiros, nós tínhamos uma vida muito estável financeiramente, mas, pelos fatos ocorridos [os crimes contra seus pais]. Foi uma decisão difícil porque eu nunca pensei em morar nos Estados Unidos (Vítor).

Em suas palavras, antes de emigrar seu casamento era tranquilo. Sempre que possível ele “ajudava” Ângela nos cuidados com o filho, porém a responsabilidade maior com a criança era dela, pois Vítor passava alguns dias da semana na fazenda. Naquela época, Ângela tinha uma loja de roupas infantis.

As decisões de consumo eram tomadas em conjunto. Vítor, porém, administrava o dinheiro. A família contava com uma pessoa que lhe prestava serviços domésticos e as responsabilidades com a administração da casa eram de Ângela. A vida social do casal incluía idas a restaurantes, clube recreativo, festas nas casas de amigos/as, passeios na fazenda e, geralmente, faziam duas viagens por ano: em janeiro sempre iam para o litoral.

Diferentemente de Vítor, Ângela avalia que o relacionamento, antes da migração, não era muito próximo. Embora do ponto de vista das finanças as decisões fossem sempre tomadas em conjunto, nos termos dela,

O nosso dia a dia era muito (...) distante um do outro. O [filho] ficava muito com a avó [materna] eu e ele (...). A gente fazia tudo junto no financeiro, se via todo dia. Mas, pelo menos da minha parte, eu era muito voltada para mim. Eu era muito individualista, muito egoísta, até que da parte dele não. (...) a gente tinha muita briga conjugal, por questão de ciúmes dele e insegurança minha também (Ângela).

Assim, a vida conjugal de Ângela e Vítor não se distancia muito de certas normalizações correntes, onde mesmo a mulher trabalhando fora de casa, cabe a ela as responsabilidades com a vida doméstica e com os filhos/as. Com o detalhe de que mesmo sendo financeiramente independente as decisões quanto à administração do dinheiro eram de Vítor. Ao se qualificar como “muito individualista e muito egoísta” Ângela está se referindo ao fato de que ela saía às tardes com as amigas, não se preocupava em comprar ela mesma as roupas de companheiro ou do filho. Ou seja, ela talvez se distanciasse um pouco do modelo idealizado, por ela de mãe e esposa. Ela atribui tais atitudes à imaturidade, ela se casou muito jovem, aos 18 anos.

Eu perguntei a ambos qual a percepção que tinham do Brasil antes de emigrarem. Em decorrência da segurança material que o casal disfrutava, Vítor afirmou: “eu achava que tudo no Brasil tava bom, eu era acomodado, (...) eu tinha uma vida tranquila, [o Brasil] era normal, com os defeitos de qualquer outro país”. A percepção de Ângela era similar: “Antes de migrar eu sentia que a minha vida era só isso aqui, que só existia Valadares (...). E o Brasil em si, (...) era tranquilo, como nossa vida era [materialmente] tranquila (...), eu achava tudo normal aqui no Brasil” (Ângela).

Diferentemente da maior parte dos/as entrevistados/as, Ângela e Vítor pertencem à classe média de Valadares, assim, quando o casal se decidiu pela migração, não foi necessário se desfazer das propriedades que possuíam- o imóvel rural, a casa e o imóvel onde funcionava a loja de Ângela -. Também não precisaram fazer empréstimos. Vítor migrou primeiro, em 2000 via Portugal - conforme relatado no primeiro capítulo – um ano depois Ângela e o filho mais velho, então com 05 anos, foram encontrá-lo. Durante o ano em que permaneceu em Governador Valadares antes de migrar, Ângela que já havia cursado inglês numa escola especializada da cidade, se matriculou num curso intensivo com uma professora particular para aprimorar o idioma.

Durante o ano em que Ângela e o filho ficaram no Brasil, o casal mantinha contato permanente pelo telefone celular, ela assevera:

Eu tinha que tá o tempo todo com o celular porque eu tinha medo. Eu tinha que tá aqui com a minha mãe, ou na casa de uma amiga que ele conhecia, um dia eu fui num aniversário de criança com o [filho], nossa foi uma confusão! Ele queria até separar. Ele me controlava muito, ligava o tempo todo (Ângela).

Vítor aparentemente operava com um modelo de masculinidade através do qual ele sentia-se no direito de controlar a companheira, ainda que a distância. Ângela, corroborava a posição do parceiro, evitando sair sem seu consentimento. Embora ela relate o “medo” de Vítor e a “vigilância” do companheiro sobre si, Ângela não permaneceu trancada em casa, ela continuou saindo com suas amigas, ainda que evitasse certos ambientes, para evitar

“brigas” como a que ela relata acima. Quanto ao filho, naquele período, as decisões eram tomadas exclusivamente por Ângela.

Quando chegou aos Estados Unidos, Vítor não falava inglês e, como relatado no capítulo 1, ele não tinha um lugar previamente arranjado para ficar, deste modo, achava arriscado levar a família consigo, além disso, ele assegurou que tinha condições financeiras para manter a família no Brasil durante o tempo necessário para ele se estabilizar no destino e levá-la ao seu encontro.

Durante o primeiro ano em que morou sem a família no destino, a vida social de Vítor se resumia à frequência a igreja. Ele não fez curso de inglês ou qualquer outro e sua estratégia para aprender a língua foi assistir TV e filmes americanos, só ouvir músicas nativas, ler jornais em inglês e assumir um propósito de aprender de três a quatro palavras por dia. Isso, aliado ao seu trabalho nos restaurantes americanos, sobre os quais abordarei adiante, dinamizou seu aprendizado. Hoje, ele afirma que domina o idioma.

Seu primeiro emprego foi num restaurante, lavando pratos, onde permaneceu apenas quinze dias. Logo em seguida, ele se inseriu na construção civil como pintor. Após seis meses, teve a chance, através de contatos com sua rede de amigos da igreja, de regularizar a sua situação:

Surgiu um assunto na igreja sobre a possibilidade de legalização, mas a pessoa tinha que ter profissão especializada, por exemplo: cozinheiro (...). Aí um rapaz amigo que trabalhava num restaurante (...) falou que se eu quisesse trabalhar no mesmo restaurante que ele, o patrão assinava para mim. Então eu deixei de ganhar setecentos dólares por semana [como pintor] e fui ganhar cem dólares por semana (Vítor).

Portanto, quando sua família o encontrou nos Estados Unidos, em julho de 2001, Vítor já havia entrado com o processo de regularização da sua condição de imigrante, tendo obtido no mês dezembro do mesmo ano seu número do Seguro Social⁶¹. Uma vez no destino, Ângela

⁶¹ *Social Security*.

foi morar em um apartamento alugado na cidade litorânea de Revere, nas proximidades de Boston. Ele conta:

Antes de ela ir para lá, eu morava com uma família de amigos, quando eles estavam pra chegar eu aluguei um apartamento, comprei algumas coisas (...) na verdade, eu só comprei uma cama e deixei pra ela escolher os móveis quando ela chegasse. Eu já tinha dinheiro reservado direitinho (...) ela chegou e nós fomos para o apartamento (Vítor).

Vítor e Ângela não chegaram a dividir sua casa com outras pessoas, embora tenham acolhido um amigo de Valadares durante seis meses em seu apartamento. Inicialmente, Ângela não desempenhou nenhum trabalho remunerado e, em suas palavras, Vitor não fazia questão de que a companheira o fizesse, pois o casal não dependia dos seus rendimentos para sobreviver. Assim, ela cuidava da casa e do filho mais velho. Passado o primeiro ano ela tornou-se babá de duas meninas na sua própria casa.

Contudo, em 2003, Ângela conseguiu, através de uma prima do seu companheiro, um emprego de meio período, três vezes por semana, na rede de cafeteria *Dunkin' Donuts*. O fato de ela ter certo domínio da língua foi um elemento que facilitou o processo de conseguir este trabalho. Desde que chegara aos Estados Unidos, Ângela cursou inglês durante as tardes em que trabalhava na cafeteria e aos sábados. Ela também atuava na faxina doméstica dois dias por semana.

Em 2005, ela engravidou do segundo filho e parou de trabalhar. Um ano e nove meses após o nascimento da criança, ela retornou à faxina doméstica, mas por pouco tempo, pois foi aprovada numa seleção para trabalhar numa instituição bancária local. Lá, ela permaneceu, trabalhando em uma jornada integral de quarenta horas, recebendo 600 dólares por semana, até o retorno ao Brasil.

A biografia de Vitor e Ângela se distingue das demais histórias, relatadas até aqui, em decorrência da sua condição de classe média, o que obviamente lhes deu muitos acessos. Ângela, por exemplo, pôde investir em capital cultural – os cursos de inglês antes e depois de

imigrada – um dos motivos pelos quais ela conseguiu o emprego no banco e, assim, pôde abandonar a faxina doméstica, trabalho com o qual ela não se identificava.

No caso de Vítor, durante os dois primeiros meses no restaurante, ele atuou como aprendiz durante duas vezes por semana. Passado este período, ele adquiriu os conhecimentos e as habilidades necessárias e assumiu o posto de cozinheiro. Trabalhava seis dias na semana, das duas e meia da tarde à meia noite. Rapidamente ele conseguiu outra posição em um restaurante em que atuava de sete da manhã às duas horas da tarde.

Eu trabalhava muito, nessa época, em dois restaurantes. Às seis da manhã eu saía e chegava em casa entre meia noite e meia e uma hora da manhã. Aos domingos eu trabalhava meio expediente. Eu trabalhei durante cinco anos no primeiro restaurante através do qual eu consegui o *social*. Depois de três anos lá, eu consegui o *Green card* e hoje todos nós temos cidadania americana (Vítor).

Naquele tempo, ele trabalhava cem horas por semana e alcançava um rendimento semanal de mil dólares. O ritmo de trabalho muito intenso impedia que ele participasse ativamente da vida do filho, a quem ele via uma vez por semana, nas folgas das tardes de domingo. Oito meses após sair o *Green card*, Vítor se demitiu de um dos restaurantes e se inseriu em uma loja de venda de automóveis, no entanto, não mencionou o salário.

Mesmo trabalhando muito, Vítor assevera que seu relacionamento com Ângela era muito bom:

Meu dia a dia com a minha esposa era ótimo, a gente se falava até quatro vezes por dia ao telefone. Eu chegava ela estava me esperando, eu saía ela levantava comigo, a gente sempre batia um papo de manhã antes de eu sair de madrugada [se refere à época em que trabalhava nos restaurantes] (Vítor).

Ele também afirma que, em decorrência da influência dos padrões culturais norte-americanos, tornou-se mais “colaborativo” com as tarefas da casa. Eu perguntei a ele a razão

da mudança de atitude, posto que, no Brasil, ele não costumava se responsabilizar por qualquer tarefa doméstica. Ele disse:

Aí já é influência do país, lá não tinha ninguém pra ajudá-la, aqui ela tinha. Lá era eu, ela, Deus e nossos filhos. É questão de cultura, logo que você chega lá aprende e vai se adaptando. Lá o homem precisa *ajudar* a sua esposa. Eu aprendi isso na casa dos meus amigos [se refere à família com a qual morou antes de Ângela migrar] lá todo mundo se ajudava (Vítor) (Grifos da autora).

Ângela, porém tem uma opinião um pouco diferente. Segundo a sua perspectiva, logo que começou a trabalhar no banco – durante 08 horas diárias – ela se sentia muito sobrecarregada com a dupla jornada de trabalho, sem negar que Vítor a auxiliasse, ela assim se posicionou:

Eu saía de casa pela manhã, deixava o filho mais novo na casa da babá e ia trabalhar. Geralmente o Vítor chegava mais cedo e o pegava [a criança]. Eu me sentia muito cansada, muito sobrecarregada, pois eu tinha de cuidar do neném (...), eu chegava do trabalho e tinha que organizar tudo, fazer alguma coisa pra comer, meu marido às vezes fazia. Outras a gente comprava. Eu tinha que organizar roupa para por na máquina, era tudo eu. Eu não tinha ajuda. Mas desde que eu comecei no banco, uma amiga minha dava faxina na minha casa de quinze em quinze dias (Ângela).

Gostaria de chamar atenção aqui para o quanto a condição de classe de Ângela e Vitor se contrasta com a vida dos demais casais colaboradores desta pesquisa: eles foram os únicos a relatarem que pagavam uma faxineira para cuidar da casa. Embora a assertiva de Ângela se aproxime do discurso de Carla quanto ao fato de elas serem as únicas responsáveis pelas tarefas domésticas, sua rotina era mais cansativa devido aos dois filhos pequenos. É importante destacar nas falas analisadas que os homens percebem a esfera doméstica como um campo naturalmente feminino. Nenhum deles – Mauro, Túlio, Vitor ou os dois homens separados cujos relatos foram apresentados, Lucas e Theo – se viam como responsáveis pelas

tarefas da casa. Talvez até mesmo por se utilizarem de graus de polidez diferentes, todos disseram que, em alguma medida, “ajudavam” suas companheiras. Paralelamente, todos efetivamente eram, ou aparentavam desejar ser, os principais provedores de seus lares.

Tanto na visão de Ângela, quanto na de Vítor, o período que viveram nos Estados Unidos foi muito positivo para o relacionamento do casal. Ângela julga que a maior proximidade com o companheiro e os filhos nos Estados Unidos se relacionava ao distanciamento da sociedade de origem, mesmo tendo muitas amizades quando no destino, os programas eram feitos sempre em família. Fato interessante, pois em outros casos como o de Lucas, por exemplo, que atribui exatamente à inserção no fluxo migratório e ao distanciamento da cidade de origem, a mudança de postura de sua companheira, levando à consequente separação do casal.

Além disso, lá, Ângela se tornara “mais caseira” devido à sobrecarga de trabalho. Ao comparar o convívio com o parceiro antes de migrar com o período após a migração, ela relata:

Lá a gente passou a ter muito contato um com o outro, erámos só eu e ele, não tinha ninguém mais no meio, eu passei a ouvi-lo mais e ele passou a ter mais segurança. (...) nunca mais teve ciúmes igual tinha aqui [no Brasil]. (...). Foi muito bom [a migração] para o nosso relacionamento, foi ótimo! Às vezes eu penso: será que se a gente não tivesse ido embora, a gente estaria casado? Eu (...) só vejo mudanças positivas em ter ido pros Estados Unidos (...). Lá a gente amadureceu e ficou mais cúmplice um do outro. Aqui eu era muito independente, quando eu cheguei lá, passei a me preocupar mais com ele e com nosso filho. No Brasil a gente brigava muito de quase ter separado. Lá a gente não tinha isso, lá eu podia sair. Aqui, ele me controlava muito. (Ângela).

Mais uma vez o discurso de Ângela contrasta com o de outras mulheres para quem a imigração redundou numa maior independência em relação ao companheiro. A independência – no Brasil – a qual Ângela se refere se conecta ao fato de que nos Estados Unidos ela não podia contar com a mãe para cuidar dos filhos. Seu filho mais velho ficava sempre aos cuidados da avó materna, liberando-as, deste modo, para sair com as amigas, redundando, entretanto, nos ciúmes que Vítor demonstrava sentir. Uma vez imigrada, cabia

principalmente a ela o cuidado com os meninos. Ela narra que a maioria dos seus passeios eram feitos na companhia dos filhos e/ou do marido, o que possivelmente, tenha deixado o companheiro mais seguro. O fato de “não ter ninguém no meio” – leiam-se as amigas de Ângela – do casal acabou por aproximá-los.

Para Vítor, a vivência nos Estados Unidos foi boa, ambos amadureceram, mas, em contraste com a visão de Ângela, ele não considera que a migração em si tenha influenciado a vida do casal. “Eu vejo assim: não perdemos nada não ganhamos nada (...) foi o amadurecimento mesmo.” (Vítor). Ele, no entanto, enfatizou um convívio cotidiano mais próximo de Ângela enquanto moraram no destino:

A gente era próximo [no Brasil]. Mas pelo fato de estar num país diferente passamos a nos preocupar mais com o outro, antes de migrar ela tinha a mãe por perto e às vezes eu relaxava um pouco [pois eles moravam perto da mãe de Ângela]. Às vezes eu viajava (...) por dois, três dias, mas eu sabia que meus sogros moravam muito próximos de nós. Lá [nos EUA] não tinha isso, por isso a gente se falava três quatro vezes ao dia, nós nos tornamos muito amigos, muito mais uma família (Vítor).

Perguntei também ao casal como administravam seus rendimentos nos EUA. Desde que se casaram, Vítor e Ângela mantiveram a conta bancária conjunta, mesmo eles tendo, cada um, o próprio negócio. Nos Estados Unidos, não foi diferente, todo o rendimento de ambos ia para a mesma conta. Segundo ela, o dinheiro era administrado em conjunto e todas as decisões eram negociadas. A princípio, Vítor disse que a companheira administrava o dinheiro e, em seguida, afirmou:

Eu decidia [sobre a administração do dinheiro] de certa forma. *Eu abri uma conta que ela controlava e eu gerenciava, mas, de longe.* Ela tinha mais acesso à conta do que eu. Por exemplo, na hora de pagar [as contas domésticas] ela pagava e não me comunicava não precisava falar que eu já sabia. (...) caso ela tivesse um gasto extra, como comprar um sapato, eu nunca fui de controlar (Vítor) (os grifos são da autora).

Chama a atenção o quanto Vitor se coloca no interior de um discurso de gênero em que ele figura como aquele cujo exercício de poder é mais evidente, aspecto que pode ser percebido nas sutilezas de seu discurso: “eu decidia de certa forma sobre a administração do dinheiro”, “eu abri uma conta que ela controlava e eu gerenciava”, “se [Ângela] tivesse um gasto extra (...) eu nunca fui de controlar” (Vitor). A autonomia no manejo da conta bancária é narrada como uma concessão dele à mulher. Precisamos considerar que Ângela quase sempre esteve inserida no mercado de trabalho, seja no formal ou informal. A perspectiva acima é bastante ilustrativa da complexidade presente nas relações de gênero: Ângela não se mostrou incomodada, em nenhum momento, com a configuração prática de sua vida de casada.

Nos Estados Unidos, a vida social da família incluía viagens às cidades próximas a Boston, passeios aos shoppings, parques aquáticos e à praia. Outro lugar importante de sociabilidade era a igreja evangélica que o casal frequentava três vezes por semana. Ao perguntar-lhes sobre a importância deste lugar em suas vidas no destino, Vitor afirmou que este não assumiu maior importância pelo fato de eles viverem como imigrantes. Ele via a igreja, e a vê, da mesma maneira, ou seja, como um local de adoração. De forma diferente, Ângela salientou: “era muito bom, era o lugar que a gente sempre reunia e encontrava amigos, era a continuação da família” (Ângela).

Ademais, os indaguei sobre a percepção que tinham dos Estados Unidos e ambos relataram gostar muito do país. Tinham muitas amizades com conterrâneos/as, promoviam churrascos em sua casa e também frequentavam as casas de outras pessoas. Apesar de não contarem com muitos/as amigos/as nativos/as, eles tinham alguns – vizinhos/as e pessoas com as quais trabalhavam – e, eventualmente, frequentavam suas casas em festas de aniversários. Ângela resumiu a vida que levou lá nas seguintes palavras: “foi uma vida livre, leve e solta, muito boa em tudo, lá a [possibilidade de] independência financeira (...) [faz] tudo fluir mais fácil em todos os sentidos, o acesso à saúde, a segurança, tudo, eu adorava tudo” (Ângela).

Vitor, de sua parte, destaca que a vivência nos Estados Unidos abriu seus horizontes, pois quando migrou ele se considerava apenas um jovem do interior mineiro, que, em seus termos,

Vivia numa caixa, viver lá, ampliou muito a minha forma de ver as coisas, me deu maturidade para aprender a ver o ser humano de outra forma. (...). Nos Estados Unidos o maior inimigo do brasileiro é o brasileiro, então, por eu ver certas pessoas fazendo algo com outras que eu achava que não elas não mereciam, eu decidi, na minha vida com Deus, não fazer aquilo com ninguém (Vítor).

Quando Vítor menciona “o maior inimigo do brasileiro é o brasileiro”, ele se refere às trapaças que presenciou entre seus/as conterrâneos/as, tornando-o mais “desconfiado”. Nas suas palavras: “eu assisti muitos abraços mentirosos. Não é que os Estados Unidos mude a pessoa, independente do lugar que ela tiver, se ela é ruim, mais cedo ou mais tarde ela desabrocha. Lá, a pessoa tem mais oportunidade para mostrar quem é de verdade” (Vítor). Ao perguntar-lhe porque, no destino, a pessoa teria mais oportunidade para mostrar-se de fato – conforme os relatos apresentados no capítulo 2 – ele afirmou que a distância da sociedade de origem, da família mais ampla e dos/as amigos/as anteriores à migração seriam as razões para que elas se permitam certas atitudes que teriam mais dificuldades de assumir no Brasil.

Por outro lado, ele afirmou não preferir a convivência com as pessoas nativas, pois, em sua opinião, elas cultivam hábitos dos quais discorda: “o costume de muitas mulheres e homens de se reunirem aos fins de semana para beber”, o linguajar pesado – ele conta que, de forma geral, os/as americanos/as falam muitos palavrões – outros/as cultivariam o hábito de fumar maconha. Ele enfatizou o que chama de “o valor muito supérfluo dado à família” pelos/as nativos/as e, para exemplificar, afirmou ter ouvido de um pai norte-americano: “tô doido que meu filho saia de casa. Quando ele fizer dezoito anos (...) eu não quero ele lá em casa”. Eu nunca tive essa vontade, não fui criado assim, isso é loucura”! (Vítor).

Eu lhes perguntei sobre os principais problemas enfrentados no país de migração, Ângela enfatizou a distância e a saudade da sua família mais ampla como a maior dificuldade. Vítor salientou o stress vivido após os seis primeiros meses quando a sua permanência expirou e a sua situação não estava regulamentada, deste modo, ele vivia permanentemente com medo de ser abordado pela polícia local. Ter chegado ao país sem falar inglês também se constituiu em uma grande barreira a ser ultrapassada. Mais uma vez sua condição de classe contrasta com a de outras pessoas entrevistadas, para Vitor, foi difícil deixar de ser patrão

para tornar-se empregado: “eu já fui preparado, sabendo que eu ia ser mandado, mas, às vezes era difícil ter de ouvir muita ordem, ser perseguido no trabalho. Eu vivi um lado de ser mandado nunca vivido no Brasil” (Vítor). Ele não mencionou especificamente, a perda de status social ao tornar-se migrante e inserir-se no mercado de trabalho subalterno, o que o incomodava era “ser mandado”. Elemento intrinsecamente ligado ao rebaixamento social.

Eu lhes perguntei sobre o cultivo hábitos que lembrassem-lhes o Brasil. Ambos realçaram comer “feijão com arroz” quando podiam, mas a maioria das vezes se alimentavam de “comida americana”. A forma de se vestir de Ângela mudou, na sua assertiva: “eu era muito perua. Nos Estados Unidos, me tornei mais básica, sem tantos brincos, salto alto e muita maquiagem” (Ângela).

A família retornou dos EUA em 2009, motivada por problemas de saúde vivenciados pela mãe de Ângela e por não quererem criar os filhos longe da família mais ampla. O casal, quando migrou, não planejava retornar definitivamente ao Brasil, portanto, não fez investimentos por aqui. Porém, após o retorno, em 2010, Vítor montou uma loja de lubrificantes de carro. Em 2011, Ângela abriu uma loja de roupas femininas, ambas em imóveis próprios numa rua central de Governador Valadares.

Como afirmei a cima, Vítor passa seis meses em Boston e outros seis no Brasil. Lá ele trabalha numa loja de venda de carros, o dinheiro que ganha atualmente, nos Estados Unidos, na maior parte, é investido nas empresas no Brasil. Cabe a Ângela a administração da loja do companheiro quando ele está no destino. Graças ao desenvolvimento tecnológico, Vítor observa o que acontece na sua loja pelas câmeras de vídeo instaladas.

Dentre as limitações enfrentadas no retorno, além da distância do companheiro nos seis meses que ele passa nos Estados Unidos, Ângela destaca a dificuldade que sentiu em baixar o padrão de vida da família, contudo, aqui o casal aparenta disfrutar de uma vida material confortável para os padrões locais. A família mora em uma casa confortável localizada numa chácara, tem dois carros – um deles de luxo – e o filho de 07 anos estuda em escola particular. O filho adolescente estudou na mesma escola que o irmão mais novo até 2013, quando convenceu os pais a transferi-lo para uma escola pública, ideia a qual os pais demoraram aceitar por temerem a violência.

Quando Ângela menciona a queda no seu padrão de vida, ela tem como referência o padrão de consumo nos Estados Unidos. Em determinado momento da entrevista, ela lamentou não poder mais comprar para os filhos, quando os leva ao shopping, os brinquedos “de ponta” que comprava quando imigrada, em decorrência do preço alto desses produtos aqui. Ela também se disse chocada e sensibilizada com a “pobreza” em que vivem muitas pessoas em Valadares, situação que ela só passou a perceber após o retorno.

Vítor afirma que ainda está se readaptando a vida no Brasil, ele se incomoda com a “lentidão, a burocracia e a violência”. Se diz decepcionado com a economia brasileira e com a desigualdade social, mas não entrou em maiores detalhes. Para ilustrar as dificuldades enfrentadas ele narrou o episódio em que seu carro teve o vidro quebrado por um ladrão, fato, segundo ele, impensável quando se mora em Boston.

Quanto às finanças, o casal mantém a conta conjunta nos mesmo termos anteriores, ambos têm acesso a ela, mas, segundo Vítor, ele a administra, diz o que é ou não para ser feito, negocia com a companheira e ela executa as decisões.

Ele afirmou que quando ele está no Brasil, o casal divide os cuidados com os filhos. Nos termos dele, “eu *ajudo* muito mais a Ângela hoje do que antes da gente migrar”. Ângela concorda: “a gente divide tudo, ele faz o lanche da noite, cuida do café da manhã (...) ele que cuida dos meninos”. Eles contam com o trabalho de uma empregada doméstica, mas a responsabilidade com a organização da casa continua sendo de Ângela.

Ela salientou o estranhamento manifesto pelas pessoas com as quais convivem em relação à postura de Vítor como pai cuidadoso e como companheiro que compartilha algumas responsabilidades do cotidiano doméstico, o que destoa do modelo de masculinidade de seus/as amigos/as em Valadares. Acredito que isto evidencie assim as diferenças nas construções culturais de gênero, bem como a influência da vivência migratória nas renegociações das relações entre o casal.

Ambos consideram que conseguiram alcançar o impensado com a migração: a cidadania americana é vista como uma grande conquista. Ângela sente muitas saudades das amizades que deixou nos Estados Unidos, o casal não desconsidera a possibilidade de retorno ao destino. Ângela, porém fica dividida em voltar, pois além dos pais e irmãos que ficarão em

Valadares, eles têm as empresas que segundo ela, são muito lucrativas. Na época em que colaborou com a pesquisa, Ângela planejava passar um ano nos Estados Unidos, para matar as saudades do país e dos amigos e para os filhos não perderem completamente as referências de lá. Ela considera que possui “duas raízes” cá e lá. O caso de Ângela e Vítor apresenta a singularidade ligada à sua origem de classe e ao fato de terem a cidadania americana, ambas as condições facilitam a mobilidade da família.

A seguir discorrerei sobre a história de um casal que imigrou e se separou após o retorno da mulher.

4- Patrícia e Raul

Nos Estados Unidos, com dinheiro no bolso, comecei procurar outras mulheres, o que não tem em casa vai caçar na rua. Através disso, você começa a deslumbrar demais, já não tem mais horário pra chegar, a mulher [a esposa] começa a ligar você começa a não atender ao telefone. (Raul)

Ele ficou mais gandaieiro e eu não era muito, eu gostava de ir, mas não muito, por exemplo: às vezes a gente tava na casa de um amigo aí dava cinco horas da tarde e eles decidiam ir para algum barzinho (...) eu não gostava de ir, aí ele ia, aí eu ia pra casa. Isso me aborrecia demais. (Patrícia)

Patrícia tem 45 anos, completou o ensino médio e se autodefine branca. Ela foi casada durante dezenove anos com Raul, de 51 anos, que se classifica negro e completou o ensino fundamental. O casal tem dois filhos de 22 e 24 anos e Raul tem um filho de 28 anos, ambos são católicos e se separaram após o retorno de Patrícia dos Estados Unidos.

Conheci Patrícia em sua lanchonete recém-inaugurada numa rua central de Governador Valadares, onde também a entrevistei. Após a entrevista ela me deu o contato de Raul, e uma semana mais tarde ele colaborou com a pesquisa.

Eles migraram em decorrência de dificuldades financeiras. Parte da família de Patrícia e de Raul reside nos Estados Unidos, assim, como muitos/as entrevistados/as, a migração foi a saída para a solução dos seus problemas materiais. Raul trabalhava na Cia Vale do Rio Doce, numa cidade próxima à Valadares. Quando entrou na empresa, ele ganhava dez salários mínimos e, em dez anos, seu salário baixou para três salários mínimos. Aliado a isso, a mãe do filho mais velho de Raul requereu judicialmente a pensão alimentícia para a criança, o que,

nos termos de Raul, o “arrebentou” financeiramente. Desse modo, ele decidiu entrar no programa de demissão voluntária promovido pela empresa e, com o dinheiro recebido, financiou a viagem da família.

No Brasil, Raul afirma que vivia bem com a companheira. A relação de gênero deles seguia o modelo de normatividade que delimita as atribuições do homem e da mulher. Ele “ajudava” Patrícia no cuidado com os filhos, mas não tinha compromisso com as tarefas da casa. Eles contavam com o trabalho de uma empregada doméstica e o casal decidia em conjunto como administrar os rendimentos. De forma similar aos outros casais entrevistados, eles mantinham uma conta conjunta e não vivenciavam conflitos nesse sentido. As críticas que Raul tinha ao Brasil, antes de migrar, são relativas aos problemas econômicos pelos quais o país passava nos anos 90.

Os relatos de Patrícia confirmam as afirmativas de Raul, ela acrescentou, porém, que contava com o auxílio financeiro da mãe, migrante nos Estados Unidos. Essa lhe enviava uma remessa mensal que garantia a mensalidade da escola dos filhos, a gasolina que abastecia o carro presenteado por ela à Patrícia e outras despesas. Antes de migrar, a família também morava na casa pertencente à mãe de Patrícia e não pagavam aluguel. Ela estudava, se dedicava a casa e aos filhos, e sua opinião sobre o Brasil naquela época se expressa na frase: “para mim o Brasil era bom, eu nunca tinha passada aperto de nada, minha mãe nunca deixava, eu achava que estava bom” (Patrícia).

Diferentemente de Raul, Patrícia afirma que o convívio com o companheiro,

era mais ou menos, não era um mar de rosas, mas também não era péssimo. Às vezes a gente brigava por que ele gostava muito de sair, às vezes ele saía do serviço e ia direto pra rua, eu ficava sabendo de madrugada quando ele chegava, essas eram as razões das discussões (Patrícia).

As atividades sociais do casal, antes de migrarem, giravam em torno de festas nas casas de amigos/as, e na sua própria casa, bem como bares, além de programas voltados para os dois filhos que na época eram crianças.

A família emigrou em 1995, sem planos para o retorno. A ideia inicial era ficar permanentemente no destino. Patrícia tentou tirar visto de turista, mas não conseguiu e a saída encontrada foi comprar um passaporte “montado” para si e os dois meninos. Nos Estados Unidos, a família foi recebida pela irmã de Raul em Connecticut, na cidade de Bridgeport. Raul se encontrou com a família dois meses depois, migrando via fronteira mexicana. Dois meses depois da chegada de Raul, eles se transferiram para Fall River/ Massachusetts. Nessa cidade, inicialmente moraram com o pai de Patrícia, mas a convivência era muito conturbada, o que levou o casal a alugar um apartamento. Quando emigraram, nem Patrícia, nem Raul falavam inglês.

Durante a maior parte dos quinze anos em que viveu nos Estados Unidos, Raul trabalhou com *drywall* – revestimento, forro e paredes de gesso – na área da construção civil. Ele chegou a ganhar vinte cinco dólares por hora, trabalhando oito horas por dia de segunda a sexta-feira. Aos sábados e domingos, ele fazia “bicos”, na mesma área, para particulares. No verão, Raul ganhava em torno de mil e novecentos dólares por semana, no inverno, o trabalho diminuía, seu rendimento caía para menos de quatrocentos dólares semanais.

Patrícia trabalhou inicialmente em uma fábrica de cortinas, oito horas por dia, de segunda a sexta-feira. Sua média salarial semanal chegava a trezentos e cinquenta dólares. Ela também ajudava a cunhada nas faxinas domésticas, até conseguir uma vaga na rede de cafeteria *Dunkin’ Donuts*, quando passou a ganhar quatrocentos dólares por semana, contando as gorjetas. Neste emprego ela atuava durante meio expediente. Patrícia iniciou vários cursos de inglês sem, no entanto, concluí-los.

Nos Estados Unidos, o casal passou a dividir todas as tarefas domésticas. Segundo Raul, o dinheiro do casal era administrado por Patrícia. Ele relata: “eu *dei muita liberdade pra ela* nisso. Nós tínhamos uma conta única, cada um tinha seu cartão e ela tomava conta o dinheiro, pra mim lá, tudo tava bom”. Patrícia, entretanto, assevera que os dois decidiam conjuntamente o destino do dinheiro.

É interessante a prática discursiva de Raul, ao dizer que concedeu/permitiu que Patrícia administrasse o dinheiro. Esse tipo de discurso tem sido bastante comum, por parte dos homens entrevistados. As percepções e representações de alguns homens e mulheres no

que diz respeito à manipulação das contas conjuntas são distintas. Enquanto, por exemplo, Ângela e Patrícia asseveram que a administração do dinheiro do casal é feita em conjunto, Raul e Vítor veem por outro prisma, o primeiro “deixa” a companheira administrar os ganhos e o segundo “gerencia” o dinheiro enquanto a companheira “executa” suas determinações.

Nos termos de Patrícia o relacionamento entre o casal continuou sofrendo com os mesmos problemas enfrentados no Brasil. Lemos:

Ele ficou mais gandaieiro e eu não era muito, eu gostava de ir mais não muito, por exemplo: às vezes a gente tava na casa de um amigo ai dava cinco horas da tarde e eles decidiam ir para algum barzinho (...) eu não gostava de ir, aí ele ia, ai eu ia pra casa. Isso me aborrecia demais (Patrícia).

De acordo com o discurso de Patrícia, a lógica da relação de gênero entre o casal era de certa maneira igualitária, se a comparamos com outras histórias retratadas neste estudo – como a de Rafaela, por exemplo – e não consiste necessariamente no homem exercer o controle, subjulgando de forma peremptória sua companheira. O relacionamento só não era considerado mais satisfatório em decorrência da posição diferencial entre Raul e Patrícia em que a assimetria favorável a ele, legitimava suas incursões noturnas sem a companheira e o retorno de madrugada que tanto desagradava Patrícia. Ela, no entanto, se permitia circular socialmente – mesmo antes do casal migrar, como veremos na fala abaixo – segundo seu desejo, fator que não causava conflitos com ele.

Sobre a interação com o companheiro, ela diz: “o casamento era normal. Eu trabalhava, o mesmo direito que ele tinha eu tinha, eu cuidava de filho ele me *ajudava*, cuidava da casa ele também cuidava” (Patrícia) (grifo da autora). Eu também a indaguei se ela acreditava que havia se tornado mais autônoma nos Estados Unidos:

Não, porque mesmo antes [no Brasil] quando eu não trabalhava, eu nunca fui dependente, eu sempre tinha o meu [dinheiro] também. Se eu tivesse de sair eu saía, às vezes eu ia pra casa do meu irmão, ele ia para um lugar eu ia pra outro, eu ia sozinha em festa na casa de amigos quando ele não queria ir e ele não se importava (Patrícia).

Patrícia avalia positivamente o período em que viveu no destino, especialmente no que tange ao aspecto financeiro de sua vida. Lá, ela e Raul trabalhavam e Patrícia deixou de depender da mãe. Ela destacou as possibilidades de consumo que o país oferece e o fato de “ter dinheiro todos os dias”. Patrícia afirmou ainda que o clima a incomodava bastante, mas no geral ela se sentia feliz.

Nos Estados Unidos, o casal manteve os mesmos hábitos alimentares e o mesmo estilo de roupa que tinham no Brasil, porém, Raul destaca que lá podia comprar roupas “de marca”. Ele manteve o hábito de jogar futebol de salão aos domingos e Patrícia e os filhos o acompanhavam. Após os jogos, a família costumava se reunir na casa de amigos/as para almoçar. No verão, a família encontrava os/as conterrâneos para fazer churrasco. O casal costumava frequentar shows de artistas brasileiros/as e casas noturnas de pagode e samba. Ouvir música brasileira e assistir aos programas de TV do Brasil eram hábitos constantes nas suas vidas e uma maneira de se manterem vinculados a sua terra natal. Patrícia também costumava ir à igreja católica pelo menos uma vez ao mês, pois ela considera importante ter um espaço para aproximar-se de Deus, hábito que Raul não cultivava.

Patrícia, além das amizades com conterrâneos/as, tinha algumas amigas da comunidade portuguesa com quem trabalhava. Eventualmente, ela se reunia com essas amigas em casas de shows de música brasileira. Ela não cultivou amizades com pessoas nativas, ao passo que Raul convivia com um ou outro americano com quem trabalhava. Embora estes fizessem visitas vez por outra, suas amizades mais próximas também eram com as pessoas da comunidade brasileira.

Raul defende que a relação com Patrícia se tornou mais conflituosa com o passar do tempo em decorrência do que ele chamou de “deslumbramento de minha parte”, e também da desconfiança que passou a nutrir sobre o comportamento da companheira. Sobre este segundo aspecto, ele esclarece:

Eu comecei a visualizar coisas que eu não sabia que existia (...). Eu tava vivendo num mundo com ela que ela não se identificava. Eu perguntava o

que ela tinha e ela não respondia. E ela foi guardando isso por muito tempo, aí depois que ela veio embora [para o Brasil] e eu fiquei lá, eu descobri que ela era homossexual. Eu já desconfiava, porque eu sempre a procurava [sexualmente], e ela, nada. Eu sentia. Homem não é bobo (...). Eu sempre dei liberdade pra ela falar as coisas comigo e ela escondendo. Ela batia papo pelo computador (...). Um dos meus meninos entrou no computador depois que ela saiu e descobriu [sem querer] que ela conversava com uma pessoa feminina. Aí ela se viu no desespero. Eu disse: “pois é, eu sempre fui seu amigo e você nunca se abriu comigo”. Mas eu fiz de conta que não era nada por causa do meu filho, ela disse que não era e eu fingi que acreditei (...). Mas, um dia a casa caiu e não teve jeito (Raul).

Perguntei se ela havia assumido o relacionamento com outra pessoa, e ele disse:

No início não. Ela veio embora e foi sacana comigo porque não me contou o que estava acontecendo. Eu mandava dinheiro para ela e os meninos. Aí um dia, ela desesperada me ligou: “olha agora não tem jeito, não minto”. Ela estava muito sinistra comigo. Num ano novo eu liguei pra desejar feliz ano novo e ela contou. Eu fui insistindo pelo telefone e ela disse: “a verdade é o seguinte não dá mais eu tô com uma pessoa assim e assado”. O meu chão abriu! (Raul).

Em parte de sua colaboração para esta pesquisa, Raul tenta justificar o final de seu casamento também em função do que chama de um certo deslumbramento de sua parte. Pedi para que ele elaborasse melhor o que queria dizer com aquilo. Lemos:

O tal do dinheiro uai! Cê ganha dinheiro aí passa a ter um poder aquisitivo melhor, uma vida que você não tinha aqui no Brasil. Lá eu tinha uma caminhonete (...), tinha dinheiro toda semana podia comprar roupas diferentes, um tênis diferente, *bancar* minha família da melhor maneira possível, eu ia ao supermercado e comprava o que queria, comia o que queria (Raul) (Grifos da autora).

Mas de que maneira a melhoria de suas condições econômicas interferiu negativamente no seu relacionamento?

Por que eu fugia [traía] muito também, com esse problema que eu te falei [o desinteresse sexual da companheira] nos Estados Unidos, com dinheiro no bolso eu comecei procurar outras mulheres. O que não tem em casa vai caçar na rua. Através disso, você começa a deslumbrar demais, já não tem mais horário pra chegar, a mulher [a esposa] começa a ligar você começa a não atender ao telefone. Lá, depois que meu filho descobriu a conversa dela no computador, eu passei a usar muita droga e ela detestava. A gente brigava muito, mas sem agressão física. Hoje, com a cabeça e a idade que eu tenho, eu não cometeria esses erros, pois eu paguei por eles. Eu a traí muito e muita gente foi no ouvido dela e contou. *Quando eu morava aqui [no Brasil], eu também sempre saía com uma ou outra mulher, porque eu já tinha a cisma de alguma coisa, só que ela não sabia.* Quando ela voltou para o Brasil sozinha, as pessoas contaram pra ela. Ela aproveitou a situação de saber e me contou que estava com uma menina (...) (Raul) (grifos da autora).

Raul parece culpar Patrícia por suas próprias relações extraconjugais. O desinteresse sexual atribuído à companheira o autorizaria a buscar aventuras sexuais, afinal, como ele afirma, “o que não tem em casa vai caçar na rua”. Deste modo, os conflitos interpessoais vivenciados pelo casal, para ele, podem ser interpretados levando em conta a posição hierárquica, aparentemente superior, que ele ocupava no interior da relação, manifesta no padrão de masculinidade pelo qual ele age, legitimando as suas traições. Ele também parece culpá-la pelo seu envolvimento com as drogas, pois teria começado a usá-las após a descoberta pelo filho das conversas de Patrícia pela internet com sua suposta amante.

O relato de Patrícia é um tanto destoante desta fala, vejamos sua narrativa:

Eu voltei em 2006, três meses antes nós estávamos dormindo em quartos separados. A gente era casado, vivendo bem, mas tinha três meses que (...) eu dormia num quarto e ele dormia em outro. Aí eu vim embora e continuamos assim. Mas eu não queria mais voltar com ele. Quando chegou aqui tudo acabou. Eu aproveitei que ele tava lá e não ia ficar em cima de mim igual ele ficava. Lá [nos EUA] eu fiquei casada porque ele me enquadrava [pressionava] por causa dos meus filhos, entendeu? Eu acho que foi isso. Ele insistia pra eu continuar com ele e eu ficava com dó dele me pedindo: “não Patrícia, eu vou mudar”, e meus filhos também pediam pra eu não separar (Patrícia).

O dispositivo da sexualidade em nossa sociedade produz identidades femininas e reafirma normalizações que estabelecem determinados padrões de ação e comportamento para as mulheres. Neste caso, vemos como este opera particularmente para casadas, com filhos/as. O relato de Patrícia demonstra a vivência de conflitos subjetivos manifestos no desejo de sair

da relação em contraste com sentimento de dever como mãe e esposa. Por um lado, ela se sujeita às normatizações de gênero, investe na posição de esposa e mãe sentindo-se, talvez, a principal responsável pela manutenção de seu casamento, pois ela cedia constantemente às chantagens emocionais e promessas feitas por Raul de que ele ia mudar de comportamento.

Assim, ao lidar com a pluralidade de discursos sociais – aqueles que legitimam a possibilidade da separação e outros que posicionam/representam as mulheres, ainda hoje, como as guardiãs da moral de suas famílias, as principais responsáveis pelo casamento – Patrícia parece se sentir subjetivamente atrelada ao casamento por “dó” (ou talvez culpa) do marido, mesmo frustrada com a sua relação. A chantagem emocional atribuída por Patrícia a Raul pode ser interpretada como uma maneira de controlá-la. A estratégia funciona durante certo tempo, contudo a tensão vivenciada por Patrícia como sujeito desejante, em contraste com seu ajustamento às normas de mãe e esposa, redundando em um novo posicionamento identitário e o conseqüente pedido de separação.

Diferentemente da percepção de muitas pessoas – conforme discutido no segundo capítulo – de que nos Estados Unidos, devido à distância, as pessoas sentem-se mais livres para se divorciarem, Patrícia afirmou: “parece que aqui no Brasil, eu me senti mais liberta, sabe? Mais confiante e decidi: agora eu vou separar e não volto mais. E separei”. Por outro lado, não podemos esquecer de que a maior parte da família dela e de Raul também moram nos Estados Unidos e que eles conviviam de maneira próxima com seus familiares, o que pode, talvez, ter feito com que Patrícia se sentisse mais livre no Brasil que no destino.

Patrícia continua:

Eu não queria mais ficar com ele, eu não o via mais como homem, eu o via como um amigo, um irmão (...). Eu tinha dó dele, quando eu falava em separar ele ficava (...) implorando, insistindo. Tanto é que até hoje eu vejo ele como um irmão, um amigo meu, uma pessoa que eu gosto muito, mas não como homem (Patrícia).

Eu indaguei se a vivência nos Estados Unidos influenciou de alguma maneira na sua decisão pela separação. Nas palavras de Patrícia, “Não, eu creio que não. Se a gente tivesse

aquí tinha dado no mesmo. Foi desgaste, o casamento foi desgastando e eu fui desgostando. Então tem uma hora que você fala chega!”.

Ao narrar as motivações para seu retorno, ela afirmou que antes de voltar ao Brasil seu irmão havia dado entrada no pedido de *Green Card* para ela. O processo é muito demorado. Neste ínterim, um amigo – de outro irmão dela – nativo de Porto Rico, com cidadania americana, se propôs a se casar com ela. Ele viria ao Brasil, após a separação de Patrícia para casar-se com ela. Eles não poderiam se casar nos Estados Unidos, pois Patrícia havia migrado com um passaporte montado e seu nome tinha sido parcialmente adulterado. Os planos não saíram conforme Patrícia previu, e ela acabou ficando no Brasil. Raul, porém, nada mencionou sobre este aspecto, inclusive se disse surpreendido com o pedido de separação da companheira. Não tenho elementos para afirmar se ele simplesmente omitiu ou se de fato não sabia das intenções de Patrícia ao retornar ao Brasil.

Depois de um ano em Valadares, Patrícia e Raul se separaram juridicamente. Durante os três anos em que ele ficou no destino e ela e os filhos moraram aqui, Raul mandava remessas para o sustento da família. Assim como Patrícia, Raul não considera que a vivência como imigrante tenha influenciado negativamente a vida deles. Para ele, os problemas vivenciados já existiam no Brasil, mas estavam especificamente ligados ao desinteresse de Patrícia em manter o relacionamento.

Raul fala com certo ressentimento do período em que a companheira voltou ao Brasil enquanto ele estava nos EUA. Ele e ela mantinham contato via telefone e pelas redes sociais virtuais:

Eu mandava dinheiro semanalmente. Eu tinha de mandar, ela saiu de lá como minha esposa e mesmo longe a gente era um casal. Através do envolvimento de Patrícia com outra mulher, aconteceu a separação. Ela jogou comigo por que quando a gente tá lá [nos Estados Unidos] é fácil. Se ela tinha alguma dificuldade eu mandava dinheiro pra cá. Eu me virava de qualquer jeito e ela foi aguentando aquilo ali [mantendo o casamento]. Mas, eu sentia que ela não tava comigo. Ela podia ter falado “eu não quero mais, mas, vou precisar que você mande dinheiro pros meninos” (Raul).

Por um lado, o discurso de Raul demonstra, conforme vimos em Machado (2004), que o envio de remessas sinaliza a manutenção dos laços afetivos e familiares. Por outro, na acepção da antropóloga Rosely Gomes Costa (1999) a paternidade é percebida, em determinada masculinidade – a de homens casados, não todos obviamente - como fundamental e materializada não só na capacidade física de “fazer filhos/as”, mas também na responsabilidade de criá-los/as e sustentá-los/as materialmente. Criar e sustentar assume uma dimensão moral em certo tipo de prerrogativa normativa masculina a qual Raul parece operar daí seu posicionamento de pai provedor, que mesmo separado não deixaria os filhos desamparados.

Você acha que ela manteve o casamento após a volta para o Brasil por interesse financeiro, é isso? “Sim, pra ela ficar financeiramente de boa. Quem não quer dólar? É lógico que ela ficou comigo mais de um ano por interesse” (Raul).

Enquanto Patrícia morou com os filhos no Brasil, Raul asseverou que as decisões quanto à educação deles eram tomadas por Patrícia. Em suas palavras, “ela sempre foi uma excelente mãe”. Expressão que assinala a delimitação de construções em torno do feminino e do masculino. Se, como exposto acima, Raul sentia a responsabilidade moral de sustentar seus filhos, o trabalho de educar ficava mais sob a responsabilidade da mãe, mesmo antes da emigração da família. Ele, porém, mantinha contato com os meninos e agia ativamente chamando a atenção quando preciso, se envolvendo com as vida deles como sempre fez, ainda que as decisões quanto à vida dos filhos – escolha da escola, imposição de limites, permissão ou não para sair de casa- fossem tomadas por Patrícia.

Raul decidiu retornar ao Brasil porque, após a vinda da família, ele passou a sentir-se desestimulado:

Eu gostava de lá quando eu tinha minha família perto de mim. Depois eu comecei a pensar: “eu não preciso pagar aluguel no Brasil por que nós temos a herança de uma casa”. Um dia eu estava deitado, o trabalho pingado e decidi: “você quer saber de uma coisa? Eu vou embora”. (...). Eu sabia que podia vir e viver só por mim próprio. Vou fazer o que aqui nos Estados Unidos? Eu vim lutar por um ideal, manter minha família e meus filhos

numa boa, com honestidade. Mas eu não tenho isso mais, vou embora e me viro (Raul).

Segundo Raul, ele trouxe algum dinheiro que garantiu a manutenção dos filhos até atingirem a maioridade. Ele não se arrependeu de ter retornado, e assegurou que não voltaria a morar nos Estados Unidos. A vivência como imigrante clandestino foi elencada como o maior problema enfrentado no destino. Ele diz:

Se eu puder ir lá (...) passear eu vou, mas, pra eu morar lá nem pensar! Eu era feliz demais aqui e não sabia. Nem todo conforto que eu tinha lá me faz querer voltar. Melhor um gosto que um milhão no bolso. Aqui, eu ando de bicicleta tranquilo. Vou ali, tomo uma cerveja com um, bato papo com outro, passa uma mulher a gente vê a beleza dela, fala de futebol, (...) não existe nada melhor! Eu jogo futebol todo domingo com o pessoal, igual eu jogava antes. Acabou o futebol a gente vai pro churrasco. Nem se me derem um salário de quatro mil dólares pra voltar eu não quero. Eu ganho mil reais por mês, mas eu não tenho menino pra tratar, meus filhos são maiores de idade (...). Tô com cinquenta e um anos, daqui uns vinte anos tão me jogando na rede e me levando embora [se refere à sua morte]. Eu bebo minha cerveja, fumo meu cigarro, dá vontade de cheirar cocaína eu cheiro, sou responsável, não dou trabalho ninguém, não sou encostado em ninguém. Não vivo igual mendigo, deu a hora de ir pro meu trabalho tô indo pro meu trabalho (...) vivo da minha maneira e não quero saber (Raul).

O relato acima demonstra o quanto Raul valoriza a vida que leva em Governador Valadares, sinalizando para o perfil de masculinidade através do qual ele atua. O fato de ele ser independente financeiramente, e de não precisar mais sustentar os filhos, o permite desfrutar de certo estilo de vida valorizado por alguns homens, especialmente os solteiros ou separados: sair para se divertir, observar “a beleza das mulheres”, jogar futebol e papear com os amigos nos churrascos, sem ter de dar satisfação a ninguém. É preciso destacar também que ele não vive mais o estresse de ser deportado a qualquer momento. Esse sim, me pareceu o maior problema do qual ele se livrou ao retornar.

Patrícia e Raul tiveram uma impressão muito boa do Brasil após o retorno, diferentemente de outros/as entrevistados/as, eles realçaram as melhorias pelas quais a cidade de Governador Valadares passou. Ele manifestou a sua percepção da cidade, enfatizando as melhorias de acesso ao consumo e habitação dos/as moradores locais e a surpresa ao se

deparar com um supermercado “todo americanizado”, o que demonstra o quanto a sua percepção é marcada pela vivência no destino.

Isso aqui tá fantástico! Quando eu cheguei aqui nem achei que tava em Valadares. Quando eu saí daqui, aqui tinha um milhão de bicicletas, hoje tem um milhão de motos. A maioria dos carros [que circulam pela cidade] são novos (...). Todo mundo tem moto, tem carro, todo mundo tem sua casinha. As pessoas são mais bem vestidas, elas podem sentar no bar pra beber, os restaurantes são superlotados. Os supermercados andam cheios. Olha o tamanho do Coelho Diniz [uma rede de supermercado local] todo padronizado, americanizado! Nossa, quando eu vi um ajudante de pedreiro pegar sua moto e ir pro trabalho eu fiquei encantado! Na minha época um pedreiro tinha de ir pro trabalho de bicicleta (Raul).

Patrícia realçou suas percepções sobre a cidade, observando um número menor de pedintes nas ruas e a melhoria no comércio local. Porém, ao comparar a vida no Brasil com a vida no destino, Patrícia salientou a diferença de acesso ao consumo enquanto ela vivia como imigrante e após o retorno. Ela se lembra com saudades do tempo em que morava nos Estados Unidos e podia consumir os produtos que queria. Patrícia realçou a dificuldade para se adquirir um automóvel no Brasil se comparado com os Estados Unidos. Mesmo não enfrentando dificuldades financeiras, ela afirma que seu padrão de consumo declinou. A possibilidade de consumo ampliada nos Estados Unidos é um dos elementos que ela – assim como Ângela – sente mais falta. Nos seus termos:

No Brasil pra você comprar uma roupa, dependendo do nível [marca] você não compra. Você compra mal, mal, uma vez por ano no natal. Lá não. Lá é diferente, você trabalhou pode comprar. Nos Estados Unidos eu comprava cinco tipos de cereais diferentes aqui eu compro um, dois no máximo. Lá eu comprava Yakult, Danoninho, aqui eu compro Yakult e Danoninho tipo genérico entendeu? Mas mesmo assim, hoje no Brasil [o acesso] a alimentação tá bem melhor do que na época que eu fui pra a América. Hoje em dia não se vê mais pessoas batendo na porta pedindo prato de comida. Então quanto a isso ficou melhor, mas, mesmo assim eu acho ainda que existe muita desigualdade aqui (Patrícia).

O casal não fez qualquer investimento no Brasil pois, quando emigraram, não pensavam em retornar. Apesar de Raul demonstrar certo ressentimento com as atitudes que ele atribuiu a Patrícia e teriam sido a causa da separação, o casal cultivava a amizade. Quase todas as tardes, ao fim da sua jornada de trabalho, Raul passa na lanchonete de Patrícia para saber sobre ela e o filho que está no Brasil. Vale lembrar que o relato dele sobre a possível traição de Patrícia foi feito espontaneamente e ela, em nenhum momento, mencionou o episódio.

A relação de gênero de Raul e Patrícia, antes de migrar, se aproxima em muitos aspectos dos relacionamentos, cujas prerrogativas normativas delimitam as atribuições dos homens e das mulheres no interior de seus relacionamentos: ele era o provedor ao passo que Patrícia cuidava da administração da casa e dos filhos. O casal, no entanto, pareceu ter uma relação mais igualitária no que diz respeito às possibilidades de autonomia de Patrícia, que não se sentia subordinada a ele. Mesmo tendo enfatizado sua insatisfação com as saídas noturnas do companheiro, ela saía sempre que queria, inclusive sem a sua companhia, diferentemente de Ângela, por exemplo, que convivia com os ciúmes de Vitor.

Ao migrar, Raul passou a se comprometer com as tarefas domésticas muito mais do que quando morava no Brasil. Eu chamo a atenção, neste ponto, para o posicionamento de Raul no interior de um discurso que enfatiza a assimetria de poder entre o casal, expresso, por exemplo, quando ele afirmou que “deixou” a companheira muito “livre” na administração do dinheiro de suas contas conjuntas, quando ambos trabalhavam, e, portanto, tinham seus próprios rendimentos.

Eu destaco ainda, as clivagens entre os discursos de Raul e Patrícia no que diz respeito à decisão pela separação. Ela asseverou que retornou ao Brasil para efetuar o divórcio, enquanto ele se disse surpreso, “sem chão” quando Patrícia requereu a separação após um ano morando em Valadares. Entretanto eles já não dividiam o mesmo quarto, nos Estados Unidos, quando ela retornou. Segundo Patrícia há muito tempo ela tentava se separar de Raul, mas as chantagens dele provocavam nela o sentimento “dó”, ou seja, tais chantagens podem ser interpretadas como uma estratégia de controle por parte de Raul, cujo efeito foi se manifestou no arrastar da relação falida por mais tempo, até o momento em que Patrícia assume outra postura identitária e concretiza seu desejo de separar-se.

Por fim, Raul se disse surpreso com a decisão de Patrícia pela separação, possivelmente não pelo pedido em si – já que ele sabia das intensões da companheira desde a época que eles moravam no destino – mas pelo fato de Patrícia estar envolvida com outra pessoa.

É interessante o contraste entre o discurso de Patrícia e o de Ângela. Mesmo que ambas tenham afirmado que antes da emigração, a percepção sobre o Brasil era de que o país ia bem, já que elas não passavam por necessidade financeira. A perspectiva delas no retorno parece ter a marca da percepção de classe. Patrícia, antes de migrar, percebia claramente as desigualdades sociais presentes na cidade de Valadares, e ao retornar, conseguiu ver mudanças positivas neste aspecto. Ângela sempre teve uma vida econômica privilegiada. Enquanto morou no Brasil, ela não percebia as desigualdades sociais que assolavam a cidade, apenas após o retorno ela consegue vê-las, sem, no entanto, distinguir qualquer melhoria. Me parece que a visão de Ângela sobre a pobreza em Valadares é muito mais marcada pelo contraste com os Estados Unidos, daí a sua dificuldade de reconhecer os avanços sociais pelos quais a cidade passou com o período anterior a sua migração.

5- Samanta e Lúcio

Eu acho que perdemos muito, não somos aquele casal de quando a gente chegou do Brasil [em Portugal]. A gente vive bem, mas eu acho que nós nos distanciamos um do outro. (Samanta)

Quando você mora aqui com o seu cônjuge as coisas fluem mais rápido, você ganha autoconfiança: poxa eu tenho fulana lá em casa, se eu fizer isso ela me ajuda, se eu adoecer tem a fulana que cuida de mim. Passado três anos vivendo aqui, o cônjuge já não faz tanta falta assim. Você já conhece outros amigos, outros casais, você já tem o carro, você sai, você já conhece o lugar, tem o celular que você mesmo se vira com ele, aí isso distancia. (Lúcio)

Samanta – 43 anos – e Lúcio – 46 anos – são casados há quatorze anos. Ela se autoclassifica mestiça e tem um casal de filho/a, um rapaz de 19 anos, de seu primeiro casamento, e uma menina de 10 anos com Lúcio. Samanta é evangélica e não completou a graduação. Lúcio se define mameluco, completou o ensino fundamental e é católico.

Lúcio migrou para os Estados Unidos em 2003, porém, desde 1991, ele morava em Portugal. Antes de migrar pela primeira vez, ele foi bancário e, em seguida, tesoureiro do jogo do bicho, sobre a remuneração neste último emprego ele falou: “eu fazia retiradas (...) não tinha valores fixos, eu era um jovem de 19 anos que tinha cheque azul [especial] da caixa econômica federal (...) eu tinha uma vida confortável”.

Ele sonhava morar nos Estados Unidos: vários familiares seus são migrantes naquele país e seu pai havia morado lá nos anos 80, por três anos. Para Lúcio, graças à tradição migratória de Governador Valadares, as pessoas que por algum motivo não alcançam o sucesso na “escola ou trabalho”, veem os EUA como a possibilidade de alterar positivamente os rumos da vida. Ele diz:

Eu tinha aquele sonho de um dia arrumar um dinheiro e ir para os EUA, porque [as pessoas pensam que] aqui a vida é mais fácil, ganhar o dinheiro é mais fácil (...) todo mundo acha que vai chegar e vai encontrar um eldorado, que as coisas vão ser maravilhosas. Mas eu tinha isso em mente. Então os doze anos que eu vivi em Portugal (...). Foi um trampolim para eu chegar aqui já amadurecido. Como se diz: o meu foco é este, vim ganhar dinheiro (Lúcio).

Samanta e Lúcio começaram a namorar numa das vindas dele ao Brasil quando ele estava migrado em Portugal. Em 2001, após de casarem, ela se mudou para lá. Assim como Lúcio, desde criança, Samanta sonhava em morar nos Estados Unidos. Após dois anos imigrados em Portugal, o casal negociou a ideia de migrar para os Estados Unidos. Lúcio conectou as redes sociais de amigos estabelecidos lá, conseguiu emprego com um deles, e se mudou. O casal entrou no país com visto de turista, Lúcio migrou primeiro e, uma semana depois, Samanta o encontrou. Naquela época, o casal não tinha a filha e o filho mais velho de Samanta morava com sua mãe no Brasil.

No Brasil, Samanta interrompeu o curso de graduação para casar e migrar para Portugal. Naquele tempo, ela era professora do ensino fundamental na rede estadual e ganhava pouco mais de um salário mínimo. O casal não contou com ajuda de terceiros para financiar a viagem de Samanta. Antes de migrar, nenhum dos dois falavam inglês. Apesar de

não terem feito planos sobre quanto tempo ficariam em Portugal, Samanta pensava em morar um tempo no país e retornar ao Brasil, mas os planos iniciais foram alterados com a decisão de migrar para os Estados Unidos. Nas palavras de Lúcio: “eu não vim com a intenção de voltar. Eu vim para morar, na minha cabeça é morar aqui”.

Logo que chegou aos Estados Unidos o casal morou em Boston. Samanta e Lúcio foram recebidos/as por um amigo que lhes acolheu em casa por seis meses e lhes deu emprego no seu restaurante. Eu lhes perguntei como foi dividir casa com outras pessoas, Lúcio afirmou que foi meio complicado, pois mesmo pagando para morar ele se sentia invadindo o espaço dos/as proprietários/as da casa. Mas isso não afetou a sua vivência com Samanta, pois ambos ficavam muito tempo fora de casa, o casal havia passado por essa experiência em Portugal, portanto, não já tinham ideia de como seria.

Samanta chegou a trabalhar durante setenta horas semanais como cozinheira no restaurante do amigo que lhes acolheu e recebia trezentos dólares por semana. Lúcio trabalhava no mesmo local em torno de sessenta e cinco a setenta horas por semana e auferia um ganho de trezentos e setenta e dois dólares semanais. Lúcio ganhava mais, pois contava com as gorjetas recebidas pelo trabalho de garçom.

Após seis meses neste emprego, Lúcio foi despedido por telefone. Em seguida o amigo e patrão aumentou o preço do aluguel do quarto que o casal ocupava. Diante dessa situação Samanta ficou temerosa de que o patrão pedisse a ela/ele que desocupassem o quarto, por antecipação, ela sugeriu a Lúcio que alugassem um estúdio. Segundo Samanta:

Na verdade meu marido que veio primeiro, mas sempre quem tomou a frente, quem conversava com um, com outro, quem foi conseguindo as coisas, sempre fui eu. Ele não gosta de falar [reconhecer o fato] (...). Tanto que quando fomos morar sozinhos somente eu estava trabalhando (Samanta).

Samanta se demitiu do restaurante quando o patrão diminuiu sua carga horária. Ela passou a se dedicar à faxina doméstica, uma área mais lucrativa. Inicialmente, nos seus termos: “eu me aventurei, arrumei um trabalho de *housecleaner* e fui dirigir para minha patroa

e a ajudava a limpar casas”. Samanta conseguiu para Lúcio um trabalho na faxina. Posteriormente, ele passou a trabalhar como pintor na construção civil. A situação econômica do casal foi melhorando com o tempo. Samanta engravidou e conseguiu, através de uma amiga, um trabalho na casa de uma americana. Sobre esse período, lemos:

Eu só sabia falar oi e tchau em inglês e a mulher, não sei se ela simpatizou comigo, disse que ia me esperar ganhar a [filha] para começar a trabalhar com ela. Eu estou lá há dez anos. Lá, eu sou governanta, dois dias na semana e através dessa casa eu fui ganhando outras casas, fui fazendo meu nome, hoje eu tenho a minha clientela. Eu trabalho [como governanta] e só não cozinho. Eu lavo, passo, limpo a casa e faço as compras [de supermercado] (...). Trabalho nessa casa terça e sexta. Quarta e quinta eu tenho as amigas dela [desta patroa], faço três casas todos os dias de segunda à sexta, sozinha. Eu não tenho *help*. Trabalho de nove da manhã às cinco horas da tarde (Samanta).

Na época da entrevista, Lúcio trabalhava numa casa de repouso para idosos e como zelador em um prédio comercial. Somando os dois salários, ele auferia quatro mil dólares por mês, já descontados os impostos. Samanta preferiu não dizer quanto ganhava na época da entrevista.

Uma das perguntas feitas a Samanta e Lúcio diz respeito ao cotidiano do casal, à divisão das tarefas domésticas e aos cuidados com o/a filho/a – quando eu os entrevistei o filho de Samanta estava morando com os pais no destino. Lúcio afirmou trabalhar muito, o que não lhe dava tempo para dividir as tarefas domésticas, as quais ficam sob a responsabilidade de Samanta. Nas palavras dele:

Ela trabalha mais braçalmente, eu trabalho mais *mentalmente*. Eu tenho dois trabalhos, saio de um e vou para o outro sem intervalo. Saio de casa seis e meia da manhã e vou até às nove e meia/ dez da noite. As tarefas da casa ela quem faz, a gente tenta, às vezes, só manter. Você vê agora ela está arrumando casa, por que amanhã ela quer ir para o salão, fazer a unha ou quer passear com as crianças, aí como eu trabalho mais mentalmente e, talvez um pouco também por comodismo, eu fico mais dentro de casa, eu não saio. É de casa para o trabalho e vice versa. Ela arruma a casa à noite

para amanhã ficar folgada. Também é minha esposa que decide tudo sobre a vida da nossa filha (Lúcio) (grifos da autora).

Após a jornada de trabalho diária de oito horas, de segunda a sexta-feira, Samanta ao voltar para a casa, dedica-se aos afazeres domésticos, conforme Lúcio descreveu acima. Ela é responsável por fazer o jantar, lavar roupa e limpar a casa, cuidar da filha, fazer as compras semanais. Na noite de sexta-feira em que eu entrevistei o casal, Samanta interrompeu a faxina da casa para me conceder a entrevista. Lúcio chegou mais tarde, em torno de oito e meia da noite. A casa onde moram é nova, o casal financiou recentemente, é uma casa pequena – dois quartos, duas salas, cozinha e banheiro - muito agradável e bem cuidada.

Ao lhe perguntar sobre a administração dos rendimentos do casal, Lúcio asseverou:

Os rendimentos normalmente são tudo junto, o que eu ganho e o que ela ganha. Na igreja dela, ela é evangélica, tem um pastor que eu gosto muito. Aquele cara é muito sábio, independentemente da religião dele, é um cara que estudou, fez mestrado, doutorado, então ele é um cara que sabe o que está falando. [segundo o pastor] não existe casamento com duas bolsas, ou é uma bolsa só, ou não é nenhuma (Lúcio).

Pedi para que ele me explicasse no que consistia a “bolsa” da qual se referiu. Segundo ele: “é a conta conjunta, o dinheiro todo junto. Eu ganhei mil, toma aí mil. Vamos pagar o quê? (...) sobrou o quê? O que nós vamos fazer? Ah, ela quer fazer uma unha: toma. Eu quero fazer isso: toma”. A pergunta seguinte foi sobre quem administra o dinheiro e a resposta de Lúcio: “eu. Ela me entrega o dinheiro todo”. Eu indaguei se ela lhe “pedia” dinheiro para suprir suas necessidades pessoais, e ele disse: “às vezes não pede, como a conta é conjunta ela só comunica: “tem dinheiro na conta? Posso comprar isso?”[ele responde]: Pode”.

Interessante à fala de Lúcio, logo acima, quando ele diz que trabalha “mais mentalmente” e Samanta desenvolve um trabalho braçal, quando na realidade em um dos trabalhos ele executa o serviço de zelador. Creio que “trabalhar mentalmente” pode ser interpretada como uma metáfora para expressar as marcas de gênero e as hierarquizações

construídas entre elas. Assim, “trabalhar mentalmente” significaria as práticas decisórias quanto à administração dos rendimentos do casal e uma vez situado em uma posição hierárquica superior, Lúcio se exime de qualquer responsabilização com as tarefas domésticas, posto que essas são também braçais. Contraditoriamente, os relatos de Samanta até aqui apontam para um posicionamento de gênero bastante proativo, coube a ela a decisão de alugarem um estúdio e se mudarem da casa do amigo que os acolheu. Ela conseguiu o primeiro emprego para Lúcio quando ele foi demitido do restaurante e vale reproduzir um trecho do relato de Samanta disposto acima onde ela diz: “quem tomou a frente, quem conversava com um, com outro, quem foi conseguindo as coisas, sempre fui eu. Ele não gosta de falar [reconhecer o fato]”.

Sobre a conta conjunta, Samanta explica:

O dinheiro fica com meu esposo, temos uma conta conjunta, eu trabalho e entrego para ele o meu rendimento toda semana. Toda semana conversamos, ele pergunta: “quanto é que você fez essa semana”? Eu falo: “eu fiz tanto”. O que tem para pagar? O que sobrou? . Aí os dois decidem em que investir (Samanta).

Como a dominação nem sempre é completa e a agência se expressa em diferentes facetas, Samanta não diz ao companheiro o quanto ela realmente ganha. Quando eu a perguntei se o dinheiro para seus gastos pessoais “vinha” da conta conjunta ela assim se posicionou: “eu não falo nunca o que eu ganho, porque uma casa pode cancelar, então os meus gastos pessoais é fora. Eu tiro e ele não sabe que eu o faço” (Samanta). De acordo com o relato acima, Samanta participa das decisões sobre os investimentos do casal, Lúcio, contraditoriamente afirmou ser ele quem decide sobre em que investir. Além da casa nos Estados Unidos, o casal possui outra no Brasil, adquirida após a migração para aquele país.

Eu indaguei a Samanta sobre seu relacionamento com Lúcio, ela afirmou que o casal vive bem, entretanto, muitas vezes ela se sente incompreendida por ele. Ela se refere à morte dos pais há alguns anos atrás e as saudades que sente de ambos. Lúcio, porém, não tem paciência com os momentos de tristeza da companheira. Para ele, Samanta devia ter superado

a perda, pois ele também perdeu o pai e já superou, esse é um dos motivos de conflito entre o casal. A vivência nos Estados Unidos, se comparada ao Brasil, se expressa nas palavras de Samanta:

Morando fora nós perdemos o calor humano do Brasil, eu acho que as pessoas lá vivem muito mais com pouco. A gente vive aqui numa constante busca, num consumismo (...). Tudo bem que você tem segurança, tem a sua casa, o seu carro do ano, mas na verdade eu não sei se vale a pena. Eu acho que o trabalho aqui distancia muito o casal (Samanta).

Samanta salientou o modelo de consumo adotado pela família no contexto de destino. Os Estados Unidos é visto e valorizado, por muitas pessoas entrevistadas, como a Meca do consumo, Samanta, em vários momentos, mencionou os “passeios” aos shoppings como a principal atividade de lazer dela e da filha. Neste sentido, Samanta compara a vida do filho mais velho - criado pela avó materna no Brasil e há um ano e três meses morando com a família no destino – com os hábitos de consumo da filha mais nova. A relação do rapaz com o consumo é, segundo Samanta, diametralmente diferente do modelo de consumo de sua filha de dez anos, nascida e criada nos Estados Unidos. A menina, aos fins de semana costuma ir às lojas com a mãe para comprar brinquedos, roupas, aparelhos eletrônicos etc., ao passo que o rapaz teria uma postura mais racional, fazendo compras quando realmente precisa de algo.

Assim, o modelo de consumo influenciado pela cultura local adotado por Samanta é um dos aspectos que ela considera negativo no destino. Lúcio concorda com a perspectiva de Samanta, segundo ele “todas as pessoas quando chegam aqui se tornam consumistas” (Lúcio). A fala de ambos me pareceu interessante, pois eu os entrevistei separadamente e não fiz qualquer pergunta relacionada ao “consumismo”.

A comida típica brasileira: “arroz e feijão”; tomar café da manhã em casa, o churrasco com amigos/as, são elementos que a família cultiva como manutenção dos vínculos com a terra natal, e nas palavras de Lúcio: “infelizmente, eu acho que o mal é ter a globo [rede de TV], mas temos porque lembra o Brasil, porque você não pode ser um imigrante completamente afastado do seu país”. Samanta à semelhança de Ângela, e em contraste a

maior parte das pessoas que colaborou com a pesquisa, e diferentemente de Lúcio, fez curso de inglês e domina o idioma – fala, lê e escreve-, assim, ela prefere assistir aos programas televisivos norte-americanos.

Eu pedi a Samanta que falasse um pouco mais sobre o que ela considerou como o distanciamento do casal, ao qual ela se referiu acima, diferentemente de Ângela e Vítor, que se viram mais unidos após a migração, nos termos de Samanta:

Olha, meu marido sai pra trabalhar seis horas da manhã e chega em casa nove e meia/ dez horas da noite de segunda a sexta. Sábado e domingo ele tá morto, tá cansadíssimo, a gente tem um tempinho de dez às onze horas da noite, uma hora para conversar durante a semana. Eu acho que perdemos muito, não somos aquele casal de quando a gente chegou do Brasil. A gente vive bem, mas eu acho que nós nos distanciamos um do outro (Samanta).

Mesmo tendo folga do trabalho nos fins de semana, Lúcio pouco se envolve com o lazer junto à filha, ele se justificou, se dizendo sempre muito cansado, assim ele prefere assistir televisão em casa à sair com a companheira e a menina. Quanto à criação da filha, Samanta defende: “(...) ele poderia ser mais presente se não fosse à jornada de trabalho tão grande. Nos fins de semana ele tira um tempinho para ela, só no sábado e no domingo” (Samanta).

Diferentemente da companheira, Lúcio, inicialmente, considerou que o fato de o casal estar imigrado o torna mais unido, em seu discurso, ele compara o momento em que era um imigrante solteiro com sua condição de imigrante casado:

Depois de ter casado você pensa: estou doido para chegar em casa para bater um papo com ela. Mesmo que você fale coisas que não tem sentido [para a companheira, refere-se a questões do seu trabalho], mas aquela pessoa te ouve, porque se interessa por você. Os dois aprendem com o convívio, porque quando você é só, mesmo que você tenha amigos, não tem como você ter um convívio, um companheirismo, mas quando é o casal, (...), você aproxima mais, parece que une mais. (...) querendo ou não o país te distancia de umas coisas, mas te une por essa carência, por essa falta. Poxa, saí de casa [uma vez solteiro] vou chegar em casa e vou conversar com quem? Chego em casa tá aquele bando de homem, as vezes você mora com um casal, aí você entra para o seu quarto, fecha a porta e ali é o seu mundo. Quando você mora aqui com o seu cômjuge as coisas fluem mais rápido, você ganha

autoconfiança: poxa eu tenho fulana lá em casa, se eu fizer isso ela me ajuda, se eu adoecer tem a fulana que cuida de mim (Lúcio).

Contraditoriamente, Lúcio seguiu dizendo: “passado três anos vivendo aqui, então o cônjuge já não faz tanta falta assim. Você já conhece outros amigos, outros casais, você já tem o carro, você sai já conhece o lugar. Tem o celular que você mesmo se vira com ele, aí isso distancia” (Lúcio).

Ao perguntar ao casal como definem sua convivência Lúcio se limitou a dizer: “nossa vida é muito boa em todos os sentidos, vivemos dentro dos padrões americanos. Temos uma vida confortável, não temos nenhum atrito a não ser o corriqueiro”. No discurso de Samanta a ênfase recaiu sobre a posição de dominação de Lúcio na relação do casal e pareceu-me um tanto insatisfeita e simultaneamente resignada. Espontaneamente ela se disse submissa ao companheiro:

Ele é o chefe da casa, ele é o homem, o mantenedor, ele é a cabeça. Apesar de que, eu tenho também que trabalhar porque só um trabalhando não dá conta. Só o fato de sentar na mesa e participar a ele aquilo que eu ganho, eu acho que é submissão (Samanta).

Em relação à vida social do casal, Lúcio relatou que em decorrência da sobrecarga de trabalho, ele prefere não sair muito de casa, Samanta tem o hábito, como dito acima, sair com a filha para os shoppings e aos domingos para os cultos da igreja, eventualmente a família vai a restaurantes, sozinha, ou com outros casais. Samanta e Lúcio gostam de fazer churrasco em casa para os/as conterrâneos/as e também frequentam as suas casas. Quando eu entrevistei o casal, em junho de 2014, a família planejava tirar duas semanas de férias, no mês seguinte, nas praias da Flórida. Até então, Samanta e Lúcio tiravam uma semana de férias por ano.

Ao perguntar a Samanta e Lúcio sobre os principais problemas enfrentados no destino, cada um/a apontou para fatores diferentes. Para Lúcio, como a maior parte dos/as imigrantes sem documentos, a falta desses se constitui o maior obstáculo, segue sua fala:

Hoje é a falta do documento, não para mim, porque eu tenho a *Social Security Number*, tenho a *Drive License*, só não tenho o *Green card*. Mas a Samanta não tem. Então ela vive a tensão todo dia, isso é muito desgastante! Tudo é no meu nome, se acontece alguma coisa [Samanta ser abordada por policiais no trânsito, como aconteceu por duas vezes] eu que tenho de arcar, tenho que ir na frente (Lúcio).

Dentre os problemas apontados por Samanta, em relação à vivência na condição de imigrante, se destaca, além do distanciamento entre o casal, as saudades de familiares que ficaram no Brasil e o que ela denomina de “falta de calor humano”, ela não se refere somente as pessoas nativas. Eu a perguntei se ela não encontrava esse “calor humano” nos/as conterrâneos/as com os/as quais convive, sua resposta: “Não. Aqui você é o que você tem. Não sei se você escutou isso por aí. Aqui se você tem [condição financeira estável] a sua casa fica cheia, se você não tem, você não tem amigos, aqui as pessoas esfriam” (Samanta).

Como as/os demais entrevistados/as, a exceção de Vinícius sobre quem eu relatei no segundo capítulo, ela e Lúcio não participam de qualquer associação brasileira. Samanta cultivava amizades com conterrâneos/as que frequentam a mesma igreja que ela. A igreja se constitui um importante espaço de sociabilidade, é onde ela encontra apoio nos momentos difíceis que enfrenta, sobre esse aspecto, lemos:

A igreja é tudo, a minha questão de fé; de confiança; de buscar estar ali no convívio com as pessoas, apesar de ser uma vez só por semana, no domingo, que eu vou. A igreja influencia muito nos seus momentos de tristezas, de vez em quando alguém te liga, pergunta por que você não foi à igreja, pergunta o que está acontecendo, eu me sinto acolhida (Samanta).

A convivência de Samanta com as pessoas nativas se resume às suas patroas, sobre tal, ela relatou: “nossa relação é meio de longe, elas [as patroas] estranham muito o jeito da gente. Nós fazemos rodeio para dizer as coisas, elas não: isso é isso e acabou. Às vezes eu acho bom porque é sem rodeio, isso é isso e pronto, doa a quem doer, não tem aquela voltinha, o jeitinho que nós damos”. As pessoas de outras nacionalidades e as nativas com as quais Lúcio convive

são colegas de trabalho, com quem ele eventualmente sai, e de vez em quando se visitam. Ele mantém boas relações com tais colegas, mas não chegam a ser “amigos/as íntimos/as”.

Samanta salientou que apesar das conquistas materiais e as possibilidades de consumo, ela não considera que ter imigrado valeu a pena. Como dito anteriormente, ela perdeu os pais e estava distante, trancou a matrícula na faculdade e se arrepende muito de tê-lo feito, nos seus termos: “foi um sonho que ficou para trás”. Ela valoriza muito as datas festivas, dia dos pais, páscoa, natal e etc., mas Lúcio não gosta de comemorá-las e Samanta se ressentiu disso. A fala a seguir resume sua perspectiva: “temos uma trajetória de muitas lutas e muitas vitórias, mas se fosse pra hoje eu imigrar, começar tudo de novo, eu te diria que eu não faria. Por que não vale a pena, com todas as vitórias, com bens materiais eu acho que nós perdemos o convívio de família” (Samanta). Lúcio disse apenas que valeu a pena ter migrado, pois lá ele consegue oferecer uma vida confortável à família.

Quanto aos planos de retorno ao Brasil, o discurso de Lúcio foi um tanto ambíguo, primeiramente ele afirmou:

Eu falo com a minha esposa: todo mundo fala que o Brasil tá bombando, que o Brasil tá crescendo. Eu não me sinto confortável em ir. Uma: da minha parte eu acho que é ser um pouco covarde não querer ir. Eu já estou longe da sociedade brasileira há vinte anos. Ninguém me conhece lá mais, eu não tenho laços de amizade lá mais. Quem vai ser o Lúcio lá na cidade de Valadares? Um migrante, eu vou chegar lá e ser um migrante dentro da minha própria cidade, então isso dá medo. Aqui não, minha vida é aqui.

Por outro lado, ele também asseverou que não quer passar a velhice nos Estados Unidos, enquanto Rafaela, sobre quem eu abordei acima, quer voltar o Brasil na velhice, pois considera que nos Estados Unidos as pessoas da terceira idade são muito solitárias, Lúcio enfatizou outro tipo de temor, nas palavras dele: “eu penso que o Brasil vai mudar, porque a minha velhice eu pretendo viver no Brasil. Porque envelhecer aqui, sem dinheiro, só com a aposentadoria, você nunca vai parar de trabalhar. Você vai no *stop shop* e vê muitos velhos trabalhando, a aposentadoria aqui é uma miséria”.

Mesmo indocumentada, Samanta não pretende retornar ao Brasil, ela assegura que a sua vida é nos Estados Unidos. Sua filha nasceu lá, ela acha que a menina não se acostumaria no Brasil. Samanta sente-se mais segura morando no destino e acredita que se for pega pela imigração dificilmente será deportada por ter uma filha norte-americana. Seu sentimento de segurança que vai de encontro à notícias veiculadas pelos meios de comunicação, a exemplo de um artigo publicado em um jornal eletrônico de 04 de março de 2014 que dizia: “somente no primeiro semestre de 2011, mais de 46 mil pais de cidadãos norte-americanos foram deportados dos EUA, segundo um relatório emitido pelo Applied Research Center, um grupo de defesa da justiça racial” (<http://www.brazilianvoice.com/> acesso em 21/12/2014).

Por fim, eu perguntei o que lhes vêm à mente quando pensam no Brasil e mais uma vez as respostas foram distintas. Samanta - diferentemente de outras pessoas colaboradoras da pesquisa que quando solicitadas a dizerem o que lhes vêm à cabeça quando pensam no Brasil realçam aspectos negativos, como violência, instabilidade da política econômica e etc. - afirmou: “a primeira coisa que me vem à cabeça é o carnaval é festa! Eu tenho muita saudade disso! Da comidinha de domingo, aquela maionese, a macarronada, é disso que eu tenho saudade” (Samanta).

Lúcio ressaltou “muita decepção com o país”, a falta de investimento em educação, o tão conhecido “jeitinho brasileiro” que ele entende como o hábito de fazer “trapaças”, as leis que na sua visão, só se aplicam a quem é “pobre e não é doutor”, para ilustrar, Lúcio criticou os vários escândalos políticos enfatizados pela mídia “acabados em “pizza”.

Os relatos de Samanta e Lúcio expressam as marcas das diferenças de hierárquicas de gênero e apontam para a agência como um elemento constituinte dessas relações. Se Lúcio exercer algum poder sobre a companheira ele não o faz completamente. Samanta assume diferentes posições no interior de um discurso normalizador de práticas e de identidade de gênero.

Levando em conta o investimento em diversas de Samanta posições de gênero oferecidas pelo contexto cultural, ora ela manifesta uma posição denominada por ela de “submissão” expressa na prestação de contas dos seus rendimentos ao companheiro, a quem ela, inclusive, atribui à qualidade de “cabeça” e “chefe” da casa, entretanto, omitindo do

companheiro seu ganho real. Ora ela é contundente ao dizer que sempre “tomou a frente” quanto às diversas decisões, inclusive conseguindo emprego para o companheiro. Lúcio por seu turno, parece se posicionar como aquele que detém o domínio no interior da relação. Se em muitos aspectos do seu discurso ele demonstra exercer poder – gerenciando a conta conjunta, não se responsabilizando pelas tarefas domésticas e etc. -. Samanta, por seu turno, mostrou-se capaz de resistir na obediência. Sua posição, aparentemente subalterna a motivou a planejar estratégias que lhe garantam autonomia.

Finalmente, tratarei, na próxima seção, do último casal que analisarei nesta pesquisa: Sônia e Josias.

6- Sônia e Josias

Eu sentia que tava ocupando a função dele. A gente criar filho sem o pai é difícil, com o pai às coisas já são complicadas, imagina sem o pai! Portanto, se fosse hoje pra ele ir pra lá hoje se fosse o caso, ou iria todo mundo ou não iria ninguém. (Sônia)

Por que (...) a mulher acha que tá você lá longe e não ficou sozinho. É sobre isso aí. Eu tive que provar pra ela que não era nada daquilo, e graças a Deus, hoje a gente vive muito bem. Em termos de distância acontece muita desconfiança. (Josias)

A colaboração de Sônia com este trabalho ocorreu no início de uma noite, em 2013, em sua casa em Governador Valadares. Eu fui até lá para entrevistar Josias e marcar uma data para conversar com ela. Ele, porém, se atrasou e precisou trabalhar até mais tarde. Ela se propôs então a me conceder a entrevista enquanto seu marido não chegava. Após entrevistá-la, na mesma noite, conversei com Josias. O resultado das colaborações se segue abaixo.

Sônia tem 34 anos, se considera parda e não completou o ensino fundamental. Josias tem 46 anos, se autodefine branco e também não completou o ensino fundamental. Ambos são evangélicos. O casal tem três filhos/as, o mais velho – fruto de outro relacionamento de Sônia – tem 20 anos, uma adolescente de 17 anos e um menino de 14 anos.

Antes de migrarem, em 2004, Josias era estofador. Os três salários mínimos que recebia eram administrados por ele e Sônia pouco interferia. Ele tinha uma moto e o casal vivia em uma casa recebida de herança dos pais de Sônia. A relação de gênero entre eles era ancorada na ideia corrente de que ao homem cabe o trabalho remunerado e a manutenção da família, enquanto a mulher trabalha em casa e cuida da prole. Nos termos de Josias:

Sônia cuidava da casa e dos meninos, mas eu sempre levantava cedo e preparava o café da manhã pra eles. Eu ia ao supermercado e comprava tudo o que precisava para a minha família. Toda vida eu olhava isso, agora que ela vai comigo no supermercado depois que eu cheguei dos Estados Unidos. Mas, antes, era sempre eu que olhava, quando ela assustava, eu tava chegando com as coisas. Eu nunca ajudei em nada em casa, nunca lavei nem uma vasilha (Josias).

Sônia concorda com a fala de Josias nas seguintes palavras:

As crianças ficavam por minha conta, ele saía de manhã e chegava à noite. (...). Eu até cheguei a trabalhar fora, a olhar uma senhora idosa, eu fiquei uns dias ele falou: “você tem que ficar é aqui dentro de casa se não a casa vira bagunça, por causa das crianças”, aí eu deixei o emprego (Sônia).

A vida social do casal antes de Josias emigrar incluía idas semanais à igreja evangélica e, aos fins de semana, eventualmente, a família frequentava alguma lanchonete. Josias cultivava o hábito de beber aos fins de semana. Segundo ele: “eu tô vivendo mais agora. Naquela época eu não divertia (...) final de semana eu bebia cerveja, saía sozinho sem minha família. Eu vegetava e não vivia”. Contudo, Sônia assegura: “antes dele ir, ele bebia. Bebia só nos finais de semana, mas bebia. Mas nem por isso ele deixava a gente passar necessidade, ele olhava dentro de casa primeiro e o que sobrava ele ia e bebia a cerveja dele”. Em decorrência da prática de beber, o casal se desentendia muito. Sônia insistia que ele abandonasse o hábito e Josias reagia verbalmente.

A motivação pela migração era adquirir uma casa num bairro melhor e garantir o futuro dos/as filhos/as. Sua opção pelos Estados Unidos relacionava-se à conexão com sua

rede social de amigos e parentes naquele país, bem como pela crença, por parte dele, de que lá seria mais fácil e rápido alcançar seus objetivos.

Para efetivar a viagem, Josias contava com dois problemas: primeiro, ele precisava convencer Sônia, que era contra a ideia da migração, a apoiá-lo. Em segundo lugar, ele precisava de recursos que seriam levantados com a venda da casa que Sônia havia recebido de herança dos pais. Uma parte do dinheiro seria usada no financiamento da viagem e a outra serviria para organizar a vida por aqui até ele se estabelecer nos Estados Unidos. Porém, o álcool era o grande obstáculo a ser superado, pois sua companheira não acreditava que ele obteria sucesso na aventura de migrar em decorrência da bebida.

Sônia elencou outros dois motivos que a levou, em princípio, a não apoiar o sonho de Josias: ela temia criar as crianças sem a presença do companheiro e tinha medo de Josias se acostumar com a vida no destino e abandonar a família no Brasil. Sônia não pensava em migrar, porque os filhos/a ainda eram crianças e ela considera que: “não tem dinheiro que pague um filho ser criado sem pai e mãe” (Sônia).

Entretanto, diante da insistência do companheiro, Sônia que, em muitos aspectos, se submetia às exigências do companheiro, acabou se convencendo a apoiá-lo, mas se posicionou de maneira firme e exigiu que ele parasse de beber, caso contrário ela não venderia o imóvel. Segundo ele:

Sônia dizia: “meu marido bebe, eu não vou soltar dinheiro na mão dele, senão ele vai beber de novo vai ser deportado”. Aí eu falei: vou parar de beber para ela depositar mais confiança em mim. Aí, nossa convivência melhorou muito e acabaram as discussões dentro de casa (Josias).

Sobre a venda da casa, Sônia se expressou assim: “eu vendi a casa e pus o dinheiro na mão dele (...) já que não tem jeito, corre atrás do seu sonho e fui pro aluguel. Ele parou de beber antes de ir, eu só dei um empurrãozinho”. Assim, a migração tornou-se um projeto familiar. O casal negociou e decidiu que apenas Josias emigraria e sua companheira ficaria em Valadares criando os/a filhos/a e administrando as remessas enviadas.

O desejo de emigrar foi despertado em Josias, assim como ocorre com tantos/as migrantes valadarenses, pelas notícias que chegavam do destino, narrando o sucesso de seus parentes e amigos que se engajaram no projeto migratório. Adicionado a isso, ele relatou a cobrança dos/as filhos/as – mesmo sendo ainda crianças – de que o pai comprasse um carro. Josias também sonhava em se mudar do bairro onde a família morava. Em decorrência da presença de traficantes, ele considerava o local inadequado para se criar filhos/as adolescentes. Para ele, “eu escolhi os Estados Unidos porque era mais rápido pra ganhar dinheiro do que Portugal”. Ele havia tentado, sem sucesso, migrar para Portugal nos anos 90, quando era solteiro.

Ao perguntar a Josias qual era a sua opinião sobre o Brasil antes de migrar, ele asseverou: “eu achava que o país era bom”. Mas, no decorrer da entrevista ele, contraditoriamente, expressou o seguinte:

Os meninos tavam crescendo e cobravam da gente: “Ô pai, eu quero morar numa casa boa”, “eu quero ter um carro”. E aqui eu não tinha condições de ter o que eu tenho hoje, eu podia trabalhar vinte anos aqui no Brasil que eu não teria o que eu tenho hoje.

Sua companheira, de maneira similar, porém, sem associar a situação da cidade com a do país, afirmou: “Infelizmente aqui em Valadares não tem emprego, se tivesse meu marido não teria saído daqui” (Sônia).

Conforme dito acima, Josias saiu do Brasil em 2004. Ele planejava trabalhar durante três anos no destino, mas reconsiderou o projeto inicial e viveu por cinco anos lá. As razões para esse replanejamento são expressas por Sônia:

Ele queria uma casa pra morar mais pra cá [num bairro mais próximo ao centro da cidade]. Mas também queria comprar casas de aluguel e ter uma estabilidade melhor. Ele foi vendo que três anos era pouco tempo (Sônia).

Josias migrou via fronteira mexicana e ficou detido durante quatro meses em um presídio chamado Santa Isabel, no Texas. Esse foi um período muito difícil para Sônia que, além de preocupar-se com o marido, temia pela sobrevivência da família, já que não tinha

trabalho remunerado. Eu pedi a Sônia que me falasse mais sobre o período em que Josias ficou preso e como ela havia lidado com esta situação:

Eu fiquei magra e a minha vida era só chorar. Quando ele saiu deixou cinco meses de aluguel pago e ele ficou quatro meses preso. Eu ficava com medo do aluguel vencer e eu ia pra onde com os meninos? Eu tinha o meu salário, era salário mínimo [ela não especificou a origem desse salário] então eu mantinha eu e os meninos, pagava água e luz, mas, se fosse pra pagar um aluguel já não dava. Eu preocupava com ele lá dentro [da prisão]. Eu tinha medo de alguma coisa acontecer com ele lá, e como ele não falava o inglês então, eu ficava preocupada. Eu entrei em depressão e precisei tomar remédios (Sônia).

Enquanto esteve encarcerado, Josias trabalhava no presídio e recebia um dólar por dia. Com o dinheiro ele adquiria, aos fins de semana, um cartão telefônico, com cinco minutos de créditos, que usava para ligar para casa. Antes de migrar, ele fez contatos com outras pessoas no destino para recebê-lo. Contudo, com a prisão, essas pessoas por também serem indocumentadas temeram acolhê-lo. Deste modo, após a soltura, ele ligou para um amigo brasileiro com cidadania americana que o acolheu em Boston e arranjou, através de um irmão, seu primeiro emprego. Ele morou por duas semanas com o amigo e seguiu para Milford, em New Hampshire – Nova Inglaterra – onde morou durante cinco anos.

Ao aportar nos Estados Unidos, Josias acionou sua rede de amizades para conseguir os documentos – forjados – que lhe permitissem trabalhar no país. Em suas palavras:

Eu só tinha a roupa do corpo, meus amigos me deram roupas. Eu não tinha documentos e comprei três documentos falsos. Um *Green Card*; um Social Security e uma carteira de motorista. Eu dirigia e trabalhava com essa documentação (Josias).

Logo que chegou ao destino, Josias trabalhou cortando grama e limpando campo de golfe. Posteriormente, ele conseguiu emprego numa fábrica de papel e num restaurante. Na fábrica, Josias atuava das sete da manhã às três e meia da tarde, ganhando oito dólares por

hora. Às quatro horas ele entrava no restaurante e saía à meia noite. Josias dividia um apartamento com outros quatro homens. Sobre os empregos, ele narrou o seguinte:

Eu ganhava oito e cinquenta a hora no restaurante. Na fábrica era assim: quanto mais tempo você trabalhar mais você ganha. De ano em ano subia cinquenta *cents*, sabe? Com um ano que eu trabalhava lá, eu já ganhava oito e cinquenta, com dois anos eu ganhava nove, três anos eu já ganhava nove e cinquenta, quatro anos eu já ganhava dez, e quando eu saí, ganhava dez e cinquenta. Eu não tinha domingo. Eu amanhecia o domingo no restaurante, tinha um restaurante que eu trabalhava sexta, sábado e domingo. Amanhecia o sábado, ia pra casa, dormia um pouquinho voltava às cinco horas da tarde e amanhecia o domingo (Josias).

Inicialmente, ele chegou a trabalhar cento e dez horas semanais. “Eu dormia duas horas da manhã e acordava as seis (Josias)”. Durante o período em que Josias acumulou os empregos descritos acima, ele auferiu três mil dólares ao mês. Como a fala acima permite perceber, Josias não tinha atividades de lazer nos Estados Unidos. Ele trabalhou ininterruptamente durante cinco anos e não conheceu nem as cidades mais próximas da região onde viveu. Os momentos de folga eram aproveitados para comprar presentes para os/a filhos/a e enviar ao Brasil.

Segundo Josias, o principal problema enfrentado nos Estados Unidos era a saudade da companheira e dos/a filhos/a. Ele não gostava do país, pois “o pessoal só falava em dinheiro”. Na sua assertiva: “era difícil escutar uma pessoa falar em Deus, só via falar em Deus quando eu tirava um tempinho, de vez em quando, e ia à igreja” (Josias). Como não dominava a língua local, para melhorar suas possibilidades de comunicação, ele diz: “eu comprei um livrinho [dicionário] de inglês/português e aprendi arranhar um pouco de inglês, só pro gasto”.

Josias fazia sua alimentação às noites após chegar do trabalho e, para “matar as saudades do Brasil eu assistia a [TV] Globo” (Josias). As pessoas com as quais convivia eram brasileiras e solteiras, ou cujas companheiras haviam ficado no Brasil. Josias também não participava de nenhuma associação de brasileiros/as. Os/as nativos/as ou pessoas de outras nacionalidades com as quais convivia eram colegas de trabalho. Sua opinião sobre as pessoas nativas com as quais trabalhava o leva a elaborar estereótipos aos quais ele aos

estadounidenses de forma geral: “Cê não pode considerar americano como amigo, eles são muito falsos, cê vira as costas e eles riem de você. Eu não tinha eles como amigos, eu ficava sempre com um pé atrás, mas tinha uma relação boa com o meu patrão”(Josias).

Enquanto Josias esteve lá, o casal se comunicava diariamente via telefone e uma vez por semana eles se falavam via MSN, pois Josias não tinha computador em casa e usava o do vizinho. Sônia afirmou que o relacionamento deles era tranquilo, sem desconfianças. Ele enviava remessas para o Brasil e Sônia as administrava:

Muitas vezes, ele falava o que era pra fazer, muitas vezes eu falava. Por exemplo, eu falava: “eu tenho que comprar cerâmica para por na cozinha, eu quero fazer isso”, aí ele: “tá pode fazer eu vou mandar o dinheiro tal dia pra você”, então, era assim (Sônia).

Eu indaguei sobre a participação de Josias na vida das crianças, durante o tempo em que ele esteve no destino. Segundo Sônia, ele era um pai “presente”, diariamente ele falava com os/a filhos/a, no entanto, as decisões – quanto à escola, consumo, limites – ficavam sob o encargo da mãe. Josias concorda, ao dizer:

Eu conversava com eles, puxava as orelhas por computador ou por telefone, falava para obedecerem à mãe. A Sônia decidia onde eles iam estudar, me falava, eu mandava o dinheiro. Ela quis colocar o [filho] numa escolinha, pra fazer o pré, me falou pra mandar seis meses de mensalidade adiantada e eu mandei (Josias).

Os relatos apresentados até aqui são ilustrativos da transformação do posicionamento de gênero de Josias e Sônia. Antes de Josias partir, Sônia sequer era consultada sobre as compras para a manutenção de sua casa. Como seu companheiro havia afirmado acima, quando ela “assustava” ele estava chegando do supermercado. Agora ela administra as remessas, decide sobre os rumos da vida dos filhos e negocia com o companheiro onde investir o dinheiro.

Enquanto o companheiro esteve imigrado, Sônia não saía para se divertir. Conforme já relatado, ela temia as fofocas e, por isso, preferia ficar em casa. Perguntei a ela o que lhe vinha à cabeça quando pensava naquele período. Ela respondeu que, em decorrência das dificuldades que ela e as crianças enfrentaram na ausência do pai e marido, “se fosse para ele ir hoje, teria que ir nós todos senão eu não ia apoiá-lo”. Os/as filhos sentiam muito a falta do pai. Na escola, as crianças falavam com a filha mais velha, na época com oito anos, que seu pai não ia retornar, que ele a havia abandonado. Mesmo ele ligando todos os dias para os/as filhos/as, a menina se sentia insegura e sofria bastante com a situação. A sogra de Sônia a culpava pela imigração do companheiro e, conseqüentemente, pelos problemas enfrentados pela família. Sônia relatou a grande dificuldade enfrentada quando Josias estava emigrado:

Eu tinha que atuar nos dois lados. (...) tipo assim: eu mexia com construção (...), eu tinha que olhar pedreiro, fazer pagamento de pedreiro, vir em casa fazer comida mandar menino tomar banho pra ir pra escola, fazendo as duas funções. Eu sentia que tava ocupando a função dele. A gente criar filho sem o pai é difícil, com o pai às coisas já são complicadas, imagina sem o pai! Portanto, se fosse hoje pra ele ir pra lá hoje se fosse o caso, ou iria todo mundo ou não iria ninguém (Sônia).

Mesmo tendo tido sucesso na condução da vida na ausência do marido, Sônia parece operar com um tipo de posicionamento de gênero que marca fortemente as atribuições diferenciais de homens e mulheres, deste modo, ao desempenhar atividades normatizadas como masculinas e aliá-las as práticas convencionadas como femininas ela se sentia não somente sobrecarregada, mas também sofria com a situação, qualificada por ela como “muito dolorosa”.

Em contradição com a fala inicial de que não havia desconfiança na relação entre os dois Sônia afirmou: “sempre havia a conversa de que ele não ia voltar (...) então eu sempre ficava com um pé atrás, por que quando ele saiu ele falou: “ vou prá lá e com três anos eu tô voltando”, desses três anos ele ficou cinco, cinco anos e quatro meses”(Sônia). Esse trecho do seu relato mostra a insegurança e os conflitos internos que a acometiam. Conforme vimos com Machado (2004), os telefonemas, as remessas e presentes enviados são importantes na manutenção dos vínculos, mas são fracos substitutos da presença do companheiro.

Sobre a “convivência” à distância com a Sônia, Josias se expressou assim:

Foi difícil mesmo! De longe tudo é mais difícil, né? Mas a convivência era boa (...). Eu sentia muita saudade! A gente se comunicava por telefone e não falava só de dinheiro, era beijo por telefone também. Mas, não é igual tá junto, tá perto, né? (...). Não é só eu e minha esposa, a maioria dos casais que vai pra lá se distancia. A distância separa muitas pessoas, cê tá me entendendo? A pessoa vai ficando mais longe do outro (...), como eu te explico? Aí você chega e tem, muitas vezes, de reconquistar tudo de novo (Josias).

Pedi a ele que falasse um pouco mais a respeito:

Por que (...) a mulher acha que tá você lá longe e não ficou sozinho. É sobre isso aí. Eu tive que provar pra ela que não era nada daquilo, e graças a Deus, hoje a gente vive muito bem. Mas, em termos de distância acontece muita desconfiança, a gente fica com muita saudade. Tá conversando de longe, no telefone, e cê quer tá perto e cê não tá perto (Josias).

O discurso de Josias vem ao encontro de outras falas já apresentadas neste estudo, como a de Lucas, por exemplo, ao realçar que os contatos telefônicos, ainda que diários, não garantem a proximidade do casal que acaba se distanciando. Outro fato interessante diz respeito à desconfiança de Sônia quanto à fidelidade do companheiro em contraste com a confiança sentida por ele em relação a ela. Uma maneira de se interpretar tais posicionamentos é levar em conta o investimento de Sônia em uma posição de sujeito – praticamente não ter atividades de lazer e só sair de casa para resolver questões ligadas à construção das casas – para evitar fofocas. Ao passo que em relação à Josias o controle social inexistia, aliado ao fato de que a masculinidade em nossa sociedade é construída em íntima relação com o exercício livre da sexualidade.

Passados cinco anos, Josias retornou ao Brasil, pois havia realizado seus sonhos e por causa da família. O casal investiu na casa onde mora, construiu outras duas casas em baixo desta para alugar e comprou uma quarta casa em outro bairro.

O principal problema vivenciado por Josias foi reconquistar sua esposa. Segundo ele:

A Sônia tinha se acostumado sem mim (...). Vou falar com você, nos primeiros meses foi um pouco difícil. Mas, depois, graças a Deus tudo normalizou. A distância um do outro, separa tá entendendo? Não muito por parte do homem, mas da mulher né? Bicho homem pra ele é fácil, mas mulher, eu quero dizer, eu acho mulher mais frágil (Josias).

Você acha que ela teve mais dificuldades em readaptar-se à sua presença? Eu perguntei.

Com certeza. Ela sofreu muito cuidando dos meninos e dos negócios todos, e foram cinco anos sem eu, né? De repente eu cheguei (...), muitas vezes eu chegava [e tentava reaproximar-se sexualmente] e ela dizia não ou talvez né? Mas, foi rápido. Seis meses já tava tudo bem. (...). No início nada é mar de rosa. (...) eu era mais ignorante, não partiu dela não, eu com aquela ignorância toda foi minha com ela (...). O bicho homem é muito ignorante (Josias).

A desconfiança de Sônia em relação ao comportamento sexual do marido enquanto ele esteve migrado a deixava insegura e conseqüentemente ela rejeitava a aproximação do companheiro. Mas chama a atenção, na fala de Josias as frases: “bicho homem para ele é mais fácil”, “eu acho mulher mais frágil”, “o bicho homem é muito ignorante”, essas expressões remetem a naturalização de determinadas características atribuídas a homens e mulheres ligadas à pretensa essência masculina e feminina, sobre as quais já abordei anteriormente. Ao se autoqualificar ignorante, Josias quer realçar a insensibilidade muitas vezes presente na sua insistência para que a companheira retomasse rapidamente a relação conjugal/sexual. Em nenhum momento de seu relato Sônia fez qualquer menção sobre os aspectos destacados por Josias.

Após voltar, Josias retornou a profissão de estofador. Ele continua administrando o dinheiro e Sônia trabalhando em casa e cuidando dos/a adolescentes. Segundo ela, o marido trabalha para saldar as contas mensais, mas nas suas palavras: “eu é que penso mais nas coisas”. Ela se refere a decisões sobre consumo e investimentos. Foi ela a sugerir a troca do

carro e sempre parte dela outras sugestões quanto à aquisição de bens e investimento na educação dos/a filhos/a, fatores que sinalizam para uma transformação do seu posicionamento em termos de construções de gênero.

Ele afirmou que se tornou mais solícito em relação aos trabalhos domésticos e para ilustrar ele fez o seguinte relato:

Depois que eu cheguei dos Estados Unidos eu *ajudo* em casa, lá eu aprendi lavar vasilha, então sempre eu *ajudo*. (...) Às vezes num domingo, de vez em quando, ela pede para eu temperar a carne *pra ela*, outro dia pediu pra eu assar a carne *pra ela* eu assei. Eu fico o domingo todinho em volta dela, enchendo o saco, entendeu? Ela enjoa de me ver e manda eu sair [risos]" (Josias) (Grifos da autora).

Neste ponto da conversa, Sônia passava pela sala e interferiu se dirigindo ao marido: “agora é você que vai comigo no supermercado”. E Josias respondeu: “Agora é ela que dirige o carro, eu que vou com ela, antes eu ia sozinho [ao supermercado]. Ela tá me descansando (risos)”. As transformações no posicionamento de Josias quanto ao seu relacionamento com Sônia parecem, num primeiro olhar, menos marcadas se comparadas às mudanças nas posturas de Sônia. Entretanto, os relatos de ambos permitem perceber que a relação de poder entre eles tornou-se mais simétrica. Hoje, Sônia se coloca de maneira mais ativa se comparado ao período anterior à migração de Josias.

A adaptação dos/a adolescentes ao pai foi imediata, em contraste com Mauro e Carla, o primeiro casal analisado, Josias afirmou: “não é porque eu fiquei cinco anos longe dos meus filhos, que eu perdi a moral com eles. Eles me respeitam do mesmo jeito de antes”.

Quanto às atividades de lazer atuais, Josias assegurou: “Hoje eu sei o que é passear com minha família num carro, eles têm total confiança em mim, se [querem] comprar um lanche no final de semana ou um sorvete (...) eu posso pagar. Não sou mais aquele beberrão de antes” (Josias). Conforme se pode notar, ter parado de beber é considerada uma grande conquista. Josias mencionou o fato várias vezes ao longo da nossa conversa.

Josias considera que o Brasil melhorou muito nos cinco anos em que ele esteve fora. Ele elogiou o desempenho da atual Presidenta sem, no entanto entrar em maiores detalhes. Eu perguntei a ele sobre o significado da sua vivência migratória: “se eu tivesse um pouquinho da experiência dos Estados Unidos que eu tenho hoje, eu nem tinha ido embora não”. Quando perguntei se ele havia se arrependido de ter emigrado, ele afirma:

Não. Valeu a pena. Mas se eu tivesse a cabeça que eu tenho hoje eu não tinha deixado meus meninos. Eu deixei meu mais novo com cinco aninhos de idade e a menina com sete, isso dói muito! Só quando a gente chega lá e pisa naquela terra é que pensa: aí meu Deus! O que eu fiz? Mas, eu já tava lá dentro. Ajoelhou tem que rezar né? A família da gente é muito importante dinheiro não é tudo não (Josias).

Considero relevante o posicionamento de Josias em relação ao seu/sua filho/a. Anteriormente, mencionei o quanto a identidade das mulheres é comumente construída para a realização na maternidade e o quanto muitas vezes elas se sacrificam em nome dos/as filhos/as. A multiplicidade de discursos de feminilidade e masculinidade difundidos socialmente oferecem possibilidades diversas de se posicionar no interior destes. Se Mauro, por exemplo, não se sentiu impelido a voltar ao Brasil necessariamente por causa dos filhos, mas o fez motivado pelo desejo de Carla, Josias, assim como Lucas, aparenta um grande apego afetivo a seus filhos. Ao migrar, ele rompeu com códigos instituídos socialmente sobre o que se entende por um pai presente – creio que tais códigos são muito mais rígidos em relação às mulheres – criando nele um sentimento de dor por ter “perdido” parte da infância das crianças.

Por fim, Josias e Sônia consideram que a vivência entre eles é muito boa e que a migração dele não influenciou negativamente seu relacionamento. Nos termos dele: “eu ganhei experiência de vida. Cê fica num lugar daquele lá, a gente aprende a dar mais valor ao Brasil da gente”. Ambos – Josias e Sônia – enfatizam o quanto as conquistas materiais foram significativas para a família.

Os relatos apresentados demonstram que a participação nos fluxos migratórios de Valadares para os Estados Unidos acarreta em alterações, no que tange as dinâmicas de

gênero entre os casais. Carla, aparentemente muito submissa ao companheiro, demonstra atitudes de agência ao assumir um posicionamento de condutora moral da família, convencendo seu companheiro a frequentar a igreja e deixar seus vícios. Além disso, foi ela a decidir pelo retorno do casal ao Brasil. Aqui, contudo, ela se sente insatisfeita com a vida que está levando, sem independência financeira e dúvida entre o desejo de ficar com as/os filhas e de retornar para o país de acolhimento. Mauro, mesmo se posicionando no interior de um discurso de gênero tradicional, mudou algumas de suas práticas, tornando o relacionamento do casal, na avaliação de ambos, muito melhor.

O discurso de Rose e Túlio também confirmam este fenômeno. Mesmo considerando que as mulheres devam se dedicar à casa e os homens à provisão material do lar, o fato de viverem imigrados/os o leva a resignificar tal posição. Ângela e Vitor valorizam a experiência migratória, pois diferentemente de Lucas, para o casal a imigração foi responsável por laços mais estreitos entre os dois. Entretanto, mesmo tendo se tornado mais colaborativo com os cuidados com os filhos, Vitor ainda deixa as responsabilidades da administração da casa com sua companheira. De qualquer maneira, o relacionamento do casal sofreu alterações positivas com a imigração e essas se refletem no retorno. É importante destacar que este casal se encontra em uma posição de classe diferenciada da maioria dos casos aqui analisados. Ângela pôde fazer cursos de idioma antes e depois de migrar, o que facilitou sua saída do nicho de trabalho doméstico tão comum às brasileiras. Me chamou a atenção o fato de seu companheiro ter relatado que um dos estranhamentos vivenciados nos Estados Unidos foi o fato de tornar-se subalterno a alguém, pois, em suas palavras, nunca havia sido “mandado”.

Raul e Patrícia tinham, na avaliação dela, uma relação de gênero mais igualitária nos Estados Unidos. Ambos se responsabilizavam com o cuidado com a casa e ele a “ajudava” a cuidar da família. Ela avalia positivamente a vivência no país receptor enfatizando a independência financeira lá conquistada. Para Raul, a melhoria nas condições econômicas foi um elemento de certo modo negativo, pois ele teria “se deslumbrado” e procurado a companhia de outras mulheres, fato que atribui ao desinteresse sexual da companheira. O discurso de Patrícia, por sua vez, deixa antever o conflito subjetivo entre ficar num casamento que não a satisfazia devido ao seu sentimento de dever como mãe e esposa e o desejo de sair da relação. Atualmente, o casal está separado.

Eu gostaria de realçar a aparente contradição entre a avaliação de Patrícia e a dos/as outros/as entrevistados/as. Ela se sentiu mais livre para se separar ao retornar ao Brasil, enquanto, no capítulo dois, observamos que em geral as mulheres se sentiriam mais autônomas, neste sentido, nos Estados Unidos, principalmente devido à distância da sociedade de origem e da família mais ampla. Acredito que esta seja uma contradição aparente, pois a uma vez que a maior parte da família de Ângela e Raul mora nos Estados Unidos, o que, talvez a tenha impulsionado a requerer a separação no Brasil.

Samanta e Lúcio relatam uma relação de gênero próxima às normatizações mais convencionais. Aparentemente, ela se submete às determinações do companheiro, no entanto, seu relato apresenta várias dimensões de agência. Coube a ela, por exemplo, conseguir trabalho para Lúcio quando ele havia sido despedido. Nas palavras dela, “quem foi conseguindo as coisas sempre fui eu. Ele não gosta de falar”. No caso de Sônia e Josias, a migração dele também impactou a relação de gênero entre o casal. Com a migração de Josias, Sônia administrou as remessas enviadas, gerenciou a construção das casas de aluguel e a que eles moram, cuidou dos/as filhos, assumindo, assim, um posicionamento de gênero bastante distinto do anterior à partida de seu companheiro. Por mais que ela fosse completamente subordinada a ele, Samanta convenceu Lúcio a parar de beber como condição para viabilizar o projeto migratório. Com o retorno dele a Valadares, suas conquistas se mantiveram: hoje ela apresenta um discurso de gênero mais proativo, ainda que a relação de gênero do casal seja bem próxima ao convencional.

Finalmente gostaria de enfatizar a maneira como estes casais optaram por lidar com suas contas correntes conjuntas. Em alguns casos, pareceu-me ser uma maneira de controle da companheira, demarcando a hierarquia de gênero expressa na administração dos recursos pelo homem. Entretanto, nem sempre as mulheres se submetem a tal posicionamento, haja vista a estratégia encontrada por Samanta em omitir de seu marido o quanto ela de fato ganha, impedindo, assim, que ele tivesse controle integral de sua vida financeira.

IV- CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Em vista dos argumentos apresentados, reiteramos ao longo desta tese a importância das redes sociais de migrantes, e do olhar da transnacionalidade como chaves conceituais na interpretação da motivação de valadarenses em aderirem ao fluxo migratório para os Estados Unidos nas últimas décadas do século passado. Focalizamos diversas formas com as quais estes fatores intervêm nas comunidades afetadas, tanto na de origem, quanto na de destino, agindo de forma efetiva em termos de suporte material, logístico, afetivo ou até mesmo espiritual, mas também, muitas das vezes manipulando ideologicamente seus indivíduos.

Na esteira dos parâmetros que se cruzam na configuração do problema, nota-se que tais redes são marcadas por elementos de gênero, etnia e classe social. Daí já se pode pressupor a importância do papel singular da mulher como um fator agregador da família, uma vez que sua presença se materializa nos cuidados com as crianças e adolescentes, que ficam na origem, em Valadares, ao mesmo tempo em que assumem responsabilidades de ordem prática e moral, antes não imaginadas administrando as despesas da casa, a conexão entre os dois locais através de remessas enviadas do exterior pelo companheiro, enfim rearticulando os modelos normativos de gênero e deliberando sobre suas vidas e de seus filhos e filhas.

Por outro lado, uma vez no destino, as pessoas acionam as redes sociais migratórias que as fizeram chegar até lá e/ou outras redes para conseguir por qualquer via que seja, a legalidade no país, ou documentos, mesmo fraudulentos, que lhes permita trabalhar e circular; e neste contexto já se nota uma luta por parte das mulheres, para conseguir para elas mais oportunidades, pela sempre presente demanda no setor terciário de prestação de serviços, por um lado, e por outro, sua tenacidade. Como vimos nos casos de Ângela e Bárbara. O fato é que a experiência mostra como podem se alternar as normas, no que tange ao gênero.

As pessoas quando acionam determinada rede, o fazem muitas vezes marcadas pela sua condição de classe, como vimos no caso de Vitor, que para evitar os riscos implicados na travessia pelo México, optou por migrar via Portugal, na sua opinião, uma alternativa mais segura. No entanto, muito mais dispendiosa financeiramente. As redes são também seletivas quanto à “raça”, o relato de Pedro mostrou o quanto seu fenótipo favoreceu sua inserção em

dada rede para entrar nos Estados Unidos via fronteira mexicana. As mulheres são muitas vezes responsáveis por acionar as redes, fazer os contatos no destino e influenciarem na decisão pela migração seja dos seus companheiros ou do casal.

Pertinente à análise, é mister levar em conta, dentro da visão transnacional que enquadra as redes sociais, a difusão de certos *ideascapes*, conforme Appadurai (2000), ou seja, um aparato simbólico, responsável por veicular um ideário positivo sobre os Estados Unidos e estimular as pessoas a crerem nele, constituindo assim um arcabouço ideológico sob o qual estas queiram se abrigar. Pode-se constatar que este sonho não se trata necessariamente de migrar para qualquer lugar, mas para os Estados Unidos, e tais *ideascapes*, indo ao encontro a uma já sedimentada dimensão cultural que há muito abriga o universo da migração em Governador Valadares, parecem impulsionar ainda mais o desejo das pessoas a viverem “o novo”, paradoxalmente, contudo, já conhecido.

Uma das preocupações que nos moveu, foi perceber como a identidade é mobilizada pelos/as próprios imigrantes; assim, busquei perceber como as pessoas articulam os jogos identitários de diferenciação, e de que forma os usos estratégicos discursivos influem na formação das identidades, manejando o efeito simbólico da diversidade, pró si mesma, como uma prática comum de colaboradores deste estudo. Inspirada pela perspectiva de Eriksen (2006), propus uma inversão da hierarquia diferença/ diversidade, para pensar a segunda como uma articulação positiva da identidade construída pelos próprios migrantes. Pudemos perceber que, em contexto migratório, articulam sua identidade, tendo em vista sua percepção de si mesma, que torna capaz desnudarem-se auto-estereótipos no interior da própria comunidade, bem como os próprios dos nativos/as. Deste modo, ocorrem os críticos processos de identificação ou desidentificação com determinados rótulos difundidos entre eles/as.

Em termos de imaginário, não poderíamos deixar de abordar a sexualização das brasileiras, fenômeno que foi recorrente nas falas das participantes. Esta ideia, difundida pela mídia, é reiterada por muitos entrevistados. Muito embora estes atribuam às mulheres características positivas, como beleza física, asseio corporal, capricho e dedicação, designações que valorizam a diversidade, suas falas também realçaram o “perigo” que a brasileira representaria, uma vez que seriam consideradas “sensuais” e “extravagantes”.

As brasileiras parecem lidar com estas estereotípias de maneiras diversas. Algumas mulheres procuram se distinguir das demais, cuidando, por exemplo, da forma como se vestem, evitando roupas ousadas; outras se indignam com tais rótulos atribuídos a elas; por fim, há aquelas que, estrategicamente, se apropriam desta marca negativa como “diversidade”, numa perspectiva simbólica positiva expressa no “orgulho de ser brasileira”.

É interessante a leitura que alguns homens fazem da mulher americana, e como o termo “vagabunda”, usado algumas vezes pelos/as entrevistados/as, articula significados diferentes quando atribuído às nativas e às imigrantes. A primeira foi assim classificada por supostamente não “gostar de trabalhar”, enquanto a segunda, por ser sexualmente disponível.

Além disso, as pessoas criam um discurso positivo sobre os Estados Unidos em comparação ao discurso crítico elaborado sobre o Brasil, mesmo vivenciando muitas dificuldades naquele país. Por exemplo, nem sempre moram tão bem como fazem parecer no seu discurso, mesmo tendo, de fato, maior acesso às possibilidades de consumo e aos bens públicos – saúde e educação. Sem desconsiderar os ganhos com a migração, perdas também ocorrem, como a distância física da família mais ampla, das companheiras e dos/as filhos/as que ficam na origem, casamentos que se dissolvem, os preconceitos com os quais se lida no destino, ou seja, a vivência migratória impõe muitos sacrifícios. Assim, pareceu-me que, para algumas pessoas, a valorização da vida naquele país pode ser vista também como uma estratégia de justificar a empreitada migratória.

Os homens brasileiros, assim como as mulheres, foram retratados, pelos/as colaboradores/as desta pesquisa, como muito honestos, trabalhadores e alegres, porém, algumas pessoas destacaram certos aspectos negativos atrelados à sua imagem, como o uso abusivo do álcool. Na luta pela construção de suas identidades, as pessoas lançam mão de recursos simbólicos para lidarem com a assimetria de poder em relação à sociedade de acolhimento. Ao se confrontarem com a diferença, elas se constituem positivamente ao se compararem com pessoas de outros grupos, como as americanas e as hispânicas. Elas se apoiam em estereótipos positivos sobre si mesmas, reforçando, assim, que os/as brasileiros/as seriam mais trabalhadores/as, honestos/as e limpos/as. Mesmo as atribuições negativas são apropriadas e resignificadas em sentido positivo, favorecendo o fortalecimento da auto-

imagem do grupo brasileiro que usam estes rótulos, contrastando identidade/diversidade com a diferença.

Ao tentarem articular as percepções de homens e mulheres sobre os casais brasileiros nos Estados Unidos, a ênfase dada pelos entrevistados/as recai espontaneamente na separação conjugal como uma consequência da maior ‘liberdade’ da mulher, a qual conquistara maior independência econômica em relação aos companheiros. Nestes casos, o distanciamento espacial de Governador Valadares, da família mais ampla e das amigas na origem, as quais exercem vigilância social sobre estas mulheres, se mostrou um elemento facilitador do divórcio. Ademais, elas afirmam que seus companheiros não aceitavam seu reposicionamento na dinâmica do gênero. Assim, estas relações seriam desestabilizadas pelo status econômico dessas mulheres no destino, aliado ao distanciamento da terra natal. Deste ponto de vista, o padrão de feminilidade parece mudar, enquanto o de masculinidade parece manter-se, figurando portanto, como vetor do rompimento dos relacionamentos.

Neste trabalho, também foi possível identificar, através dos discursos articulados pelas pessoas entrevistadas, o quanto a inserção dos homens nas dinâmicas migratórias para os Estados Unidos afeta a vida das mulheres que ficam em Governador Valadares, uma vez que elas têm suas vidas controladas socialmente. Neste aspecto, rumores emergem como um elemento importante desta vigilância. As mulheres entrevistadas parecem ser sempre colocadas sob o signo da suspeição. Na medida em que seus companheiros estão distantes, se desconfia da sua fidelidade ao marido, deixando antever uma visão social em que a presença da figura masculina se torna importante na legitimação da reputação das mulheres. Deste modo, os assédios são constantes. Como afirmou Angélica, as pessoas partem do pressuposto de que as mulheres de maridos migrados são “pilantras e traidoras de maridos sofredores”. As mulheres resistem a essa situação de maneiras diversas, algumas introjetam um tipo de comportamento que se presume ser o socialmente esperado, ou seja, evitam circular por locais considerados inadequados que possam aludir avaliações negativas a seu respeito, como uma estratégia para evitar as fofocas que circulam facilmente entre a origem e o destino. Outras não modificam sua maneira de se comportar e continuam frequentando os locais que julgam pertinentes. No entanto, todas se sentem bastante incomodadas tanto com os rumores quanto com o assédio.

Outra questão relevante está relacionada às implicações da migração internacional na vivência de pessoas que se separaram. Inicialmente, quando os maridos emigraram algumas mulheres se sentiam desamparadas, ansiosas quanto ao rumo que suas vidas tomariam. Mas com o passar do tempo, elas se reencontraram, revertendo, assim, seu posicionamento de gênero. A experiência de ter vivido situação de violência no relacionamento com o companheiro apareceu nos relatos de mulheres separadas. A migração do marido, neste caso, favoreceu, ainda que de maneira não intencional, a possibilidade de romper o acordo conjugal o fator que redundou em maior autonomia e auto-estima.

No caso em que se migrou junto ao companheiro, a entrada no mercado de trabalho e a consequente independência financeira, foram importantes para romper com o casamento com um homem violento. Rompimento esse que implica na vivência de inúmeros conflitos especialmente quando o parceiro não concorda em separar-se. As estratégias usadas por tais homens para a manutenção do casamento passam pelas ameaças de violência física, a prática de violência psicológica e verbal. A complexidade do relacionamento do casal se materializa de diferentes maneiras. Houve um caso em que a mulher – Bárbara- se sentia muito incomodada ao assumir a posição de gênero convencionalmente atribuída ao homem – prover a casa- e alia-la às suas próprias. Situação que incorre na ambiguidade de sentimentos: ao ser culpada pelo companheiro por assumir a liderança da família ele introjeta a culpa, mesmo afirmando ter consciência de que não é culpada.

No caso dos homens que se separaram em decorrência da inserção no fluxo migratório, eles realçaram a independência financeira da companheira como um dos fatores que teria influenciado na separação do casal, além da influencia do contexto cultural norte-americano. Enquanto as mulheres parecem reatualizar sua posição de gênero, os homens se mantêm presos às antigas normatizações . Os Estados Unidos também podem figurar como a “terra da revelação”, como denominado por algumas pessoas entrevistadas. Ou seja, o afastamento da sociedade de origem, levaria as pessoas a se sentir mais livres, permitindo a elas tomar atitudes consideradas mais difíceis de ser tomadas no Brasil. Assim, na opinião dos homens, e de algumas mulheres, os padrões valorativos de sociedade de destino aliado à distância da origem e, maior independência financeira das mulheres, seriam elementos facilitadores dos rompimentos dos relacionamentos.

Porém, as mulheres que se separaram levaram muito tempo para fazê-lo – Rafaela, Bárbara e a companheira de Theo -, e somente após tentarem por anos que a relação desse certo foi que tomaram tal atitude. Revelando, que nem sempre o fato de estar numa sociedade diferente, ganhando mais dinheiro do que se ganha no Brasil, leva as mulheres a requererem facilmente a separação. Existem outras questões intervenientes na luta pela manutenção dos relacionamentos, que parece passar pela idealização do casamento perene, concepção presente na construção de gênero feminino que muitas vezes se baseia na abnegação da mulher em favor da família e dos filhos. Sem desconsiderar outros fatores, como as dificuldades de se separar de um companheiro que não deseja o rompimento da relação e reage à essa possibilidade utilizando-se de práticas e discursos intimidadores.

Os casais que se inseriram na dinâmica migratória para os Estados Unidos e permaneceram casados, muitas vezes negociam suas posições de gênero em diferentes sentidos. Muitos mantêm a mesma conta conjunta, a qual o homem administra, mas as mulheres criam estratégias para manterem sua autonomia. Uma das formas de se fazer isso é omitir do companheiro o quanto se ganha, conforme Samanta. Todas as mulheres entrevistadas criaram estratégias de resistência, algumas assumindo o posicionamento de consciência moral da família, como no caso de Carla ao levar o companheiro para a Igreja garantindo que ele abandonasse os vícios tão prejudiciais à relação.

No caso em que apenas o companheiro emigra e o casamento se mantém, o contato com outras normatizações de gênero no destino parece influenciar no rearranjo do casamento. Ao retornar, o homem volta mais disposto a compartilhar, em alguma medida, as tarefas domésticas. Por outro lado, o fato de terem vivido sozinhas na origem, leva as mulheres a assumirem um posicionamento de gênero mais ativo. Com o retorno do companheiro, a relação não volta exatamente aos padrões anteriores, mesmo que, em muitos casos, a assimetria de gênero se mantenha favorável ao companheiro.

Outro aspecto importante diz respeito à dimensão de classe. As pessoas de classe média, como Ângela e Vítor, possuem mais recursos e uma possibilidade de mobilidade maior. Assim, podem se deslocar entre os dois países mais facilmente, mesmo quando não possuem o *Green Card*, como no caso de Pedro. Mesmo tendo migrado em decorrência do desemprego, sua companheira não dependia dele. Os dois empregos dela, aliados aos ganhos

auferidos nos Estados Unidos, possibilitavam que o companheiro viesse todos os anos ao Brasil.

A experiência migratória é vista de maneira diversa pelos/as entrevistados/as. Aqueles, cujos casamentos se mantiveram, tendem a considerá-la válida e satisfatória. Entretanto, as pessoas que se separaram afirmam que a migração foi uma experiência ruim. Mesmo as mulheres que se consideram mais realizadas depois da separação, tendem a interpretar o deslocamento do parceiro de forma negativa. Me refiro aqui às mulheres cujos parceiros migraram e elas não. Parece, no entanto, inegável que “... a migração muda as pessoas (...) ninguém é o mesmo nunca mais” (Lucas), nem quem parte e nem quem fica.

Os relatos coletados neste trabalho corroboram a hipótese de que a inserção de casais valadarenses no fluxo migratório para os Estados Unidos altera os arranjos de gênero e de poder. Entretanto, essas modificações são complexas, e se efetivam de maneiras diversas segundo a história biográfica dos diferentes casais. Conforme Butler (2001), somos produzidos/as e nos auto-produzimos através de atos performativos de reiteração das normas de gênero, porém, essas não nos determinam completamente. Tal assertiva se materializa na vivência das diferentes colaboradoras desta tese. Em várias circunstâncias a capacidade de reflexividade e de resistência se concretizou permitindo que as mulheres se opusessem às relações de poder estabelecidas com os companheiros, usando diferentes estratégias de agência.

A importância das redes, conforme defendem os/as diferentes autores/as apresentados/as nesta pesquisa, bem como mostra a vivência das pessoas colaboradoras deste trabalho é incontestável. Gostaria de destacar aqui dois elementos: primeiro, a importância de certos *ideascapes* na criação/difusão de um imaginário positivo sobre os Estados Unidos, alimentando os sonhos de viver uma vida imaginada antes mesmo de se efetivar o projeto de migrar. Este argumento se ancora nas narrativas de pessoas que enfatizam o desejo de migrar baseadas nas representações simbólicas difundidas sobre os Estados Unidos como um país representante do projeto iluminista, pretensamente livre, onde se pode usufruir do bem estar, ter seus direitos garantidos através da democracia vigente uma maior igualdade para os sujeitos. Entretanto, como demonstraram os/as pesquisadores/as que se debruçaram sobre o

estudo das redes migratórias, as escolhas quanto ao destino não são aleatórias, mas orientadas por estas redes organizadas ou pelos elos informais.

Ademais, é relevante lembrar o quanto as pessoas apesar de toda a percepção positiva que têm do destino, em muitos momentos, destacaram os aspectos negativos de se viver no país, dentre eles a discriminação atribuída aos nativos em relação aos brasileiros/as. Eu não ouvi de nenhuma companheira de migrante que não tenha migrado em algum momento qualquer menção neste sentido. As narrativas delas sempre realçam o lado positivo da migração, os acessos aos diferentes bens públicos, à possibilidade de consumo, a visão idealizada de que o país seria muito mais justo socialmente que o Brasil. Aspecto também destacado pelas pessoas que migraram.

No entanto, a vida que os migrantes brasileiros/as com os quais eu convivi e entrevistei em Boston levam nos Estados Unidos, não é nada fácil, as pessoas trabalham muito, geralmente em subempregos, nem sempre moram confortavelmente. A luta pela sobrevivência não cessa, e a segurança de usufruir de uma vida confortável na velhice naquele país não parece muito fácil de se concretizar. Entretanto, as notícias difundidas sobre a vida na “América”, faz parecer que lá se vive de fato num oásis, deste modo, eu penso que a difusão de ideias positivas – ou mais positivas que negativas – sobre a vida de migrante pode ser uma estratégia, não necessariamente consciente, de se valorizar/legitimar, no plano simbólico a empreitada muitas vezes sofrida de viver longe da terra natal. Onde se convive, não podemos deixar de lembrar- também com o preconceito e a discriminação.

Levando em consideração o que foi observado podemos pensar no nexos entre a aquilo que Appadurai (2001; 2004) chama de vidas imaginadas com o que Moore (2000) denomina de fantasias de identidade e fantasias de poder. Neste momento específico, não me refiro à questão da violência, conforme Moore (2000), mas penso sobre o quanto a difusão da ideia dos Estados Unidos como um Eldorado pode estar relacionada à necessidade de se afirmar positivamente o próprio ato/decisão de migrar, fantasiando, até certo ponto, a vida que se leva naquele país. Creio que afirmar o sucesso, a melhoria nas condições de vida – que são reais, pelo menos nos casos aqui investigados – em detrimento das inúmeras dificuldades enfrentadas, pode ser uma maneira de se articular e difundir uma auto-identidade positiva quanto a ser imigrante o que significaria, do ponto de vista ora defendido, uma auto-atribuição

de poder, promovendo assim, na origem, o reconhecimento social. Somos levadas a crer que esse olhar é também pertinente como uma maneira a mais de se compreender as estratégias de valorização do projeto migratório. Conforme vimos em Hall (2007) e Eriksen (2001) podemos vivenciar múltiplas identidades em potencial, mas apenas uma delas assume importância social, nesse sentido, as fantasias de identidade/poder se manifestariam no contexto de origem na construção de uma auto-imagem positiva de migrantes.

Finalmente, ao perscrutar o discurso das pessoas entrevistadas segundo a sua percepção de como a sociedade de destino as veria e, conseqüentemente, como elas se posicionam, pudemos perceber as diferentes estratégias usadas para resignificarem aquilo que consideram preconceito por parte dos nativos e de outras comunidades étnicas. Neste caso, a eficácia discursiva também surge no imaginário, na fantasia, conforme Hall (2007), para quem a identificação demanda constante construção: articular é posicionar. As pessoas que colaboraram com esta pesquisa se posicionam e se recriam segundo a representação que acreditam que a sociedade de destino tem de si. Sua auto-imagem é influenciada pela representação que acreditam que o/a outro/a elabora. É através do deslocamento que se constroi o sujeito imigrante, o qual constantemente articula diferentes estratégias de identificação e desidentificação.

V- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADELMAN, Miriam. **A Voz e a Escuta**: Encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea. São Paulo: Blucher Acadêmico, 2009.

AGUIAR, Neuma. **Gênero e Ciências Humanas**: desafio às ciências desde a perspectiva das Mulheres. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos tempos, 1997. (Coleção Gênero, v. 5).

AHEARN, Laura M. Language and Agency. **Ann. Rev. Anthropology**, 2001, p. 109 – 137.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith, GEWANDSZNADJER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2 ed. São Paulo: Pioneira, 1998.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão dos nacionalismos. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

APPADURAI, Arjun. Etnospaisagens Globais: notas e perguntas para uma antropologia transnacional. In: _____. **Dimensões Culturais da Globalização**: a modernidade sem peias. Lisboa: Teorema, 2004. Cap. 3, p. 71-93.

_____. **Modernity at Large**: Cultural Dimensions of Globalization. Minneapolis: Univ. of Minnesota Press, 5ed., 2000.

ASSIS, Gláucia de Oliveira (1995). **Estar aqui, Estar lá. Uma cartografia da vida em dois lugares**. 230 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina.

_____. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. In: **Revista Estudos Feministas**. v.15, n.3, Florianópolis set./dez. 2007 . ISSN 0104-026X versão impressa.

_____. “De Criciúma para o mundo” - Os novos fluxos da população brasileira: gênero e rearranjos familiares. In: MARTES, Ana Cristina Braga; FLEISCHER, Soraya (org.). **FRONTEIRAS CRUZADAS**: Etnicidade, Gênero e Redes Sociais. São Paulo: Paz e Terra. 2009, p. 198 – 230.

_____. A Fronteira México-Estados Unidos. **Cadernos Pagu**, n. 31, jul/dez., 2008, p. 219 – 250.

_____. **De Criciúma para o Mundo**: Rearranjos familiares de gênero nas vivências dos novos migrantes brasileiro. Florianópolis: Mulheres, 2011.

ASSIS, Glaucia de Oliveira. Entre dois lugares: as experiências afetivas de mulheres imigrantes brasileiras nos Estados Unidos. In: PISCITELLI, A., ASSIS, G. de O., OLIVAR, J. M.N. (orgs.). **Gênero, sexo, amor e dinheiro**: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil. Coleções Encontro. Pagu/ Núcleo de Estudos de Gênero – UNICAMP, 2011. p. 321 – 362.

AZERÊDO, Sandra Maria da Mata. Deslocamentos da Identidade: teorizando a violência na Delegacia de Mulheres. In: RIAL, Carmen Sílvia; TONELLI, Maria Juracy Filgueiras (Orgs.). **Genealogias do Silêncio**. Feminismo e Gênero. Santa Catarina: Mulheres, 2004, p. 117-130.

BANDEIRA, Lourdes, BATISTA, Analía Soria. Preconceito e discriminação como expressões da violência. **Estudos Feministas**, v.10, n. 1, Florianópolis, jan. 2002, p. 119 – 141.

BARTH, Fredrik. Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In: POUTIGNAT, P., STREIFF-FENART, J. **TEORIAS DA ETNICIDADE**. 2ed. São Paulo: Unesp, 2011. P. 185 – 227.

BECKER, Howards S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.

BELL, Vikki. Memória histórica, movimentos globais e violência: uma conversa entre Paul Gilroy e Arjun Appadurai. **Cadernos Pagu** [online]. 2001, n.16 [cited 2014-09-19], p.289-318 . Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332001000100013&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0104-8333. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332001000100013>.

BESERRA, Bernadete. Sob a Sombra de Carmem Miranda e do Carnaval: brasileiras em Los Angeles. **Cadernos Pagu**, n. 28, jan. – jun. de 2007, p. 313-344.

BETHELL, Leslie. O Brasil e a ideia de “América Latina” em perspectiva histórica. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 22, n. 44, julho-dezembro de 2009, p. 289 -321.

BILAC, Elizabete Dória. Gênero, família e migrações internacionais. In: PATARRA, Neide (coord.). **EMIGRAÇÃO E IMIGRAÇÃO INTERNACIONAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**. São Paulo: FNUAP, 1995. P. 67 – 77.

BOGÚS, Lucia Maria Machado. Migrantes Brasileiros Na Europa Ocidental: Uma Abordagem Preliminar. In: PATARRA, Neide (coord.). **EMIGRAÇÃO E IMIGRAÇÃO INTERNACIONAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**. São Paulo: FNUAP, 1995. p. 111-121.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu** (26), jan.-jun de 2006, p. 329-376.

BRETTTELL, Caroline B.; DEBERJEOIS, Patricia A.. Anthropology and the Study os Immigrant Women. In: GABACCIA, Donna. **Seeking Common Ground: Multidisciplinary Studies os Immigrant Women in the United States**. Westport, Connecticut, London: Praeger, 1992.

BORDO, Susan R. O corpo e a reprodução da feminilidade: uma apropriação de Foucault. In: JAGGAR, Alisson M., BORDO, Susan R. (orgs.). **Gênero, Corpo e Conhecimento**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Ventos, 1997, p. 19 – 41.

BOYD, Monica. Family and personal networks in international migration: recent developments and new agenda. **International Migration Review**. S.l. 23(3), 1989, p. 638-670.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. 2ª ed. Civilização brasileira, 2008.

_____. **Mecanismos Psíquicos del Poder**. Teorías sobre la Sujeción. Ediciones Catedra, Universitat de València. 2001.

_____. **El Gênero em Disputa: El feminismo y la subversión de la identidad**. Mexico: Paidós, 2001a.

CASTRO, Mary Garcia. Transidentidades no Local Globalizado. Não Identidades, Margens e fronteiras: Vozes de mulheres latinas nos E.U.A. In: FELDMAN-BIANCO, Bela, CAPINHA, Graça (orgs.). **IDENTIDADES: Estudos de Cultura e Poder**. São Paulo: Hucitec, 2000.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Cultura com Aspas e Outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

CONNELL, Raewyn. Masculinidade corporativa e contexto global: um estudo de caso de dinâmica conservadora de gênero. **Cadernos Pagu**, n. 1., 1993, p. 323-344.

CORRÊA, Mariza. A Invenção da Mulata. **Cadernos Pagu** (6/7), Campinas. Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, 1996.

_____. O sexo da dominação. **Novos estudos CEBRAP**, n.54, julho de 1999.

COSTA, Sérgio. **Dois Atlânticos: Teoria Social, Anti-Racismo, cosmopolitismo**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

DEBERT, Guita G. Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral. In: CARDOSO, Ruth (org.). **A aventura antropológica**. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

_____; GREGORI, Maria Filomena. Violência e Gênero: novas propostas, velhos dilemas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. V. 23, n. 66, fev. de 2008, p. 165-185.

DEBIAGGI, S. D. **Changing gender roles: Brazilian immigrant families in the U.S.Y.**, LFB Scholarly Publishing, LLC, 2002.

_____. Famílias brasileiras em um novo contexto cultural. In: MARTES, Ana Cristina Braga; FLEISCHER, Soraya (org.). **FRONTEIRAS CRUZADAS: Etnicidade, Gênero e Redes Sociais**. São Paulo: Paz e Terra. 2003, p. 198 – 230.

DIMEN, Muriel. Poder, Sexualidade e intimidade. In: JAGGAR, Alisson M., BORDO, Susan R. (orgs.). **Gênero, Corpo e Conhecimento**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Ventos, 1997, p. 42 – 61.

DORNAN, Jennifer L. Agency and Archaeology: Past, Present, and Future Directions. **Journal of Archeological Method and Theory**, vol. 9, n. 4, December 2002, p. 303 – 329.

DOUGLAS, Mary. **PUREZA E PERIGO**. 2ed. São Paulo: Persepctiva, 2012. (Debates, 120).

ERIKSEN, Thomas Hylland. Ethnicity, race and nation. **Race and Ethnicity**. Open Iniversity Press, 1996.

_____. Ethnicity. In: ERIKSEN, Thomas Hylland. **SMALL PLACES, LARGES ISSUES: An Introduction to Social and Cultural Anthropology**, 2 ed. London: Pluto Press, 2001.

_____. Diversity versus difference: neo-liberalism in minority debate. In ERIKSEN, Thomas Hylland. In: **The Making and Unmaking of Difference**. Richard Rottenburg (eds) Burkhard Schnepel, Shingo Shimada, pp. 13 – 36. Bielefeld: Transaction 2006.

_____. NIELSEN, Sivert Finn. **História da Antropologia**. 4.ed., Petrópolis: Vozes, 2010.

ESCOTEGUY, Ana Carolina. Stuart hall: esboço de um itinerário biointelectual. **FAMECOS**, Porto Alegre, v.1, n. 21, agosto de 2003, p. 61 -74.

FAUSTO-STARLING, Anne. Dualismos em duelo. **Cadernos Pagu** (17/18) 2001/02, p. 9 - 79.

FLAX, Jane. Pós-modernismos e as relações de gênero na teoria feminista. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa (org.). **Pós-modernismo e Política**. 2ed. Rio de Janeiro: Rocco. 1992. p. 217 – 250.

FELDMAN- BIANCO, Bela; CAPINHA, Graça (orgs.). **Identidades: Estudos de Cultura e poder**. São Paulo: Hucitec, 2000.

FLEISCHER, Soraya Resende: **PASSANDO A AMÉRICA A LIMPO: O Trabalho de Housecleaners Brasileiras em Boston, Massachussets**. São Paulo: Annablume, 2002.

FONSECA, Claudia. **Família, fofoca e honra: Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares**. 2ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal: 1979.

_____. O sujeito e o Poder. In: RABINOW, P e DREYFUS, H. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica)**. Rio de Janeiro: Forense, 1995, p. 231 – 249.

_____. **Vigiar e Punir: Nascimento da prisão**. 27 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. “Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e política de identidade”. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. In: **Verve**, vol. 5. São Paulo, NU-SOL, PUC/SP, 2004, p. 260 – 277.

_____. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

FUSCO, Wilson. **Redes Sociais na migração internacional: o caso de Governador Valadares**. Campinas. UNICAMP. Núcleo de Estudos de População. 2001.

GABACCIA, Donna. **Seeking Common Ground: Multidisciplinary Studies of Immigrant Women in the United States**. Westport, Connecticut, London: Praeger, 1992.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GELL, Alfred. RECÉM- CHEGADOS AO MUNDO DOS BENS: O CONSUMO ENTRE OS GONDE MURIA. In: APPADURAI, Arjun. **A VIDA SOCIAL DAS COISAS: AS MERCADORIAS SOB UMA PERSPECTIVA CULTURAL**. Niterói. Editora da Universidade Federal Fluminense. 2008, p. 143-180.

GIDDENS, Anthony. A Vida em uma Sociedade pós- tradicional. In: **Modernização reflexiva: Política, tradição e estética na ordem social moderna**. ULRICH, Back; GIDDENS, Anthony, SCOOT, Lasch. São Paulo: Editora da USP, 1997. p.73 – 133.

_____, Estruturalismo, pós-estruturalismo e a produção da cultura. In: GIDDENS, Anthony e TURNER, J. (Orgs). **Teoria Social Hoje**. São Paulo: Unesp, 1999.

_____. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GOMES, I. M., ALMEIDA, F. Q., VAZ, A. F. Sobre corpo, reflexibilidade e poder: um diálogo entre Anthony Giddens e Michel Foucault. **Política & Sociedade**, v. 8, n. 15, out. de 2009, p. 299 – 319.

GOZA, Franklin. Redes sociais e a integração de brasileiros no Canadá. In: MARTES, Ana Cristina Braga; FLEISCHER, Soraya (org.). **FRONTEIRAS CRUZADAS: Etnicidade, Gênero e Redes Sociais**. São Paulo: Paz e Terra. 2003, p. 263 – 287.

GROSSI, Miriam Pilar. A Revista Estudos feministas Faz Dez Anos: Uma breve história do Feminismo no Brasil. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12 (NE), set. – dez. 2004, p. 211-221.

HALL, Stuart. **DA DIÁSPORA: Identidades e Mediações Culturais**. (org. Liv Sovik). Belo Horizonte: UFMG, 2009, p. 49 – 94.

_____. Quem Precisa de Identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais**. 7 ed. Petrópolis: Vozes, p. 103 – 133, 2007.

HARVEY, David. **A condição Pós- Moderna**. 10 ed., São Paulo: Loyola, 1992.

HIRSCH, Jennifer. Em el Norte la Mujer Mana: Gender, Generation in a Mexican Transnacional Community. Forner, Rumbaut e Gold, Immigration Research for a New Century: multidiciplinry Perspectives. New York: Russell Sage Foundation. 1999.

HOBBSAWM, Eric, RANGER Terence (orgs.). **A Invenção das Tradições**. 2ed. São Paulo: Paz e Terra. 2012.

HOFBAUER, Andreas. Entre olhares antropológicos e perspectivas dos estudos culturais e pós-coloniais: consensos e dissensos no trato das diferenças. [Antropolítica](#) (UFF). , v.27, 2009, p.99 – 130

_____. Dominação e Contrapoder: o candomblé no fogo cruzado entre construções e desconstruções de diferença e significado. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 5, Brasília, jan.-jul de 2011, p. 37-79.

HONDAGENEU- SOTELO, P. **Gendered Transitions: Mexican Experiences of Immigration**. California: University of California, 1994.

HOLLIFIELD, James F. EL EMERGENTE ESTADO MIGRATORIO. In: PORTES, Alejandro; DEWIIND, Josh. **Repensando las migraciones: Nuevas perspectivas teóricas e empíricas**. Mexico D.F.: Universidad Autónoma de Zacatecas y Miguel Ángel Porrúa. 2006.

KOSMINSKY, Ethel V. Questões de gênero em estudos comparativos de imigração: mulheres judias em São Paulo e em Nova York. **Cadernos Pagu**. n. 23, jul-dez de 2004, p.279-328.

_____. Por uma Etnografia Feminista das Migrações Internacionais: dos estudos de aculturação para os estudos de gênero. **Revista Estudos Feministas**. vol.15 no.3 Florianópolis set./dez. 2007.

LEVITT, Peggy; GLICK SCHILLER, Nina. Perspectivas internacionales sobre migración. In: PORTES, Alejandro; DEWIIND, Josh. **Repensando las migraciones: Nuevas perspectivas teóricas e empíricas**. Mexico D.F.: Universidad Autónoma de Zacatecas y Miguel Ángel Porrúa. 2006.

LÈVI-STRAUSS, Claude. **A Antropologia Estrutural I**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

_____. **A Noção de Estrutura em Etnologia**. 2ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980 (coleção os Pensadores).

_____. **Totemismo Hoje**. 2ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980a (coleção os Pensadores).

MACHADO, I. J. R. Afetividade e Poder entre imigrantes brasileiros no Porto. **Cadernos Pagu**. (23) Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/ Unicamp.

_____. O Ponto de Vista das Famílias: etnografia sobre os emigrantes internacionais valadarenses (Brasil). **Migrações**, n. 5, out. 2009.

MACHADO, Lia Zanota. **Feminismo em Movimento**. São Paulo: Francis, 2010.

_____. Masculinidades e Violências: Gênero e mal-estar na sociedade contemporânea. In: SCHPUN, Mônica R. (org.). **Masculinidades**. São Paulo: Boitempo; Santa Cruz do Sul: Edunisc. 2004, p. 35- 78.

MALGESINI, Graciela. **Cruzando Fronteras: Migraciones Em El Sistema Mundial** (comp.). Bracelona: ICARIA: FUNDACIÓN HOGAR DEL EMPLEADO, DL. 1998. p. 11- 38.

MARGOLIS, Maxine L. **Little Brazil: Imigrantes brasileiros em Nova York**. Campinas: Papirus, 1994.

_____. Brasileiros no Estrangeiro: a etnicidade, a auto-identidade e o “outro”. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, 2008, v.52, nº 1, p. 283 – 302.

_____. **GOODBYE, BRAZIL: Emigrantes Brasileiros no Mundo**. São Paulo: Contexto, 2013.

MARTES, A. C. B. **Brasileiros nos Estados Unidos: um estudo sobre imigrantes em Massachusetts**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MASSEY, Douglas. Migration, ethnic mobilization and globalization: causes of migration. In: GUIBERNAU, Montserrat e REX, John (eds). **The ethnicity reader: nationalism, multiculturalism and migration**. U K: Polity Press, 1997. p. 257-269.

MASSEY S. Douglas; CAPOFERRO, Chiara. LA MEDICIÓN DE LA MIGRACIÓN INDOCUMENTADA. In: PORTES, Alejandro; DEWIIND, Josh. **Repensando las**

migraciones: Nuevas perspectivas teóricas e empíricas. Mexico D.F.: Universidad Autónoma de Zacatecas y Miguel Ángel Porrúa. 2006. P. 269 – 299.

MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 16 (2), maio – agosto de 2008, p. 333 – 356.

MEAD, Margaret. **Sexo e temperamento**. São Paulo: Perspectiva. 1969.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Brasil fora de Si:** experiência de brasileiros em Nova York. São Paulo: Parábola, 2004.

MITCHELL, Christopher. Perspectiva comparada sobre transnacionalismo entre imigrantes brasileiros nos estados Unidos. In: MARTES, Ana Cristina Braga; FLEISCHER, Soraya (org.). **FRONTEIRAS CRUZADAS:** Etnicidade, Gênero e Redes Sociais. São Paulo: Paz e Terra. 2003, p. 198 – 230.

MISKOLCI, Richard, PELÚCIO, Larissa. Fora do Sujeito e Fora do Lugar: Reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis. In: **Gênero**. V. 7, nº2, 1º sem. 2007. p. 255-267.

MISKOLCI, Richard. Não ao Sexo Rei: da estética da existência foucaultiana à política quer. In: SOUZA, Luis Antônio Francisco, SABATINE, Thiago Teixeira, MAGALHÃES, Bória Ribeiro (orgs.). **Michel Foucault Sexualidade, Corpo e Direito**. Marília: oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. p. 47 – 68.

MOORE, Henrietta. **Understanding sex and gender**. Tim Ingold (ed.), Companion Encyclopedia of Anthropology. Londres, Routledge, 1997, p. 813 – 830.

_____. Fantasias de Poder e Fantasias de identidade: gênero, raça e violência. **Cadernos Pagu**, nº 14, 2000. p. 13-44.

_____. **ANTROPOLOGÍA Y FEMINISMO**. 5ed., Madrid: Ediciones Cátedra, 2009.

MOROKVASIC, Mirjana. **Birds of passage are also woman**. IMR- International Migration Review, New York: Worth Publishers, 1984.

NICHOLSON, Linda. Interpretando Gênero. **Revista Estudos Feministas**, ano 8, 2º sem., 2002.

OLIVEIRA, Roberto C. **Caminhos da Identidade:** ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo. São Pulo: Unesp; Brasília: Paralelo 15, 2006.

ORTNER, Sherry (ed.). Thick Resistance: Death and Cultural Construction of Agency in Himalayan Mountaineering. In: _____. **The Fate of Culture: Geertz and Beyond**. Berkeley: University of California, 1999. p. 136 – 164.

_____. A Máquina de Cultura: de Geertz a Hollywood. In: **Mana**, ano 13, n. 2, 2007, p. 565 – 578 (entrevista).

_____. Subjetividade e Crítica Cultural. In: **Horizontes Antropológicos**, ano 13, n. 28, p.375 – 405, jul/dez. 2007a.

_____. “Uma atualização da Teoria da Prática”. In: GROSSI, Miriam; ECKERT, C.; Fry. Peter (orgs.). **Conferências e Diálogos: Saberes e Práticas Antropológicas – 25ª RBA**. Blumenau: Editora Nova Letra, 2007b, p. 19- 76.

_____. Teoria Na Antropologia Desde os Anos 60. **Mana**, 17 (2), 2011, p. 419 – 466.

PATARRA, Neide; BAENINGER, Rosana. Migrações internacionais recentes: o caso do Brasil. In: PATARRA, Neide (coord.). **EMIGRAÇÃO E IMIGRAÇÃO INTERNACIONAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**. São Paulo: FNUAP, 1995. P. 78 – 89.

PHILLIPS, Anne. Da desigualdade à diferença: um caso grave de deslocamento? **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 2, Brasília, julho-dezembro de 2009, p. 223 -240.

PINTO, Céli Regina Jardim. Participação (Representação?) Política da Mulher no Brasil: Limites e Perspectivas. In: SAFFIOTI, Heleith I. B. e MUNÕZ-VARGAS, Mônica (orgs.). **Mulher Brasileira é Assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: NIPAS; Brasília: UNICEF, 1994.

PIORE, M. **Birds of passage: migrant labor and industrial societies**. New York: Cabridge University Press, 1979.

PISCITELLI, Adriana. “Pioneiros”: masculinidades em narrativas sobre fundadores de grupos empresariais brasileiros. In: SCHPUN, Mônica R.. **Masculinidades**. São Paulo: Boitempo; Santa Cruz do Sul: Edunise, 2004. P. 175-202.

_____. Sexo tropical em um país europeu: migração de brasileiras para a Itália no marco do "turismo sexual" internacional. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 3, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>. >. (acesso em: 26 de novembro de 2013).

_____. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras, **Sociedade & Cultura**, v. 11, n. 2, 2008.

_____. **Trânsitos**: brasileiras nos mercados transnacionais do sexo. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

POGGIO, Sara. La Experiencia Migratoria Según Género: Salvadoreños Y Salvadoreñas em El Estado de Maryland. **La Aljaba, segunda época. Revista de Estudios de La Mujer**, Universidades de La Pampa, Luján y Comahue, v. XI, 2007, p. 11-26.

PONTES, Luciana. Mulheres brasileiras na mídia portuguesa. **Cadernos Pagu**. (23) Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/ Unicamp.

PORTES, Alejandro; Borócz, Józef. Migración Contemporánea. Perspectivas teóricas sobre sus determinantes y sus modalidades de incorporación. In: MALGESINI, Graciela. **Cruzando Fronteras: Migraciones Em El Sistema Mundial** (comp.). Bracelona: ICARIA: FUNDACIÓN HOGAR DEL EMPLEADO, DL. 1998. p. 43- 74

_____. **Migrações Internacionais**: Origens, Tipos e Modos de Incorporação. Oeiras: Celta, 1999.

_____. DEWIIND, Josh. **Repensando las migraciones**: Nuevas perspectivas teóricas e empíricas. Mexico D.F.: Universidad Autónoma de Zacatecas y Miguel Ángel Porrúa. 2006.

QUERALT, M. Understanding Cuban immigrants: A cultural perspectives. **Social work**, 29, 1884, p. 115-121.

RAGO, Margareth. EPISTEMOLOGIA FEMINISTA, GÊNERO E HISTÓRIA. In: PEDRO, Joana, GROSSI, Miriam (Orgs.). **MASCULINO, FEMININO, PLURAL**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

_____. Feminismo e subjetividade em tempos pós-modernos. **Poéticas e políticas feministas. Florianópolis: Ed. Mulheres**, p. 31-41, 2004.

RECKWITZ, Andreas. Toward a Theory of Social Practices: A development in Culturalisyy Theorizing. **European Journal of Social Theory**, 5(2), p. 243 – 263.

RESENDE, Rosana. Brasileiros no Sul da Flórida: Retratos de uma pesquisa em andamento. In: MARTES, Ana Cristina Braga; FLEISCHER, Soraya (org.). **FRONTEIRAS**

CRUZADAS: Etnicidade, Gênero e Redes Sociais. São Paulo: Paz e Terra. 2003, p. 198 – 230.

RIAL, Carmen Silva Moraes, TOLELI, Maria Juracy Figueiras (org.). **Genealogias do Silêncio: feminismo e gênero.** Florianópolis: Mulheres, 2004.

RIBEIRO, Gustavo Lins. A condição da Transnacionalidade. **Série Antropologia.** Brasília, 1997.

_____. Identidade Brasileira no Espelho Interétnico: Essencialismo e Hibridismo em San Francisco. **Série Antropologia.** UNB, 1998a.

_____. O que faz o Brasil, Brazil. Jogos Identitários em San Francisco. **Série Antropologia.** UNB, 1998b.

ROSALDO, Michelle "O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento inter-cultural". **Horizontes Antropológicos**, ano 1, n.1. 1995.

ROSSINI, Rosa Ester. O RETORNO ÀS ORIGENS OU O SONHO DO ENCONTRO COM O ELDORADO: O EXEMPLO DOS *DEKASSEGUI*S DO BRASIL EM DIREÇÃO AO JAPÃO. In: PATARRA, Neide (coord.). **EMIGRAÇÃO E IMIGRAÇÃO INTERNACIONAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.** São Paulo: FNUAP, 1995. p. 104- 110.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Violência de Gênero no Brasil Contemporâneo. In: SAFFIOTI, Heleieth I. B. e MUNÕZ-VARGAS, Mônica (orgs.). **Mulher Brasileira é Assim.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: NIPAS; Brasília: UNICEF, 1994. **Cadernos Pagu** (16) 2001, p. 115-136.

_____. Contribuições Feministas para o estudo da violência de gênero.

SALES, Teresa. O Trabalhador Brasileiro no Contexto das Novas Migrações Internacionais. In: PATARRA, Neide (coord.). **EMIGRAÇÃO E IMIGRAÇÃO INTERNACIONAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.** São Paulo: FNUAP, 1995. p. 90-103.

_____. ONGs brasileiras em Boston. **Estudos Avançados.** V. 20, n. 57. São Paulo, maio – ago. 2006.

_____. **Brasileiros longe de Casa.** São Paulo: Cortez. 1999.

SAHLINS, M. O “Pessimismo Sentimental” e a Experiência Etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em extinção. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 3, n.1, p. 41-73, out. 1997. Parte I.

_____. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 3, n.2, p. 103-150, out. 1997. Parte II.

_____. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

_____. **Cultura na Prática**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.
(Coleção Etnologia).

_____. **Esperando Foucault ainda**. São Paulo: Cosac Nacify, 2004.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 70: revisitando uma trajetória. In: **Estudos Feministas**, 12 (2): 264, maio/ago. de 2004, p. 35 – 50.

SILVA, Eliane Moura da. Fundamentalismo evangélico e questões de gênero: em busca de perguntas. In: SOUZA, Sandra Duarte (org.). **Gênero e Religião no Brasil**: ensaios feministas. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2006, p. 11-28.

SCOTT, Joan W. O enigma da igualdade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 3, jan/ abr de 2005. p 11- 30.

_____. Gender: A Useful Category of Historical Analysis. **The American Historical Review**, v. 91, no. 5 (Dec., 1986), p. 1053-1075. Publicado por: American Historical Association Stable. Disponível em <http://www.jstor.org>.

SIMON, Rita J. Sociology and Immigrant Women. In: GABACCIA, Donna. **Seeking Common Ground**: Multidisciplinary Studies of Immigrant Women in the United States. Westport, Connecticut, London: Praeger, 1992. p. 23 – 40.

SIQUEIRA, Sueli. Emigração e retorno na perspectiva de gênero. In: **26ª Reunião Brasileira de Antropologia**, 2008, Porto Seguro. 26ª RBA Desigualdade na Diversidade. São Paulo: RBA, 2008.

_____. **Sonhos, sucesso e frustração na emigração de retorno**: Brasil – Estado Unidos. Belo Horizonte: Agvmentvm, 2009.

_____; FONSECA, Maria do Carmo, ASSIS, Gláucia de Oliveira, *et all*. Divisão Sexual do Trabalho, Rearranjos Familiares e Relações de Gênero em Comunidade Rural de Emigração Masculina. In: AREND, Sílvia Maria Fávero, RIAL, Carmen Sílvia de Moraes, PEDRO, Joana Maria (orgs.). **DIÁSPORAS, MOBILIDADES E MIGRAÇÕES**. Ed. Mulheres: Florianópolis, 2011. p. 149 – 170.

_____. Imigração e retorno na perspectiva de gênero. In: PISCITELLI, A., ASSIS, G. de O., OLIVAR, J. M.N. (orgs.). **Gênero, sexo, amor e dinheiro**: mobilidades

transnacionais envolvendo o Brasil. Coleções Encontro. Pagu/ Núcleo de Estudos de Gênero – UNICAMP, 2011. p. 321 – 362.

SOUZA, Sandra Duarte. Religião e Secularização: o gênero dos discursos e das práticas das mulheres protestantes. In: _____(org.). **Gênero e Religião no Brasil**: ensaios feministas. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2006, p. 29-44.

SOARES, Weber, A emigração Valadarensense à luz dos fundamentos teóricos da análise de redes sociais. In: MARTES, Ana Cristina Braga; FLEISCHER, Soraya (org.). **FRONTEIRAS CRUZADAS**: Etnicidade, Gênero e Redes Sociais. São Paulo: Paz e Terra. 2003, p. 231 – 261.

SWAIN, Tânia Navarro. Feminismo, corpo e sexualidade. In: RIAL, Carmen Sílvia; TONELI, Maria Juracy Filgueiras (Orgs.). **Genealogias do Silêncio**. Feminismo e Gênero. Santa Catarina: Mulheres, 2004, p. 183-194.

_____. Entre a vida e a morte, o sexo. **A construção dos corpos**: perspectivas feministas. Florianópolis: **Mulheres**, 2008.
http://www.intervencoesfeministas.mpbnet.com.br/textos/tania-entre_a_vida_ea_morte.pdf.
Acesso em abril de 2012.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

TILLY, Charles, Transplanted networks. In: YIANS-Mc, Laughlin (ed). **Immigration reconsidered**. NY: Oxford University Press, 1990, p. 79-95.

VERTOVEC, Steven. Transnacionalismo migrantes y modos de transformación. In: PORTES, Alejandro; DEWIIND, Josh. **Repensando las migraciones**: Nuevas perspectivas teóricas e empíricas. Mexico D.F.: Universidad Autónoma de Zacatecas y Miguel Ángel Porrúa, 2006.